Para uma história do jornalismo português no mundo

Coord.
Alberto Pena-Rodríguez
& António Hohlfeldt

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA

Coleção ICNOVA

Ficha Técnica

Título
Para uma história do jornalismo português no mundo

Coordenação
Alberto Pena-Rodríguez
António Hohlfeldt

Data de publicação
2021, Coleção ICNOVA

ISBN
978-989-9048-08-9
[Suporte: Eletrónico]
978-989-9048-09-6
[Suporte: Impresso]

DOI
https://doi.org/10.34619/xqyc-dlxv

Edição
ICNOVA — Instituto
de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção
Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

Gestora editorial
Patrícia Contreiras

Design
Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo em Portugal.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação, publicação ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

ICNOVA INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA

NOVAFCSH

Título:
Para uma história do jornalismo português no mundo

Resumo: Este livro reúne um conjunto de textos que abordam o fenómeno jornalístico português no estrangeiro (fora do que são hoje as fronteiras do Portugal moderno) ao longo da história, em diferentes quadros geográficos e culturais. Através de diferentes metodologias de natureza interdisciplinar, são analisados múltiplos aspectos do itinerário profissional de jornalistas, editores ou directores de meios de comunicação, formatos e conteúdos narrativos, bem como outros aspectos relacionados com a sua influência socioeconómica, política, cultural e mesmo educativa em diferentes contextos. É, portanto, uma abordagem da história do jornalismo lusófono no mundo concebida de forma aberta e transversal, abrangendo quatro grandes áreas continentais (América, Europa, África e Ásia) a partir de abordagens que observam o fenómeno tanto de perspectivas paradigmáticas ou singulares que marcaram o curso do jornalismo português noutros territórios, como de uma visão diacrónica, longitudinal, panorâmica, temática, descritiva, qualitativa ou crítica sobre algumas áreas ou episódios em particular. A análise observa não só a produção jornalística no império colonial português, mas também em algumas das mais relevantes comunidades portuguesas emigrantes ou exiladas, em países como o Brasil, os Estados Unidos, a França ou a Inglaterra.

Title:
A history of the portuguese journalism in the world

Abstract: This book brings together a set of texts that address the Portuguese journalistic phenomenon abroad (outside what are today the borders of modern-day Portugal) throughout history, in different geographical and cultural contexts. Through different methodologies of an interdisciplinary nature, multiple aspects of the professional itinerary of journalists, editors or directors of media, formats and narrative content are analysed, as well as other aspects related to their socio-economic, political, cultural and even educational influence in different contexts. It is, therefore, an approach to the history of Portuguese-language journalism in the world conceived in an open and transversal way, covering four main continental areas (America, Europe, Africa and Asia) from approaches that observe the phenomenon both from paradigmatic or singular perspectives that marked the course of Portuguese-language journalism in other territories, and from a diachronic, longitudinal, panoramic, thematic, descriptive, qualitative or critical view of some areas or episodes in particular. The analysis looks not only at the journalistic production of the Portuguese colonial empire, but also at some of the most relevant Portuguese emigrant or exiled communities in countries such as Brazil, the United States, France and England.

Índice

Introdução **5**

PARTE I:
Jornalismo e jornais portugueses na Europa

Luís Francisco Munaro **10**
Utopia e mito nos jornais portugueses em Londres (1808-1822)

Cristina Clímaco **40**
A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)

Victor Pereira **89**
A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da primeira República á Revolução dos Cravos de 1974

PARTE II:
Traços da história do jornalismo português na América

Tania Regina de Luca **156**
Mariano Pina na *Gazeta de Notícias* (1882-1886)

Heloisa Paulo **196**
Brasil: a voz dos donos e outras vozes

Alberto Pena-Rodríguez **230**
Pela Pátria e Pelo Povo. Elementos históricos socioeducativos de la prensa y el periodismo portugués en Estados Unidos

PARTE III:
O discurso jornalístico português na África e Ásia

António Hohlfeldt **252**
Jornalismo de expressão portuguesa na África colonial

António Hohlfeldt **301**
Síntese histórica da imprensa de expressão portuguesa na Ásia

Isadora de Ataíde Fonseca **339**
A configuração da esfera pública colonial: imprensa, elites e poder

PARTE IV:
Projeção e influência do jornalismo português no Oriente

José Augusto dos Santos Alves **359**
A imprensa de língua portuguesa no Oriente (1822--1846) — Caixa-de-ressonância da geoestratégia dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha na região

Clara Gomes **378**
Jornalismo português em Macau: a liberdade de imprensa durante o período de transição

Introdução

Alberto Pena-Rodríguez & António Hohlfeldt

Este livro reúne um conjunto de textos que abordam o fenómeno do jornalismo português no estrangeiro (fora do que são hoje as fronteiras do Portugal moderno) ao longo da história, em vários contextos geográficos e culturais. Através de diferentes metodologias de natureza interdisciplinar, são analisados múltiplos aspectos do itinerário profissional de jornalistas, editores ou directores de meios de comunicação, formatos e conteúdos narrativos, bem como outros aspectos relacionados com a sua influência socioeconómica, política, cultural e mesmo educativa em diversos lugares. É, portanto, uma abordagem da história do jornalismo lusófono no mundo concebida de forma aberta e transversal, abrangendo quatro grandes áreas continentais (América, Europa, África e Ásia) a partir de abordagens que contemplam o fenómeno tanto de perspectivas paradigmáticas ou singulares que marcaram o curso do jornalismo lusófono noutros territórios, como de uma visão diacrónica, longitudinal, panorâmica, temática, descritiva, qualitativa ou crítica sobre algumas áreas, actores ou episódios particulares da sua evolução histórica.

A análise reúne elementos da produção jornalística no império ultramarino português e de algumas das comunidades portuguesas emigradas ou exiladas mais relevantes, em países como o Brasil, Estados Unidos, França ou Inglaterra, onde os emigrantes criaram jornais ou outros meios de comunicação social que se tornaram instrumentos jornalísticos que favoreceram a coesão cultural e social. A produção de jornais e o consequente desenvolvimento de um discurso jornalístico de expressão portuguesa espalhou-se pelas colónias portuguesas em África, Ásia e Extremo Oriente, onde os colonos ou os seus descendentes fundaram dezenas de jornais, alguns dos quais marcaram a história do jornalismo nesses territórios e desempenharam um papel sócio-político particularmente importante em diferentes períodos históricos. Por seu lado, a imprensa e o jornalismo da diáspora portuguesa tem sido ao longo da história um meio eficaz de representar, apoiar, persuadir, estimular e dar sentido à situação especial dos emigrantes num ambiente deslocalizado em que a língua, o modelo político ou o modo de vida local eram, em alguns casos, alheios aos seus valores culturais.

Os periódicos fundados pelos portugueses no estrangeiro oferecem um retrato fiel de si próprios, uma autoafirmação honesta na qual mostram qual era a sua realidade política, social, linguística, cultural e económica onde viviam: O que pensavam da sua condição de imigrantes, exilados ou colonos, como viam Portugal e os seus governos, como celebravam as

suas tradições, como se relacionavam com outras comunidades e com a cultura local dominante, como defendiam os seus direitos e o seu modo de vida, como projectavam o seu sentido de pertença nacional, como observavam o que se passava à sua volta e como construíam, em suma, a sua própria realidade social e o imaginário simbólico.

Os historiadores normalmente não prestam atenção ao discurso mediático das comunidades no estrangeiro como um objecto de estudo específico ou como uma fonte histórica. Geralmente, o que mais interessa neste tipo de meios de comunicação, na sua maioria impressos, é o seu valor patrimonial ou testemunhal, como parte do legado histórico de uma colectividade, sem valorizar a história singular de cada um deles e dos seus fundadores, cuja actividade profissional como comunicadores, por vezes, foi heroica.

O jornalismo da diáspora anterior à Internet e as redes digitais, divulgado principalmente através da imprensa, prestou um serviço extraordinário aos emigrantes que sentiam o afastamento ou isolamento no seu lugar de destino como uma ruptura traumática com as suas referências sociais e culturais, com a sua família e origens, numa viagem de sobrevivência cujo regresso não estava garantido. Através dos meios de comunicação na sua própria língua, os expatriados portugueses criaram um discurso que legitimava o seu itinerário de vida e fornecia um serviço de informação básica para receber notícias dos seus locais de origem, promover recursos comunitários, partilhar visões ou experiências úteis e desenvolver o seu próprio imaginário.

As narrativas informativas e os processos comunicativos que os portugueses no estrangeiro têm desenvolvido em diferentes períodos e contextos históricos, permitem-nos obter um retrato sociológico dos núcleos da população emigrante em diferentes territórios e em diversas circunstâncias, cujos relatos jornalísticos contam outra história, uma história dividida entre dois mundos unidos pela origem e pelo destino dos emigrantes ou colonos, que são deslocados para uma nova realidade, na qual, pouco a pouco, desenvolvem uma idiossincrasia especial, com uma retórica e narrativa essencialista, que é divulgada através de diferentes modelos e formatos de comunicação pública, entre o artesão e o profissional, procurando audiências não convencionais com necessidades muito específicas. Do mesmo modo, o exílio que muitos cidadãos portugueses tiveram de enfrentar em diferentes períodos históricos também produziu um tipo de jornalismo de natureza política cuja função principal era levar a cabo campanhas de propaganda para persuadir os imigrantes ou, simplesmente, projectar as suas ideias políticas no estrangeiro.

A primeira parte da obra oferece três perspectivas científicas sobre o fenómeno jornalístico português na Europa ao longo dos séculos XIX e XX. O capítulo de Luís Francisco Munaro trata do reflexo das profundas mudanças políticas do início do século XIX, no quadro do agitado enfrontamento entre liberalismo e absolutismo no jornalismo luso-brasileiro realizado pelos exilados na capital inglesa, onde jornalistas prestigiados como Hipólito da Costa promoveram um profundo debate intelectual sobre o futuro de Portugal enquanto o Brasil alcançava a independência. Em França, onde sucessivas vagas de emigrantes e exilados

portugueses chegaram ao longo do século XX, os portugueses desenvolveram também um jornalismo muito empenhado politicamente. O trabalho de Cristina Clímaco trata em pormenor do papel da imprensa política portuguesa durante o exílio europeu entre 1927 e 1939, analisando as campanhas de comunicação realizadas por muitos exilados contra a ditadura militar e o subsequente estabelecimento do Estado Novo salazarista. Por outro lado, Victor Pereira faz uma extensa revisão da produção jornalística no país francês desde o estabelecimento da primeira República Portuguesa em 1910 e a Revolução dos Cravos em 1974.

A segunda parte contém três abordagens sobre o jornalismo português na América, centradas nas principais comunidades portuguesas naquele continente, estabelecidas no Brasil e nos Estados Unidos. De uma interessante perspectiva de análise que estabelece uma intersecção entre Portugal, França e Brasil no final do século XIX, Tania Regina de Luca estuda a actividade jornalística do escritor português Mariano de Pina como correspondente em Paris do jornal brasileiro *Gazeta de Notícias* entre 1882 e 1886. Pela sua parte, Heloisa Paulo analisa o jornalismo político português divulgado por vários jornais publicados por emigrantes e exliados portugueses en Brasil no contexto da ditadura do Estado Novo. O seu trabalho mostra como a informação e a propaganda a favor e contra a ditadura de Salazar em várias cidades brasileiras como o Rio de Janeiro ou São Paulo, com grandes colónias de portugueses, acabou por gerar dinâmicas de agitação propagandística e de mobilização social. A visão da comunicação social portuguesa na América é completada com uma contribuição de Alberto Pena-Rodriguez sobre a função sócio-educativa do jornalismo português nos Estados Unidos, especialmente nos Estados de Massachusetts e Califórnia.

A terceira parte centra-se no jornalismo português em África e na Ásia. Em primeiro lugar, António Hohlfeldt faz um balanço historiográfico sobre o campo de estudo e sintetiza criticamente, em dois capítulos, o processo evolutivo do jornalismo nacional em Angola, Cabo Verde, Moçambique, Goa e outros territórios coloniais através de jornais de língua portuguesa. Esta síntese histórica geral da produção jornalística portuguesa no império colonial é complementada com um capítulo de Isadora de Ataíde Fonseca, que aborda a relevancia da chamada "esfera pública imperial", que reproduzia um espaço público de debate e confronto político sobre questões nacionais das elites coloniais.

Por último, mas não menos importante, é abordada a influência e projecção do jornalismo português no Oriente. Nesta parte, José Augusto dos Santos Alves estuda o reflexo em periódicos portugueses orientais da política geoestratégica dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha entre 1822 e 1846. E Clara Gomes aborda o jornalismo português em Macau durante o período de transição, no meio de uma intensa controvérsia sobre a livre prática profissional, sujeita a tensões, pressões, censura e dinâmicas que revelam um enredo complexo entre o poder político e os meios de comunicação social.

A história do jornalismo português no mundo é, portanto, um extenso ámbito de estudo em que é necessário abrir novas linhas de investigação interdisciplinar que nos permitam

saber cómo, através deste discurso jornalístico deslocalizado de expressão portuguesa, se configurou uma esfera mediática externa com evidente influência não só na projecção internacional da cultura lusófona ou na visibilização e superviência das próprias comunidades portuguesas transfronteiriças, mas também na própria evolução política, social e cultural do pais a través de um imaginário simbólico que cria uma ponte narrativa que une Portugal com o resto do mundo.

Alberto Pena-Rodríguez
Universidade de Vigo
/ CEIS20-Universidade de Coimbra
alberto@uvigo.es
ORCID ID: 0000-0001-8667-6287

António Hohlfeldt
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
/ Escola de Comunicação, Artes e Design
a_hohlfeldt@yahoo.com.br
ORCID ID: 0000-0001-5284-8730

DOI: https://doi.org/10.34619/ujrx-dbx9

Parte I

Jornalismo e jornais portugueses na Europa

Utopia e mito nos jornais portugueses em Londres (1808-1822)

Utopia and myth in Portuguese newspapers in London (1808-1822)

Luís Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima
luismunaro@yahoo.com.br
ORCID ID: 0000-0003-4089-6537

DOI: https://doi.org/10.34619/6yan-qqke

Resumo: Como os jornalistas portugueses, por meio de seus jornais, utilizaram utopias e mitos para refletir a enorme imprecisão do tabuleiro europeu no início do século XIX? Com a insegurança gerada pela aceleração do tempo e a implosão das realidades nacionais durante a expansão napoleônica, os jornalistas buscaram se refugiar em tempos e espaços estáveis, para tanto entrecruzando a tradição inerente à nação, as promessas da razão e, não menos importante, a utopia e as mitologias políticas. Os periódicos que darão sustentação a este estudo, e que foram fundamentais no delineamento de uma esfera pública em língua portuguesa, englobam a produção de Hipólito José da Costa (*Correio Braziliense* entre 1808 e 1822), João Bernardo da Rocha Loureiro (*O Português* entre 1814 e 1822 e *O Espelho* entre 1813 e 1814) e José Liberato (*O Investigador* entre 1814 e 1819 e *O Campeão Português* entre 1819 e 1821). A análise dos periódicos está dividida em três seções, cada uma delas dedicada a um jornalista: Hipólito da Costa permite ver uma utopia que tem como cerne o paraíso idílico no Brasil, terra caracterizada pela promessa da virgindade e da distância do caos europeu; João Bernardo da Rocha Loureiro, em seu retorno ao caráter pastoril e ao mesmo tempo imperial de Portugal no século XV, busca reavivar a grandeza pretérita do povo lusitano nas páginas de seus dois jornais; José Liberato, por fim, por meio de uma razão que se atrela à virtude religiosa, imagina a política portuguesa como um mecanismo revitalizado. O avanço desse raciocínio mostra que a utopia é uma característica inerente de jornais criados no espaço da modernidade, mas que, apesar do seu apelo constante à razão, ela persiste fundada e atravessada por várias formas de mitologia política.

Palavras-chave: jornalismo português; iluminismo; utopia política; *Correio Braziliense*; João Bernardo da Rocha Loureiro.

Abstract: *How did portuguese journalists, through their newspapers, use utopias and myths to reflect the enormous inaccuracy of the European map in the early 19th century? With the insecurity generated by the acceleration of time and the implosion of national realities during the Napoleonic expansion, journalists sought to take refuge in stable times and spaces, for this purpose intertwining the tradition inherent in the nation, the promises of reason and, not least important, the utopia and political mythologies. The journals that will support this study, and that were fundamental in the design of a public sphere in Portuguese, include the production of Hipólito José da Costa (*Correio Braziliense *between 1808 and 1822), João Bernardo da Rocha Loureiro (*O Português *between 1814 and 1822 and O Espelho between 1813 and 1814) and José Liberato (O Investigador between 1814 and 1819 and* O Campeão Português *between 1819 and 1821). The analysis of the journals is divided into three sections, each one dedicated to a journalist: Hipólito da Costa allows us to see a utopia that has as its core the idyllic paradise in Brazil, a land characterized by the promise of virginity and the distance from European chaos; João Bernardo da Rocha Loureiro, in his return to the pastoral and imperial character of Portugal in the 15th century, seeks to revive the past greatness of the Portuguese people in the pages of his two newspapers; finally, José Liberato, through a reason that is linked to religious virtue, imagines Portuguese politics as a revitalized mechanism. The advancement of this reasoning shows that utopia is an inherent characteristic of newspapers created in the space of modernity, but that, despite its constant appeal to reason, it remains founded and crossed by various forms of political mythology.*

Keywords: *Portuguese journalism; Enlightenment; Political utopia;* Correio Braziliense*; João Bernardo da Rocha Loureiro.*

1. Introdução

O texto jornalístico, mesmo que, quando da consolidação de funções jornalísticas no século XVIII, aspire à condição de universalidade, tanto quanto qualquer outro produto histórico é em si insuficiente como objeto de investigação e precisa ser colocado no interior do contexto. No caso dos jornais que buscam ser refletores dos projetos modernos, ainda que intentem a todo o momento espelhar o uso transparente da razão, resvalam nos limites mais

restritos da identidade e do pertencimento nacional. As Luzes, cujo lema é o dito kantiano "ousa saber", apresentam desde o início do seu projeto o movimento pendular entre a aspirada razão universal dos autores ilustrados e a busca pela tradição nacional, esta composta por seus mitos, narrativas e símbolos particulares. Portanto, não há na obra de jornalistas ilustrados, ou que se pretendem tanto, "corpos doutrinais completos", antes são narrativas que entrecruzam a razão e os mitos inerentes à tradição nacional, bem como a busca pela imaginação de um futuro, dentro de dado "horizonte de expectativa", para usar a feliz expressão de R. Koselleck (1999).

O jornalismo se apresentou, como sugeriu Hegel, como uma "prece matinal do homem moderno", comportando o seu cardápio de conversas e preocupações do dia e contendo também uma visão de futuro. O acompanhamento destas narrativas jornalísticas, que se espelham no Iluminismo, permite perceber a enorme quantidade de mudanças doutrinais que buscam racionalizar a ruptura acelerada com a tradição. No caso de Portugal, como veremos, a resistência da tradição diante dos projetos iluministas fez com que Lúcia Maria Bastos Neves chamasse o liberalismo luso-brasileiro de "luzes mitigadas" (2003): a clareza da razão, em torno da liberdade e do progresso, sem dúvida iluminam, mas para continuar na metáfora, iluminam apenas alguns setores da vida nacional, permanecendo incólume noutros, como no caso mais saltitante das reservas dos jornalistas quanto às tradições corporativas ou às hierarquias do Antigo Regime.

Este capítulo do livro "História do Jornalismo Português no Mundo" busca estudar, através de um conjunto específico de jornais produzidos no primeiro quartel do século XIX, como estes buscaram via apelo às Luzes e à Razão imaginar determinados projetos de nação. Estes jornais se beneficiaram da situação ideal de liberdade de imprensa e da garantia civil de direitos individuais em Londres — noutras palavras, foram jornais que, entre 1808 e 1820, teriam sido impossíveis em Portugal. Eles se debatiam, além das tentativas diretas de coerção e perseguição movidas por agentes da monarquia portuguesa, com a enorme imprecisão do tabuleiro europeu, com a insegurança da aceleração do tempo e da reconstrução das realidades nacionais, buscando, em meio a esse caos, projetar um lugar estável, para tanto entrecruzando a tradição da nação, as promessas das luzes e, não menos importante, a utopia política que é um sonho de futuro. Os periódicos estudados englobam a produção de Hipólito José da Costa (*Correio Braziliense* entre 1808 e 1822), João Bernardo da Rocha Loureiro (*O Português* entre 1814 e 1822 e *O Espelho* entre 1813 e 1814) e José Liberato (*O Investigador* entre 1813 e 1819 e *O Campeão Português* entre 1819 e 1821). No caso destes jornalistas, cuja realidade nacional era Portugal e, dentro de Portugal, Brasil, a utopia do futuro se choca com um pragmatismo orientado para a resolução de problemas políticos mais diretos pelos quais passava o Reino Luso-brasileiro.

A utopia política construída pelos jornalistas é a visão de um futuro cercado de grandeza nacional que, em seu caminho de elaboração, é atravessada pelas tentativas de lhe conferir um sentido estável e mais facilmente imaginável. Mesmo que, seguindo a sugestão de

Bronislaw Baczko, tomemos por literatura utópica um corpus restrito de textos geralmente surgido à margem do modelo de Thomas Morus (Baczko, 1978), a inspiração utópica está presente em todas as narrativas nacionais. O sonho relativo a um lugar ideal que se confunde com textos políticos pragmaticamente orientados é o objeto do estudioso da utopia. Por outro lado, estudar a utopia implica considerar como numa sociedade predominantemente iletrada como a luso-brasileira as utopias são interpretadas, absorvidas e utilizadas. E, além disso, como o surgimento de utopias diz respeito à intrusão da própria modernidade na tradição através de dispositivos orais. Ainda que situado no terreno do sonho, o escrito utópico modifica comportamentos e orienta as ações dos homens, podendo atuar como fonte de comprometimento coletivo. Ele se enraíza num imaginário e dá solidez a sentimentos de grupo, especialmente os patrióticos, na medida em que seus membros se autopercebem enquanto participantes dessa construção coletiva em direção ao futuro. De quebra, ajuda a transformar o ambiente social, torna possível imaginar aquilo que até então não podia ser imaginado. Nesse sentido, para Bronislaw Baczko, o horizonte dessa nova luz "engajada", misturada com o próprio projeto da modernidade, ajuda a iluminar "o horizonte de expectativas e esperanças, sejam coletivas ou individuais, lançam uma nova perspectiva sobre a sociedade; [...] reorientar a visão, olhar de forma diferente o possível e o impossível, o passado e o futuro, o real e o desejável" (Baczko, 1978, p. 7, tradução do autor).

As utopias políticas de caráter letrado não se confundem com formas mais simples de sonho político, que aparecem e catalisam rapidamente ações coletivas, sendo divulgadas sobretudo através da interação cotidiana. Ainda que simples e, talvez, um pouco grosseira, essa didática distinção ajuda a separar a mitologia política da utopia. Enquanto esta é o esboço letrado e quase formal de um lugar ideal, colocado em comparação, necessariamente, com uma situação atual considerada aflitiva ou agonizante, e, em sua estrutura, identificada com os escritos iluministas, a mitologia política não possui nenhuma formulação demonstrativa clara. Ela envolve mais diretamente, como lembra Raoul Girardet,

> tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas e permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar. O sonho só é levado um pouco em consideração quando se exprime na forma tradicional de utopia, ou seja, de um gênero literário bem determinado, com finalidades didáticas claramente afirmadas, submetido a uma rigorosa ordenação do discurso e facilmente acessível à exclusiva inteligência lógica (Girardet, 1987, p. 10).

Ainda, contudo, que as utopias sejam discursos cuidadosamente orientados para a organização dos homens em espaços ideais, a sua proximidade do onírico está implícita na própria razão que busca incorporar todo o espaço do vivido. A busca pela descrição da perfeição, de imaginar os homens ligados através de concatenados políticos lógicos, onde o gozo e a liberdade são perfeitos, permeia o imaginário dos homens desde, provavelmente,

as primeiras formas de imaginação política modernas, em sua necessidade de corrigir a imperfeição do mundo através da lógica, da razão ou da engenharia. Sobretudo, como lembra Robert Darnton (2005), entre os iluministas franceses, que introduziram mais diretamente a ideia do intelectual como um *engagé*, como alguém que deve trabalhar pela reforma da corrupção do mundo.

Dada a persistência da utopia enquanto forma de fazer e imaginar a política, escritores mais sensíveis a essa recorrência idealista formularam o gênero antiutópico. Sobre ele, pode-se dizer que foi inaugurado por Jonathan Swift em suas Viagens de Gulliver. Na ilha voadora de Laputa os homens permaneciam fechados em sistemas abstratos que perdiam de vista a própria realidade das coisas. Não aponta noutra direção a crítica de Voltaire aos leibnizianos, que entusiasmados com a formação de sistemas lógicos ideais também acabavam vivendo num mundo completamente desconectado do real. A ilha de Laputa ou o mundo de Cândido encontram paralelo naquilo que Hipólito da Costa chamou de Almanaque de Lisboa, ou mesmo na desesperança de João Bernardo da Rocha Loureiro quanto à distribuição de tenças pelo rei no Brasil. O anseio do homem em produzir sistemas lógicos que, completamente incapazes de solucionar problemas práticos, caíam no ridículo, é o principal alvo dos escritos antiutópicos.

Outra das formas de pensar a utopia está na sociedade autogovernada descrita pelos intelectuais liberais. As relações entre os homens, a partir das necessidades comerciais, se tornariam mais brandas e civis. A polidez, como marca identificadora das relações verbais entre os homens tem sua expressão comercial na civilidade, isto é, o respeito e sinceridade durante a negociação responsável (Klein, 1984). Estas enriquecem o Estado e colocam em funcionamento a indústria. Afastam o ócio, responsável pelas tensões — como as que Hipólito observa na França e José Veríssimo Silva (1990) observa no luxo português — e mantém os homens ativos e industriosos. Esse esforço direcionado para o coletivo tem, portanto, no comércio uma espécie de elemento impulsionador. Ao encaminhar o seu pensamento nesta direção, os jornalistas portugueses no exterior ajudam a esboçar, ainda que de forma algo modesta, a aplicação de contornos burgueses à sociedade portuguesa. Por outro lado, a razão utilizada por eles se torna crescentemente pragmática, na medida em que foi buscada para ser aplicada às difíceis particularidades políticas do reino luso-brasileiro. Quer dizer, pretende-se projetar uma nação pronta, resultado do desenvolvimento harmônico da história, mas os vários resultados da empreitada colonial portuguesa, inclusive o Brasil, tornam essa perfeição difícil. Para além da utopia, tem-se também a mitologia política, que veremos sobretudo no exemplo do retorno das trovas de Bandarra e do rei D. Sebastião, discutidas por jornais como o *Correio Braziliense*. Assim, textos criados por literatos podem se transformar rapidamente em vulgata política e ajudar a catalisar as ações de grupos mais vastos de indivíduos ou mesmo facilitar a sua união em torno de agregados de imagens, panoramas e argumentos sobre o futuro. Noutras palavras, as utopias ajudam a transformar e sedimentar determinadas formas sociais de se relacionar com o futuro (Baczko, 1978, p. 17).

O grupo de negociantes portugueses que buscou Londres para sobreviver está ligado a esse futuro, ainda que o passado da Idade de Ouro não fuja nunca das vistas dos portugueses. Através de imagens passadas e repassadas interiormente, estas formulações utópicas reforçam os vínculos imaginados entre os cidadãos e, ao mesmo tempo, estimulam comportamentos. Ao alimentar um determinado ideal sobre o futuro, a imprensa ajuda a fortalecer a imagem de uma utopia nacional. Dessa utopia, envolvida com a exaltação dos feitos patrióticos e, ao mesmo tempo, com a transformação da pátria, parte a preocupação central deste capítulo. O português permanece ligado à sua história que, renovada pelas Luzes do século, adquire um novo impulso. Imbuídos de espírito tradicional, os relatos se subdividem em elementos facilmente capturáveis, tornados parte de uma vulgata política que é instrumento da pedagogia dos jornais. Sua transformação varia de acordo com o avanço da situação política luso-brasileira, com a qual jogam os utopistas no estrangeiro. Trata-se de uma verdadeira batalha erguida em torno do futuro.

Uma primeira forma de visualizar a narrativa utópica é identificá-la por aquilo que ela não é. Não se pode confundi-la com formas não literárias de mitos que surgem e orientam atitudes coletivas mescladas de fervor religioso. Em Portugal, escarneceu Voltaire em seu "Poème sur le désastre de Lisbonne", de 1775, a crença inabalável na Providência fazia obscurecer a busca pela causa direta do terremoto que se abateu sobre Lisboa.

A religiosidade portuguesa, durante a invasão napoleônica, não vai reagir de outra forma. As formas de entendimento popular viram logo no mito da orfandade uma boa metáfora para a ausência do rei D. João. E logo se percebe, antes dessa forma de argumentação ter espaço nos jornais, as irrupções de cultos sebastianistas em Portugal. Como sugere R. Girardet, estes períodos de abalo e orfandade política facilitam a crença no indivíduo salvador. Os nossos escritores buscam isenção do religioso isolando-o sob a forma da moral, virtude ou do catolicismo formal. A política busca se emancipar do mito ao mesmo tempo em que forja uma utopia que tem na própria razão o seu princípio organizador. Ainda segundo R. Girardet, não se pode afastar a utopia da formulação onírica, da mesma forma que mitologias políticas são constantemente alimentadas por utopias escritas, em torno das quais orbitam várias formas de crenças populares. A efervescência política, em todo o caso, facilita formas oníricas preferencialmente a utopias bem formuladas, que parecem ser mais o resultado de sociedades relativamente estáveis, em que problemas políticos podem ser extensamente meditados. O reino português na virada do século, na Era da Revolução, não está nem numa situação politicamente estável e nem desfruta de formas modernas de raciocínio político que tornem possível a formulação de utopias. Há, antes, mitos e utopias que se cruzam misturando imagens populares com formulações letradas mais duradouras.

Raoul Girardet ajuda a discernir mais claramente as mitologias políticas sugerindo quatro elementos principais: a conspiração, a Idade de Ouro, o salvador e a unidade (1984). Não é preciso uma busca muito detalhada para constatar a ampla participação de cada um desses

elementos, seja em conjuntos mais elaborados de ideias políticas ou no imaginário social em seu caráter mais oralizado, onde funcionam com força os boatos, as ideias sobre conspiração e, principalmente, a ideia da salvação pelo bom príncipe. Ainda que estes elementos se façam presentes nos autores de periódicos que destacamos, preferimos lançar a cada um deles um olhar mais particular, separados da seguinte forma, nas seções seguintes deste capítulo: em Hipólito da Costa (1), é possível ver a construção do paraíso idílico que constitui o Brasil, sua liberdade e distância edênica do caos das guerras napoleônicas na Europa; em João Bernardo da Rocha Loureiro (2), está sempre presente a referência ao caráter pastoril e ao mesmo tempo imperial de Portugal no século XV, com a busca de reavivar no futuro o passado idealizado das conquistas ultramarinas; e em José Liberato (3), a razão organizadora, presente na burocracia estatal renovada, vincula-se à virtude religiosa para dar ao reino português separado do Brasil uma fisionomia nacional moderna. Antes de avançar, é importante lembrar que, como abordamos em trabalhos anteriores (Munaro, 2018), a rede de intelectuais portugueses no exterior possui razoável grau de coesão, sendo mesmo possível constatar os vínculos de proximidade mantidos pelos jornalistas na cidade de Londres, inclusive por meio de encontros em clubs específicos.

2. Aquela terra longínqua e sossegada

A narrativa de Hipólito da Costa sobre o Brasil, em seu *Correio Braziliense*, começa com uma antiutopia: aquela "terra longínqua e sossegada" foi prejudicada por um grupo de maus administradores incrustados no aparelho de Estado. O lugar para o qual o leitor é remetido foi povoado de forma incorreta e se tornou um laboratório de vícios. A marca característica dos governos imaginados pelos utópicos, como vimos, é a sua coerência, seu funcionamento que lembra o de um maquinário onde cada peça se encontra no lugar certo. No Brasil de Hipólito, a coerência necessária era abalada pela persistência do sistema colonial, e é pelo final desse mesmo sistema que, se uma utopia há, ela começa; pois a corte, o rei, com o seu poder regenerativo, a sua vontade e energia, mudará esse mesmo Brasil. A chegada do príncipe com a comitiva real em terras cariocas em 1808, portanto, representa a abertura, a abertura efetiva dos portos, o início de um processo de rápidas mudanças urbanas. E o príncipe, ouvindo as lamentações dos povos, poderia oferecer remédio efetivo para o "mau sistema".

A parte mais visível da obra de Hipólito incide sobre problemas concretos da administração luso-brasileira e argumenta a implantação de instituições políticas similares às inglesas — com uma necessária adequação às especificidades locais, segundo os ensinamentos do sempre presente Montesquieu — no Reino Luso-brasileiro. A chegada da Corte no Brasil torna, portanto, este um laboratório no qual se testam doutrinas políticas. Mas, ao mesmo tempo, aquele mesmo Brasil, longe do tempo europeu, revela uma possibilidade utópica, o descomedido

esforço de um indivíduo, um príncipe corajoso, que construirá uma das maiores potências do mundo juntamente com planejadores preocupados. A inauguração do sonho brasileiro começa por inflar os poderes do príncipe, o ponto de partida de toda essa construção simbólica que tem início com a sua saída de Portugal: "Aqui tornamos outra vez a atribuir todo o merecimento exclusivamente ao Príncipe Regente; porque a sua retirada para o Brasil é obra meramente sua, sem que fossem necessárias as instâncias de seus Conselheiros, e muito menos a influência de nenhuma nação Estrangeira" (*Correio Braziliense*, vol XI, 1813, p. 810).

A tentativa constante de engrandecer o príncipe, que começou a governar como monarca do Reino Luso-brasileiro em 1816, é o esforço da transparência, pois na monarquia portuguesa, o rei é aquilo que está mais visível para o povo — logicamente, ele é a pedra de sustentação do regime monárquico. Em argumentação semelhante à de José Liberato, Hipólito situa a pedra de fundação da monarquia portuguesa no pacto celebrado durante as Cortes de Lamego ainda no século XII (este evento é claramente usado com fins nacionalistas, sendo as suas atas popularizadas e lidas entre as elites portuguesas sabidamente falsas). A utopia de Hipólito é um deslocamento de espaço para uma terra relativamente desfocada no imaginário europeu, tornada importante com a fuga da Corte e com a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as "nações amigas". Essa abertura é uma segunda abertura, uma segunda virgindade, já que o Brasil dominado pelos "répteis arvorados em Soberanos", os governadores de província, agora podia recomeçar com a presença regeneradora do monarca.

O tempo brasileiro muito lentamente mergulha na realidade do *Correio*. No primeiro ano de publicação, 1808, há um primeiro espaço para os decretos e alvarás expedidos pelo governo, depois uma matéria, intitulada "Brasil", que começa a subseção "Reflexões sobre as novidades deste mês". Quanto ao espaço brasileiro propriamente dito, ele se revela mais pelas viagens dos estrangeiros do que pelos relatos dos próprios brasileiros. Aparece, portanto, a partir de imagens e narrativas esparsas. O próprio Hipólito não teria, durante sua curta juventude no Brasil, viajado para cima dos trópicos. Nos quatorze anos de publicação, dois mapas, um dos quais colorido, ajudam o leitor a situar um pouco melhor esse curioso lugar no mundo. Além disso, descrições, na maior parte das vezes de viajantes, descortinam partes intocadas do território. Assim, o Brasil vai sendo cercado de sentidos, imaginado lentamente, seu espaço descoberto pelo que revela de distante e misterioso. Para além desse espaço e tempo ideais, que devem gerir um governo novo e um novo homem, há nas páginas do *Correio* grande esforço de pensar a realidade brasileira e diagnosticar para ela soluções reais. Esse pensamento, que faz parte do corpo de doutrinas políticas e econômicas do *Correio*, não é só uma tentativa de exibir o passado à memória, é ela mesma uma tentativa de recomposição da memória, tanto para os brasileiros quanto para os europeus. Trata-se do que Bethania Mariani chamou de instaurar um "dizer-suporte" para o Brasil, colocando-o no fluxo do noticiário europeu (Mariani, 1993).

O esforço de Hipólito em significar o Brasil ultrapassa o noticiário puro e simples, torna-se aos poucos um conjunto de comentários detalhados sobre a administração pública, e até

um projeto mais ambicioso, quando o autor demonstra a sua intenção de escrever uma história do Brasil expondo-o ao conhecimento do mundo. O jornalista anuncia ter recebido vários documentos importantes e promete evitar os "vícios da língua" comuns aos estrangeiros que tentaram a redação dessa mesma história (*Correio Braziliense*, vol. XX, 1818, p. 70). No momento histórico de expansão das Luzes, o papel do jornal não é apenas noticiar, é ilustrar. E, para tanto, deve abrir a mente de seus leitores para problemas que extravasam a percepção direta da realidade desses mesmos leitores. Nesse sentido, pode ser entendido como um convite à imaginação, deslocando-se tanto para outros tempos quanto para outros espaços.

Hipólito apresenta vasta literatura produzida sobre o Brasil, que envolve desde os decretos e alvarás publicados pela corte até panfletos e jornais lançados na Inglaterra e Portugal ou mesmo livros. O Brasil vai sendo construído a partir de um incessante esforço de reconstituição de seu povo e de visualização do seu espaço. Hipólito deixa à margem um diálogo utópico com o Brasil, no qual o Brasil é o seu próprio ideal, para vê-lo à luz de seus problemas políticos reais. Ou seja, diante da incapacidade de os homens porem em prática no lugar ideal um corpo de doutrinas exaustivamente pensado e sonhado pelos intelectuais na Universidade de Coimbra, na qual Hipólito adquiriu a sua formação, a culpa se desloca para o "mau sistema". Os homens portugueses, ainda que sejam na maior parte dos casos bons, são digeridos por uma máquina corrompida que, quando não é antiga demais para problemas atuais, é inadequada às circunstâncias do Brasil. Hipólito observa como o aparelho administrativo português simplesmente foi transposto para o Brasil sem que tenha havido um interesse ativo em modificá-lo respondendo a problemas específicos. Surge assim, a referência jocosa ao *Almanaque de Lisboa*:

> O governo do Brasil arranjou-se exatamente pelo Almanaque de Lisboa, sem nenhuma atenção ao país em que se estabelecia. Mostra, por exemplo, o Almanaque, em Lisboa, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Junta de Comércio, etc.; portanto, quer o Brasil careça destes estabelecimentos, quer não, erigiram-se no Rio de Janeiro, logo que a corte ali chegou, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda e uma Junta de Comércio. Precisa-se, porém, pela natureza do País, de um Conselho de Minas, uma Inspeção para a abertura de estradas, uma Redação de mapas, um Exame de navegação dos rios, e muitas outras medidas próprias do lugar. Mas, nada disso se arranja, porque não aparecem tais coisas no Almanaque de Lisboa. Remediar-se-ia isto mudando os atuais relógios e substituindo-lhes outros? (*Correio Braziliense*, vol. X, 1813, p. 289).

O que nos faz retornar a um problema que permeia toda a existência do *Correio*, e mais tarde será descrito por Raimundo Faoro (2001): ao invés de se preocuparem com problemas concretos no Brasil, seus administradores tomam medidas desconectadas do mundo em que vivem, isto é, produzem nonsense. Tanto vivendo no mundo do Almanaque de Lisboa quanto escrevendo longos decretos de guerra contra povos que nem sequer sabem ler, os

índios botocudos. Ao invés de uma utopia, estas considerações a um modo descarnado de administração já se aproximam da crítica inglesa explorada por Jonathan Swift em suas Viagens de Gulliver. A ironia de Hipólito contra as medidas administrativas do Antigo Regime é uma figura de linguagem muito utilizada pelos jornais ingleses, ela se dirige às ações de governadores que parecem viver num mundo completamente afastado da realidade. A ironia de Jonathan Swift desfere seu veneno contra uma grande quantidade de teoria produzida sobre problemas considerados irreais. Pode-se falar num decrescimento da utopia ao longo do amadurecimento do *Correio* Braziliense, ainda que ao término do periódico, com a independência brasileira, o locutor volte a acalentar o sonho utópico de uma terra distante conduzida de forma ideal.

O discurso de Hipólito prevê a harmonia das várias partes do império, através de um contrato que funciona por meio da tradição e da razão. Quando essa racionalidade, contudo, diz o Brasil ser um melhor centro para o Reino luso-brasileiro, posto que "afastado das guerras e intrigas europeias", ele já está propondo uma outra utopia e questionando o status quo de seus colegas portugueses. Para os portugueses, a Idade de Ouro é a encarnação de Portugal no próprio Portugal, e o deslocamento da sede da metrópole para o Brasil geraria um estado de coisas radicalmente "antinatural" (Ferreira, 2006, p. 322). Há aí, tanto quanto um choque de projetos de nação, um choque de utopias: uma vez anunciadas as decisões consideradas recolonizatórias das Cortes de Lisboa e D. João retornado a Portugal em 1821, Hipólito formula uma nova proposta política: o homem capaz agora é o príncipe D. Pedro, com sua coragem e determinação.

A opção por um determinado projeto de nação, por Hipólito da Costa, está visível logo no nome do periódico: para ele, o termo braziliense se contraporia ao brasiliano, índio nativo da região e ao brasileiro, estrangeiro que, pelas circunstâncias, habita o Brasil. Braziliense, o principal destinatário do jornal, corresponde ao elemento branco nascido no Brasil, capaz de efetuar uma leitura razoável de textos de orientação política e econômica. Noutras palavras, é um público composto por hipólitos imaginários: são eles que construirão esse Grande Reino situado num lugar distante, prestes a ser ressignificado pela presença da corte civilizada. Na tentativa de dar corpo a essa abstração, Hipólito forja ele próprio uma imagem do Brasil e de sua gente que transitam entre os dados concretos que recebe de longe e o sonho utópico. Hipólito e seu público imaginário cumpririam o papel ilustrado de condução desse processo em direção ao futuro. Ele é um "homem de talento" capaz de guiar adequadamente a "opinião popular" (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, janeiro de 1821, p. 65). "Talentos nacionais" têm como sinônimos "homens de capacidade", "sujeitos hábeis", "gente de conhecimentos", que representam as vozes sobressalentes que devem orientar o povo, nutridos por zelo patriótico. Os talentos também são o público a que se dirigem os jornais em língua portuguesa escritos em Portugal e em Londres. A voz deles deverá ser a voz do povo, "voz pública", e é a eles que devem ouvir, por exemplo, os deputados que participam das Cortes de Lisboa em 1821. Os

talentos funcionarão como censores dos ministros e deputados, evitando que as suas decisões sejam arbitrárias, despóticas ou mesmo anárquicas. Segundo Hipólito:

> Se, porém, houver nas Cortes atuais falta de talento, falta de patriotismo, ou sobejidão de intriga, a voz pública remediará, senão em todo, ao menos em grande parte, esses inconvenientes; porque tal é o entusiasmo da nação, tanta é a gente de conhecimentos, que aparece à luz todos os dias, posto que não fossem muitos contemplados nas eleições pelo defeito de seu plano; e tal é a atividade que cada um mostra em fazer o que pode ao bem da pátria, que mal poderão os Deputados das Cortes desviar-se de seus deveres, sem que a pública opinião lhes lembre o caminho que devem tomar (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, Janeiro de 1821, p. 63).

A "voz pública" é aquela que se faz ouvida, aquela da "gente de conhecimentos", posto que, como é lícito lembrar, o povo responde por atividades das quais se deve desconfiar e fala por si somente em situações extremas. A sua expressão é perigosa, pois pode "arrebentar em atos de insubordinação" (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, janeiro de 1821, p. 75). Enquanto "o prazer e esperanças da parte mais cordata da nação bem aparece nas diversas falas que se fizeram nas juntas eleitorais, e algumas das quais foram impressas e publicadas", "o entusiasmo do povo se manifesta em iluminações, fogos d´ artifício e festas" (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, janeiro de 1821, p. 66). Os homens cordatos devem observar as atividades das Cortes de Lisboa e buscar interferir dando-lhes um rumo edificante. Hipólito reconhece determinadas forças que representam os anseios do público, os "talentos da nação" que recebem o sinônimo de "atilados engenhos". Este público no Brasil era encarnado pelo "homem de casaca", que supunha a ideia de pessoa letrada e conhecedora da política (Neves, 2003). Ele interage com o jornal através de escritos de caráter ilustrado e influi positivamente no destino político do reino. Ele deve servir de intermédio entre o rei e o povo, representando um elemento chave da construção nacional, servindo as suas ideias ao aperfeiçoamento do Estado monárquico.

O povo em si mesmo não é confiável, já que caracterizado por ações irregulares e duvidosas, como a que se verificou na França em 1789 ou em Pernambuco em 1817. O pendor destas revoluções é um mal "de efeitos imprevistos, porque é impossível prever as causas incidentais, que têm ocorrido, e cujas consequências também se não podem prognosticar" (*Correio Braziliense*, vol. XXVII, outubro de 1821, p. 327). Os "homens de talento", desta forma, possuem uma grande responsabilidade como formadores da "opinião pública". Enquanto a nação inclui "povo" e "homens de talento", apenas os últimos, isto é, a "parte mais cordata da nação" é responsável pela observação política que dará segurança às decisões das Cortes de Lisboa. Em outras palavras, ajudar a fazer com que o "povo" permaneça estourando fogos alegres, e que estes fogos não se tornem tiros por detrás de barricadas, "porque tendo a revolução começado pelo povo, e não pelo Governo, é impossível prever seu êxito" (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, fevereiro de 1821, p. 167). A "explosão no Brasil" será evitada quando

"as pessoas que desfrutaram os lucros dos passados abusos" sejam substituídas por outras através de reformas políticas, garantindo assim a credibilidade do governo diante da nação. Para que um governo seja desejado, as suas ideias e as dos súditos devem estar em perfeita conformidade, lembrando a transparência da utopia política e a bondade intrínseca do bom príncipe, concluindo assim a "Unidade". Não se deve impedir o povo de falar, antes se deve guiá-lo a uma fala apropriada, segundo a fórmula já fornecida que envolve a ação dos homens cordatos. Ao se inibirem as opiniões públicas,

> quanto mais os Governos comprimem a expressão da opinião pública, tanto mais se expõem a que ela arrebente em atos de insubordinação, e tanto mais perigosos quanto eram inesperados pelos mesmos Governos; ainda sem fazer conta com outros males, que resultam de se reprimir desarrazoadamente a faculdade de exprimirem os homens seus sentimentos (*Correio Braziliense*, vol. XXVI, janeiro de 1821, p. 75).

O sentimento do povo é feito notar pelo rei através dos homens de talento. É na figura do rei que se materializa a expressão do povo e dos homens de talento como um todo. Ele, portanto, finaliza a utopia. O príncipe D. Pedro se torna a sua pedra de sustentação quando do retorno de D. João a Portugal. Os déspotas, chamados "ministros corruptos", "aristocratas perversos", "répteis arvorados em soberanos", cumprem a função de desviar o monarca da percepção dos reais sentimentos do povo e, portanto, da realização da conexão em torno da qual orbita a nação. O monarca, como lembra Norbert Elias (2001, p. 143), se situava no interior de uma complexa cadeia de intrigas que deveriam ser conduzidas de forma a monopolizar o papel de guia das tensões e discórdias produzidas entre os cortesãos. Nesse sentido, a aparição pública do rei era prenhe de significados. Para Bronislaw Baczko,

> As 'aparências' fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele, fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio de sua própria imagem (Baczko, 1985, p. 301).

Mas ela não acontece apenas através de um circuito físico de aparições. A presença do rei é também imaginada e reforçada pela linguagem dos jornais. O *Correio Braziliense*, nesse sentido, isola o soberano numa ilha de prestígio moral e tenta colocar a nu os desmandos dos seus ministros. Quando o rei se vê alvo de acusações de corrupção ou de incapacidade de guiar os povos brasileiros, o redator não hesita em isentá-lo sob a desculpa de que o rei estava sendo ocultado pelos ministros inescrupulosos. Ao longo de catorze anos, Hipólito não lança uma só crítica direta ao soberano. Quando muito, o que ele faz é sintetizado mais ou menos pelo

excerto seguinte: "Se o Soberano pudesse ser informado de um só fato dos que estudiosamente se ocultam à sua vista, veria ele a culpável negligência com que seus ministros têm deixado perder os lucros" (*Correio Braziliense*, vol. VI, 1811, p. 234). Noutras palavras, o aparelho administrativo está em frangalhos, mas as vistas do rei são ocultadas por manobras políticas mal-intencionadas. O rei nada pode fazer enquanto não houver uma vontade generalizada de mudar o "sistema" do "despotismo ministerial" (*Correio Braziliense*, vol. IX, 1812, p. 887).

No interior desse Estado degradado por ministros egocêntricos, Hipólito destaca a sua própria função e a função do homem público em geral. Enquanto jornalista, ele está entre os "homens talentosos" que devem ser úteis aos membros da sociedade, "segundo as suas forças físicas ou morais, para administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talento, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou" (*Correio Braziliense*, vol. I, 1808, p. 1), numa construção que lembra o intelectual ungido, situado um degrau acima, e por tanto capaz de olhar melhor, que mais tarde Thomas Sowell (2011) chamaria de "visão de mundo irrestrita". Para que a utopia brasileira se veja efetivada numa nova terra, com um novo homem, e com um príncipe corajoso, a Constituição representará o elemento de unidade simbólica: ela será a garantia de que uma aristocracia associada ao sistema antigo, inútil para o amadurecimento da nação, será excluída dos quadros administrativos (Ferreira, 1992), afastando assim a "conspiração" dos elementos maus.

A presença do Soberano, como guia, símbolo nacional e único bastião capaz de efetivar a manutenção da união nacional, é vista de forma mais clara se retomarmos o percurso da utopia de Hipólito. Por trás de seu jornal, o mecenato régio acalmava os ânimos do jornalista, potencializando no *Correio* uma imagem positiva da realeza. Oliveira Lima chega a sugerir que "D. João era o primeiro a ler com assiduidade" o *Correio Braziliense* (1945, p. 18). O rei, de fato, parece ser sublime: em Portugal, em 1798, quando Hipólito viajava para os Estados Unidos, a cerimônia de beijamãos dos reis e príncipes ainda era comum. Todo o respeito era devido à rainha portuguesa D. Maria. A aclamação pública do monarca era a segurança do próprio funcionamento do sistema político absolutista, a encenação simbólica na qual o rei cumpre seu papel mágico de guia dos povos. Logicamente esse rei, em Portugal, não podia curar enfermos de escrófulas, mas estava sim, dentro do quadro simbólico em que cresceram os publicistas de 1790, instituído por poderes absolutos e divinos (*Correio Braziliense*, vol. III, 1809, pp. 372-3). Nos Estados Unidos, quando confrontado com a sociedade republicana, o redator oferece um interessante panorama de estranhamento intelectual. Num dos seus textos sobre a Filadélfia, datado de 1 de janeiro de 1799, Hipólito enuncia sobre quando, por influência do embaixador português nos Estados Unidos, Cipriano Ribeiro Freire, é levado a conhecer o presidente John Adams, que comemorava com seus semelhantes o Dia de Ação de Graças:

> O presidente estava de pé, de casada, espada e chapéu debaixo do braço, conversando com algumas das pessoas que ali se achavam; quando se entra dirige-se a ele e se lhe faz um cumprimento,

> ele pega na mão, pergunta pela saúde e diz mais alguma coisa, a mim me perguntou que tal achava seu país; depois disso todas as pessoas conversam umas com as outras, mesmo passeiam pela casa e o mesmo presidente muda de lugar frequentemente, de modo que estão todos confundidos sem ordem ou arranjamento de etiqueta (Costa, 2004, p. 14).

A desordem em que se encontram os líderes republicanos preocupa Hipólito, já que o líder, incapaz de se fazer sentir pelos seus inferiores, não poderá manter por muito tempo a força do seu Executivo. O chefe supremo da nação deve ser reconhecido publicamente pelo seu status de líder, pelas condecorações que ostenta e pela sua presença simbólica nas ruas, de forma a ser o elemento sobressalente da unidade da nação. No final das contas, toda a utopia política de Hipólito endereçada ao Brasil e ao seu homem braziliense é tributária desse princípio de reverência e solenidade à autoridade monárquica, que emprestará a sua bondade e experiência para a construção de uma nova nação na longínqua América, a utopia da "terra longínqua e sossegada".

3. A lusitana antiga liberdade

As pedras de sustentação da sociedade portuguesa estavam no pacto realizado entre o monarca e o povo. Este contrato, que tantas vezes José Liberato afirmou ter sido realizado através das Cortes de Lamego, quando D. Afonso Henriques selou a sua condição de monarca, seria o fundamento dos poderes do rei. A recorrência à história dá solidez ao contrato social, da forma como ele é imaginado pelos portugueses. Contrato que não foge da ideia de uma cabeça reinante capaz de conduzir os povos durante as duras provações por que passa a história europeia. A utopia aqui sela o seu destino junto à ideia do legislador ideal, do guia magnânimo, ou, então, meramente do que podemos chamar bom príncipe (Baczko, 1978, p. 160). Tantas vezes quanto pôde, como vimos, Hipólito da Costa exaltou a imagem do rei e defendeu o seu exemplo moral. Como, contudo, o rei se encontrava anulado pelas forças ministeriais, seu poder regenerador não tocava as partes mais distantes do reino. Para que essa seiva corresse e o antigo pacto fosse restaurado, as reformas conduzidas pelos homens de talento deveriam reconstruir o aparelho danificado do Antigo Regime. Restaria assim, de acordo com as tão propaladas Luzes do século, um rei aclamado pelo seu povo, sem a intrusão do séquito dispendioso.

No longo percurso editorial de cada um dos jornais portugueses publicados no emigrado, as engrenagens da sociedade são extensamente sonhadas e buscadas aplicar sobre um real que aparece sempre bloqueado. Nesse sentido, a utopia possui uma força realizadora que impele os homens para a construção de algo. Ela não é puramente ornamental. Como argumenta Itamar Borges, ela possui estruturas que lembram as do contrato social, andando,

contudo, na outra direção: se o contrato realiza a sociedade num passado ideal, a utopia tem como ideal essa mesma sociedade no futuro, já que o contrato social

> é uma concepção que projeta no passado a origem da sociedade, enquanto a narrativa utópica projeta no futuro a possibilidade de sua realização ideal. São duas construções com expressão de traços míticos e ambas enraizadas no presente, pois tanto o filósofo contratualista quanto o criador de relatos utópicos partem da análise da sociedade e do momento em que vivem (Borges, 2008, p. 8).

Assim, se a utopia impele para o futuro e implica, na maior parte das vezes, reconstruções extremas da paisagem social, o contrato implica num retorno ao passado que permite perceber as origens dos vínculos interpessoais presente numa sociedade entendida como pátria e mais tarde como nação. São, assim, dois conceitos que se encontram vinculados: em seu interior residem tentativas de fornecer argumentos para explicar as forças agregadoras da sociedade. Da mesma forma que o futuro imaginado, a história também aparece como um encadeamento ideal de eventos cuja força de execução acaba sublimada no próprio presente. É possível perceber, por exemplo, como diante da a-historicidade do Brasil, sua distância do tempo histórico europeu, Hipólito da Costa encarna nele a quarta parte nova dos versos de Camões que é a epígrafe do *Correio Braziliense* ("Na quarta parte nova os campos ara, E se mais mundo houvera lá chegara"). O Brasil está fora da história. Sua identidade política começa apenas quando D. João chega no Rio de Janeiro e com ele a força fecundante da Europa.

Nesse sentido, a tarefa dos jornalistas portugueses que respondem Hipólito é menos ingrata: existe uma história, existem as Cortes de Lamego e existe o fundador D. Afonso. O que é necessário é "restaurar o edifício corrompido" fazendo com que ele caminhe de acordo com as "Luzes do século". Por certo, num momento em que a identidade portuguesa se vê cambaleante entre a submissão à França, à Espanha, à Inglaterra ou mesmo ao Brasil, a missão histórica do jornalista não se desliga desse patriotismo que é ao mesmo tempo o panegírico da história, da tradição inventada, da narrativa nacional, independentemente de como se queira imaginá-la. A história que João Bernardo da Rocha Loureiro revive nas páginas do seu jornal O Português é uma sucessão de exemplos positivos que esclarecem o contrato dos povos portugueses. A história possui uma força moralizante que ressalta os exemplos positivos e, ao mesmo tempo, impõe limitações para o comportamento dos povos (Baczko, 1978, p. 169).

A preocupação de Loureiro é como celebrar o contrato e consolidar fundamentos que garantam a unidade dos povos portugueses. Entrando um pouco mais a fundo na questão, Loureiro celebra os feitos célebres dos reis portugueses, desde D. Afonso e, percorrendo a história, depara-se com a mão-mole de D. João que optou pela saída de Portugal durante a crítica invasão das tropas de Napoleão Bonaparte em 1807. Pela primeira vez, e isso acontece em 1815, Loureiro questiona o merecimento do rei ao trono. Quanto ao contratualismo,

Loureiro começa a esboçar com maior força teórica as suas ideias a partir das cartas mandadas ao interlocutor imaginário Orestes, em edições de 1814 do Português, em que relata a perfeição da Constituição britânica. Nestas cartas ele pinta em cores marcantes a situação do Reino luso-brasileiro e oferece uma noção contratual segundo a qual a unidade de Portugal estaria sendo espoliada pela ingerência de várias forças estrangeiras. Cartas publicadas entre 21 de janeiro de 1769 e 21 de janeiro de 1772 no jornal inglês Public Advertiser, por um personagem autoidentificado como Junius, foram um grande sucesso editorial em Londres (Black, 1987, p. 129). O ardor dos ataques que elas portavam contra o governo pessoal do rei George III parecem ter seduzido Loureiro, como ele mesmo o afirma:

> Por mui pago me dera os meus coitados talentos se alguma [das cartas a Orestes] tivesse que, versando sobre objetos políticos, fosse morte-cor, sombra ou fraco arremedo das famosas cartas de Junius, delícias desta nação que dá preço ao juízo e sabe cavar fundo nos campos do pensamento (*O Português*, vol. .III, 14 de junho de 1815, p. 109).

Para encaixar as peças do seu contrato, Loureiro utiliza a força retórica do diálogo com Orestes. O diálogo enquanto acontecimento discursivo se repete na literatura desde o Banquete platônico e permite que o escritor exponha de forma clara e didática as suas ideias, melhorando-as, quando aprouver, e persuadindo, pelo tom familiar, o seu leitor. Nesse sentido, Loureiro aproveita o Orestes imaginário para sugerir uma noção de contrato que tem na história portuguesa os princípios da regeneração moral. O sentido simbólico e mesmo mítico dessa regeneração está mais bem exemplificado no uso pelo autor da expressão camoniana "Lusitana Antiga Liberdade". Quando Antonio Sérgio menciona, em sua palestra "O Reino Cadaveroso", o seu desânimo diante do apego do gênio português ao escolasticismo, também faz uma menção ao engenho intelectual português no século XVI. Ali se embutiu, com as navegações ultramarinas, um espírito experimental bastante criativo e mesmo próximo da cosmovisão introduzida pelo Renascimento (Sérgio, 1926). Contudo, não passou de uma chama. Esse tempo em que Portugal experimentava e, experimentando, descobria, foi logo esbulhado pela presença dos jesuítas e da Inquisição. Surgem assim as expressões "Reino Cadaveroso", "Reino da Estupidez", ou mesmo "Reino da Estupidez Cadaverosa". Tanto quanto Antonio Sérgio, em 1926, lamentava esse longo período das trevas portuguesas, vendo ventilação intelectual apenas nos textos de estrangeirados como Luís Antonio Verney e Alexandre Herculano, Loureiro lamentava a degeneração de Portugal recantando a epopeia das conquistas portuguesas de Camões. Este literato exprimiria o espírito crítico, o individualismo e o experimentalismo do Renascimento, ajudando a alimentar o gosto do português pela aventura rumo ao desconhecido. É a essa nostalgia que Loureiro recorre para injetar autoestima no abatido ânimo português. Nostalgia semelhante à que Antonio Sérgio mostraria um século depois pelo experimentalismo dos portugueses durante as navegações.

Outra ideia que cumpre discutir é a de que a utopia, durante a transição liberal do Iluminismo em Portugal, se incorpora a uma ideologia. Quer dizer, a utopia, que ao mesmo tempo está permeada por sentimento nostálgico e sonhos relativos ao futuro, aciona o poder do exemplo histórico para garantir sua autoridade. Na sugestão de José Alves, sobre a "lusitana antiga liberdade", utilizando as expressões gramscianas "ideologia", "hegemonia" e "bloco histórico":

> Podemos talvez afirmar que, em Rocha Loureiro, a 'Lusitana antiga liberdade', as antigas cortes e outros valores, são o apelo, a busca na ideologia popular das antigas liberdades roubadas, convertendo-as de algum modo em mito e motor, que presta um serviço ao movimento liberal em Portugal. [...Ele] hegemoniza, no sentido em que penetra fundo nas necessidades conjunturais e estruturais, faz um discurso de poder, já que pretende encaminhar-se para as realidades mais concretas e procura dar respostas às necessidades mais evidentes, que têm a sua expressão no desejo tendencial do bloco histórico. Para ele, 'a política não é a interrupção do imaginário, o problema está em reativar a tradição e aproximar a utopia' (Alves, 1987, pp. 708-9, grifos do autor).

A aproximação da utopia estaria assim mais na Idade de Ouro portuguesa do que na luz da razão, contendo assim um apelo ideológico de autoridade. Reativar a tradição e aproximá-la da utopia não diria respeito, portanto, à reorganização estrutural da sociedade portuguesa, na forma de uma dramática ruptura, mas sim de uma adaptação ao "caráter português", tornando as Luzes do século adequadas à tradição nacional, sem romper com os usos e costumes que são o próprio sustentáculo do contrato português. A questão fica mais inteligível quando comparamos a missão de Rocha Loureiro com a de Hipólito da Costa, seu padrinho intelectual em Londres.

Enquanto Loureiro busca a legitimidade de Portugal no seu Renascimento, Hipólito da Costa busca atribuir significado a um Brasil distante do imaginário europeu e instaurar um dizer-suporte para uma terra distante da cartografia europeia. Loureiro busca reativar a grandeza de Portugal a partir do conjunto de imagens camonianas da "lusitana antiga liberdade" e recolocar a potência portuguesa no mapa europeu. Contudo, mesmo a reativação da história portuguesa está ligada à utopia. Isso parece visível quando lançamos o olhar para um povo cuja identidade está à margem da ruína e que sofre, constantemente, o risco de ter sua soberania política dissolvida. Em outras palavras, que busca elementos de autoestima e os encontra no passado glorioso. A utopia da grande nação portuguesa, portanto, vai até o passado da "lusitana antiga liberdade" para encontrar os seus elementos formadores.

Nesse sentido, e diante da urgência pragmática da situação, a tradição na forma de história absorve a utopia e serve como seu motor. O que de mais particular Loureiro oferece, talvez reconhecido pelo próprio redator quando em 1824 decide reunir uma coleção de textos sob o título de "Memoriais a D. João VI", é a fraqueza e inabilidade do rei. Ao contrário do que acalenta Hipólito da Costa, ou como sustentam ideólogos do absolutismo como José

Agostinho de Macedo e José Anselmo Correia Henriques em seu jornal *Zurrague* (1809), Loureiro mostra-se, pela primeira vez entre os portugueses, incapaz de ver em D. João VI uma força unificadora. Ele passa a esboçar uma noção contratual que remete apenas ao Direito Positivo, afastando-se do Direito Divino Natural de Hipólito da Costa. É ele quem mais claramente traz o rei para o território da política tornando-o o "primeiro cidadão de Portugal". Para Loureiro, ser rei implicava a total abnegação em prol da política, já que o rei, enquanto a figura superior, nos termos platônicos, estava acima de qualquer outro português. Como se vê nos Memoriais, Loureiro está sempre a insinuar que D. João não está pronto para assumir essa condição. Bernardo da Rocha Loureiro destaca-se, assim, pela denúncia da covardia do rei e pela sugestão de um contrato que tem seu resgate na história, talvez até mesmo numa ideia de "grande península" que remete ao império romano. Não pode haver melhor explicação para os disparates cometidos pelo maquinário público senão na apatia de um rei que não governa. O rei se insula em meio a um casulo onde suas decisões se tornam mais uma vez nonsense. Enquanto Hipólito via no Almanaque de Lisboa a encarnação do espírito abstrato e descolado dos problemas reais do reino, Loureiro desloca essa argumentação para o próprio rei que encarna o absolutismo, afastando-se da realidade da tradição e do projeto das Luzes, ao mesmo tempo em que da tradição portuguesa. O rei está fora da realidade não pela ação ruim dos ministros, necessariamente, mas pela falta de vontade de sair desse círculo vicioso e oferecer para Portugal um estatuto digno do século XIX. Essa crítica ao mundo de sonhos de D. João pode ser bem exemplificada pela "liberalidade" do rei ao distribuir mercês numa "terra de ninguém" como o Brasil, construindo quase uma antiutopia nos trópicos:

> Terras, tenças, comendas, salários, ofícios de nova criação escusada, foros reguengos, tudo o que havia de pingue e de algum chorume está dado. E quando nada mais havia para dar que fundisse algum proveito, deitou-se o rei no espaço imaginário da ficção. Criaram-se novos títulos e ordens de Cavalaria desmontada com que se tem inundado todos os domínios portugueses. V.M. no rebate porque se está descontando o mesmo dinheiro papel que V.M. criou? Esse papel moeda já pouco vale e em breve nada valerá se dele espalham grande quantidade. As honras de V.M. dadas aos montões em reinado tão sem glória e semeadas por todos os chambres do Brasil, são pífias maravalhas sem mais sólido luzimento que as pedras falsas dos vestidos de comediantes (Loureiro, 1973, p. 207).

Loureiro vê nessa distribuição de mercês a mesma ausência de sentido que Hipólito via quando D. João declaraou guerra aos botocudos e mostra profundo ressentimento diante da indiferença do rei com relação a Portugal. Que sentido faz distribuir mercês militares para homens que nunca viram uma guerra? Mas, mais do que isso, que sentido faz permanecer no Brasil? O abatimento de Loureiro caminha assim paralelamente ao desencantamento da figura do rei, quer dizer, à tentativa de dar um cabo definitivo à noção de Direito Divino e introduzi-la na esfera do Direito Positivo. Numa das suas várias cartas ao rei, ele aconselha:

> A fortuna que fez a V. M. nascer para ser rei, ao mesmo tempo em que lhe deu essa qualidade, negou-lhe a de poder vir a ter um amigo, que a amizade só se pode dar entre iguais e o rei a todos é superior. Por isso, quando V. M. viola essa lei da natureza, mal o pode fazer impunemente, que essa matilha de aduladores, nos quais V.M. julga ter amigos fieis, apenas são privados e validos, gente sem fé e sem lei, Janos políticos porque têm dois rostos, egoístas e hipócritas refinados, inimigos jurados do príncipe e do povo, ruína e peste da sociedade. Essas sereias políticas enganam com brando parecer e aliciam com meigas vozes os olhos e ouvidos do monarca. Assim o vão elas atraindo a voragem da perdição, e na profundeza dela se abismará sem remédio o rei e o povo. É impossível não ouvir já de perto e distinguir o mar fremente e fervendo em novelos de remoinho, e os agudos cachopos aonde se vai quebrar a nau do Estado, e as gritas e alarido dos míseros naufragantes, e o pranto lastimoso e a desesperação dos que de longe os veem a pique sem lhes poder valer (Loureiro, 1973, p. 147).

Na linguagem de Rocha Loureiro, o rei vai deixando o seu posto platônico e ingressando na condição de "primeiro cidadão", submetendo-se às leis civis e morais, noutras palavras, devendo prestar contas de sua inabilidade (*O Português*, Janeiro de 1817, p. 310). O abismo no qual vai caindo o rei é mero eufemismo para a impossibilidade real em que Loureiro vê a condição do atual monarca, isto é, quando já se torna "impossível não ouvir". Todas as medidas sem nenhum sentido político claro, em cuja base está o dedo do rei, catalisam a ruína de Portugal e não podem mudar de direção. Loureiro acrescenta que:

> com o governo de V. M., essa nossa antiga e ilustre metrópole (oh, infelicidade!) em vez de ser cabeceira, tem sido escabelo calcado aos pés de todos os outros governos. Com os grandes cabedais de poder que V.M. possui, está sendo agora o mais pobre e o menos respeitado soberano do mundo e podia, se houvesse muitas Américas e muitos mundos (como o sonhava Anaxágoras) possuí-los todos, que não seria com eles mais rico, e muito mais desbaratara se possuísse mais do que tem (Loureiro, 1973, p. 226).

O jornalista assim inaugura, sobre a destruição do sonho utópico do Grande Reino de Hipólito da Costa, os primeiros argumentos sobre a "inversão do sistema metropolitano-colonial". Evidentemente, há nas palavras de Loureiro um sentido ideológico de contrato eurocêntrico. Tão difícil para Hipólito é imaginar a ruptura do Reino luso-brasileiro quanto para Loureiro é imaginar uma capital europeia fora da Europa, quer dizer, instalada no Rio de Janeiro. Para endossar a sua posição, ele menciona fala do Abade Du Pradt sobre a condição portuguesa:

> Em verdade, mal podemos nós falar de um país como Portugal que não tem ainda um estado de assento, pois não é ele destinado a ficar, como agora o está sendo, província dum reino americano. Tal estado é contrário à natureza das coisas e à ordem geral da Europa que mal consente o ser uma

> de suas partes colônia do Novo Mundo e o estar a Europa dependente do Brasil para respostas em negócios europeus (Loureiro, 1973, p. 191).

É nessa organização natural das coisas que reside o sentido utópico e ao mesmo tempo ideológico de Loureiro. A utopia é um conjunto de imagens relativas à perfeição social, em cujo pano de fundo está ancorada a ideia de que a civilização se realiza na Europa. Este conteúdo utópico funciona através da impulsão para o futuro rumo à instituição do que já esteve instituído. Utopia e contrato, utopia e ideologia, mesclam-se assim, realçando o caráter fundamentalmente tradicional da sociedade e do intelecto português, da devoção obstinada às glórias passadas, e mesmo, para usar a expressão de António Sérgio, de certo aspecto cadaveroso. A construção da utopia possui caráter aberto no contexto da realização das Cortes de Lisboa que, a partir da Revolução liberal do Porto, começam a discutir o futuro do Reino português a partir de uma base parlamentar. Para Loureiro, tanto quanto a dinastia dos Bragança se inaugurou diante das cinzas de outra dinastia, agora os bragantinos estariam na mesma iminência de se verem depostos por um príncipe melhor. A utopia portuguesa tem sempre num monarca e no contrato as suas pedras de sustentação. Ao mesmo tempo em que se escora no passado, Loureiro tece da forma mais pragmática possível um conjunto de noções para tornar possível a governabilidade em Portugal, tendo como exemplo, sempre que possível, a Constituição inglesa (Santos, 1980, p. 432). Uma vez exposto o seu projeto de governo, suas noções contratuais e sua história moral, que caminham par a par com imagens salvacionistas e o caráter mais pragmático da doutrina política, Loureiro questiona a si mesmo e seu serviço: por que fazer tão árdua defesa de Portugal e arriscar sua própria cabeça, senão para o bem maior da pátria:

> Para que havia eu ir oferecer sem necessidade e sem fruto o pescoço ao cutelo dos Maniques portugueses? Não faltam outras vítimas inocentes que eles degolem nas aras do despotismo, e no sangue das quais banhem até os cotovelos os braços carniceiros e possam tingir de negro seus nomes execráveis, nem aqui me faltam a mim tormentos que martirizem e me tornem amarga e cansada a vida, como são a ideia da pátria que perdi e talvez nunca mais verei, e a saudade dos meus Portugueses, e o ter de acabar a vida entre estranhos e não ter de me cobrir os ossos a terra da minha pátria! (Loureiro, 1973, p. 146).

Adiante, o jornalista se coloca na condição de infeliz Sancho Pança, o conselheiro solitário e fiel, que se apresenta de forma prostrada diante de um senhor incapaz de ouvi-lo, motivado como está a lutar contra moinhos de vento. Voltar para a pátria depois do exílio em Londres, gozar da antiga lusitana liberdade entre familiares e amigos, essa é a utopia de Loureiro. A nostalgia, talvez o principal alicerce desse pensamento, adquire sua implicação teórica mais evidente nos versos de Camões. Ao mesmo tempo, a vontade de ver a "regeneração"

adquire os contornos utópicos da mudança. Essa confusão, característica da iminência da absorção de Portugal por alguma potência maior, é bastante inteligível. Ela permite ver como a utopia traz algum grau de ideologia e que toda a utopia apresenta uma noção de contrato. No caso português, essencialmente tradicionalista, a utopia tem caráter nostálgico, da mesma forma que suas Luzes se voltam para o passado.

4. A Lanterna Mágica

As Luzes, nas palavras do editorial do primeiro número do *Correio Braziliense*, tiram o indivíduo do "labirinto da apatia, da inépcia e do engano". Seu toque é o toque mágico da cura sobre o edifício social corrompido. O trio Loureiro, Liberato e Hipólito, trabalhado neste capítulo, apela constantemente para o simbolismo da luz para justificar seus projetos de reforma política e social. No caso de José Liberato, a luz assume a condição mítica que entrecruza a virtude cristã e a razão, conciliando-as. Buscar destrinchar o apelo racional contido na constituição utópica de Liberato implica perceber a importância que a formação religiosa assume em sua vida. Na condição de cônego regrante de Santo Agostinho, Liberato transitou entre colégios e conventos dessa ordem. Sob os ventos da Revolução Francesa, ele

> defendia que o cristão deveria ser também um cidadão interveniente, e que a religião como independente dos governos, regimes políticos e até da Cúria Romana, era, em primeiro lugar, uma convicção pessoal. A existência, isto é, o homem na relação consigo próprio e com os outros implicava a possibilidade, pela via da liberdade de escolha, quer do aperfeiçoamento moral do indivíduo, quer do consequente contributo para o bem geral. Por outras palavras, partindo da diversidade humana necessária, havia um caminho de liberdade, cujo horizonte era o plano da harmonia do todo (Machado, 2011, p. 136).

Orientado por essa mundivisão clerical que tem na religião a revelação da consciência, Liberato se faz um apologista da virtude social. De forma mais nítida, isso pode ser observado em sua isenção em relação à troca de insultos impressos que caracterizaram os acalorados momentos entre *O Português*, o *Correio Braziliense* e *O Investigador*. Para Liberato, a religião anima o homem a construir o edifício social e, ao mesmo tempo, a construir a si mesmo enquanto indivíduo moral. Seguir a via de Cristo implicaria, portanto, no trabalho social do esclarecimento e, também, no caminho individual da salvação. Como explica Adelaide Machado, que detidamente estudou a obra de Liberato no jornal *O Investigador*:

> O reconhecimento dos benefícios sociais e políticos da religião cristã, a que Chateaubriand daria contornos civilizacionais, era apenas uma das consequências da profunda alteração na forma de

> o cristão viver a sua existência religiosa, isto é, dentro de si, na sua consciência, era-lhe possível dimensionar a força de Deus, a correção da sua doutrina, e sentir que se coadunavam com a verdadeira felicidade ou paz interior. A descoberta deste sentimento interior, experienciado enquanto caminho de aperfeiçoamento, dotava o cristão de uma capacidade crítica e permitia a autonomia face aos poderes religiosos instituídos, quer pela via do clero, quer pela via da imposição do Estado. Equacionada desta forma, como convicção pessoal, isto é, como critério de verdade, a fé cristã era portadora de duas importantes consequências: a condenação e exclusão do uso da força como forma de impor crença ou religião, e o reconhecimento de que o inatismo da consciência e razão individuais, comuns a todos os homens na sua ligação a Deus, permitia não só uma partilha ou afirmação geral natural, mas a possibilidade de um ensinamento, baseado na ação exemplar como obra de edificação (Machado, 2011, p. 141).

A consciência humana é assim inalienável, sagrada, e sua autoridade recai exclusivamente nos domínios de Deus (*O Investigador Português*, vol. XVII, p. 500). Segundo a mesma autora, Liberato guardava a influência da Ucronia de Mercier, uma "utopia" deslocada no tempo, escrita em 1771. Esta utopia teria lugar no século XXV, depois que a sociedade francesa teria superado as misérias e injustiças do Antigo Regime (Reis, 2004, p. 6). A ordem política prevista por Mercier ainda não é republicana. Ao contrário, a Paris ideal é governada de forma perfeita por um "monarca constitucional", o que torna ainda mais atrativo compará-la com a sociedade contratual de José Liberato. Esta sociedade é marcada pela equidade de pensamento, já que o estágio intelectual mais elevado foi alcançado, quer dizer, uma consciência social prática ao mesmo tempo embutida de cristianismo: não há mais verdades a descobrir. O texto de Mercier, pelo seu conteúdo prático, era considerado por Liberato um dos textos premonitórios das mudanças que estavam por vir na Europa e, particularmente, em Portugal. E estas mudanças recaíam de forma clara sobre o plano religioso, ordenador, segundo o clérigo, de toda a vida social:

> Mercier desenvolvia, a partir da reafirmação da importância do papel da consciência e da diversidade como ponto de chegada religioso e político, que se refletia numa moral natural e purificadora, ao serviço de todo o ato social. O século XXV lograra alcançar na prática, e de forma pacífica, toda a agenda crítica dos séculos precedentes. A obra refletia de forma antológica todos esses anseios: o clero reformado, o fim das ordens religiosas, da infalibilidade do papa, agora apenas considerado bispo de Roma, e sobretudo o fim do fanatismo religioso substituído por uma prática tolerante (Machado, 2011, p. 141).

Mercier transporta seu protagonista para um futuro próspero, futuro que, ao invés dos traços fortemente críticos de um Jonathan Swift, é visto mesmo sem rupturas políticas substantivas. Ele observa mais "vanidade nos prazeres urbanos", "desproporção de fortunas" e

a "necessidade de um governo para o bem geral", ficando implícita a figura do bom príncipe (Mercier, 1773, pp. 10-12). O populacho, entregue às paixões, precisava dessa figura capaz de conduzir adequadamente a nau (Mercier, 1773, p. 10). A simetria perfeita das ruas e bairros serve como metáfora para a organização da própria política e da consciência humana (Mercier, 1773, p. 16). Também o ambiente doméstico Liberato não deixa de ver de forma cristã: as mulheres possuem funções fixas ligadas ao cuidado dos filhos. Talvez justamente essa vontade resoluta de oferecer uma utopia pouco distante dos limites oficialmente aceitos é que tenha tornado Mercier atrativo para José Liberato: não é um texto transgressivo. Em outras palavras, sua utopia tem mais tradição do que futuro.

Para persistir numa ideia que será bem utilizada pelos republicanos na América Latina, os homens de posses são os cidadãos mais estimados, já que têm mais a perder em caso de alguma revolução. Evidentemente, a partir de XXV, todos eles terão posses semelhantes, na utopia política que se difundiu entre as elites intelectuais a partir da modernidade (ibid., p. 30). A ideia de um soberano caminhando a pé entre os homens é, contudo, um pouco menos familiar para os ouvidos portugueses e teria ofendido o próprio monarquista Hipólito da Costa. O monarca sabe de suas limitações inatas: ele não guarda poderes sagrados e sua historicidade depende também do povo. Ele é visto mais como o primeiro cidadão, na visão cara a Rocha Loureiro, do que como governante divino. Como argumenta Mercier: "O Monarca sempre convida para frequentar sua corte os homens cultos do povo. Ele conversa com eles para aprender, porque sabe que sua própria sabedoria não é inata. Baseia-se nas lições destes homens que tiveram algum grande objeto como propósito de suas meditações" (Mercier, 1773, p. 32, tradução do autor).

Ao contrário do que acontece na República, na cidade ideal de Mercier o rei é superior aos seus governados, ainda que conheça as suas limitações e busque constantemente o aprimoramento intelectual. A consciência do rei com relação à importância da instrução que, ao invés de adquirida de forma inata só pode ser alcançada através do trânsito contínuo entre os vários "talentos nacionais", leva o soberano a perceber também a importância da liberdade de pensamento. É preciso lembrar do envolvimento de Liberato com a ideia da liberdade de consciência, implícita na sua adesão à causa maçônica e na sua luta contra a intolerância nítida nos seus vários combates contra o absolutista D. José Agostinho de Macedo. Antes disso, o autor já denunciava a Inquisição por ser uma instituição perversa e contrária às Luzes do século. Para Liberato, o esforço religioso da virtude não se separa em nenhum momento da missão intelectual de levar as Luzes aos recônditos sombrios da sociedade. Tal como o monge que oferece o seu pão ao faminto, o intelectual tem por obrigação dividir o seu conhecimento com seus semelhantes, quer dizer, com os membros de sua pátria e mesmo com o rei. A crítica da intolerância começa, assim como em Hipólito da Costa, na crítica à Inquisição, à religião formalizada como prática organizada, quer dizer, a religião como dádiva do Estado, já que ela estaria acima da vida civil:

> A Inquisição foi um monstro em política e em religião... As bases da Inquisição foram pois a intolerância, e para acabar com aquela é preciso aniquilar esta. Enquanto se não admitir como princípio cristão político e filosófico, que a tolerância das opiniões humanas é não só uma virtude, mas uma lei absolutamente necessária no estado social, as inquisições existirão sempre de direito, e de fato, porque concedendo-se a um inquisidor a prerrogativa de circunscrever os limites do entendimento humano, com ela também se lhe concederá a outra imediata — de punir e queimar os indivíduos que ousarem trespassar esses limites (*O Investigador Português*, vol. XV, p. 329).

Está assim claro que a falta de entendimento leva a religião a cometer os atrozes erros em que estava submersa uma Inquisição. A imagem claramente pedagógica da luz assume assim uma função central em seus escritos. Mais do que em Loureiro e Hipólito, também dois apóstolos das Luzes, Liberato usa essa figura de linguagem para denunciar as trevas em que a sua própria religião está metida. Avançando na argumentação, as luzes passam a incidir sobre todo o espaço social, ainda que tendo como ponto de partida as atrocidades cometidas pela falta de esclarecimento e tolerância religiosa. Depois da religião, o segundo espaço sobre o qual incide a luz é certamente político. A nação portuguesa era metida no obscurantismo pela censura literária, resultado do medo político relativo à alteração do status quo:

> Há também políticos que consideram as luzes de uma nação como obstáculos invencíveis para ela ser bem governada. É verdade que as luzes não consentem que os governos sejam arbitrários; porém a arte de bem governar consiste por ventura em que poucos governem os muitos arbitrariamente, e sem lei, e sem responsabilidade? Eis aqui outro erro político que convém reformar. As muitas luzes não são perigosas senão para os que pretendem ter infalibilidade política, e desejam estabelecer em princípio, que os homens não são entes livres, e dotados de razão, mas que devem sujeitá-la a uma autoridade em matérias políticas como a sujeitam em matérias religiosas. Porém estas pretensões são eminentemente absurdas; são uma ofensa direta que se faz ao entendimento humano; e são tão difíceis de realizar como de extinguir nos homens a faculdade de pensar (*O Investigador Português*, vol. XVI, p. 487).

Como sugeria a utopia de Mercier, o próprio rei é humilde o suficiente para reconhecer que não sabe tudo e, portanto, não pode saber o que deve ou não ser lido. O uso que Liberato faz da expressão luzes faz com que apareça ligada, ou pareça estar ligada, mais à observância da virtude propriamente dita do que àquela razão propagandeada pelos philosophes. Sem dúvida, há aqui uma apropriação bem particular da expressão, já que as luzes aparecem como uma instância superior ligada à desobstrução da consciência, aquela mesma consciência que conhecia em Deus sua única autoridade. Destarte, deve haver a suposição de que a administração das luzes possui alguma sombra divinatória e que pensar é um dom de Deus. O interessante a ser refletido é que, uma vez deslocando a gerência de Deus para a consciência

individual e retirando-Lhe do espaço político, Liberato oferece rudimentos para a montagem de uma esfera pública em Portugal sem abandonar o pressuposto teológico. Nessa nossa busca por encontrar e discernir utopias, podemos arriscar dizer que o espaço utópico de Liberato está nestas luzes que, como na Ucronia de Mercier, levarão a nação para um progresso inevitável. Não existe nenhuma outra fórmula para se garantir a equidade e riqueza dos povos portugueses do que desobstruindo as luzes. A questão é mais claramente enunciada quando Liberato se refere à ação dos jornais:

> Os prodígios e as maravilhas políticas do tempo em que vivemos são tantas, e tão rapidamente variáveis, que as Gazetas e os Jornais têm-se convertido numa espécie de lanterna mágica, que de dia em dia ou de mês em mês vão apresentando ao público uma portentosa série de sucessos, que a providência humana apenas podia ter imaginado, mas que nunca teria podido conceber como existentes num só ponto do globo, numa só época de tempo (*O Investigador Português*, vol. XIII, p. 222).

Ora, lanterna mágica é uma expressão mais do que adequada para explicitar um certo apego de Liberato pelas luzes. É pela via dessa lanterna que se construirá o reino futuro dos portugueses. A ausência da resoluta difusão das luzes resulta em ausência de patriotismo, porque:

> não há confiança recíproca nem entre cada um dos indivíduos da nação, nem nas pessoas que a governam; desaparece a indústria, e todo o desenvolvimento das faculdades intelectuais, porque cada um esconde as suas ideias como esconde o seu dinheiro; e uma nação assim constituída marcha rapidamente para a tenebrosa ignorância, de que não pode resultar senão fraqueza, cegueira miserável, aniquilamento do espírito público e perda geral da dignidade política (*O Investigador Português*, vol. X, pp. 331-2).

Por outro lado, espíritos esclarecidos e livres são capazes das maiores façanhas, quando, por exemplo, os aliados destronaram Napoleão pela plena convicção na liberdade humana (*O Investigador Português*, vol. VIII, p.739). Unindo-se a Hipólito, justifica sua opção pelo "bem maior deste mundo", a liberdade de consciência, que é a abertura para a construção da utopia portuguesa. Subjacente a essa escolha, a razão não se desliga do conhecimento histórico e, se não possui valores matemáticos, "estriba-se nos poderosos axiomas do sentimento geral". Lembrando que a matemática, de Pitágoras a Pascal, revelaria a partir da simplicidade das fórmulas a complexidade do Universo:

> Pelo nosso modo de ver, fundado na razão humana, e não pelas combinações misteriosas de uma ciência tão intrincada, e obscura, como a política; é que nós temos pesado os acontecimentos, e calculado os seus resultados. A história, e organização do homem é quem nos fornece os materiais, para os nossos raciocínios; e se eles não têm caráter de uma evidência matemática, estribam-se

> pelo menos nos poderosos axiomas do sentimento geral, que tem para nós muito peso, e de certo mais importância que muitas demonstrações da filosofia (*O Investigador Português*, vol. VIII, p.736).

No raciocínio de Liberato, a racionalidade é estribada pela história ao mesmo tempo em que se imanta a ela, guiando os povos pelos incontornáveis caminhos do futuro. Essa forma de utopia que mescla história e razão é um produto do século XIX, ainda em vias de aperfeiçoamento na retórica dos portugueses. A rapidez com que a utopia se torna ideologia acena aqui mesmo pela imprecisão de discernir uma da outra. Se a obra de B. Baczko revela a simplicidade de atentar para um corpus definido de textos utópicos, fugindo assim das confusões de buscar pela utopia em obras que não se querem utópicas, a observação do tradicionalismo sempre presente entre os portugueses faz lembrar que utopia e ideologia podem coexistir e, constantemente, uma acenar e requerer o lugar da outra.

Considerações finais

Neste capítulo, todas as utopias formuladas, submersas no conjunto extensamente pragmático dos textos estudados, almejam a condição de realização futura. Sua formulação traz em seu bojo o futuro sonhado, e sua realização sugere um caminho perfeitamente visível, uma ponte entre o presente e o futuro. Essa perfeição diz respeito à última descoberta do ser humano nele mesmo, a razão enquanto ponto epistemológico fundamental, quer dizer, enquanto aquilo que dá ao homem o estatuto de humano, uma vez que lhe permite divisar sua própria existência. A razão do ser humano está contida na História e guia a determinados resultados infalíveis que não se pode subverter. Estes resultados são parte do "progresso". Desta forma, as Luzes do século são mencionadas — e de forma exaustiva — como uma espécie de flecha disparada rumo à consciência, ainda que a conquista da legitimidade esteja sempre ancorada num passado imaginado na forma de Idade de Ouro. Os estudos de B. Baczko mostram as várias formas como uma utopia aparece e mesmo se dissimula num discurso aparentemente racional — como vimos especialmente em Liberato e suas luzes. A razão como guia para o progresso converte-se ela própria na utopia. Ela vai produzir os encaixes perfeitos que são responsáveis pelo contrato social em seu último estágio de aperfeiçoamento. Temos, portanto, no contrato e na razão as palavras-chave fundamentais que orientam o raciocínio de uma ilustração que percebe nela mesma a realização da utopia. Destacamos, contudo, a refração que a absorção desse pensamento tem em Portugal, em virtude de suas diversas peculiaridades: a colônia brasileira que mantém uma possibilidade edênica, a razão religiosa que mantém o pensamento conectado à virtude, o contrato que se estriba no passado e na tradição e nunca se quer uma completa ruptura. Temos, portanto, uma utopia que nunca se faz plenamente progresso porque permanece fundamentalmente tradição.

Se a ideologia direciona as ações humanas no sentido de manter um determinado estado de coisas atendendo a interesses de grupo, as formulações utópicas agem buscando transformar determinado estado de coisas convertendo-se, muitas vezes, elas mesmas em ideologia. Também fica nítido o caráter aberto e intensamente comunicativo do pensamento nas Luzes. A própria razão, que se quer total, não foge do diálogo entre o presente e o futuro imaginado, ao mesmo tempo em que se pretende o conjunto das "lições do passado". A História portuguesa do século XIX age, assim, de forma paradoxal. Ela não dispensa as tradicionais forças-guia, mas pode manipulá-las adotando um sentido ideal. O frenesi vivido pelos publicistas portugueses se encaixa na busca por uma nova direção, capaz de escapar à degeneração do reino, mas ao mesmo tempo buscando o retorno do passado da Idade de Ouro. Os novos grupos que assumem a direção de Portugal a partir da Revolução liberal do Porto, em sua própria argumentação, colocariam as coisas nos eixos e retomariam esse sentido de glórias portuguesas. O frenesi é transformado em utopia através de encenações públicas, manifestações em jornais e tudo que possa justificar a revolução como sendo a retomada por Portugal de seu devido lugar na História. De um ponto de vista um pouco mais distanciado, Alexandre Herculano narra em carta a Ortaire Fournier o que viu na revolução liberal do Porto, expressiva do pensamento dos intelectuais que temos até aqui trabalhado:

> Queimou-se cera e óleo em abundância através de iluminações esplêndidas, enquanto as pessoas vestiam horrivelmente panos nacionais bastante caros. Sucederam-se banquetes, procissões, foguetes, discursos, "arcos do Triunfo", Te Deums, eleições, artigos de jornais e tiros de canhão. Cada dia trazia uma nova festa, em que todos se esbaldavam. Choviam hinos, sonetos, canções, dramas, figurinos de roupa, formas de sapato, tudo com ares liberais (Nemésio, 1934, p. 87, tradução do autor).

Estas imagens materializam o ideal utópico de um Portugal que se quer ingressado na História do século XIX sem perder a sua Idade do Ouro. O caráter de transição a que assiste a sociedade permite ver como a utopia reflete estas inquietudes. Queremos ter comprovado, nesta altura, que a emulação contida nos periódicos estudados contém um apelo nem sempre racional para o futuro imaginado, e está sempre mais confortável no contrato histórico do que no futuro intangível, contrariamente ao que aconteceu entre os philosophes franceses em rota muito mais "progressista".

Tanto quanto em seu caminho de efetivação os periódicos recorreram a expedientes míticos e sonhados, seja um contrato em que suas partes se encaixavam com perfeição, um rei investido de poderes divinos, ou uma razão proveniente ela mesma de Deus, o teatro que buscou demonstrar publicamente a efetivação deste estado de coisas aconteceu num ambiente de sonho, em que se misturaram símbolos liberais com a glória passada de Portugal. A razão é, nesse sentido, considerada a substância que permite ao homem, do fundo de sua consciência, entrever a cidade idealmente construída na Terra.

No caso de Hipólito da Costa, a utopia, anunciada nas primeiras páginas do *Correio*, implícita na expressão "terra longínqua e sossegada", foi direcionada em 1822 para um D. Pedro visto subitamente como homem capacitado cercado dos deputados "experimentados" que estiveram nas Cortes de Lisboa. A unidade étnica como alternativa futura e os fartos recursos brasileiros encaminham para frente a utopia tropical, aproximando Hipólito de publicistas da independência brasileira como José Bonifácio. A história do Brasil coloca-o no contexto das grandes nações do globo. A marcha do pensamento contrapõe assim o repisar nos desmandos administrativos brasileiros, diante dos quais Hipólito esteve, na maior parte do tempo, atento. É assim, pois, que a utopia que se pretende firmar põe os pés constantemente na ideologia, e ambas, quando não se afastam, mesclam-se uma na outra. A força utópica insiste no caráter aberto do futuro e, para tanto, se detém sobre a crítica do presente, um dos principais alicerces mentais para a decadência do Estado absolutista.

Desta forma, cada um a seu modo, os escritores portugueses retiram o Estado do seu manto de imperturbabilidade moral e recolocam-no na esfera do julgamento crítico, reconvertendo, por outro lado, o "alto tribunal da razão", de certo modo dominado por uma elite pensante, no único capaz de efetuar um julgamento sensato sobre o Estado a ser criado. A ideia de Koselleck, de que a utopia se torna universal, uma vez que o Estado criado se mescla a uma razão impaciente pelo futuro (Koselleck, 1999, p. 160), complementa o caráter literário de que se acercou B. Baczko para estudar os textos utópicos. A utopia preenche e dá vitalidade aos escritos iluministas. Todos eles creem-se imbuídos de um potencial transformador que traz em seu bojo a mudança contínua.

Mudança "mitigada", no caso estudado, já que volta os olhos para a Idade de Ouro. O português do início do século XIX não faz utopia sem pensar no mito fundador das Cortes de Lamego. E Hipólito da Costa, o primeiro brasiliense, não foge à regra. Ele decide ser brasileiro porque Portugal chegou no Brasil e lá se aclimatou. O sentido específico da brasilidade, forjada na luta pela independência, é precisamente este: é o de um português que se faz antilusitano. De forma premeditada, colocamos Hipólito como o primeiro utopista. Ele é recria a história, descarta Lamego e a "antiga lusitana liberdade" e concentrar na fuga dos deputados brasileiros das Cortes de Lisboa o momento capital para a soberania brasileira, seu "momento fundador".

A razão dos portugueses, nesse momento, está inexoravelmente ligada ao idílio, ao catolicismo, à ideia de salvação individual e à mediação de Deus. Foi essa herança que teria permitido aos portugueses os maiores feitos ultramarinos. O deputado Fernandes Tomás, mais diretamente envolvido com as mudanças em curso, ao discursar nas Cortes de Lisboa em 1820 resume parte da questão:

> Nossos avós foram felizes porque viveram nos séculos venturosos em que Portugal tinha um governo representativo nas cortes da nação e obraram prodígios de valor enquanto obedeciam às leis

> que elas sabiamente constituíam, leis que aproveitavam a todos porque a todos obrigavam. Foi então que eles fizeram tremer a África, que conquistaram a Índia e que assombraram o mundo conhecido, ao qual acrescentaram outro para dilatar ainda mais o renome de suas proezas. Nunca a religião, o trono e a pátria receberam serviços tão importantes, nunca adquiriram nem maior lustre nem mais sólida grandeza e todos estes bens dimanavam perenemente da constituição do Estado, porque ela sustentava em perfeito equilíbrio e na mais concertada harmonia os direitos do soberano e dos vassalos, fazendo da nação e de seu chefe uma só família em que todos trabalhavam para a felicidade geral (Tomás,1974, pp. 42-3).

A unidade mítica portuguesa está na inocência das origens e contém um nítido apelo à Idade de Ouro. A utopia, contudo, em seu envolvimento racional, se traduz como uma adequação às Luzes do século. Mas essa adequação não rejeita o caráter conservador da Idade do Ouro. No passado exemplar está a proteção contra a "degradação do tempo", capaz de assegurar uma vida "autêntica" e liberta das falsas aparências (Girardet, 1987, p. 113), ainda mais num momento em que se desenha a ruptura dramática da Revolução Francesa da qual Napoleão Bonaparte é considerado um subproduto.

A utopia assim, se faz passado no futuro. Camões ressoa na mentalidade dos jornalistas portugueses no início do século XIX, assim como ressoam as conquistas ultramarinas, a liberdade dos navegantes e a abundância material de tempos outros. Enquanto os franceses creem, no mesmo momento histórico, no ritmo disparado do progresso histórico, os portugueses mais lamentam a ausência de um futuro que surge para legitimar o passado perfeito.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Costa, H. J. da (1808-1822). *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. W. Lewis.

Costa, H. J. da [1803] (2004). *Diário de Minha Viagem à Filadélfia*. Edição *E-book*. Senado Federal.

Loureiro, B. R. (1973). *Memoriais a D. João VI* (organização e introdução de G. Boisvert). Fundação Calouste Gulbekian/Centro Cultural Português.

Tomás, F. (1974). *Memórias sobre 1820* (org. José Tengarrinha). Seara Nova.

Mercier, L. S. (1773). *L'an deux Mille quatre cent quarante, revê s'il en fût jamais*. Paris. https://play.google.com/books/

Nemésio, V. (1934). *A mocidade de Herculano (1810-1832)*. Bertrand.

O Campeão portuguez ou amigo do rei e do povo (1819-1821). [José Liberato Freire de Carvalho].

O Espelho (1813-1814). [Bernardo da Rocha Loureiro].

O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico, etc. (1811-1819). [Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho].

O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario (1814-1822). [João Bernardo da Rocha Loureiro].

Sérgio, A. (1926). O Reino Cadaveroso. In J. Serrão, (org). *Antologias universais* (pp. 140-182). Portugália.

Silva, J. V. A. (1990). *Memória das verdadeiras causas por que o luxo tem sido nocivo aos portugueses*. In J. L. Cardoso, (org.). *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789- 1815)*. Banco de Portugal.

Fontes secundárias

Alves, J. A. S. (1987). *O Portuguez* e o discurso de saber/poder. *Cultura — Revista de História e Teoria das ideias*, 6, 699-724.

Baczko, B. (1985). Utopia. In *Enciclopédia Einaudi*, v. 5. *Anthropos — Homem* (pp. 296-332). Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Baczko, B. (1978) *Lumières de lútopie. Critique de la politique*. Payot.

Black, J. (1987). *The English Press in the Eighteenth Century*. University of Pennsylvania Press.

Borges, B. I. (2008). Verdade e ficção em textos utópicos. *Editorial Philosophia*. www.revistas.ufg.br.

Darnton, R. (2005). *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII*. Companhia das Letras.

Ferreira, J P.R. (1992). *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Girardet, R. (1987). *Mitos e Mitologias Políticas*. Cia. das Letras.

Klein, L. (1984). The Third Earl of Shaftesbury and the Progress of Politeness. *Eighteenth-Century Studies*, 18(2), 186-214. http://www.jstor.org/stable/2738536.

Koselleck, R. (1999). *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Eduerj/Contraponto.

Lima, O. (1945). *Dom João VI no Brasil.1808-1821*. José Olympio.

Machado, A. V. (2011). *A Importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. [Tese de Doutorado apresentada ao Centro de História da Cultura em Portugal.]

Mariani, B. (1993). *Os primórdios da Imprensa no Brasil.* In E. P. Orlandi (Ed.). *Discurso Fundador. A formação do país e construção da identidade nacional.* Fontes.

Munaro, L. F. (2018). A República Lusitana das Letras: um retrato das redes de comunicação dos jornais emigrados no início do século XIX. *Revista Intellectus* 17(1), 173-196. Doi: 10.5007/2175-7976.2018v25n39p173.

Reis, J. E. (2004). A literatura e a ideia do mundo ideal: relatório de um programa para a disciplina de Literatura Comparada. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia,* 1. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10461.PDF

Santos, M. H. (1980). Imprensa periódica clandestina no século XIX: 'O Portuguez' e a Constituição. *Análise social*, 16, 429-445.

Sowell, T. (2011). *Conflitos de visões*. E-realizações.

A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)

The Portuguese press in inter-war European exile (1927-1939)

Cristina Clímaco

Universidade de Paris 8
cristina.climaco@univ-paris8.fr
ORCID ID: 0000-0001-6791-1819

DOI: https://doi.org/10.34619/iucl-xqxs

Resumo: A oposição à ditadura militar e ao Estado Novo vê na imprensa um poderoso meio de propaganda em favor do regime republicano. Em Portugal, a repressão política e a censura à imprensa condicionam a discussão em torno da nova República, pelo que esta passará pela imprensa do exílio e será o ferro de lança da esquerda republicana. Instrumento de doutrinação republicana e de luta política contra a ditadura militar e o Estado Novo, a imprensa do exílio desposa as fracturas das correntes republicanas oposicionistas, tendo nelas as suas limitações, e condicionando por isso a publicação de *A Revolta*, *A Liberdade* e *A Verdade*. A vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, e em França, em Abril desse mesmo ano, criam um contexto favorável à publicação de um novo jornal pelo republicanismo exilado, mas é o desencadear da guerra de guerra civil em Espanha e a necessidade do governo republicano de multiplicar os suportes da propaganda antifascista que darão o estimulo final à publicação do *Unir*, órgão da Frente Popular Portuguesa (FPP) e de *Liberdade*, este ligado ao antifascismo de carácter anarquista, que se publicarão em Paris entre 1937 e 1939. No caso da imprensa exilada anarquista, para além de servir de elo de união entre os dispersos núcleos de exilados, procura ser também uma janela aberta para o exterior dos movimentos anarquista e anarco-sindicalista em Portugal, a sofrer grande repressão no interior do país. Entre 1932 e 1938 é publicado em Espanha o jornal *Rebelião*, órgão da FAPE, e o boletim, *A Voz do Núcleo*, órgão do Núcleo Cultural Português de Madrid. "Armas de papel" da oposição no exílio, as publicações editadas no exterior entre 1927 e 1939 tornaram-se "monumentos de papel» da resistência antifascista, constituindo uma alavanca para o emergir da memória das oposições à ditadura militar e ao Estado Novo no entre-guerras.

Palavras-chave: imprensa antifascista ; imprensa anarquista ; imprensa republicana ; *Unir* ; exílio no entre-guerras

Abstract: *The opposition to the military dictatorship and the Estado Novo sees the press as a powerful means of propaganda in favour of the republican regime. In Portugal, political repression and censorship of the press condition the discussion about the new Republic, so that it will pass through the exile press and will be the spear-iron of the republican left. As an instrument of republican indoctrination and political struggle against the military dictatorship and the Estado Novo, the exile press reveals the fractures in the opposition republican currents, with its limitations, conditioning the publication of* A Revolta, A Liberdade *and* A Verdade. *The electoral victory of the Popular Front in Spain, in February 1936, and in France, in April of the same year, create a favourable context for the publication of a new newspaper by the exiled republicans, but it is the outbreak of the civil war in Spain and the need of the republican government to multiply the supports for anti-fascist propaganda that will give the final stimulus to the publication of* Unir*, organ of the Portuguese Popular Front (FPP) and of Liberdade, this one linked to anti-fascism of an anarchist nature, which will be published in Paris between 1937 and 1939. In the case of the anarchist exile press, besides serving as a link between the dispersed nuclei of exiles, it also seeks to be an open window to the exterior of the anarchist and anarcho-syndicalist movements in Portugal, which suffer great repression within the country. Between 1932 and 1938 the newspaper* Rebelião*, organ of FAPE, and the bulletin, The Voice of the Nucleus, organ of the Portuguese Cultural Nucleus of Madrid, are published in Spain. "Paper weapons" of the opposition in exile, the publications edited abroad between 1927 and 1939 became "paper monuments" of the anti-fascist resistance, constituting a lever for the emergence of the memory of the oppositions to the military dictatorship and the Estado Novo in the inter-war period.*

Keywords: *antifascist press; anarchist press; republican press;* Unir*; interwar exile.*

Introdução

Exilados em França e em Espanha entre 1927 e 1940, os opositores à ditadura militar e ao Estado Novo vêem na imprensa um poderoso meio de propaganda em favor do regime republicano, ameaçado com o golpe do 28 de Maio e que a institucionalização do Estado Novo acabaria por ferir de morte. No entanto, a luta travada pelo regresso à República tem

intrínseco um novo projecto de regime republicano rejeitando o simples retorno à República saída de Monsanto, em 1919. Em Portugal, a repressão política e a censura à imprensa condicionam a discussão em torno da nova República, pelo que esta passará pela imprensa do exílio e será o ferro de lança da esquerda republicana, pretendendo deste modo dar continuidade à obra de republicanização[1] da Nação. Instrumento de doutrinação republicana e de luta política contra a ditadura militar e o Estado Novo, a imprensa do exílio desposa as fracturas das correntes republicanas oposicionistas, tendo nelas as suas limitações.

O regresso à República democrática e parlamentar é o objectivo primeiro da oposição republicana, que se alcança pela *revolução* e cujo sucesso passa pelo incremento da ideia republicana nas camadas menos impregnadas deste ideal. A imprensa assume uma função primordial de propaganda e de doutrinação para fazer regressar ao republicanismo "os correligionários tresmalhados" e alargar a sua base de apoio através da promoção dos princípios e valores republicanos, cujos resultados se medem em homens — para a revolução — e em dinheiro — para a propaganda, assistência, compra de armamento. Nestas condições, revolução e propaganda são dois eixos de acção, conduzidos de modo paralelo e independente, mas estreitamente complementares.

A propaganda republicana produzida no exterior de Portugal traduz-se pela publicação de manifestos, panfletos, brochuras e jornais, que serão introduzidos clandestinamente no país. Logo à chegada ao exílio, em Fevereiro de 1927, Jaime Cortesão e Raul Proença teriam tido a ideia de imprimir um jornal, em Madrid, que seria em seguida introduzido clandestinamente em Portugal[2]. A iniciativa é contrariada pela ditadura espanhola, para depois vir a ser concretizada em França, onde os exilados dispõem de maior liberdade de acção. Em Paris, serão editados os jornais *A Revolta*, entre Abril e Outubro de 1927, e *A Liberdade*, em Fevereiro de 1930, que devem ser encarados como instrumentos de propaganda republicana e de combate à ditadura militar. Uma alusão de Alexandre Vieira a um jornal que uma tipografia de Melun estaria a imprimir, em Agosto de 1928, deixa supor a existência de um outro título impresso em França[3], mas sobre o qual não há maior informação. Em 1931, com a implantação da II República em Espanha, os exilados instalam as suas bases de acção e de apoio aos preparativos revolucionários no país vizinho, e a necessidade de um órgão no exílio torna-se menos premente, dado o clima favorável à causa portuguesa manifestado pela imprensa espanhola de esquerda, no Verão de 1931 (Oliveira, 1987), que poderia ser utilizada em Portugal como

1 Por *republicanização* entenda-se a depuração da administração pública, da educação e da imprensa, a substituição de funcionários e de directores de jornais por elementos republicanos, de maneira a enraizar o princípio do regime liberal e parlamentar.

2 Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), P3 A10 M39, ofício do cônsul de Portugal em Tuy para MNE, de 2 de Junho de 1927.

3 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), E7/2000, correspondência de Alexandre Vieira para Raul Proença, de 10 de Agosto de 1928.

material de propaganda. É apenas em 1933, quando o acesso à imprensa espanhola se torna mais difícil que os exilados voltam a publicar um órgão próprio, à imagem do que foi feito em França, aproveitando a chegada ao exílio de Armando Cortesão, director de *A Verdade,* um jornal clandestino impresso nas oficinas da Universidade de Coimbra. A série espanhola de *A Verdade* será publicada entre Outubro de 1933 e Fevereiro de 1934, mas os acontecimentos em Espanha, as restrições impostas à actividade dos portugueses e as dissensões internas da oposição republicana condicionam este género de iniciativas.

As vitórias eleitorais das Frentes Populares, em Espanha, em Fevereiro de 1936, e em França, em Abril desse mesmo ano, criam um contexto favorável à publicação de um novo jornal pelo republicanismo exilado, mas é o desencadear da guerra de guerra civil em Espanha e a necessidade do governo republicano multiplicar os suportes da propaganda antifascista que darão o estimulo final à publicação do *Unir*, órgão da Frente Popular Portuguesa (FPP) e de *Liberdade*, este ligado ao antifascismo de carácter anarquista, que se publicarão em Paris entre 1937 e 1939, graças também à relativa abertura da administração francesa durante o período em apreço.

No caso da imprensa exilada anarquista, para além de servir de elo de união entre os dispersos núcleos de exilados, procura ser também uma janela aberta para o exterior dos movimentos anarquista e anarco-sindicalista, a sofrer grande repressão no interior do país. Entre 1932 e 1938 é publicado em Espanha o jornal *Rebelião*, órgão da FAPE. Num contexto de repressão do movimento operário, a função que cabe a esta imprensa é assim dupla: dar a conhecer no exterior a luta desenvolvida pelo movimento operário em Portugal, e levar para o interior o pulsar das congéneres estrangeiras e das lutas conduzidas em prol dos ideais anarquistas, assim como reflectir as questões que atravessam o movimento a nível peninsular e internacional. Quanto à imprensa comunista, o único jornal do qual há conhecimento que se tenha publicado no exílio é *O Bolchevista*, no Verão de 1935, em Espanha, mas do qual não chegou até nós qualquer exemplar. Na origem do jornal parece ter estado Pires Jorge e Francisco Henrique de Carvalho e Castro[4]. No entanto, o governo espagnol, atento à actividade dos comunistas portugueses, proíbe *O Bolchevique*, e apreende numa tipografia de Madrid toda a tiragem do n.º 3[5], pondo termo à publicação.

As características específicas da imprensa exilada, nomeadamente a curta duração das publicações, as tiragens reduzidas, a circulação clandestina em Portugal, apontam para as dificuldades de concretização da missão subjacente aos jornais de exílio, a de serem "armas de

4 Tipógrafo, militante do PCP. Organiza uma célula comunista em Agualva (Cacém). Participa no 18 de Janeiro, fazendo parte de um grupo que tinha por missão o descarrilamento de um comboio entre Sabugo e Cacém. Refugia-se em Madrid, onde colabora com as organizações comunistas espanholas, passa pouco depois por França, contactando com o PCF e o SVI, regressando depois a Portugal. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 503.

5 *O Avante*, II série, n.º 11, Setembro de 1935.

papel" de republicanos e anarquistas. O seu estudo insere-se assim na história das oposições, sendo através desta que ganha sentido a análise de uma imprensa efémera e de circulação restrita. Os jornais do exílio distinguem-se da demais imprensa publicada em português, no estrangeiro, para as comunidades emigradas, pelos objectivos. Contrariamente a outros jornais publicados em França em língua estrangeira, nomeadamente em italiano ou espanhol, não se trata no caso português de uma imprensa destinada à comunidade lusa, que se constituiu no âmbito da I Guerra, a partir de 1916 e da assinatura do acordo de mão-de obra com a França, e que desenvolve no pós-guerra, composta por operários e jornaleiros, pouco letrada, com a qual aliás os refugiados políticos mantêm poucos contactos. Trata-se antes de mais de uma imprensa impressa no estrangeiro para circular no interior de Portugal, onde é introduzida e distribuída clandestinamente, com os objectivos de reanimar os ideais republicanos e reconduzir à República os desiludidos da ditadura.

1. A imprensa republicana (1927-1934)

Na Primavera de 1927, Paris é o centro do exílio republicano, acolhendo um leque de antigos ministros da República (Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos), um elevado número de oficiais das forças armadas, quadros da administração local e central, intelectuais da *Seara Nova* (Jaime Cortesão, António Sérgio, Raul Proença, Aquilino Ribeiro) e um rol de implicados na revolta de Fevereiro de 1927 de responsabilidade política diminuta, cujo número global atingiria em Maio de 1927 as duas centenas[6]. Em Paris, onde já antes da queda de República residia Afonso Costa, exilado durante a ditadura sidonista e que não tinha ainda regressado a Portugal após a queda desta, vão estar representadas as várias correntes da esquerda republicana, com especial destaque para a *Acção Republicana* e os apoiantes de Afonso Costa. Este, preparava-se nas vésperas do 28 de Maio para voltar a desempenhar um papel activo na política nacional. Ao grupo de exilados em França juntar-se-ão posteriormente os deportados evadidos das colónias, entre os quais se contam elementos do movimento operário que actuarão nos anos seguintes em estreita colaboração com a oposição republicana.

O primeiro jornal a ser publicado no exílio é *A Revolta*, que pretende ser o "órgão de todos aqueles que estão expiando no estrangeiro o crime de serem republicanos portugueses"[7]. Após

6 O número de exilados diminui significativamente nos meses seguintes, encontrado-se reduzido a cerca de 3 dezenas em Março de 1928, o que se explica pela sua importante mobilidade, em particular dos militares, e pelo facto da oposição do interior reclamar, a partir de Novembro de 1927, o regresso dos oficiais para tomarem parte no movimento em preparação. Ministère des Affaires Étrangères (MAE), série Europa 1918-1929, sub série Portugal, vol. 59. Relatório do ministro do Interior para o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a actividade da Liga, de 9 de Março de 1928.

7 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/75, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 30 de Abril de 1927.

Figura 1
A Revolta. Nº 6, Agosto de 1927.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

a revolta

PELA ORGANIZAÇÃO REPUBLICANA DO ESTADO - PELA LEGALIDADE CONTRA A TIRANIA

ABAIXO A DITADURA !

REPUBLICANOS !
VIVA A REPUBLICA !

HORA DECISIVA

A ditadura militarista, que envergonha e arruina Portugal desde há mais de um ano, entrou no período da agonia. O golpe tentado por alguns dos seus cortesãos do primeiro hora é um sintoma de morte próxima. Chegou para os republicanos o momento de agir. Unamo-nos todos, quer partidários, quer não partidários, em torno da Liga de Defesa da República, a que pessoalmente tenho dado o meu concurso desde fevereiro e a cuja Junta Directiva portuguesa, afim de executarmos as nossas patrióticas aspirações e assim restabelecermos as Instituições Republicanas, prestigiando-as e dando-lhes plena eficiencia, como a Nação deseja e precisa.

11 - agosto - 1927.

a) AFFONSO COSTA.

a edição de dois numéros em Portugal, em Novembro de 1926, com o subtítulo "folha clandestina contra a ditadura militar", o jornal passa a ser editado no estrangeiro com a revolta de Fevereiro de 1927 e a saída para o exílio dos cabecilhas republicanos. A II série de *A Revolta,* impressa em Paris e lançada por Álvaro de Castro e Américo Buísel, comporta 8 números[8] e um novo subtítulo: "pela reorganização da República, pela legalidade contra a tirania". O jornal cessa a sua publicação após o número 7/8 de 5 de Outubro de 1927, devido a dificuldades surgidas com a sua introdução clandestina em Portugal[9]. *A Revolta* é vendida ao preço de 1 escudo o número simples e de 2 escudos o duplo, no entanto a maioria dos exemplares são distribuídos gratuitamente. A sustentabilidade do jornal é assegurada pela família republicana que compra exemplares para distribuição gratuita em Portugal, através de uma rede de distribuição de influência maçónica, e pelos subsídios de correligionários, nomeadamente de Bernardino Machado. Sobressai o papel de Álvaro de Castro e dos *alvaristas* na manutenção do jornal[10], cujas contas,

8 O n.º 1/2 data de 23/30 de Abril de 1927, o n.º 3 de 21 de Maio, o n.º 4 de 11 de Junho, o n.º 5 de 26 de Julho, o n.º 6 de Agosto, e finalmente o n.º 7/8 de 5 de Outubro.

9 Ministère des Affaires Étrangères (MAE), série Europa, sub série Portugal, vol. 59. Relatório do Ministério do Interior para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 9 de Março de 1928.

10 Álvaro de Castro compra 700 exemplares do jornal através do fundo de propaganda da Liga, e escreve no mesmo sentido aos seus amigos políticos. Segundo Américo Buísel, os correligionários de Alvaro de Castro compram « aos

segundo Américo Buísel, nunca foram deficitárias. A tiragem do n° 1/2 teria sido de 25 mil exemplares[11], certamente inflacionada para fins de propaganda, tanto mais que o jornal apela à reprodução de artigos e à circulação de cópias para aumentar a sua circulação em Portugal.

Os exilados republicanos tiram partido da legislação francesa referente à imprensa em língua estrangeira para publicarem, em português, órgãos de propaganda republicana. No entanto, quer por desconhecimento quer por tentativa de contorno da lei, não respeitam todas as suas determinações, nomeadamente referentes à gerência, cujo cargo deve ser exercido por um francês e o seu nome mencionado no jornal. *A Revolta* omite o nome do gerente nos cinco primeiros números e, quando passa a mencioná-lo, não respeita a lei dado ser um português: António de Carvalho para o n.º 6 e Pires de Carvalho para o n.º 7/8! A razão prende-se com a necessidade de dar uma imagem unitária da oposição republicana e esconder a origem estrangeira da propaganda, essencial para um jornal que se destina a circular em Portugal e que não quer ser identificado com o exílio, tanto mais que pretende ser o porta-voz dos descontentes do 28 de Maio e um aglutinador das correntes republicanas. Américo Buísel dirige a publicação até à partida para Portugal, em Junho de 1927, em missão da Liga de Defesa da República como agente de ligação com os revolucionários do interior. Regressa à capital francesa no mês de Setembro, mas a evolução da situação em Paris e no interior da Liga impendem-no de retomar a direcção do jornal[12].

A Revolta solicita a colaboração dos leitores e indica uma morada em Paris para recepção dos artigos. Apesar de assinalar que a colaboração é oriunda de Portugal e das colónias, são sobretudo os exilados que alimentam o jornal, ainda que muitos artigos não estejam assinados ou o sejam apenas por pseudónimos ou iniciais. Dos núcleos de deportados, a que a revolta de Fevereiro de 1927 deu origem, chega a colaboração de Sebastião da Costa (S. Tomé) e Agatão Lança (Angola). Se todas as correntes republicanas presentes no exílio parisiense colaboram no jornal, é flagrante a reduzida participação dos *democráticos*, prenuncio do desacordo que o grupo mantém com a Liga de Defesa da República, vulgo Liga de Paris, e que chegará ao ponto de ruptura com a publicação do manifesto-programa, no Verão de 1927. Na prática, *A Revolta* é o órgão da Liga, como o mostra a lista de colaboradores do primeiro círculo: António Sérgio, Afonso Costa, Raul Proença, elementos fulcrais da transformação da organização suprapartidária constituída pelos exilados militares na Galiza, a 18 de Fevereiro de 1927, na organização frentista destinada a exercer um papel político, à qual a memória da oposição imprimirá a aura emblemática de grande organização do exílio do final dos anos 20;

100, 200 exemplares » e os exilados tomam à sua conta centenas de assinaturas. Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/094, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 10 de Fevereiro de 1930.

11 *A Revolta*, n.º 3, p. 7. Segundo o jornal, uma primeira tiragem de 15 mil exemplares ter-se-ia esgotado em poucos dias, levando a uma segunda impressão de 10 mil exemplares.

12 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Buísel para Bernardino Machado de 18 de Janeiro de 1930.

os *alvaristas* Álvaro de Castro et Jaime de Morais, os *esquerdistas* José Domingues dos Santos, Pina de Morais, Pires de Carvalho, Adalberto Chaves e José Vahia; os *democráticos* Lopes Martins, o médico Gumercindo Soares; ou ainda Bernardino Machado, Jaime Cortesão, e o próprio Américo Buísel.

A primeira característica desta imprensa é o seu carácter efémero: a série francesa de *A Revolta* publicará apenas oito números (dois dos quais duplos) e tudo indica que *A Liberdade* não terá ido além dos dois. A publicação é irregular por dificuldades crescentes na sua introdução e distribuição em Portugal. No entanto, as dissensões entre correntes exiladas, secundadas por incompatibilidades pessoais, geram um clima de mal-estar e de instabilidade no exílio, que muito pesam na existência e duração desta imprensa. Para controlar o envio do jornal para Portugal e evitar que caía nas mãos da polícia, a Liga concebe um complicado sistema de controlo inspirado nas práticas clandestinas da Maçonaria, à qual pertencem numerosos exilados. Todos os exemplares têm, na quarta página, um número de código (à excepção dos distribuídos gratuitamente) que corresponde a um nome numa lista de envios em posse da Liga de Paris. Segundo uma explicação dada pelo próprio jornal, este sistema permitiria aos leitores que não se quisessem identificar perante a direcção de *A Revolta* receber o jornal em Portugal. Para receber o jornal por esta via bastaria ao leitor indicar o número de código, sendo depois a publicação entregue em mão própria pelo indivíduo correspondente ao a esse número (Marques, 1990, pp. 9-10). Este sistema pretendia criar uma rede de distribuição através de contactos de "confiança" e tinha por objectivo tornar mais seguro o envio de *A Revolta*, de modo a evitar a sua apreensão pela polícia.

O conteúdo de *A Revolta* articula-se à volta de dois grandes temas: a crítica da política governamental e a promoção da Liga de Paris. Relativamente ao primeiro, o jornal denuncia as políticas económica e externa seguidas pelo governo da ditadura através da publicação de artigos da imprensa estrangeira desfavoráveis ao novo regime, principalmente da francesa: *Études Financières*[13], *Quotidien*[14], *Europe Nouvelle*[15], ou ainda do jornal económico *L'Information*[16] *, que são* traduzidos e comentados pelos colaboradores de *A Revolta*. O jornal denuncia os "crimes da ditadura" e assenta particularmente a sua crítica na política económica do novo regime (aumento da despesa pública, utilização de dinheiros públicos na concessão de créditos extraordinários, aumento do deficit orçamental, lapidação da reserva de 3 milhões

13 *Études Financières*, 30 de Abril de 1927, publicado em *A Revolta* n.º 3, sobre o sistema de exploração do Tabaco.

14 *Quotidien*, 29 de Julho de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 6. Artigos de Maximilien Brésol, sobre o acordo luso-espanhol de 1927. No Outono de 1927, este jornalista desloca-se a Portugal a convite da Liga para uma série de reportagens, que são publicadas sob o título *Portugal. Le pays d'où partirent les caravelles*, Paris, Tuchy-Leroy, 1928, 93 p.

15 *Europe Nouvelle*, 6 de Agosto de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 6, sobre a ameaça ibérica.

16 *L'Information*, 30 de Setembro de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 7/8. Artigos de Albert Despaux (1874-1962) sobre a política financeira portuguesa. Jornalista, especialista em questões económicas e financeiras, foi redactor do semanário financeiro *Le Pour et le Contre* e do quotidiano *L'Information.* Tinha publicado alguns anos antes *L'inflation dans l'histoire*, Paris, Imp. Spécial de l'Information, 1922, 512 p.

de libras esterlinas que o governo da República tinha depositada no banco Baring Brothers em Londres, taxa de concessão de empréstimos a bancos privados mais baixa que o rendimento dos títulos do tesouro, aumento da dívida flutuante, aumento dos salários dos oficiais das Forças Armadas e das forças policiais, entrega do monopólio do Tabaco à antiga companhia gestora, a privatização dos caminhos-de-ferro...). Em matéria de política externa, o jornal condena a aproximação à Espanha, feita em "detrimento dos interesses nacionais"[17] e o modo como tinham sido conduzidas as negociações com a Inglaterra relativamente à liquidação das dívidas de guerra, cujo acordo final era desfavorável para Portugal. Em matéria colonial merece particular desaprovação a concessão à Bélgica de uma faixa de território em Angola[18]. *A Revolta* chama ainda a atenção para o perigo da restauração da monarquia e pronuncia-se contra os avanços de aproximação lançados pela facção republicano-conservadora do governo, que dá aso a uma vigorosa campanha contra o pacto político procurado por este sector com o Partido Democrático. Compreende-se assim que as figuras mais visadas por *A Revolta* pertençam ao sector republicano-conservador: Passos e Sousa, ministro da Guerra, responsável pela repressão da revolta de Fevereiro e pelo bombardeamento do Porto, e o Presidente da República, o general Carmona. São os republicano-conservadores, enquanto adversários mais directos, percebidos como continuadores da política da República Nova e na linha mais direitista do Partido Democrático, os principais alvos da crítica do jornal, o que de certo modo preserva Sinel de Cordes e Raul Esteves, figuras da direita anti-republicana, que controlavam já o regime.

Jornal doutrinário e de propaganda, *A Revolta* faz a apologia da Liga de Paris, explicando as razões da sua fundação, apresentando o programa político e justificando as escolhas da organização exilada no Verão de 1927. Os republicanos da Liga perfilam-se como os herdeiros espirituais do republicanismo de 1891 e os continuadores dos homens de 1910, defendendo a obra levada a cabo pela República nos seus princípios democráticos e no respeito das liberdades. O jornal apresenta como pauta de acção futura, uma vez a República restaurada, o aperfeiçoamento da democracia, que se fará pela regeneração do sistema republicano e pela melhoria do nível material e moral do país:

> A Revolta, e por seu intermédio a Liga de Paris, reivindica o movimento do 28 de Maio iniciado em Braga por elementos republicanos e tornado possível pelo descontentamento que então lavrava no Exército e no Paiz, por alguns erros e abusos cometidos por maus republicanos e pela forma como decorriam as últimas sessões parlamentares, mas desviado dos seus objectivos pela infiltração de

17 Trata-se da exploração das quedas do Douro, concedida à Espanha.

18 Pela convenção luso-belga de 1927, Portugal cede à Bélgica uma faixa de território, perto do porto de Matadi, no rio Zaire, de modo a permitir o avanço para o interior do caminho-de-ferro do Catanga, contra terras no leste do Congo, na região do Cassai.

> elementos anti-republicanos: foi empalmado, ao aproximar-se de Lisboa, e foi convertido subrepticiamente num movimento monárquico integralista, que já vinha planeado de há muito[19].

É ainda no decorrer do 28 de Maio, quando os republicanos se apercebem que o movimento fomentado para regenerar a República é empalmado pelos monárquicos, que surge o projecto de um contra-movimento republicano, concretizado na revolta de 1927, e cujas origens são relatadas por Jaime de Morais:

> Chegados, de regresso, a Lisboa [deslocara-se a Coimbra, conjuntamente com César de Almeida, para obter de Gomes da Costa a libertação de Álvaro de Castro], encontrámos logo Jaime Cortesão. E estes três pacatos cidadãos, nenhum deles embrenhado seriamente na política militante do país, resolvemos, em minutos, que era indispensável lavar a vergonha a que assistia a Nação inteira. Foi assim que três quase desconhecidos entre si da véspera, se reuniram para começar o Calvário que já dura há 23 anos. Nem se tratava de ideologia, na realidade o motor fundamental do nosso pensamento era a profunda vergonha que sentíamos e que nos fazia corar (Morais, 2000, p. 140).

No manifesto «Ao Povo Português», distribuído durante a revolta de Fevereiro, os conjurados explicam a natureza do movimento, reclamando o papel salvítico que o exército assumira desde a Grande Guerra, vendo-se e sendo visto como o garante da Nação e da continuidade do projecto nacional[20]. Papel desvirtuado pelo caminho enveredado pelo regime saído do 28 de Maio. A revolta de Fevereiro, preparada e organizada "pelas guarnições militares", por "não quererem continuar a cobrir [...] um regímen que está desprestigiando e desonrando o Exército, e fazendo, em seu nome, a ruína da Pátria». No entanto, os insurrectos de Fevereiro longe de reivindicarem um papel político na gestão da Nação, defendem a não intervenção da força armada na política activa, reservando-lhe a função de guardiã da Nação, que só poderá exercer de pleno direito se se colocar acima da *polis*: «Combatendo pela República, pela Liberdade, pelo civilismo, pelo Espírito do Exército». Princípio que, se partilhado pelo conjunto dos oficiais da oposição republicana, abre brechas na unidade relativamente ao momento da entrega do poder aos civis nos anos seguintes, perfilando-se uma linha "ordeira» que defende a precedente «arrumação da casa" e que coloca, por conseguinte, a questão da ditadura militar (Clímaco, 2017). Papel interventor que a força armada guardará finalmente até 1974-1975.

19 *A Revolta*, n.º 1-2, 23-30 de Abril de 1927, p. 8.

20 Sobre a intervenção dos militares na política activa, ver, entre outros, Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. INCM, 1985; Ferreira, M. (1992). *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no Século XX*. Editorial Estampa; Sardica, J. M. (2001). "Os Militares e a Política entre o Ultimato e a República". In *Diplomacia e Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Publicações do Cidehus.

Em Fevereiro de 1927, defende-se a *ideia* de República, de regime republicano, e acima de tudo, a ruptura com o passado, ou seja o fim do monopólio do poder exercício pelo Partido Democrático na República Nova, e em favor de um projecto novo: "Não combatemos, todavia, pelo regresso ao statu quo. O Passado, depois de já tantas dolorosas experiências, julgámo-lo morto. Não o queremos fazer ressurgir. Juramos que queremos tornar a Republica digna e pura!". A revolta de Fevereiro tem subjacente uma vontade de novo projecto político, ainda abstrato e pouco consciente, mas que intelectuais como António Sérgio ou Raul Proença, e políticos da tempera de Afonso Costa imediatamente identificam na Liga de Defesa da República, constituída na Galiza pelos oficiais insurrectos. A Revolução — termo que nos anos seguintes fará binómio com o de oposição republicana — é definida por António Sérgio logo no primeiro número da série francesa de *A Revolta*:

> Revolução construtiva: a transformação (...) da estrutura parasitária da sociedade portuguesa, numa organização humana, justiceira, progressiva, do ser social. Revolução é acabar com a arraigada ignorância, infundindo cultura à nossa grei; é abrir brecha profunda no sistema das oligarquias, realizando a democratização do nosso crédito, promovendo no povo a instrução técnica e o acesso do pobre à propriedade; é dar combate à miséria publica, fomentando o progresso da agricultura, e aproveitando a água dos nossos rios para regar terras que nos dêem pão, para fornecer à industria energia eléctrica; é salvar a raça que vai morrendo, e que chegou a extremos inconcebíveis de miséria e de abjecção; enfim, é educar o povo na autonomia e no domínio de si mesmo, criando no país as condições de uma civilização espiritual. É a revolução da inteligência: a dos abnegados; a dos sinceros; a da bondade; a da sensatez. Tudo em Portugal está velho e podre; tudo atrasado, mesquinho e débil; em tudo nos governa gente dura, sem generosidade de sentimento e sem largueza intelectual; em tudo, enfim, se necessita da Revolução.

Projecto de transformação — de Revolução — de que a Liga de Paris se apropria e transforma em motor de acção. Recusando o regresso ao *statu quo* anterior e apostando num novo projecto político, a Liga entra pela força das circunstâncias em rota de colisão com o Partido Democrático, e com os seus exilados que em Paris representam a direcção do partido. Para isso é necessário abrir uma ruptura com o passado e construir uma cronologia oposicionista, na qual a revolta de Fevereiro figura como momento fundador da oposição à ditadura é identificada como a reacção da parte sã do país. Nestas condições, a participação dos *democráticos* no movimento será silenciada por *A Revolta* que, em contrapartida, salienta a dos militares ligados à Liga. Paralelamente, os conflitos que se tinham feito sentir no seio dos conspiradores de Fevereiro são minimizados de modo a reflectir uma imagem de coesão da oposição e a transformar a revolta numa data emblemática. A propaganda da Liga em *A Revolta* é assim dirigida contra o Partido Democrático, acusado de ter tido conhecimento da preparação do 28 de Maio e de nada ter feito para se opor à sua saída, com o intuito de o explorar

posteriormente em seu favor, para além de o desembaraçar de uma oposição incómoda.

Decidida a pesar na cena política, a Liga elabora um programa de reformas a pôr em prática depois do regresso à República, profundamente influenciado por António Sérgio. Colocando-se fora da esfera partidária, e acima dos partidos, com os quais evita estrategicamente rivalizar, o seu peso político viria da capacidade a integrar no seu seio as diversas forças políticas e a apresenta-se como plataforma unitária apartidária. O Partido Democrático, única força política com capacidade para resistir à força centrifuga da Liga, procura por seu lado impor-se no xadrez da oposição como único interlocutor com o regime, e diga-se de passagem, é assim que é visto pelo bloco republicano-conservador no poder na sua procura de diálogo e de negociação. Ponto forte da rivalidade entre a Liga e o Partido Democrático (este representado pelos exilados *democráticos*) é a elaboração do programa-manifesto em que divergem relativamente ao caracter e às medidas a adoptar: função do Parlamento, composição do governo, programa de reformas, direcção militar das intentonas... A ruptura definitiva dá-se no Verão de 1927, quando António Maria da Silva passa, em nome do Partido Democrático, um acordo com o Ministro da Guerra, levando a que a Liga avance na difusão pública do manifesto-programa, numa altura em que este se encontrava ainda em fase de negociação com os exilados *democráticos*. Com uma base de apoio restrita no interior e incapaz de integrar o Partido Democrático no seu seio, a capacidade de acção da Liga reduz-se rapidamente e *A Revolta* é atravessada por forças centrífugas. O jornal, no seu último número, comemora ainda o 5 de Outubro, mas não sobrevive ao aprofundar das divergências no interior da oposição republicana, tanto mais que o chefe militar do movimento em preparação, o general Norton de Matos, afasta-se dos conspiradores sendo pouco depois deportado pelo Governo para os Açores. Nos anos seguintes, a oposição no exílio deixa de ter um órgão de expressão e de propaganda. Por sua vez, o aprofundar das dissensões e clivagens entre os exilados tornam-se perceptíveis em Portugal e *A Revolta,* enquanto órgão da Liga de Paris, sofre a hostilidade crescente de que a organização é alvo no interior, deixando de contar com os apoios de quem a via como um órgão unitário do exílio[21].

É necessário esperar por Fevereiro de 1930 para que volte a ser publicado no exílio europeu um novo periódico: *A Liberdade*, "órgão independente de educação cívica e de acção republicana", cujo editor, proprietário e director é Américo Buísel. O contexto no qual é fundada *A Liberdade* e a linha de estratégia adoptada não auguram longa vida a uma publicação que procura ser uma tribuna aberta às várias sensibilidades republicanas e imune às influências partidárias, num quadro de crescente divergência de estratégia para o regresso à República parlamentar e democrática. A evasão de S. Tomé, e o consequente refúgio em França, de

21 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

Jaime de Morais e dos membros do comité revolucionário, presos a 1 de Maio de 1928 e deportados para as colónias, altera a relação de forças no exílio. A combatividade de Jaime de Morais e o seu dinamismo na continuidade da acção directa, levam ao surgimento de uma terceira força — o grupo dos Independentes (que irá desembocar nos Budas) — paralelo à Liga e aos exilados do PRP. Em 1929-1930, para congregar estas correntes e negociar a constituição de uma frente única de acção são promovidas novas negociações[22] das quais resulta a Comissão de Estudos e de Diplomacia e a adopção de um programa de governo (Marques,1973, pp. 89-101)[23]. O passo seguinte é a unidade com a oposição em Portugal, numa altura em que esta mostra preferência pela «transição pacífica» e pela evolução do regime pelo interior. Nos meios oposicionistas do interior, exílio é então conotado com a acção revolucionária. É neste contexto de divergências de estratégia para a queda da ditadura, entre a oposição do interior e o exílio, que surge, no início do Outubro de 1929, pela mão de António Sérgio ou de Américo Buísel[24], o projecto de publicação de um novo periódico. *A Liberdade* resulta certamente da convergência entre os políticos aglutinados na Comissão de Estudos e de Diplomacia, em aceleração revolucionária, e que acolhem favoravelmente um novo órgão de propaganda como modo de coadjuvar a revolução e reavivar a ideia republicana nos correligionários desfalecidos, e o projecto de Américo Buísel, voluntarista e um tanto ingénuo. Buísel é um jovem tenente, sem filiação partidária mas ardentemente republicano, que aproveita o tempo do exílio para se formar na Sorbonne em Direito e Ciências Políticas, e que aspira a editar um órgão doutrinário de formação das massas ao ideário republicano[25]. Por seu turno, António Sérgio está nesta data extremamente activo nos meios do catolicismo liberal (Rivas, 1984: pp. 71-72)[26] ligados a Marc Sangnier, colabora nos jornais *Jeune République, Le Volontaire, Démocratie*, é indicado pelo *L'Éveil des Peuples* como um dos seus articulistas (embora não chegue

22 A comissão de negociação é composta por um delegado de cada grupo: Afonso Costa (Liga), Lago Cerqueira (Partido Democrático) e Jaime de Morais (Independentes), e colocada sob a égide de Bernardino Machado.

23 Os princípios adoptados em Maio de 1929 têm por base o programa elaborado aquando da anterior tentativa de unidade, em Maio de 1928, e que a revolta do Castelo viria destroçar. O programa tinha por linhas principais o restabelecimento da normalidade constitucional, a convocação do Congresso que elegeria o Presidente da República, a realização de eleições, a revogação da obra da ditadura, o julgamento dos ditadores, a depuração do aparelho de Estado, e o estabelecimento de uma vigorosa imprensa republicana.

24 António Sérgio responsabiliza Buísel pela ideia de publicação de um novo periódico, este por sua vez atribui a Sérgio o projecto e o convite para seu director. Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 22 de Novembro de 1929.

25 Lagoa (1898-Estoril 1943). É filho do oposicionista José Negrão Buísel, professor e pedagogo, seguidor da escola moderna de Francisco Ferrer, método que adoptou no colégio que fundou, em 1905, em Portimão. José Negrão Buísel colaborou em vários jornais, nomeadamente em *A Batalha*, tendo fundado em 1902, o efémero semanário *A* Verdade; ligado ao anarquismo, fundou em Portimão o grupo "A Verdade", que aderiu à Federação Anarquista do Sul e sofreu várias prisões, nomeadamente em 1934 por estar envolvido na greve geral do 18 de Janeiro no Algarve. Américo Buísel, após o regresso a Portugal no âmbito da amnistia de Dezembro de 1932, adquire a cota de João Soares no colégio Bairro Escolar do Estoril, e de que também era proprietário o pedagogo João de Deus Ramos, tornado-se seu director em 1935.

26 Para os católicos liberais, António Sérgio é a alternativa à oposição de esquerda e a garantia de que a restauração da democracia é possível em Portugal.

a publicar neste jornal), e é o representante português na Acção Internacional Democrática para a Paz[27] (AIDP). No Verão de 1929 toma parte na Cruzada da Juventude para a Paz, conduzindo até Paris a coluna do Sudoeste, participando pouco depois no 9° Congresso da AIDP, que se reúne na Bélgica de 1 a 5 de Setembro e, a partir de 22 do mesmo mês, em Bierville (Guérrier, 1979, p. 472)[28].

O projecto de um novo orgão a publicar no exílio tem assim cabimento no contexto descrito de constituição da Comissão de Estudos e Diplomacia, de aceleração revolucionária do grupo de militares ligados a Jaime de Morais (conhecido sob a designação de organização militar do Norte e que abarca jovens oficiais que gravitam à volta da *Seara Nova*) e das actividades de António Sérgio, viradas estas para os meios estrangeiros de acolhimento e solidariedade[29]. Este novo órgão seria, como António Sérgio o descreve a Bernardino Machado, o porta-voz dos exilados dado que: "um jornal ido de Paris seria tomado no País, se fora colaborado por nós, como expressão do pensamento comum"[30]. O projecto de António Sérgio recebe o aval de Afonso Costa, desde que aquele "acompanhasse a feitura do periódico para não haver qualquer deslizamento [entenda-se relativamente à linha política da Comissão de Estudos e Diplomacia] e servir de ligação entre o Comité e o Buizel"[31]. Posição contrária é a de Américo Buísel, para quem um jornal editado nos termos propostos por Sérgio seria a repetição dos erros cometidos com *A Revolta* e não alcançaria os objectivos pretendidos. Para Buísel, o jornal não devia representar "a opinião de Paris, embora publique a opinião de alguns dos seus elementos" nem estar "enfeudado a partido algum nem fará a política de qualquer dos grupos representados na emigração"[32], vendo no controlo da linha editorial do jornal por parte dos exilados um travão ao objectivo primeiro de um órgão doutrinário independente, dedicado à "educação cívica do povo e de acção republicana".

27 A AIDP foi fundada em 1921 com o objectivo de preparar a aproximação internacional numa perspectiva pacifista. Conta, em 1928, 164 membros em representação de 25 países.

28 A remodelação que ocorre no secretariado da AIDP em 1929 leva António Sérgio à vice-presidência, conjuntamente com um painel internacional composto pelos alemães Joseph Quidde e Nilolaüs Ehlen, os belgas La Fontaine, Hubaux e Albert Carnoy, e Ruth Fry, o espanhol Aguilar Jimenez e o francês Maurice Lacroix, e tendo por secretário-geral o francês Georges Hoog, director de redacção do *Jeune République*. Sérgio preside à primeira sessão de trabalhos do 9° congresso da AIDP, colabora na redacção da carta da AIDP e dirige ainda a comissão do Ensino, que adopta moções no sentido de dispensar uma educação antimilitarista às crianças, responsabilização dos chefes de família, reforma dos manuais escolares depurando-os das marcas de chauvinismo e militarismo, criação de uma iconografia pacifista visando dar aos monumentos um aspecto positivo e não inspirado na guerra.

29 É igualmente de destacar, neste mesmo período, a actividade de Jaime Cortesão junto da Liga Francesa dos Direitos do Homem e da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem, que leva à constituição de uma nova Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, em Paris, e à evicção da Liga existente em Portugal, que deixa de ser reconhecida pelo secretariado da Liga Internacional dos Direitos do Homem.

30 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07020/085, carta de António Sérgio para Bernardino Machado, [finais de Outubro de] 1929 .

31 Casa Comum, pasta 07020/082, carta de António Sérgio para Bernardino Machado, [17 de Outubro de] 1929 .

32 Casa Comum, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

O embate entre António Sérgio e Américo Buísel será violento e determinará o futuro de *A Liberdade*. A cena é relatada por António Sérgio a Bernardino Machado:

> Creio que não temos nada feito com o Buizel. Apareceu-me aqui em casa a dizer que não queira sujeitar-se a ouvir o comité ou quem quer que fosse. Respondi-lhe com fúria, energia e indignação que era de uma infinita e inadmissível vaidade o pretender que nós escrevêssemos para um jornal sob a direção dele sem saber o que é que a sua pena iria enquadrar a nossa prosa. [...] Vi-me obrigado a falar-lhe duramente, e rugi como uma fera, gesticulando como um possesso. Lá foi esmagado e atordoado com a minha indignação figueteante, e não sei se pensará mais em periódicos e em ser o Rochefort português.

E termina a carta com uma apreciação pouco prestigiante para com alguém a quem, pouco antes, pretendia entregar a direcção do jornal: «A verdade é que Buizel não tem nenhum dote de jornalista ou escritor, e que está ainda verdíssimo, tanto na teoria como na prática política", rematando com a expressão popular "ainda a boca lhe cheira a leite", reveladora da dimensão do incómodo provocado pela audácia de uma nova geração de republicanos que propõe organizar a luta política sob novos moldes. Para Sérgio, a oposição ao regime de ditadura é da competência da «geração madura", formada nos postos ministeriais e outros cargos políticos da I República, enquadrada pelos intelectuais numa revisitação do

A LIBERDADE

Pelo Direito — Pela República — Pela Paz

3-7 DE FEVEREIRO DE 1927

" A LIBERDADE "

AO PUBLICO

MARCANDO POSIÇÃO

Figura 2
A Liberdade. Nº 1, 3 de Fevereiro de 1930.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

iluminismo esclarecido, deixando pouco espaço para quem encara *autrement* a luta contra a ditadura e para uma nova geração. Reside talvez nesta postura, que não se limita a Sérgio, a razão da « desmemória » em que cairá posteriormente a luta republicana contra o regime, que não prepara a nova geração para assumir a *relève* política, associando insuficientemente os jovens, e em particular os jovens intelectuais, à direcção da oposição. Sintomático desta falha de "passagem do testemunho" político, é o facto da memória da oposição estar predominantemente ligada à resistência militar e às revoltas e tentativas de revolta de final dos anos 20 e 30, nas quais o grupo ligado a Jaime de Morais tem particular visibilidade, talvez porque este teve o cuidado (ou a necessidade) de associar ao "núcleo duro" político "a mocidade", ou seja jovens oficiais e civis.

Apesar da oposição e da expectativa de António Sérgio, Américo Buísel prossegue com o projecto de publicação de *A Liberdade*, mantende-o secreto dos demais exilados, dando apenas conhecimento a Santiago Prezado e a Bernardino Machado. O n° 1 data de 3 de Fevereiro de 1930 e assinala o aniversário da revolta; o n° 2 tem data de 28 do mesmo mês, mas a publicação sai com bastante atraso relativamente à data do cabeçalho, por complicações de vária ordem. Um terceiro número encontra-se pronto a seguir para a tipografia em finais de Março, mas não será editado[33]. *A Liberdade* é publicada em formato *grande folio*, com quatro páginas a quatro colunas por página. O aspecto gráfico é cuidado, revelando a vontade de se tornar num verdadeiro órgão de imprensa e mostrando uma qualidade técnica superior à de *A Revolta*. Os artigos são organizados por rubricas: situação política portuguesa, propaganda republicana, questões políticas e sociais (esta a cargo dos colaboradores estrangeiros), e ilustrados com fotografias e caricaturas.

A Liberdade tem uma tiragem de 5 mil exemplares[34], metade da qual é distribuída gratuitamente em Portugal, a título de propaganda, e a restante vendida para cobrir as despesas de impressão, embalagem e transporte. O preço unitário é de 1 escudo ou 1.25 francos, em função do país de venda. Confiante no sucesso de *A Liberdade,* Buísel propõe um sistema compensatório de compra de exemplares por parte dos eventuais mecenas que tomarão a seu cargo a distribuição em Portugal do número de exemplares comprados. Com um custo por número estimado entre 3.500 a 3.800 francos, é necessária a venda de pelo menos 3.500 exemplares para assegurar a sobrevivência da publicação. As ilusões do editor depressa se desvanecem. O primeiro número de *A Liberdade* teve um custo de 3.627,17 francos, dos quais 1.195 foram cobertos por fundos recebidos de Portugal e 960 de França, ascendendo o prejuízo a 1472,49 francos[35]. As despesas com o segundo número foram inteiramente suportadas

33 Casa Comum, pasta 07038/099, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 31 de Março de 1930.
34 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.
35 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.

Figura 3
Grupo de deportados da revolta de Fevereiro de 1927
em Angra do Heroísmo. *A Liberdade*. N° 1, 3 de Fevereiro de 1930.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

por Buísel, pelo que a publicaçao não tem condições para continuar[36]. *A Liberdade* está assim condenada a desaparecer, tanto mais que os chefes políticos do exílio lhe são hostis. Buísel contava com o apoio financeiro de Afonso Costa e de Lago Cerqueira para a alimentar o fundo de rolamento do jornal, mas apenas Santiago Prezado e Bernardino Machado contribuem financeiramente para a publicação, o que é insuficiente para a manter.

A Liberdade, introduzida clandestinamente em Portugal, é distribuída através de uma rede da qual se desconhece o funcionamento mas que parece ser eficaz. Receando o acolhimento desfavorável dos exilados ao novo jornal, Buísel teve o cuidado de preparar o seu envio para Portugal e a distribuição no interior antes de o divulgar junto dos exilados, evitando assim que a opinião dos exilados condicionasse negativamente a recepção do jornal no interior. Em Portugal, o jornal teria sido acolhido com entusiasmo, recebendo Buísel numerosas cartas de apoio. Para alargar a difusão do jornal, Buísel apela à imaginação dos leitores: deixá-lo em cima da mesa de um café, no alfaiate, em cima da bancada do sapateiro, enviá-lo pelo correio a outros republicanos, ou mesmo afixá-lo em lugares públicos...

36 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930, p. 4.

O jornal apresenta-se como independente dos grupos políticos, com a preocupação primeira de reunir à sua volta a oposição republicana e consolidar o que Buísel apresenta como os fundamentos da democracia: o direito à diferença e à pluralidade partidária. A formação de Buísel em ciências políticas imprime ao jornal uma dimensão teórica que transvasa o âmbito nacional, colocando o caso português no quadro mais vasto das ditaduras e dos regimes não democráticos, dando origem à primeira reflexão sobre a natureza do regime que ultrapassa a estrita luta política e em sintonia com a moldura conceptual do meio académico que frequenta. O jornal procura levar a cabo a educação cívica dos leitores, de modo a criar condições para a obra de *republicanização* do Estado, e contribuir para uma maior consciencialização política dos cidadãos. Para isso, *A Liberdade* pretende discutir as diferentes doutrinas políticas e os seus princípios. A dimensão internacional que Buísel procura imprimir ao jornal, e através dela a integração de Portugal nas preocupações políticas comuns à Europa de inícios dos anos 30, é perceptível através da lista dos futuros colaboradores: Joseph Barthélemy[37], Albert Milhaud[38], Guy-Gand, Georges Potut[39] e Francis Delaisi[40], dos quais apenas o primeiro publicará efectivamente no jornal[41]. Os problemas da actualidade internacional são igualmente tratados no jornal, dando-se importante destaque à crise política em Espanha, analisada nos dois números (no n.º 1 foram inseridos extractos da imprensa francesa e espanhola e no n.º 2 é publicada uma entrevista com Ortega y Gasset). A evolução da situação em Espanha e a queda de Primo de Rivera dão esperança aos exilados portugueses que traçam um paralelismo entre o fim da ditadura em Espanha e o restabelecimento da democracia em Portugal. Pensa-se assim que o fim da ditadura está próximo em Portugal, pelo que a aceleração da *revolução* constitui mais do que nunca a prioridade da oposição no exílio em detrimento da imprensa e da propaganda republicana.

Américo Buísel procura fazer do jornal uma tribuna livre, um espaço onde todas as correntes políticas possam ter voz e discutir os princípios ideológicos, nomeadamente "os nossos adversários se um dia as circunstâncias o permitirem"[42]. *A Liberdade* "pregará a união entre os republicanos e defenderá a restauração em Portugal da democracia em toda a sua pureza. Combaterá sem tréguas a ditadura portuguesa actual e todos regimes de força em geral. Mais possível: argumentação, documentação"[43], sendo para isso necessário "criar entre o povo um espírito liberal, democrático, anti-clerical, internacional e pacífico, criar a repulsa por todos os regimes de força, pelo militarismo e pelos nacionalismos mórbidos: República,

37 Professor de Direito e deputado da direita liberal. Exercerá a função de Ministro da Justiça durante o governo de Vichy. Membro da Academia das *Sciences, Morales e Politiques*.
38 Próximo de Édouard Herriot. Albert Millaud será secretário-geral do Partido Radical de 1931 a 1934.
39 Deputado do Partido Radical. Georges Potut faz parte do grupo dos "jovens turcos".
40 Jornalista. Francis Delaisi será um dos membros do Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas.
41 Joseph Barthélemy, "Democracia e ditadura", *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.
42 *A Liberdade*, n.º 1, de 3 de Fevereiro de 1930.
43 Casa Comum, espólio Bernardino Machado pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

justiça, liberdade"[44]. Adoptando uma postura unitária, o jornal centra as questões abordadas em temas consensuais como a má gestão financeira da ditadura e a violação dos direitos individuais. A estratégia de diálogo é igualmente perceptível a nível da organização interna do jornal: os artigos não são assinados, à excepção dos de Bernardino Machado e Santiago Prezado, recorrendo-se a pseudónimos ou perfis (antigo ministro, antigo deportado, etc) de modo a garantir a diversidade das correntes políticas, dos grupos de deportados e dos republicanos de Portugal, preservando-os simultaneamente da repressão policial.

Após a implantação da II República, em Abril de 1931, a Espanha torna-se no novo centro nevrálgico do exílio. Nesta fase, a impressa é praticamente inexistente, limitando-se à publicação de *A Verdade*, entre Outubro de 1933 e Fevereiro de 1934. À semelhança dos periódicos anteriores, a publicação terá uma duração curta e pautada pelas divergências políticas não só no exílio, como também entre este e a resistência do interior. A necessidade de um órgão de propaganda fazia-se desde há muito sentir, mas dificuldades várias, sobretudo de ordem financeira, impediam a sua publicação. A chegada de Armando Cortesão ao exílio e a obtenção de um empréstimo revolucionário vêm criar novas condições, numa altura de crescendo revolucionário; a publicação de *A Verdade* corresponde ao período compreendido entre a preparação do movimento dirigido pelo coronel Hélder Ribeiro, previsto para Julho de 1933, adiado depois para Novembro, e a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro, com a qual devia coincidir uma nova acção armada republicana.

Armando Cortesão e Cândido Nazaré, respectivamente director e chefe das oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra, tinham publicado nesta cidade, entre Julho/Agosto e Setembro de 1932, um jornal clandestino — *A Verdade* -, cuja publicação cessara quando a polícia identifica Armando Cortesão como agente de ligação da oposição republicana[45], levando-o a exilar-se em Espanha, e a partir de 1935 em Inglaterra. O primeiro número da série espanhola sai em Outubro de 1933 com o n.º 6. A publicação será interrompida após o n.º 11, de Fevereiro de 1934, por divergências com a oposição do interior sobre o conteúdo do jornal, considerado como demasiado radical. Para além de director de publicação, Armando Cortesão é igualmente o seu administrador e principal colaborador, para além do exercício de outras tarefas ligadas à feitura e à distribuição do jornal em Portugal. Bernardino Machado acompanha de perto a preparação do periódico, num gesto que garantia imparcialidade, dado ser o único chefe político consensual no exílio e aceite por todos enquanto figura tutelar.

44 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

45 A série portuguesa é composta por 5 números (desconhece-se a data exacta do n.º 1, situando-se entre Julho e inícios de Agosto, o n.º 2 é de meados de Agosto, o n.º 4 de meados de Setembro e o n.º 5 está datado de 30 de Setembro), sendo a sua periodicidade aparentemente quinzenal. Os números 2, 4 e 5 foram impressos em Coimbra, na tipografia Reis Gomes, com uma tiragem de 3 mil exemplares para os n.º 2 e 3, e de quatro mil para o n.º 5. ANTT, PVDE, proc. 1053/SPS (Armando Cortesão).

A Verdade apresenta-se como órgão da resistência, de carácter unitário e abrangente. Impressa em formato folio, apresenta 8 páginas e uma tiragem supostamente de três mil exemplares[46], ainda que o número especial de Janeiro de 1934, tenha sido impresso em dez mil exemplares[47]. O preço do número não está indicado, deixando o jornal ao critério dos leitores o montante do donativo para a causa republicana. Contrariamente aos jornais de exílio do período francês, *A Verdade* não apela à contribuição monetária para assegurar a sua continuação, o que deixa supor outros tipos de financiamento. O jornal é igualmente distribuído junto da comunidade portuguesa emigrada nos Estados Unidos e no Brasil com o duplo objectivo de difusão do ideário republicano e recolha de fundos[48]. A introdução em Portugal dos primeiros números da série espanhola faz-se quer através do auxílio de empregados dos caminhos-de-ferro espanhóis e portugueses, quer de outras formas mais tradicionais: "correios", envio de pequenas encomendas postais, no interior de jornais espanhóis autorizados a circular em Portugal... As detenções em massa efectuadas pela polícia em Outubro e Novembro de 1933 desorganizam a rede de distribuição do jornal em Portugal. Para a distribuição do n.º 8, Armando Cortesão é obrigado a montar uma nova rede, que se encontra pronta a funcionar apenas em fins de Dezembro, retardando assim a difusão desse número[49]. A tentativa de greve geral revolucionária de 18 de Janeiro e o consequente intensificar da vigilância policial levam à apreensão pela polícia de uma importante quantidade de jornais.

Os artigos de *A Verdade* não são assinados, com excepção de uma poesia de Jaime Cortesão — Maldição[50] — e de uma declaração de princípios, subscrita por Bernardino Machado, em nome da oposição republicana. Estratégia que, para além de procurar proteger os articulistas da repressão policial, tenta evitar, no interior do país e na deportação, a identificação do jornal a um grupo determinado, em particular com os Budas . A principal diferença, relativamente à anterior imprensa de exílio, é de natureza estratégica, procurando igualmente divulgar a causa da oposição no exterior, retomando uma *démarche* que tinha dado frutos nos primeiros anos de exílio pela mão de António Sérgio. *A Verdade* procura ser uma fonte de informação sobre a ditadura portuguesa para a imprensa estrangeira[51]; o genebrino *Le Travail*[52] publica, com base no órgão da oposição, uma série de crónicas nas quais contesta a veracidade

46 Armando Cortesão refere-se à destruição de três mil exemplares dos n.º 6 e 7 como representando metade da tiragem dos dois números. Bernardino Machado — Vila Nova de Famalicão (BM), cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 5 de Dezembro de 1933 e 28 de Fevereiro de 1934.

47 *Idem*, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 1 de Fevereiro de 1934.

48 A distribuição nos Estados-Unidos é assegurada pelo antigo ministro da República, João Camoesas, que se exilou neste país após o 28 de Maio. Camoesas é responsável pela propaganda republicana no seio da colónia portuguesa de New Bedford. BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 10 de Fevereiro de 1934.

49 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 22 de Dezembro de 1933.

50 Publicada no n.º 9 — número especial.

51 *A Verdade*, n.º 7 de Novembro de 1933.

52 *Le Travail*, de 7 de Setembro de 1933, cujo artigo é reproduzido em *A Verdade* n.º 7, de Novembro de 1933.

dos orçamentos apresentados por Salazar[53]. Armando Cortesão conta igualmente com a sua rede de contactos nos meios jornalísticos internacionais para fazer publicar, na imprensa estrangeira, artigos contrários ao Estado Novo, elaborando sínteses, em francês e em inglês, das críticas da oposição republicana à obra financeira de Salazar[54].

As questões de natureza política, com a crítica do corporativismo, a política financeira e a política colonial[55] são os principais temas abordados pela *A Verdade*, seguindo-se a denúncia da repressão e da violência policial: a censura da imprensa e da correspondência, a vigilância policial, a tortura dos presos políticos... O tom empregue pelo jornal é violento, atacando frontalmente as principais figuras do regime: Salazar, Armindo Monteiro, António Ferro, Agostinho Lourenço e, em menor grau, o presidente da República, Óscar Carmona. O debate de ideias, os programas políticos, a discussão dos princípios republicanos, que ocupavam um lugar privilegiado nos anteriores jornais oposicionistas, são secundarizados, deixando à vista a fraqueza da oposição republicana, incapaz de valorizar a dimensão ideológica da luta contra o Estado Novo e, por conseguinte, de se bater com o regime no campo da propaganda (contando este já com a terrível máquina do Secretariado da Propaganda Nacional), ou pelo menos de ser pressentida pela opinião pública como alternativa política com espessura programática. O facto é que a *A Verdade*, ao pretender ser uma tribuna de todos os grupos republicanos, vê-se obrigada a dissimular divergências ideológicas, o que reduz a margem de manobra do jornal e os pontos de abordagem da actualidade política portuguesa, suprimindo tudo o que fosse passível de suscitar contestação ou deixar transparecer a desunião da oposição, isto é, tudo o que fosse de natureza política. A realidade é que a margem de manobra de *A Verdade* é muito estreita. Limitada a questões consensuais, como a denúncia da obra político-financeira do salazarismo e os crimes da ditadura, a crítica destas matérias é mesmo assim suficiente para provocar o descontentamento dos republicanos-conservadores e das franjas militares próximas do Presidente da República. Órgão de combate à ditadura, *A Verdade* procura levar a cabo uma obra de propaganda republicana direccionada para os militares, base predominante na corrente oposicionista republicana. *A Verdade* reafirma os princípios republicanos do 28 de Maio e as motivações que estiveram na origem do movimento, justificando a participação dos militares republicanos e apresentando-os como as primeiras vítimas do empalmamento do golpe:

53 O artigo que serve de base ao *Le Travail* é extraído da série portuguesa de *A Verdade*.

54 A oposição denuncia em A *Verdade* o défice orçamental do exercício 1932-1933, contradizendo os resultados de excedente apresentados por Salazar com a argumentação de que o Anuário Estatístico da Sociedade das Nações indicava um défice orçamental de 228 milhões de escudos.

55 Crítica da administração colonial, mas sobretudo das concessões feitas pelo governo neste domínio à Inglaterra.

Figura 4
A Verdade. N° 9, Janeiro de 1934.
Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.

> A ditadura saída do 28 de Maio, de princípio bem intencionada, admitamo-lo, em breve reconheceu que só por aqueles baixos processos poderia viver e neles se lançou. Não tardou que os militares briosos e sinceros que entraram no 28 de Maio, acabassem por ser perseguidos, presos, deportados e finalmente demitidos do Exército, empurrados por uma quadrilha de bandoleiros, devoristas e reaccionários da pior espécie[56].

Ainda na mira da sedução dos militares conservadores, o jornal reconhece abertamente a aproximação da oposição no exílio com o grupo de Vicente de Freitas: "declarações liberais, anti-ditatoriais por este [Vicente de Freitas] há cerca de um ano feitas a um jornal da manhã, são até certo ponto merecedoras da nossa simpatia"[57]. Em Outubro de 1933, numa análise da situação da oposição ao regime, *A Verdade* conclui na partilha, pelo conjunto das correntes da oposição (num leque alargado de sensibilidades que vai esquerda ao integralistas), de um

56 *A Verdade*, n.º 7, Novembro de 1933.
57 *A Verdade*, n° 6, Outubro de 1933.

sentimento de ódio em relação a Salazar, responsável pelos males que assolavam o país e a sociedade portuguesa, e pela vaga de prisões, deportações e destituições[58]. Começa a esboçar-se então uma nova aproximação na luta contra Salazar entre as correntes, que se concretizará em 1935 na preparação do movimento que desembocará na revolta de Setembro (ainda que uma parte do republicanismo se tenha afastado durante o Verão de 1935) justificada pela tomada de consciência da fraqueza da oposição, em particular no seio das Forças Armadas. Uma particularidade do jornal é a evolução do conceito de oposição, que tende a generalizar-se e a englobar as correntes representativas do movimento operário. *A Verdade* não distingue entre vítimas republicanas, anarquistas ou comunistas, considerando-as no seu conjunto como opositores, contrariando assim a clássica distinção operada pelo regime entre presos políticos e por razões sociais. A prisão dos anarco-sindicalistas Germinal de Sousa e Jaime Rebelo, e as torturas por estes sofridas são assinaladas no jornal, sendo este último citado como símbolo da resistência ao regime ditatorial.

À medida que os fracassos revolucionários se sucedem, fragilizando e enfraquecendo a oposição, nota-se uma tomada de consciência crescente da sua debilidade, despontando uma postura crítica: "O resultado [dos conflitos no seio da oposição] é que tudo se complica, tudo atrasa, e todos nós cada vez mais sofremos... diminuindo as possibilidade a cada hora"[59]. Mas apesar das concessões feitas pelos radicais aos moderados republicanos, a coesão da oposição é impossível de manter e as linhas de fractura ressurgem relativamente à orientação da luta contra o Estado Novo, o projecto republicano e o conteúdo da propaganda. A acerba crítica lançada nas páginas de *A Verdade* contra figuras do regime próximas dos conservadores, em particular contra o presidente da República, abre fissuras na unidade republicana. O facto de Carmona ter tido a possibilidade de pôr fim à ditadura pela via pacífica[60] mas ter optado pela sua manutenção abre uma ferida insanável entre os dois bordos da oposição republicana. Por seu turno, o tom demasiado virulento de *A Verdade* reduz a margem de manobra dos republicanos do interior ligados a Cunha Leal, mais próximos do regime do que os exilados, que pedem moderação a Armando Cortesão. A propaganda vinda de Espanha, considerada prejudicial aos objectivos da corrente conservadora, acaba por ser inutilizada pela própria oposição; é o caso de três mil exemplares dos n.º 6 e 7 de *A Verdade* que são queimados devido às críticas contidas a Carmona, susceptíveis de desagradar às Forças Armadas[61], ou de uma encomenda com 1.800 exemplares do n.º 8, que foi abandonada no depósito de

58 *A Verdade*, n° 6, Outubro de 1933.
59 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 21 de Março de 1934.
60 Em 1933, um grupo de oficiais conservadores tenta levar o Presidente da República a destituir Salazar da Presidência do Conselho e a formar um governo de unidade nacional que permitisse o regresso à República e à democracia "no respeito da ordem e sob o controle da facção republicana conservadora". *A Verdade*, n.º 6, Outubro de 1933.
61 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 5 de Dezembro de 1933.

mercadorias dos caminhos-de-ferro, no Cacém[62]. A plataforma de entendimento mínima das correntes republicanas, que repousava na queda da ditadura e no regresso ao regime parlamentar, revela-se incapaz de manter a unidade da oposição face à divergência de estratégia e de objectivos. Um antigo ministro da República e ex-exilado (certamente Cunha Leal) diz-se pronto a entregar *A Verdade* à polícia se ele ou a organização que dirige continuassem a receber o jornal[63]. A publicação acaba por ser suspensa temporariamente, ainda que Armando Cortesão continue a preparar o n.º 12. Este, pronto para sair em Março de 1934, nunca virá a ser publicado.

A intensificação da repressão policial e o aumento do número de detenções e de deportações dá lugar à publicação de um número especial de *A Verdade*, dedicado às vítimas da ditadura[64]. O início da distribuição coincide com o aniversário da revolta do 31 de Janeiro. Para uma difusão mais alargada dos crimes da ditadura é editada uma versão em francês, resumida e adaptada ao contexto internacional. A tiragem é de 15 mil exemplares para o original em português e 3 mil para a versão francesa[65]. A sua introdução em Portugal é cuidadosamente preparada por Armando Cortesão, dado o clima repressivo que se vive após o 18 de Janeiro, e as ligações de fronteira são reforçadas. Um outro estratagema para a introdução do jornal em Portugal é o seu trânsito por um país terceiro para não despertar a atenção da polícia; algumas centenas de jornais são enviados via Londres e Genebra para Portugal[66]. Porém, os correios suíços fazem fracassar o estratagema, retendo, por ordem do governo federal, cerca de 30 encomendas postais (o que correspondia a mais de 2 mil exemplares)[67]. Uma parte das encomendas será recuperada graças à intervenção do governo espanhol, através do sub-secretário das Comunicações, junto do seu homólogo suíço[68]. O número especial de *A Verdade* é também enviado directamente pelo correio aos republicanos, residentes em Portugal e nas colónias, através de remetentes falsos de livrarias e de institutos estrangeiros. Em fins de Fevereiro de 1934, a tiragem encontrava-se já esgotada. A deslocação a Madrid de uma equipa portuguesa de futebol leva a uma nova tiragem deste número para distribuição junto dos adeptos portugueses[69].

O número especial de *A Verdade* é enviado a deputados e senadores de esquerda franceses, belgas e ingleses e a altas individualidades destes países, bem como a delegados e funcionários da Sociedade das Nações[70]. Afonso Costa encarrega-se pessoalmente da distribuição

62 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 28 de Fevereiro de 1934.
63 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 14 de Março de 1934.
64 Sairá com o n° 9, em Janeiro de 1934, correspondendo aos números 9 e 10, dado que o n° 11 data de Fevereiro de 1934.
65 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 1 de Fevereiro de 1934.
66 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 25 de Janeiro de 1934.
67 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 e 21 de Março de 1934.
68 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 17 de Março de 1934.
69 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 de Março de 1934.
70 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 25 de Janeiro de 1934.

Figura 5
O sangue da repressão.
A Verdade. Nº 9, Janeiro de 1934.
Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.

de 1.200 exemplares da edição francesa, dos quais 800 são enviados para Inglaterra[71]. A violência da repressão policial, as precárias condições de detenção nas prisões metropolitanas, a situação dos deportados nas colónias, as condições de vida nos presídios, particularmente em Angra do Heroísmo e no campo de Okussi, em Timor, são os principais temas deste número. Os depoimentos recolhidos junto das vítimas imprimem-lhe uma dimensão humana, mas é sobretudo pelo impacto visual que a oposição procura sensibilizar a opinião pública e chamar a atenção para os métodos de interrogatório e de tortura utilizados pela Policia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). As caricaturas são de Reinoso, um antigo exilado espanhol, e concebidas sob a orientação de Armando Cortesão, enquanto que os desenhos a tinta-da-china datam de 1929, são de Canelas, produzidos ainda na fase parisiense do exílio. É feita uma tiragem especial, em papel de linho, de alguns exemplares do n° especial para constituirem provas para memória futura, "que um dia figurarão nos arquivos históricos portugueses como elementos de alto interesse para o estudo deste período da ditadura"[72]. Porque a ditadura representa "uma nódoa negra e sangrenta", são impressos 30 exemplares em papel vermelho, enviados às altas individualidades do regime: presidente da República, presidente do Conselho, ministros e outras personalidades, para "lhes recordar o sangue e as

71 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 de Fevereiro de 1934.
72 *A Verdade*, n°11, Fevereiro de 1934.

lágrimas em que têm afogado o amor à liberdade de tantos republicanos e liberais portugueses e suas famílias"[73].

2. A imprensa antifascista (1937-1939)

Interrompida em 1934, a imprensa de exílio reaparece em 1937 no contexto de luta antifascista e sob fundo de guerra de Espanha. A origem dos jornais *Unir* e de *Liberdade* insere-se na estratégia de frente comum contra o fascismo, decorrente da linha de Frente Popular saída do VII Congresso do Komintern, em 1935. Os exilados portugueses não permanecem incólumes ao ambiente de unidade antifascista que anima então as esquerdas francesas e europeias, e uma ideia de abertura ao PCP começa a esquissar no seio do republicanismo de esquerda. É neste contexto, aqui extremamente simplificado, que acabará por nascer a Frente Popular Portuguesa (FPP). Esta terá expressão política no exílio, ainda que sob modelo diferente do preconizado pelos comunistas, dado ter permanecido sempre uma organização de topo. É no âmbito da FPP no exílio ou de modo mais geral, do antifascismo, que vêm a ser publicados *Unir* e *Liberdade*, e num campo mais doutrinário o *Rebelião,* este enquanto órgão da Federação dos Anarquistas Exilados em Espanha (FAPE).

2.1. Unir

Unir, que se apresenta como o órgão da FPP, é antes de mais o jornal da oposição republicana no exílio, ainda que os comunistas tentem influir na sua linha política. A ideia da publicação de um jornal da FPP deve-se a José Domingues dos Santos[74], indo ao encontro de uma iniciativa de Armando de Magalhães, que pretendia publicar um jornal para a imigração económica portuguesa. Previsto inicialmente para sair em Abril de 1937, a publicação é adiada para os primeiros dias do mês de Maio, mas os contratempos ligados ao falecimento de Afonso Costa remetem a saída do jornal para os primeiros dias de Julho de 1937, mantendo-se activo durante dois anos, até Junho de 1939. A publicação é, numa primeira fase, semanal, passando a quinzenal após o n° 12, de 11 de Junho de 1938. A edição do jornal é suspensa em Março de 1939, reaparecendo no entanto em Maio, anunciando-se nesta altura a sua irregularidade futura, passando a publicar-se apenas "quando as circunstâncias o exigirem ou o

73 *A Verdade*, n°11, Fevereiro de 1934.
74 ANTT, PVDE, proc. 1360/38.

aconselharem"[75]. Foi o caso do n° 48, de 28 de Maio de 1939, por ocasião do 13° aniversário do derrube da República, e do n° 49, de 15 de Junho. *Unir* é em seguida proibido pelo Ministério do Interior francês, cessando definitivamente a sua publicação.

Unir é uma folha de 4 páginas, em formato folio, que tem inicialmente como subtítulo "semanário da Frente Popular Portuguesa", transformando-se em "jornal da Frente Popular Portuguesa" quando se torna quinzenal e posteriormente em "jornal da democracia portuguesa", após a ruptura da FPP no exílio. A publicação de *Unir* é financiada pelo empréstimo de seis milhões de francos contraído junto do Governo republicano espanhol[76] pelo Comité de Acção da FPP, em Paris, por intermédio do embaixador espanhol na capital francesa, Luis Araquistaín, a 28 de Abril de 1937, pouco antes do falecimento de Afonso Costa[77]. O Comité de Acção exerce um controlo directo sobre o *Unir* através de José Domingues dos Santos e de Narciso Guimarães, que são nomeados, respectivamente, director e administrador da publicação. Os fundos do jornal são geridos pelo Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa, através do Comité Financeiro e do Conselho Fiscal. O Comité Financeiro versa ao *Unir* 1.500 francos por número, para as despesas de impressão e de envio, competindo ao Conselho Fiscal a verificação das contas[78]. Uma fonte de receitas subsidiária é a venda do jornal ao número ou por assinatura[79]. Os imigrados portugueses em França contribuem também para o financiamento do jornal através da promoção de subscrições e da organização de grupos de difusão nas secções locais da Federação dos Emigrados Portugueses em França (FEPF), em particular em Saint-Ouen, Issy-les-Moulineaux e no 20° bairro de Paris[80]. O produto da venda é destinado à cobertura das despesas de administração e à remuneração dos colaboradores[81].

Ainda que os principais cargos de direcção do *Unir* sejam ocupados por republicanos, os comunistas acreditam deter o seu controlo através de elementos colocados dentro do jornal: José Neves, chefe de redacção, um republicano que tinha aderido secretamente ao PCP, Ludgero Pinto Basto, secretário de redacção, e Armando de Magalhães responsável pelos assuntos sociais[82]. O gerente da publicação é Joaquim Leão, um português naturalizado francês, próximo dos comunistas, que será substituído por Bisnovaty aquando da cisão entre

75 *Unir*, n° 48, 28 de Maio de 1939.
76 Casa Comum, espólio Afonso Costa, pasta 07219/078, acta do Comité de Acção s/d [22 de Fevereiro de 1939].
77 O empréstimo destinava-se a financiar um novo movimento revolucionário em Portugal, e apenas uma pequena parte é utilizada na publicação do *Unir*.
78 Centro Russo para a Conservação dos Arquivos de História Política e Social (RGASPI), 495/179/12, acta n° 4 do Comité de Acção da FPP, de 24 de Maio de 1937.
79 O preço de venda ao número é de 50 cêntimos e de 1 franco em Junho de 1939. A partir de 1938 é também possível subscrever uma assinatura, cujo preço é respectivamente de 7 francos em Paris e no departamento do Sena, 8 francos na França metropolitana e nas colónias portuguesas, 10 francos nos países da União Postal, e 15 francos para os restantes países.
80 *Unir*, n° 2, 9 de Julho de 1937.
81 RGASPI, 495/179/12, acta n° 4 do Comité de Paris da FPP, de 24 de Maio de 1937.
82 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para "prezados camaradas", de 3 de Junho de 1937.

UNIR

SEMANARIO DA FRENTE POPULAR PORTUGUESA

CARTA ABERTA a um Democrata

O povo espanhol triunfará!

FRENTE POPULAR

Figura 6
Unir. Nº 4, 31 de Julho de 1937.
Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.

republicanos e comunistas. O responsável técnico do jornal é o jornalista libertário Jaime Brasil, que mais tarde exercerá também a função de chefe de redacção, substituindo José Neves. A redacção do *Unir* é inicialmente na sede da FEPF, rua Richer, no 9° bairro de Paris, mas, em inícios de 1938, as rivalidades que se fazem então sentir para o controlo da organização emigrada repercutem-se no jornal. A sede da redacção do *Unir* é transferida para o n° 50 da rua des Petites Écuries, no 10° bairro. A mudança de tipografia deixa transparecer as modificações sofridas no jornal; impresso inicialmente na tipografia Sainte Blaise, na rua Amelot, passa para a Société Parisienne d'Impression, na rua Saulnier, tipografia ligada aos bascos espanhóis (Dreyfus-Armand, 1994: 277-278)[83], e onde será igualmente impresso *Liberdade*, jornal dos exilados anarquistas portugueses, a partir de Abril de 1938. A tiragem do *Unir* é de 5 mil exemplares, destinando-se metade à distribuição gratuita no interior de Portugal e o resto à venda nas colónias e nos centros de imigração portuguesa, nomeadamente na parte francesa de Marrocos, na Espanha republicana, nos Estados-Unidos, na Argentina, no Brasil e na África do Sul. O jornal circula ainda nas colónias francesas da África Ocidental. Em Portugal e nas colónias, *Unir* é introduzido clandestinamente por barcos estrangeiros[84]. Exemplares do jornal

83 Na Primavera de 1937, Rafael Picavea, responsável da delegação do governo de *Euzkadi* em Paris, assume a direcção ou compra a SPI.

84 Um dos barcos utilizados para a introdução do *Unir* em Portugal é o *Kirkland*, que navega sob pavilhão inglês, mas de cuja tripulação faz parte um marinheiro português.

são igualmente distribuídos aos marinheiros portugueses que acostam no porto do Havre.

Ainda que o principal objectivo do *Unir* seja a propaganda antigovernamental, o jornal serve paralelamente como meio de ligação das comunidades portuguesas emigradas. Concebido para ser difundido principalmente em Portugal e nos meios do exílio é, no entanto, junto da emigração económica que obtém maior sucesso e onde tem a maioria dos seus leitores. *Unir* é distribuído em França pelas secções locais da FEPF, enquanto que na parte francesa de Marrocos é Manuel Vasques quem se ocupa da sua difusão, sendo o jornal vendido a partir do Verão de 1937 pelas organizações de imigrantes portugueses em Rabat, Casablanca e Mequenês. Nesta última cidade são distribuídos regularmente 50 exemplares de cada número, dos quais 25 por assinatura[85]. Em Tânger, o ministro de Portugal tenta, através de um decreto especial, proibir a circulação do *Unir* na zona internacional[86]. Nos Estados-Unidos, o jornal circula na colónia portuguesa de New Jersey, graças ao trabalho desenvolvido em Nova Iorque pelo escritor José Rodrigues Miguéis, *compagnon de route* do PCP. No entanto, a sua implantação neste país é reduzida, sofrendo a concorrência de outros jornais que aqui se publicavam em português, nomeadamente *O Bacamarte* e *A Plebe* em Newark, e *O Colonial* em New Bedford. Na Argentina, onde o governo procura controlar a actividade política dos imigrantes, a secção portuguesa dos Amigos da República Espanhola organiza uma comissão para a distribuição do *Unir*[87]. Na Espanha republicana, o jornal é lido em Barcelona, Valência e Madrid, estando a sua difusão a cargo da União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), mas destina-se essencialmente aos combatentes portugueses, pelo que apenas são distribuídos 50 exemplares dos primeiros números[88].

José Domingues dos Santos, Bernardino Machado, Jaime de Morais, Sousa Rosa não hesitam em assinar os seus artigos. Os comunistas preferem utilizar pseudónimos, à excepção de Emídio Guerreiro, *compagnon de route* do PCP, José Neves, e Israel Anahory, recorrendo este também ao pseudónimo de A. Certo. De entre os colaboradores comunistas, é possível identificar Armando de Magalhães, Ludgero Pinto Bastos, Pável, Maria Machado. A colaboração comunista chega também dos Estados Unidos, pela pena de José Rodrigues Miguéis, e de Espanha, enviada por Francisco Ferreira e José Ramos. Quanto ao libertário Jaime Brasil, este prefere escrever sob o pseudónimo de J. Branco. Porém, a maioria dos artigos do *Unir* não são assinados, em particular os relativos à situação política em Portugal. Através da rubrica "Notícias de Portugal", *Unir* abre as suas páginas aos leitores do interior do país, solicitando a sua colaboração e comprometendo-se a salvaguardar o seu anonimato. Um destes

85 *Unir*, nº 49, 15 de Junho de 1939, relatório da organização "Casa dos Portugueses de Meknès".
86 *Idem*, nº 31, 9 de Julho de 1938.
87 BM, cx. 120, correspondência da Agrupação Portuguesa para Narciso Guimarães, de 28 de Novembro de 1937. Em Buenos Aires, é publicado pelos anarquistas portugueses o jornal *Ecos de Portugal*.
88 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para José Ramos, de 27 de Julho de 1937.

colaboradores foi o padre Joaquim Alves Correia, amigo de Bernardino Machado e de Agatão Lança, director da revista *Missões de Angola e Congo*[89]. A representação dos *Budas* é assegurada por Jaime de Morais, que envia de Espanha crónicas de guerra.

Unir tem um duplo objectivo: levar os grupos e as personalidades republicanas mais reticentes à FPP a aderirem à organização e liderar o combate à ditadura salazarista. Animado pelos membros do Comité de Paris da FPP, o periódico deveria servir de orientação à FPP do interior e ser o seu meio de expressão[90]. Dada a censura existente em Portugal, o jornal procura desempenhar a função de órgão de difusão da propaganda da FPP "republicana", à imagem dos periódicos publicados no exílio desde 1927. *Unir* defende os princípios que estiveram na base da constituição do Comité de Paris e que eram suficientemente largos e gerais para englobar todas as correntes da oposição: o derrube da ditadura e a sua substituição por uma república constitucional, o restabelecimento das liberdades públicas, a reintegração do país numa política de paz, o estabelecimento de uma política de justiça social. Relativamente à estrutura interna do jornal, identificam-se quatro temas principais: a definição da sua orientação política e da da FPP, a crítica da política interna e externa do Estado Novo, a guerra de Espanha e, por fim, a posição da oposição portuguesa perante o contexto internacional. A estas preocupações é necessário acrescentar a página reservada à FEPF, dedicada aos problemas da imigração económica portuguesa em França e à divulgação das suas actividades, rubrica que se apresenta de maneira autónoma, à laia de suplemento.

Unir pretende ser a tribuna da oposição ao regime e abre as suas colunas a todas as correntes oposicionistas. Os comunistas explanam as suas concepções sobre a organização no terreno da acção da FPP, as tarefas do sindicalismo e a necessidade do desenvolvimento de um trabalho político nos sindicatos nacionais. Os anarquistas, através de Jaime Brasil, preferem abordar temas doutrinários, como a colectivização da economia em Barcelona. A oposição monárquica, se bem que não colabore no jornal, é mencionada como uma das correntes oposicionistas, reproduzindo-se as cartas de Paiva Couceiro para Salazar. Ainda que haja a preocupação de se demarcar do chefe monárquico, relembrando que Paiva Couceiro é um adversário político, *Unir* não deixa de mencionar a sua evolução política, justificando a publicação da carta pelo facto de conter "um punhado de verdades que o país deve conhecer"[91].

89 Correspondência de Joaquim Alves Correia para Bernardino Machado, de 6 de Agosto de 1938, *Diário Popular*, de 14 de Julho de 1977. Católico liberal, Joaquim Alves Correia adopta uma posição crítica em relação ao regime, acabando por entrar em dissidência após 1945, o que o obriga ao exílio nos Estados Unidos. Sobre Alves Correia, ver Lopes, F. (1996). *P. Joaquim Alves Correia (1886-1951), ao serviço do evangelho e da democracia*. Rei dos Livros.

90 RGASPI, 495/179/12, acta n° 4 do Comité de Paris da FPP, 24 de Maio de 1937.

91 A carta aborda a política colonial de Salazar e a ameaça separatista que esta teria suscitado em Angola, para além de denunciar a repressão como solução para os conflitos internos e a subordinação de todos os sectores da vida nacional ao equilíbrio financeiro. Críticas que estavam na linha das que vinham sendo feitas pelos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo. Para os republicanos, como para Paiva Couceiro, é necessário *devolver as finanças para o compartimento honroso, que, sem dúvida, lhes cabe — mas não faça delas a razão de Estado suprema, e quase única. Pois não é com o livro de contas que os Impérios se sustentam. Unir*, n° 16, de 12 de Dezembro de 1937.

Banido do território nacional por dois anos, no seguimento da carta de 31 de Outubro de 1937, Paiva Couceiro exila-se em Sevilha, onde prossegue a actividade contra o Estado Novo e escreve uma segunda carta a Salazar, em termos ainda mais duros do que a anterior, retomando críticas da oposição republicana à política salazarista. *Unir* divulga esta segunda carta, declarando-se de acordo com o seu autor[92].

Apresentando *Unir* enquanto órgão de expressão da FPP, as organizações que a compõem passam para um plano secundário, de modo a aparecer perante a opinião pública com um rosto único. É no âmbito desta estratégia que as correntes assumem o compromisso de não se criticarem entre componentes da FPP, devendo o jornal evitar qualquer distinção entre elas. Se não há no *Unir* qualquer menção aos partido do tempo da República, as referências aos velhos líderes republicanos multiplicam-se: Bernardino Machado, Afonso Costa e José Domingues dos Santos tornam-se figuras emblemáticas da FPP, constantemente referidos pelo *Unir*. Pressionando inicialmente para tornar visível a ligação das individualidades republicanas à FPP, os comunistas acabam por cair na sua própria armadilha, levando a que opinião pública portuguesa identifique a organização frentista com a corrente republicana. Posição que os comunistas não conseguem inverter quando pretendem tomar em mãos a direcção da FPP e do *Unir*, o que os levará a intensificar a pressão.

Ainda em Portugal, Pável queixava-se de que o *Unir* não menciona a existência do *Avante*. Mas para Armando de Magalhães, a reserva republicana relativamente à visibilidade comunista era considerada como positiva, dando a possibilidade ao PCP de penetrar em meios que de outro modo lhe permaneceriam fechados[93]:

> A esplêndida posição que ocupamos dentro do corpo redactorial vai-nos permitir que desenvolvamos a doutrina da Frente Popular, à sombra de nomes consagrados que rodearão os nossos artigos, o que sem dúvida lhes dará um poder de persuasão e de penetração que um jornal comunista ou claramente comunisante nunca alcançaria entre certas camadas antifascistas[94].

O trabalho a efectuar pelos comunistas no seio da FPP deveria ser o mais discreto possível de modo a explorar a seu favor todas as oportunidades que pudessem surgir. O caso do boletim informativo que o Comité de Lisboa da FPP pretende imprimir no estrangeiro, mas

92 *Idem*, nº 20, de 5 de Fevereiro de 1938. Paiva Couceiro acusa Salazar de fraude eleitoral, de traficar os orçamentos, de apresentar um equilíbrio financeiro fictício, de esbanjar os fundos públicos, do parlamento ser uma ficção engendrada pelo Presidente do Conselho e de o maior número de abusos de poder e de desvio de fundos se ter dado durante a ditadura moralizadora de Salazar. Paiva Couceiro acusa-o ainda de ter introduzido o comunismo em Portugal, pois antes da sua chegada ao poder o termo era praticamente desconhecido e os comunistas pouco numerosos. Nestas condições, Paiva Couceiro conclui que foi a política seguida por Salazar que criou as condições propícias ao desenvolvimento do comunismo.

93 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para "prezados camaradas", de 3 de Junho de 1937.

94 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para "prezados camaradas", de 3 de Junho de 1937.

destinado à difusão no interior do país, é exemplificativo de como o PCP poderia tirar proveito da situação. Armando de Magalhães sugere que, dadas as dificuldades de introdução de propaganda em Portugal, o boletim seja impresso no interior do país, com fundos e noticiário enviados do exterior[95]. Como o PCP é o único a dispor de tipografias clandestinas, adoptar a solução proposta pelo delegado comunista, equivaleria a pôr nas mãos do PCP a imprensa oficial da FPP e os fundos para a propaganda, sobre os quais os republicanos perderiam o controlo.

Apesar das intenções de colaboração, a coabitação entre republicanos e comunistas não é pacífica. Em Julho de 1938, José Domingues dos Santos faz o balanço de um ano de actividade e das dificuldades encontradas, confessando a existência de correntes opostas, que pressionam para influir na orientação do jornal[96]. Se os exilados comunistas querem levar o *Unir* a fazer propaganda comunista e a apologia da acção do PCP, por sua vez a facção republicana moderada, de Agatão Lança e Álvaro Poppe, manobram para afastar do jornal os elementos comunistas que lhes são desagradáveis[97]. É nesta altura que a redacção do *Unir* deixa as instalações da rua Richer mudando-se para a rua des Petites Écuries. Em Julho de 1938, o jornal lembra que "*não é órgão de um partido, de um grupo ou de um homem e adverte que os republicanos desejam colaborar, mas não consentem em ser absorvidos*"[98]. Na tentativa de controlar o *Unir,* Armando de Magalhães teria proposto a Jaime Brasil o cargo de redactor-chefe, o que é recusado por Brasil que classifica o convite de manobra destinada a afastar José Domingues dos Santos[99]. O conflito entre republicanos e comunistas agrava-se com a chegada de Pável a Paris, que tenta um golpe de força para influir na linha redactorial do jornal e obter a direcção do *Unir*[100]. A ruptura é consumada publicamente no n° 41, com data de 26 de Novembro de 1938, sendo os comunistas acusados de não respeitarem as demais correntes políticas e de quererem utilizar o jornal em proveito próprio:

> Unir não é a "terra de ninguém"onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. Unir não é órgão de um homem, de um, grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa[101].

95 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para "prezados camaradas", de 3 de Junho de 1937.
96 *Unir*, n° 31, 9 de Julho de 1938.
97 Por seu turno, a facção republicana-conservadora, defensora da "pausa" e da cessação temporária da contestação antigovernamental, pronuncia-se a favor da suspensão do *Unir*, como sinal da trégua política proposta. Posição que não é nova, pois já em 1934 tinha conseguido suspender *A Verdade*, levando ao desaparecimento da publicação. Mas em 1937-1938, esta corrente tem uma menor influência sobre os sectores do republicanismo radical.
98 *Unir*, n° 31, 9 de Julho de 1938.
99 ANTT, PVDE, proc. 79/41.
100 Um exemplo das manobras de Pável é um artigo, à laia de resposta, a uma carta recebida pelo jornal, no qual faz o seu próprio elogio de herói comunista. Jaime Brasil denuncia a manobra a José Domingues dos Santos, o que o leva a ser atacado pelos comunistas (PVDE, proc. 79/41). Pouco tempo depois, Pável volta à carga, pressionando Jaime Brasil para publicar um artigo de combate aos anarquistas. Francisco Barros Cachapuz foi encarregado por Pável de pressionar Jaime Brasil (ANTT, PVDE, proc. 36/41).
101 *Unir*, n° 41, 26 de Novembro de 1938.

Se a orientação geral do jornal não sofre modificações maiores durante os dois anos de existência, sente-se contudo que a influência comunista aumenta pouco a pouco. A presença comunista emana de temáticas como a perseguição dos comunistas pelo regime alemão, a apologia do discurso do russo Litvinof na Assembleia da SDN, o elogio fúnebre dos portugueses caídos em combate em Espanha, a denúncia do nazismo e do fascismo, num estilo e numa linguagem mais próxima do *Avante* do que dos jornais republicanos. A visibilidade comunista traduz-se igualmente pelas referências ao PCP e ao *Avante*, cuja frequência aumentam em 1938. Um exemplo desta visibilidade crescente é o apelo à solidariedade para com o órgão do secretariado do PCP, lançado no *Unir* pelos *Amigos do Avante*, com o objectivo de recolher fundos para uma nova tipografia e permitir o reaparecimento do jornal, antítese da linha preconizada de não pôr em relevo qualquer das correntes. Os exilados comunistas procuram igualmente utilizar o *Unir* para se implantarem no seio da imigração económica portuguesa em França.

A pressão comunista e os artigos de Pável são um desafio à direcção de José Domingues dos Santos e aos republicanos. Mas os comunistas sobrestimam as suas forças e a sua capacidade de mobilização no seio da colónia portuguesa em França, acabando por sair derrotados do confronto com os republicanos, perdendo o último meio de expressão de que ainda dispunham para se fazerem ouvir e recolher alguns fundos junto das comunidades imigradas. Com a ruptura de Novembro de 1938, os comunistas encontram-se condenados ao silêncio, continuando os republicanos a exprimiremse através do *Unir*, *jornal da Democracia Portuguesa*.

A cisão não provoca uma modificação na orientação do *Unir*. O carácter republicano do jornal e a continuidade da linha editorial são reafirmados por José Domingues dos Santos:

> Unir é um jornal fundado e sustentado por republicanos, democratas, que, como tais, são estruturalmente antifascistas. Ele tem como missão combater a ditadura e preparar — ou contribuir para preparar — um largo e profundo movimento popular tendente a libertar o Povo Português da escravidão em que vive e restabelecer a Democracia. (...) Nós desejamos que a Democracia Portuguesa assegure a todo o trabalhador — com a Liberdade e a Justiça — a Paz, o Pão e a Instrução, que constituem a base de bem-estar moral e material de todo o cidadão. Em artigos indicámos qual era a trajectória que julgamos mais conveniente para atingir esta finalidade, o programa de acção que nos parece necessário pôr em prática para estabilizar a Democracia restaurada, criando um apoio popular tão forte que a torne invulnerável contra os ataques de todos os seus adversários (...) São estas as ideias que temos defendido nas colunas do UNIR, desde o seu primeiro número. Continuamos fiéis a este pensamento. Visamos os mesmos fins e, para os atingir, continuamos a preconizar os mesmos processos[102].

102 *Unir*, n° 41, 26 de Novembro de 1938.

Reafirma-se assim a autoridade republicana no seio da oposição no exílio, cuja necessidade se faz sentir face às correntes que, em fins de 1938, conspiram ainda em Portugal (republicanos moderados, conservadores próximos do regime, meios militares anglófilos). Nestas condições, os chefes exilados têm todo o interesse em se afastar de um PCP que perdeu a credibilidade e que se encontra enfraquecido pela repressão, ou pelo menos a matizarem de maneira mais suave as relações que possam manter. Apesar da cisão, *Unir* deixa uma "porta aberta" ao diálogo, mas é claro quanto às condições duma nova colaboração:

> Não abrimos uma discussão, nem a aceitamos. Fixamos e definimos a nossa orientação. Aqui vive a Democracia; nada mais e nada menos. Esta fórmula sintetiza uma doutrina e estabelece uma disciplina. As colunas do nosso jornal continuam abertas a todos aqueles que, sem pensamento reservado, estejam dispostos a defender a nossa doutrina e a submeter-se à nossa disciplina[103].

A definição da orientação política do *Unir* é da competência exclusiva do Comité de Acção da FPP. Os republicanos redigem os artigos de fundo e tomam posição relativamente à estratégia de luta para o derrube da ditadura e política internacional. O editorial e as questões internacionais são assegurados até ao último número por José Domingues dos Santos. No espírito do seu director, *Unir* deve ser um espaço de diálogo e de unidade, um local onde todas as correntes, pertencentes ou não à FPP, se possam exprimir em defesa da liberdade, da independência nacional, da democracia, dos direitos cívicos e da justiça social[104]. A orientação do jornal é apresentada por José Domingues dos Santos logo no primeiro número: "procurar esclarecer as consciências, alentar os ânimos hesitantes, ajudar os esforços combatentes, marcar as responsabilidades dos ditadores e organizar a resistência contra a opressão"[105]. Em suma: "liquidar o presente e preparar o futuro"[106]. Acção que se traduz a nível nacional na luta contra Salazar, e internacional, na defesa da democracia. A táctica de luta é definida pelos republicanos, mas os comunistas procuram levar o jornal a assumir posições mais à esquerda. Se exilados republicanos e comunistas se afrontam no seio da FPP, é nas páginas de *Unir* que o conflito toma maior visibilidade, cujo resultado é a cisão da organização frentista e o afastamento dos comunistas do jornal em Novembro de 1938.

O meio defendido no *Unir* para o derrube da ditadura é a *revolução* armada, que José Domingues dos Santos prevê violenta e sangrenta, mas que não passaria de uma etapa: "Não basta conquistar o Poder; é indispensável saber guardá-lo. É nesse momento que principia a

103 *Unir*, n° 41, 26 de Novembro de 1938.
104 *Unir*, n° 1, de 3 de Julho de 1937.
105 *Unir*, n° 1, de 3 de Julho de 1937.
106 *Unir*, n° 1, de 3 de Julho de 1937.

Figura 7
Enquanto muitos dos seus compatriotas morrem de fome, António Ferro faz em Paris uma "riquíssima" digestão!

Unir. N° 2, 9 deJulho de 1937.
Fonte : Arquivo Histórico-Diplomático.

verdadeira Revolução"[107]. Para os republicanos, a essência da actividade humana é a procura da perfeição, inclusive de um mundo melhor e mais justo, tendo por valores fundamentais a liberdade, a igualdade e o bem-estar material, que se atinge através de uma evolução progressiva. Quando se tenta por meios violentos impedir esta evolução, viola-se a liberdade de pensamento e de expressão (que, na acepção republicana, é uma lei natural), provocando a Revolução. Por outro lado, o regime republicano repousa na dignidade do Homem, o que pressupõe a sua liberdade política e económica, a primeira não podendo existir sem a segunda. Para José Domingues dos Santos, o Homem não pode gozar dos direitos fundamentais senão depois de ter conquistado e assegurado a melhoria das condições de vida. Para se alcançar este estádio, é necessário transformar a sociedade através da Revolução. Se os programas de governo elaborados pela oposição, sobretudo no fim dos anos 20, não veiculam o radicalismo da Revolução Francesa ou da Revolução de Outubro, não deixam no entanto de ser concebidos, pelo menos para quem os elabora, como bases de uma sociedade mais justa e igualitária. É neste sentido que a *revolução* republicana se impregna de uma dinâmica revolucionária, indo muito além do simples movimento militar. É o regresso às origens do republicanismo, à sociedade nova que se pretendia construir em 1910.

107 *Idem,* n° 6, de 14 de Agosto de 1937.

A 19 de Junho de 1939, *Unir* e *Liberdade* são proibidos pelo ministério do Interior francês. O Ministro de Portugal em França esperava desde há muito uma oportunidade para pôr fim à imprensa portuguesa. Aquela apresenta-se com o precedente criado pela interdição da *Voz de Madrid*, jornal dos republicanos espanhóis. Gama Ochoa reclama junto do governo francês a adopção de medidas semelhantes relativamente à imprensa portuguesa[108]. O governo francês justifica a interdição apoiando-se nos decretos de 21 de Abril e 24 de Maio de 1939, que reprimiam respectivamente a imprensa publicada em França em língua estrangeira e os delitos contra a integridade nacional. Bernardino Machado e José Domingues dos Santos tentam intervir junto do governo francês, em particular junto de Georges Mandel e do ministro dos negócios estrangeiros, Georges Bonnet, mas sem resultado. Pensa-se ainda na transformação do *Unir* e na sua publicação sob forma de panfleto, mas o editor recusa-se a infringir o decreto de interdição[109]. Os exilados e a oposição portuguesa encontram-se reduzidos ao silêncio.

2.2 *Liberdade*

Liberdade surge a 9 de Abril de 1938, dando seguimento ao boletim publicado pela CNT-FAI em Barcelona e substituindo o boletim *Novos Horizontes*, editado em Paris pelo grupo do mesmo nome, mas cuja difusão era restrita. *Liberdade, o jornal da democracia portuguesa,* tem ambições mais latas, procurando dirigir-se não só aos anarquistas, mas também atingir um público antifascista, pelo que a sua linha é orientada para o que designa de antifascismo, isto é, o combate contra a ditadura de Salazar. *Liberdade* publica-se de maneira regular até inícios de 1939, sendo interrompida com o final da guerra de Espanha, mas reaparecerendo no mês de Maio, antes de ser interditada conjuntamente com o *Unir*. O jornal é publicado quinzenalmente, saindo a 1 e 15 do mês, transformando-se, contudo, em Maio de 1939, numa publicação semanal. Entre Abril de 1938 e Junho de 1939, foram publicados 30 números.

José Agostinho das Neves e Jaime Brasil são a alma do jornal, cuja direcção técnica é assumida por este último[110]. O gerente é B. Monnier, cuja natureza das relações com os anarquistas portugueses não foi possível determinar, assim como não foi possível explicar a frequente mudança de instalações[111]. O jornal é confeccionado nas oficinas da Société Pari-

108 MAE, série Europa, sub-série Portugal, vol. 64, nota de 24 de Abril de 1939.

109 Arquivo Oliveira Salazar (AOS), AOS/CO/IN — 8A, p. 5, relatório do informador junto dos exilados, de 4 de Julho de 1939.

110 Os dois únicos elementos assalariados são Jaime Brasil, que recebe um salário mensal de 100 francos, sendo depois aumentado para 150 francos, e Abílio Faria, que tem por função a dobragem dos jornais, substituído por José Godinho, quando se desloca a Portugal, no fim do Verão de 1938, para tentar obter a adesão da CGT à FPP.

111 A redacção instala-se no n° 17 da rua Bachaumont, mudando-se depois, em fins de 1938, para o n° 79, rua do Faubourg

sienne d'Impression, rua Saulnier, onde é igualmente impresso o *Unir*. A tiragem inicial é de 1.000 exemplares (800 em papel vulgar e 200 em papel bíblia, destinando-se estes à difusão clandestina em Portugal)[112], passando a 1.500 exemplares a partir do n° 8, de Agosto de 1938 (dos quais 1.300 em papel normal), o que se explica certamente pelo aumento dos meios financeiros. Em Novembro de 1938, *Liberdade* estima em 500 o número dos seus leitores[113].

Até inícios de 1939, *Liberdade* é publicada em língua portuguesa, transformando-se em Maio desse ano num jornal bilingue, aumentando de 4 para 8 o número de páginas. O jornal passa a apresentar duas partes distintas, que poderiam ser publicadas separadamente; a primeira aborda questões específicas ligadas a Portugal e às preocupações nacionais, a segunda tem por título "España Expatriada e é dedicada aos refugiados espanhóis que procuram localizar membros da família, perdidos de vista durante a *retirada* de Espanha. Esta rubrica ocupa as páginas centrais e é redigida em espanhol. A sua inserção no jornal dos anarquistas portugueses é reveladora da imbricação dos imigrantes portugueses na sociedade espanhola e, sobretudo, da fonte de financiamento, assegurada em grande parte pelos fundos da CNT-FAI. O custo dos dez primeiros números eleva-se a 14.315,85 francos, dos quais 11 mil provêm da organização espanhola[114]. A diferença é coberta pelos donativos enviados pelos emigrantes anarquistas no Brasil e, sobretudo nos Estados Unidos, assim como pelas assinaturas subscritas pela emigração em França[115]. O preço de venda ao número é de 50 cêntimos, subindo para 1 franco em Junho de 1939.

Liberdade destina-se à circulação nas comunidades portuguesas emigradas em França, nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, sendo introduzida clandestinamente em Portugal e nas colónias. O jornal é também lido em Espanha, sobretudo na região centro, tanto por portugueses como por espanhóis. Nos países onde pode circular livremente, o jornal é enviado directamente pelo correio aos assinantes ou em rolos a indivíduos encarregados da sua distribuição a nível local[116]. Um dos meios utilizados para a introdução de *Liberdade* em Portugal e nas colónias é o envio, por correio, para indivíduos indiscriminados, cujos nomes e moradas eram retirados de anuários, sem ter em atenção a sensibilidade política dos destinatários[117]; via que tem o inconveniente do jornal poder ser detectado pelos serviços da censura postal, limitando assim a sua circulação.

Saint-Denis. Aquando do recomeço da publicação, em Maio de 1938, as suas instalações passam para o n° 56 da rua do Faubourg Poissonière.

112 Instituto de História Social (Amsterdão) (HIS), FAI-CP, maço 37, A5.

113 HIS), FAI-CP, maço 30, C3 ,correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

114 HIS), FAI-CP, maço 37, A5. A CNT-FAI atribui a *Liberdade* um subsídio de dois mil francos mensais, à excepção do primeiro mês, em que foi de três mil francos.

115 HIS), FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

116 *Liberdade*, n° 12, 1 de Outubro de 1938.

117 AOS/CO/IN — 8 A, p. 5, informação da PSP de Luanda, s/d.

Liberdade

PORTA-VOZ DOS ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

FACE AO PERIGO COMUM

Frente anti-fascista

Inimigos da França

Ao aparecer

Figura 8
Liberdade, N° 1, de 9 de Abril de 1938
(Archives Nationales/Paris).

Os artigos sobre a situação portuguesa e o contexto internacional são assinados por José Agostinho das Neves e por "Franklim Neto", provavelmente Jaime Brasil. A diversidade dos nomes e a utilização de pseudónimos dificulta a identificação dos colaboradores de *Liberdade*. Os artigos enviados de Portugal e das colónias são publicados sob o título "cartas de Portugal" e "crónicas africanas"; outras colaborações provêm de Espanha, do Brasil e dos Estados Unidos.

Liberdade assume um carácter mais antifascista do que anarquista. O primeiro objectivo é o de criar nos anarquistas portugueses uma disposição favorável ao entendimento com as demais forças oposicionistas:

> Dispostos a lutar contra o fascismo e sem querermos comprometer os nossos objectivos com outras preocupações que nos possam distrair ou enfraquecer, entendemos dever abstrair-nos de todas e quaisquer polémicas com os demais elementos do movimento antifascista. Estamos convencidos de que o mais urgente é cerrar as nossas fileiras e combater o inimigo, que não devem subsistir outras preocupações que não sejam as da resistência colectiva e as da organização dessa mesma resistência (...). Não vimos com intenções de fazer oposição, nem de criar, tampouco, a mínima concorrência àqueles que já estão lutando contra a ditadura e contra o fascismo. Desejamos apenas

> contribuir para uma maior coesão de todas as forças de progresso social e fazer com que a luta tenha maiores probabilidades de êxito, mercê da união de todos (...). Se bem que não tenhamos a pretensão de exigir que todos abdiquem das suas convicções particulares, assim como também não estamos dispostos a esquecer as nossas, queremos no entanto que se abra uma trégua recíproca e que possamos marchar de mãos dadas até onde o caminho nos for comum[118].

Mas quando as manobras comunistas para influir sobre o grupo anarquista de Paris se tornam demasiado evidentes e agressivas, *Liberdade* abandona a ideia de FPP em favor da de Frente Antifascista, defendida também por *Rebelião*.

O segundo objectivo de *Liberdade* é o combate à influência comunista nos círculos da imigração económica portuguesa, e mais particularmente em França, que parece ter conhecido algum êxito, se tivermos em consideração as afirmações de José Agostinho das Neves, para quem a influência anarquista aumentou consideravelmente desde que o jornal começou a ser publicado[119]. *Liberdade* propõe abrir as suas páginas aos emigrantes portugueses, para que se exprimam sobre o combate contra o fascismo, procurando contribuir para a elevação do nível cultural e a melhoria da situação económica dos trabalhadores[120].

A linha editorial de *Liberdade* e as ideias defendidas pelo jornal não diferem das do *Unir*, órgão da FPP: denúncia da atitude colaboracionista de Salazar para com a Alemanha e a Itália, crítica da política financeira do Estado Novo, denúncia do corporativismo, chamada de atenção para a ameaça alemã sobre as colónias, assim como para a ameaça franquista relativamente à independência nacional. Os artigos de Claude Vivières sobre a política externa de Salazar, publicados no *L'Ordre*, e os de Geneviève Tabouis, no *L'Oeuvre*, são reproduzidos por *Liberdade*, tal como o são no *Unir*. Uma outra ideia, apresentada pelo órgão da FPP e retomada pelo jornal anarquista, é a de que em Espanha se combate também em favor da democracia em Portugal. *Liberdade* dá, contudo, maior destaque do que o *Unir* aos problemas sociais e à repressão.

A luta contra o fascismo internacional ocupa largas colunas no jornal. *Liberdade* defende a imposição do boicote económico e comercial à Alemanha e à Itália, tido como um meio para as impedir de se aprovisionar em matérias-primas e de se evitar, assim, a guerra. O boicote decretado pelos governos dos países democráticos seria secundado pelas organizações operárias, cuja tarefa seria a de vigiar a sua aplicação:

118 *Liberdade*, n° 1, 9 de Abril de 1938.
119 IHS, FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.
120 *Liberdade*, n° 8, 1 de Agosto de 1938.

> Cortar aos países fascistas a possibilidade de se reabastecerem do que lhes faz falta (...) seria a forma mais eficaz de interceptar o caminho às pretensões desses países totalitários. Uma iniciativa desse género, aplicada pelos países democráticos com todo o vigor e com a cooperação vigilante das organizações operárias respectivas seria a maneira de se levantarem obstáculos contra os quais o fascismo nada poderia e pelos quais teria de render-se[121].

Apesar da intenção de minimizar a ideologia anarquista em favor do antifascismo, a dimensão teórica é perceptível na abordagem relativa à guerra de Espanha e na defesa da "revolução em marcha". Os princípios do anarco-sindicalismo são abordados por Jaime Brasil, Manuel Boto, a partir de Espanha, e pela "voz que clama no deserto", provavelmente José Agostinho das Neves, retomando o título de uma velha rubrica de *A Batalha*. Nestes artigos analisa-se a organização da nova economia e desmonta-se o sistema económico marxista. Relativamente à guerra de Espanha, tal como *Rebelião*, *Liberdade* silencia a evolução do conflito no terreno e o enfraquecimento do exército republicano, apesar do título sugestivo da "crónica militar", assegurada pelo "alferes X", certamente Jaime Brasil, que se desloca a Espanha para realizar uma série de reportagens. Curiosamente, o jornal dá maior enfoque ao lado franquista da guerra do que ao republicano. *Liberdade* dedica um número especial à Espanha[122], no qual destaca o papel desempenhado pela CNT e pela FAI na defesa da República espanhola, assim como o da SIA na obra de assistência. *Liberdade* justifica as posições assumidas pela CNT durante a guerra de Espanha, nomeadamente a unidade sindical entre a CNT e a UGT, que suscitou forte hostilidade no movimento anarquista. O sistema de auto-gestão, posto em prática pelos anarquistas em Barcelona e nas zonas por eles controladas, e a obra cultural desenvolvida na Catalunha são citados como exemplo da aplicação concreta dos princípios do anarquismo. Para contrabalançar a acção do Comité de Ajuda às Vitimas da Espanha Republicana (CPAER) na recolha junto dos imigrantes portugueses de dádivas e fundos para os combatentes em Espanha e população civil, *Liberdade* procura pôr de pé uma estrutura paralela, por intermédio da qual seriam enviadas encomendas aos combatentes portugueses anarquistas.

Os "heróis" de *Liberdade* são figuras emblemáticas do anarquismo espanhol, tais como Mariano Vasquez, secretário-geral da CNT, Germinal de Sousa, secretário-geral da FAI, mas sobretudo o jornalista Mauro Bajatierra ou o pedagogo Puig Elias. A morte de Mauro Bajatierra, aquando da entrada das tropas franquistas em Madrid, é exaltada pelo jornal, considerado como o "último defensor de Madrid"[123]. Apesar da derrota dos republicanos espanhóis, *Liberdade*

121 *Liberdade* n° 1, de 9 de Abril de 1938.
122 *Liberdade* n° 10, de 1 de Setembro de 1938, que sai excepcionalmente com 8 páginas.
123 *Liberdade*, n° 22, de 1 de Maio de 1939.

permanece optimista; num artigo intitulado "a lição do Calvário de Espanha", o "alferes X" argumenta que "o povo espanhol foi talvez a vítima expiatória que nos há-de redimir a todos"[124]. Os últimos números de *Liberdade* dedicam uma atenção especial aos refugiados de Espanha, em particular aos portugueses apanhados na tormenta espanhola.

Para *Liberdade*, os emigrados portugueses, impedidos de se pronunciarem sobre a situação internacional no seio da FEPF, devido ao apoliticismo da organização, terão no jornal um meio privilegiado de expressão, cuja vocação natural é a de reunir à sua volta "os antifascistas portugueses que desejam discutir questões doutrinais, ideológicas ou culturais, que não podem ser tratadas nas secções da FEPF"[125]. Para a concretização do projecto, o jornal propõe a criação de grupos dos "Amigos da Liberdade" nas localidades de forte emigração portuguesa, "sem organização, nem estatutos, cotizações fixas, comités, secretariados, presidências..." cujo traço de união se limita à "simpatia com as ideias expendidas no nosso jornal"[126]. Os "Amigos da Liberdade" disporiam assim de uma tribuna para "registar as suas correspondências e informações que interessem aos portugueses imigrados, tanto em França, como no resto do mundo. As colectividades que os agrupam poderão também utilizar essa página para a sua propaganda e para versar assuntos de interesse colectivo»[127]. Os "Amigos da Liberdade" têm por tarefa contribuir para a divulgação do jornal, distribuindo-o à sua volta ou enviando-o para Portugal, ou ainda promovendo subscrições a seu favor. Os fundos obtidos seriam empregues na compra de jornais estrangeiros, a enviar depois para Portugal[128]. Em Outubro de 1938 tinham sido criados grupos de "Amigos da Liberdade" em Lisboa, São Paulo, Newark, Madrid, Barcelona, Marselha e Eaubonne, locais de concentração da emigração anarquista à excepção do primeiro[129]. O esforço desenvolvido pelos grupos permite aumentar a tiragem de *Liberdade,* considerando-se a hipótese de duplicar o número de páginas (que era então de 4), mas dependente do aval dos grupos no Brasil e nos Estados Unidos. O aumento do número de páginas é apresentado como uma necessidade para o desenvolvimento da propaganda anarquista e uma maneira de rivalizar com os demais jornais "antifascistas" publicados na emigração (caso do *Unir* e de um jornal que estava para ser editado nos Estados Unidos pelo republicano João Camoesas)[130].

A actividade dos "Amigos da Liberdade" perde dinamismo com a interrupção da publicação, nos inícios de 1939. Os anarquistas justificam-na pela preocupação em afastar tudo o que pudesse contribuir para a divisão dos antifascistas[131]. A ideia de reactivar os grupos surge

124 *Liberdade*, n° 22, de 1 de Maio de 1939.
125 *Liberdade*, n° 8, de 1 de Agosto de 1938.
126 *Liberdade*, n° 10, de 1 de Setembro de 1938.
127 *Liberdade*, n° 10, de 1 de Setembro de 1938.
128 *Liberdade*, n° 10, de 1 de Setembro de 1938.
129 *Liberdade*, n° 12, de 1 de Outubro de 1938.
130 IHS, FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.
131 *Liberdade*, n° 29, de 17 de Junho de 1939.

em Junho de 1939, no seguimento do reaparecimento do jornal, mas as possibilidades de acção dos estrangeiros em França são cada vez mais diminutas, sendo abandonada com a interdição de *Liberdade*. José Agostinho das Neves tenta ainda substituir o jornal por uma folha, *Democracia*, publicada em espanhol, em Setembro de 1939. Mas a manobra é descoberta pelos serviços do Ministério do Interior, levando à sua proibição, em Outubro de 1939[132], após a publicação de três números (Dreyfus-Armand, 1994) [133].

3. A Imprensa anarquista

Rebelião é um órgão de propaganda libertária, órgão da FAPE. O jornal começa a publicar-se em 1932 mantendo-se até Dezembro de 1938, compondo-se de três séries que saem de modo irregular e com interrupções. A I série data de 1932 e limita-se a três números, publicados sob a orientação de Marques da Costa, tendo como subtítulo "páginas de exílio", com

Rebelião
PÁGINAS DO EXÍLIO
¡PROLETARIOS DE PORTUGAL!
¡A las armas! ¡Contra a Ditadura, o Estado e o Capitalismo! ¡Pela Federação das Comunas Livres da Iberia!

Figura 9
Rebelião N° 3, de 15 de Junho de 1932.
(Arquivo Histórico-Diplomático).

132 Archives Nationales — France (AN), depósito 800042/19, dossier Chambre du Commerce Portugaise.
133 Ignorando a imbricação das relações dos anarquistas portugueses com as organizações espanholas, o autor engloba, erradamente, este periódico na imprensa espanhola do exílio.

a pretensão de ser "o fulcro e o porta-voz dum movimento popular contra a ditadura e pela liberdade"[134]. Esta série, concebida provavelmente em França, é impressa em Espanha com fundos do Comité de Madrid[135]. A II série inicia-se em Abril de 1935, após a reorganização da FAPE, e prolonga-se até ao início da guerra civil; tem como subtítulo "Jornal da Federação dos Anarquistas Exilados (FAPE), aderente à Federação Anarquista Ibérica (FAI)". Ignora-se a tiragem da I Série, certamente pouco significativa; a II série avança como objectivo atingir a tiragem de 500 exemplares[136]. Os primeiros números são impressos com fundos próprios da FAPE mas a situação financeira da organização não lhe permite a continuação da publicação, procurando obter junto da FAI uma ajuda material. O pleno desta organização, que se realiza em Julho de 1932, atribui ao *Rebelião* uma subvenção de 150 pesetas por número[137], mas o Comité Peninsular, que se constitui no seguimento desta assembleia, pronuncia-se contra a publicação do jornal em Espanha. A FARP, que se encontra na impossibilidade de imprimir um jornal próprio no interior, propõe a sua transformação em órgão do movimento anarquista português, e a consequente participação nos custos de impressão[138], mas a repressão do Verão e Outono de 1932 torna impossível a impressão de *Rebelião* em Portugal. Sem fundos que assegurem a sua publicação, a publicação de *Rebelião* é suspensa.

O primeiro número da II série, apresentado como suplemento[139], é um boletim dactilografado, confeccionado artesanalmente por Correia Pires sob orientação de José Rodrigues Reboredo (Correia Pires, 1975, p. 108). O "suplemento" é financiado com contribuições dos grupos *O Rebelde* de Madrid, e *Humanidade Livre* de Sevilha, de emigrados na África do Sul e de S. Fenix[140]. Apesar das dificuldades económicas, a FAPE consegue editar o n.º 2 em Agosto de 1935, sob a responsabilidade de Germinal de Sousa; impresso em França, apresenta um melhor aspecto gráfico. Como as dificuldades de impressão persistem em Espanha, Germinal de Sousa confia esta missão a um dos núcleos da FAPE em França, provavelmente ao antigo tipógrafo José Agostinho das Neves.

Rebelião é enviada para os diversos países de emigração portuguesa nos quais a FAPE tem comités; no entanto, é no Brasil que o jornal recebe um melhor acolhimento. *A Plebe*, jornal dos anarquistas brasileiros, transcreve artigos do *Rebelião* sobre as prisões portuguesas, em particular sobre Angra do Heroísmo[141], temática que constitui uma das principais preocupações da FAPE. Os artigos de natureza ideológica, de denúncia da ditadura e dos seus

134 *Rebelião*, I série, n.º 2, 15 de Abril de 1932.
135 Arquivo Histórico-Social — Biblioteca Nacional de Portugal (AHS), cx. 91. Ms. 242, balancete do comité de Madrid de Março-Julho de 1932.
136 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, circular aos grupos e camaradas isolados, de Agosto de 1935.
137 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAI para a FAPE, de 29 de Julho de 1932.
138 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 5 de Setembro de 1932.
139 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, circular da FAPE aos grupos, de Agosto de 1935.
140 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, balancete de Março/Julho de 1935.
141 *A Plebe*, São Paulo, 27 de Abril de 1935.

Figura 10
A Voz do Núcleo. N° 2, Junho de 1938.
Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

crimes, de informação sobre a luta dos anarquistas em Portugal e de propaganda anticomunista são os mais frequentes, mas as relações com as organizações libertárias espanholas, as condições de vida nas prisões e na deportação e informações gerais sobre a FAPE merecem particular atenção por parte do jornal. A I série caracteriza-se por uma abordagem de temas variados, indo ao encontro das comunidades dispersas pelos quatro cantos do mundo, reflexo da experiência de Marques da Costa junto da emigração portuguesa no Brasil e na Argentina. Na II série, o número da responsabilidade de Germinal de Sousa focaliza-se no enquadramento doutrinário e na defesa do comunismo libertário, empregando uma linguagem de mobilização revolucionária. Mas em Outubro de 1935, Germinal de Sousa abandona a FAPE. O n.º 6 é referente ao período de Dezembro de 1935/Janeiro/Fevereiro de 1936, enquanto que o n.º 7, de Junho de 1936, é já realizado em Madrid, na confecção do qual está certamente implicado José Rodrigues Reboredo. Este número apresenta já um carácter mais antifascista do que propriamente de propaganda libertária, dando a prioridade à luta contra a ditadura em Portugal e a temas de carácter geral.

A III série de *Rebelião* é publicada entre Junho e Dezembro de 1938, e tem uma tiragem de 1.500 exemplares (Freire, 1984). Pretende-se imprimir ao jornal um carácter libertário, mas evitando polémica com outros sectores políticos[142]. A redacção está instalada em Barcelona, no n° 30 da avenida Durruti. O jornal é financiado, em grande parte, com fundos obtidos por

142 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circular da FAPE, n° 2 [Maio de 1938].

intermédio de subscrições[143]; entre Março e Agosto de 1938 foram recolhidas mais de três mil pesetas[144]. As contribuições provêm essencialmente dos grupos anarquistas, mas também de subscritores isolados. O Núcleo Cultural Português, que edita, em Madrid, *A Voz do Núcleo*, decide suspendê-la, de modo a concentrar os esforços dos anarquistas na publicação de *Rebelião*, e transfere para o jornal o resto de uma subscrição realizada em favor do boletim do grupo. *Rebelião* é enviado para Portugal, Argentina e Estados Unidos pelo grupo "Novos Horizontes", de Paris, mas problemas de correio dificultam a distribuição nos dois primeiros países. Em Outubro de 1938, a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) e o Comité de Buenos Aires queixam-se de não terem ainda recebido o jornal. Nos Estados Unidos, a difusão é assegurada pelo grupo "Antero de Quental", sendo vendido em Newark, Danbury e São Francisco[145].

Rebelião tem uma periodicidade mensal durante os três primeiros números, mas, em Setembro, surgem dificuldades resultantes da falta de papel, da mobilização do pessoal das tipografias na frente de guerra, e dos cortes eléctricos operados em Barcelona[146]. A publicação passa então a bimensal (o n° 4 corresponde aos meses de Setembro/Outubro, e o n° 5 aos de Novembro/Dezembro), mas passa de 4 a 6 páginas. O jornal publica-se em português, com uma página em espanhol. Entre os seus colaboradores contam-se destacadas figuras do anarquismo, com ligações ao movimento português, como o antigo secretário da AIT, Agustin Souchy, o publicista e dramaturgo espanhol Mauro Bajatierra, o dirigente da FAI, Manuel Perez, ou ainda Gonzalo de Reparaz, de origem portuguesa e professor da universidade de Barcelona, com ligações à corrente radical do exílio republicano. No número especial de Julho, dedicado à revolução espanhola, são publicados artigos de Federica Montseny e de Diego Abad de Santillán. A colaboração portuguesa é assegurada pelos membros do grupo "Neno Vasco" do secretariado da FAPE: José Rodrigues Reboredo, Manuel Firmo, Vivaldo Fagundes e "Celestino Campos". Publicam-se notas biográficas das figuras emblemáticas do anarquismo: Errico Malatesta, Francisco Ferrer, Nestor Makkno, assim como textos doutrinários de Erico Malatesta e Sébastien Faure. Três temas principais são abordados pelo jornal: a revolução espanhola, as relações anarquistas luso-espanholas e a situação do movimento libertário português, através dos quais se pretende lutar contra a ditadura salazarista, a opressão das classes operárias portuguesa e espanhola e o capitalismo[147].

Apesar da intenção da FAPE em dar prioridade aos assuntos portugueses, a revolução espanhola é, sem dúvida, o tema central do jornal. As perspectivas de abordagem são diversas:

143 O custo do primeiro número foi de 500 pesetas. AHS, cx. 91, Ms. 1258, balancete da FAPE, de 1 de Março a 31 de Julho de 1938.
144 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circulares da FAPE, n° 3, 4 e 5.
145 É de referir o papel desempenhado por Alfredo Gaspar e Guilherme Pereira na recolha de donativos para o movimento libertário junto da comunidade portuguesa nos Estados Unidos. Para além do grupo "Antero de Quental", existe ainda o Ateneu de Educação Social, assim como um grupo da SIA, criado pelos anarquistas portugueses de Newark.
146 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circular da FAPE, n° 6, Outubro de 1938.
147 *Rebelião*, III série, n° 3, de Agosto de 1938.

análise das causas da guerra, balanço da acção desenvolvida durante os últimos anos, estabelecimento de um paralelismo com a revolução francesa de 1789. Os movimentos libertários estrangeiros e a guerra, o papel da mulher, as colectividades agrárias e mesmo a situação política portuguesa e as suas implicações no conflito espanhol são temas igualmente presentes no jornal. No entanto, a evolução da guerra no terreno nunca é comentada pelo jornal, o que se deve a imposições da censura. Os artigos sobre o conflito espanhol são assinados por Mauro Bajatierra e redigidos num estilo militante, versando sobre o espírito de abnegação dos soldados e a sua determinação em vencer a guerra. *Rebelião* acorda também uma atenção particular à repressão franquista, cujo tema é abordado através das estampas de Castelao, próximo dos portugueses, representando cenas de violência e morte, com o título de *Galiza mártir*.

As relações entre Portugal e Espanha são analisadas por Gonzalo de Reparaz e Manuel Perez, o primeiro a partir de reflexão histórica sobre o passado comum, o segundo através das ligações entre o movimentos libertário português e espanhol. Para Manuel Perez, há entre os dois povos mais do que uma simples afinidade de raça e de sentimentos comuns aos latinos, há sobretudo "uma profunda coincidência ao nível da ideia de redenção humana"[148]. Manuel Perez realça que os portugueses sempre se mostraram solidários para com os espanhóis, em particular durante a ditadura de Primo de Rivera. Os dois povos, estreitamente ligados até à instauração da II República espanhola, separam-se então, identificando Manuel Perez uma das causas do desastre espanhol nesta separação:

> se o tivéssemos ajudado na sua luta contra os opressores, é certo que outro teria sido o curso da nossa guerra, pois Portugal, livre da tirania de Oliveira Salazar não se teria jamais prestado a ser um joguete trágico nas mãos da Itália e da Alemanha, que hoje invadiram as terras de Espanha[149].

A página em espanhol é dedicada à informação sobre a ajuda portuguesa à Espanha republicana, à denúncia dos crimes da ditadura de Salazar e à situação dos presos no Tarrafal. A prioridade é, contudo, dada às declarações de apoio à luta do povo espanhol. Vivaldo Fagundes apela à formação, em Portugal e no estrangeiro, de grupos de acção antifascistas para lutar contra a ajuda prestada por Salazar ao "fascismo internacional", convidando os operários portugueses a sabotar o fabrico ou o transporte de material de guerra destinado à Espanha franquista ou ainda a opor uma resistência passiva, recusando a execução de tarefas que tenham qualquer ligação com os franquistas[150].

148 *Rebelião*, nº 1, de Junho de 1938.
149 *Rebelião*, nº 1, de Junho de 1938.
150 *Rebelião*, nº 3, de Agosto de 1938.

O movimento libertário português ocupa um lugar secundário no jornal. Os artigos são redigidos tanto em português como em espanhol, mas de forma geral a primeira língua é mobilizada para questões internas do movimento português e a segunda para a denúncia das condições de detenção nas prisões portuguesas, os "crimes da ditadura", as condições de vida no Tarrafal, assim como para a divulgação da actividade dos grupos da FAPE em Espanha e no estrangeiro. Os problemas internos do movimento libertário português são da responsabilidade de "Celestino Campos", abordando-se nomeadamente a questão da unidade dos diversos sectores políticos na luta contra Salazar. *Rebelião* preconiza a unidade de acção, apresentada como o único meio que pode conduzir à transformação política e social, mas que deveria repousar na franqueza e na lealdade entre as diversas forças da oposição. Nestas condições, à FPP a FAPE contrapõe a Frente Antifascista, assente na colaboração dos anarquistas com os republicanos, de modo a impedir a preponderância comunista no seio da organização. A FAPE denuncia os princípios sobre os quais foi constituída a FPP porque repousam na representatividade das forças políticas de esquerda em detrimento da classe operária, que não estaria representada numa organização deste tipo e não poderia ter uma influência directa sobre ela[151]. Por conseguinte, a FAPE vê na FPP uma organização política resultante de uma iniciativa da III Internacional, preferindo-lhe a Frente Antifascista que promove nas páginas do *Rebelião*.

Conclusão

A primeira característica da imprensa republicana é o seu caracter efémero. Publicada de forma irregular devido à falta de fundos, mas também reflectindo dificuldades crescentes de introdução e distribuição em Portugal, as rivalidades entre as diferentes correntes e sensibilidades políticas, e o progressivo desinteresse dos republicanos pela militância activa, formação doutrinal e debate de ideias. A imprensa exilada anterior à guerra de Espanha deve ser entendida com uma forma de propaganda, porta-voz de uma estratégia de acção contra a ditadura e maioritariamente oriunda dos círculos republicanos.

O renascimento da imprensa portuguesa terá lugar em 1937-1939, num contexto de desenvolvimento do movimento antifascista internacional. O dinamismo desta imprensa antifascista, que se reflecte na sua longevidade (relativamente à imprensa anterior ao conflito espanhol), não teria sido possível, no entanto, sem o apoio financeiro da Espanha republicana (republicanos e organizações anarquistas), que deve ser analisado na sua dupla relação. Por outro lado, a circulação de jornais entre as diferentes colónias emigradas mostra

151 *Rebelião*, nº 5, de Novembro/Dezembro de 1938.

que estes jornais, em particular o *Unir*, cumpriam a missão que lhes era atribuída: de elo de ligação entre correntes e comunidades. *Unir* perdurou na memória do antifascismo português, embora apenas alguns exemplares tenham sobrevivido dispersos por vários arquivos. Por sua vez, os jornais *Liberdade* e *Rebelião* são importantes "lugares de memória" da resistência anarquista, testemunhando do antifascismo que desde o início da ditadura militar norteou a actuação desta corrente. Se a "memória fraca", na definição de Enzo Traverso (Traverso, 2005), da oposição não comunista foi incapaz de preservar estes "monumentos de papel" do antifascismo de cariz anarquista, a sua revisitação aponta para outras leituras que a suposta agonia na qual se encontraria o movimento no final dos anos 30, e desloca o ponteiro para outras questões.

A derrota da Espanha republicana e o consequente deslizar para um contexto de guerra mundial, leva a um endurecimento das autoridades francesas relativamente à actividade política desenvolvida pelos estrangeiros no seu território. Nas vésperas da II Guerra mundial deixa de ser possível editar em França uma imprensa de esquerda em língua estrangeira conotada com o antifascismo, tanto mais que a 26 de Setembro de 1939 o PCF e a extensa órbita de organizações satélite serão proibidas e extintas. Os exilados portugueses, numa situação angustiante, acabam por regressar a Portugal em finais de Junho de 1940 acreditando na amnistia dos « Centenários », outros permanecem em França, acabando por entrar na resistência. Mas as "armas de papel" permanecem silenciosas à espera de melhores tempos e de outras vagas de exilados, renascendo no espaço europeu apenas décadas mais tarde.

Referências bibliográficas

Clímaco, C. (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*. Colibri.

Correia Pires, J. (1975). *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*. Deaga.

Dreyfus-Armand, G. (1994). *L'émigration politique espanhola en France au travers de sa presse, 1939-1975*. [Tese de doutoramento apresentada no Institut d'Etudes Politiques de Paris].

Freire, J. (1984). O Anarquismo nos implacáveis anos 30. *Diário de Notícias*, 15 de Março.

Guérrier, C. (1979). *La Jeune République de 1912 à 1945*. [Tese de Mestrado apresentada na Universidade de Paris II].

Marques, O. (1990). *A Literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. vol. II. Fragmentos.

Marques, O. (1973). *A Unidade da Oposição à Ditadura*, 1928-1931. Publicações Europa-América.

Morais, J. (2000). *Apontamentos de uma vida*. Éditions Quatorze.

Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Edições O jornal.

Rivas, P. (1984). António Sérgio em França. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 20, 65-80.

Traverso, E. (2005). *Le passé, modes d'emploi : histoire, mémoire, politique*. La Fabrique.

A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974

The Portuguese press and journalism in France: from the implantation of the First Republic to the Carnation Revolution of 1974

Victor Pereira

Université de Pau et des Pays de l'Adour / Instituto de História Contemporânea / FCSH/UNL
victor.pereira@univ-pau.fr
ORCID ID: 0000-0002-2356-1578

DOI: https://doi.org/10.34619/jmfl-lanl

Resumo: A vinda de perto de um milhão de portugueses em França entre 1910 e 1974 levou ao nascimento de cerca de 160 títulos de imprensa portugueses, jornais ou revistas frequentemente efémeros, com pequenas tiragens e com uma periodicidade irregular. Estes títulos foram publicados principalmente entre 1964 e 1974, na última década do Estado Novo, durante a fase de imigração massiva de emigrantes e exilados portugueses em França. Durante esta década, apareceram 150 títulos em França. Este texto analisa a história da imprensa portuguesa em França, articulando-a com a história da emigração e do exílio político.

Palavras-chave : imprensa; França; emigração; transnacionalismo; exílio.

Abstract: *The arrival of nearly a million of Portuguese in France between 1910 and 1974 led to the birth of about 160 Portuguese press titles, newspapers or magazines, often ephemeral, with small print runs and irregular periodicity. These titles were published mainly between 1964 and 1974, in the last decade of the New State, during the phase of massive immigration of Portuguese emigrants and exiles in France. During this decade, 150 titles appeared in France. This text analyses the history of the Portuguese press in France, articulating it with the history of emigration and political exile.*

Keywords: *press; France; emigration; transnationalim; exile.*

Entre 1910, data da implantação da República em Portugal, e 1974, quando a Revolução dos Cravos pôs fim a 48 anos de ditadura, cerca de um milhão de portugueses emigraram em França. Entre eles dezenas de milhares de trabalhadores em busca de uma vida melhor, mas também homens e mulheres fugindo às perseguições, esperando encontrar em França, país muitas vezes idealizado, a liberdade e meios para lutar contra o regime instalado em Lisboa. A elite política e cultural portuguesa sendo francófila, intelectuais, artistas, académicos e jornalistas também residiram em França, por vezes expulsos do seu país por causa das suas opiniões políticas.

A imigração de trabalhadores portugueses para França, entre 1910 e 1974, conheceu três fases principais. A primeira fase durou de 1916 a 1931. As necessidades de mão-de-obra da França durante a Grande Guerra levaram à assinatura de um acordo de mão-de-obra luso-francês em Outubro de 1916 (Pereira, 2017a). Cerca de 15 000 portugueses partiram trabalhar em França durante o conflito. Depois, durante a reconstrução de uma parte do território francês destruído pela Segunda Guerra Mundial, 75 000 portugueses foram para França entre 1919 e 1931 (Pereira, 2018). Em 1931, cerca de 50 000 portugueses eram recenseados em França. A segunda fase é marcada pela crise e pela guerra. Em 1931, perante os efeitos da crise económica mundial que afetava o hexágono, as autoridades francesas deixaram de aceitar a imigração de trabalhadores e começaram a expulsar os estrangeiros. Os portugueses, mesmo que não fossem os estrangeiros os mais numerosos, foram particularmente afetados pelas expulsões, repatriações e o desemprego. Durante a década de 1930, a população portuguesa em França diminuiu e aqueles que conseguiram ficar eram vulneráveis, constantemente ameaçados pelo desemprego, temendo ser expulsos num clima de xenofobia crescente. Em

1940, perante a invasão alemã de grande parte do território francês, centenas de portugueses voltam para Portugal, incluindo exilados que arriscavam ser presos em Portugal. Do fim dos anos 1930 até ao fim dos anos 1950, 20 000 portugueses vivem em França. Com efeito, o fim da guerra e o início da reconstrução não marcaram o reinício da imigração lusa, uma vez que a ditadura portuguesa, dominada por António de Oliveira Salazar desde 1932, fez o seu possível para impedir as partidas para França. Apenas no final da década de 1950 começa a terceira fase, a fase da imigração massiva e largamente irregular. Em 1957 e 1974, 900 000 portugueses entraram em França, a maioria deles sem passaporte e sem contratos de trabalho, como exigido pela lei francesa e portuguesa (Pereira, 2014). Esta chegada irregular tinha por consequências a vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes, vulnerabilidade que moldou os primeiros anos de vida dos Portugueses em França e marcou profundamente as suas relações com a sociedade francesa mas também com as autoridades portuguesas. Dezenas de milhares fugiram de Portugal para evitar participar nas guerras coloniais que começaram em 1961, para escapar à opressão, à prisão e para viver livremente. Como veremos, não é sempre fácil distinguir os chamados imigrantes económicos dos chamados imigrantes políticos.

A presença de portugueses em França ao longo dos anos 1910-1974 levou ao nascimento de cerca de 160 títulos de imprensa portugueses, jornais ou revistas frequentemente efémeros, com pequenas tiragens e com uma periodicidade irregular. Estes títulos foram publicados principalmente entre 1964 e 1974, na última década do Estado Novo, durante a fase de entrada massiva de emigrantes e exilados portugueses em França. Durante esta década, apareceram 150 títulos em França. É em 1973 que o maior número de títulos é publicado: mais de 60!

Esta florescência dos anos 1964-1974 contrasta com a escassez de títulos durante as décadas anteriores. De fato, se excluirmos os jornais ligados ao exílio liberal de 1828 a 1834 (Faria, 2016; Ramos, 1972), apenas uma dezena de títulos foram publicados antes dos anos 1960. Existem várias razões que podem explicar esta escassez: até aos anos 1960, havia poucos portugueses em França (o máximo é de 49 000 em 1931) e uma grande parte deles eram analfabetos. Com efeito, devido ao muito limitado investimento do Estado português na educação, 70% da população — e portanto principalmente as populações rurais que constituem os principais contingentes de emigrantes — era analfabeta em 1900. Esta proporção diminuiu ao longo do século, mas ficando sempre muito alta, em comparação com a maioria dos países da Europa Ocidental (Ramos, 1988; Ramos, 1998). Em 1960, 40% das mulheres e 30% dos homens ainda eram analfabetos. Este fenómeno explica, portanto, em grande parte, a razão do aparecimento tardio dos títulos portugueses em França. Estes dados devem também alertar-nos sobre o hiato que existe em grande parte desta imprensa. Ela é produzida por indivíduos com capitais sociais e culturais distintos da maioria dos emigrantes portugueses em França, indivíduos que, no entanto, afirmam falar em nome dos emigrantes, definindo-os, em função da orientação política, como trabalhadores e/ou portugueses. Porém, alguns destes porta-vozes têm um eco reduzido junto das pessoas que pretendem representar, não

partilhando sempre as suas condições de vida e de trabalho. Esta escassez de títulos até aos anos 1960 deve-se também às restrições impostas pelas autoridades francesas. Tanto na década de 1930 como nas décadas de 1950 e 1960, as autoridades francesas proibiram alguns títulos portugueses em nome da manutenção das boas relações entre a França e Portugal, da defesa da ordem pública e e do combate à subversão. Embora a lei francesa sobre a liberdade de imprensa de 29 de Julho de 1881 proteja a imprensa "contra ameaças administrativas" (Chupin et al., 2012, p. 36) e ponha fim às "muitas formas de censura explícita ou disfarçada" (autorização prévia, fiança, imposto de selo, delitos de imprensa) (Neveu, 2004, p.14), ela impõe restrições específicas aos estrangeiros. De fato, segundo o artigo 6 "qualquer jornal ou periódico deve ter um gestor. O gerente deve ser francês"[1]. Esta lei foi alterada várias vezes nas décadas seguintes, particularmente durante períodos de tensões políticas e diplomáticas. Nestes períodos, os estrangeiros eram designados como desordeiros (ataques anarquistas na década de 1890, discursos sobre a "quinta coluna" e estrangeiros subversivos no final da década de 1930) (Noiriel, 2007). Assim, a lei de 22 de Julho de 1895 previa que "os jornais publicados em França numa língua estrangeira" poderiam ser proibidos por uma decisão especial deliberada pelo Conselho de Ministros, enquanto que o Ministro do Interior poderia proibir a "circulação de uma edição"[2]. No fim dos anos 1930, sob o governo Daladier, enquanto as autoridades preparavam um conflito contra a Alemanha nazi e promulgavam vários textos que limitavam a liberdade dos estrangeiros considerados como uma ameaça à segurança nacional, um decreto aumentou o controlo da imprensa estrangeira. O texto de 6 de Maio de 1939 previa que "a circulação, distribuição ou venda em França de jornais ou periódicos, escritos ou não numa língua estrangeira, pode ser proibida por decisão do Ministro do Interior"[3]. As penas de prisão e as multas punem a venda de jornais proibidos ou a retoma destas publicações com um título diferente. Este arsenal legislativo, que reduz a liberdade das publicações em língua estrangeira sem controlo judicial, durou até ao início dos anos 2000 e levou muitos estrangeiros a infringir a lei. Várias publicações em língua portuguesa não tinham um gerente francês (nem português), não se declararam ao Ministério Público e não cumpriam a exigência de depósito legal. Em consequência, muitos títulos são difíceis de localizar por não terem sido recolhidos pela Biblioteca Nacional de França. Além disso, alguns jornais distribuídos em França eram impressos em Portugal, nomeadamente por razões económicas, e não estão, portanto, sujeitos à legislação francesa.

Este panorama da imprensa de língua portuguesa publicado em França entre 1910 e 1974 não pode pretender ser exaustivo. O contornamento das restrições legislativas à imprensa

1 Lei do 29 de Julho de 1881 sobre a liberdade de imprensa: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-08-03
2 Lei do 22 de Julho de 1895: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/LEGITEXT000006070726/1895-07-24/
3 Decreto-lei de 6 de Maio de 1939: https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-05-07

publicada por estrangeiros, os modestos recursos de muitas publicações e as pequenas tiragens implicam que a grande maioria destes títulos não se encontram na *Bibliothèque nationale de France* ou noutras bibliotecas, tanto em França como em Portugal. É necessário passar por várias bibliotecas e centros de arquivo privados ou públicos para consultar estas publicações. Contudo, os esforços de digitalização de certas publicações periódicas, tanto em França como em Portugal, empreendidos nos últimos anos, tornaram possível o acesso a alguns destes títulos. O nosso trabalho baseia-se principalmente nos jornais que pudemos consultar na *Bibliothèque nationale de France* (que desenvolve há vários anos o portal *Gallica* com milhares de jornais digitalizados[4]), na Biblioteca nacional portuguesa (que disponibiliza alguns periódicos num portal[5]), na Hemeroteca municipal de Lisboa[6], na biblioteca *La Contemporaine* (antiga *Bibliothèque internationale de documentation internationale* em Nanterre) que possui vários fundos relativos à esquerda radical[7], no sítio da associação *Génériques* em Paris que desenvolveu o portal *Odysseo*[8], no Centro de documentação 25 de Abril, ligado à Universidade de Coimbra[9], nas coleções disponibilizadas pelo portal Casa Comum da Fundação Mários Soares[10], na coleção privada de José Pacheco Pereira (consultável, em parte, no sítio Ephemera[11]). Alguns títulos podem também ser encontrados nos Arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, em Lisboa. Com efeito, a polícia política abria ficheiros relativos às várias publicações do exílio, obtendo-as violando correspondências provenientes de França (tentando assim impedir à circulação destes títulos em Portugal) ou ordenando aos seus agentes de passagem por Paris de as comprar nas livrarias. Para além de consultar periódicos, procurámos também informações sobre os autores destas publicações, as suas fontes de financiamento, a sua distribuição e, tarefa mais difícil, a sua receção. Para o efeito, consultámos um grande número de arquivos tanto em França como em Portugal. Apesar das pesquisas efetuadas nestes vários centros de arquivo e dos trabalhos publicados sobre a imprensa portuguesa publicada no estrangeiro em geral (Volovitch-Tavares, 1995; Clímaco, 1995; Pereira, 2013; Ferreira, 2016) ou sobre alguns títulos em particular (Escande, 1974; Clímaco, 1992; Cruz, 1996; Sousa, 2019; Ferreira, 2020 ; Espírito Santo, 2020), muitos aspetos ainda devem ser desbravados e exigem um estudo mais aprofundado.

Por uma questão de clareza, favorecemos uma abordagem cronológica, distinguindo dois períodos principais. O primeiro decorre entre os anos 1910 e o final dos anos 1950. Poucos títulos foram publicados durante este período e só nos anos 1930 é que alguns jornais

4 https://gallica.bnf.fr
5 https://bndigital.bnportugal.gov.pt
6 http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt
7 http://www.lacontemporaine.fr
8 http://odysseo.generiques.org
9 http://www.cd25a.uc.pt
10 http://casacomum.org/cc/arquivos
11 https://ephemerajpp.com

tentaram chegar aos milhares de trabalhadores portugueses que viviam em França. O segundo período decorre de 1962 a 1974 e é marcado pela multiplicação de títulos de diferentes sensibilidades que podem ser classificados em quatro grupos principais: publicações que apoiam, mais ou menos abertamente, as autoridades portuguesas; jornais lançados pelos sindicatos franceses para informar os trabalhadores recém-chegados, que desconhecem os seus direitos e são particularmente vulneráveis; títulos animados por militantes dos partidos comunistas francês e português e, finalmente, jornais da esquerda radical (principalmente movimentos maoístas), publicações que são quantitativamente as mais numerosas. Obviamente, alguns títulos não encaixam nestas categorias. Por exemplo, não estudaremos os boletins das câmaras de comércio luso-portuguesas sediadas em Paris.

1. De 1910 ao fim dos anos 1950: uma imprensa variada sob uma dupla vigilância

1.1. A imprensa monarquista

Até 1910, salvo a chegada de judeus escapando às perseguições a partir do final do século XV e a chegada — reduzida numérica e socialmente — de exilados fugindo a agitação política portuguesa (como os liberais entre 1828 e 1834 (Tanguy, 2002; Faria, 2016)), poucos portugueses residiam em França. No final do século XIX, os censos nunca contaram mais de 1350 portugueses. Em 1910, depois da Revolução do 5 de Outubro, alguns exilados monárquicos instalaram-se em França, particularmente no País Basco, como Henrique Paiva Couceiro ou João Franco, Primeiro-Ministro de 1906 a 1908. O País Basco tinha a vantagem de ser uma região turística (com hotéis, casas para alugar) e o território francês mais próximo de Portugal, ligado a Lisboa pelo comboio (pela linha do Sud-Express). Tanto nos anos 1910 como nos anos 1920 e 1930, vários portugueses, com mais posses, instalaram-se assim nesta área. Nos anos 1910, alguns destes exilados pretendiam restaurar a monarquia e mantinham-se informados sobre a situação portuguesa. Em Outubro de 1911, o comissário especial de Hendaye, cidade na fronteira franco-espanhola, relatava que "o antigo Primeiro-Ministro Franco e o seu filho vão, todos os dias, à passagem do Sud-Express, à estação da Négresse e pedem informações aos portugueses que podem reconhecer, bem como aos empregados dos carros-cama que vêm diretamente de Lisboa"[12]. No exílio, alguns

12 Relatório do comissário especial de Hendaye dirigido ao prefeito dos Pirenéus Inferiores, 6 de Outubro de 1911, Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques, 4 M 183.

monárquicos escreveram muito e participaram na renovação ideológica de parte da direita monárquica (Pinto, 1982; Lloyd-Jones, 2003; Santos, 2009), uma renovação que foi em grande medida inspirada pela *Action française* e pelo efervescência intelectual nacionalista que a França experimentava desde o final do século XIX (Sternhell, 1972; Sternhell, 2000; Huguenin, 2011). Monárquicos exilados em França como Alberto Monsaraz, Fernando Rolão Preto ou Henrique Paiva Couceiro colaboram na primeira publicação do Integralismo Lusitano, *Alma Portuguesa*, que apareceu na Bélgica em 1913.

Entre os monárquicos exilados em França, um dos mais prolíficos foi Francisco Manuel de Homem Cristo (filho). Depois de abraçar ideais anarquistas na sua juventude, Homem Cristo converteu-se ao catolicismo e tornou-se uma das principais penas dos monárquicos em França, onde se exilou em 1911 (Sardinha-Desvignes, 2017). Em 1912, colaborou no jornal *O Povo de Aveiro no Exílio*, dirigido em Paris pelo seu pai, um antigo republicano que se opôs à Afonso Costa e que deixou Portugal em 1910. No primeiro número do jornal, publicado em Outubro de 1912 e que contém artigos em português e em francês, é afirmado que é o 31º ano de publicação, invocando assim a continuidade com o jornal fundado por Homem Cristo (pai) em 1882. O jornal publica fortes críticas contra a República e os líderes republicanos apresentados como bandidos. No segundo número é dirigido um apelo aos leitores:

> pedimos a todos os portugueses que não hesitem em trazer ao nosso conhecimento a história de todos os escândalos, patifarias, atentados de que tiverem conhecimento. Sobretudo aos portugueses que residem em Portugal. Portugal não tem jornais d'oposição e os poucos, pouquíssimos, que existem ou podem existir, nada podem dizer porque não lho consente a oligarquia de malandros que domina aquela terra desgraçada. Aqui diz-se tudo. Só pomos uma condição: que as comunicações que nos mandarem sejam rigorosamente verdadeiras. Com verdade, venha tudo, que tudo entornaremos, como chumbo derretido, sobre a cabeça dos bandidos.[13]

O tom é fortemente polémico e vários indivíduos são atacados. Por exemplo no terceiro número, Homem Cristo filho publica uma carta anónima acusando António Almada Negreiros, correspondente do *Século*, de ser um jornalista corrupto e servil: "ele é um canalha que qualquer um pode comprar, barato"[14]. Este ataque não para nas colunas dos jornais. A 31 de Outubro de 1912, um duelo à espada opôs Almada Negreiros e Homem Cristo filho, em pleno Paris. No duelo arbitrado por um jornalista do *Le Figaro*, Homem Cristo filho é ferido, mas isto não o impede de continuar a escrever artigos polémicos. Para além das suas colaborações com vários jornais franceses, brasileiros, espanhóis e italianos, Homem Cristo filho publica

13 "Expediente". *O Povo de Aveiro no Exílio*, nº 2, 21 de Outubro de 1912, p. 2. A ortografia foi atualizada.
14 Homem Cristo Filho, "Ainda o Negreiro". *O Povo de Aveiro no Exílio*, nº 3, 28 de Outubro de 1912.

La contre-révolution em 1913. O primeiro número não esquece de fazer referência ao jornal do seu pai, que "publica um artigo semanal em francês do Homem Christo filho para informar o público estrangeiro sobre as atividades da 'camorra' de Lisboa"[15]. A maioria dos artigos é assinada pelo próprio Homem Cristo filho. Manuel II, o rei derrubado em 1910, é elogiado enquanto os líderes republicanos, incluindo Afonso Costa e Afonso Maria da Silva, são duramente criticados. No final da publicação, é prometido que "o próximo número (...) conterá revelações verdadeiramente sensacionais sobre o bando que aterrorizou Portugal durante dois anos e é a vergonha da Europa civilizada"[16]. Mas apenas o primeiro número parece ter visto a luz do dia. Este volume de *La contre-révolution* também contém um artigo de Aníbal Soares, outro jornalista monárquico exilado em França, que em Outubro de 1912 lançou uma revista semanal, *Chronica do Exílio*. Esta publicação denuncia também os líderes republicanos (principalmente Afonso Costa, odiado pelos monárquicos, particularmente por causa da lei de separação do Estado e da Igreja que defendeu em 1911) e afirma preparar a restauração da monarquia. Soares é o único autor dos textos no semanário que não contém ilustrações. São publicadas conversas que Soares teve com o rei Manuel II, exilado em Inglaterra, ou com Léon Poinsard, uma das figuras da escola de ciências sociais inspirada na obra de Frédéric Le Play. Poinsard tinha sido convidado em 1909 por Manuel II para fazer um estudo sociológico de Portugal, na perspetiva duma reforma social que o rei pretendia iniciar (Poinsard, 1910; Ágoas, 2013, p. 226) Até Novembro de 1913, Aníbal Soares publicou 39 números.

Os artigos de Homem Cristo, pai e filho, que vilipendiaram constantemente as principais figuras republicanas, provocaram uma reação do governo de Lisboa e do seu representante em Paris, João Chagas, antigo jornalista e uma das principais figuras do Partido Republicano, que era, ele próprio, severamente atacado nas páginas de *O povo de Aveiro no exílio*. João Chagas mantinha-se particularmente atento às ações dos monárquicos em França, temendo que estivessem a preparar revoluções ou novas incursões em território português (depois das incursões lideradas por Paiva Couceiro em 1911 e 1912 (Valente, 2006)). A embaixada portuguesa em França protesta assim contra a publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio* e os artigos que considera difamatórios (Novais, 2006). Chagas pensa ter a lei do seu lado. A lei sobre a liberdade de imprensa de 1881 prevê penas de prisão e multas em caso de ofensa pública de chefes de Estado estrangeiros (artigo 36) e de diplomatas "acreditados junto do Governo da República" (artigo 37). Em Novembro de 1912, os dois jornalistas são informados de que devem deixar a França. Ambos tentam protestar e apelam aos jornalistas franceses, invocando a liberdade da imprensa e de expressão. Acabam no entanto por ir para a Grã-Bretanha. João Chagas não se vê livre dos dois jornalistas. Num texto publicado a 19 de Fevereiro de 1913,

15 *La contre-révolution. Série de pamphlets. Homem Cristo, Filho*, n° 1, 1 de Fevereiro de 1913, p. 2.
16 *La contre-révolution. Série de pamphlets. Homem Cristo, Filho,* n° 1, 1 de Fevereiro de 1913.

vários diretores de jornais parisienses protestam contra esta expulsão e pedem a Aristide Briand, então Presidente do Conselho francês, o regresso dos Homem Cristo:

> É neste espírito que, recusando seguir o governo republicano de Portugal numa repressão que ultrapassa as fronteiras deste país como os limites dos direitos das pessoas e confiando nos tribunais, que sozinhos têm de ouvir as queixas atribuídas aos MM. Homem Christo, submetemos este protesto à vossa benevolente atenção[17].

O caso torna-se assim público, evocado na Assembleia Nacional francesa, no Conselho de Ministros e alimenta tensões entre Lisboa e Paris. Numa carta enviada ao embaixador português em Londres, João Chagas afirma que Raymond Poincaré, que procura então ser eleito Presidente da República pelos deputados e senadores, temia que o caso Homem Cristo o fizesse perder as vozes dos "reacionários"[18]. Este escândalo, que se prolongou por várias semanas, tende a degradar a imagem da jovem e frágil República Portuguesa em França que teve muitas dificuldades em ser reconhecida pelas grandes potências ocidentais (Meneses & Oliveira, 2011). A intervenção das autoridades portugueses sugere que o governo de Lisboa não respeita a liberdade de expressão, uma das liberdades pelas quais os republicanos franceses lutaram ao longo do século XIX (Charle, 2004). Os republicanos portugueses, ardentemente francófilos e fortemente influenciados pela República Francesa, estão desapontados com a indulgência de Paris em relação aos monárquicos e católicos portugueses. Com efeito, Homem Cristo, pai e filho, podem regressar a Paris e publicar de novo *O Povo de Aveiro no Exílio*. A 27 de Outubro de 1914, no seu diário, João Chagas queixa-se amargamente que "os monárquicos portugueses gozam em França de uma hospitalidade sem limites. Quem os hospeda são os monárquicos franceses e estes têm mais influência em França do que os próprios republicanos" (Chagas, 1929, p. 296). No entanto, Homem Cristo Filho aproveita uma amnistia para regressar a Portugal na primavera de 1914. Antes da sua partida, é organizado um banquete em Paris, com muitos jornalistas e escritores, incluindo Maurice Barrès, um dos mais conceituado intelectual nacionalista neste período. *O Povo de Aveiro no Exílio* deixa assim de ser publicado em Paris.

17 "Le cas de MM. Homem Christo, une protestation des directeurs des journaux parisiens". *L'Aurore*, 19 de Fevereiro de 1913.

18 Carta de João Chagas a Manuel Teixeira Gomes, 4 de Janeiro de 1913. Casa Comum, Arquivo Manuel Teixeira Gomes, pasta 08079/179.

1.2. A propaganda republicana durante a Primeira Guerra mundial

Depois destas publicações monárquicas, surge em Junho de 1917 uma publicação apoiada pelo governo republicano em Lisboa, dominado na altura pelo Partido Democrático de Afonso Costa. Em 1916, Portugal entra na guerra contra a Alemanha e os seus aliados. Já em 1914, combates entre tropas alemãs e portuguesas tinham tido lugar em África (no norte de Moçambique e no sul de Angola). No entanto, estes afrontamentos em contexto colonial não tinham conduzido a uma declaração de guerra entre os dois países. O Partido Democrático e os seus principais líderes — Afonso Costa, Bernardino Machado, João Chagas, José Norton de Matos — estavam ansiosos por participar no conflito que estava a dilacerar a Europa. Pensavam que esta participação na guerra asseguraria a manutenção do império colonial português na altura dos acordos de paz e legitimaria uma República frágil nascida em 1910. O Partido Democrático espera criar uma união sagrada (Teixeira, 1996; Meneses, 2015). As autoridades francesas aproveitaram esta vontade das autoridades portuguesas de participar no conflito europeu e obtiveram o direito de recrutar trabalhadores portugueses a partir do final de 1916 (Pereira, 2017a). A partir de 1917, dezenas de milhares de portugueses — tanto soldados como trabalhadores — chegam em França. É neste contexto que surge *Portugal na Guerra*. Esta publicação insere-se no esforço de legitimação da entrada de Portugal na Grande Guerra, entrada longe de ser consensual e que divide a opinião pública portuguesa desde 1914. Intervencionistas e anti-intervencionistas opõem-se e a questão da participação na guerra provoca tensões, revoltas e mesmo revoluções. *Portugal na Guerra* também é dirigida aos aliados de Portugal, principalmente a França e a Grã-Bretanha, para que estejam cientes dos esforços que a República Portuguesa consente. O objetivo é preservar o império colonial português e impedir que uma paz com a Alemanha possa ser negociada à custa de Portugal.

O primeiro número de *Portugal na Guerra* é publicado a 1 de Junho de 1917. O seu diretor é Augusto Pina, um pintor baseado em Paris, e o secretário editorial é José de Freitas Bragança, um intelectual que vive na capital francesa desde 1910. A publicação é ricamente ilustrada com fotografias tiradas por Arnaldo Garcez, o fotógrafo que acompanhou o Corpo Expedicionário Português em França. Vários retratos de governantes e militares portugueses, franceses e ingleses são publicados, simbolizando o esforço comum contra os impérios centrais. A visita a França do Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado, é abundantemente documentada. Alguns artigos relatam a vida quotidiana dos soldados e dos oficiais nas trincheiras num tom propagandístico. A participação portuguesa no conflito é apresentada como o símbolo da "ressurreição"[19] de Portugal que os republicanos encetaram a partir de 1910, acabando com a decadência provocada pela monarquia e pela influência, considerada

19 *Portugal na Guerra*, n° 2, 15 de Junho de 1917, p. 8.

nociva, da Igreja católica. Como o sugere uma rúbrica dedicada aos espetáculos oferecidos em Paris, a publicação parece ser dirigida principalmente aos oficiais do CEP. A publicação não sobrevive à chegada ao poder de Sidónio Pais em Dezembro de 1917 e à partida dos republicanos próximos de Bernardino Machado e de Afonso Costa. A oitava e última edição de *Portugal na Guerra* aparece em Janeiro de 1918. Sidónio Pais nomeia Homem Cristo filho, que tinha deixado novamente Portugal, chefe da missão de propaganda portuguesa em Paris. Apesar de ser monárquico, Homem Cristo filho era um fervoroso defensor da causa Aliada e inimigo da Alemanha. Em Paris, Homem Cristo filho organiza conferências públicas em homenagem ao esforço de guerra português, um esforço que foi no entanto prejudicado pela terrível Batalha de La Lys em 9 de Abril de 1918, durante a qual 7 000 soldados portugueses foram feitos prisioneiros pelos alemães (fato que a propaganda portuguesa tenta esconder, porque sugere que os soldados portugueses renderam-se e não resistiram, não falando de presos mas de perdas) (Meneses, 2018).

1.3. Defender a honra de Portugal

A Grande Guerra provocou o primeiro fluxo significativo de trabalhadores portugueses para França. Embora Portugal se tenha recusado a assinar um acordo de trabalho com a França em 1918-1919, 75 000 portugueses vieram trabalhar para a França entre 1919 e 1931 (Pereira, 2018). A esmagadora maioria dos emigrantes eram homens, com nenhuma ou pouca alfabetização, que empregavam-se na construção civil ou em fábricas. Muitos deles tinham como objetivo de regressar a Portugal assim que tivessem dinheiro suficiente. Estas características não favorecem a criação de jornais em língua portuguesa. Assim, tanto quanto sabemos, nenhum jornal escrito por ou dirigido a trabalhadores emigrantes foi criado em França na década de 1920. Mesmo nas regiões do Norte, Pas-de-Calais e Somme, onde alguns soldados portugueses que tinham combatido nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial se estabeleceram, não apareceram jornais, apesar da criação de algumas associações de antigos combatentes.

No entanto, em Junho de 1921, Paulo Osório, jornalista português que vivia em França desde 1910, antigo secretário do Primeiro-Ministro João Franco e correspondente de vários jornais portugueses, publica *Paris-Notícias*, uma edição parisiense do *Diário de Notícias* (Serrano, 2013, pp. 149-150). Publicado em francês, este semanário de quatro páginas pretende aproximar Portugal e a França a nível diplomático, cultural e económico. Os atores das relações luso-francesas são retratados nas páginas do jornal, tais como Philéas Lebesgue, romancista, colaborador da prestigiada revista *Mercure de France* e conhecedor da literatura portuguesa. O semanário destina-se a um público culto e utiliza as receitas dos jornais do século XIX para captar este tipo de leitores (Charle, 2004): colunas sobre a

vida cultural e literária, sobre o desporto, sobre a moda, sobre a bolsa de valores. Uma obra de Eça de Queiroz — *A relíquia* — é publicada em folhetim. O jornal mobiliza também o seu leitorado à volta de causas: uma campanha de subscrição é lançada para a construção de um monumento em honra dos soldados portugueses que morreram nas Flandres. O jornal pretende sobretudo defender a imagem de Portugal em França, país que é frequentemente ridicularizado devido à instabilidade ministerial e à sucessão de revoltas e revoluções. O jornal nega vários rumores relativos à supostas revoltas em Lisboa. Em Janeiro de 1922, Paulo Osório ataca o uso do termo "portugalização" (*portugalisation*) utilizado por jornalistas belgas para expressar a ideia de vassalagem[20]. Este protesto não será um sucesso: nos anos seguintes, Paulo Osório e diplomatas portugueses voltarão a insurgir contra o uso, na imprensa francesa e belga, dos termos "portugalizar" e "portugalização". Assim, em 1926, *O Século* refere que "os portugueses de Paris protestam contra as constantes ofensas que nós são feitas pela imprensa francesa" com o "'neologismo' odioso de 'portugalisar'"[21]. *Paris-Notícias* nunca se refere à presença em França de milhares de trabalhadores portugueses (o censo de 1921 contava 10 788 portugueses). Esta população não é considerada como um potencial leitorado e isto nota-se nos anúncios publicitários publicados pelo título. O semanário deixa de ser publicado em Agosto de 1922, após 67 números. No entanto, Paulo Osório permaneceu em Paris durante o resto da sua existência. Nos anos 20, ele torna-se adido de imprensa da Embaixada de Portugal em Paris, responsabilidade que manteve até ao final dos anos 1950. Além de ser adido da embaixada, Osório continua a ser o correspondente do *Diário de notícias*, apesar dos protestos de outros correspondentes junto à embaixada (*O Século,* pela pena do seu diretor, João Pereira da Rosa, em 1927, e do seu correspondente em Paris, António Almada Negreiros, em 1929, queixam-se dos supostos privilégios do *Diário de Notícias* na embaixada portuguesa em Paris). O *Diário de Notícias* apoia a ascensão política de António de Oliveira Salazar, nomeadamente com as entrevistas dadas pelo Presidente do Conselho a António Ferro (Matos, 2003; Trindade, 2008), entrevistas que deram origem ao livro *Salazar, o homem e a sua obra* em 1933 (Ferro, 1933). Este livro é traduzido em francês em 1934 pela conceituada editora Grasset, com um prefácio de Paul Valéry (Ferro, 1934; Dard & Sardinha-Desvignes, 2018, p. 38). Durante trinta anos, Paulo Osório é um dos atores da difusão de um filosalazarismo em França, mantendo boas relações com jornalistas e editores franceses.

20 Paulo Osório, "Le vilain mot". *Paris-notícias*, n° 36, 9 de Janeiro de 1922.

21 "Os portugueses de Paris protestam contra as constantes ofensas que nós são feitas pela Imprensa francesa". *O Século*, 22 de Maio de 1926.

1.4. O Reviralho em França

António de Oliveira Salazar chega ao poder após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, levado a cabo em Braga por soldados com sensibilidades e objetivos diferentes. Apenas a vontade de expulsar o Partido Democrático do poder juntou os militares que tomaram o poder em 1926. Após a revolta fracassada de Fevereiro de 1927, alguns republicanos estabelecem-se em França, onde prosseguem a luta contra a ditadura militar (Farinha, 1999; Clímaco, 2017). É criada a Liga de Paris, reunindo membros do Partido Democrático, da Ação Republicana, da Seara Nova, da Esquerda Democrática, e alguns militares. Na capital francesa, vários exilados tentam denunciar a instalação da ditadura em Portugal e apelam à revolta contra a ditadura. A luta passa pela pena. Escrevem manifestos (o Presidente da República deposto, Bernardino Machado, multiplica os manifestos (Marques, 1978)) e a partir de Abril de 1927, a Liga também publica o jornal *A Revolta*. Como notado pelos *Renseignements Généraux*[22], esta publicação não é vendida em Paris mas enviada, clandestinamente, para Portugal. A Liga goza de uma certa tolerância por parte das autoridades francesas porque o jornal que publica não respeita a lei de 1881. De fato, os gestores não são franceses mas sim portugueses. Os artigos denunciam a ditadura, a sua política económica e defendem o regresso da democracia. Tendo dificuldades em ser enviado para Portugal, por causa da vigilância exercida pelas autoridades portuguesas, o jornal deixa de ser publicado após algumas semanas (apenas oito números são publicados). Em 1930, os exilados em Paris publicam *A Liberdade*. O jornal pretende ser mais aberto às diferentes correntes da oposição contra a ditadura. Contudo, apenas dois números foram publicados por causa de recursos financeiros limitados e das dificuldades em introduzir o jornal em Portugal (Clímaco, 2017, pp. 105-111).

Os exilados que se estabeleceram em França, por períodos de tempo variáveis, a partir de 1927, não se interessaram inicialmente aos quase 50 000 trabalhadores portugueses que ali viviam em 1931. A maioria destes trabalhadores eram pouco qualificados, analfabetos ou pouco alfabetizados, afastados da atividade política. Uma grande distância social separava estes exilados e os seus compatriotas em França, distância social que não favorecia contatos e interações. A estratégia dos exilados foca-se num golpe de Estado, organizado principalmente por militares leais à República. Nesta perspetiva, os trabalhadores portugueses em França não são considerados como um trunfo potencial. Além disso, com o estabelecimento da República em Espanha em Abril de 1931, alguns exilados em França estabelecem-se no sul dos Pirenéus, o mais perto possível de Portugal. Madrid torna-se na capital do exílio republicano português, exceto entre 1934 e 1936, quando a coligação no poder em Espanha incluí ministros de direita.

22 Os Renseignements généraux são um serviço de informação, criado em 1907, cuja missão é de sondar a opinião pública e vigiar as pessoas e instituições suspeitas de poder ameaçar a ordem pública.

1.5. *Unir* e a Federação dos emigrados portugueses em França

Durante a década de 1930, a população portuguesa em França diminuiu substancialmente. A crise económica mundial atinge o país em 1931 e, perante o aumento do desemprego, as autoridades francesas forçam milhares de trabalhadores estrangeiros a abandonar o país. Embora os portugueses fossem muito menos numerosos do que os imigrantes polacos, espanhóis ou italianos, eles contam entre as vítimas da crise. Tendo chegado recentemente (30 000 portugueses chegaram em França em 1929-1930), não falando bem francês e tendo poucos apoios quando confrontados com a administração, eles são frequentemente os primeiros a serem despedidos quando as empresas onde trabalham procedem a despedimentos. No desemprego, muitos decidem regressar a Portugal. Outros são expulsos por não terem obtido a renovação do bilhete de identidade ou por terem cometido delitos ou crimes — por vezes menores, como o simples roubo de alimentos. Entre 1931 e 1936, a população portuguesa em França passa de 49 000 para 28 000 habitantes. No entanto, aqueles que conseguem evitar o desemprego e obter a renovação dos seus papéis eram vulneráveis. Num clima marcado pela xenofobia e pelo endurecimento das leis sobre a imigração, estes portugueses continuam a ter medo de serem forçados a deixar a França. Além disso, como Portugal e França não assinaram um acordo de reciprocidade e assistência depois da Primeira Guerra mundial, os portugueses em França não podem teoricamente beneficiar dos subsídios de desemprego e da assistência médica gratuita (Rosental, 2011). Milhares de portugueses, particularmente os que vivem nos subúrbios de Paris, encontram-se, portanto, numa situação bastante precária.

Se os exilados republicanos não procuraram mobilizar os seus compatriotas em França no fim dos anos 1920 e inícios da década de 1930, a presença de militantes comunistas portugueses em França a partir de meados da década de 1930 altera a situação. As dificuldades que afetam os trabalhadores portugueses encorajam a politização de uma série deles. Em várias ocasiões, desempregados portugueses solicitam à embaixada portuguesa a assinatura de um acordo de reciprocidade que lhes permitiria obter subsídios de desemprego e assistência médica gratuita. O Partido Comunista Francês e a Confederação Geral do Trabalho Unitário, que num período marcado pela xenofobia e pelo desejo das autoridades de proteger o "trabalho nacional", contam entre as poucas organizações que defendem os trabalhadores estrangeiros em nome do internacionalismo proletário, não descuram os portugueses. Por exemplo, em Outubro de 1935, a CGTU distribuía folhetos entre os desempregados portugueses de Saint-Ouen, um dos municípios dos arredores de Paris com maior concentração de portugueses na altura, muitos dos quais vivendo em barracas. Em Saint-Ouen, um grupo antifascista português terá formado e publicado um boletim intitulado *A Batalha*, talvez em referência ao jornal publicado pela CGT, sindicato anarquista português, a partir de 1919. Este jornal teria sido publicado por volta de 1936, mas não encontramos qualquer vestígio do mesmo, provavelmente devido à sua modesta circulação.

Este processo de politização traduz-se em parte na adesão de centenas de trabalhadores portugueses à Federação dos Emigrantes Portugueses em França (FEPF), fundada em Janeiro de 1937 por militantes do Partido Comunista Português e na qual se encontram exilados de todas as sensibilidades políticas da esquerda. Esta Federação nasce no contexto das Frentes Populares (em Espanha e depois em França). Seguindo as palavras de ordem da Terceira Internacional depois da chegada de Hitler ao poder e dos motins de 6 de Fevereiro de 1934 em França, o Partido Comunista Português tenta unir a oposição portuguesa, dividida por numerosos conflitos de estruturas e rivalidades entre indivíduos. Esta vontade de união resulta também da guerra espanhola que domina os espíritos dos anti-salazaristas. O Partido Comunista Português, crítico da estratégia do reviralho e do putsch militar vitorioso, defende o trabalho político entre as massas populares, especialmente com a infiltração dos sindicatos nacionais criados pela ditadura, e pretende politizar e organizar os trabalhadores portugueses em França. Com a ajuda do PCF e da Internacional Comunista, o PCP instala militantes em Paris. A capital francesa é também o ponto de passagem para os militantes que viajam para a União Soviética para congressos e/ou formação. Segundo João Pacheco Pereira, em 1936, Paris é "a capital do comunismo português com um conjunto de dirigentes comunistas que vão passar por Paris, discutir em Paris e zangar-se em Paris" (Pereira, 1999, p. 243).

Armando de Magalhães (cujo pseudónimo é Amaral) desempenha um papel importante no nascimento da FEPF. Nascido em 1906, Magalhães é um ex-operário vidreiro na Marinha Grande. Tornou-se o primeiro secretário geral do Sindicato nacional dos trabalhadores da indústria do vidro, criado em 1931. Deixa Portugal para escapar à repressão policial e é enviado para a Rússia para seguir uma formação na Escola Internacional Lenine. Está em Espanha no início da guerra civil espanhola e instala-se em Paris no final de 1936. No ano seguinte, tenta organizar a mobilização da população portuguesa em França em torno das palavras de ordem da frente popular. Como escreve alguns meses mais tarde, para se justificar perante a liderança do PCP que tem várias queixas contra ele, "os emigrados económicos portugueses se encontravam desorganizados e rivalizavam com os marroquinos no repugnante trabalho de 'fura-greve'. Resolvi aproveitar todos os momentos da minha estadia em França para organizar uns e outros"[23].

A Federação conta com várias seções espalhadas pelo território francês, nos principais núcleos operários onde trabalham portugueses (Saint-Ouen, Ivry-sur-Seine, Gennevilliers, Grand-Quevilly, Saint-Etienne-du-Rouvray, Longwy, etc.). Em 1938, o embaixador português em França estima que a Federação possui 2000 membros, ou seja perto de 10 % da população portuguesa. Segundo o diplomata, a Federação é dirigida por "exilados portugueses que

23 Relatório de Armando de Magalhães dirigido ao secretariado do PCP, sem data (1938), Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN-TT), Arquivo PIDE/DGS, SC PC 1360/38, vol.1, NT 4544.

aqui conspiram contra o prestígio e a segurança do Estado português"[24]. A polícia francesa vê por detrás desta associação a ação dos "refugiados políticos (...), aproveitando as atuais dificuldades encontradas pelos trabalhadores estrangeiros em França, empenhando-se numa propaganda ativa entre os seus compatriotas para desenvolver neles um espírito revolucionário"[25]. Tanto as autoridades portuguesas como francesas vêm a FEPF como o instrumento de uma minoria de militantes comunistas que manipulam os trabalhadores portugueses. Do mesmo modo, Magalhães, justificando a sua ação junto do PCP, destaca o apolitismo da maioria dos portugueses em França e o baixo investimento de vários líderes da FEPF que foram escolhidos de forma a não assustar os seus compatriotas. De fato, muitos portugueses em França não queriam estar envolvidos nas atividades dos exilados políticos ou do movimento comunista, temendo que isso levasse à sua expulsão do território francês. Nesta altura, as autoridades francesas expulsavam sem grande hesitação aqueles que derrogavam a "estrita neutralidade política".

Apesar da elevada taxa de analfabetismo entre os imigrantes portugueses, a Federação publica um boletim interno, cujo primeiro número é datado de Março de 1937. Como a Federação tinha recursos limitados, o boletim é mimeografado. Neste primeiro número, um artigo intitulado "Necessidade e fins da federação" oferece aos leitores uma visão da emigração de acordo com os modos de ver do Partido Comunista Português, que desde há alguns meses articula a ideologia marxista e a ideia nacional (Neves, 2008). Se os portugueses deixam o seu país, isso não é o resultado da pobreza do país. É por causa dos capitalistas e da ditadura, que são incapazes de explorar a riqueza do país e que recusam uma "reforma social profunda", dando a todos acesso à terra e ao crédito. A emigração constitui uma arma para a ditadura: "os governantes do nosso país acham preferível manter e fomentar a exportação de mão-de-obra, solução cómoda para a classe cujos interesses representam e defendem, barata e proveitosa para as finanças públicas"[26]. De fato, a emigração permite a exportação de braços excedentários e induz remessas financeiras vindas do estrangeiro. Este é o cálculo, que já no século XIX Oliveira Martins tinha posto em relevo e que o próprio Salazar tinha realçado nos seus trabalhos académicos (Martins, 1956; Salazar, 1998, p. 265). O objetivo da Federação não é apenas defender os direitos dos migrantes, mas também reforçar "os laços de fraternidade que resultam e devem existir entre pessoas irmanadas pelo mesmo sangue e por uma história de oito séculos"[27]. No segundo número do boletim, publicado em Abril de

24 Ofício do embaixador de Portugal em França para o Ministro dos Negócios Estrangeiros (António de Oliveira Salazar), 15 de Dezembro de 1938, Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Arquivo Paris, maço 172.

25 Relatório não assinado, 7 de Outubro de 1937, Archives Nationales (AN), 20010216/156.

26 J. Coutinho, "Necessidade e fins da federação". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°1, Março 1937, p.2.

27 J. Coutinho, "Necessidade e fins da federação". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°1, Março de 1937, p.2.

1937, Magalhães critica o Estado português por abandonar os seus cidadãos no estrangeiro, não os protegendo e não lhes permitindo manter a ligação com o seu país de origem. Ora, segundo ele, "a ditadura desperdiça em França verbas enormes, mas estas são absorvidas na sua totalidade pela propaganda sectária mas bem paga que ejaculam periodicamente os jornais reacionários franceses"[28]. Em contraste com este abandono, Magalhães apresenta assim o jornal *Unir* que vai juntar os portugueses em França:

> Centenas de corações portugueses que há pouco se desconheciam, batem hoje em uníssono irmanados pelos mesmos anseios e norteados por um ideal comum de unidade, bem-estar, paz, cultura. Homens que tinham olvidado a sua pátria e a sua língua (...). A unificação dos portugueses residentes em França será sem dúvida um dos germes mais fecundos da unificação da família portuguesa orientada por um anseio comum de obter o pão, paz e liberdade[29].

Neste excerto Armando de Magalhães mistura um léxico mais usado no pensamento conservador e nacionalista (as metáforas da família e do corpo (Lenoir, 2003)) e os slogans da Frente Popular, símbolo da conversão dos comunistas portuguesas à ideia de nação. Este apelo à unidade entre os portugueses longe do seu país e espalhados por toda a França será um leitmotiv de muitas publicações destinadas aos emigrantes portugueses, tanto publicações ligadas à oposição ou próximas do Estado Novo.

Magalhães cria também um Grupo dos amigos do *Avante !* para divulgar este jornal junto dos emigrantes portugueses em França e angariar fundos para continuar a impressão e a divulgação clandestina desta publicação constantemente ameaçada pela polícia política portuguesa que procurava ativamente as tipografias do PCP (Pereira, 1993). Nas décadas seguintes, os funcionários do PCP que vivem, clandestinamente ou não, em França terão entre as suas principais tarefas a distribuição do principal título do partido para que os militantes, simpatizantes e trabalhadores possam conhecer as palavras de ordem do PCP.

Em Julho de 1937, o boletim interno da FEPF desaparece com o aparecimento do jornal *Unir*, cujo subtítulo revela a sua ambição mais ampla: "orgão da Frente Popular Portuguesa". Este jornal pretende ser o porta-voz da Frente Popular, que foi formada, com dificuldade, em 1937, com representantes do antigo Partido Democrático, da Esquerda Republicana, de vários grupos republicanos, e do Partido Comunista (Madeira, 2013a) O diretor do jornal é José Domingues dos Santos, um antigo Primeiro Ministro que se encontra em França há vários anos. Domingues dos Santos tinha dirigido outra revista: *France-Espagne*, publicada

28 Amaral [Armando de Magalhães], "A caminho da união", *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°2, Abril de 1937, p.1.

29 Amaral [Armando de Magalhães], "A caminho da união". *Boletim interno da Federação dos Emigrados Portugueses em França*, n°2, Abril de 1937, p.1.

no final de 1936 (Clímaco, 1995, p. 150). Outras personalidades republicanas participam nesta publicação como o antigo Presidente da República Bernardino Machado mas também comunistas (como José de Oliveira Neves, Armando de Magalhães) e alguns anarquistas como Jaime Brasil. Este último, nascido em 1896, torna-se jornalista após uma carreira no exército. Colaborou no *Século*, na *República*, no *Primeiro de Janeiro* e também na *Batalha*. Anarco-sindicalista, envolve-se num sindicato de jornalistas e luta contra a censura após o estabelecimento da ditadura. Publica também livros sobre sexualidade, obras que são consideradas chocantes num país conservador. Exila-se em França em 1937 e através de Armando de Magalhães junta-se à *Unir* onde, de acordo com José Domingues dos Santos, é o responsável pela parte técnica. Escreve também vários artigos até 1939. O jornal é portanto um lugar de compromissos — e tensões — entre diferentes sensibilidades políticas e pessoais. A Federação dos Emigrantes Portugueses em França mantém apenas uma página no *Unir*, informando sobre as atividades das suas diferentes secções, dando conselhos legais aos trabalhadores para se defenderem. O jornal é dirigido a toda a oposição anti-salazarista, tanto em Portugal como no estrangeiro. São estabelecidas ligações com o jornal *Ecos do Portugal* em Buenos Aires e *Bacamarte* de Newark.

A primeira edição de *Unir* apresenta na sua primeira página uma fotografia do recém-falecido Afonso Costa. Um texto de Bernardino Machado presta homenagem ao ex-Presidente do Conselho e líder do Partido Democrático. Segundo a polícia francesa, as primeiras tiragens ascenderam a 2 500 exemplares e quase 50 números foram publicados até 1939. *Unir* publica denúncias contra a ditadura salazarista e a repressão dos opositores. No contexto da Guerra Civil espanhola, muitos artigos são dedicados ao país vizinho. Para os exilados portugueses, alguns dos quais estiveram em Espanha e participaram ativamente nos combates, uma vitória dos republicanos é o prelúdio para a queda de Salazar. O jornal segue assim a ação dos portugueses integrados no exército republicano. Jaime Brasil publica vários artigos sobre Espanha, tendo visitado o país no final de 1937. No n° 17, datado de 25 de Novembro de 1937, o jornalista retrata a ação de Alberto Alexandrino dos Santos, comandante da base dos *Carabineros* em Castellón de la Plana. Antigo soldado durante a Grande Guerra, um dos principais atores do Reviralho a partir de 1927, dos Santos é, durante a guerra civil espanhola, o português com a posição mais alta na hierarquia militar leal à República Espanhola (Fort, 2020). Jaime de Morais, exilado em Espanha, também envia artigos para relatar o conflito. O governo republicano espanhol, de resto, apoia financeiramente *Unir* (Clímaco, 2020).

No entanto, *Unir* é uma publicação fragilizada por vários motivos. O secretariado do PCP critica Armando de Magalhães por dar demasiada influência aos republicanos dentro do jornal. Os republicanos ainda defendem que o salazarismo será destruído após um golpe de Estado liderado por militares, enquanto o PCP insiste sobre a necessidade de trabalhar junto das massas populares. A liderança do PCP em Lisboa — frequentemente dizimada por detenções realizadas pela polícia política — considera que Magalhães deixa *Unir* fazer a apologia

dos líderes republicanos sem nunca evocar claramente a ação do PCP. Esta admoestação é publicada num número de *Avante !*: "o nosso querido colega [Magalhães] [faz] uma autêntica conspiração do silêncio em volta da nossa existência e atividade, mesmo quando transcreve passagens dalguns documentos nossos, o que faz escondendo, cuidadosamente, a origem"[30] Enquanto faltam meios financeiros ao PCP, Magalhães é também acusado de não favorecer. os militantes comunistas que estão em França e de oferecer trabalho remunerado a anarquistas como Jaime Brasil. A publicação — cujas vendas parecem ser limitadas — também sofre de problemas financeiros, uma falta que por vezes leva a atrasos na publicação. Enfim, *Unir* é alvo da perseguição da ditadura portuguesa. As autoridades portuguesas tentam reduzir a audiência do jornal. Um relatório interno do PCP lamenta que "devido a uma vigilância policial, [*Unir*] quasi não tem expansão em Portugal"[31]. A ditadura tenta pôr fim a esta publicação e à sua circulação. Em Maio de 1937, Salazar manifesta a sua preocupação junto do embaixador em Paris. O Presidente do Conselho — que também tem a pasta dos Negócios Estrangeiros — assinala "a atividade de alguns emigrados políticos no sentido de arrastar os operários portugueses residentes na área de Paris para a criação duma Federação de intuitos políticos anti-governamentais"[32]. Tanto a embaixada como o consulado português tinham então poucos meios para desviar os trabalhadores portugueses de uma influência que consideravam perniciosa: não existia qualquer estrutura governamental ou para-governamental para vigiar e enquadrar estes trabalhadores, que muitas vezes viviam em condições precárias e temiam o desemprego e a expulsão. Para combater a ação da Federação, considerada perigosa, o embaixador português em Paris transmite um memorando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês em Outubro de 1937, afirmando que a Federação estava "principalmente preocupada em criar ou desenvolver entre os trabalhadores portugueses residentes em França um sentimento de antagonismo e de revolta contra o atual governo português". O memorando acrescenta que *Unir* "não hesita em fazer a apologia do assassinato"[33] de Salazar, que já foi alvo de uma tentativa falhada em Julho de 1937 (Madeira, 2013). Este memorando desencadeia várias investigações por parte da polícia francesa. Alguns dos membros da Federação são expulsos e outros recebem um aviso. Para o embaixador português, porém, estas medidas não são suficientes. Como o diplomata explica a Salazar em Dezembro de 1938, o memorando foi enviado "sob a vigência de governos patrocinados pelos comunistas e que não mostravam nenhuma boa vontade em proceder contra os agitadores"[34]. Contudo, as

30 "Unir". *Avante!*, n° 66, Janeiro de 1938, p.4.
31 Relatório (sem data, nem origem), IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 1360/38, vol.1, NT 4544.
32 Ofício da direção-geral dos negócios políticos e económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinado por António de Oliveira Salazar, dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 20 de Maio de 1937, AHD, Arquivo Paris, maço 172.
33 Memorando da embaixada de Portugal em Paris, 6 de Outubro de 1937, AHD, Arquivo Paris, maço 172.
34 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 15 de Dezem-

expulsões e os avisos tendem a reforçar a corrente apolítica que existia no seio da Federação, uma corrente que defendia que a Federação não devia imiscuir-se em assuntos políticos e limitar-se a proteger os trabalhadores portugueses contra as expulsões e a obter um acordo de reciprocidade. Em Dezembro de 1938, os dirigentes da Federação encontram-se mesmo com o embaixador português. Este último concorda em apoiá-los se a Federação aceita cortar os seus laços com os exilados políticos e deixa de publicar em *Unir*. O embaixador até sugere uma alternativa a Salazar: dar uma soma de dinheiro à Federação para publicar um boletim interno ou "criar aqui, com o concurso dos serviços de propaganda, um pequeno jornal quinzenal, como o *Unir*, no qual fosse posta à disposição da federação uma página, como faz o *Unir*"[35]. Esta sugestão é retomada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português em Fevereiro de 1939:

> Logo que haja, porém, a segurança, sem admitir qualquer dúvida, do rompimento da Federação com o jornal *Unir*, é possível então pôr-se em pratica o projeto, que desde já se deixara entrever, de publicar uma folha em língua portuguesa que espalhe entre os núcleos de trabalhadores notícias da pátria e outras que os possam interessar moral e materialmente[36].

Esta ideia também é expressa pelo cônsul português em Paris, José Luis Archer, que propõe "a publicação de um semanário, não de polémica, mas de propaganda, [para] que seja possível mostrar aos portugueses que aqui vivem a verdadeira imagem de Portugal, que eles não conhecem"[37]. No entanto, este jornal pró-governo — que, de acordo com as declarações posteriores de Jaime Brasil à polícia política devia chamar-se *Pátria*[38] — nunca viu a luz do dia. O governo português estava sobretudo preocupado em amordaçar a oposição no exílio e pouco interessado em dirigir-se, através de uma publicação, aos trabalhadores portugueses.

A 30 de Abril de 1939, a Federação aceita as condições colocadas pelo embaixador português em França. Por conseguinte, deixa de publicar em *Unir*. O embaixador português alcança outra vitória a 19 de Junho de 1939: após numerosos pedidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, *Unir* é proibido em França. Esta decisão é motivada pelo facto de alguns artigos terem ameaçado Salazar. Ela é justificada à luz do recente decreto sobre o controlo da imprensa estrangeira, assinado a 6 de Maio de 1939 pelo Presidente da República,

bro de 1938, AHD, Arquivo Paris, maço 172.

35 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 15 de Dezembro de 1938, AHD, Arquivo Paris, maço 172.

36 Oficio da direção-geral dos negócios políticos e económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 25 de Fevereiro de 1939, AHD, Arquivo Paris, maço 172 A.

37 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, 1939, AHD, 2° piso, Armário 50, maço 69.

38 Auto de perguntas de Jaime Brasil, 18 de Fevereiro de 1941, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 79/41, vol.3, NT 4673.

decreto que altera a lei de 1881. Doravante, "a circulação, distribuição ou venda em França de jornais ou periódicos, sejam ou não escritos numa língua estrangeira, pode ser proibida por decisão do Ministro do Interior"[39]. Esta suspensão suscita poucos protestos por parte da imprensa francesa. Um artigo no *Le Populaire*, ligado à SFIO (principal partido socialista francês), denuncia um "escândalo" e um absurdo, tendo em conta as ameaças que pesem neste ano de 1939 sobre a democracia francesa. Pois "os republicanos portugueses são aqueles que lutam, e lutam sozinhos, contra o domínio da Alemanha, da Itália e da Espanha de Franco sobre as posições-chave do Oceano. São homens que nos amam e sempre respeitaram escrupulosamente a reserva que lhes foi imposta no nosso solo pelo seu estatuto de hóspede"[40]. Contudo, na perspetiva de um conflito, o governo liderado por Édouard Daladier parece mais preocupado em poupar Salazar, que é visto como capaz de evitar que a Espanha, agora inteiramente liderada por Francisco Franco, fique sob a completa influência da Alemanha e Itália. Algumas semanas mais tarde, é a Federação dos Emigrantes Portugueses em França que é proibida, por ser considerada ligada ao PCF, partido dissolvido pelas autoridades francesas depois do acordo germano-soviético de 23 de Agosto de 1939.

1.6. Tentar publicar jornais em tempos sombrios

Em 19 de Junho de 1939, outro jornal publicado em português é proibido pelo Ministro do Interior francês: *Liberdade*. É uma publicação anarquista cuja redação é sediada na Federação anarquista ibérica de Paris. Os seus principais editores são Jaime Brasil e José Agostinho das Neves. O primeiro trabalhou para o jornal *Unir* enquanto o segundo, também anarquista, veio para França pela primeira vez em 1929 depois de ter fugido da Guiné-Bissau, onde tinha sido deportado pela ditadura militar. Expulso por causa das suas atividades políticas em 1933, regressa a França em 1935. Embora sob vigilância, Agostinho das Neves continua as suas atividades. Para além de ser correspondente de vários jornais portugueses (*República*, *O Diabo*), publica um boletim em Paris intitulado *Novos Horizontes* (Clímaco, 1995, p. 150). Com Jaime Brasil, a partir de Agosto de 1938, publica *Liberdade*, que é a continuação do *Boletim de Informação*, uma publicação do CNT/FAI/AIT anteriormente publicada em Barcelona. As notas policiais francesas indicam que Abílio de Sousa Faria, outro ativista anarquista, também participa nesta publicação. Contudo, quando interrogado pela polícia política portuguesa no seu regresso a Portugal em 1940, Faria admite ter frequentado a redação do jornal mas nega ter

39 Decreto-lei de 6 de Maio de 1939 : https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000877119/1939-05-07

40 Jean-Maurice Herrmann, "La 'dernière' du Quai d'Orsay: 'Unir' journal de la démocratie portugaise est interdit!". *Le Populaire*, 9 de Julho de 1939, p. 5.

publicado um artigo. Pretende ter proposto publicar um artigo com o título explícito: "proletários de todos os países — Estaline desune-vos"[41]. Mas, segundo ele, José Agostinho das Neves recusou a publicação deste artigo para não desagradar ao Partido Comunista Português.

As autoridades portuguesas tinham também protestado contra a publicação deste título que, segundo elas, faz uma "larga e violenta propaganda de ideias subversivas, preconizando os atentados terroristas e pessoais, especialmente contra diversos chefes do estado e do governo, entre os quais figura Sua Excelência o Doutor Oliveira Salazar".[42] O jornal é proibido em Junho de 1939. José Agostinho das Neves lança então um novo título: *Democracia*, mas em língua espanhola. O jornal é, à mesma, proibido em Outubro de 1939. Agostinho das Neves é de novo o alvo dum despacho de expulsão em 20 de Dezembro de 1939. Em Abril de 1940, é internado e enviado para o campo de internamento do Vernet, no sul da França, "sendo considerado como um militante anarquista cuja atividade desenvolve-se junto das colónias portuguesas e espanholas na região parisiense"[43]. Apesar do seus repetidos pedidos para se juntar a grupos de trabalhadores estrangeiros e da sua boa conduta no campo, Agostinho das Neves ainda encontra-se no Vernet a 30 de Junho de 1944, quando os ocupantes alemães fecharam o campo e enviaram os últimos internados para a Alemanha. Depois de uma longa e terrível viagem, Agostinho das Neves é deportado em Dachau. Sobrevive à sua deportação e regressa a Paris onde retoma a sua carreira de jornalista, abandonando a sua militância anarquista como veremos.

Quando o exército alemão invade a França em Maio-Junho de 1940, alguns exilados regressam a Portugal, onde são presos na fronteira. Algumas personalidades com maior capital social são forçadas a deixar o país ou são obrigadas a ficar reclusas em casa, como Bernardino Machado, então com 89 anos de idade. Como José Agostinho das Neves, alguns portugueses foram internados em campos de internamento franceses. Entre os internados, dezenas de portugueses que lutaram do lado da República Espanhola. Num dos seus últimos números, *Unir* relata o destino destes portugueses: "Encontram-se, em França, nos campos de concentração, cerca de 300 portugueses vindos de Espanha, cuja situação é verdadeiramente angustiosa. Não insistiremos sobre as amarguras que têm passado. Queremos, apenas dizer que precisam da assistência, moral e material, de todos os portugueses anti-fascistas"[44]. A maior parte dos portugueses vindos de Espanha é inicialmente internada em Argelès-sur-Mer.

41 Auto de perguntas de Abílio de Sousa Faria, 1 de Novembro de 1939, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC SPS 3361, vol.2, NT 4372.

42 Despacho confidencial da direcção-geral da administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinado por Luis de Sampaio, dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, AHD, 2° piso, Armário 50, maço 69.

43 Ofício do comandante do campo do Vernet ao prefeito do Ariège, 25 Agosto de 1943, Archives départementales de l'Ariège, 5 W 270.

44 "Os combatentes portugueses vindos de Espanha precisam do auxílio moral e material de todos os anti-fascistas". *Unir*, 28 de Maio de 1939, n°48, p.4.

Entre as atividades culturais realizadas pelos internados para enganar o tédio, manter o moral e reforçar a formação dos militantes, um *Boletim do grupo português* é publicado (Clímaco, 1995, p. 147). Posteriormente, a maior parte dos portugueses internados em Argelès-sur-Mer é enviada para o campo de Gurs. Outros portugueses foram internados — em Le Vernet em particular — porque eram considerados como uma ameaça à ordem pública. Vários internados acabam por pedir um repatriamento em 1940-1941. À chegada a Portugal são presos pela polícia política e alguns são enviados para o campo de internamento do Tarrafal em Cabo Verde. No entanto, alguns portugueses permaneceram em França durante o conflito e alguns participaram na Resistência. Parece que nenhuma publicação portuguesa sobreviveu em França durante a Segunda Guerra Mundial. Existe o vestígio dum projeto duma publicação que nunca viu a luz do dia. Resulta do empenhamento de estudantes portugueses residindo em Grenoble, principalmente do casal constituído por Joaquim Silveira Santana e Branca Durão Fins. O casal exilou-se em França em 1937, para escapar à polícia política. Militantes do PCP, tomam parte na atividade da FEPF na região parisiense e estão em contacto com vários funcionários do partido. Em Outubro de 1940, deixam Paris e instalam-se em Grenoble, na zona livre. Nessa altura, o PCP está então quase completamente desmantelado na sequência da repressão policial de que foi vítima. A Internacional Comunista já não tem confiança neste partido, acreditando que foi infiltrado pela polícia política. Os seus principais líderes, incluindo o seu secretário-geral Bento Gonçalves, são presos e alguns estão no Tarrafal. Além disso, muitos militantes estão desorientados pelo pacto germano-soviético de Agosto de 1939. Em 1940, vários grupos afirmam estar a reorganizar o partido, cada um deles considerando-se como o mais legítimo. Neste contexto particular, em Grenoble, de acordo com a Internacional Comunista segundo José Pacheco Pereira, Joaquim Silveira Santana e Branca Durão Fins planearam criar um novo partido — que se chamaria "Partido Bolchevique" — e publicar um jornal (intitulado *o Comunista*). Os textos redigidos em Grenoble deviam ser trazidos para Portugal por um estudante para serem impressos e publicados. Mas este portador é um anticomunista que colabora há vários anos com a polícia política e que se infiltrou conscientemente neste grupo de militantes. Contudo, este estudante é detido pela polícia francesa na fronteira franco-espanhola na posse destes artigos e de propaganda considerada subversiva. Apesar de afirmar ser um colaborador da polícia política portuguesa e anticomunista, ele é julgado em França. Denuncia Joaquim Silveira Santana que também é preso e julgado. Após alguns meses de prisão em Lyon, Silveira Santana é repatriado para Portugal, onde é novamente preso durante algumas semanas. Assim, o projeto de jornal concebido em Grenoble nunca vê a luz do dia (Pereira, 1999, pp. 149-152).

1.7. Tentar publicar jornais durante a Guerra Fria

No final de 1944, durante a Libertação, alguns portugueses relançam a Federação dos Emigrantes Portugueses em França. Os adversários do Estado Novo recuperam a esperança. Eles esperam que a derrota do fascismo e do nazismo possa conduzir à queda de Salazar. A associação, cujo presidente é José Domingues dos Santos, é autorizada a funcionar em Julho de 1946. De acordo com os *Renseignements G*énéraux, em 1949 a associação conta 750 membros, dos quais 150 na região parisiense. Um relatório policial menciona um boletim interno que não encontramos. No entanto, o contexto não é favorável para novas publicações em português: apenas restavam 20 000 portugueses em França e muitos exilados regressaram a Portugal em 1940-1941. E alguns dos portugueses que permaneceram em França durante a guerra estão a afastar-se dos assuntos portugueses, alguns deles pedindo a nacionalidade francesa, o que lhes permite evitar a expulsão e obter benefícios sociais que não podem receber mantendo a sua nacionalidade. Após a Segunda Guerra Mundial, a emigração portuguesa para França é muito baixa, uma vez que as autoridades portuguesas tentam desencorajar as partidas para França e recusam-se a assinar um acordo de emigração com Paris. Em consequência, a atividade da Federação declina rapidamente. Em 1954, José Domingues dos Santos regressa a Portugal, o que parece reforçar o declínio da associação. Em 1954, uma nota dos *Renseignements Généraux* traça um quadro sombrio: "Desde 1948, esta associação perdeu o três quartos dos seus membros e nenhuma emigração vem compensar o desaparecimento ou a assimilação daqueles que se instalaram no nosso solo entre as duas guerras"[45].

Apesar desta dinâmica negativa, as autoridades francesas proibiram a Federação dos Emigrantes Portugueses em França pela segunda vez (após a proibição de 1939) em Agosto de 1957. As queixas contra a Federação são as mesmas que em 1939, num contexto político marcado pela Guerra Fria: as autoridades francesas consideram que esta associação é infiltrada por militantes comunistas, que procuram, através da associação, politizar os portugueses em França. Algumas semanas mais tarde, em Dezembro de 1957, o Ministério do Interior proíbe qualquer atividade do Partido Comunista Português. Este partido não existia enquanto tal em França, mas as autoridades francesas pretendiam assim impedir a atividade dos militantes comunistas portugueses, apoiados pelo Partido Comunista Francês, em França. Uma nota do *Renseignements Généraux* explica esta decisão devido à "publicação de um jornal de pequeno formato intitulado *Nouvelles du Portugal*"[46], publicação em língua francesa que pretende esclarecer a opinião pública francesa sobre a repressão exercida em Portugal, uma repressão muitas vezes desconhecida a norte dos Pirenéus. De fato, em França, os movimentos

45 Relatório dos Renseignements Généraux, Junho de 1954, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820.
46 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820.

de esquerda estão mais mobilizados na luta contra o regime de Franco e ignoram os acontecimentos que se desenrolam em Portugal. Além disso, a ditadura portuguesa, particularmente através da ação do Secretariado Nacional da Informação, da Casa de Portugal e da Embaixada de Portugal em Paris, conseguiu impor a imagem dum Portugal estável, liderado por um "monge-ditador", cujo poder firme é aceite pela grande maioria da população. Um exemplo desta propaganda é o livro assinado por Christine Garnier (1952), *Férias com Salazar*, que apresenta um Salazar humano, amador de flores, longe da figura habitual do ditador. Como Michel Lyon observou em 1962, na revista *Après-Demain*, fundada pela Liga dos Direitos Humanos, "este regime [de Salazar], soporífico e hipócrita, visa (...) fazer o mínimo de barulho possível, e sobretudo ser ignorado no estrangeiro; um objetivo que foi alcançado até há pouco tempo: quem conhecia a vida política portuguesa entre o grande público em França?"[47].

Nouvelles du Portugal é alvo duma proibição. A polícia francesa é também alertada por várias empresas francesas que se queixam de que foram utilizados envelopes com os seus nomes para enviar para Portugal publicações comunistas, tais como números do *Avante!*

As autoridades francesas não pretendem tolerar de forma alguma que militantes comunistas portugueses possam desenvolver ações politicas em França. No final dos anos 1950, os serviços franceses de informação trocam varias correspondências com a polícia política portuguesa sobre comunistas em França. O tom é de colaboração contra um inimigo comum: o comunismo internacional. Estas colaborações policiais inscrevem-se nas boas relações diplomáticas entre Lisboa e Paris (Lala, 2007). Para Paris, o Portugal de Salazar é um aliado no quadro da NATO. Uma sensibilidade anticomunista partilhada une os governos português e francês. De resto, estes dois países tinham colónias em África na altura e pretendiam mantê-las.

No entanto, no final dos anos 50, o número de trabalhadores portugueses que chegam a França, muitas vezes clandestinamente, aumenta. Em 1955, as 1 000 chegadas anuais são ultrapassadas e em 1957, 4 640 portugueses entram em França. Este modesto aumento da população portuguesa em França leva alguns exilados em França a considerar a publicação dum jornal. É o caso de Rui da Nóbrega, um empregado bancário que chegou a França em 1957 e adere ao Partido Comunista Francês. Em Julho de 1958, da Nóbrega contata alguns dos seus compatriotas em França, propondo a criação de uma associação — que se chamaria União Operária Portuguesa — cujo objetivo seria de politizar os trabalhadores portugueses em França. Ele parte da observação de que "a nossa massa laboriosa vítima na sua maioria da propaganda demagógica de Salazar, desconhece virtualmente o seu valor como força política e social dentro da estrutura do Estado"[48]. Entre as missões que pretende empreender: "pequenas reuniões de informação junto dos aglomerados mais importantes e a divulgação de

47 Michel Lyon, "Portugal 1962". *Après-demain*, n° 45-46, 1962, p. 1.
48 Carta de Rui da Nóbrega dirigida a Manuel da Silva Martins, 10 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.

folhas, são obstáculos transponíveis e de resultados positivos na preparação ativa dos nossos compatriotas na luta pela liberdade"[49]. Estas propostas não parecem ser favoravelmente recebidas. Anti-salazaristas que não pertencem ao Partido Comunista recusam-se a colaborar com ele. É o caso de Manuel da Silva Martins, que chegou a França em 1950, e tornou-se jornalista (ele é o correspondente em Paris de vários títulos portugueses, incluindo *República*). Silva Martins responde a da Nóbrega: "o totalitarismo repugna-me venha ele de onde vier e muito menos da Rússia que não tem autoridade nenhuma, como sabe, para falar de democracia ou liberdade"[50]. Os membros ligados ao PCP também estão relutantes. De fato, da Nóbrega é desconhecido do PCP, partido que teme sempre possíveis infiltrações policiais. O comportamento subsequente de Nóbrega não é de molde a tranquilizar o PCP. Em Setembro de 1958, sem ter sido mandatado por ninguém, da Nóbrega fala publicamente no funeral de dois cidadãos portugueses assassinados por agentes da polícia francesa que, no âmbito da brutal repressão dos independentistas argelinos, os confundiu com argelinos. Num discurso reproduzido por l'*Humanité*, da Nóbrega equipara o governo recentemente liderado pelo General de Gaulle com o de Salazar. Em Abril de 1959, da Nóbrega escreve uma carta ao comité central do PCF informando-o que ele e outros portugueses planeiam

> publicar imediatamente um boletim informativo fazendo eco dos crimes cometidos nas prisões fascistas e [para] recolher o máximo de dinheiro possível para as famílias dos prisioneiros. Descobrimos que o controlo do governo sobre toda a imprensa autorizada em Portugal impede o mundo exterior de estar bem informado sobre a maior parte dos nossos problemas políticos e grande parte da opinião publica estrangeira permanece ignorante ou indiferente[51].

No entanto, estas iniciativas parecem reforçar as suspeitas do PCP. Ele é expulso do Partido Comunista Francês em Abril de 1959 e *O Avante!* publica no mesmo mês um artigo apelando à prudência contra ele, chamando-lhe "provocador"[52]. Sempre no mês de Abril de 1959, as autoridades francesas dão-lhe "um aviso severo por não respeitar a estrita neutralidade política a que todos os estrangeiros estão obrigados"[53]. Temendo a expulsão, suspeito pelo PCF e pelo PCP, da Nóbrega parece ter cessado as suas atividades políticas em França. Em 1961, vai trabalhar no Mali e neste país descobre as teses maoístas. Em 1964, na Argélia, colabora na primeira publicação portuguesa que divulga as teses maoístas e apela à luta armada: *Revolução portuguesa* (Pereira, 2013, pp. 489-494).

49 Carta de Rui da Nóbrega dirigida a Manuel da Silva Martins, 10 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.
50 Carta de Manuel da Silva Martins dirigida a Rui da Nóbrega, 12 de Julho de 1958, AHD, Arquivo Paris, maço 285.
51 Carta de Rui da Nóbrega dirigida ao comité central do PCF, 20 de Abril de 1959, Archives départementales de la Seine-Saint-Denis, Archives du Parti Communiste Français, Fonds Raymond Guyot, 283 J 29.
52 "Um provocador português em França". *Avante !*, n°275, Abril de 1959, p.3.
53 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 4959.

No início dos anos 1960, um relatório dos *Renseignements Généraux* congratula-se com o fato de, em consequência das proibições da FEPF e do PCP, e das expulsões de militantes portugueses (como a saída do território francês de Marcelino dos Santos no início dos anos 1960), "já não existe, portanto, nenhuma publicação portuguesa impressa no departamento do Sena"[54]. No entanto, em poucos meses, a situação muda radicalmente e durante a última década de existência do Estado Novo, são publicados cerca de 150 títulos portugueses em França.

2. 1962-1974: uma florescência de jornais

O aumento da emigração portuguesa para França, que começou nos finais dos anos 1950, ganha ímpeto no início dos anos 1960. Mais de 10 000 portugueses entram em França em 1961, quase 30 000 em 1963, mais de 50 000 em 1964. Entre 1957 e 1974, pouco mais de 900 000 portugueses emigram para França, mais de metade dos quais de forma irregular. De fato, as autoridades portuguesas, enquanto Salazar está no poder, dificultam a emigração legal. Pelo contrário, especialmente a partir de 1964, as autoridades francesas toleram a entrada ilegal de nacionais portugueses e procedam à regularização ulterior destes trabalhadores estrangeiros. Esta prática encoraja assim a emigração irregular que se insere nas cadeias migratórias baseadas na sociabilidade familiar e camponesa (Pereira, 2014a). A entrada irregular em França da maioria dos portugueses é um dado essencial para perceber parte da imprensa portuguesa em França. As primeiras vivências dos Portugueses em França são determinadas pelas dificuldades administrativas, dificuldades relativas ao emprego, à permissão de residência, ao alojamento, ao reagrupamento familiar, à segurança social, à escola das crianças, etc., etc. Ora, os emigrantes portugueses não estão familiarizados com o universo administrativo, não entendem o francês, carecem da ajuda do Estado português que apenas intervém em França, no início dos anos 1970, para assistir os Portugueses (Pereira, 2014a). Além disso, devido às relações que teciam com o aparelho administrativos português (Santos, 1990), muitos portugueses desconfiam dos consulados portugueses em França.

Embora seja difícil fazer uma distinção clara entre os chamados emigrantes económicos e os exilados (Pereira, 2006), entre os portugueses que se estabelecem em França há indivíduos que fogem a repressão, a prisão e a participação nas guerras coloniais que começaram em 1961. Para manter o império, a ditadura salazarista mobiliza toda a sua juventude masculina e canaliza uma parte substancial do seu orçamento para o esforço de guerra (Pereira, 2015). Milhares de jovens recusam-se a ir para a guerra (por convição anticolonial, por medo

54 Relatório dos Renseignements Généraux, Agosto de 1960, Archives de la Préfecture de Police de Paris, 77 W 1820. O departemento do Sena corresponde, na altura, a Paris e arredores.

de serem feridos ou mortos, por não querer ferir ou matar, por não desejar perder quatro anos das suas vidas) e vão para França. As motivações políticas e económicas estão por vezes intimamente ligadas entre si. Entre os insubmissos, refratários e desertores, há jovens que pretendam ter melhores salários, estudantes que aspiram a continuar os seus estudos em universidades menos conservadoras, a viver em sociedades mais abertas, a ter acesso ao cinema e à literatura censurados em Portugal.

A dimensão desta presença portuguesa em França — quase 10% da população metropolitana na véspera da Revolução dos Cravos — é um desafio sem precedentes para a ditadura portuguesa mas também para a oposição anti-salazarista. Para a ditadura, estes milhares de portugueses deixaram sociedades rurais controladas pela Igreja Católica e pelos notáveis locais. Doravante, vivem numa democracia, na qual os sindicatos e o partido comunista (francês) são livres (embora vigiados). Os portugueses em França estão, em teoria, longe das garras da polícia política. Teoricamente, porque, na prática, milhares de portugueses em França continuam a temer a polícia política, pensando que existem informadores em França e que eles podem sofrer represálias no seu regresso a Portugal ou que os seus parentes podem ser incomodados no seu país (Pereira, 2014a). Para a oposição ao regime, especialmente ao Partido Comunista Português, esta população que vive no estrangeiro é vista como uma oportunidade. Estes emigrantes podem ser mais facilmente abordados a fim de serem sensibilizados sobre a exploração que sofriam em Portugal — uma exploração que explica a necessidade da emigração — e o papel que podem desempenhar no derrube da ditadura. Um relatório redigido em 1967 por cinco militantes do PCP em França afirmava que

> a emigração económica que atualmente atinge perto de 300 000 trabalhadores portugueses em França é um facto que não podemos menosprezar. Ora, será fundamental para nós, comunistas portugueses, ganharmos para a nossa causa largas camadas desta emigração que têm grande influência nas suas regiões quando periódica ou definitivamente vão a Portugal[55].

Do mesmo modo, para as outras sensibilidades da oposição anti-salazarista, estes milhares de portugueses em França — que encarnam para eles o "povo" que dificilmente podiam contatar em Portugal por causa da polícia política — são vistos como um desafio fundamental. Alguns grupos que defendem a luta armada pretendam recrutar militantes prontos a usar a violência para derrubar a ditadura. Um processo de diversificação e de radicalização do exílio português em França, que é um espaço político atravessado por lutas e competições (Pereira, 2003), desenvolve-se na última década do Estado Novo.

55 Relatório dirigido à direção do Partido comunista Português e redigida por cinco militantes do PCP em Paris, 7 de Fevereiro de 1967, Casa Comum, Arquivo Carlos Antunes/Isabel do Carmo, pasta 09204.001.064.

Tanto as autoridades portuguesas como os vários movimentos de oposição vêm a imprensa como um dos meios para chegar aos imigrantes e divulgar as suas ideias. Sendo impossível elencar num texto destas dimensões todas os periódicos publicados entre 1962 e 1974, vamos apresentar, cronologicamente e tematicamente, as principais categorias de títulos e as principais dinâmicas da imprensa portuguesa em França entre 1962 e 1974.

2.1. O pioneiro: Igreja católica e poder pastoral

No novo contexto marcado pela chegada massiva dos portugueses em França, o primeiro jornal a ser publicado em França é *O emigrante*, em Clermont-Ferrand, no coração da França. Clermont-Ferrand, com as fábricas Michelin, e várias cidades do Puy-de-Dôme (Cébazat, Châteaugay, Volvic, La Roche Blanche, Les Ancizes) atraíram várias centenas de trabalhadores portugueses a partir do final dos anos 1950. Por vezes juntaram-se a trabalhadores portugueses que já aí se tinham estabelecido na década de 1920. Assim, em Clermont-Ferrand, em 1930, foi criada uma "Union clermontoise des travailleurs portugais".

O Emigrante é fundado por Alexandrino Rodrigues Cardoso, um padre português que chegou em Clermont-Ferrand em Novembro de 1961 para acompanhar os seus compatriotas do Puy-de-Dôme. Cardoso nasceu em 1917 perto de Viana do Castelo, região do Minho de onde muitos trabalhadores que se estabeleceram na Auvergne são originários. Este padre não limita a sua ação ao aspeto religioso. Ajuda os portugueses que chegavam ilegalmente, que não dominavam o francês e que precisam de ajuda nas relações com a administração francesa. O padre funda um centro de acolhimento português onde, segundo um artigo do principal jornal local, *La Montagne*, "todas as noites, após o dia de trabalho, antes de regressarem aos seus quartos tristes ou as suas barracas transformadas em dormitórios, os trabalhadores vêm em grupos para ouvir discos, folhear jornais e revistas, pedir livros emprestados e falar sobre o país"[56]. Alexandrino Rodrigues Cardoso publica *O emigrante. Jornal do emigrante português em França* a partir de 1962. O jornal é impresso em Portugal, em Viana do Castelo. De acordo com *La Montagne*, *O Emigrante* "é a gazeta da colónia: casamentos, nascimentos, chegadas, partidas, informações administrativas e consulares". Este jornal desempenha o papel que muitos jornais paroquiais, também dirigidos por párocos, desempenham no meio rural português. Os párocos são frequentemente os representantes do Estado nas comunidades rurais, transmitindo notícias e informando sobre os principais acontecimentos que marcam a paróquia. Alexandrino Rodrigues Cardoso provavelmente reproduziu em França uma prática que ele já desenvolvia em Portugal.

56 "Clermont-sur-Douro : 1200 habitants. Une communauté laborieuse et unie comme les 'Auvergnats de Paris': les Portugais d'Auvergne". *La Montagne*, 25 de Fevereiro de 1965.

Não é por acaso que o primeiro jornal publicado em França nos anos sessenta tenha sido obra de um pároco. Para a Igreja portuguesa, a emigração para França é um desafio: alguns párocos vêm uma parte substancial do seu rebanho ir para França. Se alguns membros da Igreja entendem estas partidas como um perigo, como uma forma de introduzir ideias prejudiciais em comunidades julgadas "politicamente" e moralmente saudáveis, outros consideram esta emigração como inevitável, como uma resposta à pobreza e à miséria que prevalecem no campo. Alguns párocos permanecem em contato com os seus paroquianos que partiram para França e estendem o seu poder pastoral para além das fronteiras. No verão, asseguram os sacramentos para os emigrantes (como o casamento) e os seus filhos (batismo e/ou comunhões). Alguns vão mesmo frequentemente ao estrangeiro para visitar os seus compatriotas, pedindo-lhes a sua participação financeira em projetos (construção e/ou renovação de edifícios religiosos). Por exemplo, o arcipreste de Melgaço, uma cidade do Minho, na fronteira com Espanha, que conheceu saídas importantes para França nos anos 1950, tem visitado os seus paroquianos em França desde 1957. Em vários artigos publicados em *A voz de Melgaço*, que fundou em 1946, ele relata a sua viagem e os seus encontros com pessoas de Melgaço (Vaz & Vaz, 2010). Outros jornais locais dirigidos por padres não esquecem os portugueses no estrangeiro e continuam a incluí-los na "comunidade". De resto, antes do desenvolvimento das redes sociais (*Facebook*, etc.). muitos emigrantes em França subscreviam ao jornal local para o apoiar, mostrando a sua lealdade à comunidade de origem, mas também para serem informados de nascimentos, casamentos, mortes — as páginas do obituário são lidas cuidadosamente –, projetos de construção. Assim, quando regressavam a Portugal, conheciam as principais novidades que tinham ocorrido durante as suas ausências.

O emigrante é publicado até 1975. Ao longo dos anos, graças ao apoio financeiro de alguns bancos portugueses estabelecidos em França para recolher as poupanças dos emigrantes, o jornal cresce e difunde-se para além das fronteiras do Puy-de-Dôme. Em 1968, uma nota dos *Renseignements Généraux* declara que tem uma circulação de 1 500 exemplares e que também é lido em Grenoble, Saint-Étienne, Lyon e Toulouse. Os *Renseignements Généraux* constatam com satisfação que "as questões políticas não encontraram lugar neste jornal"[57] e que trata apenas de assuntos religiosos, das dificuldades administrativas dos emigrantes ou de notícias desportivas. Próximo das autoridades consulares portuguesas, Rodrigues Cardoso publica artigos elogiando a defesa do império Português. Por exemplo, em Setembro de 1970, por ocasião da morte de Salazar, o jornal afirma:

57 Relatório dos Renseignements Généraux do Puy-de-Dôme, 5 de Dezembro de 1968, Archives départementales du Puy-de-Dôme, 1851 W 22.

> de entre todos os imensos serviços do que o Doutor Oliveira Salazar prestou à pátria ao longo de uma vida de fecundo e abnegado labor, nenhum o impõe mais à gratidão dos portugueses de que a vigilância e firmeza que sempre pôs na defesa dos nossos direitos de nação civilizadora e dos vastos territórios ultramarinos que sucessivas gerações moldaram numa pátria multirracial e una, constituindo uma herança sagrada que nos cabe manter[58].

No entanto, ao contrário dos párocos da missão católica portuguesa em Paris, Alexandrino Rodrigues Cardoso não multiplica cartas endereçadas a Salazar ou a outros líderes portugueses. Uma nota dos *Renseignements Généraux*, datada de 1964, assegura que

> a sua simpatia vai para os progressistas. Ele considera que a chegada massiva de trabalhadores portugueses a França em breve terá repercussões em Portugal. O enorme progresso social que inevitavelmente terá de ser feito neste país em algum momento ou noutro será facilitado por homens que tiveram experiência de democracia em França. É a esta esperança que ele diz estar a unir-se, para que o seu país realize a indispensável 'evolução, sem revolução'[59].

O "progressismo" de Rodrigues Cardoso parece algo exagerado neste relatório: *O Emigrante* não tem o mesmo registo que *Presença Portuguesa*, publicação animada por católicos progressistas que abordaremos mais adiante. No entanto, quando questionado por *La Montagne* no rescaldo da Revolução dos Cravos, o pároco afirma que a queda da ditadura "corresponde, há que dizê-lo, aos desejos profundos do povo português que há muito aspirava à mudança"[60].

2.2. "Uma perigosa infiltração" comunista?

Se o primeiro jornal publicado nos anos 1960 surge da iniciativa dum padre, o segundo está ligado ao Partido Comunista Francês, seis anos depois da proibição do *Nouvelles du Portugal*. Em Janeiro de 1963, uma nota dos *Renseignements Généraux* relata que "como parte da campanha empreendida pelo Partido Comunista para consolidar as suas posições na colónia de trabalhadores portugueses, o Comité Central aumentou a circulação de um boletim informativo escrito nessa língua e intitulado *Boletim de informação*"[61]. Em Maio de 1963, é a vez do

58 "Morreu Salazar sentinela vigilante do Ultramar português". *O Emigrante*, Setembro de 1970, p.10.
59 Relatório dos Renseignements Généraux do Puy-de-Dôme, 2 de Dezembro de 1964, Archives départementales du Puy-de-Dôme, 1851 W 22.
60 "Les immigrés portugais (65 000 dans la région): 'attendre, avant de juger le nouveau gouvernement'. Tous souhaitent une véritable libéralisation du régime". *La Montagne*, 27 de Abril de 1974.
61 Relatório dos Renseignements Généraux, 22 de Janeiro de 1963, AN, 19970320/10.

sindicato francês próximo do Partido Comunista Francês, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), lançar a sua própria publicação, *O trabalhador*. Se a CGT — tal como o PCF — considera a chegada da força de trabalho estrangeira como uma arma utilizada pelo governo francês para obter mão-de-obra mal remunerada e dócil, para manter os salários baixos, para dividir os trabalhadores e para quebrar as exigências da classe trabalhadora, o sindicato leva a cabo uma ação específica para ajudar e enquadrar os trabalhadores estrangeiros (Mourlane, 2002). Esta ação é motivada pelo internacionalismo proletário e pelo desejo de incluir esta mão-de-obra no movimento operário francês, em nome da unidade de todos os trabalhadores. Envolver os trabalhadores migrantes nas lutas dos trabalhadores é, segundo a CGT, a melhor forma de os impedir de fragilizar o movimento operário e de combater a xenofobia que o sindicato denuncia. É também uma questão de ajudar estes trabalhadores portugueses que enfrentam problemas específicos: uma situação irregular, a ignorância dos direitos sociais, a vulnerabilidade perante empregadores sem escrúpulos, alojamento em bairros de lata, etc.

A primeira edição de *O trabalhador* é publicada em Março de 1963, com 8 páginas. Na primeira página, é apresentada a primeira conferência nacional da CGT para a defesa e a organização dos trabalhadores imigrados que se realizou em Paris, em Março de 1963. O artigo resume as posições da CGT sobre imigração: esta última "corresponde à vontade dos monopólios de alargar o mercado do trabalho". Com esta vinda de trabalhadores estrangeiros, "os monopólios e o governo gaulista pensam enfraquecer o movimento obreiro francês". Para evitar esse resultado, a CGT defende que o

> interesse dos trabalhadores franceses e imigrados está na supressão de todos os motivos de divisão, está na oposição a todas as manifestações de patriotismo exaltado e de racismo. Só a união da classe proletária toda inteira, travando luta para a igualdade dos seus direitos, pode opor-se aos esforços dos monopólios, que tentam criar uma rivalidade entre os trabalhadores[62].

Neste primeiro número, outro artigo convida os trabalhadores portugueses a aderir à CGT e a não jogar o jogo dos capitalistas, aceitando salários mais baixos e desrespeitando a legislação social:

> tudo que podem beneficiar os trabalhadores estrangeiros, quer em salários, quer em medidas de Segurança Social, tem custado muitos anos de luta e de sacrifício à classe operaria francesa. São conquistas arrancadas numa luta de gigantes que ninguém tem o direito de destruir, mas, pelo contrário, ajudar a consolidar e mesmo fazer avançar. Portanto, depositando inteira confiança na classe

62 "Primeira conferência nacional da CGT para a defesa e a organização dos trabalhadores imigrados". *O trabalhador*, nº1, Maio de 1963, p.4.

> operária portuguesa, esperamos que ela se mostrará à altura da sua própria responsabilidade e digna de poder, um dia, entrar no seu país, consciente de que, mesmo fora dele, cumpriu o seu dever[63].

As páginas da publicação, que tenta sair mensalmente, contêm muitos documentos que explicam aos trabalhadores como regularizar a sua situação legal, que direitos têm. As lutas realizadas em França mas também em Portugal são destacadas. Os trabalhadores portugueses são encorajados a participarem nas lutas e a aderirem à CGT. Finalmente, vários artigos denunciam a ditadura de Salazar, a exploração dos trabalhadores em Portugal, o colonialismo. Sem surpresa, o destaque é dado à luta do PCP: artigos relatam a prisão de militantes do PCP e reproduzem manifestos da FPLN ou de movimentos próximos do PCP.

A publicação deste boletim é da responsabilidade da secção de imigração da CGT chefiada em 1963 por Marcel Dufriche. Este sector publica outros títulos em línguas estrangeiras, como o *Trabajadores Españoles* a partir de 1961 (Lillo, 2019, p. 113). Foram muito provavelmente militantes do PCP exilados em França que traduziram os textos franceses dirigidos a todas as publicações da CGT em língua estrangeira (nomeadamente textos de Marchel Dufriche ou Benoît Frachon, secretário-geral da CGT de 1945 a 1967). Em França, de acordo com uma regra herdada da Internacional Comunista, os militantes do PCP tinham de aderir ao PCF e sindicalizar-se no seio da CGT. Entre os militantes do PCP que participaram no *Trabalhador* estava António Lopes da Silva Ribeiro. Preso em Portugal em 1961, este militante do PCP deixa o país clandestinamente em 1966 e trabalha na fábrica da Renault em Boulogne-Billancourt. Adere à CGT e traduz para português os folhetos destinados aos trabalhadores portugueses da fábrica. Em 1967, o novo chefe do sector da imigração da CGT, Marius Apostolo, encarrega-o de redigir *O trabalhador*, traduzindo os artigos. Ribeiro da Silva distancia-se contudo da CGT, desapontado com o fato de o sindicato não ter tido em conta as exigências específicas expressas pelos trabalhadores imigrantes da Renault-Billancourt durante a greve de Maio-Junho de 1968 (Benoits & Benoits, 2014; Pereira, 2020).

Ao longo dos anos, o subtítulo da publicação evolui. Inicialmente chama-se *Bulletin d'information en langue portugaise*, depois *Boletim em língua portuguesa editado pela CGT*, *Information de la CGT en langue portugaise*, e finalmente em Outubro de 1967 tornou-se a *Revista mensal da CGT para os trabalhadores portugueses*. A publicação é particularmente distribuída em grandes empresas que empregam trabalhadores portugueses. Em 1973, o boletim tem uma circulação de 7 454 exemplares. O núcleo sindical da CGT na empresa Bouygues (empresa da construção civil que emprega centenas de portugueses) em Aulnay recebe 1 000 exemplares, tal como a núcleo sindical da CGT na Renault Boulogne-Billancourt.

63 "Os portugueses acompanharão a luta". *O trabalhador*, n°1, Maio de 1963, p.3.

Fundada em 1964, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) também tenta organizar os trabalhadores portugueses. Com menos peso nas empresas que a CGT — que podia contar com militantes comunistas portugueses — a CFDT encontra dificuldades em encontrar pessoas capazes de escrever textos em português. Na reunião da Comissão Nacional de Imigrantes de 28 de Setembro de 1966, é realçado que

> a nossa ação na imigração portuguesa tem sido muito limitada, por não termos encontrado uma pessoa responsável que efetivamente tomasse as questões nas suas próprias mãos. Estamos, no entanto, 'no rasto' de um camarada português que poderia ser este homem. Se assim for, criaremos imediatamente uma nova equipa portuguesa na zona parisiense, tentando reintegrar os camaradas portugueses que nos ajudaram na altura da conferência dos imigrantes. Está também prevista, para este ano, a publicação regular de um boletim, mesmo muito modesto, que poderá ser fornecido às várias UD [Uniões Departamentais] preocupados com a imigração portuguesa[64].

A partir de 1966, a CFDT publica *Liberdade Sindical*, graças à colaboração de militantes portugueses dos círculos católicos progressistas. *Liberdade sindical* fornece informações que permitem aos trabalhadores portugueses defenderem-se e oferece aos militantes sindicais franceses — que muitas vezes têm dificuldade em compreender esta mão-de-obra imigrante — conselhos sobre como melhor ajudar estes trabalhadores. As autoridades francesas e portuguesas ficam preocupadas com estas publicações da CGT e do PCF destinadas aos emigrantes portugueses. Em 1 de Outubro de 1964, o *Boletim de Informação* é proibido por decreto ministerial. E alguns dias mais tarde, numa entrevista publicada a 9 de Outubro de 1964 num jornal conservador francês, Salazar confidencia:

> A nossa grande inquietação é que, sobretudo nos arredores de Paris onde eles estão tão mal alojados, os trabalhadores portugueses sejam apanhados pelo Partido Comunista. Os comunistas são os únicos a ocupar-se deles, a facilitar-lhes a contratação e as formalidades que a estada deles implica. Publicam jornais em português. Assim se opera uma perigosa infiltração[65].

L'Humanité, porta-voz do PCF, comenta ironicamente esta declaração do ditador português ao mesmo tempo que condena a proibição decidida pelo Ministério do Interior:

> Salazar está preocupado, isto honra o Partido comunista e a sua ação a favor da defesa das reivindicações e dos direitos dos trabalhadores imigrantes. Mas o que é escandaloso é que no próprio dia

64 Relatório da comissão nacional dos imigrantes, 28 de Setembro de 1966, Arquivo da CFDT, 7 H 729.
65 Roland Faure, "Salazar parle… ", *L'Aurore*, 9 de Outubro de 1964, p.11.

em que o ditador fez estas declarações, o Ministro do Interior francês proibiu o boletim do Partido Comunista Francês publicado em português[66].

Esta condenação permite ao PCF demonstrar que o governo gaulista colabora com uma ditadura e sugerir que o governo francês não respeita a liberdade de expressão. No entanto, o PCF contorna esta proibição, publicando a partir de Novembro de 1964 *A voz do imigrado*, um suplemento do *l'Humanité d'Alsace-Lorraine*.

Também em 1964, a Associação de Originários de Portugal (cujos dirigentes são franceses, evitando assim a legislação de 1939 sobre as associações estrangeiras e dispensando a autorização das autoridades) publica *A voz do trabalho* que se torna *Traço de União* em Dezembro de 1964. Os *Renseignements Généraux* vêm esta associação como "um ramo da CGT e do PCF. Parece mais especificamente destinada a compensar o fracasso da propaganda comunista tradicional entre os trabalhadores portugueses"[67]. Os líderes da associação tentam abordar os trabalhadores portugueses através de atividades de lazer (organização de festas, clubes de futebol, cursos de francês) e da assistência jurídica. Ao longo dos anos, a AOP criou várias filiais, principalmente na região parisiense. Em 1969, *Traço de União* é substituído por *Nós Portugal*, cujo primeiro número aparece em Maio de 1969.

Outros títulos resultam da ação dos militantes comunistas portugueses e franceses: em 1967, a célula Militão Bessa Ribeiro, em Champigny-sur-Marne, lança *O proletário*. Títulos publicados fora de França são também distribuídos em França por militantes comunistas. Por exemplo, Tomás Ferreira Rato, antigo internado no Tarrafal, e militante comunista exilado em França desde 1957, é o correspondente de *Portugal Democrático*, publicado no Brasil desde 1956 (Silva, 2006). Ferreira Rato é o principal animador do *Portugal informação*, boletim publicado em Paris pelo Comité de Defesa das liberdades em Portugal, uma associação que reúne exilados de diferentes sensibilidades políticas (Rato, 2016, pp. 205-206)[68]. Finalmente, para os membros do PCP, seja em Portugal ou no estrangeiro, uma missão essencial é assegurar a difusão do *Avante!* Em Agosto de 1967, uma circular recorda este imperativo: "*O Avante!* que é feito no interior do país, e em condições particularmente difíceis, custa extraordinariamente caro, e ainda mais caro fica no estrangeiro. Todos nós, interessados na sua saída, estamos em condições de o ajudar"[69].

66 "À la demande de Salazar, le gouvernement interdit le bulletin en langue portugaise édité par le PCF". *L'Humanité*, 14 de Outubro de 1964.
67 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
68 Outro *Portugal Informação* é publicado em 1970, em França, ligado à FPLN.
69 Carta-circular, Agosto de 1967, Arquivo Tómas Ferreira Rato.

Estes diferentes títulos ligados aos partidos comunistas e à CGT preocupam, como vimos, as autoridades portuguesas e francesas. Contudo, vários relatórios policiais franceses tendem a matizar a influência destas publicações junto dos trabalhadores portugueses:

> todos os esforços desenvolvidos pelos comunistas portugueses e franceses e pela CGT para conseguir que os trabalhadores portugueses se juntem a estas várias formações têm permanecido até agora pouco eficazes (...). Este fracasso deve-se em primeiro lugar ao fato de os trabalhadores portugueses ignorarem tudo do sindicalismo, inexistente em Portugal, e também à reserva prudente que adotam[70].

Os portugueses em França também têm medo dos informadores PIDE/DGS, temendo que a leitura destes jornais ou a sua sindicalização lhes cause problemas. Paradoxalmente, o próprio jornal *O trabalhador* alimenta este medo. No seu quarto número, um longo artigo é dedicado à agressão de um militante sindicalista português que distribuía o jornal da CGT no bairro de lata de Champigny-sur-Marne. Esta agressão é qualificada de "acto de banditismo feito à maneira da Pide em Portugal, praticado por quatro fascistas ou agentes provocadores policiais"[71].

Em Portugal, tanto a polícia política como os seus informadores, têm interesse em exagerar a influência dos comunistas franceses e portugueses e o sucesso da propaganda comunista. Podem assim justificar os seus subsídios e a ação de vigilância exercida. Em 1966, um relatório dum agente da PIDE baseado na Guarda, região que conhece uma forte emigração dirigida para França, afirma:

> É frequente encontrar nas mãos dos trabalhadores rurais provenientes de França, o jornal *O trabalhador*, que terá de considerar-se tão perniciosa, ou mais, do que qualquer das publicações do PC: *Avante!*, *Militante*, etc. A leitura de qualquer número deste jornal deixa adivinhar perfeitamente até onde vai a influência do PCF sobre os nossos emigrantes — a maior parte dos quais, quando regressam as suas terras, representa um autêntico perigo. Embora se diga 'defender dos interesses dos trabalhadores portugueses, residentes em França', o que ele é, em realidade, é um instrumento de penetração comunista, orientado contra a ordem social existente no nosso país[72].

70 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
71 "Criminosa agressão". *O trabalhador*, Janeiro de 1964, n°4, p.1.
72 Relatório da delegação da PIDE na Guarda, 15 de Junho de 1966, IANTT/PIDE/DGS, SC CI (2) 623, pasta 2, NT 7026.

2.3. Lutar contra a propaganda subversiva

Estas publicações comunistas e sindicais, lançadas a partir de 1963, provocam uma reação junto de pessoas próximas do regime salazarista. Temendo que os portugueses em França apenas possam ler publicações subversivas, várias pessoas e instituições propõem jornais, boletins, revistas. Nem sempre defendem abertamente a ditadura portuguesa, achando que os emigrantes desconfiam do governo de Lisboa. Estas publicações próximas das autoridades portuguesas encontram-se rapidamente em concorrência: concorrência para ganhar leitores, concorrência para obter subvenções do Estado, para atrair publicidade dos bancos português que pretendem captar as poupanças dos emigrantes portugueses em França.

O primeiro jornal que se propõe lutar contra a propaganda comunista é obra dos párocos da missão católica portuguesa em Paris. Fundada em 1957, a pedido da Igreja francesa, que queria que os portugueses da região parisiense fossem acompanhados espiritualmente, a missão católica portuguesa é constituída por párocos conservadores, ansiosos por manter os trabalhadores portugueses afastados de influências que consideram prejudiciais. Os membros da missão animam as missas e rendem os vários sacramentos. Ajudam os portugueses a regularizar a sua situação junto das autoridades francesas e fornecem contratos de trabalho aos recém-chegados. A partir do final os anos 1950, os párocos da missão pretendem ser os únicos a assistir os milhares de portugueses na região parisiense. Enviam numerosas cartas a figuras políticas portuguesas para elogiar a sua própria atividade — que apresentam como patriótica — e para pedir ajuda financeira. Nestas cartas, os padres recuperam a retórica salazarista sobre a bondade do povo português: um povo bom, saudável, mas sem espírito crítico e perdido quando está longe da sua aldeia e do seu padre. Assim, em 1963, a missão escreve num relatório:

> Todos nós estamos plenamente convencidos de que o povo português, por natureza, não é dos mais atritos para aderir às doutrinas comunistas. Mas também é certo que o nosso trabalhador é sensível e reconhecido a quem lhe faz o bem mesmo que seja aparente e lhe facilite o caminho para atingir o ideal que o obrigou a emigrar. Tem sido esta a causa do desnorteamento de muitos[73]

Embora as relações entre a missão católica e os diplomatas portugueses em França fossem tensas — ao apresentarem-se como os únicos a auxiliar os portugueses em França, os missionários sugerem que os diplomatas não cumprem o seu dever de proteger os seus compatriotas no estrangeiro (Pereira, 2014a) — em 1964, os párocos da missão lançam uma publicação, apoiada financeiramente pelas autoridades portuguesas: *A voz da saudade*. Nesta

73 Nota da missão católica portuguesa em Paris, 1 de Dezembro de 1963, IANTT/PIDE/DGS, SCCI (2) 623, pasta 1, NT 7026.

publicação, a missão apresenta-se como a representante dos portugueses em França, desempenhando assim o papel de intermediário entre a população e o Estado, papel que muitos párocos tinham no mundo rural do centro e do norte de Portugal. Logo na primeira página do primeiro número do jornal aparece a fotografia do Presidente da República Portuguesa, Américo Tomás. A fotografia acompanha um artigo relatando a visita dos membros da missão ao palácio de Belém. Os párocos apresentam-se ali como os legítimos representantes dos portugueses da região parisiense:

> Trocamos com o Sr. Presidente algumas impressões sobre a capacidade realizadora do nosso trabalhador, do seu portuguesismo, da sua fé, e à medida que íamos falando o Sr. presidente deixava transparecer uma firme determinação e confiante esperança no futuro. Nesta hora em que ventos de inveja sopram de todos os lados contra a pátria procurando derruba-la, arrebatando a paz e o bem espiritual e material dos seus filhos, foi motivo de alegria para o Sr. Presidente saber que os emigrantes portugueses estão a sentir as afrontas cometidas contra Portugal e as repudiam com firmeza. O Sr. Presidente saúda efusivamente nesta hora e por intermédio da *Voz da saudade* todos os portugueses dispersos pela vasta região de Paris e Versalhes, incitando-os à união de vontades e inteligências para maior gloria de Deus, bem-estar das famílias e engrandecimento da Pátria[74].

A publicação dá conta da atividade dos missionários e trata de temas religiosos. Mas os padres lidam abertamente com assuntos políticos. No segundo número, o editorial critica um artigo de *O trabalhador* que denunciava estes párocos que vieram "para defender um regime nefasto para os trabalhadores e completamente desacreditado"[75]. Mais adiante, outro artigo questiona algumas das afirmações feitas por jornalistas franceses sobre Portugal: "é falso os portugueses virem fugidos à ditadura de Salazar. Em Portugal não há ditadura, há ordem. (....). Em Portugal há patriotismo e vontade firme de querer segurar e defender o que é nosso há mais de 400 anos"[76]. Segundo a missão católica, *A voz da saudade* é um grande sucesso. Durante uma mesa-redonda organizada pelo *Diário popular*, um dos missionários, o Padre Joaquim Monteiro Saraiva declara que "a missão distribui gratuitamente o jornal *A voz da saudade* que, desde o seu aparecimento, e não obstante a sua modéstia, mereceu do público a melhor aceitação". Este jornal teria contribuído para "neutralizar a ação descristianizadora, desnacionalizadora e abominável das publicações comunistas em língua portuguesa"[77].

Contudo, o tom utilizado pela *Voz da saudade* e os temas abordados pelos missionários não agradam a todos os representantes da Igreja portuguesa em França, uma igreja então

74 "Portugal fala aos portugueses". *A voz da saudade*, Abril de 1964, n°1.
75 "Os padres portugueses e a sua acção 'envangelisadora' (sic)". *O trabalhador*, n° 1, Maio de 1963, p.8.
76 "Final das minhas entrevistas à imprensa francesa". *A voz da saudade*, n° 2, Maio de 1964.
77 "Mesa-redonda da emigração". *Diário popular*, 21 de Fevereiro de 1965, p.25.

abalada pelo desenvolvimento de uma corrente "progressista", encarnada pelo Bispo do Porto, que foi banido de Portugal em 1959 (Almeida, 2008). O relatório do encontro entre sete missionários portugueses residentes em diferentes cidades francesas e o diretor nacional das obras católicas de emigração consta que *A voz da saudade*, "tal qual apareceu e atua não parece poder enquadrar-se na missão de uma missão católica, tal qual foi definida pela Igreja e dentro do espírito da comissão episcopal francesa de emigração"[78].

Em França, a corrente católica progressista expressa-se junto dos emigrantes portugueses. Em 1965, em Vitry-sur-Seine, nos arredores de Paris, militantes católicos progressistas portugueses instalados em França fundam, juntamente com militantes católicos franceses, um jornal: *Presença Portuguesa*. Este jornal é um sucesso notável e é rapidamente distribuído em toda a França. Esta publicação afirma informar os imigrantes portugueses sobre os seus direitos. Através de uma secção intitulada "Cartas ao editor", *Presença Portuguesa* pretende resolver os vários problemas administrativos enfrentados pelos emigrantes franceses. Finalmente, o jornal transmite as principais ideias do catolicismo progressista, numa língua apropriada para um público pouco alfabetizado, evitando ao mesmo tempo uma oposição frontal à ditadura portuguesa e às guerras coloniais. Apesar da sua prudência, *Presença Portuguesa* é considerada pela polícia política como um jornal de "tendência contrária ao nosso regime político"[79].

Se *A voz da saudade* não reúne o apoio de todos os católicos em França, este jornal também não convence os diplomatas portugueses em França. Apesar de não hesitarem em pedir aos padres da missão católica informações sobre o estado de espírito da população portuguesa na região parisiense, tanto a embaixada como o consulado português em Paris alimentam queixas contra os missionários desde o final dos anos 1950. Como a missão sempre se apresentava como a única instituição que ajudava os emigrantes portugueses, os diplomatas eram, por vezes, acusados de nada fazerem. Estas críticas expressam-se mesmo na Assembleia Nacional. Depois de receber uma carta de um pároco da missão, um deputado declara assim em 1962:

> O tempo, Sr. Presidente, em que os diplomatas usavam punhos de renda e casacas de cetim todos sabemos ter passado. O tempo em que os embaixadores de Sua Majestade se deslocavam em coches dourados, mirando de longe a populaça e limitando-se a pisar os salões dos palácios, não é forçosamente aquele em que vivemos. (Vozes: — Muito bem!) Penso que é necessário, na diplomacia como em todos os nossos campos, ter um triunfo, uma campanha vigorosa, atenta e contínua. (Vozes: — Muito bem, muito bem!)[80].

78 Relatório da reunião dos missionários dos emigrantes portugueses em França efetuada de 12 a 14 de Outubro de 1964, IAN-TT, Arquivo do Ministério do Interior, caixa 283.

79 Nota do diretor da delegação da DGS no Porto dirigida ao diretor da DGS, 13 de Maio de 1971, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 8625, NT 7539.

80 Discurso de António Santos da Cunha à Assembleia Nacional, 25 de Janeiro de 1962, Diário das sessões, nº 21, 8ª legislatura, 1ª sessão legislativa, p. 509.

Em Paris, o embaixador Marcelo Mathias fica desagradado com este discurso. Além disso, os diplomatas consideram que a atividade dos membros da missão está longe de ser financeiramente desinteressada. Os padres são acusados de receberem dinheiro quando colocam trabalhadores portugueses junto de empresas ou particulares. Marcelo Mathias queixa-se assim diretamente a Salazar "de uma 'soi-disant' missão católica de assistência aos imigrantes que se transformou numa agência de colocação de clandestinos"[81]. No ano de 1964, perante o desafio constituído pelas publicações comunistas e constatando que *A Voz de Portugal* não é um instrumento suficiente para reduzir o peso da propaganda comunista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros encarrega o consulado português em Paris de criar uma associação que possa ajudar os portugueses no domínio administrativo, oferecer atividades de lazer e um boletim informativo. O objetivo é desviar os portugueses dos sindicatos e das associações próximas do Partido Comunista Português. Fazendo comparações com outros países que recebem muitos emigrantes portugueses, tais como o Brasil, os diplomatas portugueses em França queixam-se da ausência de uma "elite" na "colónia", elite que poderia desempenhar espontaneamente este papel de enquadramento dos trabalhadores. Como a emigração massiva em França é recente e que a maioria dos emigrantes que vieram nos anos 1920 faleceram, são idosos ou distantes de Portugal, os diplomatas têm dificuldade em encontrar alguém em quem confiar. Os diplomatas temem também que indivíduos desonestos possam tirar proveito da vulnerabilidade dos migrantes. Por exemplo, em 1964, a polícia francesa prende Abílio Moreira por suspeita de "forjar certificados de emprego, dirigir uma agência de emprego ilegal e ajudar e assistir estrangeiros que se encontravam ilegalmente em França"[82]. Abílio Moreira tinha fundado o consultório jurídico-social em 1963 e a associação de assistência aos trabalhadores portugueses em 1964. Lança também de forma legal, o *Boletim do consultório jurídico-social*, cujo primeiro número aparece em Agosto de 1964. O objetivo do consultório é de "defender os interesses dos portugueses instalados em França e, de uma maneira mas particular, os de todos aqueles que tendo vindo para este país, para trabalhar, muitíssimo mais carecem de ser amparados por uma assistência sincera, devotada e eficaz"[83]. A prisão de Abílio Moreira põe fim a esta publicação. Contudo, para a diplomacia portuguesa, é necessário constituir uma associação composta por pessoas próximas das autoridades portuguesas, associação que poderia ser ativa no domínio da assistência social e cultural dos portugueses em França, domínio no qual o Estado português brilha pela sua ausência.

Em 1965, o cônsul português em Paris consulta várias personalidades e instituições portuguesas em França (como a Câmara de comércio luso-portuguesa, a Casa de Portugal,

81 Carta de Marcelo Mathias dirigida a António de Oliveira Salazar, 16 de Fevereiro de 1963, IAN-TT/AOS/CD-6.
82 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
83 "A nossa razão de ser". *Boletim do consultório jurídico social*, Agosto de 1964, p.1

etc.). Neste processo, o cônsul aborda o banqueiro português Manuel Bulhosa que, em 1965, obteve a maioria das ações da *Banque Franco-portugaise d'Outre-mer*, um banco que detinha o monopólio de fato das remessas dos emigrantes portugueses em França. Bulhosa recorre a um engenheiro português estabelecido em França desde 1917: Ayres de Aguiar. Com outros figuras empresariais e representantes de empresas portuguesas em França, é criada a Associação Nacional de Portugueses em França, autorizada a funcionar por despacho ministerial de 3 de Dezembro de 1965. Os *Renseignements Généraux* são totalmente a favor da autorização desta associação porque, segundo eles, "a ajuda mútua social e a criação de organizações recreativas e culturais são o melhor meio de neutralizar a propaganda cégéto-comunista no meio estrangeiro"[84]. A ANPF publica um jornal: *Correio português* cujo diretor é um antigo professor de filosofia e de literatura que lecionava numa escola privada de Cascais: Joaquim Monteiro Afonso. Significativamente, o primeiro número de *Correio Português* aparece o 10 de Junho de 1966, um feriado nacional, então chamado "dia da raça". Apesar da apresentação gráfica rudimentar dos primeiros números, o jornal aumenta rapidamente o volume das suas páginas, incorporando fotografias, jogos e várias rúbricas. Torna-se bimensal em Junho de 1968 e depois semanal em Abril de 1969. A melhoria gráfica do jornal e o aumento da sua circulação (segundo um relatório policial de Maio de 1971, o jornal tinha então uma circulação de 7 000 exemplares) resultou do apoio do Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer, que utiliza o jornal para apresentar os seus serviços aos trabalhadores portugueses. Numa carta intercetada pela PIDE, Manuel Bulhosa explica que o rápido lançamento do jornal se deveu ao fato de "se preparar a saída de um periódico representativo da colónia portuguesa, com fundos de origem suspeita e pronto a desancar tudo o que no Terreiro do Paço possa tomar assento". O banqueiro procura profissionalizar a publicação, cujos primeiros números vendem-se pouco: ele defende a realização de uma "prospeção do mercado feita por profissionais competentes, de modo a prevenir-se contra o fiasco que até mesmo sob o aspeto político nosso seria desastroso"[85].

Correio Português pretende combater a influência dos jornais publicados por entidades contrárias à ditadura — sindicatos franceses, grupos políticos portugueses de esquerda e de extrema-esquerda. Numa carta dirigida em Fevereiro de 1968 ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho, Ayres de Aguiar justifica os subsídios que pede ao Governo português do seguinte modo:

84 Nota do diretor do Renseignements Généraux, 16 de Outubro de 1965, AN, 19800042/26.
85 Carta de Manuel Bulhosa dirigida a Tito de Arantes, 12 de Janeiro de 1967, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 3213, NT 7255.

> Cremos que todos os portugueses que se sintam com uma parcela de responsabilidade ou simplesmente com o sentimento de interesse nacional, não podem nem devem ignorar o que representa 200 000 a 300 000 compatriotas que saíram de Portugal convictos de que todos os seus problemas, são devidos ao nosso atual regime e que, em França, vêm encontrar um meio de inteira liberdade, mas geralmente nociva para a maioria dos nossos trabalhadores. Ao chegaram a este país são presa fácil e tentadora para todas as influências, mesmo as mais subversivas.
>
> Estamos agora a ver aparecer agrupamentos, associações e publicações em português, provavelmente subvencionados por organismos extremistas que estão a angariar prosélitas e que vão constituindo um perigo que não podemos nem devemos ignorar.
> A maioria dos nossos trabalhadores é de crer que voltara para Portugal. Com que tendência política, se por aqui só tiverem encontrado organizações portuguesas de revolta?
> A Associação Nacional dos Portugueses em França é um dos poucos elementos que pode ajudar a contrabalançar estas influências, como a leitura do nosso jornal *Correio Português* o vem demonstrando número apos número[86].

O jornal mostra rapidamente a sua ambição de se tornar o elo de ligação que une todos os portugueses em França, o representante da "colónia" portuguesa em França junto das autoridades de Lisboa e o meio de comunicação preferido do governo com os seus nacionais em França. Para além dos numerosos anúncios publicitários para o banco que o subsidia, o jornal publica artigos sobre a ação da ANPF no campo cultural e mais particularmente sobre os clubes de futebol que a associação criou, num vocabulário e num desenho gráfico adaptado a um público pouco alfabetizado. Uma parte substancial dos artigos do jornal é dedicada à atualidade do futebol português, tanto em França como em Portugal. O futebol é o meio privilegiado para o discurso patriótico da ANPF. Com efeito, o futebol serve para transmitir um "nacionalismo banal" que, nos anos 1960-1970, associa-se a um "luso-tropicalismo banal" (Cardão, 2015), instrumentalizando os sucessos do Sport Lisboa e Benfica e da seleção nacional, que incluía, nesta época, vários jogadores nascidos nas colónias, incluindo o mundialmente famoso Eusébio. Através do futebol, a ANPF tenta incutir entre os emigrantes a visão de uma nação portuguesa multicontinental e multirracial promovida na altura pela ditadura salazarista a fim de legitimar a sua recusa da descolonização (Pereira, 2016). *Correio Português* apresenta a equipa do Benfica como a "mais representativa do futebol português e, ao mesmo tempo a equipa 'mais portuguesa' de Portugal em face da sua 'eterna' política

86 Carta de Ayres de Aguiar dirigida ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho, 12 de Fevereiro de 1918, IAN-TT, Arquivo do ministério do Interior, caixa 388.

de apenas admitir nas suas fileiras jogadores nacionais"[87]. Numa outra edição, esta equipa é apresentada como um poderoso vetor para ligar Portugal e os portugueses dispersos pelo mundo: "O Benfica é um laço de união para os emigrantes"[88].

O futebol tem a vantagem de ser um meio de propaganda sem parecer ser um. Este desporto permite ao *Correio português* tomar posições políticas sem ter que se referir diretamente a Salazar ou a outros membros do governo português. Depois da sua visita a França para tratar do ensino do português aos filhos dos emigrantes, Henrique Martins de Carvalho, ex-ministro da Saúde, observa que *Correio Português* "tem aceitação nos meios portugueses por se abster de intervenções políticas demasiadamente acentuadas e colocar os problemas na base dos interesses concretos dos emigrantes e dos interesses gerais do país"[89]. Por exemplo, a figura de Salazar é ausente desta publicação e as entrevistas com funcionários administrativos (da Junta da Emigração, do Secretariado Nacional da Emigração, da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, etc.) são privilegiadas. No entanto, a chegada ao poder de Marcelo Caetano é relatada pelo jornal, que define o seu discurso inaugural como uma "perfeita e magnífica lição de mestre"[90].

Apesar do apoio inicial do consulado português em Paris e do apoio financeiro do *Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer*, *Correio Português* atravessa dificuldades importantes. Por um lado, alguns colaboradores deixam o jornal para fundar outra publicação. O semanário *Portugal Popular*, dirigido por António Pardal, aparece em 1969. Este jornal pretende atingir o mesmo público que *Correio Português* e usa receitas semelhantes: defesa da causa dos emigrantes, assistência administrativa, notícias sobre o futebol e promoção do patriotismo. Numa carta enviada ao Secretário de Estado da informação e turismo, António Pardal explica que escolheu, como símbolo do jornal, "a caravela das grandes epopeias marítimas, para que o nome e grandeza da pátria andassem sempre perto de cada emigrante português"[91]. Esta associação entre emigração e grandes descobertas, bastante comum depois do 25 de Abril de 1974 (Oriol, 1985; Pereira, 2017b), tinha por objetivo alimentar o patriotismo dos portugueses no estrangeiro, dar-lhes um motivo de orgulhar-se de Portugal. No entanto, esta associação também tinha como objetivo de ocultar as causas profundas da emigração dos anos 1960-1970: a fuga à miséria, a vontade de ultrapassar barreiras sociais dificilmente transponíveis em Portugal, a recusa das guerras coloniais, a oposição ao Estado Novo.

Depois de um ano de existência, o diretor de *Portugal Popular* pretende que a tiragem

87 "Benfica em Paris. Noite de Gala para o futebol português". *Correio Português*, Maio de 1967, n° 9, p.8.
88 "O Benfica é um laço de união para os emigrantes". *Correio Português*, n° 69, Março de 1969, p.9.
89 Relatório sobre a cobertura cultural dos emigrantes e lusodescendentes, Julho de 1968, Arquivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ME CO/MV/VP, EMG 7.
90 "Professor Marcello Caetano novo Presidente do Conselho". *Correio Português*, n°28, Outubro de 1968, p.1.
91 Carta de António Pardal dirigida ao Secretário de Estado da Informação e Turismo, 15 de Dezembro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

do jornal atinge 8500 exemplares. Uma nota dos *Renseignements Généraux* em 1973 indica que a circulação do jornal é de 25 000 exemplares. No entanto, este número parece exagerado. Como a publicação era impressa em Portugal, as autoridades policiais francesas facilmente podiam enganar-se (ou ser enganadas). Uma das chaves do sucesso de *Portugal Popular* parece ter residido numa aparente oposição às autoridades portuguesas: o jornal critica os consulados — na altura totalmente incapazes de receber todos os emigrantes e de conceder rapidamente os documentos pretendidos — e a legislação portuguesa sobre passaportes. O cônsul em Paris queixa-se da "campanha cerrada contra os consulados, com aspetos verdadeiramente difamatórios, em que põe em causa (...) não apenas os consulados, ou as pessoas dos cônsules, mas o Ministério dos Negócios estrangeiros e o seus altos funcionários, assim como o governo e os seus membros ou ex-membros"[92]. O aparecimento de *Portugal Popular* alimenta uma forte competição com o *Correio Português* mas também com outros títulos que surgem no fim dos anos 1960: *Notícias de Portugal* e *Voz de Portugal*. O cônsul português em Paris resume assim, em 1970: "os diretores dos diversos jornais portugueses que se publicam para os emigrantes são, de um modo geral, ex-colaboradores e presentemente inimigos ferozes uns dos outros"[93]. Por exemplo, em 1970, António Pardal queixa-se de ter sido raptado durante algumas horas e os seus colaboradores acusam outros jornais do ataque.

Para além da saída de colaboradores que lançam os seus próprios jornais, *Correio Português* sofre de problemas financeiros. O jornal tem mais custos que benefícios e a gestão de Joaquim Monteiro Afonso é bastante criticada. Estas críticas conduzem ao seu despedimento em Agosto de 1971. Para as autoridades portuguesas, as dificuldades de *Correio português* representam um verdadeiro problema político. Em 1970, o cônsul português em Paris observa que, na ausência de uma política social em grande escala conduzida pelo Estado português para os seus nacionais em França, a existência de um jornal que apoia o governo é indispensável:

> não obstante esses homens modificarem inevitavelmente a mentalidade no seio da sociedade industrial para onde vêm viver; e serem em certa medida inevitavelmente permeáveis à influência de organizações subversivas ou, pelo menos, anti-portuguesas; e, em grande parte, proporem-se regressar um dia a Portugal. O problema da colónia portuguesa em França, na verdade, não é equiparável, sob o ângulo politico, ao das comunidades portuguesas, por exemplo, na América do Sul. O emigrante português em França vem e viaja com frequência a Portugal. A maior parte das vezes tenciona voltar um dia a estabelecer-se na sua terra. Torna-se, assim, um agente infiltrador de novas ideias, com aspetos positivos e aspetos negativos; o seu problema, do ponto de vista político, merece particular atenção.

92 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 23 de Janeiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

93 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 16 de Fevereiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.

> Independentemente da influência do meio, sente-se a necessidade em França, em virtude das vastas proporções alcançadas pela colónia, de um órgão de informação capaz de se elevar acima do nível da muito pobre imprensa portuguesa que circula aqui (os chamados 'jornais da colónia', embora editados em Portugal) e de, sem prejuízo da sua independência, e por isso da sua possibilidade de crítica, exercer uma função esclarecedora útil ao governo e aos consulados[94].

Apesar desta preocupação política do cônsul e das medidas tomadas pelo jornal para reduzir as suas despesas, *Correio Português* desaparece em 1971. No entanto, vários jornais ficaram a ocupar a posição qualificada pelo cônsul de 'jornais da colónia', isto é jornais, que afirmam ser escritos por emigrantes e destinados a emigrantes, que pretendem reunir todos os portugueses em França, que se apresentam como independentes mas recebem muitas vezes subsídios governamentais e apoios de bancos portugueses que, a partir de 1969, investem o mercado das remessas de emigrantes portugueses que, até então, tinha sido o monopólio de fato do *Banque Franco-Portugaise d'Outre-mer*. Estes jornais favoráveis ao governo português, contém quase todos a palavra Portugal ou português no título, escolha muito menos frequente, como veremos, nos jornais da esquerda radical. Em Setembro de 1969, surge *Notícias de Portugal*, dirigido por Artur de Oliveira e Teresa de Almeida, cujo subtítulo é: *Ao serviço do mundo português*. No ano seguinte, o padre Vítor Melícias Lopes e Valentim Morais criam *O emigrante. Um eco do Portugal distante*. Como outras publicações, o jornal afirma ser o porta-voz e o defensor dos emigrantes. No seu primeiro editorial, intitulado "agir servindo", o jornal pretende

> ser a tribuna gratuita dos que não têm advogado. Por isso, onde há um problema, estaremos nós. (...) Uma voz sufocada, uma angústia emudecida, estará *O emigrante*; grito independente da verdade e da justiça em prol do progresso e felicidade dos portugueses, grito dos que ficaram em defesa dos que partiram[95].

Este semanário, publicado em Portugal e visado pela censura, é lançado no luxuoso hotel Ritz em Lisboa. Este lugar provoca as críticas do diretor do jornal *O emigrante*, criado em Clermont-Ferrand em 1962. O padre Alexandrino Rodrigues Cardoso refere-se, com desdém, ao cocktail "a que foram muitas pessoas que nunca emigraram, mas que talvez vivam à custa dos emigrantes"[96]. Além disso, Alexandrino Rodrigues Cardoso protesta contra o título principal, idêntico ao seu jornal criado oito anos antes, título do qual se considera o proprietário legal.

94 Ofício do cônsul de Portugal em Paris dirigido ao embaixador de Portugal em Paris, 23 de Janeiro de 1970, AHD, Arquivo Paris, maço 551.
95 "Agir servindo". *O Emigrante*, n°1, 12 de Janeiro de 1970, p.1.
96 "Insólito portanto, inesperado". *O Emigrante*, n°48, Fevereiro de 1970, p.1.

Este novo jornal, próximo do governo, parece desempenhar o papel atribuído, em 1964 *A voz da saudade*, e em 1966, a *Correio Português*. A partir do segundo número, é mencionada uma visita dos diretores do jornal ao Presidente da República, que já tinha recebido em 1964 os padres da missão católica portuguesa, para o jornal *A voz da saudade*. O jornal apoia a liberalização da política de emigração promovida por Marcelo Caetano a partir de 1968 (Pereira, 2014a) e publica entrevistas com os novos atores desta política pública, tais como Américo Sáragga Leal, que se torna Secretário Nacional da Emigração em 1971. Em 1971, *O emigrante* funde-se com *A voz de Portugal*, uma publicação criada por Manuel da Silva Martins, com a colaboração de José Agostinho das Neves. Silva Martins, exilado em França a partir de 1950, era, nas décadas 1950 e 1960, um jornalista ligado à oposição não comunista. Na década de 1950, ele é o correspondente em Paris do jornal *República* e ele representa o General Humberto Delgado em França. Silva Martins apoia também a LUAR, como Camilo Mortágua realça nas suas memórias (Mortágua, 2013). Licenciado em direito, Silva Martins afirma também resolver os problemas administrativos dos emigrantes portugueses em França. No final dos anos 1950, ele é considerado como um dos membros mais influentes da população portuguesa em França e é nesta qualidade que Rui da Nóbrega o contata em 1959. No final dos anos 1950 e início dos anos 1060, porém, as autoridades portuguesas suspeitam-no de vender contratos de trabalho a emigrantes portugueses. A Polícia Judiciária abre um inquérito sobre a sua atividade. Em 1968, Silva Martins funda *A voz de Portugal*, altura em que ainda colabora com militantes de LUAR. Numa carta que envia a Marcelo Caetano em 1972, Silva Martins apresenta a sua iniciativa da seguinte forma:

> Fui convidado para dirigir um jornal em língua portuguesa, destinado aos nossos emigrantes neste país que tem o apoio do alto patronato e o estímulo dos meios governamentais competentes. Esta iniciativa do governo e do patronato resulta do receio que uns e outros tinham de ver os sindicatos esquerdistas, CGT e outros, enquadraram os nossos trabalhadores, como parecia tudo se preparar, o que não está nem no interesse dos portugueses, nem do patronato e nem, creio eu, dos governos português e francês. Isso seria simplesmente uma política especulativa e demagoga, com prejuízo para todos[97].

Em 1971, Silva Martins negoceia os 4000 assinantes que *A voz de Portugal* afirma ter com a direção de *O Emigrante*. *O Emigrante* oferece-lhe assim 50 escudos por cada assinante de *A voz de Portugal* que prolonga a sua assinatura ao novo jornal resultante da fusão. Numa carta dirigida a Américo Sáragga Leal, uma carta sugerindo a sua aproximação com as autoridades de Lisboa, Silva Martins explica esta escolha: "tomamos esta iniciativa com a convicção

97 Carta de Manuel da Silva Martins dirigida a Marcelo Caetano, 25 de Fevereiro de 1972, IAN-TT, Arquivo da presidência do Conselho de Ministros de Marcelo Caetano, caixa 835.

de assim melhor podermos fazer uma obra válida. Nunca tive queda para dirigir um jornal e muito menos para o administrar"[98]. Finalmente, entre estes jornais que afirmam proteger os portugueses e tecem relações com as autoridades portuguesas, podemos acrescentar *O mensageiro*, cujo diretor executivo é José Agostinho das Neves, o antigo anarquista dos anos 1920-1930, sobrevivente dos campos nazis. Após a Segunda Guerra Mundial, Agostinho das Neves desiste da militância ativa e inicia uma carreira como jornalista profissional. Trabalha para a seção portuguesa da ORTF e é correspondente de vários jornais portugueses, incluindo o *Jornal de Notícias*. Os *Renseignements Généraux* assinalam que ele deixou de ser um opositor à ditadura e, em 1951, ele obteve da polícia política portuguesa o direito de regressar de férias sem ser incomodado. Em Portugal, visita redações de jornais que tinha frequentado no passado. A 7 de Setembro de 1951, o jornal *República* publica uma breve nota sobre a visita de Agostinho das Neves "que não visitava o nosso país há 18 anos"[99]. Ao longo dos anos, torna-se um jornalista conhecido e é nomeado diretor da Associação da Imprensa Estrangeira em Paris nos anos cinquenta. Embora tenha mantido correspondência com anarquistas portugueses como Jaime Brasil ou Alexandre Vieira, José Agostinho das Neves aproxima-se das autoridades portuguesas em Paris. Em 1961, Marcelo Mathias, então embaixador em França, afirma que ele prestou "um grande serviço [a Portugal] através dos seus contactos e amizades nos círculos da imprensa francesa"[100]. Em 1970, a prefeitura de polícia de Paris informa que Agostinho das Neves irá em breve abrir "um gabinete jurídico-social para trabalhadores portugueses, com o acordo dos serviços oficiais portugueses em Paris"[101]. Esta aproximação de José Agostinho das Neves com as autoridades portuguesas dececiona alguns adversários da ditadura de Salazar. Nas suas memórias, João Freire, que se exilou em França em 1967 depois de ter desertado e que se torna militante anarquista, recusa-se a encontrar-se com José Agostinho das Neves, embora reconheça que tem um "valoroso passado de lutador". Porém, naquela época, colaborando com jornais apoiados por bancos portugueses e próximos das autoridades portugueses, segundo João Freire, José Agostinho das Neves "só podia ser visto como um vendido, um serventuário das autoridades portuguesas"(Freire, 2007, p. 427). No entanto, o jornal de que Agostinho das Neves é gerente, *O Mensageiro*, existe apenas durante um ano e desaparece logo em 1972.

98 Carta de Manuel da Silva Martins dirigido a Américo Sáragga Leal, 3 de Setembro de 1971, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 145, NT 6967.
99 *República*, 7 de Setembro de 1951.
100 Ofício do embaixador de Portugal em Paris dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 16 de Junho de 1961, AHD, Arquivo Paris, Maço 522.
101 Relatório da Prefeitura de Polícia de Paris, 13 de Março de 1970, AN, 001900042/26.

2.4. Uma mobilização política reduzida

Neste inventário de jornais próximos das autoridades portuguesas, devemos notar uma ausência: nenhuma publicação procura mobilizar os portugueses em França, nenhuma procura defender abertamente os líderes portugueses, transmitir orgulhosamente os valores da ditadura. Em vez disso, jornais próximos das autoridades procuram evitar assuntos que lhes pareçam abertamente políticos e assumem frequentemente que a maioria dos imigrantes desconfiam das autoridades portuguesas. O apoio às autoridades portuguesas é raramente assumido. No entanto, como vimos, vários jornais reproduzem parte da propaganda da ditadura, incluindo o luso-tropicalismo, através de meios indiretos, tais como artigos sobre futebol ou narrando feitos históricos ligados às Grandes Descobertas. Por exemplo, em 1971, *O emigrante-Voz de Portugal* publica um artigo relatando a participação de filhos de emigrantes em campos de férias em Moçambique. Para ilustrar este artigo, uma fotografia mostra Marcelo Caetano dando uma cópia dos Lusíadas de Camões a uma jovem filha de emigrantes. O império é assim apresentado, direta ou indiretamente, como um património inquestionável.

Duas publicações, porém, de origem distinta, veiculam uma mensagem mais abertamente política. A primeira — *Saudades de Portugal* — é lançada em 1967 pela Emissora nacional. Trata-se, portanto, duma publicação intimamente ligada ao aparelho de propaganda oficial onde trabalham militantes da direita radical (Marchi, 2013). Baseando-se em particular nas cartas enviadas pelos leitores — embora podemos desconfiar da autenticidade destas cartas — esta revista retoma os principais elementos do discurso salazarista sobre a emigração (Pereira, 2014a). Assim, logo no primeiro número, um emigrante relata a sua viagem clandestina, o seu "salto". Não parte porque se opõe ao regime ou porque se recusa a combater nas guerras coloniais, mas "por causa do tempo que demorava a tratar dos papéis e do trabalhão que isso dava". É enganado pelos passadores — construídos pelas autoridades portuguesas como o bode expiatório para explicar a emigração clandestina (Pereira, 2010) — e, uma vez em França, sofre de saudade. Assim, pergunta à revista "como é que eu podia voltar a Portugal para passar as férias e eu queria ser sempre português, tenho a quarta classe e 34 anos e se aquilo em África fosse bom, eu ia para lá, porque, ao menos, é gente portuguesa e que se conhece"[102]. Este relato edificante provoca este comentário da revista: "Que o patriotismo de que dá provas se mantenha sempre na sua vida e que os outros portugueses que vivem em terras estranhas vejam em si um exemplo"[103]. Outra carta supostamente enviada por um emigrante radicado em France critica os portugueses que pedem a nacionalidade francesa. Segundo o autor da carta, estes portugueses "esquecem-se de que a França, como todos os

102 "Peripécias de uma viagem". *Saudades de Portugal*, n° 1, Abril de 1967, p.7.
103 "Peripécias de uma viagem". *Saudades de Portugal*, n° 1, Abril de 1967, p.7.

países honrados do mundo, carece é de homens honestos e não de cobardes"[104]. Uma rúbrica da revista intitula-se "porque não pensar em voltar?" São apresentados exemplos do suposto progresso económico de Portugal, tanto na metrópole como nas colónias.

Segundo a revista, a emigração é frequentemente uma miragem e os portugueses devem permanecer no seu próprio país. Se os portugueses emigram, não é porque estão a fugir da miséria ou da opressão. É porque eles continuam a epopeia dos grandes navegadores: "os portugueses, homens que em todos os tempos tiveram o gosto da aventura, a ânsia de conhecer novos mundos, novas terras, novas gentes, emigram levados pela realidade e pelo sonho"[105]. A revista cita mesmo palavras de Salazar evocando os ideais do corporativismo, uma ideologia então amplamente desvalorizada em Portugal nos anos 1960-1970, mesmo no seio do Ministério das Corporações e Previdência Social, como Howard Wiarda ironicamente apontou (Wiarda, 1977, p. 232).

Encontrámos rasto de apenas uma publicação defendendo a ditadura, o império, e procurando mobilizar os emigrantes. Em 1970, António da Silva Pena Loulé, um jovem de 19 anos, filho de emigrantes portugueses a viver em Nantes, escreve a Marcelo Caetano e, durante uma estadia em Lisboa, contata vários oficiais militares e funcionários de alto nível, incluindo Pedro Feytor Pinto, diretor dos serviços de informação (Pinto, 2011). Este último apoia o pedido de subvenção formulado pelo jovem português: "raras vezes me foi dado encontrar um tal entusiasmo e uma tal fé, aliadas a uma imensa simplicidade. Tudo quanto faz lhe parece ser o mais natural do Mundo; simplesmente por que gosta do seu país"[106]. António da Silva Pena Loulé e antigos combatentes das guerras coloniais vivendo em França,

> editam um jornal em papel policopiado, a que chamaram *O patriota*, e de que se juntam os primeiros exemplares. Na apreciação desses jornais constata-se a notável precisão dos argumentos utilizados, que respondem simples e diretamente aos argumentos que nos são opostos (...). Quanto ao argumento que se lhes pode invocar de fraca qualidade literária, e mesmo linguística, do português que utilizam disse-me estar perfeitamente consciente disso, mas ser esse um ótimo elemento a seu favor, pois é a linguagem que os emigrantes falam e estudam, batendo assim o caracter demasiado intelectual das publicações que combatem, feitas normalmente por estudantes[107].

De regresso em Nantes, Loulé agradece Pedro Feytor Pinto e confirma-lhe os seus objetivos: "Fazer compreender aos emigrantes português que o Ultramar é o motivo de um futuro

104 *Saudades de Portuga*l, n°3.
105 "Nota de abertura". *Saudades de Portugal*, n° 2, 1967.
106 Carta do diretor dos serviços de informação dirigida ao diretor-geral da informação, 14 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.
107 Carta do diretor dos serviços de informação dirigida ao diretor-geral da informação, 14 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.

melhor; repudiar as calúnias dos inimigos de Portugal; fazer conhecer as realizações de Portugal; servir Portugal na sua realidade pluricontinental e multirracial; cultivar o amor pátrio; que todos nos devemos cumprir o dever, serviço militar"[108]. Através da Casa de Portugal em Paris, Loulé obtém uma subvenção para a compra de um copiador. No entanto, a audiência do seu jornal parece muito reduzida.

O caso do jornal *O Patriota* representa a exceção que confirma a regra. Nem o Ministério do Interior, nem o partido único, nem a Legião Portuguesa, nem movimentos de extrema-direita parecem ter considerado publicar um jornal — teórico, doutrinal, mobilizador — destinado aos emigrantes em França. Esta ausência remete obviamente à natureza do regime salazarista, pouco preocupado em mobilizar as classes populares (Pinto, 1992). Remete também à natureza elitista dos movimentos de extrema-direita da época que não concebiam os emigrantes como um público suscetível de aderir as suas ideias (Marchi, 2009). Com efeito, os emigrantes tinham pouco capital cultural e o fato de terem deixado o país sugeria um distanciamento em relação aos ideais nacionalistas.

2.5. Imprensas radicais

A multiplicação de publicações portuguesas em França começa em 1964 e intensifica-se no início da década de 1970. O ano de 1973 parece ser o ano em que mais títulos portugueses são publicados simultaneamente em França: por volta de 60. Este crescimento é o resultado de vários fatores: a chegada massiva de exilados, particularmente de jovens fugindo às suas obrigações militares, o aumento da entrada de emigrantes portugueses em França (mais de 350 000 emigram em França entre 1969 e 1971), a diversificação e a radicalização do exílio político português em França. Como vimos, em 1963-1964, foram lançadas publicações ligadas aos partidos comunistas portugueses e/ou franceses. O PCP tem nesta altura uma influência impar no seio da oposição anti-salazarista. Contudo, a partir do final dos anos 1950, formam-se vários movimentos que criticam a "prudência" do PCP, a sua incapacidade em derrubar a ditadura que vacila após o terramoto que representa a campanha de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958. O PCP é acusado de se confinar a uma "oposição de papel", de favorecer a defesa do seu aparelho clandestino em vez de atacar frontalmente a ditadura. O envolvimento de Humberto Delgado em várias ações (participação no DRIL, que organiza o desvio do transatlântico Santa Maria em Janeiro de 1961, tentativa de insurreição em Beja no início de 1962, etc.) e o início das guerras coloniais, em 1961, encorajaram parte

108 Carta de António da Silva Pena Loulé dirigida a Pedro Feytor Pinto, 9 de Novembro de 1970, Arquivo histórico do Ministério da Defesa Nacional, SGDN 6951/8.

da oposição a assumir a luta armada. Um destes primeiros movimentos foi o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), fundado em 1962. Alguns membros deste movimento estão em Paris — como António Lopes Cardoso e Carlos Veiga Pereira — e publicam *Acção revolucionária* em 1963. O título sugere uma crítica profunda do PCP: é exigido Ação e Revolução. Como resume Susana Martins: o MAR quer "a luta armada imediata e a luta anticolonial" (Martins, 2018, p. 148).

Em 1963, em Paris, Francisco Martins Rodrigues, membro do comité central do PCP, rompe com o partido cuja linha política ele vinha criticando há vários meses (Cardina, 2011; Madeira, 2013b; Pereira, 2015). Para Martins Rodrigues, atento às teses defendidas pelo Partido Comunista Chinês e pelo Partido Comunista Albanês, a "coexistência pacífica" é um erro. No caso de Portugal, ele remete em causa a estratégia do PCP, apesar e ela ter sido largamente reformulada depois da fuga de prisão de Álvaro Cunhal em 1960 (Pereira, 2015). Na segunda metade dos anos 1950, durante a prisão de Álvaro Cunhal, o PCP tinha uma estratégia que será depois qualificada de "desvio de direita". Acreditando que a ditadura podia cair pacificamente, devido aos antagonismos internos das classes que a apoiavam, o PCP considerava que era necessário colaborar com os desiludidos do salazarismo, com parte da classe média e com os militares insatisfeitos. Assim que fugiu da prisão, Cunhal reconsiderou estas teses. Segundo ele, a ditadura não ia cair sozinha, mas com um levantamento nacional armado desencadeado por uma parte dos militares apoiados pelas classes populares. No âmbito da tese da coexistência pacífica, que enfatiza a transição pacífica para o socialismo, as ideias de Cunhal são próximas da heterodoxia. No entanto, Cunhal consegue conciliar teses aparentemente antagónicas e revela-se um dos principais críticos da linha chinesa e albanesa no seio do movimento comunista internacional. No entanto, esta posição de Cunhal não convence Martins Rodrigues, que considera que o partido deve privilegiar a aliança entre operários e os camponeses, em detrimento da propaganda dirigida à burguesia liberal, apoiar mais fortemente os movimentos de libertação anticolonial e empreender a luta armada o mais rapidamente possível. No início de 1964, ainda em Paris, Martins Rodrigues é expulso do PCP, nomeadamente por ter roubado uma máquina de escrever do partido. Neste período, Martins Rodrigues funda a Frente de Acção Popular (FAP) e, depois, o Comité Português Marxista-Leninista (CMLP), as duas primeiras cisões maoístas vindas do interior do PCP. Cada movimento tem a sua própria publicação: *Acção popular* para a FAP e *Revolução popular* para o CMLP. Em França, na Argélia e em várias cidades europeias, Martins Rodrigues, juntamente com Rui d'Espiney, João Pulido Valente e Manuel Claro, tenta convencer vários militantes do PCP a juntarem-se à sua linha que apresenta como justa. Estas ideias encontram um eco junto de alguns estudantes portugueses em França que pertenciam ao PCP ou eram simpatizantes deste partido. Segundo um estudante que chegou a Paris em Agosto de 1964, "o ambiente das conversas era altamente politizado, coisa que raramente acontecia em Portugal. Além disso, os pontos de vista apesar de diversos, situavam-se nitidamente nas opções

da extrema esquerda"[109]. Os militantes da FAP divulgam as suas ideias na altura das eleições que tiveram lugar no seio da União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF), uma associação anteriormente controlada por estudantes ligados ao PCP. Apesar do PCP manter o controlo sobre a UEPF, depois de eleições renhidas, a FAP e a CMLP continuam a atrair jovens militantes desapontados com a posição do PCP relativamente à luta armada e ao serviço militar. Com efeito, o PCP defende que os comunistas não devem fugir o exército mas, pelo contrário, alistar-se e estar perto dos trabalhadores e estudantes forçados a lutar em África. Assim seria possível infiltrar o exército, divulgar entre os soldados os slogans a favor da independência, organizar deserções coletivas (Pereira, 2017). No entanto, estas diretivas são mal aceites por muitos jovens que preferem deixar Portugal antes de embarcar para África (Aranha & Ademar, 2018).

O CMLP e a FAP sofrem um importante revés em 1965-1966 com as detenções, em Portugal, dos seus principais dirigentes: João Pulido Valente, Rui d'Espiney e Francisco Martins Rodrigues. Por medo de serem presos, alguns militantes que se tinham juntado aos seus movimentos em Portugal exilaram-se. Em Paris, militantes destas organizações planeiam libertar os dirigentes presos. Mas novas detenções realizadas pela PIDE anulam estes projetos. Com a prisão do fundador do movimento, os membros da FAP e do CMLP discutem longamente sobre as ações a realizar e a estratégia a implementar. Em Março de 1967, um relatório dos *Renseignements Généraux* pretende que a "FAP, que não se manifestava em França, há vários meses, encontrou pouca audiência entre os emigrantes da região parisiense"[110].

No entanto, alguns indivíduos próximos das ideias de Francisco Martins Rodrigues e que também deixaram o Partido Comunista Português fundam a Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular em 1965. Esta liga, à qual pertenciam por exemplo Maria Lamas, António José Saraiva, Alfredo Margarido, Manuel Villaverde Cabral, Humberto Belo e Moisés Espírito Santo, organiza conferências e peças de teatro. Defende a conceção de uma cultura "ao serviço do povo na sua luta para se libertar da ignorância, das superstições, dos mitos e das crenças religiosas que contribuem para a miséria, a opressão e para a exploração do homem pelo homem"[111]. Em 1968, a liga publica *O jornal do emigrante*. Logo na primeira edição, mesmo antes das primeiras vendas, a publicação auto-intitula-se: "jornal de maior expansão entre os portugueses emigrados em França". O jornal respeita a legislação francesa: tem um gerente francês (Geneviève Fernandez-Vieira), está registado na secção de imprensa do Ministério Público do Sena e é impresso em França (ao contrário das publicações próximas das autoridades portuguesas que são mais frequentemente impressas em Portugal). Como a

109 Auto de perguntas de José Luis Machado Feronha, 10 de Janeiro de 1966, IAN-TT, Arquivo PIDE/DGS, SC PC 2499/65, NT 5780.
110 Relatório dos Renseignements Généraux, Março de 1967, Archives de la Préfecture de Police de Paris, GD 53.
111 *Boletim informativo da Liga portuguesa do ensino e da cultura popular*, n° 1, Fevereiro de 1968.

maioria das publicações destinadas aos emigrantes, o *Jornal do Emigrante* afirma "estabelecer um elo de união, para que se crie uma verdadeira comunidade entre os milhares e milhares de portugueses que aqui vivem"[112]. A orientação marxista, antifascista e anticolonialista aparece logo a partir da primeira edição. O jornal pretende ser um "jornal de trabalhadores para trabalhadores" (e não um jornal de portugueses para portugueses como pretende ser *Correio Português* por exemplo). Um artigo é também dedicado à morte de Che Guevara cuja "vida é um exemplo dum revolucionário, dum amigo do povo"[113].

Os membros da Liga levam a cabo um grande esforço para atingir o leitorado pretendido. Numa carta enviada aos associados da liga, é afirmado que

> o jornal é vendido nos quiosques da banlieu (sic) e em certos estabelecimentos comerciais instalados nos bidonvilles onde habitam portugueses. O resultado na venda nos quiosques depende da publicidade que foi feita nessa zona. Apesar da equipa de jornal ser pouco numerosa para realizar cabalmente este trabalho, conseguiu-se, no entanto, colar cerca de 10. 000 affiches e cartazes e distribuir diretamente uns 5 000 panfletos informativos de conteúdo do jornal (...). Ultimamente todos os fins de semana são constituídas várias equipas de vendedores que se deslocam aos locais de mercado para venderem pessoalmente o jornal. O trabalho destas equipas, se do ponto de vista material nos dá uma compensação relativa, permite-nos, no entanto, um contacto direto com os trabalhadores que nos é extremamente importante[114].

Este esforço parece dar os seus frutos. Em outubro, de 1968, uma nota dos serviços de informação franceses relata que o jornal tem uma tiragem de 10 000 exemplares. A fim de apoiar financeiramente o jornal e distribuí-lo entre os portugueses residentes na região parisiense, a Liga organiza festas em que se apresentam cantores opostos ao regime. Em Novembro de 1968, Luís Cília, José Mário Branco e Sérgio Godinho dão um concerto em Villiers-sur-Marne, perto do bairro de lata de Champigny-sur-Marne. Numa carta intercetada pela PIDE, um dos principais animadores do jornal, Moisés Espírito Santo, confessa a uma amiga residente em Portugal que o evento foi o "maior sucesso até agora registado na emigração". No entanto, acrescenta: "até aqui faltava dinheiro e o jornal saia, agora, há dinheiro e não há tempo para fazer o jornal"[115]. Nos meses seguintes, o jornal conhece várias dificuldades, não apenas por causa da falta de tempo dos seus animadores, que muitas vezes estudam e/ou são obrigados a trabalhar para sobreviver. As principais dificuldades do jornal decorrem das

112 "Primeiras palavras". *Jornal do emigrante*, n°1, Janeiro de 1968, p. 1.
113 "Morte de 'Che' Guevara'". *Jornal do emigrante*, n° 1, Janeiro de 1966, p. 4.
114 Circular do *Jornal do Emigrante*, Janeiro de 1968, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI(2) 81, NT 6959.
115 Carta de Moisés Espírito Santo dirigida a Fernanda França Garrido Silva, 9 de Novembro de 1968, IAN-TT, SC CI (2) 2565, NT 7217.

divisões entre membros do jornal, divisões que se integram nas concorrências entre vários movimentos marxistas-leninistas. A liderança de Moisés Espírito Santo é, em primeiro lugar, posta em causa dentro da redação e depois um conflito entre pessoas ligadas ao PCP (M-L) e aos núcleos O Comunista fragiliza o jornal. As críticas feitas ao jornal remetem para a sua suposta falta de ortodoxia e suposta falta de capacidade para tocar a massa dos trabalhadores emigrantes. O aparecimento de outros jornais pretendendo ser os mais representativos da emigração portuguesa não é alheia a estes conflitos. O *Jornal do emigrante* desaparece em 1972, tendo aparecido "diferentes edições, com o mesmo número e título, de responsabilidade de grupos rivais que reclamavam a propriedade do jornal" (Pereira, 2013, p.359)

A partir de 1967-1968, depois de debates doutrinais por vezes acalorados, os militantes exilados que tinham aderido à FAP e ao CMLP dividem-se entre diferentes movimentos ou partidos: os núcleos O comunista, criados em 1968, A Vanguarda, em 1969, os Comités comunistas revolucionários marxistas-leninistas em 1970, o Partido Comunista de Portugal (M-L) em 1970, etc. Outros movimentos maoístas nascem fora da matriz do CMLP, muitas vezes com militantes mais jovens que nunca tinham integrado as fileiras do PCP. Além disso, alguns portugueses juntam-se a movimentos maoístas franceses que estão particularmente atentos aos trabalhadores imigrantes, considerados como a parte mais explorada da classe trabalhadora e, portanto, a mais suscetível de se revoltar, ao contrário dos trabalhadores franceses que são acusados de se terem "emburguesados" (Collet, 2019). Estes movimentos maoístas franceses, internacionalistas, acolhem militantes estrangeiros. Por exemplo, em 1970, um relatório dos *Renseignements Généraux* indica que vários militantes estrangeiros, nove dos quais são portugueses, pertencem à *Gauche Prolétarienne* (um movimento proibido em 1970). As ligações entre militantes maoístas franceses e portugueses manifestem-se, entre outras coisas, no domínio das publicações. *A Causa do imigrante* é um suplemente da *Cause du peuple*, da *Gauche Prolétarienne*. Vários intelectuais franceses próximos do maoísmo aceitam ser gerentes de títulos publicados por exilados portugueses: Jean-Paul Sartre é o diretor de *O Alarme!* publicado em Grenoble a partir de 1972.

Estes movimentos marxistas-leninistas alimentam fortes tensões e animosidades, sobre pontos doutrinários, sobre o papel estratégico do exílio, sobre a construção de um verdadeiro Partido Comunista (o Partido Comunista Português é acusado de ter traído à classe operária portuguesa), sobre as modalidades de luta armada ou da deserção, etc.

Se o maoísmo domina dentro da esquerda radical no exílio (em termos de número de organizações e de militantes), outras correntes desenvolvem-se: a LUAR surge em 1967 e faz prevalecer a ação direta (assalto do Banco de Portugal na Figueira da Foz em 1967, tentativa de ocupação temporária da cidade da Covilhã em Agosto de 1968, etc.); grupos trotskistas, movimentos libertários e socialistas.

O léxico utilizado nos títulos sugere esta radicalização do exílio político português em França. Depois das primeiras publicações relacionadas com os partidos comunistas francês e

português e com a FAP e o CMLP, várias publicações mencionam a componente estudantil do exílio. Em 1965, aparecem *24 de Março: orgão da junta patriótica de estudantes portugueses no estrangeiro* e *Estudante revolucionário* editado pela FAP. Em 1966 são publicados o *Boletim: orgão da união dos estudantes portugueses em França* e *Movimento estudantil*, ligado à UEPF. Desde a "crise" de 1962, muitos estudantes mobilizaram-se e alguns deles foram expulsos das universidades, forçados ao exílio para escapar à repressão e/ou para continuar os seus estudos (Garrido, 1996; Accornero, 2016). No entanto, numa perspetiva marxista-leninista, a identidade de estudante, sinónimo de "burguês", é escondida em favor da identidade de trabalhador ou de operário. Esta preferência pelos termos trabalhador/operário decorre também do processo de desclassificação social que muitos jovens estudantes, refratários e desertores experimentam ao chegarem a França (Pereira, 2020). Para sobreviver, são obrigados a encontrar um emprego — numa fábrica, como guarda-noturno, etc. — e assim partilham a experiência dos militantes "établis" que partem trabalhar nas fábricas para conhecer a classe trabalhadora e tentar influenciar as suas lutas (Vigna, Zancarini-Fournel, 2009). A partir de 1967-1968, o campo semântico do mundo operário e do trabalho é privilegiado: *O proletariado*, publicado pelo CMLP em 1967, *A classe operária* em 1970, *Combate operário* em 1973, suplemento do jornal *Rouge* da *Ligue communiste révolutionnaire* (LCR), *Os proletários não têm pátria* em 1974. Em 1968, o termo emigrante é usado pela primeira vez por exilados políticos portugueses no *Jornal do emigrante* publicado, como vimos, pela Liga portuguesa do ensino e da cultura popular. O vocabulário trabalhador/emigrante/português articula-se como por exemplo em *A voz do povo: orgão dos trabalhadores portugueses da emigração*, publicado em 1968.

Outro campo semântico ganha grande impulso no final dos anos 1960: o das guerras coloniais. Publicações específicas sobre as guerras coloniais e as lutas dos insubmissos, refratários e desertores multiplicam-se no início da década de 1970: *Lutte anti-colonial* em 1971, *Luta/lutte* em 1972, *Boletim do comité de apoio aos desertores portugueses em França* em 1973, *A voz do desertor* em 1973. Nalgumas publicações mais "generalistas" o tema das guerras coloniais e da deserção é omnipresente como é o caso nas paginas de *O comunista* (criado em 1968) ou de *O Salto*, nascido em 1970 e animado por militantes do PCP (M-L). Estas publicações denunciam as exações portuguesas em África, apoiam os movimentos anticoloniais (como o PAIGC e a figura de Amílcar Cabral), incitam à deserção ou à insubordinação e tentam alertar a opinião pública francesa (e ocidental em geral) para estes conflitos. Uma vez que Portugal utiliza armas de origem francesa no teatro colonial, o objetivo de vários movimentos é tentar forçar o governo francês — e mais geralmente todos os membros da NATO acusados de apoiarem uma ditadura sangrenta — a deixar de exportar armas para Portugal. Para melhor convencer um público que pouco conhece as colónias portuguesas, alguns títulos são escritos exclusivamente ou parcialmente em francês. Muitos paralelos entre estas guerras coloniais e a Guerra do Vietname são sugeridos. Numerosos artigos denunciam a ajuda americana dada a Portugal e inscrevem assim estas guerras coloniais no anti-imperialismo particularmente

poderoso na esquerda radical francesa deste período (Artières & Zancarini-Fournel, 2008).

Para estas organizações da esquerda radical, que são obviamente clandestinas, vigiadas pelas autoridades portuguesas e francesas, cujos militantes, por vezes pouco numerosos, receiam ser expulsos, a publicação de um ou mais títulos é fundamental. No caso das publicações da esquerda radical portuguesa em França, podemos utilizar a fórmula proposta por Geneviève Dreyfus-Armand no seu livro sobre o exílio republicano espanhol em França: "publicar um jornal, é afirmar a sua existência política e organizacional, o primeiro e o mais fundamental dos sinais desta afirmação" (Dreyfus-Armand, 1999, p. 245). José Pacheco Pereira, ele, cita uma passagem de Lenine que inspira muitos movimentos marxistas-leninistas: "o jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo. Ele é, também, um organizador coletivo" (Pereira, 2013, p. 30). Mesmo para os movimentos que defendem a luta armada, criticando a oposição de papéis e as discussões intelectuais estéreis, a publicação de um título é indispensável para se dar a conhecer e para se posicionar em relação aos outros grupos. Por vezes, é mesmo a publicação que dá o nome à organização e mobiliza os seus membros. É o caso, por exemplo, dos núcleos "O comunista", cujo jornal é publicado a partir de 1968.

Algumas organizações distribuíram vários títulos, cada um com objetivos e alvos distintos dentro duma conceção leninista: um jornal central, um boletim interno, um órgão de frente, um jornal de massas (para emigrantes), um órgão juvenil, um boletim interno da organização juvenil, e jornais de frente e unitários. Por exemplo, o PCP (M-L), que surge do CMLP, publica em 1969 *Unidade popular* como jornal central, que sucede a *O proletariado* publicado em Paris desde 1967, *O novo militante* como órgão teórico, *Servir o povo* como órgão juvenil, *Boletim interno de organização da UEC (M-L)* como boletim interno da organização juvenil, *A verdade sobre a luta dos estudantes* como jornal unitário e *Clac vencerão* como jornal anticolonialista. Esta multiplicação de títulos encontra-se noutros movimentos, exigindo um grande investimento por parte dos seus militantes para escrever estes títulos e distribuí-los.

Dentro destas publicações, independentemente das sensibilidades, vários temas são centrais: a denúncia da ditadura e da sua repressão, a luta contra o capitalismo (com uma insistência nos anos 1970 sobre os investimentos estrangeiros em Portugal), as guerras coloniais, a condição dos imigrantes em França (as suas habitações frequentemente precárias, a exploração que sofrem, as dificuldades administrativas, as restrições à imigração com as circulares Fontanet-Marcellin de 1973 (Pereira, 2014b)). Várias publicações pretendem também transmitir aos seus leitores a sua interpretação da história do movimento operário português e internacional. Artigos debruçam-se assim sobre a Comuna de 1871, a revolução de 1917, mas também o 18 de Janeiro de 1934 em Portugal. Estas leituras do passado participem, obviamente, da pretensão de cada grupo em ser o legítimo representante do movimento operário português.

Algumas publicações são simplesmente mimeografadas e não incluem fotografias ou desenhos. Outros, especialmente em função dos recursos financeiros disponíveis, dos apoios

exteriores, etc., publicam fotografias. O jornal *Fronteira*, publicado pela Luar a partir de 1973, primeiro na Bélgica e depois em França, possuía uma redação e demonstrava um certo cuidado na apresentação. Para tentar atrair leitores, algumas publicações continham desenhos ou mesmo bandas desenhadas. Um dos cartoonistas que contribuiu para a imprensa radical no exílio foi Vasco de Castro, que se instalou em Paris em 1961 e contribuiu para a imprensa francesa. Participando nos núcleos O comunista, ele tem um estilo influenciado pelo *Atelier Populaire* durante os eventos de Maio de 1968, usa a cor vermelha e é voluntariamente irónico, como testemunha várias décadas depois:

> eu controlava o núcleo de imprensa, encarregado de fazer o jornal da organização, de nome *O Comunista*, nome da própria organização. O núcleo de imprensa escrevia os textos e entregava-mos para eu organizar as oito páginas do jornal, começava pelo logótipo, que desenhei no estilo grafiti, num tom mais selvagem que o costume e fazia bater à máquina os textos em colunas que colava nas dimensões da página, a ir à impressão. O tom geral era de uma linguagem populista, teoricamente simplista para mais fácil leitura dos emigrados de poucas leituras (Castro, 2013, p. 284).

Uma vez a publicação composta, é necessário imprimi-la. Uma das reprografias que será utilizada por várias publicações, de diferentes sensibilidades, é a Répro-rapid cujos gestores são portugueses: Camilo Mortágua e Idálio Fialho, ambos passados pela LUAR. A Répro-rapid publica textos e jornais não só de exilados portugueses mas também de exilados de diferentes nacionalidades e de movimentos da esquerda radical francesa (Mortágua, 2013). Estes títulos são vendidos de diferentes fomas. Algumas livrarias parisienses são especializadas neste tipo de literatura e são frequentadas por muitos estudantes e militantes. Este é o caso da famosa livraria dirigida por François Maspero, *La joie de lire*, na rue Saint-Séverin, no Quartier latin. Tanto a livraria como a editora de François Maspero propõem as publicações da esquerda radical e dos movimentos anti-imperialistas e anticoloniais. Para os exilados que acabam de chegar a Paris ou para os portugueses de passagem que pretendem estar a par das novidades políticas e intelectuais, *La Joie de Lire* é um lugar incontornável. Outras livrarias vendem publicações portuguesas, tais como a livraria Norman Bethune no Boulevard Saint-Michel ou a livraria portuguesa na rue Gay-Lussac, gerida por socialistas portugueses. Como vimos no caso do *Jornal do emigrante*, militantes iam vender jornais nos locais onde os emigrantes portugueses viviam ou trabalhavam. Mesmo que não conseguissem vender estes títulos, podiam esperar estabelecer contato com uma população bastante reticente em relação a qualquer coisa que parecesse ser política. As vendas são portanto organizadas perto dos bairros de lata onde os portugueses vivem, nos mercados que frequentam (como o de Villiers-sur-Marne), nos seus locais de trabalho ou na saída das fábricas. Por exemplo, os militantes de O Comunista vendiam exemplares da publicação epónima na Renault-Billancourt onde alguns deles trabalhavam. À saída desta fábrica, considerada emblemática da classe operária

francesa, e particularmente na Porte Zola por onde saíam os Operários Especializados (O.S.) (principalmente imigrantes), os militantes da esquerda radical tentavam vender as suas publicações (Viguier, 2020).

Outros eventos oferecem oportunidades para a distribuição destes jornais. É o caso das festas organizadas por associações fundadas por militantes da esquerda radical. Por exemplo, as associações agrupadas no Movimento dos trabalhadores portugueses emigrados, fundado por militantes do PCP (M-L) que publicam *O Salto*, estão na origem de muitos eventos culturais e desportivos. Este dinamismo alerta o cônsul português em Paris em 1972, Pedro Pinto, que se torna secretário de Estado da Informação e Turismo no ano seguinte. Para Pedro Pinto, estes grupos

> promovem festas aos sábados onde atraem os portugueses com bailes e ping-pong. Pouco a pouco fazem passar filmes de doutrina política comunista e exibem filmes dos movimentos terroristas da Guiné, Angola e Moçambique. Em todos esses clubes se dissemina o ódio aos governos português e francês com mais habilidade[116].

Alguns militantes também tiram partido de jogos de futebol que envolvem clubes portugueses. Por exemplo, em 1969, o consulado português em Paris informa que num jogo entre o Estrela Vermelha e o Sporting Club de Portugal em Versalhes, foram vendidos exemplares de *Portugal livre* e *Portugal enchaîné*. Ambos os títulos são publicados pelo Comité Portugal Livre de Manuel Rio (cujo verdadeiro nome é Manuel Coelho da Silva). Este indivíduo que se instalou em França em 1966 é suspeito por muitos opositores ao Estado Novo de ser um informador e/ou um provocador da PIDE. Manuel Rio publicou vários livros, brochuras e títulos de jornais denunciando a ditadura salazarista e apelando à luta armada. Como a sua presença em redor do estádio de futebol de Versalhes em 1969 o revela, Rio não temia ter visibilidade no espaço público, visibilidade que conduziu as autoridades francesas a adverti-lo e alimentou as suspeitas de muitos exilados. Após o 25 de Abril de 1974, Manuel Rio foi preso em Portugal durante algumas semanas por suspeita de ter colaborado com a polícia política. Regressou a França onde, a partir daí, denunciou a ditadura "social-comunista" que alegadamente se tinha instalado em Portugal e continuou a publicar vários livros

É difícil avaliar como estas publicações eram recebidas pelos trabalhadores emigrantes: as tiragens de muitos títulos são muito limitadas e mesmo os jornais com tiragens mais importantes nem sempre vendiam todos os seus exemplares. Além disso, comprar uma publicação nem sempre significa lê-la e partilhar o que ela defende. Alguns emigrantes puderam comprar

116 Telegrama do cônsul de Portugal em Paris, 20 de Outubro de 1972, IANT-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (2) 19113, NT 7830.

exemplares para apoiar organizações e os seus militantes sem subscreverem ao seu conteúdo.

Parte da imprensa portuguesa publicada em França, especialmente os títulos mais teóricos, devia ser distribuída em Portugal. No entanto, era necessário contornar a vigilância da polícia política, da alfândega e de outras forças de segurança. Como as cartas vindas do estrangeiro eram frequentemente abertas pela polícia política, muitas publicações enviadas de França não chegavam aos seus destinatários (mesmo quando eram utilizados envelopes com o cabeçalho de empresas ou de personalidades próximas do regime). Estas interceções policiais podiam mesmo comprometer os destinatários de tais envios. Para introduzir publicações impressas em França e iludir a vigilância das autoridades portuguesas, vários movimentos — incluindo o PCP, que teve a ajuda de militantes franceses para introduzir propaganda política em Portugal — pediram a camaradas franceses de introduzir panfletos, jornais e/ou revistas fazendo-se passar por turistas. Este processo beneficiava do fato do turismo internacional crescer em Portugal a partir dos anos 1960. O afluxo massivo de emigrantes que todos os anos regressavam a Portugal para as suas férias de verão também facilitou a introdução de jornais e outras publicações. Em 1972, o chefe do posto fronteiriço da DGS em Caia informa o diretor-geral da DGS:

> Por informação digna de crédito, são os emigrantes portugueses, radicados em França, abordados por elementos anti-portugueses, junto aos autocarros, quando é este o meio de transporte que os conduz ao comboio ou os traz, diretamente, a Portugal. É distribuída aos mesmos propaganda subversiva e aconselhados não só a dizerem o pior do país, mas também a fazerem todo o mal que possam. Muitos deles são portadores de embrulhos, entregues por esses elementos, a fim de fazerem entrega deles a pessoas ditas suas amigas e que vivem no país[117].

Finalmente, alguns indivíduos correm o risco de trazer jornais com eles, escondendo-os na sua bagagem ou nos seus carros. No entanto, quando são referenciados pela polícia (em consequência de denúncias, por exemplo) ou suspeitos são revistados na fronteira, ao regressar ao país. Por exemplo, a 19 de Abril de 1972, José Eurico Bernardo Fernandes é detido na fronteira de Caia porque um mandado de captura tinha sido lançado contra ele no ano anterior. A DGS desmonta o carro que conduzia e encontra no interior das portas — entre a forra e a chapa — detonadores elétricos e numerosas publicações da FPLN, das Brigadas Revolucionárias e da FRELIMO. Fernandes, que se instalou em a França em 1964, tinha primeiro militado no PCP e depois juntou-se às Brigadas Revolucionárias através de Carlos Antunes. Tal como ele, outros portugueses foram presos por transportar literatura considerada subversiva.

117 Ofício do chefe do posto da DGS em Caia dirigido ao diretor-geral de segurança, 17 de Julho de 1972, IAN-TT, Arquivo da PIDE/DGS, SC CI (1) 14, pasta 25, NT 1147.

2.6. Pensar Portugal

Nem todas as publicações periódicas portuguesas em França eram organicamente ligadas a partidos ou movimentos políticos. Alguns pretendem mesmo evitar tensões e rivalidades entre partidos e militantes e favorecer a reflexão política, filosófica e/ou histórica. Estas reflexões aspiram a pensar Portugal, o exílio, a exclusão de milhares de pessoas do país, uma exclusão que pode ser fonte de sofrimento. Estes estudos tornam possível manter a ligação com o país de onde se teve de sair. Estudar Portugal é também uma forma de combater a ditadura. O conhecimento é uma arma. Compreender como e porquê a ditadura sobrevive deste os anos 1920 pode permitir de combater a sua perpetuação. Interpretações que reduzem a sobrevivência da ditadura apenas à repressão ou ao apoio de potências estrangeiras são uma fonte de insatisfação para muitos exilados que tentam ir além destas explicações. Muitos procuram então estudar como nasceu a ditadura, quais são os seus apoiantes, como se desenvolve o capitalismo. Todas estas perguntas, quase impossíveis de colocar em Portugal por causa da censura e da repressão, articulam-se com objetivos políticos. Manuel Villaverde Cabral, exilado em França de 1964 a 1974, salienta que para ele e " para tantos colegas da minha geração nos idos de 60, [existia] a tentação de projectar a vocação para as ciências sociais, *et pour cause*, na actividade política » (Cabral, 2008, p. 36). Manuel Villaverde Cabral está sem dúvida a pensar na revista *Cadernos de Circunstâncias* da qual foi um dos organizadores — juntamente com Alfredo Margarido, Fernando Medeiros, João Freire, Alberto Melo, Aquiles de Oliveira, Jorge Valadas e José Rodrigues dos Santos — entre 1967 e 1970. A revista publica sete números que encontram um eco significativo entre a oposição exilada, mas também em Portugal, onde circula de mão em mão. Num dos seus escritos onde tenta rebater as críticas formuladas por movimentos e intelectuais da esquerda radical contra o partido que dirige, Álvaro Cunhal evoca repetidamente os artigos dos *Cadernos de Circunstância* (Cunhal, 1971). José Pacheco Pereira considera que os *Cadernos de Circunstância* são "talvez a mais influente das publicações do exílio" (Pereira, 2013, p. 94). O subtítulo da revista — *Análise e documentos da vida portuguesa* — sugere que a publicação não representa um movimento ou um partido e não pretende afirmar a linha política correta: os artigos — alguns dos quais são o resultado de um processo de escrita coletiva — visam compreender a sociedade portuguesa e ir além dos discursos habituais sobre o salazarismo, confrontando-se à realidade (a partir do uso de estatísticas por exemplo). Alguns textos esboçam assim uma abordagem histórica da ditadura. Vários membros dos *Cadernos de Circunstância* começaram então a dedicar-se à investigação académica, encetando doutoramentos em universidades francesas. Outras publicações desenvolveram as mesmas ambições que os *Cadernos de Circunstância*, rejeitando o sectarismo e favorecendo a reflexão: *Cadernos*, publicado pelo Círculo de iniciativa política animado por José da Silva Marques entre 1972 e 1973, *Polémica*, do Grupo revolução socialista. Alguns exilados portugueses instalados em França participam também a revistas animadas noutros

países europeus. O exílio é, de fato, transnacional. Entre estas revistas existia *Polémica* (publicada em Genebra em 1970) ou *Perspectiva* (publicada em Lovaina entre 1967 e 1970).

Conclusão

Com a Revolução dos Cravos, muitos exilados portugueses regressam ao seu país. A imprensa ligada à esquerda radical desaparece gradualmente, especialmente depois do fim do processo revolucionário no final de 1975. No entanto, a imprensa dirigida aos emigrantes portugueses em França representou também um desafio para os diferentes governos em Lisboa, para o Movimento das Forças Armadas mas também para os diferentes partidos políticos. De fato, o 25 de Abril trouxe uma grande mudança: os emigrantes tornam-se cidadãos e podem doravante — sob condições bastante restritivas (Pereira, 2014c) — votar. Além disso, num período marcado pela deterioração das contas públicas e da balança de pagamentos, as remessas dos emigrantes são essenciais para a economia portuguesa. Logo em 1974, as autoridades portuguesas ficam preocupadas com os boatos que circulam em França e com os conselhos que alguns bancos portugueses dariam aos emigrantes para que estes não enviassem o seu dinheiro para Portugal. Com a entrada de comunistas no primeiro Governo Provisório, alguns emigrantes temem que um governo comunista se instala em Portugal, impondo uma distribuição das terras e das casas. Alguns emigrantes acreditam que podem perder os resultados das suas poupanças.

Em 1 de Novembro de 1974, o *Expresso*, longe de ser o jornal mais radical naquela altura, publica um artigo sobre os "boatos" que circulariam em França. O semanário pretende que os rumores se alimentam da "falta de informação e sobretudo [da] informação deturpada (...). Os rumores levaram muitos emigrantes a fazerem os seus depósitos em França e a não transferir o dinheiro para Portugal"[118]. Nos dias seguintes, uma funcionária da Secretaria de Estado da Emigração desloca-se em França e faz um inquérito sobre as práticas dos bancos portugueses em França. A funcionária realça a influência, considerada prejudicial, de *Portugal Popular*, dirigido por António Pardal e ligado ao Banco Pinto & Sotto Maior "um dos mais lidos pelos emigrantes, se não mesmo o mais lido"[119]. Os governantes portugueses queixam-se assim dos jornais ligados aos bancos portugueses mas também do tom muitas vezes depreciativo usado na imprensa francesa para evocar os acontecimentos portugueses. Querendo dar uma imagem considerada mais justa do que está a acontecer em Portugal, os governantes

118 "Ofensiva contra Portugal em França da parte dos portugueses". *Expresso*, 1 de Novembro de 1974.
119 Inquérito da Secretaria de Estado da Emigração sobre as remessas dos emigrantes em França, 18 de Novembro de 1974, Arquivo da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, 08.01/02.

portugueses multiplicam as visitas em França, junto dos emigrantes. Vários oficiais do MFA deslocam-se a França e mesmo o Presidente da República, Francisco Costa Gomes, faz uma visita oficial a França em Junho de 1975. A delegação do Instituto da Emigração, sediada na rue Dombasle em Paris, também distribuiu informação junto dos emigrantes para dissipar os rumores. Sobretudo, a Secretaria de Estado da Emigração lança a sua própria revista, dirigida a todos os emigrantes portugueses. A revista *25 de Abril* é publicada em Outubro de 1974 e pretende garantir aos emigrantes que os seus interesses não são negligenciados pelo governo português. A primeira edição cita um excerto de um discurso do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. O oficial português assegura aos emigrantes que o governo cria "condições para que amanhã os vossos filhos e os vossos netos não tenham necessidade de emigrar para o estrangeiro"[120]. Como afirma o editorial da revista, a Secretaria de Estado quer transmitir

> a correcta informação da realidade portuguesa ao emigrante afastado do cenário central da evolução socio-política. Num processo que se pretende de radical transformação, porque democrático, tal preocupação afigura-se-nos salutar e indispensável.
> Salutar, porque nos comprometemos a falar o que é e não o que convém, sem mascarar as deficiências tanto da evolução política em geral, como do nosso trabalho em particular. Indispensável, porque se deseja e se garante uma participação efectiva do emigrante, o principal protagonista, e o mais importante, desta mensagem-diálogo que pretende uma conjugação de esforços, cada mês mais ampla, cada mês mais efectiva[121].

Nas edições sucessivas durante o período revolucionário — com uma interrupção entre Abril de 1975 e Dezembro de 1975, o período mais conturbado da revolução — a revista tenta tranquilizar os emigrantes, explicar as principais mudanças que conheceu o país. Esta publicação dura até 1980, oferecendo aos sucessivos secretários de Estado da emigração uma tribuna para falar aos emigrantes.

Embora o número de publicações tenha diminuído após a Revolução, vários títulos subsistiram, especialmente aqueles ligados ao Partido Comunista Português ou à CGT. *O trabalhador* é publicado até 1979. Nesta data, funde-se com outros títulos da CGT destinados aos trabalhadores imigrantes. Uma imprensa de informação e de entretenimento também sobrevive, mas diminuiu ao longo dos anos, devido a diferentes evoluções estruturais. Por um lado, a primeira geração de emigrantes que veio em França nos anos 1960-1970 envelhece, reforma-se. Alguns regressam a Portugal e muitos falecem. Poucos filhos e netos de portugueses, socializados em França, estão interessados em publicações escritas, total ou parcialmente, em português. No

120 *25 de Abril*, n° 1, Outubro de 1974, p. 2.
121 "Editorial. *25 de Abril*", n° 1, Outubro de 1974, p. 5.

entanto, algumas publicações como *Cap Mag* são dirigidas aos descendentes de portugueses. Por outro lado, os títulos portugueses publicados em França estão sujeitos a diferentes formas de concorrência: a concorrência de jornais importados de Portugal (como *A Bola*). Contudo, esta concorrência é reduzida porque estes jornais são caros e mal distribuídos. Outros meios de comunicação social desenvolveram-se: algumas estações de rádio oferecem programas em português (graças à liberalização das ondas de rádio nos anos 1980) e, nos anos 1990, a televisão portuguesa penetrou nos lares dos emigrantes com a criação da RTP internacional (Cunha, 2009). Finalmente, o desenvolvimento e a massificação da utilização da Internet colocam um novo desafio aos jornais em papel, que estão a perder parte dos seus leitores e receitas (vendas e publicidade). No entanto, alguns jornais, como o *Lusojornal*, adaptam-se a estas mudanças e concentram-se principalmente na sua difusão *online* e na diversificação de conteúdos (como os vídeos e uma presença nas redes sociais). Esta longa história da imprensa portuguesa em França não está, portanto, terminada.

Referências bibliográficas

Accornero, G. (2016). *The Revolution before the Revolution. Late authoritarianism and student protest in Portugal*. Berghan.

Ágoas, F. (2013). Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Análise social,* 206, 221-256.

Almeida, J. M. (2008). *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Edições Nelson de Matos.

Aranha, A., Ademar, C. (Eds.) (2018). *Memórias do exílio*. Parsifal.

Artières, P., & Zancarini-Fournel, M. (Eds.) (2008). *1968. Une histoire collective*. La Découverte.

Benoits, C., & Benoits, H. (2014). *L'Algérie au cœur. Révolutionnaires et anticolonialistes à Renault-Billancourt*. Syllepses.

Cabral, M. V. de. (2008). A investigação como vocação e como profissão. In M. V. Cabral, K. Wall, S. Aboim & F. C. da Silva (Eds.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS* (pp. 29-47). Imprensa de Ciências Sociais.

Chagas, J. (1929). *Diário de João Chagas (1914)*. Parceria António Maria Pereira.

Cardão, M. (2015). *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Unipop.

Cardina, M. (2011). *Margem de certa maneira. O maoismo em Portugal. 1964-1974*. Tinta-da-China.

Castro, V. de (2013). *Discordante e indocumentado. Conversas com Mário Beja Santos*. Não publicado.

Charle, C. (2004). *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Seuil.

Chupin, I., Hubé, N., & Kaciaf, N. (2012). *Histoire politique et économique des médias en France*. La Découverte.

Clímaco, C. (1992). *La presse de l'émigration politique portugaise en France — analyse du journal O Salto 1970-1974*. [Dissertação de DEA, Université de Paris VII].

Clímaco, C. (1995). A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e bibliografia. *Penélope*, 16, 153-177.

Clímaco, C. (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1940)*. Colibri.

Clímaco, C. (2020). Le Portugal et la guerre d'Espagne: mise en contexte. *Exils et migrations ibériques aux XX^e et XXI^e siècles,* 29-30, 14-32.

Collet, V. (2019). *Nanterre, du bidonville à la cité*. Agone.

Cruz, A. da (1996). *Presença Portuguesa*. [Dissertação de mestrado, Université de Paris I.]

Cunha, M. A. da. (2009). *Les Portugais de France face à leur télévision. Médias, migrations et enjeux identitaires*. Presses Universitaires de Rennes.

Cunhal, Á. (1971). *Radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Edições Avante!

Dard, O. & Sardinha-Desvignes, A. I. (2018). *Célébrer Salazar en France (1930-1974). Du philosalazarisme au salazarisme français.* Peter Lang.

Dreyfus-Armand, G. (1999). *L'exil des républicains espagnols en France. De la guerre civile à la mort de Franco*. Albin Michel.

Escande, S. (1974). É*tude du journal O trabalhador, mensuel de la CGT pour les travailleurs portugais*. [Dissertação de mestrado, Université de Paris I.]

Faria, F. A. (2016). O exílio liberal português de 1828-1832. Um fenómeno multidimensional : práticas sociais e culturais. *Revista de História da sociedade e da cultura*, 16, 271-292. https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_12

Farinha, L. (1999). *O reviralho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo*. Estampa.

Ferreira, S. (2016). A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social : breve caracterização. *OEm Working Papers* (n° 2).

Ferreira, S. (2020). *A imprensa militante portuguesa em França: o caso do jornal O Alarme ! (1972-1975)*. In H. Paulo, A. Pena-Rodríguez, C. Clímaco & E. C de los Santos (Eds), *Migrações e exílios no mundo contemporâneo* (pp. 149-176). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ferro, A. (1933). *Salazar : o homem e a sua obra*. Empresa Nacional de Publicidade.

Ferro, A. (1934). *Salazar, le Portugal et son chef*. Grasset.

Fort, R. D. (2020). Alberto Alexandrino dos santos, un révolutionnaire ibérique pendant la guerre civile espagnole, 1936-1939. *Exils et migrations ibériques aux XX^e et XXI^e siècles*, 29-30, 107-138.

Freire, J. (2007). *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Afrontamento.

Garnier, C. (1952). *Vacances avec Salazar*. Grasset.

Garrido, Á (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962*. Minerva.

Huguenin, F. (2011). *L'action française. Une histoire intellectuelle*. Perrin.

Jelen, B. (2004). La presse portugaise et maghrébine des années 70, entre communauté et société. *Hommes & Migrations*, 1250, 101-111.

Lala, A. da S. (2007). *L'enjeu colonial dans les relations franco-portugais (1944-1974)*. [Dissertação de doutoramento, Institut d'Etudes Politiques de Paris.]

Lenoir, R. (2003). *Généalogie de la morale familiale*. Seuil.

Lillo, N. (2019). Le Parti communiste d'Espagne et l'immigration 'économique'(1956-1980). *Revue internationale de politique comparée*, 26(2), 107-131.

Lloyd-Jones, S. (2003). Integralismo lusitano: 'made in France'?. *Penélope,* 28, 93-104.

Madeira, J. (2013). *O atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*. Esfera dos Livros.

Madeira, J. (2013). *História do Partido Comunista português. Das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Tinta-da-China.

Marchi, R. (2009). *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Texto editores.

Marchi, R. (2012). *Les réfugiés français d'extrême-droite au Portugal de Salazar (1945-1974)*. In O. Dard & V. Pereira (Eds.), *Vérités et légendes d'une 'OAS internationale'* (pp. 143-165). Riveneuve.

Marques, A. H. de O. (1978). *Bernardino Machado. Manifestos políticos, 1927-1928*. Europa-América.

Martins, J. O. (1956). *Obras completas. Fomento rural e emigração*. Guimarães editores.

Martins, S. (2018). *Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado*. Afrontamento.

Matos, H. (2003). *Salazar. A construção do mito*. Temas e Debates.

Meneses, F. R. De & Oliveira, P. O. (Eds.) (2011). *A 1ª República portuguesa. Diplomacia, guerra e império*. Tinta-da-China.

Meneses, F. R. de (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Dom Quixote.

Meneses, F. R. de (2018). *De Lisboa a La lys. O Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*. Dom Quixote.

Mortágua, C. (2013). *Andanças para a liberdade (1961-1974)*. Esfera do Caos.
Mourlane, S. (2002). Le parti communiste français et l'immigration italienne dans les années soixante. *Studi emigrazione/Migrations studies*, 146, 415-426.
Neves, J. (2008). *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*. Tinta-da-China.
Neveu, E. (2004). *Sociologie du journalisme*. La Découverte.
Noiriel, G. (2007). *Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle). Discours publics, humiliations privées*. Fayard.
Novais, N. M. (2006). *João Chagas. A diplomacia e a guerra, 1914-1918*. Minerva.
Oriol, M. (1985). Du navigateur au prolétaire. L'histoire comme ressource identitaire dans la diaspora portugaise. *Peuples méditerranéens*, 31-32, 203-215.
Pereira, J. P. (1993). *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*. Gradiva.
Pereira, J. P. (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol.1, 'Daniel', o jovem revolucionário. Temas e debates.
Pereira, J. P. (2008). *'O um dividiu-se em dois': Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Alêtheia.
Pereira, J. P. (2013). *As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
Pereira, J. P. (2015). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Vol. 4, O secretário-geral. Temas e debates/Círculo de leitores.
Pereira, V. (2003). Os exiliados políticos portugueses en Francia entre 1958 e 1974. *Estudios Migratorios*, 15-16, 121-157.
Pereira, V. (2006), Émigration, résistance et démocratisation. L'émigration portugaise au crépuscule de l'Estado Novo. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 37(1), 219-240.
Pereira, V. (2010). Ni héros ni escrocs : les passeurs portugais (1957-1974). *Plein Droit*, 84, 12-17.
Pereira, V. (2014a). *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus migrantes (1957-1974)*. Temas e Debates/Círculo de leitores.
Pereira, V. (2014b). Portugais en lutte : une mobilisation paradoxale. *Plein Droit*, 100, 40-44.
Pereira, V. (2014c). Quel 25 avril pour les émigrés ? L'Etat portugais et les migrants en France pendant la Révolution des Œillets, *Migrance*, 43, 43-55.
Pereira, V. (2015). La société portugaise face aux guerres coloniales (1961-1974). *Cahiers d'histoire immédiate*, 48, 35-58.
Pereira, V. (2016). La Selecção portugaise, entre dictature, propagande coloniale et horizon européen. In F. Archambault, S. Beaud & W. Gasparini (Eds.), *Le football des nations. Des terrains de jeu aux communautés imaginées* (pp. 51-74). Publications de la Sorbonne.
Pereira, V. (2017a). Concéder le départ des travailleurs pour entrer en guerre. Les négociations de la convention de main-d'œuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916. In *Centenaire de la première convention franco-portugaise de main-d'œuvre civile et militaire du 28 octobre 1916* (pp. 79-92). Comité français Sousa Mendes.
Pereira, V. (2017b). La mémoire de l'émigration portugaise : une mémoire de héros?. *Hommes & Migrations*, 1317-1318, 37-43.
Pereira, V. (2017c). O exílio dos comunistas portugueses em França (1950-1974). In R. Villares & X. M. Núñez Seixas (Eds.), *Os exilios ibéricos : unha ollada comparada no 70 anos da fundación do Consello de Galiza* (pp. 251-266). Consello da Cultura Galega.
Pereira, V. (2018). Trier et inspecter les travailleurs étrangers : les dépôts de travailleurs portugais dans le Pays basque de 1916 à 1940. In L. Dornel (Ed.), *Passages et frontières en Aquitaine : Expériences migratoires & lieux de transit* (pp. 103-122). Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour.
Pereira, V. (2020). Les Portugais en France pendant mai-juin 1968. *Revista de História das Ideias,* 38, 269-305.
Pinto, A.C. (1982). A formação do integralismo lusitano (1907-1917). *Análise social*, 72-73-74, 1409-1419.
Pinto, A. C. (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu : problemas de interpretação nas ciências sociais*. Estampa.
Pinto, P. F. (2011). *Na sombra do poder. Uma nova visão de um Portugal revolucionário pelo porta-voz de Marcello Caetano*. Dom Quixote.
Poinsard, L. (1910). *Le Portugal inconnu*. Aux bureaux de la Science sociale.
Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise social*, 103-104, 1067-1145.
Ramos, R (1998), O chamado problema do analfabetismo: as políticas de escolarização e a persistência do analfabetismo em Portugal (séculos XIX e XX). *Ler História*, 35, 45-70.
Ramos, V. (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1850-1850)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
Rato, C. F. (2016). *De nulle part nous ne sommes et nous sommes ici!*. Le livre en papier.
Rosental, P. A. (2011). Migrations, souveraineté, droits sociaux. Protéger et expulser les étrangers en Europe du XIXe siècle à nos jours. *Annales. Histoire, Sciences sociales*, 66(2), 335-373.
Salazar. A. de O. (1998). *Inéditos e dispersos*, vol. 2, *Estudos económico-financeiros (1916-1928)*. Bertrand.
Santo, I. E. (2020). L'évolution d'O Imigrado Português au gré des logiques historico-politiques. In H. Paulo, A. Pena-Rodríguez, C. Clímaco & E. C de los Santos (Eds), *Migrações e exílios no mundo contemporâneo* (pp.177-200). Imprensa da Universidade de Coimbra.
Santos, B. de S. (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Afrontamento.
Santos, M. A. D. (2009). *Antiliberalismo e contra-revolução na Primeira República (1910-1919)*. [Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.]
Sardinha-Desvignes, A. I. (2017). Francisco Homem Cristo Filho (1892-1928), un nationaliste portugais dans le siècle. In O. Dard, D. Musiedlak & E. Anceau (Eds), *Être nationaliste à l'ère des masses en Europe (1900-1920)* (pp.241-264). Peter Lang.
Serrano, C. I. C. da S. de M. (2013). *'Arte de falar e arte de estar calado'. Augusto de Castro : Jornalismo e diplomacia*. [Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.]
Silva, D. M. da (2006). *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1974)*. Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, J.P. (2019). Portugal na Guerra : uma revista de infopropaganda. In J. G.de Freitas, J. C. Cardoso & P. Reis (Eds), *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de la Lys* (pp. 215-221). Universidade Fernando Pessoa.

Sternhell, Z. (1972). *Maurice Barrès et le nationalisme français*. Presses de Sciences Po.

Sternhell, Z. (2000). *La droite révolutionnaire (1885-1914). Les origines françaises du fascisme*. Fayard.

Tanguy, J. F. (2002). Les réfugiés portugais dans l'Ouest de de 1829 à 1834: l'émigration politique d'une élite. Autorités nationales, autorités locales et populations face à un phénomène nouveau. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 109(4), 59-78.

Teixeira, N. S. (1996). *O poder e a guerra (1914-1918). Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Estampa.

Trindade, L. (2008). *O estranho caso do nacionalismo português. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Imprensa de Ciências Sociais.

Valente, V. P. (2006). *Um herói português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Alêtheia.

Vaz, C. N. S., & Vaz, J. N. (Eds.) (2010). *Padre Carlos Vaz : uma vida de serviço*. Candeias Artes Gráficas.

Viguier, A. (2020). *Le PCF à Renault Billancourt. Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*. Arbre bleu.

Vigna, X. & Zancarini-Fournel, M. (2009). Les rencontres improbables dans 'les années 68'. *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, 101, 163-177.

Volovitch-Tavares, M. C. (1995). Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale jusqu'en 1974. In A. Marès, P.Milza (Eds.), *Le Paris des étrangers depuis 1945* (pp.73-94). Publications de la Sorbonne.

Wiarda, H. (1977). *Corporatism and development. The portuguese experience.* The University of Massachussets Press.

Parte II

Traços da história do jornalismo português na América

Mariano de Pina na *Gazeta de Notícias* (1882-1886)

Mariano de Pina in the Gazeta de Notícias *(1882-1886)*

Tania Regina de Luca

Universidade do Estado de São Paulo / CNPq
tania.luca@unesp.br
ORCID ID: 0000-0002-8942-5237

DOI: https://doi.org/10.34619/jrd6-hlmt

Resumo: O objetivo do capítulo é estudar as contribuições do português Mariano Pina para a *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875-1942), uma das publicações mais importantes do país e que tinha entre seus correspondentes autores do porte de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Pina foi enviado de Lisboa para Paris com o objetivo de remeter crônicas para o matutino acerca dos acontecimentos franceses. Além de explicitar como ele obteve esse prestigioso posto, trata-se de esclarecer quais as tarefas do correspondente e realizar levantamento completo de suas contribuições, que se estenderam de 1882 a 1886. A análise do material, que deve ser recolhido diretamente no jornal, uma vez que esses textos nunca foram publicados, visa esclarecer os temas abordados e os ideais aí professados e quiçá esclarecer os motivos que levaram a sua demissão do posto em 1886. Destaque-se o ineditismo da proposta, uma vez ainda não se conta com estudos sobre essa produção de Pina, sempre lembrado pela revista *A Ilustração* que, assinale-se, não foi idealizada e nem fundada por ele, mas por Elísio Mendes, um dos proprietários da *Gazeta de Notícias*. Sua colaboração no periódico brasileiro foi fundamental para assegurar a Pina, até então um nome relativamente pouco conhecido, um lugar de destaque no meio intelectual do Brasil e também de Portugal.

Palavras-chave: Imprensa; Brasil; Mariano Pina; *Gazeta de Notícias*; correspondente internacional.

Abstract: *The aim of this chapter is to study the contributions of the Portuguese writer Mariano Pina to the Gazeta de Notícias (RJ, 1875-1942), one of the most important publications in the country, whose correspondents included Ramalho Ortigão and Eça de Queirós. Pina was sent from Lisbon to Paris with the objective of sending chronicles to the matrutino about French events. Besides explaining how he obtained this prestigious post, the aim is to clarify the correspondent's tasks and to carry out a complete survey of his contributions, which lasted from 1882 to 1886. The analysis of the material, which must be collected directly from the newspaper, since these texts were never published, aims to clarify the topics covered and the ideals professed therein and perhaps clarify the reasons that led to his resignation from the post in 1886. The novelty of the proposal should be emphasized, since there are still no studies about Pina's work, always remembered for the journal A Ilustração, which, it should be noted, was neither conceived nor founded by him, but by Elisio Mendes, one of the Gazeta de Notícias' owners. His collaboration in the Brazilian periodical was essential to ensure him, until then a relatively unknown name, a prominent place in the intellectual milieu of Brazil and also of Portugal.*

Keywords: *Press, Brazil; Mariano Pina;* Gazeta de Notícias*; international correspondent.*

> Nunca escrevi uma linha que tivesse por fim agradar ao Público — apesar de todo o respeito que ele me merece. Nunca escrevi uma linha que não fosse com a ideia firme de destruir uma opinião ou um princípio que me parecessem errados ou perigosos. Daqui o avultado de descontentamento que a minha prosa levanta todos os dias (Pina, *A Ilustração*, 20/09/1889, p. 174)

1. Introdução

A presença de escritores portugueses em matutinos do Rio de Janeiro constituiu-se num dos traços marcantes da imprensa brasileira a partir da década de 1880, fenômeno que está longe de ser simples e cuja compreensão remete para um conjunto diversificado de fatores. Merece destaque a crescente profissionalização dos letrados (espaço habitado por algumas

raras mulheres) e as reverberações dos gêneros jornalísticos na fatura do texto literário,[1] mas também os novos padrões vigentes no fluxo da informação, fruto das possibilidades abertas pelos modernos meios de difusão, e o impacto que a presença massiva de jornais e revistas trouxe para o mercado editorial, que passou, pelo menos em parte, a gravitar em torno de figuras e obras consagradas nas folhas periódicas (Campaignolle, 2010). Esses processos têm recebido atenção dos especialistas e suas macro características estão bem estabelecidas (Kalifa et al., 2011).

Estudos de percursos individuais, por seu turno, permitem flagrar como funcionavam, na prática cotidiana, redes de apoio e solidariedade específicas, as benesses que os postos de prestígio na imprensa propiciavam, mas também refletir sobre o papel desempenhado por esses escritores/mediadores, que valores e visão de mundo difundiam, o que demanda debruçar-se sobre páginas amarelecidas pelo tempo nas quais repousam textos não recolhidos em coletâneas, distinção reservada sobretudo para os que ingressaram no cânone literário.

Tendo em vista esse amplo contexto, objetiva-se analisar a presença do português Mariano Pina (1860-1899) na *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875-1942), matutino do qual foi correspondente em Paris entre 1882 e 1886. Trata-se de um escritor-jornalista pouco conhecido da posteridade, que não produziu obras literárias, mas foi muito ativo no mundo da imprensa do seu tempo e que chegou a desfrutar de considerável prestígio. A *Gazeta*, por seu turno, era um dos principais diários brasileiros e o posto de correspondente em Paris particularmente cobiçado. Então, cabe perguntar: como e por quê Pina ocupou o cargo? Que efeitos o mesmo teve na sua carreira? Como desempenhou a tarefa? Que tipo de informações eram privilegiadas nos seus textos? Em que medida o seu percurso contribui para a compreensão das relações estabelecidas entre os dois lados do Atlântico? Esses os aspectos que se pretende averiguar ao longo do capítulo.

2. A figura do correspondente

A velocidade da circulação das notícias dependeu, até a ligação de cidades, países e continentes pelo telégrafo, dos meios de transportes disponíveis por terra e mar. Foi justamente a partir da segunda metade do século XIX, graças às ferroviais e aos navios à vapor, com seus percursos determinados e horários previsíveis, que se tornou possível percorrer continentes e oceanos em tempo relativamente curto, feito ainda modesto se comparado à revolução

1 Ver, por exemplo, as coletâneas organizadas por Thérenty & Vaillant (2004) e Mollier, Sirinelli & Vallotton, (2006), além de Thérenty (2007). No que respeita ao gênero reportagem, ver: Godinho (2009). Sobre o processo de constituição do campo literário, consultar Bourdieu (1996) e para a profissão de jornalista Delporte (1999).

aportada pelo sistema de cabos submarinos, que interligou todo o planeta e colocou, pelo menos no horizonte do possível, a transmissão imediata da informação.

A despeito dos elevados custos, o que deu origem a códigos telegráficos que visavam encurtar as mensagens, e dos constantes cuidados de manutenção requeridos, tornou-se possível transmitir conteúdos de forma autônoma, o que fez da notícia um negócio muito lucrativo, monopolizado por agências especializadas que partilharam entre si os continentes e estabeleceram áreas específicas de influência.[2] A ligação entre a América do Sul e a Europa foi concluída em meados de 1874, por meio de cabo submarino que partia da antiga freguesia portuguesa de Carcavelos, com passagem pelas ilhas da Madeira e de São Vicente, e seguia até Recife, uma das cidades costeiras integradas à rede que, no ano anterior, conectara as províncias do norte à capital do Império. Do Rio de Janeiro, o cabo estendia-se até Montevideo e Buenos Aires.

A nova tecnologia modificou padrões vigentes na produção e na difusão da notícia, que ganhou agilidade e rapidez sem precedentes, contribuindo para alterar as percepções de tempo e de espaço. Transformações no campo das comunicações e dos meios de transportes estavam em sintonia com outras, que invadiam o cotidiano dos indivíduos e colocavam na ordem do dia a velocidade, saudada enquanto índice de modernidade, para o que também contribuía a própria multiplicação e diversificação da imprensa periódica, cujas páginas registravam o ritmo acelerado de um mundo em constante mutação. Contudo, se é fato que o percurso da informação e a concepção de atualidade alteraram-se e que as folhas deixaram de depender exclusivamente das cartas vindas pelos navios, ainda não se vivia plenamente sob o império do aqui e do agora. Os telegramas eram caros e, sobretudo para as notícias internacionais, a dependência das agências, que forneciam material idêntico aos que subscreviam seus serviços, era significativa. No Rio de Janeiro, o tradicional *Jornal do Comércio* (RJ, 1827-2016) e a recém creada *Gazeta de Notícias*, apressaram-se a contratar os serviços da Havas-Reuters.

A *Gazeta* veio a público em 02 de agosto de 1875, num contexto pós-cabo submarino. Não por acaso, o primeiro aspecto destacado no prospecto que acompanhou o número inaugural dizia respeito aos telegramas da Havas-Reuter: "A *Gazeta de Notícias* publicará diariamente todos os telegramas políticos e comerciais, tanto do país como do estrangeiro" (*Gazeta de Notícias*, Prospecto, sem data [1875]). Contudo, entre declarações bem intencionadas e a realidade concreta havia considerável distância. Se os telegramas eram acompanhados por local, data

2 No caso da América do Sul, as notícias provinham do consórcio Havas-Reuters, que se instalou no Brasil em 1874, ou seja, quando da inauguração do cabo submatino. Para detalhes sobre a interligação de diferentes países da América do Sul e a atuação das agências na região, consultar (Caimari, 2016). Especificamente sobre a interligação telegráfica submarina das costas brasileiras e a presença das agências de notícias no país, ver: Molina (2015, pp. 395-429). Sobre a história das agências, ver Mattelart (2000, pp. 47-52).

e, frequentemente, hora, em consonância com o novo padrão almejado, o uso de códigos podia resultar tanto em despachos incompreensíveis quanto em traduções imprecisas e mesmo errôneas, o que acarretava atrasos na divulgação e correções posteriores. Mesmo quando inexistiam imprevistos, as notas telegráficas, que normalmente eram reproduzidos tal como chegavam, não forneciam mais do que dados pontuais e fragmentados. Cabia ao leitor o esforço de ordenar, inclusive cronologicamente, os diversos telegramas sobre um mesmo tema e que nem sempre continham informações coerentes entre si, uma vez que se tratava de notas expedidas no momento em que o evento estava em curso, o que significava que sua configuração poderia sofrer alterações significativas ao longo de um ou de alguns poucos dias.

Assim, o fato de se dispor de um circuito rápido para disseminação da notícia esteve longe de implicar no abandono das tradicionais contribuições que chegavam pelos vapores. Aos abundantes dados internacionais que invadiram as páginas dos jornais da América do Sul, a maioria deles sob a responsabilidade da agência Havas-Reuters, somavam-se os provenientes de redes telegráficas e ferroviárias locais, o que implicava em novas formas de leitura e apropriação da informação. Num estudo instigante, Caimari evidenciou os múltiplos ritmos e temporalidades com que se defrontavam os assinantes dos jornais de Buenos Aires ao percorrerem os informes telegráfico, especialmente os internacionais, que tanto poderiam fazer referência a episódios ocorridos a horas ou semanas atrás, situação análoga à vigente em outras capitais da região. A autora destaca que uma notícia proveniente da Europa poderia levar

> (...) dos o tres horas de transmisión por cable o telégrafo hasta Lisboa, quince días de viaje Lisboa-Pernambuco, dos o tres horas de cable –a tarifa regional más baja– siguiendo la ruta Pernambuco-Río-Santos-Montevideo-Buenos Aires. En cuestión de minutos, las más importantes eran telegrafiadas a Valparaíso. Gracias a este sistema global de postas mixtas, que albergaba muchas combinaciones posibles, comenzaron a colarse columnas de temporalidad intermedia, cuyos contenidos correspondían a algún punto entre las noticias que tenían semanas y las que eran de la víspera. De tal modo, el espectro temporal de las "noticias de Europa" se fue densificando, con contenidos que tenían pocas horas, o una semana, o diez, o doce, o quince días: además del crescendo de la preocupación cronométrica, el cable había introducido una frondosa multiplicación de los marcos cronológicos (Caimari, 2015, p. 142).

Longe de fornecer um mundo ordenado temporal e tematicamente, o que as folhas diárias registravam em suas páginas eram doses assincrônicas de eventos. Ter um representante nas principais capitais europeias tornou-se ainda mais importante, pois era preciso contar com alguém atento às novidades e que poderia, inclusive, antecipar-se às agências de notícias e remeter, em primeira mão, despacho acerca de uma ocorrência relevante, o que contribuía para aumentar o prestígio do periódico frente aos concorrentes. Além disso, as econômicas frases que viajavam pelos cabos em vez de substituir passaram a exigir reflexões e

esclarecimentos de indivíduos que se encontravam no palco dos acontecimentos, o que fazia com que um/ou um conjunto de telegrama/s acabasse por ser efetivamente comentado e contextualizado semanas depois de sua publicação, a depender da frequência das malas postais embarcadas nos vapores transatlânticos. Era preciso articular os diversos flashes telegráficos em narrativas coerentes, ainda que o esforço contribuísse para pluralizar temporalidades, tendo em vista a distância que poderia haver entre o fato em si e sua análise.

Um exemplo retirado da *Gazeta de Notícias* ajuda a esclarecer esses aspectos. Em 31 de dezembro de 1882 morreu político francês Léon Gambetta (1838-1882), notícia estampada a 2 de janeiro: "Telegramas. Serviço especial da *Gazeta de Notícias.* Paris, 1º de janeiro, às 11 horas e 50 minutos. Morreu Gambetta. É grande o pesar em toda a França. Os funerais serão feitos pelo estado, segundo se diz" (*Gazeta de Notícias*, Telegramas, 02/01/1883). Note-se que se tratou de informe remetido cerca de doze horas depois do fato (ocorrido a 31 de dezembro, às 23:55) e destinado exclusivamente ao matutino, que fez questão de diferencia esse telegrama dos que eram enviados pelo serviço da Havas-Reuters. Antes que os comentários detalhados do correspondente europeu esclarecessem as circunstâncias do fato e suas consequências, o que ocorreu somente em 28 de janeiro, por três vezes, nos dias 11, 15 e 18 desse mês, vieram a públicos textos enviados de Paris, respectivamente datados de 19, 21 e 24 de dezembro de 1882, que traziam referências às atitudes de Gambetta que, obviamente, não poderiam levar em conta que ele estaria morto dali a alguns dias. Entretanto, esse dado já estava disponível no momento em que o leitor lia relatos que antecediam o falecimento, o que evidencia a decalagem temporal referida por Caimari e que era rotineira nos jornais do período.

É importante insistir que, antes do telégrafo, os diários contavam com colaboradores sediados no exterior, o que mudou não foi a essência do trabalho, ou seja, a remessa de informes, mas as circunstâncias nas quais o mesmo era realizado, não apenas diante da quantidade de notícias e dados em circulação, o que demandava selecionar os aspectos a comentar e analisar, mas também o próprio horizonte de expectativas do leitor dessas colunas que, pelo menos em tese, já tinha ciência do ocorrido, ainda que de modo parcial e isolado, o que não acontecia antes do cabo submarino.

Não se imagine, entretanto, que a figura do correspondente internacional remetesse a uma situação contratual única. Pelo menos nos jornais que circulavam no Rio de Janeiro na década de 1880, o termo englobava um rol diversificado de condições, que ia desde compromissos formais, que demandavam disciplina no cumprimento de prazos e tarefas bem estabelecidas, passando pelo envio de um representante que deveria dar seu testemunho sobre eventos específicos, além de incluir colaboradores esporádicos que, pelos motivos os mais diversos, residiam temporariamente no exterior e se dispunham a encaminhar material para um jornal. Tal pluralidade indica que a função ainda estava em vias de se consolidar, tanto que nomear alguém como "nosso correspondente" não remetia, necessariamente, à situações e obrigações idênticas. Tampouco se pode esquecer que nem todos os periódicos

eram geridos segundo rígidas normas empresariais, o que ajuda a compreender o peso da informalidade e das relações de amizade.[3]

Infelizmente, dados sobre as condições do exercício da atividade são restritos. Para o caso dos jornais do Rio de Janeiro, sabe-se que, em fins de 1874, portanto poucos meses após a ligação com a Europa via cabo submarino, o *Jornal do Comércio* fez do brasileiros Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901), residente em Paris, seu correspondente, com obrigação de enviar folhetins quinzenais, intitulados *Ver, ouvir e contar*, enquanto que, em dezembro de 1881, foi a vez de Joaquim Nabuco (1849-1910) rumar para Londres a fim de ocupar o posto de representante do mesmo matutino, vago pela morte de Willian Henry Clarck em 29 de setembro. Nabuco, ao que parece, esteve entre os primeiros a deixar o país especificamente para exercer tal tarefa e, a exemplo de Nery, o recebimento do salário vinculava-se ao cumprimento de deveres. No caso de Nabuco, as trinta libras mensais pressupunham a remessa de nove textos (três correspondências, encaminhadas três vezes por mês), o que se sabe graças à correspondência que ele manteve com o Barão de Penedo (1815-1906), que lhe indicara para o cargo e a quem esperava não decepcionar: "As minhas correspondências são um esforço heroico. Estou fazendo o melhor que posso, para no princípio da tarefa não me habituar mal. Quero também que o [diretor do jornal Francisco Antônio] Picot [1811-1902] não lhe tenha que censurar a indicação" (Nabuco, 1949, pp. 66-67).[4]

A estratégia de contar com a colaboração de escritores que já residiam no exterior atendia à boa lógica econômica e também foi adotada pela *Gazeta de Notícias*, concorrente direto do *Jornal do Comércio*. Se este último foi idealizado e esteve nas mãos de proprietários franceses até o final do Império (1889), a ideia de fundar a *Gazeta* foi do português Manoel Rodrigues Carneiro Júnior, no que foi acompanhado pelo compatriota Elísio Mendes (18??-1909) e pelo médico brasileiro José Ferreira de Souza Araújo (1848-1900), que asseguraram os recursos para a empreitada. Na redação, cumpre destacar o relevante papel cumprido por dois outros portugueses, Henrique Chaves (1849-1910) e Tomás Lino de Assunção (1844-1902). O último retornou posteriormente à Europa, mas continuou próximo da folha. Ter escritores brasileiros e portugueses de nomeada esteve entre os objetivos do jornal, que se pretendia noticioso, mas também literário, como indica o já citado prospecto, no qual se prometia, além do romance folhetim, outro de atualidades — "artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis se propõe trazer ao corrente os seus leitores" (*Gazeta de Notícias*, Prospecto, sem data).

3 Para uma análise dos diferentes sentidos que o termo correspondente poderia comportar nos jornais do Rio de Janeiro nos anos 1880, o que incluía não apenas relações profissionais, consultar Luca (2016).

4 Reclamações em relação à baixa remuneração eram frequentes, como exemplifica o caso de Santa-Anna Nery que, a despeito dos constantes pedidos de aumento, não teve suas demandas atendidas, tal como evidenciou Carneiro (2013, p. 108).

Ao longo do Oitocentos, o matutino reuniu em suas páginas nomes de grandes prestígios, a exemplo dos brasileiros Adolfo Caminha (1867-1897), Artur Azevedo (1855-1908), Domício da Gama (1862-1925), Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918), Raul Pompeia (1863-1895), Silva Jardim (1860-1892), Valentim Magalhães (1859-1903), ao que se soma uma plêiade de portugueses, a saber, Guilherme de Azevedo (1839-1882), Eça de Queirós (1845-1900), Jaime Batalha Reis (1847-1935), Mariano Pina, Oliveira Martins (1845-1894), Ramalho Ortigão (1836-1915), para ficar nos correspondentes, pois colaborações esporádicas, ou reproduções de textos publicados em periódicos lusitanos, contemplariam quase todos os nomes que desfrutaram de alguma projeção no mundo letrado daquele país. A partir de meados de 1877, Ramalho foi o primeiro a figurar regularmente na *Gazeta* como correspondente do jornal em Portugal, ao que se seguiram Eça de Queiroz (Inglaterra) e Guilherme de Azevedo (França) em 1880. A primeira colaboração de Eça, então autor amplamente conhecido no Brasil e cuja publicação de *O Primo Basílio* (1878) deu margem a ampla polêmica na imprensa local (Nascimento, 2008), mereceu a seguinte nota da redação:

> Temos a satisfação de publicar hoje a primeira carta do eminente escritor português o Sr. Eça de Queirós, que acedeu ao convite que lhe fizemos para ser nosso correspondente em Londres. Seria ocioso encarecer os méritos do nosso novo colaborador, que tem um nome firmado por trabalhos de grande valor literário. Que o digam *As Farpas*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e outros primorosos escritos. Por enquanto, o Sr. Eça de Queirós ocupar-se-á dos acontecimentos de Paris e Londres; muito brevemente tratará só da Inglaterra, logo que chegue a Paris o correspondente que para essa capital contratamos (*Gazeta de Notícias*, 24/07/1880, p. 1).

E, de fato, as duas primeiras colaborações tiveram por título "Cartas de Paris e Londres", publicadas respectivamente em 24/07 e 17/08/1880. Ramalho e Eça mantiveram sólidas relações com a *Gazeta* e, ainda que com interrupções, aí colaboraram por anos a fio. A despeito de desfrutarem de grande prestígio, a remuneração dos dois subordinava-se à remessa dos textos. Por carta de Elísio Mendes, não datada e sem precisar o lugar de onde foi remetida, mas cujo conteúdo permite localizá-la entre maio e junho de 1884, sabe-se que Eça recebia 3 libras por folhetim e Ramalho 15, portanto, cinco vezes mais (Carta de Mendes a Mariano Pina, s/d [1884]). As obrigações de Eça foram explicitadas por missiva de 23 de janeiro de 1896, destinada ao poeta português Alberto de Oliveira (1873-1940), na qual justificou o fato de não haver trabalhado na projetada revista *O Serão*:

> Ora o meu amigo sabe que eu sou, tenho sido nestes últimos anos, um redator regular da Gazeta de Notícias do Rio, recebendo um salário regular. Em mais de quatro meses, não mandei à Gazeta o valor, em presa, de um bilhete postal. Também por escrúpulo, não tendo dado o trabalho, não cobrei o salário. Mas esses salários são indispensáveis ao meu orçamento — e para legitimamente

> os receber agora, tenho de mandar para o Rio o montão de prosa a que eles correspondem e que os justifica (...). Janeiro está quase no fim e eu ainda não estou sequer em metade de toda a prosa que devo à *Gazeta*. (Queirós, 1983, pp. 360-361).

O trecho é esclarecedor pois evidencia que Eça receberia se enviasse as colaborações, tanto que se apressava em produzir o material frente à necessidade do aporte financeiro proporcionado pela *Gazeta*.

Já o corresponde parisiense, mencionado na nota da redação, era Guilherme de Azevedo, poeta de *Alma Nova* (1874), cronista festejado e colaborador de importantes periódicos, entre eles *O Panorama* (Lisboa, 1837-1868), *Diário da Manhã* (Lisboa, 1876-1884), *O Pimpão* (Lisboa, 1876-1918), *O Ocidente* (Lisboa, 1878-1909) e do brasileiro *Jornal do Comércio*, para o qual remeteu de Lisboa, entre fins de 1878 e meados de 1880, as "Crônicas Lisbonenses". Muito próximo de Rafael Borlado Pinheiro (1846-1905), participou ativamente na *Lanterna Mágica* (Lisboa, 1868-1875) e na primeira série *O António Maria* (Lisboa, 1879-1885), que registrou sua partida para Paris, via Madri, ocorrida a 6 de setembro de 1880 (*O António Maria*, 09/09/1880, p. 294), cidade na qual se instalou a 12 de setembro (Miguel, 1997, p. 208). Além das qualidades de folhetinistas e poeta, assinale-se que ele mantinha sólidos laços com figuras que gravitavam em torno da *Gazeta*, tanto que há quem afirme que o convite para o cargo de correspondente em Paris partiu de Lino de Assunção, outro amigo de quem era muito próximo (Miguel, 2000, p. 8), indicação que, por certo, contou com o apoio dos proprietários.

Cabe assinalar, ainda, as ligações entre Bordalo com o jornal brasileiro. Foi o idealizador da *Gazeta*, Manuel Carneiro, então à testa de *O Mosquito* (RJ, 1869-1877), no qual também colaboravam Ferreira de Araújo e Henrique Chaves, que convidou o caricaturista para se instalar na capital do Império. Bordalo deixou Lisboa em 19 de agosto de 1875, pouco dias depois do lançamento da *Gazeta*, e, no mês seguinte, já iniciou sua colaboração no semanário humorístico (França, 2007, p. 19). Permaneceu no país até 1879 e fundou seus próprios periódicos satíricos, tendo se tornado bastante próximo de Henrique Chaves, figura de proa na *Gazeta*. Bordalo não perdeu a oportunidade de se postar ao lado de Eça de Queirós e do seu *O Primo Basílio*, valendo-se do lápis para polemizar com Machado de Assis (Mérian, 2007, pp. 17-23).

Não é possível saber os detalhes do acordo firmado entre o matutino e Guilherme de Azevedo, cujas primeiras contribuições figuraram o jornal a partir de fins de 1880. Ao anunciar a novidade aos leitores, os responsáveis pela folha esclareceram:

> O Sr. Guilherme de Azevedo enviar-nos-á de Paris folhetins literários, crônicas e correspondências políticas. Ficamos assim aptos para bem informar nossos leitores de todo o movimento Europeu, que nos será relatado e comentado por escritores como Ramalho Ortigão, em Lisboa, Eça de

> Queirós, em Londres, Guilherme de Azevedo, em Paris, e Luiz Guimarães,[5] em Roma (*Gazeta de Notícias*, 28/09/1880, p. 1).

E, de fato, além de confirmar a opção por nomes já instalados no país a respeito do qual escreveriam, exceção feita a Guilherme de Azevedo, o rol também indica os laços de proximidade que ligavam os colaboradores do jornal.

A consulta aos exemplares da *Gazeta* indicou que a maioria dos textos remetidos de Paris por Azevedo foi enfeixada sob a rubrica "Correio de França", não assinada, diferentemente do que ocorria com as bem mais esparsas "Cartas de Paris", coluna que, no início de 1882, passou a denominar-se "Crônica de Paris", ambas com indicação de autoria.[6]

Segundo informações de Bordalo, que então se encontrava na capital francesa, a saúde de Guilherme dava sinais de fraqueza desde fevereiro, mas foi somente em fins de março que ele foi internado, falecendo pouco depois, a 6 de abril. O enterro ocorreu dois dias depois. Na historiografia literária, é frequente que se aponte a segunda data como a do seu passamento, assim como não há acordo quanto aos que estiveram presentes no cemitério de Saint-Ouen na manhã daquele sábado. A notícia da morte de Guilherme tardou a aparecer nos jornais brasileiros, pois o *Jornal do Comércio*, do qual ele fora correspondente em Lisboa, e a *Gazeta de Notícias* comentaram o fato somente em 29 de abril (*Gazeta de Notícias*, 29/04/1882, p. 1), a partir de jornais chegados de Portugal no vapor *Galícia*.[7] As folhas portuguesas já haviam rendido homenagens ao cronista, que não rompeu os laços com a imprensa local durante os anos que residiu em Paris, uma vez que continuou a colaborar com *O Primeiro de Janeiro* (Porto, 1868-2008), *Diário da Manhã*, que reproduzia parte do que publicava na *Gazeta*, e com o *Álbum das Glórias* (Lisboa, 1880-1883), de Rafael Bordalo.

O detalhe do atraso é significativo pois não restam dúvidas que os proprietários da *Gazeta* souberam do falecimento muito antes. Ferreira de Araújo, redator e um dos proprietários, foi representado na cerimônia por Lino de Assunção, na qual também esteve presente o encarregado das questões comerciais do jornal na Europa, Charles Hoffmmans, além de

5 Trata-se do escritor braisleiro Luiz Caetano Pereira Guimarães Júnior (1845-1898), à época atuando como diplomata na Itália, próximo de Ramalho, Eça, Fialho de Almeida (1857-1911) e Guerra Junqueiro (1850-1923).

6 Nota da redação esclareceu: "O nosso correspondente de Paris modifica os seus trabalhos a contar do começo deste ano. Guilherme de Azevedo enviar-nos-á, tão amiudadamente quanto possível, *crônicas* da grande capital, que serão publicadas no corpo da folha, guardando o *rez-de-chaussée* para assuntos puramente literários, sempre que se lhe ofereça ensejo. Não obstante, continuaremos a dar como até aqui a maior soma de notícias em todos os correios de França. Supomos que os leitores ficarão assim mais bem servidos" (*Gazeta de Notícias*, 03/01/1882, p. 1). Na prática, além da mundança na denominação da coluna, de "Cartas de Paris" para "Crônica de Paris", esta última deixou de ocupar o pé da página, como era praxe até então.

7 O *Jornal do Comércio* (29/04/1882, p. 2) reproduziu nota publicado no *Diário Popular* (Lisboa, 1866-1896) na qual, possivelmente por erro tipográfico, a morte era indicada como tendo ocorrido a 8 de abril. Talvez esta seja a origem do equívoco.

outros amigos nomeados por L. de A.[8], que acompanhou o préstito e esclareceu que "os convites [para a cerimônia] foram feitos pela *Gazeta* e pelos amigos" (L. de A. *Gazeta de Notícias*, 03/05/1882, p. 1).[9] É certo que a folha de Ferreira de Araújo poderia silenciar sobre o ocorrido até 29 de abril, data em que outros matutinos do Rio de Janeiro trouxeram a notícia, municiados pelos exemplares de jornais portugueses que aportaram com o vapor *Galícia* em 28 de abril. Talvez não seja mero acaso o fato de, justamente no dia seguinte à publicação da notícia, reaparecer o "Correio de França" (*Gazeta de Notícias*, 30/04/1882, p. 2).[10]

3. Mariano Pina e a *Gazeta de Notícia*

Se para Guilherme de Azevedo, graças aos desenhos do amigo Bordalo e à correspondência que mantiveram, é possível estabelecer com precisão a data que deixou Lisboa e o momento da instalação em Paris, o mesmo não ocorre com o seu substituto, Mariano Pina. De fato, conta-se com alguns poucos indícios, provenientes do espólio dos irmãos Augusto e Mariano, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, e que não permitem estabelecer uma cronologia exata. Impossível mesmo é determinar, com os dados até o momento disponível, a autoria da seção "Correio de França" que, conforme se destacou, voltou a ser publicada na *Gazeta* em 30 de abril de 1882, com menção de que o texto fora escrito em 6 de abril, dia do falecimento de Guilherme de Azevedo. Nesta data, é certo que Pina ainda não se mudara para Paris, como indica a carta que lhe foi remetida do Rio de Janeiro por Henrique Chaves a 8 de abril de 1882, dia do enterro de Guilherme, e na qual se explicitavam as tarefas do novo correspondente. Os cumprimentos a Ramalho e Gervásio Lobato (1850-1895) atestam que Pina estava em Lisboa. A missiva também é significativa por indicar que os responsáveis pela *Gazeta* sabiam da gravidade da doença de Guilherme, tanto que estavam em curso tratativas para substitui-lo. A despeito de longa, vale reproduzir a integra da missiva, transcrita por Miné (1992, pp. 44-45, grifos no original):

> Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1882
>
> Meu caro Pina
>
> A tua proposta foi aceita com prazer. Estás nomeado correspondente da *Gazeta de Notícias* em Paris.
>
> Não deves essa nomeação senão ao teu trabalho e talento. A mim nada tens que agradecer.

8 É possível que se trata dó brasileiro Luís de Andrade (1849-1912), que mantinha sólidas relações com o mundo letrado de Portgual, onde estudou (Silveira, 1981, p. 15).

9 Detalhes sobre os últimos momentos de Guilherme de Azevedo encontram-se na edição a ele dedicada de *O António Maria*, 16/04/1882.

10 A última contribuição localizada de com esse título, datada de Paris, 10/03/1882, encontra-se na *Gazeta de Notícias*, 03/04/1882, p. 1.

O Elísio [Mendes] escreve-te por este paquete e nesta altura, dando-te as necessárias instruções financeiras. Quanto à maneira de fazeres o serviço, aí vão algumas indicações:

1ª Mandar correspondência, uma carta com o título — "Correio de França", por todos os paquetes regulares, que são seis por mês e por aqueles extraordinários, que puderem adiantar. Bem informado destes movimentos de paquetes, casos haverá em que possas mandar a carta via Lisboa, visto a brevidade de comunicação.

2ª Mandar duas "Crônicas de Paris", que poderás assinar. Essas crônicas podem ser quinzenais.

3ª Mandar notícias artísticas e teatrais, em separado, para nós cá as metermos nas respectivas seções.

4ª Cortar dos jornais ou revistas os artigos que julgares interessantes, caso não possas mandá-los traduzidos.

5ª Convém que as correspondências não sejam longas — oito ou nove tiras, é uma medida regular. Quanto ao seu espírito ou à sua índole pelo que respeita a política, cá ficamos perfeitamente tranquilos porque conhecemos as tuas tendências, Não deves perder de vista que a *Gazeta* é uma folha popular. Não deves pois ter preocupações de escola na maneira de escrever. Escreve do modo que possas agradar ao maior número. Muito melhor do que eu deves saber que tudo se pode dizer, sem sacrifício de opiniões. Se te dou estes conselhos é porque desejo e espero que tenhas um magnífico êxito nessa empresa.

6ª Mandarás telegramas de casos importantes da política europeia. A este respeito nada te posso dizer. Serás o único juiz das ocasiões em que deves fazer trabalhar os fios ao serviço da *Gazeta*.

É só.

Agora sê feliz e espero por um abraço que em breve te hei de dar.

Tenho acompanhado os teus artigos no *Diário da Manhã* e em outras publicações. O do pobre Guilherme está magnífico. Não nenhum melhor.

Não sei se escreverei ao Bordalo.

Dá-lhe um abraço bem como ao Ramalho e ao Gervásio.

Teu amigo

H. Chaves.

A julgar pela afirmação de Chaves, o jovem jornalista não foi convidado, antes teria ofertado os seus serviços.[11] Parece pouco provável que os proprietários da *Gazeta* arriscassem nomear um desconhecido para cargo tão relevante. De fato, Pina era um jovem de vinte e dois anos, cuja colaboração na imprensa iniciara-se pouco antes, mais precisamente em 1878 no *Diário do Comércio* (Lisboa, 1876-1880). Logo passou para o *Diário da Manhã*, de Manuel Pinheiro Chagas

11 O fato em si não era inusual. Em 1892, Batalha Reis, colaborador assíduo da *Gazeta* e que fixara residência em Londres, escreveu a Ferreira de Araújo oferecendo-se para comentar a política inglesa, proposta polidamente postergada sob justificativa do câmbio desfavorável e das elevadas despesas já contraídas com correspondentes, telegramas e serviço da Havas (Miné, 2017, pp. 22-23).

(1842-1895), de quem tornou-se próximo e para cuja folha escrevia críticas literária e artística. Travou polêmica acirrada com Camilo Castelo Branco (1825-1880) a respeito do seu livro *Cancioneiro Alegre* (1879), oportunidade em que exaltou Ramalho e Eça. Também se bateu pelos artistas que se reuniam informalmente na Cervejaria Leão de Ouro, entre os quais estavam os irmãos Rafael e Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), Silva Porto (1850-1893), António Ramalho (1859-1916) e que foram batizados por Pina, que também frequentava as tertúlias, de Grupo do Leão, representado em famoso quadro de Columbano.[12]

Pina nunca desmentiu os que atribuíam a Pinheiro Chagas sua indicação para correspondente em Paris, fato que, anos mais tarde, a própria *Gazeta* reafirmou.[13] Já as obrigações que deveria cumprir eram bastantes variadas, o que se compreende em face da importância de Paris, cidade que capturava a imaginação da elite brasileira e que se constituía em centro de irradiação cultural mais importante da Europa no século XIX, e do interesse despertado pela conjuntura política francesa. Como indica a carta de Chaves, esperava-se que Pina remetesse material diversificado, desde telegramas, recortes de jornais, além dos textos escritos para as colunas, que continuavam a manter os mesmos títulos anteriores, "Correio de França", não assinado, e "Crônicas de Paris". Já a mencionada carta de Elísio Mendes, que seguiu no mesmo paquete com explicitação dos detalhes financeiros (entenda-se, a remuneração pelos serviços), não foi conservada, uma vez que a missiva mais antiga de Elísio Mendes data de agosto de 1882.

A correspondência trocada entre Pina e Bordalo Pinheiro, por sua vez, é preciosa por fornecer alguns elementos sobre a instalação do novo correspondente na capital francesa. Há uma carta que traz a indicação "terça-feira, 20", escrita em papel do *Grand Hotel du Globe, 50, Rue des* Écoles. Nela Mariano informou ao amigo: "Cheguei no domingo 11 a Paris". A despeito de não indicar o mês e o ano, é possível afirmar, a partir de inferências diversas, que a carta foi escrita pouco depois de se instalar na cidade. Note-se que Pina ainda estava hospedado num hotel e abriu a missiva referindo-se à recente passagem de Bordalo pela capital francesa — ele partiu após o enterro de Guilherme de Azevedo, em abril de 1882. Também mandou notícias do irmão do destinatário e elogiou o quadro de Columbano em exposição no Salão de Paris, aberto no Palácio das Indústrias a 1º de maio de 1882. É patente o deslumbramento do

12 Os dicionários literários são econômicos e repetivos em relação a Pina. Informam que ele nasceu em Alcobaça (29/01/1860), iniciou estudos de Medicina, abandonados quando da morte do pai. Ao longo da vida, além dos periódicos citados, colaborou em vários outros, a exemplo do *Jornal do Comércio* (Lisboa, 1853-1989), *Correio Nacional* (Lisboa, 1893-1906) e do *Diário Popular*. Foi diretor e depois co-proprietário da revista *A Ilustração* (Paris, 1884-1892). Fundou *O Espectro* (Paris, 1890) e assumiu a condução da diário *O Nacional* (Lisboa, 1890-1891). Inseriu-se no mundo do teatro como tradutor e agente, editou algumas obras e reuniu em livro o relato da única viagem que fez ao Brasil em 1895, onde permaneceu por três meses (Pina, 1896). Quando de sua viagem, além das atividades na imprensa portuguesa, atuava como correspondente do *Jornal do Brasil* (RJ, 1891), assinando a série "Cartas de Europa", atividade que manteve até falecer de turberculose, em São João do Estoril a 30/03/1899.

13 A respeito ver: (*Diário Ilustrado*, 01/09/1889, p. 1) e a nota publicada por ocasião de sua morte em *Gazeta de* Notícias, 02/04/1899, p. 1.

recém chegado pela cidade ("ainda não supri a minha vontade de Paris") e, no que respeitava às suas novas obrigações, declarou: "daqui há uns dez dias começo os meus trabalhos para a *Gazeta*". O fato era do conhecimento do jornal, pois Pina estava em companhia de um dos proprietários: "O Ferreira de Araújo está presentemente em Paris e tenho passado com ele horas bem agradáveis" (Carta de Mariano Pina a Rafael Bordalo Pinheiro, 20 [06/1882]). No calendário de 1882, domingo 11 e terça feira 20 remetem apenas para o mês de junho.

É certo que as indicações são circunstanciais, mas ganham densidade quando se leva em conta que a carta de Chaves, datada de 8 de abril, deve ter levado entre quinze e vinte dias para chegar às suas mãos e, considerando-se que Pina deveria mudar de país, não parece despropositado que despendesse pouco mais de um mês para fazê-lo. No espólio, uma das cartas mais antigas é de Eça de Queirós que, em 04 de julho de 1882, desejou-lhe "boa saúde em Paris!" (Carta de Eça de Queirós a Mariano Pina, 04/07/1882), nova pista de que acabara de se instalar.

A correspondência trocada com Ferreira de Araújo,[14] que da França seguiu para a Inglaterra e Holanda, revelam um Mariano Pina muito interessado em ter em mãos os exemplares da *Gazeta* nos quais figurava. Na remetida de Londres, em 07 de agosto de 1882, lê-se:

> Recebi hoje *Gazeta* até 15 de julho [de 1882]; ainda não trazem correspondência nem é tempo. Se a sua primeira carta foi pelo paquete de Marselha a 29 de junho [de 1882], podemos lê-las aqui na *Gazeta* que enviaram do Rio 24 ou 28 de julho [de 1882], e que chegam à Paris a 13 ou 17 deste [agosto de 1882]. (Carta de Ferreira de Araújo a Mariano Pina, 07/08/1882).

O dado é relevante por sugerir que, até 29 de junho, Mariano ainda não havia enviado material para o jornal, o que está de acordo com a afirmação feita a Bordalo em 20 de junho de 1882, segundo a qual iniciaria o trabalho daí uns dez dias. Que ele continuava ansioso por ter em mãos os exemplares da *Gazeta* com as suas colaborações, atesta nova carta de Ferreira de Araújo, desta vez da cidade de Anvers (Antuérpia), datada de 25 de agosto:

> Recebi hoje uma carta sua. Tenho recebido as Gazetas em que veem as suas crônicas, mas não as tenho guardado. O remédio, porém, é fácil; vá, em meu nome, à casa dos Srs. Gallien & Prince, 36, Rue Lafayette, que eles lhe permitirão que leias lá as Gazetas, enquanto as não receber diretamente do Rio. Diga-lhes que é o nosso correspondente. Para o próximo correio, se ainda as não receber, eu posso enviar-lhe as minhas (Carta de Ferreira de Araújo a Mariano Pina, 25/08/1882).

14 No espólio, Ferreira de Araújo está identificado como Ferreira de Amorim.

A consulta à *Gazeta* evidenciou que, entre a última contribuição de Guilherme de Azevedo localizada (o já citado "Correio de França" de 03/04/1882) e a retomada da série no último dia de abril, os leitores ficaram quase um mês sem contar com colaborações provenientes da França. Houve novo interregno significativo entre 30 de abril e 14 de maio, data a partir da qual a série voltou a figurar de maneira constante, conforme se observa na Tabela n. 1:

Tabela 1
"Correio de França", *Gazeta de Notícias* (abril a julho de 1882)

Data do texto	**Data na *Gazeta***	**Autoria**
10/03	03/04/1882, p. 1	Último texto de Guilherme de Azevedo
06/04	30/04/1882, p. 2	Autoria não identificada
09/04	14/05/1882, p 2	Idem
16/04	15/05/1882, p. 2-3	Idem
21/04	18/05/1882, p. 2	Idem
24/04	21/05/1882, p. 1-2	Idem
Sem data	22/05/1882, p. 1	Idem
30/04	26/05/1882, p. 2	Idem
04/05	29/05/1882, p. 1	Idem
Sem data	30/05/1882, p. 2	Idem
12/05	05/06/1882, , p. 1-2	Idem
23/05	18/06/1882, p. 2	Idem
28/05	21/06/1882, p. 1	Idem
02/06[15]	26/06/1882, p. 1	Idem
31/05	30/06/1882, p. 1-2	Idem
27/06	25/07/1882, p. 1	Provável texto de estreia de Mariano Pina
30/06	30/07/1882, p. 2	Mariano Pina
04/07	31/07/1882, p. 1-2	Mariano Pina

Elaboração da autora. *Fonte: Gazeta de Notícias*. Consultada em 20 de abril de 2020.
Coleção integral disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730.

Se, de fato, Pina somente remeteu material em 29 de junho, conforme se lê na carta de Ferreira de Araújo, pode-se creditar a ele os textos datados a partir de 27 de junho de 1882, permanecendo em aberto a autoria das catorze ocorrências registradas entre abril e junho. Ao iniciar sua colaboração para a *Gazeta*, Eça de Queirós foi responsável, por um breve período de tempo, por comentar, a partir de Bristol, notícias de Paris e Londres, o que evidencia

15 Observe-se que o correspondente mandava um conjunto de texto, cabendo ao editor escolher a ordem na qual seriam publicados, como se observa aqui. A colaboração escrita a 02 de junho foi publicada antes da datada de 31 de maio.

que era possível, para um residente europeu, elaborar um apanhado dos jornais franceses e remeter considerações para o jornal, situação que não poderia prolongar-se indefinidamente. No caso do "Correio de França", Chaves fez questão de destacar que esse texto não era assinado e deveria ter caráter noticioso, o que de fato se observa nas quatorze ocorrências citadas, que se concentraram, sobretudo, em questões de ordem política.

Outro indício provém da carta remetida do Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1882 por Elísio Mendes, que elogiou Pina nos seguintes termos:

> As suas três primeiras correspondências já publicadas agradaram. Para agradarem muito falta-lhes só mais alguns meses de Paris. Têm a amenidade que convém à *Gazeta*. Estás compreendendo perfeitamente o gênero criado pelo jornal e seguindo-o. Dou-lhe os parabéns depois de os ter dado a mim (Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina, 01/08/1882).

Dois pontos merecem ser destacados. O responsável pelos rumos financeiros do jornal certamente estava atento ao que o jovem correspondente remetia de Paris. Ao mencionar, em 1º de agosto de 1882, as três contribuições já publicadas, Mendes referia-se aos "Correio de França" estampados ao longo do mês anterior (dias 25, 30 e 31) e escritos, respectivamente, em 27 e 30 de junho e 4 de julho (ver Tabela n. 1), dados que estão em sintonia com o que se lê nas cartas de Ferreira de Araújo. Do ponto de vista da diagramação, foi justamente a partir de julho que a coluna passou a vir encimada por um resumo, que dava conta dos principais temas tratados, aspecto não observado nas ocorrências anteriores.

O segundo ponto diz respeito ao fato de Elísio declarar-se satisfeito consigo mesmo, modo pouco sutil de lembrar a Pina que ele apoiou sua indicação para o posto, o que ajuda a entender o processo de escolha dos colaboradores. Além de contar com a simpatia de intelectuais de peso no cenário português, os quais mantinham relações próximas com o jornal, caso de Bordalo Pinheiro, Eça de Queirós, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão, ele também recebeu o aval de um dos proprietários, que fez questão de deixar isso bem claro. Não se pode perder de vista que Pina não desfrutava nem do prestigio nem da legitimidade intelectual quer do seu antecessor, Guilherme de Azevedo, quer de seus apoiadores. Para obter o cargo, teve que contar o apoio da rede de amizades tecidas dos dois lados do Atlântico e que tinha como ponto de interligação a *Gazeta de Notícias*.

Não foi de imediato que Pina acertou o tom. Em 23 de setembro de 1882, Henrique Chaves enviou-lhe nova carta e, a despeito de louvar os esforços do correspondente, ponderou:

> O teu serviço tem agradado e estamos satisfeitíssimos. Simplesmente há ainda algumas modificações a fazer.
>
> O "Correio de França", que deve vir por todos os paquetes que adiantarem, deve trazer notícias e somente notícias. Geralmente veem bem escritos demais, com estilo de folhetim. Em vez da

> qualidade é preferível atender à quantidade. Digo-te isto com toda a franqueza para melhor te guiar. As correspondências do Jornal do Comércio, da mesma data, trazem sempre muito maior cópia de notícias.
>
> A meu ver, e creio que segundo os interesses da folha, no "Correio de França" devias começar por uma pequena resenha política referente aos conteúdos dos paquetes e depois fazeres um verdadeiro noticiário — fatos e poucos comentários.
>
> Só temos recebido um folhetim. Entretanto eles devem ser quinzenais e aqui poderá fazer brilhar o teu estilo, perfeitamente à vontade.
>
> Repito, o teu serviço tem agradado, mas feitas as modificações indicadas ainda melhor ficará. É preciso distinguir, até na forma, o que é uma carta noticiaria de um folhetim, que é sempre uma obra literária.
>
> Creio e confio que não levarás a mal estas impertinências, que aliás, de modo algum atacam o teu talento e a tua independência de escritor. São apenas conveniências mutuas.
>
> Continue a mandar em separado tudo quanto te parecer interessante (Carta de Henrique Chaves a Mariano Pina, 23/09/1882).

As observações de Chaves indicam preocupação com a notícia, ou seja, contrariamente ao que se esperava de outros correspondentes, que assinavam apenas folhetins, da França era preciso contar com um serviço informativo, com ênfase nas questões políticas. Tendo em vista que a preocupação não era com a qualidade da escrita, mas com a quantidade do que se remetia, o texto não era assinado e não assumia o estatuto de obra literária, reservada apenas para o folhetim, conforme enfatizou Chaves.[16] Na perspectiva do remetente, Pina esmerava-se na elaboração do "Correio de França" e perdia de vista a função que a coluna deveria cumprir no interior do jornal, além de descuidar do envio do folhetim quinzenal.

O fato é que, ao longo do período em que respondeu pelo cargo, Pina enviou apenas catorze textos assinados, publicados fora da coluna "Correio de França", mas que nunca receberam o título "Crônica de Paris", como era praxe no tempo de Guilherme de Azevedo. Especificamente para 1882, há registro de quatro colaborações dessa natureza (Ver Tabela n. 2), o que não deve ter ajudado a torná-lo conhecido dos leitores brasileiros.[17]

16 Era grande a preocupação com a informação. Em carta, Elísio insistiu: "(...) sobre telegramas não se descuide, que queremos fazer disso atenção e atração (...). Passar os telegramas até às 5 da tarde para que cheguem no mesmo dia". Não faltaram elogios, "o seu telegrama do ministério veio com vantagem ao da Havas", e críticas, "o seu telegrama sobre a derrota dos egípcios no Sudão foi expedido muito tarde. O da Havas já lá estava". Ver, respectivamente, (Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina datadas de 01/08/1882, 12/09/1882 e 02/03/1884).

17 A ausência de textos assinados foi observada por um amigo de Lisboa: "Temos lido poucos folhetins teus na *Gazeta*". (Carta de Carlos de Moura Cabral a Mariano Pina, 27/10/1882). Como se observa na Tabela 2, até a data da missiva, o jornal havia estampado dois textos assinados por Pina.

Tabela 2
Texto de Mariano Pina publicados fora da seção "Correio de França" (1882-1886)

Data de escritura do texo	Data de publicação *Gazeta*	Título	Subtítulo	Assinatura
1) Sem data	11/08/1882	Quadros de Paris	O 14 de julho	Mariano Pina
2) Sem data	18/10/1882	Quadros de Paris	O suicídio de uma atriz	Mariano Pina
3) Sem data	27/11/1882	Vida Parisiense	O comediante	Mariano Pina
4) Sem data	26/12/1882	Vida Parisiense	O *Roi s'amuse I*	Mariano Pina
5) 10/12/1882	08/01/1883	Vida Parisiense	O *Roi s'amuse II*	Mariano Pina
6) 21/12/1882	15/01/1883	Quadros de Paris	O enterro de Luís Blanc	Mariano Pina
7) 04/01/1883	28/01/1883	Morte de Gambetta	Correspondência especial	M. Pina
8) 24/12/1883	30/01/1883	Vida Parisiense	O Natal	Mariano Pina
9) Fev./1883	15/03/1883	Vida Parisiense	Os bailes da Grande Ópera	Mariano Pina
10) 06/03/1883	07/04/1883	Vida Parisiense	Sarah Bernhardt	Mariano Pina
11) Maio/188	30/06/1883	Vida Parisiense	O Salão. Brasileiros e portugueses	Mariano Pina
12) Sem data	12/06/1884	Vida Parisiense	O Salão de 1884	Mariano Pina
13) 25/05/1884	21/06/1884	Extinção da hidrofobia	Descoberta do sábio Pasteur	M P
14) 05/06/1885	25/06/1885	Os funerais de Victor Hugo	----------	Mariano Pina

Elaboração da autora. *Fonte: Gazeta de Notícias*. Consultada em 20 de abril de 2020.
Coleção integral disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730.

A partir do início de 1883, o "Correio de França" passou a indicar autoria, fosse pelas iniciais ou por extenso, o que coincidiu com a presença, cada vez mais esparsa, dos textos que Henrique Chaves denominava de folhetins, dado que pode, ainda uma vez, ser constatado na Tabela n. 2. Noutros termos, a separação, tão insistentemente solicitada entre noticia e literatura, acabou por ser, na prática, abandonada e o trabalho de Pina concentrou-se na seção inicialmente concebida como informativa, que somou pouco mais de uma centena e meia de ocorrências, cabendo observar que, a partir de novembro de 1885, o conteúdo enviado foi, em várias oportunidades, dividido e publicado em dias subsequentes ou próximos (ver Tabela n. 3). É difícil saber se os proprietários mudaram de ideia ou se acabaram por entrar em acordo com um correspondente renitente.

Tabela 3
Textos de Mariano Pina publicados na seção "Correio de França"

Ano	Mês/Dias de publicação na *Gazeta*	Total
1882	Jul. (25, 30, 31), Ago. (02, 06, 14, 25, 27), Set. (09, 12, 17, 26), Out. (03, 15, 27), Nov. (13, 19, 26), Dez. (01, 15, 17, 24)	22
1883	Jan. (02, 11, 18), Fev. (01, 09, 15), Mar. (05, 09, 10, 13, 20, 24), Abr. (12, 15, 23, 26), Maio (05, 07, 11, 17, 25), Jun. (10, 18, 22), Jul. (03, 16, 23, 26), Ago. (09, 12, 19, 25), Set. (02, 16, 18, 24, 26), Out. (09, 12, 24, 28, 30), Nov. (02), Dez. (05, 08, 20, 30).	47
1884	Jan. (11, 18, 29), Fev. (02, 15, 27), Mar. (05, 08, 24, 29), Abr. (10, 12, 18), Maio (04, 13, 19, 24), Jun. (11, 15, 18, 25), Jul. (19, 31), Ago. (16, 17), Set. (05, 20, 21, 25), Out. (03, 04, 16, 21, 31), Nov. (14, 19), Dez. (01, 24, 26)	39
1885	Jan. (03, 14), Fev. (06, 17), Mar. (08, 23, 25, 31), Abr. (04, 06, 16, 24), Maio (01, 03, 13, 19, 31), Jun. (05, 13, 30), Jul. (06, 12), Ago. (10, 18), Set. (N/C), Out. (03, 09, 13, 26, 28), Nov. (**23-24, 29-30**), Dez. (**12-13, 29-30**).	33
1886	Jan. (**11-15, 17-18**), Fev. (**01-02**, **03-07**, 24, **25-26**), Mar. (04, 05, 08, 26, 31), Abr. (04, **13-14**)	13
		154

O negrito indica que o conteúdo da correspondência foi dividido e publicado em dois dias.
Elaboração da autora. *Fonte: Gazeta de Notícias*. Consultada em 20 de abril de 2020.
Coleção integral disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730.

A situação de Pina na *Gazeta de Notícias* sempre foi, em certa medida, excepcional. Muito jovem e relativamente pouco conhecido no meio literário português (para não mencionar o brasileiro, no qual era incógnito), galgou posto importante, que lhe abriu outras oportunidades, a principal delas, ainda uma vez, decorrente do posto que ocupou na *Gazeta*.

No início de 1884, Elísio Mendes decidiu lançar a revista *A Ilustração*, impressa em Paris e remetida quinzenalmente para Lisboa e o Rio de Janeiro, cujo primeiro número veio a público em 5 de maio do referido ano. Homem de negócios e pouco afeito às letras, incumbiu seu correspondente em Paris de assumir a direção literária do empreendimento, que tinha em vista oferecer um produto sofisticado, sem igual nos mercados português e brasileiro, mas ainda assim por preços módicos. O segredo do negócio residia nos acordos firmados com a *Société Anonyme des Publications Périodiques,* empresa francesa que não apenas imprimia a revista, mas colocava à disposição dos responsáveis, por valores quase simbólicos, sua coleção de clichês já utilizados. Assim, além das funções de correspondente, Pina também atuou como editor, sem que o nome de Elísio figurasse na publicação. O posto foi fundamental para que se firmasse no cenário cultural dos dois lados do Atlântico.[18]

A tarefa não deveria interferir nas suas antigas obrigações: "Recomendo-lhe de modo que não deixe de se dedicar ao serviço da *Gazeta* e não se esqueça de mudar correspondências noticiosas. É preciso que aquela não seja prejudicada pela nova folha [*A Ilustração*]" (Carta

18 Para análise detalhada da revista e do seu impacto na carreira de Pina, que se tornou coproprietário da publicação em dezembro de 1885, consultar (Luca, 2018).

de Elísio Mendes a Mariano Pina, 02/05/1884). Se os folhetins foram raros ao longo de 1882 (4 ocorrências) e 1883 (7 ocorrências), tornam-se bissextos em 1884 (2 ocorrências) e 1885 (uma ocorrência), o que aponta para um novo arranjo, que passou a envolver a remessa regular do "Correio de França", com indicação de autoria a partir de janeiro de 1883, e algumas poucas colaborações estampadas fora dessa coluna, relativos a eventos ou ocasiões excepcionais, prática mantida pelo correspondente que substituiu Mariano Pina.

No que tange à distribuição das 168 contribuições (154 no "Correio de França" e 14 fora desta seção), as Tabelas n. 2 e 3 indicam que não é possível estabelecer um padrão quanto à frequência de publicação do material remetido de Paris. Como regra geral, os leitores contavam entre três e cinco contribuições, distribuídas ao longo do mês. Entretanto, várias questões poderiam interferir nesse fluxo, a começar pelos surtos do cólera de 1884 e 1885, que impuseram quarentenas aos viajantes e restrições às entradas de navios nos portos, fossem da Europa e/ou da América Latina, além de eventuais impedimentos de saúde ou de outra ordem do correspondente, o que poderia resultar em intervalos maiores entre as remessas.

Mesmo em condições normais, era preciso contar com imprevistos. Segundo informações do próprio Pina, havia três companhias responsáveis pelas malas postais para o Brasil, duas britânicas, a *Pacific Steam Navigation Company* (rota Liverpool, Bordeaux, Lisboa, Cabo Verde, Rio de Janeiro, Montevidéu, de onde seguia para o Chile e o Peru), a *Royal Mail Steam Packet Company* (rota Southampton, Lisboa, Madeira, São Vicente, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires) e a francesa *Messageries Maritimes* (rota Bordeaux, Lisboa, Canárias, Dakar, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires), que juntas respondiam por cinco saídas mensais para o Brasil, e não seis como mencionou Henrique Chaves em sua carta. Entretanto, cada empresa atuava de forma independente e era comum que navios partissem na mesma data ou em dias subsequentes, o que exasperava o correspondente, que ficava limitado a três malas postais.[19] Nesse contexto, era fundamental que os textos especificassem a data em na qual haviam sido escritos, o que cumpria

19 Veja-se o seu desabafo: "Tenho diante de mim um abismo de quinze dias onde não surgiu sequer — já não digo paquete — mas ao menos uma triste e magra canoa, que pudesse levar ao Brasil as últimas notícias da Europa. Na verdade este serviço de paquete está sendo pessimamente feito. (...) Há três companhias, duas inglesas e uma francesa, que fazem o serviço dos correios para o Brasil. Há regularmente cinco paquetes mensais. Pergunto: Que diabo custa arranjar um acordo entre estas três companhias de modo que as malas partam regularmente de França e de Inglaterra uma vez por semana? Que conveniência há em que um paquete da *Pacific* ou da Mala Real [*Royal Mail*] saia no mesmo dia ou um dia depois da saída do paquete francês? De forma que, com o estado atual do serviço marítimo, a Europa só pode comunicar duas vezes por mês, ou muito três, com o Brasil (...). Nos correios a confusão é enorme; as correspondências às vezes não alcançam os paquetes (...). Atendendo a que todos os paquetes, franceses e ingleses, antes de seguir para o Brasil tocam invariavelmente em Lisboa, todas as correspondências serão enviada para Lisboa, entrando ali no primeiro vapor que estiver para sair (...). O serviço dos correios entre a Europa e o Brasil, tal como ele está sendo feito — é simplesmente idiota. Quem primeiro se ressente de semelhante irregularidade é o comércio, este comércio que é, por assim dizer, toda a vida do Brasil" (Pina, 19/07/1884, p. 1). De fato, o texto, datado de 20/06/1884 foi publicado em 19/07. A indignação também se prendia, ainda que sem o mencionar, ao atraso na remessa da revista *A Ilustração*, por ele dirigida e seguia de Paris para Lisboa e o Rio de Janeiro.

a função de informar o leitor sobre as circunstâncias vigentes quando de sua produção, pois o conteúdo sempre referia-se à situação pregressa em relação à data da publicação, além de subsidiariamente permitir que os proprietários do jornal acompanhassem o ritmo de trabalho do seu correspondente.

A comparação entre as duas datas, ou seja, a da escritura do texto em Paris e a de sua impressão nas páginas do matutino do Rio de Janeiro, revela que o tempo médio decorrido era de três a quatro semanas. Intervalos de menos de vinte dias foram raros, assim como os que ultrapassaram a casa dos cinquenta. Esses limites não se constituem em meros detalhes, antes apontam tanto para os problemas de logísticas enfrentados para o envio das malas postais da Europa para o Brasil, quanto para o interregno entre o momento em que a correspondência foi escrita e o de sua leitura, o que atesta a temporalidade complexa que atravessava as páginas das folhas diárias.

Das 168 contribuições, apenas onze (6.5%) não trouxeram data. A análise das mesmas fornece pistas sobre a cadência do trabalho de Mariano Pina. Assim, entre os anos de 1882 e 1883, apenas em duas e quatro oportunidades, respectivamente, ele deixou de escrever para a *Gazeta* por mais de dez dias, prática que tendeu a se tornar mais frequente entre 1884 e 1885, com doze registros em cada ano e intervalos mais largos, que oscilaram entre quinze e vinte dias. Já em 1886, as colaborações restringiram-se aos três primeiros meses do ano e várias não indicaram a data de escritura.

A própria divisão das correspondências, frequente a partir de fins de 1885, como se observa na Tabela n. 3, parece indicar que o "Correio de França" estava sendo preterido por em favor de outros conteúdos, o que pode ser interpretado como indício de que as relações entre Pina e o jornal não iam bem. Uma espécie de advertência lhe fora feita por Mendes ainda em 1884, momento em que *A Ilustração* acabara de ser lançada e cujas vendas no Brasil não iam muito bem. Elísio queixou-se do sabor português da revista, crítica que estendeu ao material enviado por Pina para a *Gazeta*:

> (...) em confidência o [Ferreira de] Araújo diz-me que mesmo nas correspondências o amigo acentua muito em coisas portuguesas, que pouco importam ao Brasil, tratando-se de um correspondente em Paris (...). O Araújo diz-me: eu bem sei que ele não conhece o Brasil, mas pode deixar de estar a fazer confrontos e a dar conselhos e crítica a Portugal e portugueses, e evitar que esteja sempre na memória que o correspondente em Paris de uma folha brasileira não é brasileiro. O país é muito ciumento (Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina, 02/07/1884).

É preciso relativizar as confissões de Mendes, que se valeu de suposta fala de outrem para advertir Pina, observação que se afigurava muito mais justas para o diretor da revista do que para o correspondente. De toda forma, é curioso que a cobrança recaísse somente sobre ele, jovem e que ocupava uma posição mais relativamente modesta no campo intelectual

fosse brasileiro ou português. Ao contratar europeus como correspondentes, a *Gazeta* assumia esse risco, como bem observou Miné (2000, p. 20) em relação à Eça, ponderação igualmente válida para Guilherme de Azevedo e Mariano Pina:

> Eça, correspondente de um jornal brasileiro, não poderia nunca estabelecer aproximações, ou apontar as diferenças, com a nossa realidade que nunca conheceu bem. Por isso mesmo, evidencia-se nas suas colaborações como correspondente, que é Portugal que está sempre pelo avesso o Brasil é uma entidade remota, vaga, esparsamente referida.

No caso de Pina, não se pode esquecer as relações comerciais que estabeleceu com Elísio Mendes e sua *Ilustração*, publicação na qual o proprietário da *Gazeta* sempre figurou como investidor oculto, o que deu ao diretor a chance de levar os créditos intelectuais pelo empreendimento. Em fins de 1885, Mendes retirou-se da *Ilustração* e o nome de Mariano Pina passou a figurar na portada do periódico como diretor-proprietário, sem que se possa precisar em que termos ocorreu o afastamento de Mendes, mas não é improvável que as relações tenham ficado estremecidas. E, de fato, não tardou muito para que o correspondente fosse afastado da *Gazeta* por meio de carta formal e lacônica, remetida de Lisboa por Mendes em março de 1886: "Exmo. Sr. Mariano Pina: Atendendo a conveniência da administração da *Gazeta de Notícias*, de que V. Exa. tem sido correspondente, em Paris, fica este cargo suprimido no fim do corrente mês" (Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina, 23/03/1886).

Além dessa missiva, o espólio guarda outra, escrita por Ramalho Ortigão em 31 de março, a quem Pina solicitou ajuda. O escritor deve ter procurado Mendes, que se encontrava em Lisboa, e o máximo que conseguiu foi que a *Gazeta* pagasse o equivalente ao retorno do correspondente a Portugal, desejasse ou não voltar ao país. É curioso que os termos tenham sido acertados entre Ramalho e Mendes, tanto que coube ao primeiro remeter a ordem de pagamento. Discreto, limitou-se a dizer que Elísio "motiva a sua demissão numa série de pequenas queixas relativas a questões econômicas, extraliterárias, em que me parece melhor não intervir (...). Sinto bem não ter podido chegar a uma solução mais satisfatória intervindo como dedicado camarada na sua questão" (Carta de Ramalho Ortigão a Mariano Pina, 31/03/[1886]).

O último "Correio de França" remetido por Pina trouxe a data de 19 de março de 1886 e foi publicado nos dias 13 e 14 de abril de 1886. Terminava, de forma abrupta, a colaboração de Mariano Pina na *Gazeta de Notícias*. A sua saída foi comunicada aos leitores em 10 de junho, em termos pouco precisos, pois os proprietários do jornal tinham ciência que Mariano Pina continuava a residir na capital francesa:

> O nosso correspondente em Paris, o Sr. Mariano Pina, teve de retirar-se para Lisboa, o que nos priva da continuação dos serviços que durante quatro nos prestou e que ainda uma vez agradecemos. Para o substituir, pedimos e obtivemos a colaboração do Sr. Émile Deleau (*Gazeta de Notícias*, 10/06/1886, p. 1).

E, de fato, no dia seguinte, ressurgia o "Correio de França", remetido de Paris a 19 de maio de 1886 e assinado pelo novo correspondente.

4. Temáticas abordadas

Ao longo dos anos que foi correspondente, Pina remeteu mais de uma centena e meia de textos para a *Gazeta*, sendo que a distinção entre os informativos e os literários, tal como inicialmente lhe fora proposto, acabou por não se efetivar. A leitura do conjunto, ou seja, do "Correio de França" e dos poucos textos publicados fora desta seção, indicou que a diferença residia menos na forma do que na temática, com os últimos consagrados a um só assunto, conforme se observa na Tabela n. 2, enquanto os demais tratavam, quase sempre, de questões variadas, numa mescla que incluía eventos políticos, problemas econômicos, disputas coloniais, vida social, personagens ilustres, descobertas científicas, produção literária, espetáculos teatrais e exposições dos mais variados gêneros, escândalos, curiosidades e fatos inusitados ou peculiares. Ao lado dos temas que o correspondente não podia ignorar, sob pena de levantar a ira dos proprietários da *Gazeta*, preocupados em fornecer um panorama detalhado da situação europeia e sempre tendo em vista o que outros jornais da capital do Império publicavam, havia um largo espectro que ficava a cargo da sensibilidade e do senso de oportunidade de Pina, que fazia escolhas diante de um imenso rol de possibilidades.

Para bem executar sua tarefa, era preciso considerar o interesse, o horizonte de espera e as características de leitores de um país localizado do outro lado do Atlântico, país este que Pina não conhecia, o que resultava em posição duplamente estrangeira: um português que, pela primeira vez, tomava contato direto com a França e que deveria dar conta do que aí se passava para assinantes de um jornal brasileiro, que se definia como popular. Versado na escrita para periódicos, Pina adotou o tom coloquial que interessava à *Gazeta* e desde logo estabeleceu diálogo direto com os destinatários, estratégia que tinha em vista singularizá-los e instituir aproximações que convidavam ao compartilhamento de opiniões e vivências. A título de exemplo, veja-se o seguinte trecho, relativo à chegada do ano de 1885:

> Deste velho continente em que me acho, do silêncio deste meu quarto, nem sequer perturbado pelo ruído de uma carruagem que se perca ao longe no labirinto parisiense — porque a neve cai e é imenso [o] colchão cobrindo as ruas da cidade, ao pé deste bom fogão, meu único companheiro nessas longas e frias noites de inverno, envio para o outro lado do oceano as mais sinceras boas festas a todos quantos me leem e a todos quantos me estimem. O ausente manda as boas festas à sua família — os seus leitores. E porque não há de ser uma família, a nossa família? (...) Porque não há de ser cada leitor o indivíduo que se estime bem no fundo da nossa alma? (...) Não será para este anônimo, para este indivíduo, que nós desconhecemos, que não sabemos nem como se

> chama, nem a que sexo pertence, nem onde mora, nem o que faz — não será exclusivamente para ele que nós procuramos o pitoresco pelo mundo, a curiosidade, o último acontecimento, o fato do último instante? ... Não serão para ele as melhores sensações do nosso espírito, a mais bela frase que trabalhamos a custo ou que nos saiu espontânea dos bicos da pena, — tudo, enfim, quanto o nosso cérebro, o nosso coração e a nossa alma pensa, formular, resolve e manda escrever sobre um pedaço de papel?! (...) O leitor é o nosso confidente, o nosso amigo, aquele a quem dizemos tudo — tudo quanto vimos e observamos pelo mundo, tudo quanto nos provocou um sorriso ou nos provocou uma lágrima. Não há alegria de que ele não seja informado, nem desdém, nem estima, nem admiração, nem ódio pelos homens e pelas coisas que encontramos na nossa estrada, de que ele não seja o confidente imediato e absoluto.
>
> É, portanto, a ESSE que eu hoje envio as boas festas pela chegada do novo ano (...). A ti, meu amigo, de longe eu te saúdo! (Pina, 06/02/1885, p. 1, grifos no original).

É significativo o contraste entre a alegre convivência associada ao final do ano e a solidão do correspondente, cujos esforços tenazes, segundo confessou, orientavam-se para a satisfação de seus leitores, paradoxalmente tão desconhecidos e tão próximos. Pina saudou o "amigo distante", que o acompanhava pelas páginas da *Gazeta* e em relação ao qual atuava como um mediador, com vistas a tornar familiar uma realidade desconhecida e da qual ele era testemunha ocular. Tratava-se de informar, analisar e instruir, mas também distrair e seduzir, para o que ele mobilizava os diversificados protocolos do gênero crônica, que incluíam a subjetividade, a inventividade e a digressão.

Sua matéria prima eram os diversos matutinos e vespertinos franceses, a começar pelos eventos que ocupavam as manchetes e os artigos de fundo, eventos esses que já haviam sido sumariamente comunicados aos quatro cantos do mundo pelo telégrafo. Os leitores acabavam por se familiarizar com os títulos parisienses e suas posições políticas — *Le Figaro* (1826), *Le Pays* (1849-1914), *L'univers* (1867-1919), *Le Galois* (1868-1926), *Le Cri du Peuple* (1871-1922), *La Republique Française* (1871-1924), *Le Gil-Blas* (1879-1940), *L'Intransigent (1880-1948), L'Écho de Paris* (1884-1942), *Le Matin* (1884-1944), para ficar nos recorrentemente citados. Esperava-se que Pina não se restringisse à política e ele não se furtou a comentar eventos literários, culturais e esportivos, a cena teatral e tudo o que o deambular pela cidade — suas ruas, bulevares, jardins, cafés e teatros — sugeriam ao observador atento, imerso numa miríade de sensações e de acontecimentos cuja experiência direta oferecia um inventário diversificado, mote dos mais ricos para a composição das correspondências, que apresentavam/transportavam o leitor para o cotidiano parisiense.

A análise das suas colaborações revela a recorrência de alguns conjuntos temáticos: a política francesa e suas figuras centrais, personalidades das mais diversas áreas, o mundo da cultura e a cidade de Paris. A análise desses tópicos, fizessem referência a grandes acontecimentos ou minudencias do dia a dia, recebessem tratamento descritivo ou tom judicativo,

permitem identificar valores e crenças de Mariano Pina, subscritos pelos proprietários da *Gazeta* e compartilhados com os leitores brasileiros.

5. Em torno da política

A política estava entre os assuntos incontornáveis, era preciso seguir de perto os debates na Câmara e no Senado e suas figuras proeminentes, as disputas partidárias, as crises e trocas ministeriais, as eleições, as relações internacionais e as decisões do Presidente da República, enfim tudo o que movimentava o cenário francês. O fluxo das notícias era cadenciado pela abertura e fechamento das casas legislativas, daí a constante preocupação de informar acerca do encerramento e início dos trabalhos: "Está em férias o parlamento. Fechou no dia 19 de março e só as reabrirá no dia 19 de abril. Estaremos livres durante um mês da questão entre a direita e a esquerda, entre a Câmara e o Senado" (Pina, 15/04/1883, p. 1), o que deixa transparecer certo alívio, pois com o descanso da política ele poderia concentrar-se em questões de outra natureza, que por certo lhe tocavam mais de perto.[20]

Independentemente do apreço que tivesse pelo tema, não bastava fornecer um resumo frio dos últimos acontecimentos, ou da falta desses,[21] era necessário dotar-lhes de algum colorido, para o que Pina recorria a digressões. Assim, por exemplo, à longa descrição da cidade coberta de neve, do azul profundo do céu, da alegria e prazer que tomou conta dos parisienses em 27 de janeiro de 1885, enlevados pela paz da neve, o correspondente contrapôs o dia seguinte: "No dia 28 tudo mudou. Desapareceu o frio para aparecer uma chuva terrível, e depois uma ventania medonha, como poucas vezes aparece em Paris. Muitos toldos rasgaram; milhares de chapéus pelos ares. Caíram algumas pobres chaminés e caiu o ministério Duclerc" (Pina, 13/03/1883, p. 1), ou seja, o fato em si vinha envolto em toda uma ambiência

20 Vejam-se outras passagens no mesmo sentido: "Finalmente, posso bojo escrever uma crônica de Paris sem ter a obrigação fatal de me sujeitar aos acontecimentos da política. Poucas vezes um cronista é tão feliz em toda a sua vida! Eu neste momento rejubilo" (Pina, 12/09/1882, p. 2) e "Chega a quadra [férias de verão] em que todo o correspondente de Paris deixa de ser noticiarista, abandona o seu papel de pregoeiro dos acontecimentos, e se quiser ter assunto, tem de o ir procurar para as feiras dos arrabaldes, ou para as margens do Sena, ou para os hipódromos ou então para as portas dos museus, esperando o belo estrangeiro que chega de guia aberto, para admirar ou a *Onda* de Coubert, no Luxemburgo, ou a *Vênus de Milo*, no Louvre. Está chegada a deliciosa quadra em que o correspondente, em férias de noticiário, pode fazer um bocadito de literatura. Vou ver se escrevo quanto antes a minha prosa dos momentos de independência!" (Pina, 10/06/1883, p. 2).

21 Veja-se o exemplo: "É com o coração retalhado pela mais aguda das dores, que eu tenho de declarar àqueles que amam as notícias políticas — que desta vez lhes não ofereço nem mesmo uma colher do manjar que tanto apreciam. Não lhe forneço absolutamente nada! ... Isso não quer fizer que a política francesa esteja dormindo sono mais profundo ainda do que aquele que dormiu o pai Adão quando o Criador lhe arrancou a tal costela que tem dado que falar. Ai! Não! ... A política francesa não dorme neste momento. Estejam sossegados os meus caros senhores. Mas nada tem havido de importante que possa merecer a atenção de um leitor que se acha separado do seu correspondente por uma viagem de mais de vinte dias" (Pina, 07/05/1883, p. 1).

na qual a inclemência do tempo culminava com a ida pelos ares do gabinete, acontecimento de grande relevância.

O correspondente deixava transparecer sua admiração pelos republicanos e por figuras como Léon Gambetta, reservando-lhes comentários positivos e criticando monarquistas e radicais. Movimentos de trabalhadores, fossem *meetings* ou greves, eram invariavelmente condenados e associados a anarquistas e socialistas, tomados de maneira indistinta. Depois de reproduzir a integra de um panfleto que convocava uma reunião de operários para 8 de março de 1883, caracterizou os organizadores como "cavalheiros anarquistas exaltados e mais ou menos filiados na Internacional; depois disto explicado poderão os meus leitores começar a compreender qual a razão porque a polícia tomou as mais sérias precauções". Na sua perspectiva, as medidas de repressão eram plenamente justificada, afinal, o que se enfrentava eram militantes perigosos, mais ou menos (?) pertences a entidades que lutavam contra a ordem estabelecida, o que tornava urgente proteger a cidade contra os que pretendiam "agitar a bandeira vermelha da pilhagem, do incêndio, do assassinato pelas ruas de Paris, como já o fizeram no tempo da Comuna" (Pina, 12/04/1883, p. 1).[22] É bastante eloquente a maneira como o correspondente contrapunha, para leitores brasileiros imersos nos debates sobre o fim do regime escravista e a necessidade de mão-de-obra estrangeira, as disputas entre patrões e operários na França:

> O operário considera a oficina onde trabalha, onde está assalariado, como propriedade sua, e o patrão como um déspota, que é necessário ou aniquilar ou pôr no meio da rua aos encontrões. O patrão não tem o direito de dizer:
>
> — Eu não posso, ou eu não quero dar senão tanto por dia e exijo em troca desta soma tantas horas de trabalho.
>
> Alto lá! É o operário que tem o direito de falar:
>
> — A oficina é a nossa casa. Nós queremos trabalhar apenas tantas horas por dia e queremos que o senhor nos pague tanto! (...)
>
> De modo que um industrial que edifica, organiza e monta o seu atelier à custa da sua inteligência, do seu trabalho e do seu dinheiro, que abre as portas de par em par para receber centenas de empregados, a quem via dar de comer — é que há de receber imposições dos sujeitos que estão ao seu serviço! (Pina, 15/02/1884, p. 2).

22 Na mesma direção: "Não sei se lhes deva dizer que destes *livres-pensadores* de que Paris está infestado, eu tenho mais medo do que de um bando de peles vermelhas aguçando os dentes para me devorarem em família num recanto sossegado e longínquo da floresta! O *livre-pensador* em Paris é o anarquista, é o desordeiro, é o aventureiro que excita a todas as irreverências, a todas as rebeliões, a todas as revoltas. Infelizmente para Paris e para a França que estes sujeitos se contem por aqui aos milhares (...). Por enquanto são eles os promotores das greves, dos *meetings dos que tem fome*, das reuniões públicas contra o *infame capital* e contra o *infame burguês*" (Pina, 13/05/1884, p. 1-2, grifos no original).

E o texto prosseguia lamentando que a política tivesse entrado nas oficinas, o que equivalia a criticar o direito de voto masculino universal: "O meu sapateiro tem mais empenho em assustar [Jules] Ferry [1832-1893, presidente do Conselho de Ministros] com um voto, do que em me fazer bem feito o par de sapatos que ontem lhe encomendei". Compreende-se sua indignação com a eleição, em fins de 1885, de uma banca de deputados provenientes das lideranças operárias, o que lhe rendeu polêmica com a imprensa em língua francesa publicada no Rio de Janeiro (Batalha, 2009, pp. 161-173).

Mariano Pina também se mostrou bem pouco tolerante em relação às tentativas das mulheres de se fazerem presentes no espaço público. Um trecho eloquente, que apresenta argumentos retomados em diversas ocasiões, refere-se às já citadas eleições de 1885. O correspondente distinguiu dois grupos de mulheres: o que lutava para ter acento no parlamento e aquele que se sentia representado por candidatos homens. Depois de explicitar sua simpatia pelo segundo, não hesitou em caracterizar o primeiro com um misto de ironia e forte agressividade, como se vê na caracterização do primeiro grupo, que seria formado por

> (...) mulheres honestas porque são feias, porque nunca nenhum homem olhou direito para elas; as mulheres que ficaram para tias (...). São estas que compõem o grupo das mulheres que proclamam "guerra ao homem!" — porque nunca encontraram um homem que lhes dissesse uma frase de amor. Não se trata de política, trata-se de despeito (...), não passam de histéricas insofridas, de mulheres que nunca foram mulheres. Odeiam os homens, não por serem homens, mas por nunca os terem possuído. Não são fenômenos sociais, são fenômenos patológicos. Não é para um parlamento que elas devem ir — é para um hospital! (Pina, 26/10/1885, p. 2).[23]

A teoria da feiura e do ressentimento ensaiada por Pina nem sempre se ajustava à realidade. Assim, a despeito de caracterizar as militantes anarquistas Louise Michel (1830-1905) e Fernande d'Erlincourt (1861-1919) de "histéricas, visionárias e desvairadas", defensoras da Comuna e apologistas do fim da propriedade privada, reservava para a primeira o adjetivo horrenda, mas reconhecia na segunda grande beleza e simpatia, o que o obrigava a supor que Fernande fazia política por ser "chique" e que ela era "uma romântica cheia de visões e ideais irrealizáveis" (Pina, 12/04/1883, p. 2), ou seja, não se tratava de uma verdadeira militante, mas de uma ingênua sonhadora.

23 Ao comentar a presença femina nas galerias da Câmados dos Deputados, o que requeria horas de espera para obter uma senha de ingresso, Pina declarou: "A mulher em França está se preocupando muito com a política. E não eram todas feias, havia até algumas lindíssimas. Compreendo a mulher feia assestando o binóculo para as barbas grisalhas do Sr. [Charles] Freycinet [1828-1923] e tendo ouvido apurado para receber lá dentro as frases demoradas do ministro francês (...). A mulher feia é sempre a mais prática, a mais positiva, a mais trabalhadora — porque odeia o espelho. Nunca olha para ele! Daí a necessidade de distrair o espírito com outros misteres mais másculos... Mas a mulher bonita, a fazer cauda à porte da Câmara (...) é tudo quanto há de mais triste!" (Pina, 25/08/1882, p. 2).

Pina registrava de forma vivida as escaramuças entre operários e as forças da ordem e as reivindicações feministas, isso porque tinha a chance de presenciar tais eventos, situação bem diversa quanto o assunto eram as questões coloniais, que agitavam não apenas a França mas toda a Europa, pois ele estava restrito ao material publicados nos jornais. Nesses casos, não era raro que suas correspondências assumissem tom mais monótono, com a reprodução de telegramas e de detalhes das expedições, tratados e batalhas, como ocorreu em relação às tensas relações entre franceses e chineses por conta do domínio do Tonquim (norte do atual Vietnã), fonte de intermináveis debates no mundo político e que culminou, em março de 1885, com a queda do gabinete chefiado por Jules Ferry. Importa destacar o apego aos detalhes, a forma sempre depreciativa como os inimigos da França foram representados e a superficialidade da análise, como se as disputas no sudeste asiático dissessem respeito apenas à honra nacional.

Ainda que em suas correspondências o dia a dia da política ocupasse significativo espaço, há indícios suficientes para afirmar que era esse o preço a pagar para representar a *Gazeta* em Paris e poder participar da vida febril e mundana em torno de bulevares, cafés, teatros, salões de arte, exposições e lançamentos editoriais. Em 1885, quando já completara três anos na cidade, exultou ao informar que eram as estocadas contra os naturalistas que dominavam a agenda: "Paris renasceu para a sua verdadeira vida, para tudo quanto constitui uma crônica de jornal, uma conversa de salão, uma discussão de café (...). Decididamente, a política não é, nunca foi, nunca há de ser um acontecimento parisiense" (Pina, 29/11/1885, p. 1), o que bem expressa suas preferências, ancoradas numa visão sempre positiva e ingênua da França como único centro de cultura:

> O que faz com que amemos e respeitemos a França, é exatamente esta sua maravilhosa superioridade intelectual; o modo como ela nos encanta e nos seduz com o brilho do seu espirito, representado em todas as variadíssimas manifestações das artes, das letras e das ciências... A Alemanha e a Inglaterra, os outros dois grandes países da Europa, em nada nos encantam, porque nada nos interessam (Pina, 05/06/1885, p. 2).

6. Figuras de destaque

Pina sentia-se muito mais à vontade quando tratava de personagens de relevo, mesmo que pertencessem ao mundo político. Era nessas ocasiões que seu texto aproximava-se da reportagem, como se observa, por exemplo, nos vários "Correio de França", e em colaboração publicada fora desta seção, dedicados a Léon Gambetta. O correspondente da *Gazeta* obteve apresentação para um dos médicos que acompanhava a convalescência do político em Ville d'Avray, nos arredores de Paris. A romaria diária em busca de notícias iniciava-se na estação

Saint-Lazare, com embarque no trem que se dirigia a Versalhes, numa viagem de pouco mais de trinta minutos. O percurso ganhava interesse graças à descrição da cidade de Paris, com suas igrejas e monumentos que aos poucos despareciam sob o ritmo cadenciado da locomotiva. O leitor era apresentado aos arredores da capital, as casas e seus jardins, a vegetação e a paisagem até a parada em Avray, nas proximidades da qual estava a propriedade de Gambetta. Antes de adentrar na residência, que nada tinha de elegante ou luxuosa, pelo contrário, destacava-se pela simplicidade da mobília, passava-se pela cavalariça, cocheira e casa dos criados.

Enquanto esperava para obter notícias do doente, cuja moléstia era cercada por especulações de diferentes ordens, Pina fornecia detalhes da biblioteca, com suas estantes altas e a rústica mesa de trabalho. Curioso quanto às leituras do tribuno, esforçou-se para divisar os títulos que repousavam por detrás dos vidros das estantes: "descobri obras de Molière, as obras de Rousseau, os volumes de Topin (...), das constituições europeias, uma grande variedade de livros de política e da história; toda a coleção antiga de Rabelais, etc." (Pina, "Morte de Gambetta", 28/01/1883, p. 1). O personagem, tão fundamental para a república, adquiria dimensões humanas, tornava-se próximo e familiar, o que por certo colaborava para prender a atenção do assinante da *Gazeta*.

Já por ocasião do passamento de Victor Hugo (1802-1885), a correspondência assumiu, ainda de forma mais explicita, o tom de reportagem, com os intertítulos compassados cronologicamente: a notícia da morte, toda a preparação para a cerimônia, a multidão que tomou as ruas de Paris e, finalmente, os atos fúnebres no Panteão, segundo a perspectiva de quem tudo acompanhou, viu e sentiu. É interessante notar a maneira como Pina referiu-se ao próprio texto — "Hoje, porém, as minhas notas vejo-as insuficientes, e se esta correspondência não vai ser um detestável trecho literário — será com certeza um ínfimo trabalho de *reportage*" (Pina, 25/06/1885, p. 1, grifo no original) –, o que revela a novidade do termo, ainda grafado em francês, a sutil hierarquia entre produção literária e jornalística, mas também o quanto as colunas dos jornais apresentavam-se como um espaço para a experimentação.

Outros falecidos, fossem indivíduos célebres internacionalmente ou menos conhecidos dos assinantes da *Gazeta*, eram igualmente evocados e mereceram extensos comentários. Sem pretensão de fornecer uma lista exaustiva, mencionem-se os jornalistas Jules Noriac (1827-1882) e Edmond About (1828-1885), o escritor Jules Sandeau (1813-1883), o ilustrador Gustave Doré (1832-1883), o pintor Édouard Manet (1832-1883), o músico Richard Wagner (1803-1883) ou o químico Charles Adolphe Würtz (1817-1884). Não eram apenas as personalidades que saíam de cena que povoavam as correspondências de Pina, mas também indivíduos que pontificavam na cena literária, Dumas Filho (1824-1895), Victorien Sardou (1831-1908), Emile Zola (1840-1902), Alphonse Daudet (1840-1897) e os acontecimentos na Academia Francesa (candidatos, disputas, eleições, cerimônias e discursos de posse); as estrelas do mundo do teatro e da música — Camille Saint-Saëns (1835-1921), Marie Van Zandt (1858-1919), Benoît-Constant Coquelin (1841-1909), Sarah Bernhardt (1844-1923) ou Anna

Judic (1849-1911) –; destacados cientistas, como Louis Pasteur (1822-1895), então celebrado pela cura da hidrofobia, ou o patologista alemão Heinrich Koch (1843-1910); os exploradores portugueses Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Yvens (1850-1898), para fornecer apenas alguns exemplos do amplo painel de referências sobre a cultura europeia e, em especial, francesa, ofertado aos leitores do "Correio de França".

Mas além de informar sobre os indivíduos e o significado de seus respectivos feitos, não se perdia de vista o tom pitoresco, como se verifica, a título de exemplo, na descrição de Émile Zola, que acabara de publicar, com grande sucesso e sob a forma de folhetim no *Le Gil-Blas*, o romance *Germinal.* Pina, admirador da literatura tal como praticada pelo escritor, não resistiu a descrever o personagem, que ele afirmou ter visto passar incógnito no burburinho da cidade:

> A primeira coisa que impressiona em Zola, é o descuido da toilette. Anda sempre vestido de pano azul: um casaco enorme, mal talhado, com grandes algibeiras, onde mete um lenço, dois livros e meia dúzia de jornais; um colete fechado até ao pescoço, fazendo muitas pregas sobre o ventre, onde brilha uma corrente de ouro, destas correntes vulgares que se veem por toda a parte, de cujo modelo há aos milhares nas ourivesarias de exportação; calças largas, mas largas por igual, caindo desastrosamente sobre as botas de tacões tortos; o chapéu alto, o verdadeiro cano de chaminé, enterrado para a nuca; nas mãos um guarda-chuva de cabo de Mascotte, que faria as delícias da minha porteira (Pina, 04/04/1885, p. 1-2).

7. Em torno da cultura

A agitação do mundo da cultura era seguida de perto. No campo das artes, atenção especial era reservada ao famoso Salão de Paris, exposição anual de pintura e escultura realizada no Palácio das Indústrias, cuja organização, desde 1881, estava a cargo da Sociedade dos Artistas Franceses. O evento fornecia a oportunidade de acompanhar a participação, sempre modesta, de brasileiros e portugueses, tarefa que Pina cumpriu durante todo o período em que foi correspondente. Mas ele também brindava o leitor com detalhes acerca da quantidade de trabalhos aceitos, identificava os mais apreciados pelo público e as premiações do júri, pouco sensível às inovações, o que deu origem ao não menos visitado Salão dos Recusados, formado, segundo Pina, por "pintores intransigentes — *impressionistas, naturalistas, intencionistas, luministas*, etc. (...) Ser *recusado* constitui um título de glória, constitui uma *pose*" (Pina, 11/06/1884, p. 1, grifos no original), observação que fornece indícios de suas preferencias estéticas.[24]

24 Por ocasião da morte de Manet, Pina considerou o pintor um rebelde que "estava neste período em que o talento de um artista revolucionário deixa de ser discutido e apedrejado pelos velhos rotineiros para ser aceito como talento

Paris abrigava gama diversificada de eventos, que estava longe de se resumir ao salão e suas polêmicas. Pina informava sobre as diversas exposições individuais de artes plásticas e decorativas, mas também se referia às consagradas aos alimentos e tudo que cercava o seu consumo, de móveis aos finos jogos de porcelanas, e à hortícola, que permitiu-lhe assegurar que os homens só se interessavam por legumes e frutas, analisados com ar circunspecto, enquanto as mulheres, sempre ruidosas e risonhas, concentravam-se nas flores, observação pueril, mas que reafirmava apreensões e valores socialmente consagrados ao feminino e ao masculino (Pina, 02/11/1883, p. 2). Ao comentar a exposição canina nos jardins das Tulherias, assegurou a preferência das parisienses pelos cães em detrimento dos gatos (!) e, mais especificamente, pelo *caniche* (poodle) que, no colo de uma mulher, constituía-se, na sua perspectiva, num símbolo de sensualidade, o que contribuía para alimentar a imagem de glamour, sofisticação e delicadeza das francesas. (Pina, 03/07/1883, p. 1)

As notas sobre as exposições permitem entrever juízos de valor, apresentados aos que se debruçavam sobre o "Correio de França". Ao noticiar o concurso que premiaria o bebê mais robusto, sua mãe e a ama de leite, Pina ironizou o esquecimento do pai, mas expressou especial repugnância diante da prática de se exibir crianças em público para serem examinadas como os cães e os presuntos das exposições caninas e de alimentos (Pina, 04/05/1884, p. 1). Contudo, mostrou-se muito menos chocado com os dois meses da "exposição" de índios Galibis, provenientes da Guiana e alocados no Jardim da Aclimatação — "Todos os dias param diante deles mais de duas mil pessoas. As três horas da tarde não se encontra um lugar nos ônibus que vão para a porta Maillot (...). São as parisienses as que estão apreciando mais esta exposição de selvagens" (Pina, 12/09/1882, p. 2),[25] indício do grau de naturalização das noções de superioridade racial, civilização e barbárie.

No campo das artes, as mulheres tampouco contaram com o apoio e a simpatia do correspondente da *Gazeta*. Ao visitar uma exibição de pintoras, qualificou organizadoras e participantes de Louise Michel da arte, cujo objetivo era o de "banir o homem da política, da ciência, da arte e da literatura", a fim de atestar sua inutilidade. No que respeita aos quadros, considerou a mostra "desastrosa, sem uma única obra que salve", pois, na sua perspectiva, prevalecia "desordem, irreflexão, pinceladas mal estudadas e mal observadas. Há em todos indecisões, irregularidades, despropósitos Há em todos o espírito da mulher em desacordo com o homem" (Pina, 20/03/1883, p. 2), o que deixa poucas dúvidas quanto à sua intolerância e misoginia.

Os espetáculos teatrais, componentes fundamentais do mundo da cultura, estavam

---

de primeira ordem". Ele esclareceu que, dentre os discipulos, "nenhum deles poderá continuar a obra do metre. Os *impressionistas* são todos mediocres; como mediocres são tambem os que se apregoam discípulos de Zola" (Pina, 25/05/1883, p. 1).

25 Diga-se a seu favor que ele chegou a perguntar quem observava ou era observado e ponderou: "Muito se devem ter rido à custa dos parisienses os bons *Galibis*!..." (Pina, 12/09/1882, p. 2),

entre os eventos sempre referidos. Os leitores da *Gazeta* eram informados sobre as características das casas de espetáculo, as peças em cartaz, seus autores, os artistas que lhes davam vida, os cenários, a indumentária, a recepção por parte da crítica, ao que Pina acrescia sua opinião pessoal, que nem sempre coincidia com a dos colegas franceses. Assim, os que acompanhavam sua correspondência, estavam familiarizados com a dinâmica do mundo teatral que, tal como o parlamento, também tinha seu ritmo, pois permaneciam fechados no verão, quando as salas tornavam-se insuportavelmente quentes, para reabrirem no outono, com as novidades da temporada.

Muitas das peças de sucesso em Paris também eram encenadas no Rio de Janeiro, daí o interesse em conhecer os espetáculos parisienses e sua recepção por parte do público e dos críticos. Pina adiantava as novidades, como se observa na oportunidade em que, depois de comentar todo o cardápio de encenações à disposição do público parisiense, concluiu seu "Correio de França" com uma "boa notícia" para os leitores: "*Droit d'ainesse* é uma opereta engraçadíssima, em três atos, que está sendo agora o sucesso de Paris. Posso afirmar-lhes que no Rio a verão em breve. Está sendo traduzida por Artur Azevedo [1855-1908] que se acha atualmente em Paris" (Pina, 13/03/1883, p. 2). Ainda mais sedutora era a informação de que a diva do teatro, Sarah Bernhardt, que em 1884 subia ao palco como *Lady Macbeth*, em tradução do poeta Jean Richepin (1849-1926), pretendia realizar turnê pela América do Sul, com passagem pelo Rio de Janeiro, talvez no verão de 1885, o que de fato ocorreu no ano seguinte. Evidencia-se a internacionalização das companhias, mas também dos textos teatrais, tanto que, ao citar o tradutor, Pina fez questão de assinalar que o drama de Richepin, *La Glu*, fora encenado na capital do Império com tradução de Henrique Chaves, figura de proa na *Gazeta* (Pina, 18/06/1884, p. 2).

Por vezes, a correspondência ultrapassava a nota informativa e se aproximava do ensaio, como foi o caso do texto alocado fora da seção "Correio de França", no qual Pina não apenas deu a conhecer os detalhes da encenação, mas analisou o significado da peça de Victor Hugo, *Le roi s'amuse*, reencenada com grande sucesso cinquenta anos depois do escândalo de sua primeira montagem, proibida pela censura logo após a estreia. Em tom pedagógico, ele esclareceu o significado da apresentação de 1832, quando o Romantismo lutava para se impor no campo literário e o texto cumpria a função de apresentar o novo, situação bem diversa do tom celebrativo de 1882, quando Hugo já estava entronizado no cânone literário (Pina, 26/12/1882, p. 1), indício do papel formativo cumprido pelo correspondente.

Pina tampouco se furtou a dar conta dos folhetins de sucesso, dos lançamentos editoriais, das disputas estéticas. Suas correspondências raramente deixavam de mencionar escritores e tecer considerações sobre a produção mais recente, tanto que Balzac (1799-1850), Flaubert (1821-1880), Théodore de Banville (1823-1891), Catulle Mendès (1844-1909), Guy de Maupassant (1850-18930, Eça, Hugo, Zola, Daudet eram constantemente evocados. Combateu com ardor aqueles que atacavam Zola, esforçando-se por distinguir entre a sua obra e a dos muitos

imitadores, que resvalavam na obscenidade. Insistia no critério da originalidade e da sinceridade, independente de rótulos, conforme se observa no excerto de correspondência em que analisou detidamente a questão e na qual ensaiou critérios para avaliação das obras literárias:

> Ser *parnasiano*, ser *romântico*, ser *realista* de caso pensado, porque os outros também o são; escrever, não como lhe ordena o seu espírito, mas como a moda proclamou na véspera; ter o estilo que os outros têm, fazer frases como os outros fazem; dialogar como os outros dialogam; não é literatura, é fancaria, é abdicar de sua personalidade — é deixar de ser homem! (Pina, 27/02/1884, p. 1, grifos no original)

8. No ritmo de Paris

Não há exagero em afirmar que Paris constituía-se em personagem fundamental das correspondências de Mariano Pina, que nunca escondeu sua admiração quase religiosa pela cidade, como atesta a evocação de seus monumentos e ruas: "O Paris das fantasias vermelhas e dos romances do Balzac! O bulevar dos Italianos! A Ópera! A apregoada escada da Ópera! A Notre-Dame e a cúpula dourada dos Inválidos! O Sena e as louras filhas da Paris" (Pina, 28/10/1883, p. 1), o que remete para uma atmosfera próxima do onírico. Parte dessa admiração, *un peu naïf*, estendia-se ao parisiense, cuja residência era, segundo assegurava, ornamentada com tal gosto que a tornava, a um só tempo, "confortável, elegante e distinta", pois ele "arranja o seu ninho com tamanha originalidade que cada parisiense parece ter dentro de si a alma de um verdadeiro artista. Nunca perco a ocasião, todas as vezes que ela se me proporciona, de entrar na sala de um parisiense" (Pina, 11/05/1883, p. 1).[26]

Note-se que suas observações diziam respeito ao *Tout-Paris*, que ele teve ocasião de caracterizar quando descreveu a audiência presente a um leilão de autógrafos de Alfred Musset (1810-1857): "Além dos escritores e artistas, uma multidão desconhecida, de tipos de homens corretos e finos, e de tipos de mulheres bonitas e elegantes. É a isto que os jornais chamam, na sua linguagem pitoresca e palaciana, o *Tout-Paris* dos bulevares" (Pina, 07/05/1883, p. 1). Creditava-se ao *Tout-Paris* a invenção dos modismos, a exemplo do termo *pschutt*,[27] a consagração de

26 Pelo menos numa oportunidade, quiçá resultado de experiência pessoal desagradável, Pina criticou a arrogânica do parisiense, que sempre se sentiria, segundo afirmava, desconfortável diante de estrangeiros que falavam o "seu francês" e lembravam-lhe que o planeta não se limitava ao panorama abarcado a partir do Arco do Triunfo (Pina, 30/12/1883, p. 2).

27 O termo, que tomava o lugar de *gratin*, *chic* e *gomme*, foi apresentado como a invenção parisiense mais recente, "a palavra tem dois dias". Entre vários exemplos de seu sentido, Pina mencionou: "O visconde Reinaldo, do *Primo Basílio*, por exemplo, é um homem que tem muito *pschutt*; mas quem não tem *pschutt* mesmo nenhum é o tal conselheiro Acácio!" (Pina, 10/03/1883, p. 1). O leitor também foi instruído sobre o uso e significado de *cocote* e *gommeux*, então em voga (Pina, 19/11/1884, p. 1).

determinados restaurantes e cafés, a definição de tendências, hábitos e práticas que configuravam a vida mundana, ritmada pelas estações do ano, e era justamente essa a Paris referida no "Correio de França", como se a capital não contasse com habitantes e áreas pobres.

Pina instalou-se na cidade em meados de junho, pouco depois do *Grand Prix*, corrida realizada no hipódromo de Longchamp no primeiro domingo do referido mês e que assinalava o início das *toilettes* de verão, estação caracterizada pelo deslocamento para as praias e regiões campestres do *Tout-Paris*, comparado a "um bando de pardais que levanta voo de um beiral de um telhado e vai espalhar-se sobre um campo de trigo, assim o bando dos parisienses se espalha e se dissemina sobre a carta geográfica da França" (Pina, 16/07/1883, p. 1), com destaque para as cidades balneárias — Dieppe, Trouville, Étretat, Arcachon, Biarritz. Suas correspondências assinalavam o adormecer das atividades na capital, uma vez que os responsáveis pelos acontecimentos cediam lugar aos estrangeiros, sobretudo ingleses, e ao calor insuportável: "Começamos a estar em pleno calor. Ontem 25, hoje 28 graus. Do meio-dia às 4 horas é impossível andar pelas ruas. Sente-se diferença no movimento dos bulevares (...). Há calor — mas não há ar. Sua-se e não se respira" (Pina, 14/08/1882, p. 2).

Os café-concertos dos Campos Elísios, por seu turno, animavam-se: na companhia de uma bock, "toda a gente faz coro com os cantores, entoando os refrãos das cançonetas mais petulantes (Pina, 31/07/1882, p. 2),[28] enquanto aos domingos eram os que haviam labutado toda a semana que povoavam as margens do Sena, com os passeios e piqueniques sobre a relva em Asnières, Bougival, Billancourt ou Chatou. O verão também era a estação das regatas, a exemplo da realizada entre Sèvres e Meudon.

Em setembro, os teatros reabriam e, ao longo do mês, os visitantes começavam a retornar aos seus países, enquanto o *Tout-Paris* organizava as malas para retornar. Não se tratava de simplesmente fornecer esses dados, mas de recriar a visualidade, as sensações táteis que vinham com o outono. Vale acompanhar as suas considerações, que guardavam o tom das confidências:

> Quando setembro chega, chuvoso, coberto de céus tristes e acinzentados, trazendo noites frias, nuvens negras como esta tinta com que te escrevo, bom leitor, outras azuis vibrantes de um luar puro, sem uma estrela no céu em cujo fundo de lápis-lazúli os prédios altos desenham a traço negro e profundo os seus telhados eriçados de chaminés; quando setembro nos faz tirar do cabide o pardessus, se levanta a gola para aconchegar as orelhas e se vê os asfaltos espelhados pela chuva, onde o gás alastra claridades vibrantíssimas — os teatros abrem todos, e nas colunas dos anúncios vêm-se os cartazes de várias cores mostrando títulos de peças novas. Então, meu caro, começa a

28 Veja-se a vivida descrição: "O café concerto, esta sala coberta de mesas, onde os frequentadores, de chapéu na cabeça, bebem, fumam e cantam acompanhando em coro os artistas que estão sobre a cena pequena e acanhada — o café concerto é um bocado de Paris, tão parisiense como o Bosque de Bolonha" (Pina, 05/12/1883, p. 1).

> poderosa sinfonia de abertura da grande ópera, que tem por título pomposo — O inverno de Paris! (...) E pelos bulevares, as belas árvores, há um mês ainda tão frescas, tão viçosas, tão opulentas de seiva, vão descorando pouco a pouco, e as folhas caem desfalecidas pelos trottoirs, como belas esperanças que se evolam para nunca mais voltar!(...) Mas o inverno vai chegar quanto antes, e Paris vai ter a sua vida própria. É necessário que daqui a dois meses esteja gelado o Sena para as parisienses patinarem! É necessário que daqui a dois meses os trenós dourados desçam vertiginosamente os Campos Elísios, fazendo ouvir as suas campainhas de prata! (Pina, 26/09/1882, p. 2).

É bem provável que suas descrições contribuíssem para estimular a imaginação do leitor, privado, num país tropical, da experiência da neve e das transformações que a proximidade da "grande estação" aportava para a cidade, a começar pela ambiência das ruas, tão vividamente referidas. O outono era o tempo de animados passeios de final de tarde pelo Bosque de Bolonha, quando os transeuntes tinham a chance de se deparar com "tipos encantadores — cabeças loiras, delicadas, de linhas suavíssimas, como se fossem copiadas das pastorinhas de porcelana de Saxe" (Pina, 27/10/1882, p. 2).[29] Contudo, Pina asseverava que era com a chegava do frio que a cidade adquiria sua verdadeira feição. Interrompiam-se as corridas em Longchamp, as lojas acendiam seus candeeiros no início da tarde e, não sem carregar nas tintas para tornar verossímil o argumento, o cronista esforçava-se por transmitir a efervesceste atmosfera da capital:

> As livrarias enchem-se de livros novos, as salas de exposição enchem-se de quadros a óleo, de aquarelas, de desenhos e de esculturas, nos escritórios dos teatros entram todos os dias peças novas, nos grandes armazéns como o Louvre, o Bon Marché e o Printemps, todos os meses se renovam as mercadorias, a indústria de article de Paris todos os dias, todas as horas, expõem uma novidade (...). É no inverno que se tem os melhores romances, é no inverno que se veem as melhores peças, é no inverno que em Paris a vida se torna elegante e distinta; é no inverno até que temos as melhores audiências, como é no inverno que se tem os melhores roubos e que comentem os maiores crimes! (...). No inverno há mulheres bonitas, há soberbas carruagens, magníficos cavalos, deslumbrantes corridas; no inverno (...) Paris tem a sua verdadeira feição de terra elegante, trabalhadores e frívola: quando o fogão está acesso e o termômetro está abaixo de zero, toda a cidade vive uma outra vida, uma vida ativa e nervosa, que produz as grandes obras, como também os grandes disparates! Nem tudo pode ser perfeição no mundo (...). (Pina, 24/03/1883, p. 1)

29 Outro exemplo de sua admiração pelas francesas: A verdadeira parisiense, esta mulher tão magra e tão elegante que possui as linhas mais belas da moderna estatuaria; esta mulher anda corre, voa; que atravessa por entre dois carros cujas rodas se tocam como uma enguia por entre os dedos de um hábil pescador; que percorre os bulevares e a Avenida da Opera em dez minutos, tendo examinado o último modelo de chapéus, tendo visto a última novidade em joias, tendo lido os títulos de todos os romances que apareceram na semana, tendo folheado todos os jornais ilustrados, e tendo entrado na Posta Restante em busca de uma carta com iniciais misteriosas" (Pina, 30/12/1883, p. 2).

Fonte e lagos congelados, colchão de neve que silenciava o trotar dos cavalos e esbranquiçava os telhados, clima que, paradoxalmente, "centuplicava o movimento nas ruas. Chega a ser um prazer, quase uma sensualidade, dar encontrões e receber encontrões. Aquece-se". (Pina, 30/12/1883, p. 2) e que tinha seu ápice nas proximidades do Natal, o que oferecia a oportunidade de discorrer sobre decoração das lojas, o corre-corre nos bulevares, a busca pelos presentes e os lançamentos editoriais voltados para as crianças.

Raras vezes vislumbrava-se a outra Paris, operária, pobre e insalubre, destituída de construções elegantes e onde os cafés eram substituídos pelos *assomoirs*, com seus balcões de zinco. A inclemência do inverno obrigava os mais vulneráveis, sem recursos para a lenha ou o carvão, a procurarem as igrejas para se aquecerem. Informações dessa natureza, que figuravam com extrema parcimônia, acabavam por soçobrar na avalanche de referências a uma Paris escoimada das contradições que perpassavam o mundo urbano em prol da cidade desfrutada pela burguesia triunfante.[30]

E o ciclo fechava-se com a chegada da primavera: "despem-se os veludos das *toilettes* de inverno, deitam-se para o canto as peliças. Paris vai se espanejar ao sol!" (Pina, 15/04/1883, p. 2). Em meados de março, o hipódromo de Longchamp reabria e as corridas entravam na ordem do dia. Os artistas, por sua vez, preparavam-se para a inauguração, em 1º de maio, do Salão, fosse ou o oficial ou o dos que acabaram recusados, evento sempre cercado de disputas e expectativa pelas premiações e que ocupava a atenção de Pina. As regatas multiplicavam-se, com certames em Asniéres, em Bougival e Saint-Germain (Pina, 11/06/1884, p. 1). A medida que os meses passavam, o calor aumentava, os teatros entravam em férias, os estrangeiros começavam a chegar e o *Grand Prix*, realizado no início de junho, era o sinal que o *Tout-Paris* estava prestes a deixar a cidade. Leitores assíduos do "Correio de França" acabavam por conhecer de cor essa rotina, ainda que nunca tivessem saído do Rio de Janeiro.

Conclusão

Ao longo das últimas décadas do Oitocentos, a presença de escritores portugueses em jornais do Rio de Janeiro foi marcante. Atuando como colaboradores fixou ou eventuais, eram fonte de legitimação para os periódicos, mas também eram por eles legitimados, uma vez que não se pode perder de vista a importância do mercado consumidor brasileiros para editores e autores do outro lado do Atlântico. As novas formas de difusão da notícia, com especial destaque para o telégrafo, estiveram longe de dispensar as correspondências, que sempre viajaram pelos oceanos. Mariano Pina, graças à densa rede de brasileiros e portugueses que

30 Acerca dessa outra Paris, que não se constitui no tema central do texto, ver: (Pina, 30/12/1883, p. 2 e 30/01/1883, p. 1-2).

se constituiu em torno da *Gazeta de Notícias*, muito jovem foi alçado à condição de representante do jornal em Paris, função que exerceu por quase quatro anos.

A opção de mobilizar portugueses e não brasileiros para ocupar esses postos, caso de Ramalho em Lisboa, Eça na Inglaterra e Pina na França, pode ser subordinada à boa lógica econômica, mas também pode ser interpretada como uma admissão, ainda que indireta, da preferência pelo escritor estrangeiro, quiçá tido como melhor talhado para a tarefa.

Parte essencial do trabalho de Pina era dar conta da política, campo que estava longe de ser o seu favorito. A vida mundana de Paris, os lugares da moda, os espaços de sociabilidade, os eventos que marcavam as diferentes estações do ano, assim como os literatos, atores, pintores, escultores, cantores, cronistas povoavam seus textos, que davam conta dos lançamentos editorais, dos espetáculos em cartaz, das exposições nos seus mais variados gêneros. Era a cidade, tal como desenhada por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) e habitada pela fina flor da burguesia, que ele apresentava aos leitores brasileiros. As observações de Pina contribuíam para alimentar a fascinação em relação à França, aos franceses e sua capital, fascinação que se constituiu numa das marcas duradouras da elite brasileira por décadas a fio. Se é certo que não lhe era possível deixar de ter Portugal como horizonte, não é menos verdade que era a cultura francesa, perscrutada em pormenores, que sobressaia em seus textos. Igualmente marcante era sua aversão pelo movimento operário e por alterações no espaço tradicionalmente reservado às mulheres.

No que respeita ao processo de escritura, a rígida divisão entre notícia e produções mais literárias, inicialmente imaginada pelos proprietários da *Gazeta*, acabou por não se efetivar, pois Pina nunca seguiu à risca o que lhe foi solicitado. Por certo, o arranjo acabou por satisfazer ambos os lados, tendo em vista sua permanência na função. A análise de seus textos indica significativo grau de liberdade no que respeita à forma, pois há correspondências que transmitiam informações, ao lado de outras que se aproximavam da reportagem e, ainda, o que se poderia denominar, a despeito da ambiguidade do termo, de crônicas, algumas com significativa preocupação formativa e/ou judicativa. O exemplo de Mariano Pina indica o grau de complexidade que envolvia a produção dos jornais, suas múltiplas temporalidades, mas também o lugar estratégico do correspondente, que ainda desfrutava de considerável grau de liberdade no exercício da função.

Fontes de investigação

A. Jornais e revistas, organizados por ordem alfabética de autoria

"A Guilherme de Azevedo". *O António Maria* (09/09/1880), 67. Consultado em 15 de abril de 2020. https://rb.gy/whwyeb

"Correio de França". *Gazeta de Notícias* (03/04/1882), 8 (92), p. 1. Consultada a 15 de abril de 2020. https://rb.gy/n66cgm

"Correio de França". *Gazeta de Notícias* (30/04/1882), 8 (118), p. 2. Consultada em 15 de abril de 2020. https://rb.gy/yqya9g

Gazeta de Notícias (24/07/1880), 7 (204), p. 1. Consultada a 15 de abril de 2020. https://rb.gy/x4u17v

Gazeta de Notícias (03/01/1882), 8 (3), p. 1. Consultada a 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00003.pdf.

Gazeta de Notícias. Consultado ao longo dos meses de abril e maio de 2020. https://rb.gy/sutfzh.

Gazeta de Notícias (10/06/1886), 12 (161), p. 1. Consultada a 5 de maio de 2020. https://rb.gy/qg4kou

"Guilherme de Azevedo". *Gazeta de Notícias* (28/09/1880), 6 (265), p. 1. Consultada a 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1880_00265.pdf.

"Guilherme de Azevedo". *Gazeta de Notícias* (29/04/1882), 8 (117), p. 1. Consultada em 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00117.pdf.

"Guilherme de Azevedo". *Jornal do Comércio* (29/04/1882), 61 (118), p. 2. Consultada em 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568.

L. de A. (03/05/1882). "Guilherme de Azevedo". *Gazeta de Notícias*, 8 (121), p. 1. Consultada em 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00121.pdf.

"Mariano Pina". *Gazeta de Notícias* (02/04/1899), 25 (92), p. 1. Consultada em 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1899_00092.pdf.

O António Maria (16/04/1882), 150. Consultada em 15 de abril de 2020. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAntonioMaria/1882/1882_master/OAntonioMariaN136N187.pdf.

"O comitê da Exposição Portuguesa em Paris". *Diário Ilustrado* (01/09/1889), p. 1. Consultada em 15 de abril de 2020. http://purl.pt/14328.

Pina, M. (31/07/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (211), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00211.pdf)

Pina, M. (14/08/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (225), p. 1. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00225.pdf.

Pina, M. (25/08/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (236), p. 2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00236.pdf.

Pina, M. (12/09/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (254), p. 2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00254.pdf

Pina, M. (26/09/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (268), p. 2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00268.pdf.

Pina, M. (27/10/1882). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 8 (299), p. 2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00299.pdf.

Pina, M. (26/12/1882). "Vida Parisiense". *Gazeta de Notícias*, 8 (359), p. 1. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1882_00359.pdf.

Pina, M. (28/01/1883). "Morte de Gambetta". *Gazeta de Notícias*, 9 (28), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00028.pdf.

Pina, M. (30/01/1883). "Vida Parisiense". *Gazeta de Notícias*, 9 (30), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00030.pdf

Pina, M. (10/03/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícia*, 9 (69), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00069.pdf.

Pina, M. (13/03/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícia*, 9 (72), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00072.pdf.

Pina, M. (20/03/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (79), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00079.pdf.

Pina, M (24/03/1883). PINA, M. (12/04/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (83), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00083.pdf.

Pina, M. (12/04/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (102), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00102.pdf.

Pina, M. (15/04/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (105), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00105.pdf.

Pina, M. (07/05/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (127), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_B00127.pdf.

Pina, M. (11/05/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (131), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00131.pdf.

Pina, M. (25/05/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (145), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00145.pdf.

Pina, M. (10/06/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (161), p. 2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00161.pdf.

Pina, M. (03/07/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (184), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00184.pdf.

Pina, M (16/07/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (197), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00197.pdf)
Pina, M. (28/10/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (301), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00301.pdf.
Pina, M. (02/11/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (306), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00306.pdf.
Pina, M. (05/12/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (339), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00339.pdf.
Pina, M. (30/12/1883). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 9 (364), p. 2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00364.pdf.
Pina, M. (15/02/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (46), p. 2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00046.pdf.
Pina, M. (27/02/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (84), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00084.pdf.
Pina, M. (04/05/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (126), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00126.pdf .
Pina, M. (13/05/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (134), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00134.pdf.
Pina, M. (11/06/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (163), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00163.pdf.
Pina, M. (18/06/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (170), p. 2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_A00170.pdf.
Pina, M. (19/07/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (201), p. 1. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00201.pdf.
Pina, M. (19/11/1884). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 10 (324), p. 1-2. Consultado em 5 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1884_00324.pdf.
Pina, M. (06/02/1885). "Correio de França". *Gazeta de Notícia*, 11 (3), p. 1. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00037.pdf.
Pina, M. (04/04/1885). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 11 (94), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00094.pdf.
Pina, M. (05/06/1885). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 11 (156), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00156.pdf
Pina, M. (25/06/1885). "Os funerais de Victor Hugo". *Gazeta de Notícias*, 11 (176), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00176.pdf.
Pina, M. (26/10/1885). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 11 (299), p. 1-2. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00299.pdf
Pina, M. (29/11/1885). "Correio de França". *Gazeta de Notícias*, 11 (332), p. 1. Consultado em 10 de maio de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1885_00332.pdfi
Pina, M. (20/09/1889). "Ao meu biógrafo". *A Ilustração*, 6 (18), p. 274.
"Prospecto". *Gazeta de Notícias* (sem data [1875]). Consultada a 15 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1875_00001.pdf
"Telegramas". *Gazeta de Notícias* (02/01/1883), 9 (2), p. 1. Consultada em 18 de abril de 2020. http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1883_00002.pdf

B. Manuscritos, organizados cronologicamente

Carta de Mariano Pina enviada a Rafael Bordalo Pinheiro (Paris, 20[06/1882]). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio A/5866.
Carta de Eça de Queirós a Mariano Pina (Londres, 04/07/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/130.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Rio de Janeiro, 01/08/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Ferreira de Araújo a Mariano Pina (Londres, 07/08/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/4.
Carta de Ferreira de Araújo a Mariano Pina (Anvers, 25/08/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/4.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Rio de Janeiro, 12/09/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Henrique Chaves a Mariano Pina (Rio de Janeiro, 23/09/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/35.
Carta de Carlos de Moura Cabral a Mariano Pina (Lisboa, 27/10/1882). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/59.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Sem indicação de data e local [1884]). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Lisboa, 02/03/1884). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Lisboa, 02/05/1884). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Lisboa, 02/07/1884). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Elísio Mendes a Mariano Pina (Lisboa, 23/03/1886). Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/165.
Carta de Ramalho Ortigão a Mariano Pina (Lisboa, 31/03/[1886]. Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N17/69.

C. Referências bibliográficas

Batalha, C. H. M. (2009). Um socialista francês diante na escravidão no Brasil: Louis-Xavier de Richard e o jornal *Le Sud-Américan*. In L. Vidal, & T. R. De Luca, (orgs.). *Franceses no Brasil. Séculos XIX-XX* (pp. 160-173). Unesp.

Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário.* Companhia das Letras.

Caimari, L. (2015). El mundo al instante. Noticias y temporalidades en la era del cable submarino (1860-1900). *Redes*, 21 (40), 125-146. https://rb.gy/nex3ev

Caimari, L. (2016). News from around the world: the newspapers of Buenos Aires in the age of the submarine cable, 1866–1900. *Hispanic American Historical Review*, 96 (4), 607-640. https://rb.gy/m23b5q

Campaignolle, H. (2010). Le livre à l'ombre du journal: deux représentations de la littérature à la fin du 19e siècle. *Sens Public. Revue électronique internationale*, 5, 1-17. https://rb.gy/zf7oub

Carneiro, J. P. J. A. (2013). *O último propagandista do Império* O barão de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo. https://rb.gy/e18l54

Delporte, C. (1999). *Les journalistes e Franca 1880-1950. Naissance et construction d'une profession*. Seuil.

França, J.-A. (2007). Bordalo Pinheiro no Brasil. In E. Araújo & F. R. P. I. Motta (Curadoria). *Um português e um brasileiro. Dois em um. Bordalo Pinheiro e José do Patrocínio.* Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Godinho, J. (2009). *As origens da reportagem. Imprensa.* Livros Horizonte.

Kalifa, D. et al. (Ed.). (2011). *La civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siè*cle. Nouveau Monde Éditions.

Luca, T. R. de. (2016). Correspondente no Brasil. Origens da atividade nas décadas de 1870 e 1880. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 5 (1), 112-125. https://rb.gy/jgxiu9

Luca, T. R. de (2018). *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. Fapesp.

Mattelart, A. (2000). *A globalização da cultura*. Edusc.

Mérian. J. Y. (2007). Rafael Bordalo e o Rio de Janeiro dos anos 1875-1880. In: E. Araújo; F. R. P. I. Motta, (Curadoria). *Um português e um brasileiro. Dois em um. Bordalo Pinheiro e José do Patrocínio.* Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Miguel. A. D. (1997). Guilherme de Azevedo. Quatro cartas inéditas para Rafael Bordalo Pinheiro. *Revista Colóquio/Letras*, 143/144, 203-222. https://rb.gy/frckqj

Miguel, A. D. (2000). Introdução. In G. Azevedo (Ed.), *Crônicas de Paris (1880-1882)*. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

Miné, E. (1992). Mariano Pina, a *Gazeta de Notícias* e *A Ilustração.* Histórias de bastidores contadas por seu espólio. *Revista da Biblioteca Nacional*, 7 (2), 23-61.

Miné, E. (2000). *Páginas flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Ateliê Editorial.

Miné, E. (2017). *Alguns Homens de meu tempo e outras memórias de Jaime Batalha Reis*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Molina, M. M. (2015). *História dos jornais no Brasil. Da era colonial à Regência (1500-1840)*. Vol. 1. Companhia das Letras,

Mollier, J. Y., Sirinelli, J. F., & Valloton, F. (Eds.) (2006). *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Am*ériques 1860-1940. Presses Universitaires de France.

Nabuco, J. (1949). *Carta aos amigos*. Instituto Progresso Editorial S/A. Obras Completas, v. XIII. Anotadas e coligidas por Carolina Nabuco.

Nascimento, J. L. do (2008). *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX*. Unesp.

Pina, M. (1896). *Portugal e Brasil.* José Bastos.

Queirós, E. (1983). *Correspondência*. Vol. 2. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Silveira, Pedro da (1981). *Os últimos Luso-Brasileiros. Sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo à dissolução do Simbolismo.* Biblioteca Nacional.

Thérenty, M-E & Vaillant, A. (Ed.). (2004). *Presse et plume. Journalisme et littérature au XIXe siècle*. PNouveau Monde Éditions.

Thérenty, M-E (2007). *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle.* Seuil.

Brasil: a voz dos donos e outras vozes

Brazil: the voice of the owners and other voices

Heloisa Paulo

Universidade do Porto / CITCEM
Heloisapaulo25@gmail.com
ORCID ID: 0000-0002-9990-088X

DOI: https://doi.org/10.34619/zije-mqsh

Resumo: O Brasil foi o destino de uma grande parte da emigração portuguesa no século XX. Os jornais da colónia possibilitam aos seus leitores o contacto com a terra natal através de notícias locais e evocações culturais. No entanto, os periódicos serviam também de veículos de propaganda política, defendendo os posicionamentos políticos daqueles que representavam, mas sobretudo espelhavam a diretriz política dos governos portugueses. A partir do advento da ditadura militar e do Estado Novo, os jornais se colocam como porta-vozes do regime ditatorial, divulgando abertamente o ideal salazarista. No sentido oposto, exilados e emigrados políticos publicam novos periódicos onde é dado espaço para as vozes dissonantes do regime. Nos dois casos, vemos os periódicos brasileiros assumirem também posições de apoio e defesa dos ideais políticos ali espelhados. A caracterização desses periódicos, das redes estabelecidas com a imprensa brasileira e da ingerência do regime salazarista nestes jornais são aqui objetos de análise.

Palavras-chave: imprensa; jornalismo; propaganda; oposição; exílio; Brasil.

Abstract: *Brazil was the destination of a large part of Portuguese emigration in the 20th century.The colony's newspapers allow their readers to get in touch with their homeland through local news and cultural evocations.However, the periodicals also served as vehicles for political propaganda, defending the political positions of those they represented, but above all they mirrored the political guidelines of the Portuguese governments.With the military dictatorship and the Estado Novo, newspapers became spokesmen for the dictatorial regime, openly spreading the Salazarist ideal.In the opposite direction, political exiles and emigrants publish new journals where space is given to the regime's dissonant voices.In both cases, we see Brazilian periodicals also taking positions of support and defense of the political ideals reflected there.The characterization of these journals, the networks established with the Brazilian press and the interference of the Salazar regime in these newspapers are objects of analysis here.*

Keywords: *press; journalism; propaganda; opposition; exile; Brazil.*

1. A voz do dono: falar sobre o que e sobre quem

O termo "patrício" é usado pela colónia portuguesa do Brasil como um sinal de identidade étnica, designando aquele que, como português, participa da comunidade imigrante ou se encontra de passagem pelo país. Os "patrícios" estão um pouco por toda a parte no Brasil, mas a sua grande maioria está concentrada nos centros urbanos, nomeadamente no Rio de Janeiro, a capital do país até 1960, daí o centro da nossa análise estar fixado nesta cidade. Apesar da proximidade cultural e da língua comum, os portugueses constituem um dos grupos de emigrantes mais fechados no Brasil. É comum nesta colónia de emigrantes a endogamia, com parceiros vindos da "terra", ou ainda, a preferência pelos casamentos com os filhos, já brasileiros", dos "patrícios" mais chegado. Da mesma forma, os patrões portugueses dão preferência a empregados da mesma nacionalidade, procurando-os, muitas das vezes, entre os recém-chegados aos portos das grandes cidades brasileiras, apesar das restrições impostas pela legislação brasileira (Paulo, 2019, p. 95 e ss.).

Nesse contexto, os periódicos são instrumentos de coesão para estas comunidades emigradas. Os mais antigos remontam ao século XIX como o *Paquete de Portugal*, datado de 1833, e a *União Portuguesa*, de 1899, ambos publicados no Rio de Janeiro. No entanto,

a nossa análise estará centralizada apenas nos jornais que circularam a partir de 1930.

No período considerado, estes ganham força e tornam-se "obrigatórios" nos estabelecimentos e casas de portugueses para serem lidos ou, ainda, "ouvidos" por aqueles que não sabem "as letras". Nas suas páginas podemos ver notícias sobre Portugal e a colónia, informações sobre os espetáculos teatrais das companhias vindas de Lisboa, o horário das sessões de cinema com filmes e documentários portugueses, a programação lusitana na rádio, e, após 1950, na televisão. Temos ainda acontecimentos do quotidiano dos emigrantes, os mais importantes na colónia ganham espaço nas "colunas sociais", através das felicitações aos aniversários, às formaturas, aos casamentos, aos batizados, às viagens a Portugal e, quase todos são reverenciados no caso de falecimentos, quer na terra natal ou no Brasil, pelas notas fúnebres e as manifestações de solidariedade dos "patrícios". Mantidos pelos anúncios das casas comerciais da colónia, estes veículos de comunicação retratam a vida social local e apresentam uma visão bem específica dos acontecimentos em Portugal, na maior parte dos casos fruto da postura política que adotam.

Entre 1910 e 1926, a grande maioria dos periódicos assume o discurso republicano, contando para isto com a colaboração de fervorosos adeptos da República. É o caso do *Jornal Português*, fundado no Rio de Janeiro, em 1918, pelo jornalista Eugénio Martins, membro de duas renomadas associações republicanas naquela cidade. Alguns deles, como o *Portugal Ilustrado*, seguem a influência republicana do seu diretor, no caso Teófilo Carinhas. No entanto, este periódico conta com a participação de elementos dos mais diversos matizes políticos, como Rui Chianca, um ativo militante das lides monárquicas de 1917 e 1919.

No início da década de trinta, alguns dos jornais mais antigos procuram manter uma aparente neutralidade com relação ao regime. É o caso do *Jornal Português*, fundado em Junho de 1918, pelo jornalista emigrado Corrêa Varela. Possuindo correspondentes em Lisboa e no estado de São Paulo, o jornal apresenta uma coluna com comentários dos acontecimentos de Portugal e das colónias. Além disto, trata das atividades das colónias portuguesas no Rio de Janeiro e São Paulo. Desaparece de circulação por volta de Dezembro de 1933, não assumindo, até então, qualquer tipo de discurso pró-regime.

Outras publicações já passam a representar na sua diretriz o ideal defendido por muitos dos seus colaboradores, como é o caso da *Revista Portuguesa*, fundada em 1930 por Ricardo Severo e da qual participam combatentes do Reviralho como João Sarmento Pimentel. Durante toda a década, enquanto a legislação brasileira o permitir, teremos periódicos favoráveis e contrários ao regime de Lisboa lutando para conseguir a adesão política dos seus leitores.

2. Informação e Propaganda: quando a segunda é mais eficaz que a primeira

De facto, a implantação formal do Estado Novo em Portugal vai provocar uma mudança no panorama da imprensa portuguesa no Brasil. Enquanto os periódicos republicanos haviam iniciado o seu "combate" contra o regime no período imediatamente após o 28 de Maio, a institucionalização em definitivo do regime ditatorial salazarista ganha protagonismo e defensores no meio jornalístico da colónia, agora representada pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil. Este organismo, criado em 1932, se apresenta como o único porta-voz oficial dos emigrantes e adota de imediato a simbologia e os ideais fascistas vigentes em território português. Assim sendo, os campos políticos passam a ser definidos com maior clareza.

A *Pátria Portuguesa,* um semanário, é um dos primeiros periódicos a tomar para si a tarefa de defesa e apoio do regime ditatorial entre os núcleos emigrantes. Este jornal havia sido criado em 1925 pelos jornalistas Crisóstomo Cruz, o mesmo Corrêa Varela e Joaquim Campos, com o capital inicial fornecido por um comerciante português fixado no Rio de Janeiro, Lourenço Teixeira. A partir de 1930 e até 1934, apresentando nas suas primeiras páginas o lema "Pela Pátria, Pela Tradição, Pela Raça", realiza uma prática discursiva que, gradativamente é encaminhada para a defesa dos ideais salazaristas.

Em Dezembro de 1932, os seus responsáveis apostam num outro periódico, o *Diário Português*, que circulando durante a semana, com o tempo, substituiria a *Pátria Portuguesa*, mantendo desta última o seu lema. Os dois jornais chegam mesmo a circular em conjunto. No entanto, em 1936, uma cisão entre os seus diretores, Dr. Mário Moreira Fabião e Henrique Ferreira Lopes, e o fundador do jornal Crisóstomo Cruz, levam o afastamento deste último do periódico. Surge então a *Voz de Portugal*, o verdadeiro arauto do salazarismo no Brasil.

A proposta da *Voz de Portugal*, expressa no seu primeiro editorial, é ser uma "expressão totalitária da Pátria distante"[1], revelando no seu lema, impresso sempre ao cimo da primeira página, os traços da ideologia que postula: "Pela Pátria de Ontem, de Hoje e de Amanhã". A sua atuação na promoção e divulgação do salazarismo, quer pelos seus editoriais quer pelo incentivo à realização das mais diversas manifestações de apoio ao governo de Salazar, valeu a Crisóstomo Cruz, o seu diretor, uma comenda do Estado Português e diversos contactos pessoais com o Presidente do Conselho.

No entanto, neste período, é preciso assinalar a existência de outros periódicos que recebem patrocínio das autoridades diplomáticas portuguesas no Rio de Janeiro. É o caso de *Portugal Novo*, fundado em Maio de 1934, por Flamínio de Azevedo, funcionário da Embaixada e que se apresenta como delegado no Brasil do *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional,

1 *Voz de Portugal*. 11 de Abril de 1936, p. 2.

e de *A Voz*. Este jornal surge para promover o combate aos republicanos, nomeadamente ao periódico *Portugal Republicano*. Os seus títulos são de louvor ao governo de Salazar e à obra do Estado Novo, proclamando-se como o "jornal que revela uma Pátria Ressurgida"[2]. Também é importante frisar, o jornal *Legião Portuguesa*, tutelado diretamente pelo embaixador Martinho Nobre de Mello. Ambos os jornais possuem uma duração muito efémera, submergindo diante da legislação nacionalista do governo de Vargas e desaparecem após as primeiras semanas da sua edição (Paulo, 2019, p. 194 e ss.).

Nos anos seguintes, somente o periódico *Mundo Português*, que surge em 1949, no Rio de Janeiro, alcança alguma popularidade nas décadas de cinquenta e sessenta, apesar de nunca ter ultrapassado a popularidade da *Voz de Portugal*. Ele seguirá a mesma linha deste último, assumindo uma posição completamente favorável ao regime de Lisboa. O público-alvo é sempre a comunidade emigrante e, nos encontros da colónia, as novidades impressas servem de mote para as conversas, chegando àqueles que não possuem acesso aos jornais, muitas das vezes por não saberem ler.

A mensagem política passada por esses periódicos acompanha a linha da propaganda do regime, nomeadamente as diretrizes impostas pelo Secretariado de Propaganda Nacional e pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. E tal como acontece em território português, a cultura popular, juntamente com o culto da história ou profissões de fé ideológicas, transformam-se em elementos de agregação e de edificação de um sentimento de "nacionalidade" que se torna mais forte fora de Portugal.

É preciso lembrar que o contexto específico da emigração suscita esse tipo de apelo. O emigrante possui uma memória bem seletiva do seu passado e da sua aldeia. Essa memória o define enquanto ser social. A vida aldeã já não faz parte do seu quotidiano, mas continua a fazer parte da sua definição enquanto pessoa. O emigrante passa a ser identificado pelo seu lugar de pertença, ou seja a aldeia e o país de onde saiu, visto sempre como um espaço idealizado e congelado no tempo (Paulo, 2019, p. 201 e ss.).

Para ele, esse ideal suplanta a realidade. A aldeia sem condições e o país marcado pela pobreza não fazem parte da imagem que guarda da sua terra natal. Mesmo a imagem da aldeia é generalizante, não estando vinculada a nenhum local determinado, mas ao conjunto de aldeias que marcam a origem da comunidade emigrante, proveniente dos mais diferentes pontos de Portugal. Ela é, antes de mais nada, um símbolo, uma síntese única de uma realidade diversa, sem um espaço preciso, já que não pode ser localizável num ponto específico, mas é passível de ser identificada com qualquer uma aldeia real existente no país. Ela pode estar situada no Minho ou no Algarve, mas é sempre um referencial evocado pela produção discursiva da própria colónia. Em todos os periódicos, são comuns as colunas referentes às aldeias

2 *Portugal Novo*. 14 de Julho de 1934, p. 1.

portuguesas, como, entre outras, "Saudades da Nossa Terra", publicada na *Pátria Portuguesa* nos anos trinta, abordando o pitoresco das aldeias[3], ou, ainda, o noticiário da terra, como em "O que vai pelas províncias da nossa terra"[4]. A resultante apresentada é a de uma imagem cuidadosamente cinzelada pela veneração de uma memória "trabalhada":

> Quem te fez tão feliz, oh, bom povo das nossas aldeias? Quem foi que criou na tua alma estas pequenas consolações, que limitam encantadoramente os desejos de felicidade na Terra? Porque não te deixam nascer, viver e morrer assim, se nisso está a grande ventura dos que não têm maiores ambições?...A tua vida, bom povo de Portugal, é ainda, nas tuas pequeninas consolações, nos teus rústicos prazeres, na tradição dourada dos teus costumes, a magnífica demonstração de que a felicidade está contigo, e não vale a pena andar a correr mundo, atrás duma ventura que não chega nunca[5].

Assim sendo, a aldeia não possui defeitos, nem os males do mundo rural, nem as mazelas advindas do progresso urbano. O seu próprio tempo é especial, pois, concebido circularmente, não apresenta uma continuidade frequente (Eliade, 1986; Ginzburg, 1995). A esta imagem da aldeia é atribuído, portanto, um tempo mítico que, por sua vez, se encontra vinculado à memória seletiva do emigrante ou da colónia como um todo. Uma lembrança cristalizada do passado e filtrada pelo valores do presente contribui, desta forma, para precisar melhor a imagem que o emigrante guarda do seu lugar de origem. Concebida desta forma, a aldeia conserva inalteradas as suas tradições e a sua própria história, selecionada a partir da vivência pessoal de quem recorda ou da memória oficial ou oficiosa à qual teve acesso. Esta conceção do tempo, facilitando o retorno aos marcos essenciais da memória coletiva ou individual da colónia, reforça os laços de solidariedade e os fatores de identificação do grupo, não importando a diferenciada origem das tradições em voga, nem a "verdade histórica" dos factos.

A imagem da aldeia, portanto, após o referido recorte seletivo da memória, permanece imutável, assim como os momentos que lhe são imputados. Estes, porém, podem ser reproduzidos à distância, assinalando o vínculo do emigrante com a sua terra natal, criando para a colónia um tempo distinto daquele que vive a sociedade brasileira. Desta forma, os "patrícios" vivenciando um tempo "próprio" recuperam costumes e tradições, marcos importantes para a sua identidade. Neste quadro, os usos locais são apresentados como representações nacionais, da mesma forma que os festejos populares ou as comemorações religiosas. Neste quadro, são frequentes na evocação das celebrações populares das mais diversas origens ou até de factos da história local, voltada para a narração dos factos pitorescos das mais diversas

3 Como, por exemplo: "Saudades da Nossa Terra: Moncorvo". *Pátria Portuguesa,* 11 de Janeiro de 1930, p. 5, ou "Saudades da Nossa Terra: Ilha da Madeira". *Pátria Portuguesa*, 4 de Janeiro de 1930. p. 5.

4 Ver, entre outros, *Voz de Portugal*, 14 de Abril de 1936, pp. 10 a 12.

5 Editorial "Aleluia! Aleluia!". *Pátria Portuguesa*. 16 de Abril de 1933, p. 2.

partes do país. As Festas de São João[6] e os magustos[7] ultrapassam o uso localizado para se tornarem símbolos do "ser português".

Por outro lado, há o incentivo ao culto à "Pátria", nos moldes daqueles apregoados pelo regime de Lisboa. Ela é a terra natal, mas também algo que ultrapassa o concreto. Ela é o passado, o presente e sobretudo o futuro idealizado como a glorificação do país de origem. Como "idealização", ela não é passível de críticas, sendo impossível, de imediato, a aceitação de uma outra imagem mais real, que pusesse fim à esta visão. Ela é, portanto, um ideal, uma imagem, ou uma utopia que a distância torna, cada vez mais, "intocável". Vinculada a esta, temos a ideia de "Nação". Mais uma vez, a aceitação dos pressupostos ideológicos ditados pelo regime definem o ser nacional, "ser português". A noção de "cidadania plena" é restrita àqueles que fazem parte deste esquema ordenador, ou seja, das instituições diretamente vinculadas ao Estado, como a Legião Portuguesa ou a União Nacional, cabendo aos demais a adesão incondicional aos seus postulados ideológicos, já que "desejam" sentir-se nacionais, ou seja, ser "portugueses".

Sendo assim, este apelo guarda um outro, o da defesa da "Pátria" feita pelo regime através do seu ideário. O corolário apresentado é simples e eficaz: quem ataca o Estado português, ataca a "Pátria", vai contra a "Nação" que ele representa e defende, não podendo ser portanto considerado como um cidadão, nem mesmo possui o direito de ser identificado como um nacional, um português (Paulo, 2019, p. 217 e ss.).

Em suma, o discurso jornalístico conta com esta visão idílica para atrair público, exaltando as qualidades das aldeias e do país na apresentação das notícias que partilham, criando laços de identificação comum entre pessoas oriundas dos mais diferentes meios e regiões da sociedade portuguesa. A realidade passa ser a de uma aldeia idealizada, aquém do contexto regional e real, mas que correspondente à visão do regime. Tudo aquilo que não se encaixa na imagem oficial deixa de existir por não ser sequer mencionado.

Ao reproduzir notícias extraídas de periódicos portugueses como o *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, os jornais da colónia afetos ao regime preservam esta imagem oficial de Portugal construída pela propaganda do regime e que, muitas das vezes, é partilhada por jornais brasileiros, favoráveis à situação portuguesa. A omissão da realidade, proporcionada pela censura feita ainda em Portugal, contribui para este tipo de discurso. A releitura dos factos, também coordenados a partir do controlo censório de Lisboa, amplia a imagem idealizada que o emigrante possui e aumenta a possibilidade da sua adesão ao regime.

6 Concursos de Quadras populares como as de Quadras de São João são frequentemente realizados pelas casas regionais, como a Casa do Porto, no Rio de Janeiro. Ver, entre outros, noticiário da *Voz de Portugal,* "Resultados do VIII Concurso de Quadras de São João", 5 de Julho de 1953, p. 2.

7 "O 'Magusto' santacruzense. A sua realização a 3 do corrente na Casa dos Poveiros com a presença de elevado número de figuras de relevo da sociedade luso-brasileira". Reportagem da *Voz de Portugal*, 10 de Dezembro de 1950, p. 6.

Complementando esta imagem, está a visão de um Estado que coloca o emigrante em primeiro plano. Os veículos de comunicação afetos ao regime vão afirmar constantemente a sua capacidade de contactar e obter uma pronta resposta do governo de Lisboa. Entrevistas exclusivas com o Presidente Carmona, declarações de Salazar ganham a primeiras páginas dos periódicos salazaristas e fazem parte de uma estratégia de propaganda do governo português para o exterior. Em 1933, no mesmo ano da instituição do Estado Novo, temos um marco simbólico neste sentido com Salazar dirigindo uma mensagem aos portugueses do Brasil através de uma emissão radiofónica, nunca antes realizada por um representante do Estado português.

As declarações constantes dos viajantes que retornam de Portugal corroboram a ideia de um país que, apesar de manter o universo rural idealizado pelo emigrante, progride em direção do progresso vivenciado no local de acolhimento. A ficção é transformada em realidade e ganha estatuto de notícia em declarações de primeira página. É o que faz o diretor da *Voz de Portugal*, Albino Souza Cruz, um ardoroso salazarista, na edição do dia 19 de Janeiro de 1947:

> Há menos pobres pelas ruas e florescem os estabelecimentos de assistência e proteção aos desvalidos, mas há também uma superioridade moral incontestável que determina os atos e as ações de todos, apesar de haver, evidentemente quem não concorde com o Estado Novo, mas esses — quem poderá negá-lo? — Podem manifestar-se livremente desde que não perturbem a ordem pública.

Este tipo de argumentação e discurso perdurará até 1974, quando a queda do regime deixa um vazio nesses periódicos que passam a limitar-se ao noticiário social da colónia, somente reatando uma ligação ao governo de Lisboa na década de oitenta.

3. Informação e Propaganda: quando a primeira serve de suporte para a segunda

Portugal Republicano é o único jornal de propaganda republicana nos anos 30 e representa a tentativa de retratar a colónia portuguesa de outra forma, para além dos comendadores e associações regionais. A sua intenção é aproximar a mensagem oposicionista aos emigrantes com poder aquisitivo mais baixo, buscando neles a defesa do ideal republicano. O seu principal objetivo é combater a propaganda dos periódicos vinculados ao regime português, oferecendo factos como o contraponto da imagem idealizada veiculada pelos seus adversários.

Grande difusor do republicanismo no Brasil nos anos 30, periódico *Portugal Republicano,* segue a linha imposta pelos oposicionistas a partir de 1927, congregando os mais diferentes nomes da oposição republicana e reproduzindo os textos publicados no exterior ou enviados para a redação do jornal. Os escritos de Bernardino Machado, Afonso Costa e outros nomes

da República aparecem junto ao de republicanos emigrados e que são assíduos colaboradores no jornal. Devido ao seu passado no Brasil, incluindo a sua própria naturalidade, a figura de Bernardino Machado ganha mais uma vez um lugar de destaque, alcançando um determinado consenso entre o meio oposicionista radicado no Brasil. Grande parte dos republicanos portugueses ali estabelecidos guarda na memória a imagem do antigo diplomata, que passou pela Embaixada portuguesa no Brasil entre 1913 e 1914. Nos textos do antigo embaixador, é enfatizada a intencionalidade de perpetuação do regime ditatorial, destacando a necessidade do retorno ao projeto constitucional republicano e a condenação do posicionamento assumido pelo já então Presidente do Conselho como continuador da ditadura:

> [...] o seu projeto de constituição não passa duma ficção, com ela (a ditadura) personificada em Salazar, supersticiosamente, no engano de alma da sua negra usurpação, sonha perpetuar-se na governança, como se, graças ao seu taumaturgo, tivesse descoberto um elixir milagroso de longa vida.[8]

O *Portugal Republicano* busca apresentar assim a opinião de políticos, jornalistas e especialistas que analisam e retratam um Portugal "diferente" daquele retratado nos jornais que servem ao regime. Para tal, o procura difundir o discurso republicano nas suas mais diferentes versões, abrangendo os chamados "históricos" do movimento, como Latino Garcia, os nomes sonantes da República e as figuras da oposição como Álvaro de Castro[9], ou ainda, personagens não gratos ao regime e pouco conhecidos, como Newton de Macedo[10].

Nos primeiros números, as questões de ordem formal do regime são constantemente abordadas, como os mecanismos de institucionalização, o debate financeiro, acompanhando o enfoque dado pela entrevista de Afonso Costa, e todo o seu processo legal e constitucional. O governo ditatorial é identificado coma figura de Carmona, sendo o "carmonismo" a grande tónica dos ataques pronunciados no periódico. Longe de ressaltar a figura de Salazar, ainda que esteja sempre presente, a ditadura é associada ao velho Marechal e a parcela do exército que "traiu" o ideário republicano:

---

8 Machado, Bernardino. "Constituição Nova?". *Portugal Republicano*, 14 de Janeiro de 1933, p. 2.

9 Castro, Álvaro de. "Um brado de altivez cívica", in: *Portugal Republicano,* n.º 3, 22 de Outubro de 1932, p. 6. Reprodução da carta-resposta de Álvaro de Castro ao convite feito por republicanos para a Comemoração do 5 de Outubro no ano de 1926.

10 Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944). Professor de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Universidade do Porto. Em 1925, é Chefe de Gabinete de João Camoesas, então Ministro da Instrução. Newton de Macedo é afastado com a implantação da ditadura militar graças à sua luta contra o encerramento da Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Após uma passagem por Paris, com uma bolsa de estudos, retorna a Portugal, onde não consegue alcançar uma nomeação definitiva no Liceu Passos Manuel, onde é colocado em 1933 como professor provisório, terminando por lecionar em colégios particulares.

> Como chamar ao conluio que se agarrou ao governo em Portugal, há já anos? [...] Tirania; ditadura; mistificação? Não. Não basta. É preciso criar um novo nome. A história chamou a 1ª ditadura — pimentismo, à segunda — sidonismo. Á terceira...tem de se lhe arranjar um nome e logicamente, não pode ser senão carmonismo.[11]

Uma das poucas caricaturas presentes no jornal aponta as características de "Sua Majestade o Carmonismo", "sob a batina a farda agaloada; sob os pés os princípios. E da comédia a farsa; da farsa à tragédia. Até quando?". A imagem é bem significativa pois evoca a monarquia, simbolizada no trono no qual está sentada a figura principal, a Igreja, já que a personagem veste uma batina e possui um terço atado no pulso direito, relembrando o carácter repressivo do regime pela espada que atravessa um conjunto de livros onde se pode ler nas lombadas as palavras Constituição, Liberdade e Democracia[12]. Complementando a montagem da primeira página, ao lado da imagem, está uma matéria intitulada "Infâmias Carmonistas" que chama a atenção para a existência, em Timor, de um "campo de concentração com profundos e largos fossos cheios de água", vigiados por "metralhadoras", local de "doenças e mortes" destinado aos deportados pela ditadura[13].

Considerando que todo o peso da propaganda do regime insiste na veiculação do revilharismo com o comunismo, o tema é tratado com deferência nestes números iniciais do *Portugal Republicano*. Um texto de Raul Proença exemplifica a diferença entre ambos os movimentos ao afirmar que o bolchevismo seria uma "calúnia" inventada pela ditadura para difamar e desacreditar os revolucionários[14]. Para os republicanos, o operariado português não se enquadra nos cânones descritos pela doutrina comunista, ou seja, ele não pretende impor os seus direitos através de uma ditadura proletária, mas buscá-los através das representações operárias e partidárias.

O periódico apresenta também outras chamadas informativas, reproduzindo o noticiário vinculado pela oposição no exterior acerca da repressão e das tentativas revolucionárias em Portugal. Notícias de prisões, de tentativas revolucionárias e greves são apresentadas como prelúdio da mudança de regime preconizada pelos republicanos. A denúncia das arbitrariedades cometidas pelo governo de Lisboa marca o relato das deportações, enquanto o heroísmo é a tónica que delineia a conduta dos revoltosos. Os testemunhos feitos na primeira pessoa reafirmam as condições impostas pela força ditatorial:

11 "De Mitra e Capacete". *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.
12 "De Mitra e Capacete". *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.
13 "Infâmias Carmonistas". *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p.1. Notar que neste mesmo número do periódico aparece uma outra matéria onde são referenciados os campos de concentração do Lazareto, Ribeira Brava e Tarrafal, ver: "Barbaridades". *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p.1.
14 Proença, Raul. "O perigo bolchevista". *Portugal Republicano,* n.º 5, 5 de Novembro de 1932, p. 1.

> Um governo anormal, que cimentou os seus alicerces, durante sete anos — aproximadamente — e que se apregoa forte, e aplaudido pela Nação, e que procura, em discursos pomposos, entrar numa normalidade bastarda, principiaria — isto para que acreditássemos na sua sinceridade — em revogar todos os decretos.[15]

Na coluna "Tribuna Proletária", longe de apresentar o retrato de um Portugal rural, pacífico e sem penúria, comumente presente nos demais periódicos vinculados ao salazarismo, a realidade do campo é aqui apresentada de outra forma, em especial no que tange ao ensino e à influência da Igreja:

> No Douro [...] Visitamos outras casas. O mesmo espetáculo, o mesmo quadro de miséria. Há fome. Famílias inteiras, das que conseguem ainda ter quem para elas ganhe, porque outras há em que o trabalho falta em absoluto...[16]
>
> Vila Nova (Miranda do Corvo). Começou um novo ano escolar. Umas 120 crianças frequentam as escolas desta freguesia, onde apenas existem dois professores. [...] A própria escola feminina acha-se instalada numa casa particular; falha de condições higiénicas. Basta dizer que nos dias chuvosos, a água, dentro dela, cai em abundância.[17]

A opção por inserir um noticiário sobre as aldeias aproxima o *Portugal Republicano* aos demais jornais da colónia, todos eles afeitos ao regime, procura cumprir o objetivo fornecer uma outra imagem da realidade do país, oposta àquela propagandeada pelos meios de comunicação oficiais, uma outra visão dos alegados "benefícios" do regime. A visão do Estado Novo como o controlador da sociedade e o promotor da paz social é contraposta à realidade de uma sociedade onde a censura constrói a imagem de um país ideal, sem transgressões sociais e políticas: "Vagos — o Sr. Manoel da Rocha Cedro, proprietário em Ouca, quando em Aveiro contemplava o cortejo presidencial ficou sem a corrente e o relógio".[18]

É interessante destacar o relevo dado ao papel da mulher na sociedade portuguesa, e emigrante em particular, pelo periódico. Num dos raros artigos assinados por uma mulher, a figura feminina é tratada através de um dos temas mais polémicos para os conservadores, ou seja, o divórcio. O artigo em questão, analisa o casamento como instituição e o poder de escolha e decisão do elemento feminino numa sociedade comandada por homens. A partir desta visão, a autora defende o divórcio como uma forma de subtrair "a mulher à despótica

15 *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.
16 "Tribuna Proletária". *Portugal Republicano*, 14 de Janeiro de 1933, p. 2.
17 "Novas das Províncias". *Portugal Republicano*, 17 de Dezembro de 1932, p. 4.
18 "Novas das Províncias". *Portugal Republicano*, 10 de Dezembro de 1932, p. 4. A nomeação de tal personagem pode atestar a veracidade de parte da história, já que a família Cedro realmente existiu naquela aldeia, conforme declarações de Hermínia Loff Barreto, moradora naquela localidade no período tratado. Declarações prestadas à autora em 2005.

influência dum marido que não a ama", salvaguardando o lugar de decisão do elemento feminino e a sua capacidade de influenciar a sociedade. Dentro dos parâmetros de um republicanismo no qual as mulheres conquistam um lugar de destaque, a autora defende uma nova forma de encarar o casamento, não como obrigação social, mas como um ato de vontade pessoal. Desta forma, acaba por condenar o velho pensamento proudhoniano que considerava a mulher inapta ao exercício da cidadania na sociedade:

> [...] o matrimónio representa, na maioria dos casos, uma incoerente combinação de interesses, quer seja pela ligação da família (nobreza e alta burguesia), quer seja pelo recurso de solução económica (pequena burguesia), circunstâncias que se aproximam daqueles que determinam ainda o casamento como necessidade puramente material, digna de estudo, por nela se incluir o casamento realizado por 'imposição feminina da curiosidade' e o casamento realizado por imposição masculina da ideia de comodidade, provado é que muitos homens se casam depois dos 30 anos para terem a horas certas as refeições, e uma espécie de animal doméstico para todo o seu serviço — essa 'criada-cortesã', — de que falava Prodhoun...[19].

E se o tratamento dado à função do casamento na sociedade é claramente marcado pela negação de qualquer interpretação religiosa, o discurso anticlerical é suavizado, visando "conquistar" um público mais amplo. É preciso distinguir entre aqueles que representam um clérigo elitista e pró-regime, personificado no Cardeal Cerejeira, e aqueles que fariam parte do clero dos pobres, como o Padre Cruz que, segundo um dos artigos, "tem gasto a sua longa vida a praticar o bem" e "nunca bajulou os pobres"[20]. O combate ao clericalismo e a denúncia da sua vinculação ao regime não desaparece, mas, já no final do ano de 1932, o periódico publica textos mais favoráveis aos católicos que apoiam o regime, como "Palavras de um Católico", na qual o autor afirma a defesa da legislação republicana de Separação entre a Igreja e o Estado:

> Só é de justiça dizer que essa Separação, redundante no alheamento dos políticos ao provimento dos benefícios eclesiásticos, só tem lucrado a moralidade e a disciplina do clero.[21]

19 Silva, Clotilde da. "O Divórcio". *Portugal Republicano*, 4 de Julho de 1936, p. 6. O artigo foi originalmente publicado no periódico *Pensamento*, do Porto, segundo a nota anexada ao mesmo.

20 Frazão, Serra. "A Pastoral do Cardeal Cerejeira". *Portugal Republicano*, 21 de Janeiro de 1933, p.1. O texto é transcrito do jornal *Maria da Fonte*, da Póvoa do Lanhoso, sendo o seu autor Administrador do Distrito de Angola e um especialista na temática colonial.

21 Saldanha, Eduardo de Almeida. "Palavras dum católico". *Portugal Republicano*, 17 de Dezembro de 1932, p. 4.

De fato, o jornal parece buscar a ampliação do seu público leitor, deixando de parte os sectarismos religiosos e os ataques à chamada "extrema-esquerda", repetindo a orientação seguida por uma parcela dos exilados em solo europeu aos sectores mais radicais da oposição.

Como todos os demais órgãos de divulgação, o jornal noticia os eventos dos Grémios republicanos, guardando uma especial atenção aos impasses destas instituições com o representante diplomático local do governo de Lisboa, no caso, o sidonista Martinho Nobre de Mello, e com as demais organizações da colónia afeitas ao regime. De fato, em 31 de Janeiro de 1933, o editorial "É pena" ataca a conduta do Embaixador Martinho Nobre de Melo, denunciando sua atuação como propagandista do governo de Salazar e o descaso que demonstra para com os problemas reais da colónia como um todo (Paulo, H.,2019, p.192).

Este tipo de posicionamento gera uma resposta do corpo diplomático e da instituição que passa a "representar" o Estado Novo no seio da colónia portuguesa: a Federação das Associações Portuguesas. No dia 18 de Fevereiro de 1933, o *Jornal Português* publica um comunicado, no qual condena o discurso do periódico da oposição, atribuindo-lhe o carácter de um ato de ataque ao governo português[22]. A denúncia é o pano de fundo para a ação do Diretório de Publicidade da Polícia Central do Rio de Janeiro que, atendendo às pressões da colónia "oficial", alarga "a censura aos jornais portugueses que se publicam no Brasil", retirando de circulação o *Portugal Republicano*. O fato não é desconhecido pelas autoridades portuguesas, e em especial pelo Presidente do Conselho, já que, no seu arquivo pessoal do Vimieiro se encontram os recortes dos periódicos *Jornal Português*, com a referida comunicação, e do *Diário de Notícias*, datado de 18 de Fevereiro, publicado no Rio de Janeiro, com o comunicado da Polícia Central sobre o corte da censura.

O *Portugal Republicano*, em decorrência desta querela, é suspenso em Janeiro de 1933, retornando em Agosto de 1934, com um discurso muito mais agressivo[23]. Apoiado no clima democrático vivenciado no Brasil neste período e até ao seu desaparecimento definitivo em Junho de 1936, os artigos do período reúnem, ao par das denúncias dos desmandos do regime de Salazar, um vasto noticiário acerca das atividades dos opositores em outros núcleos de exílio, nomeadamente em Espanha, reprodução de artigos editados em jornais do Reviralho, como *A Verdade*, editoriais dedicados ao líder Afonso Costa, patrono da associação do mesmo nome e que sustenta o jornal, e depoimentos de políticos brasileiros contrários ao Estado Novo.

Apesar das especificidades, o *Portugal Republicano* funciona como um periódico normal da colónia portuguesa. Uma boa parte das matérias é elaborada exclusivamente por republicanos

22 No comunicado da Federação existe uma confusão a respeito da data da publicação atribuída ao número de 11 de Fevereiro do *Portugal Republicano*, quando, na verdade, o artigo é do citado dia 31 de Janeiro de 1933.

23 Em carta datada de 23 de Maio de 1934, Joaquim Monteiro denuncia para Bernardino Machado a conduta do então Embaixador Martinho Nobre de Mello, anunciando o retorno para breve do periódico. Espólio Bernardino Machado, Fundação Mário Soares.

radicados no Brasil, e a manutenção do periódico, apesar do pedido constante de colaboração dos correligionários, é feita com base nos anunciantes. Há inclusive a preocupação em afirmar-se que "o anúncio não tem nacionalidade, nem política"[24]. No entanto, a grande maioria dos anunciantes é portuguesa, sendo muitos os nomes vinculados ao movimento republicano.

Depois do interregno da Segunda Guerra e passada a euforia de crença numa mudança internacional contrária ao salazarismo, o crescimento dos núcleos de exilados e emigrados políticos no exterior é acompanhado do aumento das publicações que denunciam as atrocidades do regime. O Brasil é o berço de novos jornais antissalazaristas com títulos que alcançaram notoriedade no exílio, como o *Portugal Democrático* (1956-1974), editado em São Paulo e criado por elementos vinculados ao Partido Comunista, como o professor Vítor de Cunha Ramos e Manuel Ferreira Moura (Matos, 2020; Silva, 2006). Apesar da sua feição pró-comunista, o periódico consegue congregar elementos oriundos de toda a oposição, tendo em Sarmento Pimentel e o Centro Republicano Português de São Paulo os seus pontos de referência. O seu primeiro número data de 7 de Julho de 1956, sendo que, numa primeira etapa, o jornal circula de 1956 a 1957, com uma modesta tiragem, mas, a partir de Junho de 1958, assume o carácter de um jornal de médio porte, impulsionado pelo impacto das eleições presidenciais em Portugal. Nos seus primeiros anos conta entre os seus colaboradores nomes como o de Jaime Cortesão, Ribeiro Colaço, Sarmento Pimentel, Gonçalves Paratudo e Paulo de Castro. Mas também, já nos primeiros anos, podemos encontrar exilados e emigrados políticos recentes como Maria Archer, Vítor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Queiroga, Miguel Urbano Rodrigues. Para além de portugueses, conta com a participação de intelectuais brasileiros, como Rubem Braga, Manuel Bandeira e Paulo Duarte[25].

Portugal Democrático é editado mensalmente e distribuído por todo o país a partir de São Paulo. Para o Rio de Janeiro são enviados 2000 exemplares mensalmente[26] e, para além dos assinantes e da publicidade, ainda que sejam poucos os anunciantes, conta com doações, como a de Ricardo Seabra que contribui mensalmente para a edição do jornal com cerca de 3000 cruzeiros, um valor significativo visto as despesas do periódico serem cerca de 19.000, em 1957[27]. Entre os assinantes regulares do jornal, uma grande maioria de membros do PCP,

24 Ver, entre outros números, *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.

25 Os dois primeiros são escritores mundialmente conhecidos, mas também jornalistas: Rubem Braga foi correspondente de guerra em Itália para o *Diário Carioca*, e, depois de 1945, para outros jornais, como o *Correio da Manhã*; Manuel Bandeira publicou em diversos jornais, entre eles, o citado *Correio da Manhã*; Paulo Duarte, para além da sua atividade como académico, pois lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, foi redator do jornal *O Estado de São Paulo*.

26 Informação retirada da Carta de Vítor Ramos endereçada a António Amorim, datada de 29 de Janeiro de 1957, com o papel timbrado do jornal. Arquivo Sarmento Pimentel, BMM.

27 Ver: Recibo passado em nome de Ricardo Seabra pelo *Portugal Democrático* no valor de 3.000 cruzeiros correspondente à contribuição do mês de Setembro de 1956, datado de 27 do mesmo mês, e Circular do *Portugal Democrático*, datada de 23 de Outubro de 1957, na qual são estipuladas as necessidades mensais do jornal. Arquivo Sarmento Pimentel, BMM.

está Eugénio da Conceição das Mercês, que é o responsável pela distribuição do jornal na cidade de Niterói[28], então a capital do Estado do Rio de Janeiro. Mais tarde, a sua função passa a ser exercida por Manuel Lourenço Neto[29].

Mas, nesta altura, no seio da oposição não existe uma homogeneidade de propostas. A chegada de Humberto Delgado ao Brasil, em 1959, e de Henrique Galvão, em 1961, vão galvanizar os exilados e, gradativamente, são criados novos campos no interior da oposição antissalazarista no Brasil. Estas dissensões internas são refletidas nas suas publicações, assim como a sua própria periodicidade vai variar de acordo com os meios de manutenção e a coesão interna dos seus membros. Os títulos mais "cotados" para o período são *Portugal Livre*, *Portugal Democrático* e, com menor impacto o periódico *Oposição Portuguesa*, nos quais colaboram políticos e intelectuais, revelando nos seus artigos e no enfoque dado ao noticiário a tendência política que marcam os periódicos. Muitos deles são frutos de cisões, como é o caso do jornal *Portugal Livre*, que congrega elementos saídos do *Portugal Democrático*.

O peso e o impacto destas publicações, malgrado os informes alarmantes das autoridades portuguesas no Brasil, têm na quantidade das suas edições um possível fator de avaliação. É verdade que exemplares de quase todos os jornais mencionados são encontrados em arquivos particulares de opositores. As afirmações de Miguel Urbano Rodrigues acerca do *Portugal Livre* podem ilustrar as condições de distribuição da grande maioria destes periódicos que, com exceção do *Portugal Democrático* mantido pela forte engrenagem do PCP, sobreviviam de forma precária na clandestinidade:

> Tenho muita dificuldade em avaliar não apenas o que foi o Portugal Livre como a influência que exerceu tanto no Brasil como em pequenos núcleos de emigração política. À Portugal chegavam algumas dezenas de exemplares. A maioria seguia em envelopes timbrados de instituições inexistentes (com nomes sagrados como os de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Nossa Senhora de Fátima, e de congregações religiosas fantasistas). Durante alguns meses passavam pelo crivo da censura. Depois a PIDE intervinha e era preciso inventar outros envelopes. Esse correio era caro, mas quase logo começamos a receber cheques do estrangeiro, enviados por leitores que pediam assinaturas e ofereciam pequenas contribuições. A tiragem andava pelos 3000 exemplares, a maioria dos quais era distribuída em bancas de São Paulo onde as sobras raramente atingiam os 50% (Rodrigues, 2002, p. 190).

Um outro jornal, o *Portugal Livre* espelha as contradições internas no grupo de exilados. Ele surge em Novembro de 1959, em São Paulo, dirigido formalmente pelo brasileiro

28 Ofício datado de São Paulo, de 2 de Dezembro de 1958, procedente do *Portugal Democrático*, endereçado a Manuel Lourenço Neto. Cópia cedida pelo próprio do seu Arquivo Pessoal.

29 Conforme dados constantes no Ofício datada de São Paulo, 12 de Setembro de 1962, procedente do *Portugal Democrático*, endereçado a Manuel Lourenço Neto. Cópia cedida pelo próprio do seu Arquivo Pessoal.

Cláudio Abramo[30], um dos redatores-chefes do periódico *O Estado de São Paulo*, de acordo com exigências da legislação do país. Possui um curto período de publicação, desaparecendo em Março de 1961. Nas suas páginas, uma observação sempre repetida, alerta para a ideia de uma oposição unida no combate comum contra a ditadura salazarista:

> PORTUGAL LIVRE faz questão em reafirmar a sua posição de tribuna aberta a todos os portugueses democratas e a sua não filiação a qualquer movimento, órgão ou corrente política determinada, por muita consideração que, no campo pessoal, os respetivos mentores lhe mereçam[31].

Ele surge como uma dissidência de colaboradores do *Portugal Democrático*, sendo o seu real diretor é Miguel Urbano Rodrigues, que rompera com os seus antigos companheiros. Para além da presença de textos extraídos de outros periódicos, como *O Estado de São Paulo*, colaboram no jornal membros da oposição, como Tomás Ribeiro Colaço e Vítor da Cunha Rego. O *Portugal Livre* conta ainda com a participação ativa de Henrique Galvão e Humberto Delgado, sendo que este último rompe com a redação do periódico após os primeiros números. O jornal tem um período de vida bastante curto, desaparecendo após algum tempo.

Em Julho de 1961, no Rio de Janeiro, aparece o periódico *Oposição Portuguesa*, dirigido pelo jornalista brasileiro Serafim Porto[32], mas concebido pelo antigo combatente de Espanha e elemento próximo aos "Budas", Francisco Oliveira Pio. Este jornal é a resposta de Delgado ao seu rompimento com Galvão, sendo um porta-voz assumido dos seguidores de Humberto Delgado no Brasil e do seu Movimento Nacional Independente. Entre os anos de 1961 a 1963, o jornal espelha as contradições do MNI e dos apoios dados ao General. O próprio Serafim Porto, um entusiasta do General e do MNI, rompe com Delgado em Dezembro de 1961, abandonando a direção do periódico para só retornar após a morte do ex-candidato oposicionista. Com a saída de Porto, o seu cargo é entregue a Francisco de Oliveira Pio, sendo o seu editor José Afonso de Miranda. Nos números que circulam nestes anos, a grande figura de destaque é o General Humberto Delgado, como alegado representante da oposição, e, depois da sua morte, como "herói". O periódico também regista as comemorações do 5 de Outubro, assim como biografias de antigos republicanos vinculados à sua redação, como o próprio Oliveira Pio e Carneiro Franco[33]. Mas, muitos dos seus colaboradores de primeira hora, como o anarquista Roberto das Neves, são afastados da publicação ao discordarem das diretrizes impostas pelo MNI. No final

30 Jornalista brasileiro de formação comunista. Neste período, também está vinculado ao periódico *Estado de São Paulo*, outro baluarte de apoio para os antissalazaristas.

31 Nota publicada na primeira página do periódico *Portugal Livre*, Ano I, n.º 4, Fevereiro de 1960. Em maiúscula no original.

32 Serafim Porto é professor de língua portuguesa, possuindo uma formação anarquista.

33 Ver: Porto, Serafim, "Francisco Oliveira Pio", in: *Oposição Portuguesa*. Agosto de 1961. p. 4, e "Ernesto Carneiro Franco, uma vida pela grandeza de um povo", in; *Oposição Portuguesa*, Outubro de 1961, p. 4.

desta primeira fase, em Agosto de 1963, o próprio periódico, na figura do seu editor, rompe com Delgado, sendo extinto pelos seus responsáveis. A *Oposição Portuguesa* retorna por um breve período, em 1965, tendo entre os seus colaboradores alguns dos exilados recém-chegados ao Brasil, como Manuel Pedroso Marques.

Outros jornais procuram angariar simpatias da colónia, mantendo sessões dedicadas à vida social dos emigrantes, reproduzindo o noticiário veiculado pelas agências de Lisboa, buscando "suavizar" a imagem de órgão da imprensa oposicionista. É o caso dos periódicos *Colónia Portuguesa*, em São Paulo, ou *O Lusitano*, por um grupo de jovens portugueses no Rio de Janeiro. O primeiro começa a circular em 1959, sendo que o seu primeiro número inicial aparece a assinalar o 31 de Janeiro. Tem nos seus quadros dois grandes nomes da oposição: Gonçalves Paratudo, um velho militante republicano, e Joaquim Duarte Baptista, que posteriormente será o responsável pelo periódico *Semana Portuguesa*. O lema do jornal é "O culto da Fraternidade Luso Brasileira", pretendendo abarcar toda a colónia, apesar do seu carácter oposicionista[34]. Neste sentido, o seu discurso o demarca da restante colónia salazarista, malgrado a existência de colunas dedicadas à vida associativa. Não acusando os "comendadores" de "fascistas", afirma o desconhecimento destes da realidade do país e do carácter fascista da ditadura portuguesa. No entanto, o jornal parece não ter continuidade para além do ano da sua fundação.

O periódico *O Lusitano,* publicado entre Julho de 1956 e Julho de 1957, tem uma trajetória muito peculiar que serve para exemplificar o "combate" travado entre as autoridades consulares portuguesas e o sector antissalazarista em território brasileiro. Mantido por um emigrante económico, possuidor de uma agência de viagens e câmbio, Hermenegildo Soares, os primeiros números deste periódico não o distinguem dos demais similares publicados pela colónia salazarista. Impresso em São Paulo, chega ao Rio de Janeiro através da rede de autocarros, sendo distribuído pelos quiosques de jornal do centro da cidade. No entanto, gradativamente o jornal passa a veicular artigos de opositores do regime, assumindo a postura política que marca a trajetória de um dos filhos de Hermenegildo, Jorge Ribas Soares, membro-fundador da União dos Portugueses Estudantes no Brasil, UPEB. A postura de Jorge Soares é apontada num relatório consular como a de um "rapaz impetuoso", de "ideias políticas contrárias aos pontos de vista do regime português", das quais não partilhavam o seu pai e irmão. Em resposta à radicalização do periódico, a Embaixada tenta um contacto com o objetivo de "evitar que o 'Lusitano' se metesse por tal caminho", ao mesmo tempo que busca boicotar o envio de publicidade paga para o jornal junto aos comerciantes locais[35]. Diante da

34 "Editorial". *Colónia Portuguesa*, São Paulo, 25/03/1959, p.1.

35 Relatório da Embaixada de Portugal no Brasil, Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1957, p. 1, 2.º piso, Arm.6, Maço 446, AHD-MNE.

falta de anúncios o jornal entra em sérias dificuldades económicas e pressionado pela falta de fundos para a continuidade da sua impressão, o jornal desaparece.

É interessante notar a persistência no discurso dos jornais da oposição das declarações de intelectuais e políticas acerca da realidade portuguesa. Da mesma forma que nos jornais pró-salazaristas, o argumento dos periódicos oposicionistas não apresenta grandes mudanças ou alterações de vulto. No decorrer dos anos, sobretudo a partir da década de cinquenta, as questões relativas ao quotidiano das aldeias tende a ser substituída por reflexões sobre a política do regime, como é o caso da Guerra Colonial. Ao contrário do que ocorre com os seus opositores situacionistas, a partir de determinado momento, não se preocupam mais em obter um consenso na colónia e se voltam para uma determinada parcela da intelectualidade brasileira, dando voz aos escritores, políticos e intelectuais portugueses exilados na busca de uma conexão e apoio dos seus congéneres brasileiros. Mais do que os jornais "da situação", que possuem o apoio de uma parte da imprensa brasileira, esses periódicos buscam ter num nicho específico da imprensa brasileira o eco das suas palavras de ordem.

4. As vozes que falam: o leitor e a sua integração no jornal

O posicionamento político dos jornais não é só evidenciado pela matéria que veiculam ou pela forma de abordagem da realidade. Os inquéritos aos ouvintes, famosos na Imprensa brasileira entre os anos 30 e 50 também são replicados nos periódicos da colónia. A fala dos leitores ganha destaque sobretudo nos veículos de informação oposicionistas. É a apresentação de uma representatividade que lhes é negada na primeira pessoa nos jornais "oficiosos" da colónia.

De facto, os periódicos vinculados ao regime começam por solicitar a participação do leitor somente em eventos lúdicos, oferecendo a possibilidade de participarem em concursos através do envio de coupons que são oferecidos em cada exemplar vendido. Muito aquém da construção de um espaço de opinião, tais promoções são antes uma técnica de venda muito eficaz. Tal aconteceu em 1931, quando o jornal *Pátria Portuguesa*, do Rio de Janeiro, promove um concurso para a eleição da Rainha da Colónia Portuguesa do Brasil. As candidatas, apresentadas pelas associações, são votadas através de coupons existentes nos periódicos, cabendo o primeiro lugar àquela que conseguisse arrecadar o maior número de votos. Este "inquérito" termina com a escolha de uma candidata natural de Viseu, Leopoldina Belo, e de uma açoriana, Amélia Borges Rodrigues. Esta última acabará por embarcar, em 1932, para uma viagem a Portugal, um prémio pela sua classificação[36].

36 *Pátria Portuguesa*, 2.º semestre de 1931 à Janeiro de 1932.

No sentido oposto, entre Outubro de 1932 e Janeiro de 1933, o jornal *Portugal Republicano* apresenta uma série de reportagens intitulada "Fala a outra colónia", na qual é dado um espaço aos seus leitores para declararem as suas opiniões sobre o governo português. Cada matéria apresentada explora uma vertente do pensamento republicano, cabendo ao entrevistado a defesa do ideal.

No primeiro depoimento, José Martins Ribeiro afirma a sua crença no republicanismo traduzido na defesa da "liberdade de pensamento", sendo os seus princípios igualitários descritos como o "verdadeiro comunismo"[37]. Apresentado como operário, o entrevistado contrapõe a imagem de Afonso Costa às figuras mais proeminentes do regime, normalmente defendidas pela colónia salazarista:

> [...] Afonso Costa honra Portugal em todo o mundo, é o maior orgulho da nossa República. O destino há-de castigar os audaciosos que pretendem chamar estadista a um Salazar qualquer, quando o único estadista português do nosso tempo é Afonso Costa[38].

Na segunda entrevista, o tema é o da ameaça que representa o regime para a sociedade como um todo. No depoimento de Joaquim José Rodrigues e a ideia da repressão e da onipresença do Estado é exemplificada pela apresentação de "Lista Vermelha", ou seja, uma listagem de nomes na qual supostamente estariam incluídos os opositores e que seria usada para ameaçar os familiares destes em Portugal. Tal "Lista" seria evocada pelos padres nas aldeias para assustar aqueles cuja conduta era reprovada pelo regime, introduzindo a temática do anticlericalismo como "pano de fundo" da matéria apresentada[39]. Os elementos conservadores da colónia são classificados como uma minoria, em contraste com a "legião imensa de portugueses que por aqui trabalham", esta sim republicana. Invertendo o discurso oficial do próprio regime, o periódico busca assim afirmar-se entre os emigrantes mais pobres, aqueles que, de fato, compõem uma parcela mais vasta da emigração.

A tónica da entrevista seguinte recai sobre uma grande característica do republicanismo postulado pelo jornal, ou seja, a importância da instrução na estruturação da cidadania. Em depoimento datado de 26 de Novembro de 1932, Manuel Pereira Ribeiro defende a necessidade do ensino laico para a manutenção da formação do cidadão de bem, condenando a interferência do clero na administração escolar e na estruturação da cidadania:

37 "Eu despertei para a República!", in: *Portugal Republicano*, 29 de Outubro de 1932, p. 8.
38 "Eu despertei para a República!", in: *Portugal Republicano*, 29 de Outubro de 1932, p. 8
39 "A Lista Vermelha. Como o anticlericalismo domina os tímidos", in: *Portugal Republicano*, 12 de Novembro de 1932, p. 4.

> A maior necessidade do nosso povo é a instrução. É preciso espalhar escolas para desanuviar os espíritos obcecados pelo clericalismo. A ação que através dos tempos tem exercido o clericalismo e o conservatorismo sobre o povo português, tem feito de muitos, e está fazendo ainda hoje, uma massa ignorante e inconsciente, que chega a fazer revoltar todos aqueles que presam a sua dignidade[40].

Nas últimas três matérias da série, o discurso dos entrevistados assume um tom mais agressivo. O jornal busca um discurso mais radical, chegando mesmo a afastar-se da temática anticomunista esboçada no texto de Raul Proença no ano anterior. Neste âmbito, as entrevistas retratam demonstrações do descontentamento da população, como o caso da reação de uma filha que viu o corpo do pai ser impedido pelo padre de ser enterrado no cemitério local:

> Dias depois, uma filha do falecido, de nome Rosa Leandro, armou em Maria da Fonte. Esperou o padre, que vinha montado numa bicicleta, e com uma pá de forno de um irmão que é padeiro, aplicou uma boa sova no renegado parasita, que com todo o papismo, salazarismo e carmonismo não se livrou da lição[41].

> O ato de revolta, nascido da necessidade de justiça, é o sentimento que, prevalecendo sempre nos personagens apresentados, assume uma dimensão mais cativa e socializante, como no depoimento de Armindo Silva que afirma: — Sim, sou um revoltado. E toda a mocidade expatriada tem por força o ser [...] Revolta contra o Capital, contra o dinheiro que nos faz desterrados da pátria [...][42].

Por fim, malgrado os possíveis aliados, o combate ao regime é configurado como um dever genuinamente republicano, tal como afirma o último entrevistado da série, João Martins Baguinho, o único identificado como presença constante no movimento republicano exilado em solo brasileiro:

> Não é republicano quem quer. Para o ser é preciso ter princípios e ideias definidas. [...] Aos 19 anos estava filiado no Partido Republicano Português. Tenho combatido todas as ditaduras, porque na minha consciência não cabem essas formas de governo[43].

40 "Perseguidos e insultados". *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.
41 "Quem são os desordeiros?". *Portugal Republicano*, 10 de Dezembro de 1932, p. 4.
42 "Mocidade Revoltada. Os exilados da Política são centenas; os desterrados do Capital são milhares". *Portugal Republicano*, 7 de Janeiro de 1933, p. 4.
43 "O ouro de Salazar é o Sangue do Povo!". *Portugal Republicano*, 21 de Janeiro de 1933, p. 2.

Em resposta ao inquérito republicano, o *Diário Português*, inicia um inquérito único no jornalismo português pró-regime no Brasil intitulado "Duas Mensagens". O seu objetivo é "dar" a possibilidade ao emigrante comum de enviar aos representantes do governo de Lisboa, Carmona e Salazar, as sugestões e as mensagens que desejassem:

> Todos os portugueses que o quiserem fazer, poderão associar a sua assinatura à mensagem que por intermédio deste jornal será enviada ao Dr. Oliveira Salazar. O que desejaria dizer ao Presidente Carmona, se com ele pudesse falar? Poderá fazê-lo por escrito por intermédio do Diário Português[44].

As respostas apresentadas na redação do jornal são publicadas entre Agosto e Novembro daquele mesmo ano, oferecendo a esperada sensação da existência de uma ligação real entre a colónia e o novo regime, como atesta a declaração de António Francisco Aranha, emigrado no Rio de Janeiro e natural de Serpins:

> Nem sempre nós os portugueses do Brasil temos esta grata satisfação de cumprimentar um Chefe da nossa gloriosa Nação, e é essa a minha intenção ao rabiscar estas modestas linhas. Deus guarde V. Ex^cia^ no posto de honra que ocupa[45].

Este inquérito, que, segundo a direção do jornal, suscita um vivo interesse pela colónia, é apresentado como uma amostra do consenso positivo do regime no meio emigrante português no Rio de Janeiro, em torno da sua solução política implementada pelo novo governo de Lisboa. Dos depoimentos publicados, podemos selecionar três tipos de argumentações que corroboram esta imagem: o de cunho político, com declarações de elementos das mais diversas fações a favor do regime; o que se destina à utilização prática do canal de contacto que lhes fora supostamente oferecido, dirigindo as mais diversas reivindicações e os mais diversos pedidos de cunho pessoal a Carmona e Salazar; e, por fim, o que se demarca pela "fidelidade" habitual do emigrante comum aos regimes estabelecidos em Portugal. Em todos, temos a menção frequente aos elementos do universo aldeão, como referencial da "Pátria", e a presença latente de um paternalismo que transforma o depoimento numa espécie de "diálogo", no qual Carmona e Salazar são tratados, apesar da irreverência de alguns ou da vénia excessiva de outros, como quaisquer outros membros da colónia, como "patrícios", com os quais cada um possui, portanto, um ponto em comum.

44 *Diário Português,* 4 de Agosto de 1933, p. 1.
45 *Diário Português,* 16 de Setembro de 1933, p. 2.

Das declarações de carácter político, podemos destacar três depoimentos que traduzem a ideia de união e consenso passada pelo regime, já que reúnem elementos politicamente opostos, um republicano, que, nesta hora, configura a oposição mais combatente ao Estado português, e dois posicionamentos extremados, o de um socialista e de um monárquico. Esta tentativa da apresentação da imagem de um "acordo" entre as mais diversas fações políticas em relação ao novo governo português corporiza, de igual forma, o ideal de «unicidade» tão caro à Federação das Associações Portuguesas e ao próprio regime. Assim sendo, ainda que passível de críticas, a legalidade do regime vigente é apresentada como um facto incontestável por todos aqueles que se assumem como «portugueses». A cidadania, que passa pelo reconhecimento da nova ordem vigente, é traduzida na aprovação do regime como a melhor solução para os problemas da «Nação», numa argumentação semelhante à propagada pelo ideário salazarista.

Nos depoimentos selecionados para publicação são acentuadas as características dos perfis dos declarantes, fornecendo uma maior ênfase e impacto às suas declarações. No caso do republicano, transparece a característica combativa e revolucionária atribuída ao republicanismo, no monárquico, a noção de "renascimento" e da Pátria, e no socialista, o internacionalismo:

> Sou profundamente republicano, fui carbonário, peguei em armas a favor e em defesa da República que amo como a minha mãe, e porque sou também português acima de todas as coisas, receba V. Exª o aplauso mais sincero pela sua obra grandiosa. Francisco Duarte Coelho, de São Pedro do Sul[46].

> Sou profundamente monárquico, mas acima do meu ideal político está o amor à Pátria. E é com este sentimento que me congratulo com V. Exª., felicitando-o pelo que vem fazendo por um Portugal maravilhoso e forte, pedindo a Deus que conserve a preciosa vida de V. Exª. para que do alto posto em que a Nação o colocou, possa ouvir com orgulho: Viva Portugal redivivo! João Pais Loureiro, Silgueiros, Viseu[47].

> Conquanto seja socialista e preferindo que fosse esse o regime vigente em Portugal e no mundo inteiro, não posso deixar de aplaudir o governo honesto como o que V. Exª tem feito na minha terra. Sousa do Prado, Porto[48].

46 *Diário Português,* 23 de Agosto de 1933, p. 2.
47 *Diário Português,* 7 de Setembro de 1933, p. 2.
48 *Diário Português,* 23 de Agosto de 1933, p. 2.

Para concluir esta série, destacamos o depoimento de um "antimilitarista" que, apesar do seu posicionamento e do carácter inicial do regime, aprova a sua atuação:

> Embora ouça dizer que o lugar de militar é na caserna, quero felicitar com ardor o eminente Chefe do Estado da Nação Portuguesa, e formular votos pela continuação do seu proveitoso governo, ao lado do grande restaurador das finanças, o Sr Ministro Oliveira Salazar, orgulho de nossa gente. Joaquim Brito Simões Filho, Arganil[49].

Uma vez demonstrado o consenso, o passo seguinte é demonstrar o estabelecimento do diálogo, transfigurado nos pedido de "favores" ao governo, quer sejam eles pessoais, referentes a uma comunidade em Portugal, ou ainda, à própria colónia. Dos casos mais personalizados, temos o destaque para os pedidos de amnistia para os envolvidos nas revoltas da Madeira e dos Açores, em 1931:

> Perante V. Ex.ª que é a mais alta e a mais respeitável figura da Pátria, que lhe deve o seu ressurgir, venho suplicar-lhe que se condoa da situação de uma numerosa família, perdoando o Tenente Severo, da Ilha Terceira, que é meu sobrinho. Tenho fé que V. Ex.ª atenderá este humilde patrício. José da Silveira, Angra do Heroísmo[50].

Este tipo de "depoimento" torna-se importante quando o regime é posto em causa internacionalmente. Em 1954, após a ocupação dos enclaves coloniais na Índia pelo governo de Nehru, a *Voz de Portugal* publica um depoimento de alguém que concorda com o sacrifício em prol da Pátria, solicitado por Salazar aqueles que estão nas fortificações portuguesas em território indiano. Quem o faz é Herculina Marques de Almeida, uma emigrante fixada na capital, cujo filho, tendo ficado em Portugal, esteve em serviço na colónia indiana. A sua declaração é um aval ao posicionamento assumido pelo governo de Lisboa a ser copiado por toda a colónia:

> Não lamento que meu filho ali se encontre. Pelo contrário, peço de joelhos à Virgem de Fátima que lhe dê forças para poder lutar com os seus companheiros para esmagar aqueles que, pela violência, querem tirar-nos aquilo que é nosso[51].

49 *Diário Português,* 15 de Setembro de 1933, p. 2.
50 *Diário Português,* 18 de Outubro de 1933, p. 2.
51 *Voz de Portugal*, 22 de Agosto de 1954, p. 7

5. O coro de outras vozes: as vozes e os apoios locais

As relações entre os periódicos brasileiros e a colónia portuguesa no Brasil sempre existiram, para o bem ou para o mal (Ribeiro, 2017). No entanto, com o crescimento da colónia enquanto representante de um comércio próspero e sendo os anúncios comerciais uma fonte de renda para os jornais, esse lado torna-se mais estreito. Assim sendo, nas primeiras décadas do século XX, Portugal e os portugueses do Brasil ganham espaço na imprensa do Rio de Janeiro. É o caso do jornal *A Manhã*, que mantém uma seção intitulada "Página Portuguesa" ou da revista semanal *Careta*, que dedica uma coluna sobre a vida social na colónia.

Por outro lado, com o acirrar dos posicionamentos políticos em Portugal a partir de 1926, os jornais brasileiros assumem posições de apoio ou condenação, de acordo com a sua própria diretriz partidária. Na década de 30, o republicanismo é o grande divisor de águas que leva, nos anos trinta, nomes da política brasileira a participarem em entrevistas nos jornais da colónia, nomeadamente no *Portugal Republicano*. Antigos deputados perseguidos pelo governo de Getúlio Vargas, após a chamada Revolução de 1930, oferecem os seus depoimentos acerca da necessidade da liberdade política em Portugal. São saudados como "amigos de Portugal" e, em alguns casos, a sua presença no movimento antissalazarista no Brasil atravessam décadas. É o caso de José Carlos de Macedo Soares, deputado constituinte eleito em 1933[52], diretor do jornal Diário Carioca, o grande apoiante dos oposicionistas exilados portugueses nas décadas de 40 e 50.

Nos anos quarenta, malgrado a legislação repressiva do Estado Novo brasileiro (Paulo, 1994) alguns os jornais brasileiros acolhem os exilados e publicam os informes em prol da causa dos antissalazaristas. Neste quadro, temos os já citados *Correio da Manhã* e *Diário Carioca,* e para a década seguinte, jornais como o *Última Hora*, no Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*, na cidade do mesmo nome. Cumpre ainda assinalar os jornais pertencentes a determinados grupos de ativistas que também prestam a sua solidariedade aos exilados portugueses, como os anarquistas do periódico *Ação Direta*, fundado pelo anarquista brasileiro José Oiticica, no qual escreve Inocêncio Câmara Pires, opositor vinculado aos "Budas", e o escritor Tomás da Fonseca.

Nestes anos, malgrado a experiência literária de Jaime Cortesão, que só publica como "historiador" na imprensa brasileira, o "Buda" que consegue inicialmente "entrar" nas redações dos periódicos do Rio de Janeiro é Jaime de Morais. A sua estreia como cronista é feita no *Diário Carioca*[53], depois de um primeiro convite fracassado para a publicação de artigos

52 "Dr. Macedo Soares". *Portugal Republicano*, 4 de Agosto de 1934, p. 8. José Carlos Macedo Soares é irmão de José Roberto Macedo Soares, genro de José Augusto Prestes, do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro.

53 Apesar de ter sido fundado por José Eduardo Macedo Soares, desde 1932 o *Diário Carioca* é dirigido por Horácio de Carvalho Jr., sendo um dos maiores órgãos de intervenção política na história recente do Brasil. Em 1937, alinha

no jornal *A Noite,* fechado pela ditadura de Getúlio Vargas. Apesar de um registo como correspondente do jornal *A Província de Angola*, já mencionado anteriormente, a sua função nos jornais cariocas fica restrita às crónicas. A chamada para a participação no periódico é confirmada em carta por seu companheiro de exílio já no Brasil, Alberto Moura Pinto, mas é possível que a intermediação entre o jornal e o antigo governador da Índia Portuguesa tenha sido feita por José Augusto Prestes, então Presidente do Grémio Republicano Português. De facto, a sua filha única está casada com o diplomata José Roberto Macedo Soares, irmão do antigo diretor do jornal e fundador do periódico, José Eduardo Macedo Soares[54]. Paralelamente ao convite do *Diário Carioca,* Jaime de Morais é chamado a participar num outro periódico, *Correio da Manhã*[55], em cuja redação está um dos mais atuantes jornalistas e políticos daquele país, Costa Rego[56]. Como ocorre com o *Diário Carioca*, em 1941, este jornal também abre o espaço das suas colunas para aqueles que possuíam uma postura mais radical em relação aos regimes ditatoriais (Paulo, 2007). Mas Jaime de Morais não atua sozinho. Neste período escrevem para jornais do Rio de Janeiro outros emigrados e exilados políticos, como o antigo professor da Universidade do Porto, o filósofo Lúcio Pinheiro dos Santos, no mesmo *Diário Carioca*, o escritor Tomás Ribeiro Colaço, no *Correio da Manhã*, e jornalista Novais Teixeira, também no *Diário Carioca*.

Paralelamente, e à medida que o Brasil caminha para o fim da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), as figuras da oposição ganham destaque nos jornais através de entrevistas e participação em atos públicos. Em 1943, o já consagrado historiador Jaime Cortesão é chamado para "batizar" o avião Alexandre de Gusmão e os jornais destacam o seu discurso pleno de evocações à liberdade e à democratização[57]. No ano seguinte, ele é condecorado pelo governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração dada a um estrangeiro naquele país[58]. Neste mesmo ano, Jaime de Morais é entrevistado pelo mesmo jornal e saudado como "um dos mais ilustres democratas portugueses domiciliados no Brasil"[59]. O motivo

---

com o Estado Novo de Vargas, sem, contudo, deixar de lado o cunho de periódico "político" que o caracterizara anteriormente. A partir do início da década de quarenta, com a liberalização da censura, afasta-se da linha do governo, chamando para a sua redação os opositores políticos do regime e os exilados.

54 Em entrevista, a neta de Prestes, Dra. Roberta Prestes Macedo Soares, não descartou a hipótese de tal fato ter vindo a contribuir para a aproximação entre o exilado e o jornal carioca. Entrevista feita em Julho de 2004.

55 Fundado em 1911, por Edmundo Bettencourt, este jornal possui uma longa tradição de defesa dos ideais democráticos, tendo sido o primeiro a denunciar o golpe que implantaria o Estado Novo no Brasil. No entanto, durante a ditadura, o periódico consegue manter a regularidade da sua circulação, graças à capacidade dos seus articulistas de "escamotear" os artigos de cunho político fazendo-os passar pela censura do regime.

56 Para além de jornalista, Pedro da Costa Rego foi secretário da agricultura (1912), deputado federal (1915-17, 1918-20, 1921-23), governador (1924-28) e senador (1929-30 e 1935-37), sempre pelo seu estado natal, Alagoas. Esteve 50 anos neste jornal, tendo sido o criador da primeira cátedra brasileira de jornalismo.

57 "Afundou o olhar nos séculos vindouros e pressentiu o destino de sua Pátria". *Diário da Noite*, 18 de Novembro de 1943, p. 8.

58 A notícia é divulgada em diversos periódicos, entre eles, o *Correio da Manhã*, 26 de Novembro de 1944, p.2.

59 "Legislação especial para os portugueses". *Diário Carioca,* 11 de Abril de 1944, p.3.

da entrevista, a propalada igualdade de direitos a ser concedida pelo governo brasileira aos portugueses residentes no país, leva também ao depoimento de outros nomes da oposição. Francisco Dores Gonçalves[60] e Joaquim Novais Teixeira confirmam o apego do emigrante e do exilado ao país de acolhimento, afirmando o "amor à terra" brasileira e o agradecimento pelo acolhimento recebido[61]. No ano seguinte, já com a guerra no seu término e o fim do Estado Novo brasileiro bem próximo, é a vez de Lúcio Pinheiro dos Santos expor em entrevistas as razões pelas quais o "fascismo não poderá sobreviver em Portugal"[62].

Em contrapartida, as acusações feitas pela oposição contra o regime de Salazar e a sua ligação aos nazi-fascistas ganham uma maior dimensão no clima de suspeição vivenciado no Brasil de então. O jornal *Diário Carioca* inclui na sua série "A História da Espionagem Nazista no Brasil", uma grande matéria a respeito de um jornalista português espião do regime de Hitler no Brasil. Manuel de Almeida e Marques, "membro da Legião Portuguesa", teria sido descoberto ao ser intercetada uma carta cifrada a ser enviada para Portugal, afirmando a existência de um plano para contactos de rádio difusão com a Europa. Apesar deste conteúdo dúbio e graças à ação do Serviço Secreto Britânico, a Polícia de Ordem Política e Social brasileira apreendeu um rádio transmissor na casa do jornalista, o que deu corpo à denúncia. Atuando como representante dos periódicos portugueses *A voz*, *Diário de Coimbra* e *O Estoril*, o "agente do Eixo" acaba por ser preso e afirmar que a sua verdadeira missão era "vigiar os exilados políticos portugueses". A reportagem enfatiza a inabilidade do "espião" em manipular o rádio e passar as suas mensagens e, longe de acentuar a ação de vigilância do regime de Salazar com relação aos seus opositores no exílio, trata de garantir a imagem do "espião fascista" que, "se tivesse certo preparo na arte da espionagem, poderia ter feito um trabalho diabólico visando a segurança do Brasil e dos nossos aliados"[63]. A oposição obtivera um ponto contra o salazarismo[64].

De fato, a relação dos articulistas portugueses com o meio jornalístico tem como principal consequência o que há muito era esperado pelos opositores antissalazaristas: a solidariedade de brasileiros para com a luta dos oposicionistas. A propaganda "oficiosa" do salazarismo é alvo de inúmeras críticas por parte dos jornalistas democratas, apoiantes do combate promovido pelos exilados contra o regime de Lisboa. O espaço dado à oposição portuguesa nos periódicos brasileiros é gradativamente ampliado e a oposição consegue alguns trunfos quando o periódico *Diretrizes* apresenta um retrato negativo do novo embaixador de Portugal,

60 *Diário Carioca,* 16 de abril de 1944, p.3.
61 Citação de Novais Teixeira no *Diário Carioca,* 12 de Abril de 1944, p.3
62 *Diário Carioca,* 24 de Fevereiro de 1945, p.2.
63 "A História da espionagem nazista no Brasil". *Diário Carioca*, 12 de Novembro de 1944, p. 1 do Segundo Caderno.
64 O nome de Manuel de Almeida e Marques não aparece referenciado em nenhum Arquivo, mas no *Diário Oficial da União* há a menção da concessão da licença de jornalista dada pelo DIP (*Diário Oficial da União,* Seção I, 26 de Fevereiro de 1942, p. 2883).

Pedro Teotónio Pereira[65]. Na edição do dia 31, onde é publicada uma fotografia na qual o diplomata aparece fardado ao lado de Salazar, o novo representante de Lisboa é apresentado como "o Rodolf Hess Português":

> Como bom diplomata fascista, o agente salazarista fez entrega à polícia política de Franco de centenas de refugiados espanhóis, que procuraram asilo em Portugal sob o pretexto de serem comunistas ou democratas perigosos à paz interna, para serem fuzilados além fronteira[66].

Nos anos seguintes, o panorama da oposição no Brasil e do próprio jornalismo é bastante diferente (Abreu, 1996). Apesar da continuidade de alguns dos elementos mais antigos, como Colaço e as suas denúncias contra a "crueza fascista"[67], novos articulistas aparecem e a oposição portuguesa ganha ainda mais espaço em jornais de vanguarda. Cresce a publicitação dos eventos coordenados pelos exilados e a publicação de textos de combate ao salazarismo, escritos ou não por portugueses. Aos tradicionais jornais apoiantes, temos na década de cinquenta novos periódicos como a *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* que vão dedicar inúmeros espaços nas suas edições aos críticos do salazarismo, sejam eles portugueses ou brasileiros.

No *Diário de Notícias*, um dos mais velhos defensores dos antissalazaristas, a presença na redação de Osório Borba, um antigo aliado dos republicanos exilados, e, a partir de 1955, de Paulo de Castro, confirma a continuidade do periódico como representante da combatividade dos exilados contra o governo de Salazar. Para além de entrevistas e declarações dos opositores exilados, o seu noticiário acompanha os principais movimentos de contestação em Portugal e da oposição no Brasil, como a chegada de Humberto Delgado e a sua receção no Rio de Janeiro[68].

Sendo um dos jornais com maior sucesso na década de 50, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, é um dos grandes apoiantes da oposição antissalazarista desde a sua fundação, em 1951 (Fidelis, 2017). Colaborava neste periódico Tomás Ribeiro Colaço que, apesar da sua postura pró-monárquica, dividia o espaço na publicação com comunistas e socialistas brasileiros. O seu próprio fundador havia sido obrigado a buscar o exílio durante o Estado Novo de Vargas, mas contraditoriamente a fundação do jornal vai coincidir com o retorno e o apoio da volta democrática de Getúlio Vargas ao poder.

65 O jornal *Diretrizes* é fundado no final dos anos trinta, tendo entre os seus colaboradores, nos anos quarenta, o poeta Vinícius de Morais.

66 "Quem é o novo embaixador de Salazar, considerado o Rodolf Hess português". *Diretrizes*, 31 de Outubro de 1945, p. 2.

67 Colaço, T. R. "Hora de Luto para a Cultura Portuguesa". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de Junho de 1947, p. 2. O artigo trata do despedimento sumário de 21 professores universitários levados a cabo pelo regime.

68 A primeira página do *Diário de Notícias* de 23 de Abril de 1959 é inteiramente dedicada à chegada de Delgado ao Rio de Janeiro e às reações dos opositores e populares.

Durante a candidatura de Humberto Delgado, o *Última Hora* publica diversas reportagens sobre os comícios realizados em Portugal, acentuando sempre o carácter repressivo do regime diante das manifestações populares de apoio ao candidato "da oposição"[69]. As acusações contra o regime não se prendem somente ao aparelho repressor, mas também às tentativas do Estado de denegrir a imagem dos oposicionistas[70]. Com a ida do General para o Brasil, o jornal passa a dedicar um maior espaço à oposição e às suas atividades. Samuel Wainer em pessoa é o responsável pelo grande apoio e publicidade dada ao sequestro do avião da TAP, em 1960, aquando da chegada do grupo da Operação Vagô ao Brasil. E, entre os dias 12 e 14 de Janeiro de 1963, o jornal denuncia a presença da repressão salazarista no Brasil, "o longo braço de Salazar" que impediu a concessão de passaportes aos opositores do regime como Casais Monteiro, Paulo de Castro, Tito de Morais, Miguel Urbano Rodrigues, Vítor da Cunha Rego, Rui Luís Gomes e outros[71].

O apoio dado aos oposicionistas exilados pelo jornal *Luta Democrática* representa uma das mais inusitadas alianças da oposição exilada no Rio de Janeiro. O seu diretor é uma figura muito polémica do cenário político da então capital federal, o deputado da União Democrática Nacional (UDN), Tenório Cavalcanti, conhecido por usar uma capa preta e portar uma metralhadora, a "Lurdinha"[72]. Ele fundou o periódico em 1954, onde manteve uma coluna "Escreve Tenório Cavalcanti", na qual defendia reivindicações populares (Beloch, 1986). No início da década de 60, após o rompimento de Tenório com o seu antigo companheiro na UDN e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, o jornal passa aproxima-se da oposição exilada. Textos de jornalistas brasileiros, como Paulo Motta Lima[73], ou de supostos panfletos distribuídos em Portugal pelos opositores antissalazaristas[74], assim como

69 Ver, entre outros, "Lisboa: dissolvida a tiros manifestação oposicionista", Última Hora, 17 de Maio de 1958, p. 4.

70 Em resposta à notícia do dia 17 de Maio, o jornal publicita no dia 20, uma outra notícia na qual culpabiliza o regime pelos distúrbios noticiados anteriormente. "Lisboa: Governo provoca as desordens para suprimir campanha eleitoral", Última Hora, 20 de Maio de 1957, p. 4.

71 Última Hora, 12 de Janeiro de 1963, p. 4.

72 *Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque* (1906-1987). Natural de Alagoas, muda-se para o Rio de Janeiro, ainda jovem. No ano seguinte, fixa-se numa fazenda no município de Duque de Caxias dando início a sua trajetória como proprietário de terras e homem violento. Foi deputado federal e vereador no período anterior ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Nos anos seguintes, Tenório esteve envolvido em rixas armadas. Em 1945, Tenório filia-se à União Democrática Nacional (UDN), tendo sido eleito deputado estadual em 1947 e novamente em 1950, 1954 e 1958, sendo nestes dois últimos mandatos o deputado mais votado no pleito eleitoral. Ardoroso combate de Vargas foi também um opositor ao periódico Última Hora. Esteve envolvido em casos de assassinatos não sendo nunca preso. Neste ínterim, rompe com o então companheiro de Partido, Carlos Lacerda, vinculando-se ao Partido Social Trabalhista (PST). Com a eleição de Lacerda, passa a combate-lo através do jornal. Apoiante de João Goulart, teve o seu mandato de deputado cassado pela ditadura militar. Figura popular e contraditória, Tenório faz parte da história local do Estado do Rio de Janeiro.

73 Ver, entre outros, Lima, Paulo Motta. "O dever de solidariedade a Galvão". *Luta Democrática*, 4 de Fevereiro de 1961, p. 5. Paulo Mota Lima trabalhou em diversos jornais no Rio de Janeiro, nomeadamente no *Diário Carioca*, de Macedo Soares, periódico que apoia os exilados republicanos, assim como no Última Hora.

74 Ver, entre outros, Rodrigues, J. "O que o povo canta em Portugal: Ordem de Ataque". *Luta Democrática*, 31 de Janeiro de 1960, p. 4.

entrevistas de exilados estão presentes nas páginas do periódico[75]. No entanto, o apoio de Tenório Cavalcanti aos opositores não estaria restrito somente aos artigos no seu jornal. Segundo Amândio Silva, ele teria sido o responsável pela impressão de um panfleto de denúncia do regime de Salazar, distribuído no jogo amistoso Portugal-Brasil, em 9 de Maio de 1962[76].

Um outro periódico que merece destaque é o *Semanário*, do Rio de Janeiro, editado a partir de 1956, e que tem como o seu director-secretário, Joel Silveira, jornalista que participara no periódico *Libertação*, órgão da oposição exilada luso-espanhola. Defensor de um "nacionalismo de esquerda", o jornal conta com a participação de intelectuais brasileiros de renome como Nelson Werneck Sodré e Barbosa Lima Sobrinho, ambos vinculados ao Partido Socialista Brasileiro. Os seus ataques ao regime de Salazar são constantes, acusando a imprensa que o defende de mentir ao apresentá-lo como "um grande estadista"[77].

Tal como o *Correio da Manhã* ou o *Diário Carioca* nos anos 40, o *Semanário* vai contar com colunas assinadas por exilados ou emigrados políticos. Para além do que tem Francisco Cachapuz (Paulo de Castro), um antigo combatente da Guerra Civil com articulista semanal, ele é o único periódico que mantém a colaboração frequente de dois cronistas portugueses que participam do movimento antissalazarista no Brasil: Fernando Queiroga, que capitaneou a Revolta da Mealhada, em 1946, e a escritora Maria Archer.

O primeiro publica uma série de artigos que vão desde a edição de 1957, quando publica um artigo sobre a aliança de Franco e Salazar, até à edição de 6 a 12 de Agosto de 1960, quando termina a sua participação no periódico com um artigo sobre Angola[78]. Já Maria Archer publica o seu primeiro texto na edição seguinte, prosseguindo nas publicações até 1963[79]. Para além destes dois oposicionistas, há que assinalar a presença no jornal de opositores que concedem entrevistas sobre a realidade portuguesa, como Luís Carvalhal aquando das eleições de 1958[80], e o então Padre Alípio de Freitas que, como cronista, aborda a questão do regime salazarista, mas sempre a partir de uma visão comparativa com a realidade brasileira[81].

Nesse quadro de periódicos, ainda que fora da cidade do Rio de Janeiro, já em São Paulo, cumpre ressaltar o papel do jornal *O Estado de São Paulo*, fundado em 1875. Conhecido

75 "Portugueses falam à Luta Democrática sobre o sensacional caso do Santa Maria". *Luta Democrática*, 26 de Janeiro de 1961, p.5.
76 Depoimento de Amândio Silva à autora em 14 de Abril de 2008, Rio de Janeiro, Brasil.
77 Silveira, Joel. "Carta ao Leitor". *Semanário*, 20/27de Setembro de 1956, p. 2.
78 Ver: Queiroga, F. "Angola: uma nova Argélia.". *Semanário*, 6 a 12 de Agosto de 1960, p.4. Este artigo foi enviado pelo autor de Genebra, Suíça.
79 Ver: Archer, M. "Carta Aberta a sua Majestade Britânica Isabel II". *Semanário*, 1 /8 de Agosto de 1957, p. 6
80 Carvalhal, L. "A Revolução Continua". *Semanário*, 26 de Junho a 3 de Julho de 1958, p. 10.
81 Ver, entre outros, Freitas, A. "Vitorino e Salazar". *Semanário*, 1 a 8 de Março de 1961, p.4. Este artigo faz uma comparação entre Salazar e as figuras de Plínio Salgado (1895-1975), figura de relevo no integralismo brasileiro e então deputado federal pelo Partido de Representação Popular de São Paulo, e de Vitorino Freire (1908-1977), Senador pelo Partido Social Trabalhista representante do Estado do Maranhão, que se posicionaram contra qualquer ajuda ao grupo do Santa Maria.

pela defesa dos ideais democráticos, o periódico esteve sob intervenção do governo entre 1940 e 1945. Após este período, a sua direção é devolvida ao seu antigo dono, Júlio de Mesquita Filho. Nos anos cinquenta, ele acolhe diversos membros da oposição portuguesa na sua redação, como Miguel Urbano Rodrigues e Henrique Galvão, a quem é instituído um salário e um cargo fictício para a garantia da sua subsistência.

Para além dos jornais, a oposição consegue espaço nas revistas de grande circulação (Andrade e Cardoso, 2001). É o caso da revista *O Cruzeiro* que publica uma carta com um pedido de ajuda de Iva Delgado endereçada ao presidente Juscelino Kubitschek[82], ou ainda, da revista *Manchete* que veicula uma reportagem fotográfica intitulada "Cinco Intelectuais formam a trincheira da resistência", sobre a vida dos exilados Paulo de Castro, Ribeiro Colaço, Fernando Queiroga, Adolfo Casais Monteiro e Garland de Sousa[83].

No entanto, para cada matéria publicada contra o regime, há uma resposta por parte da imprensa mais conservadora. A propaganda favorável ao governo de Salazar levada a cabo pela colónia portuguesa conservadora e por determinados sectores da imprensa, como o grupo do *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, ou ainda, pelo jornal *O Globo*, de Roberto Marinho, chega a contar com o "patrocínio" do Centro de Turismo, localizado no Rio de Janeiro.

As benesses oferecidas por Lisboa aos jornalistas brasileiros para que publicassem matérias favoráveis ao regime são objetos de ataques por parte da imprensa democrática brasileira. Os articulistas vinculados aos exilados denunciam as propostas de subornos das representações portuguesas aos periodistas:

> A odiosa forma ditatorial de denegrir os adversários e tentar semear entre eles a desconfiança e a insana, descambou para o cómico ao dizer o chefe de Polícia que os da Resistência não deviam acreditar nesses jornalistas brasileiros, que vinham combatendo o salazarismo, pois quase todos eles já emudeceram a golpes de caixas de vinhos portugueses. [...] Quanto a mim, as minhas caixas se extraviaram. [...] Mas se a polícia portuguesa deseja que eu seja mais assíduo no comentário das coisas portuguesas, seja mais assídua nas perseguições a homens, livros e jornais. E sobretudo mandem vinhos. Prometo escrever contra o salazarismo, um artigo por garrafa. E não se esqueçam: tinto maduro[84].

Na redação do *Última Hora*, Paulo Silveira, editor do jornal, também denúncia as pressões exercidas pelas autoridades portuguesas sobre os órgãos de imprensa favoráveis aos exilados. A profusão de detalhes acerca da movimentação da oposição em Portugal leva os

82 Ver: *O Cruzeiro*, 21 de Fevereiro de 1959.
83 Recorte da revista em posse da família de Francisco Cachapuz. Sem data.
84 Borba, Osório."Tinto Maduro" in: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1953, p. 6. Osório Borba é deputado do Partido Socialista Brasileiro, tendo sido candidato às eleições como governador do Estado de Pernambuco.

representantes portugueses no Brasil a solicitarem aos jornalistas que esclareçam a origem das notícias, nomeando os responsáveis pelas informações. Tal postura é denunciada com veemência numa declaração de solidariedade para com os colegas lusitanos:

> E segue o papel sujo nesta linguagem de alcouce e nos lança (fossemos ingénuos!) um desafio: que apontemos os nomes dos nossos informantes em Lisboa...Seria como entregá-los à PIDE, para as clássicas torturas no Aljube ou no Limoeiro [...]
> Não, positivamente não declararemos aqui, os nomes dos nossos correspondentes portugueses, jornalistas corajosos que jogam, em lances dramáticos, todos os dias, as próprias vidas, a fim de enviar para o Brasil notícias que tanto incomodam Salazar e seus escribas[85].

A implantação da ditadura militar em 1964 muda o jogo político e amordaça a imprensa brasileira. No dia 26 de Abril de 1974, alguns periódicos chegam a estampar a imagem dos tanques em Lisboa, já que a presença de militares ilibava o conteúdo revolucionário então pouco conhecido. No entanto, o evoluir dos acontecimentos em Portugal acaba por desaparecer da imprensa brasileira nos anos seguintes.

Conclusão: a voz do dono que gostava do dono da voz...

> Deus deu ao dono os dentes
> Deus deu ao dono as nozes
> Às vozes Deus só deu seu dó
> (Chico Buarque, *A voz do Dono*, 1981).

O salazarismo não promove nenhum recurso à propaganda oficial do regime no exterior. Nisso é diferente do regime de Mussolini, que procurara agir de forma concreta junto das comunidades italianas no exterior, criando organismos próprios para a divulgação do ideário fascista (Diggins,1982). Durante o período considerado, a sua ação é indireta, procurando agir junto as autoridades brasileiras para cercear a liberdade da imprensa portuguesa naquele país e, por vezes, usar de subterfúgios como o suborno de jornalistas para a publicação de notícias favoráveis ao Estado Novo (Paulo, 2007, 2019). Somente em 1959, e mesmo assim atuando ao nível da então capital do Brasil, é criado o Centro e Turismo, vinculado a Embaixada de Portugal, voltado exclusivamente para a propaganda do país, nomeadamente

85 Silveira, Paulo. "Salazar troca sorrisos com a princesa e manda torturar os democratas". Última Hora, Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1959, p. 4.

através do turismo e de incentivos como os já citados para os jornalistas, agora de forma legal, e a atribuição de bolsas de estudos a alunos brasileiros.

No entanto, a sua principal atuação é centrada na exploração de elementos já existentes na própria colónia, limitando-se a divulgar comunicados oficiais e a poucas emissões radiofónicas, sobretudo nos anos trinta. Nas décadas seguintes, nomeadamente nos anos cinquenta, quando das primeiras incursões indianas para a recuperação dos territórios ocupados pelos portugueses, a atuação da propaganda oficial torna-se um pouco mais intensa, com um maior número de comunicados na imprensa periódica da colónia. A Federação das Associações Portuguesas, e os meios de comunicação que a representam, são os principais e os melhores "executores" da propaganda salazarista entre os "patrícios" no Brasil.

De facto, a existência de um "campo comum" une brasileiros e portugueses, favoráveis e opositores aos autoritarismos, defensores ou resistentes ao regime de Salazar (Sapiro, 2013). Nomeadamente no caso dos exilados, a sua causa transforma as similaridades ideológicas e culturais em "batalhas" em causas "universalistas" a serem travadas para além dos locais de pertença e dos sentimentos nacionais. Neste quadro é que se configuram a ligação entre os republicanos exilados e os membros do Partido Socialista Brasileiro, a partir do final da Segunda Guerra, e entre os intelectuais exilados da década de cinquenta/sessenta com os escritores e jornalistas brasileiros, entre membros do Partido Comunista Português e comunistas brasileiros.

Assim sendo, há uma espécie de jogo de espelhos no qual ideologias similares, defendidas em diferentes pontos do planeta, conseguem conjugar-se em torno de um ideal comum. No caso dos exilados, eles são chamados a colaborar nos periódicos não só pela formação intelectual que possuem, mas também pelo seu posicionamento político. É assim que no Brasil da década de quarenta, eles frequentam os meios jornalísticos que estarão na vanguarda do movimento de contestação ao Estado Novo de Vargas e se tornam próximos de políticos que marcarão o retorno da democracia ao território brasileiro. É assim que a nomeação pelo *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de José Domingues dos Santos, antigo líder da Esquerda Republicana, para ser o seu correspondente em Paris, evidencia a afinidade ideológica entre o jornal e o resistente exilado em França. Entre 1946 e 1954[86], ele é responsável por uma coluna semanal intitulada "Crónicas de Paris".

Por outro lado, enquanto os "promotores" do regime português no Brasil contam com as "benesses" do governo de Lisboa, os exilados são "beneficiados" pelas rixas políticas internas do país de acolhimento. Um exemplo: a briga política entre setores da UDN, nomeadamente as desavenças criadas por Carlos Lacerda, ele próprio favorável ao regime salazarista,

86 Fundado em 12 de Junho de 1930, pelo jornalista Orlando Ribeiro Dantas, este periódico tem, entre os seus colaboradores, alguns dos mais ativos simpatizantes da oposição portuguesa, como é o caso do deputado Hermes de Lima e do Embaixador Álvaro Lins, diretor do seu Suplemento Literário entre 1961 e 1964.

abrem portas para os opositores nos jornais "anti-lacerdistas", como é o caso do *Última Hora* ou da *Luta Democrática*[87].

Em conclusão, durante o período ditatorial em Portugal, a imprensa da colónia portuguesa no Brasil reflete o jogo político interno do país de origem e do país de acolhimento. De Portugal, vem o apoio e, por vezes, benesses para os seus defensores. No Brasil, a liberdade em períodos de democracia favorece os que combatem o regime de Lisboa. Neste quadro, falando em nome do regime ou dos seus opositores, esta imprensa busca o apoio dos emigrantes e da sociedade brasileira, ampliando assim o alcance das vozes que representa, quer daqueles que calavam vozes, quer daqueles que não tinham voz em território português.

87 Ver, por exemplo, a afirmação de Tenório Cavalcanti no editorial da *Luta Democrática*, "Há um louco no volante": "O Sr. Carlos Lacerda é um discípulo fervoroso de Salazar, o ditador português". *Luta Democrática*, 14 de Janeiro de 1961, p. 3.

Referências bibliográficas

Abreu, A. A. (org.). (1996). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Fundação Getúlio Vargas.

Albuquerque, A. & Silva, M. A. R. (2007). Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, 9, 1-30.

Andrade, A. M. R., & Cardoso, J. L. R. (2001). Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*, 2(41), 243-264. Doi: 10.1590/S0102-01882001000200013.

Beloch, I. (1986). *Capa preta e lurdinha*: *Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Record, 1986.

Diggins, J. (1982). *L'America, Mussolini e il fascismo*. Laterza.

Eliade, M. (1986). *O Mito do Eterno Retorno*. Estampa.

Fidelis, T. (2016). Sensacional, mas não sensacionalista: a criação do jornal Última Hora. http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1468249944_ARQUIVO_TextoCompletoANPUH2016.pdf).

Ginzburg, C. (1995). *História Nocturna. Uma decifração do sabat*. Relógio d'Água.

Matos, M. I. (2020). Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal Portugal Democrático: questões e debates (1958-1977). In: H. Paulo, A. Pena-Rodriguez, C. Clímaco, & E. Coraza de los Santos, *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. (pp.125-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Paulo, H. (1994). *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva.

Paulo, H. (2007). O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do Século XX*, *7*, 61-76.

Paulo, H. (2019). *Salazar no Brasil*. Amazon, E-book.

Ribeiro, G. S. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas — O antilusitanismo na Primeira República*. Eduff.

Rodrigues, M. U. (2002). *O tempo e o Espaço em que vivi. I. Procurando um caminho*. Campo das Letras.

Sapiro, G. (2013). Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 200, 70-85. Doi http://doi.org/10.3917/arss.200.0070.

Silva, D. M. (2006). *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. ICS.

VV. AA. (2001). *Correio da Manhã — compromisso com a verdade*. Prefeitura do Rio de Janeiro.

VV.AA. (2003). *Diário Carioca: O máximo de jornal no mínimo de espaço*. Secretaria Especial de Comunicação Social.

Pela Pátria e Pelo Povo. Elementos históricos socioeducativos da imprensa e o jornalismo português nos Estados Unidos[1]

For the Homeland and the People. Historical and socio-educational elements of the Portuguese press and journalism in the United States

Alberto Pena-Rodríguez

Universidade de Vigo
/ CEIS20-Universidade de Coimbra
alberto@uvigo.es
ORCID ID: 0000-0001-8667-6287

DOI: https://doi.org/10.34619/8c4p-tgte

Resumen: Desde la aparición del primer periódico en lengua portuguesa en 1877, la prensa portuguesa en Estados Unidos ha desempeñado un rol comunicativo y socioeducativo relevante entre los inmigrantes. Tras un período en el que florecieron numerosos medios impresos en lengua portuguesa, gracias a la afluencia masiva de nuevos inmigrantes entre 1890 y 1920, el periodismo portugués en Estados Unidos se fue consolidando como una actividad profesional interesante para aquellos que tenían la formación y la capacidad de fundar un periódico y atraer un número suficiente de anunciantes y lectores para hacerlo sostenible. Algunos medios de comunicación fueron editados por familias en un entorno casi doméstico, hechos por y para inmigrantes portugueses con orígenes muy concretos, procedentes de pequeñas aldeas de las Azores, Madeira o de Portugal continental, y con perfiles socioculturales específicos. En este contexto de producción periodística con escasos recursos, las publicaciones en portugués se convirtieron en fuentes esenciales para los inmigrantes, no sólo como medio informativo que favorecía su proceso de integración a través de noticias y contenidos de interés sobre la comunidad luso-americana o las leyes y el estilo de vida estadounidenses, sino también estableciendo un diálogo transatlántico entre sus orígenes y su lugar de destino. Mediante la recopilación de varios elementos de análisis procedentes de diversas fuentes periodísticas o documentos de archivo, este trabajo pretende analizar, fundamentalmente, el papel informativo e instructivo de este fenómeno periodístico desde una perspectiva histórica, centrándose en las primeras décadas del siglo XX, cuando la producción de periódicos en portugués adquirió una relevancia cuantitativamente mayor.

Palabras clave: prensa; periodismo: inmigración portuguesa; Estados Unidos; historia.

Abstract: *Since the appearance of the first newspaper in Portuguese in 1877, the Portuguese press in the United States has had a relevant communicative and socio-educational function among immigrants. After a period in which numerous Portuguese-language print media flourished in the United States, thanks to the massive influx of new immigrants between 1890 and 1920, Portuguese journalism gradually asserted itself as an interesting professional activity for those who had the training and ability to found a newspaper and attract a sufficient number of advertisers and readers to make it sustainable. Some media were edited by families in an almost domestic setting, made by and for Portuguese immigrants of very specific origins, coming from small villages in the Azores, Madeira or mainland Portugal, and with specific socio-cultural profiles. In this context of journalistic production with scarce resources, publications in Portuguese became essential sources for immigrants, not only as an informative medium that favored their integration process through news and contents of interest about the Portuguese-American community or American laws and lifestyle, but also by establishing a transatlantic dialogue between their origins and their place of destination. Through the compilation of several elements of analysis from various journalistic sources or archival documents, this paper attempts to analyse, essentially, the informative and instructive role of this journalistic phenomenon in a historical perspective, focusing on the first decades of the 20th century, when newspaper production in Portuguese acquired quantitatively greater relevance.*

Keywords: *press; journalism: Portuguese immigration; United States; history.*

Introducción

Para conocer los rasgos específicos que definen a la prensa luso-americana y su verdadera significación histórica, es necesario observar la evolución de los datos cuantitativos relacionados con la prensa editada por las comunidades inmigrantes en Estados Unidos, denominada por la bibliografía científica norteamericana como "prensa étnica" (McDonald,

1 Una versión de este texto fue publicado en la revista *Vínculos de Historia*, 9 (2020), 417-434.

2007; Ferraro, 2005; Danky & Wiengand, 1998; Joyce, 1976). El fenómeno de la prensa y el periodismo en lengua no inglesa alcanza su máxima expansión en la etapa de la emigración masiva desde Europa, entre 1890 y 1930 (Kessler, 1984, pp. 53-81), cuando más de 22 millones de personas llegaron a Norteamérica, sobre todo a través de los puertos de Nueva York y San Francisco (McKee, 2000; Muller, 1993; Park, 1922). Cuando se inicia 1910, había más de 1300 periódicos en lengua no inglesa (hasta en 30 lenguas diferentes), de los cuales más de 500 eran en alemán, 75 en italiano, 67 en noruego y 12 en portugués, de acuerdo con el *N. W. and Son's Ayer's American Newspaper Annual and Directory* (1909).

En general, en la producción de la prensa étnica, se pueden distinguir tres grandes fases relacionadas directamente con los ciclos migratorios a Estados Unidos (Rhodes, 2010, pp. 5-14; Ireland, 1990). La primera gran oleada comienza en el período colonial y llega hasta 1865, durante la cual se establecieron alrededor de 10 millones de inmigrantes procedentes, principalmente, de Inglaterra, Irlanda, Alemania, Francia, Escandinavia, Países Bajos y China. En este período, se registraron hasta 300 publicaciones en lenguas extranjeras, mayoritariamente en francés y alemán, según M. Blanchard (1998, pp. 147-51). Entre 1865 y 1890, comienza una nueva fase, que coincide con el final de la Guerra Civil americana y de las guerras europeas (las invasiones napoleónicas y el conflicto entre Prusia y la alianza franco-austríaca-danesa) y el impulso de la revolución industrial y la era ferroviaria, que favoreció particularmente el movimiento de trabajadores. El mito del Oeste, en busca de nuevas tierras para cultivar y la fiebre del oro, fue un estímulo añadido. También los feligreses de varias congregaciones religiosas, como los menonitas, los baptistas y los cuáqueros alemanes, se decidieron a emigrar a Estados Unidos cuando algunos Estados del Este europeo crearon leyes que marginaban determinadas confesiones. En la tercera fase, enmarcada entre 1900 y 1930, la llegada en masa de nuevos inmigrantes en las dos primeras décadas obliga al gobierno de Washinsgton a imponer restricciones migratorias (Bean & Stevens, 2003; Geitz, 1992; Clyne, 1991). En estos años, se estima que la media de tirada de periódicos producidos por los inmigrantes rondaba los 2,6 millones de ejemplares (Blanchard, 1998, p. 207), aunque las estadísticas también indican que por cada 100 periódicos de este tipo que se fundaban, 93 dejaban de editarse (Miller, 1987, pp. 13-18). A pesar de la fugacidad de la mayoría, algunas cabeceras étnicas alcanzaron posiciones de relevancia e influencia pública. Entre todas ellas, a pesar de sus lógicas similitudes formales y de contenidos, se pueden observar diferencias determinadas por varios factores. Por un lado, la propia lengua del periódico es un factor esencial de discriminación, pues establece una categoría fundamental en la caracterización de esta clase de prensa que somete la interpretación de la realidad a un proceso de abstracción singular sujeta a un imaginario cultural específico (Whorf, 1956). Por otro lado, la estructura social de cada comunidad inmigrante influye en el qué y el cómo se narran los hechos sobre los que se informa. La idiosincrasia de cada sociedad, basada en las tradiciones culturales, la estructura ideológica y la propia experiencia migratoria, condiciona el discurso informativo (Goulart,

2002). En la construcción de la narración periodística influye, además, el tipo de publicación, el público y la intencionalidad del editor en relación con el hecho sobre el que se informa (Van Dijk, 1997). La visión del mundo de cada periódico, dentro de su respectiva comunidad inmigrante es, por tanto, única. Su versión de la realidad, de *su* realidad en el universo americano, ofrece una perspectiva diferente que puede ayudar a comprender dinámicas de interacción socio-educativas ajenas a la cultura local dominante o también mostrar el nivel de influencia pública en su contexto político y socio-económico (Madison, 1976).

Las causas fundamentales que impulsaron el fenómeno de la prensa en lenguas extranjeras entre las comunidades de inmigrantes en Norteamérica fueron varias: la necesidad de mantener contacto con un mismo imaginario a través de la lectura de noticias e informaciones que fortalecían el vínculo emocional con su tierra, el deseo de afirmar su identidad y su lengua en un entorno nuevo, en el que desconocían las costumbres y el idioma local, y su función como servicio público para informar sobre la vida de la colonia y ayudar a integrar a los inmigrantes en el nuevo mundo (Cinotto, 2014, pp. 75-90; Rhodes, 2010, pp. 91-103; Cottle, 2000, pp. 33-35). Pero el rol de esta prensa se ha ido adaptando a las necesidades de las poblaciones a medida que iban cambiando, por ejemplo, su relación con el inglés. Cuando los inmigrantes creaban nuevas familias en Norteamérica, con descendientes escolarizados en inglés, el incremento de lectores en la lengua local hizo que muchos periódicos étnicos ofreciesen también contenidos en dos lenguas. La prensa étnica siempre trató de hallar un nicho de mercado complementario al de la prensa local en inglés, publicando noticias que aquélla no ofrece, sobre todo contenidos relacionados con las regiones de las que procedían los inmigrantes, políticas de inmigración o de nacionalización, acerca de los acontecimientos públicos dentro de la colonia, etcétera (Rhodes, 2010, p. 54). Este tipo de periódicos fue, por tanto, un medio de supervivencia para algunos inmigrantes que se hicieron editores, pero también una oportunidad para desarrollarse profesionalmente y una fuente de conocimiento y aprendizaje para sus lectores (Lario Bastida, 2006). La prensa étnica no ha sido un fenómeno marginal, con escaso nivel de impacto en la sociedad norteamericana. Hay numerosos casos que ilustran hasta qué punto este tipo de prensa fue un actor relevante de promoción socio-educativa en diferentres períodos históricos y comunidades (Yu, S. y Ahadi, 2010, p. 56; Wittke, 1957, pp. 56-64). Dentro del elenco de estudios generalistas y manuales sobre este fenómeno periodístico destaca la edición de S. M. Miller (1987), en el que se abordan hasta 27 orígenes diferentes, entre ellas la prensa árabe, rusa, china, croata, danesa, alemana, filipina, francesa, griega, irlandesa, japonesa, judía, letona, lituana, noruega, mexicana o polaca. Existe, además, una gran diversidad de enfoques y metodologías (McDonald, 2007). Se trata, por tanto, de un campo de estudio que tiene un extenso espectro étnico y cultural, como nos enseñan los trabajos de W. L. Joyce (1976), J. Kowalick (1978), L. Kessler (1984), H. M. Lai (1987) o S. L. Jones Ireland (1990), entre otros.

En cuanto a los contenidos, hay estudios específicos que demuestran que los periódicos creados por las comunidades de inmigrantes establecidas en Estados Unidos, tienen una serie

de temas comunes. Según las conclusiones del trabajo de J. Zubrzycki (1959, pp. 77-78), hay cinco asuntos que suelen repetirse en este tipo de prensa: informaciones sobre el país de acogida, noticias internacionales, crónicas sobre su propia comunidad o de su país de origen y artículos de opinión o editoriales. Muchos periódicos de este tipo fueron empresas familiares, pero otros contaron con el apoyo de entidades asociativas, fraternales, políticas o religiosas (Machado, 2012; Liptack, 1989). Entre todas las funciones de la prensa étnica, una de las más relevantes fue educar socialmente a los inmigrantes, difundiendo información sobre el ideario cultural y el estilo de vida americano (Cottle, 2000). Como consecuencia, este tipo de prensa creó un verdadero sentimiento de pertenencia en cada núcleo de inmigrantes, contribuyó a su dinamización económica y cultural, aumentó su influencia y participación política, impulsó el desarrollo de proyectos comunes y fue un agente que favoreció su integración social (Rhodes, 2010, p. 54).

La comunidad luso-americana, integrada aproximadamente por 1'2 millones de personas de origen portugués en la actualidad (Vicente, 1998, p. 61), no ha sido ajena a este fenómeno característico de las poblaciones inmigrantes, especialmente en las etapas con mayores flujos migratorios, entre 1890 y 1930 (Baganha, 2009; Mayone Dias, 2009; Bannick, 2002). Tras las sucesivas oleadas migratorias, la colonia lusa rondaba el medio millón de personas en 1950 (Williams, 2007, pp. 37-82). A partir de los archivos portugueses y norteamericanos, se ha podido registrar para esta investigación la fundación de 167 publicaciones periódicas a lo largo de la historia, la mayoría fugaces (43 duraron menos de un año, aunque hubo 5 que superaron el medio siglo de existencia), editadas en diferentes Estados y ciudades, 135 de las cuales vieron la luz entre 1900 y 1930, el período de mayor producción. Su distribución territorial, como se puede observar en los cuadros 1 y 2, se repartía por diferentes Estados y ciudades, sobre todo en Massachusetts y California, donde destaca la ciudad de New Bedford, epicentro de la inmigración lusa en Nueva Inglaterra.

Tabla 1
Número de periódicos portugueses en Estados Unidos (por Estados)

Estados	Número de periódicos
Massachusetts	68
California	49
New Jersey	16
Hawai	12
Nueva York	11
Rhode Island	7
Pennsylvania	1
Connecticut	1
Florida	1
Virginia	1
Total	**167**

Fuente: Elaboración propia, con datos de archivo.

Tabla 2
Ciudades de Estados Unidos donde se fundaron más periódicos en portugués

Ciudades	Número de periódicos
New Bedford (Mass.)	38
Oakland (Cal.)	16
Newark (N. Jersey)	15
Fall River (Mass.)	12
Nueva York (N.Y.)	11
Honolulu (Haw.)	9
San Francisco (Cal.)	7
Cambridge (Mass.)	7
Boston (Mass.)	5

Fuente: Elaboración propia, con datos de archivo.

Hasta ahora, la prensa de la comunidad luso-americana ha sido muy poco estudiada. El pionero fue L. Pap, que publicó en la obra citada de S. M. Miller (1987) un capítulo con un relato esencialmente cronológico. Por su parte, G. L. Gomes (1995) se aproximó a la función política de este tipo de prensa en California entre 1888 y 1928, y Rui Antunes Correia realizó una tesis de mestrado sobre el *Diario de Noticias* de New Bedford (2004). Más recientemente, L. Ponte (2014) publicó un artículo sobre el semanal de variedades *Açores-América* (1903) y, en los últimos años, el autor de este texto ha venido publicanto aproximaciones al periodismo portugués en Estados Unidos (Pena Rodríguez, 2020, 2019, 2017a, 2017b, y, con Oliveira Lima, 2020). Pero ninguno de estos trabajos presta atención al enfoque socio-educativo o informativo. Quizás lo más característico de esta prensa se refleje en los siguientes aspectos. Primero, debido a la predominante presencia de inmigrantes originarios de las Islas Azores, es una prensa editada mayoritariamente por azorianos (Pap, 1981). Segundo, además de un especial interés por temas relacionados con el archipiélago atlántico, debido a su vinculación a un país que poseía un extenso imperio colonial, es un tipo de prensa que ofrece perspectivas internacionales. Tercero, su presencia es más destacada en Massachusetts y California, aunque se extiende por 10 estados distintos, incluyendo Hawai, donde se publicaron 12 periódicos entre 1885 y 1927.

Es evidente que el fenómeno de la prensa lusa en la diáspora norteamericana está directamente relacionado con el desarrollo del propio movimiento migratorio portugués (Pena Rodríguez, Mesquita y Vicente, 2015, pp. 211-261). La aparicicón o desaparición de títulos periodísticos fundados por ciudadanos portugueses en Estados Unidos dependía de los propios flujos migratorios; no sólo de la llegada de nuevos inmigrantes, sino incluso de cambios económicos o sociales que afectaban a la propia comunidad luso-americana y que obligaron a muchos de sus miembros a emigrar entre los Estados o ciudades del país (Pap, 1981; Bannick, 1971). Existió, de hecho, una migración dentro del territorio estadounidense que afectó también a los periódicos. Esto explica por qué algunas cabeceras cambiaran varias veces de sede o incluso su título a lo largo de su existencia (Cuddy, 1982, p. 140).

Según los datos del Observatório da Emigração Portuguesa, la emigración de Portugal hacia Estados Unidos se puede ordenar en cinco grandes etapas históricas: la primera oleada migratoria se situaría a finales del siglo XVIII, procedente de las Islas Azores hacia Nueva Inglaterra; la segunda, se enmarca en la segunda mitad del siglo XIX, también desde el archipiélago azoriano con destino en California; la tercera corriente migratoria, en el cambio de siglo, iría desde Madeira hacia Hawai; la cuarta sería en las dos primeras décadas del siglo XX, cuando entran en Estados Unidos más de 147.000 portugueses; y finalmente, entre 1960 y 1980, se produce una nueva gran oleada en torno a los 175.000 emigrantes procedentes de

diferentes zonas rurales del Portugal continental[2]. Desde entonces, como se verá más adelante, se produce una sensible contracción en los flujos migratorios debido a la adopción de políticas restrictivas y a la entrada de Portugal en la Unión Europea en 1986, que propició una mayor atracción hacia destinos migratorios europeos.

El mapa de los emigrantes portugueses y el conjunto de la población luso-americana está concentrada en un reducido número de regiones y Estados. De acuerdo con los datos del United States Census Bureau, alrededor del 37% de emigrantes nacidos en Portugal viven en la región de Nueva Inglaterra, fundamentalmente en el Estado de Massachusetts; otro 37% aproximadamente residiría en la región del Mid-Atlantic, en los Estados de New Jersey y New York; y un 15% restante está establecido en la región del Pacífico, en los Estados de California y Hawai[3]. Debe tenerse en cuenta, además, que cerca del 60% de los luso-americanos viven en Massachusetts y California, y que su presencia se extiende, aunque de forma muy minoritaria o incluso simbólica, a todos los Estados (Vicente, 1998). En el contexto actual, Estados Unidos es, junto con Francia y Suiza, el país con más emigrados procedentes de Portugal en cifras absolutas, aunque en el caso de los dos países europeos la historia de la emigración portuguesa es mucho más reciente.

1. Metodología y fuentes de estudio

Partiendo de la hipótesis fundamental de que la prensa portuguesa en Estados Unidos, al igual que ocurrió con otras comunidades de inmigrantes, debió de ser un agente de dinamización y aprendizaje social en su entorno comunitario, esta investigación de carácter interdisciplinar pretende aproximarse al rol informativo y socio-educativo desempeñado por este tipo de periódicos en Estados Unidos con un sentido simbólico y panorámico, aplicando un abordaje esencialmente cualitativo, con técnicas descriptivas y de análisis del discurso en el contexto de en un estudio más amplio sobre este objeto de estudio (Pena Rodríguez, 2020). Aunque la historia de la prensa portuguesa en Norteamérica se remonta a 1877, tras la fundación del semanario *O Jornal de Noticias* en Erie (Penn.), el momento histórico en el que el fenómeno periodístico portugués adquiere mayor significación, tanto por el número de periódicos fundados como por su difusión, es en las primeras décadas del siglo XX, período en el que se centra este trabajo a partir del análisis selectivo de aquellos artículos que reflexionan

2 *Observatório da Emigração* [*Portuguesa*]. Véase: http://observatorioemigracao.pt/np4/home. [Consulta realizada el 31 de enero de 2019].

3 Según el U.S. Census Bureau, American Community Bureau, la distribución poblacional de la colonia portuguesa en Estados Unidos era la siguiente en 2010: California: 356.704 (25.4% del total); Massachusetts: 314.978 (22.4%); Rhode Island: 100.811 (7.2%); Florida: 77.303 (5.5%); New Jersey: 84.386 (6%); New York: 51.076 (3.6%); Connecticut: 50.113 (3.6%); Otros: 26.4%.

de un modo paradigmático sobre la función social y educativa de la prensa luso-americana. Los textos analizados proceden de periódicos publicados en California, Massachusetts o Nueva York, como el *Diario de Noticias* (New Bedford, 1927-1973), el bisemanal *A Colonia Portuguesa* (Oakland, 1924-1932), los semanarios *Jornal Português* (Oakland, 1932-1997), *A Liberdade* (Sacramento, 1900-1937) o *A Luta* (Nueva York, 1936-1970?), y los mensuales *A Revista Portuguesa* (Hayward, 1914-1925) y *A California Alegre* (Leemore, 1915-1940). Salvo el caso del *Diario de Noticias* y el *Jornal Português*, que llegaron a alcanzar tiradas masivas entre los inmigrantes lusos, con una difusión nacional e incluso internacional (con circulación en Portugal), la mayoría tenía ediciones que no superaban los 5000 ejemplares y su circulación tenía un alcance geográfico más reducido, normalmente entre los inmigrantes del Estado o de regiones más amplias, como Nueva Inglaterra.

Es importante tener en cuenta que el término educación social se emplea en este artículo en un sentido no reglado, basado en su dimensión dinamizadora del aprendizaje cultural, de la vida social en la inmigración y su función integradora en este contexto. Este trabajo intenta subrayar el valor pedagógico público y el rol simbólico de estos periódicos étnicos como instrumentos de socialización, de cohesión cultural y de consenso comunitario (Martínez González, 2009; Ricoy Lorenzo, 2002; Checa Godoy, 2002). El papel socio-educativo de la prensa es analizada, sobre todo, como una forma de transmisión de conocimiento a través del discurso informativo centrado en aspectos relevantes para la formación de los inmigrantes como miembros de la comunidad étnica y ciudadanos de un nuevo país, en este caso Estados Unidos (Lario Bastida, 2006).

Partiendo de este marco de análisis, el objetivo principal de este trabajo es realizar una reflexión general sobre las características informativas y el rol instructivo de estos medios impresos entre los inmigrantes lusos. Además, se tendrán en cuenta otros elementos de interés para conocer el impacto de estos periódicos en su comunidad, como los temas más recurrentes y los símbolos identitarios más representados en su narrativa periodística, la evolución en el uso de la lengua portuguesa o la capacidad de adaptación de los inmigrantes al entorno socio-cultural anglosajón. Cada periódico publicado por los luso-americanos a lo largo de la historia es, en este sentido, un instrumento de desarrollo comunitario fundamental, pues contribuyó a activar vínculos emocionales que estimularon el aprendizaje y ayudaron a construir un consenso en torno a unos mismos valores culturales que forjaron una conciencia colectiva como grupo social dentro de la diversidad étnica norteamericana.

2. Caracterización simbólica de la prensa portuguesa en Estados Unidos

La mayoría de los inmigrantes que fundaban periódicos creían que en su iniciativa empresarial estaba implícita su vocación de servicio público hacia sus compatriotas, que necesitaban tanto como ellos el aliento espiritual que proporcionaba una cabecera en portugués, que se transformaba en símbolo de afirmación patriótica y vínculo afectivo que daba cohesión social a la comunidad. En general, los inmigrantes editores reivindicaban tanto su cometido informativo como instructivo dentro de su comunidad étnica, pues eran conscientes de que ayudaban a sus lectores a comprender las dinámicas sociales, políticas, culturales y económicas locales. Este tipo de prensa era un medio de integración, pero también de desarrollo pedagógico. Con frecuencia, algunos editores publicaban alegatos morales que pretendían poner en valor su misión profesional como "bien público". Así lo subrayaba el 7 de diciembre de 1939 el semanario *Luso-Americano* de Newark (1939-hasta hoy), al proclamar que su función consistía en dedicar todos sus esfuerzos al desarrollo personal y colectivo de los inmigrantes[4]. Algunos periódicos difundidos a inicios del siglo XX asumían este compromiso a través de lemas que adornaban su cabecera con un sentido patriótico: "Honra é o lema dos Portuguezes; Honesty is the aim of Portuguese colony" (*O Lavrador Portuguez*, Oakland, semanal editado entre 1912 y 1927); "Jornal dedicado aos interesses da colonia portuguesa nos Estados Unidos da América" (*O Novo Mundo*, New Bedford, semanal); "Pela Pátria e pelo Povo" (*A Tribuna*, Newark, semanal); "A Bem de Portugal, a Bem da Colónia" (*A Pátria*, New Bedford); "Pela Pátria, Pela Raça" (*O Portugal*, Cambridge, de periodicidad desconocida); "Semanário independente ao serviço das comunidades de lingua portuguesa" (*The Portuguese Tribune,* San Jose, quincenal); "Jornal político e literário dedicado especialmente aos interesses da colónia portugueza de Hawaii" (*A Sentinella*, Honolulu, semanal); "Orgão da classe operária portuguesa no território de Hawai" (*O Popular,* Honolulu, semanal), entre otros.

Cada periódico publicado por los inmigrantes portugueses a lo largo de la historia no sólo representó un proyecto empresarial con implicaciones comerciales, sino que su significación simbólica lo convirtieron en un referente público esencial dentro de su comunidad, pues en mayor o menor medida ayudó a afirmar unos valores culturales compartidos y el afán de progresar económica y socialmente sin perder el vínculo con sus orígenes nacionales (Holton y Klimt, 2009). Según la apreciación de August Mark Vaz "they encouraged, they scolded, sometimes they quareled and gossiped — but it was in the familiar tongue and with the familiar phrases and in the quiet of evening they brought some confort and encouragement and above all remembrance to their readers" (Mark, 1965, p. 140). El sentimiento de pertenencia

4 *Luso-Americano*, nº 1, 7 de diciembre de 1939, p. 1.

a la comunidad lusa que alimentaba la prensa portuguesa era un elemento que reforzaba su capacidad para defender sus intereses. Así lo entendió el embajador de Portugal en Estados Unidos entre 1933 y 1947, João António de Bianchi, quien tras realizar una visita a la colonia lusa en California en septiembre de 1935, afirmó sentirse impresionado por el enorme valor mostrado por los periódicos para instruir y contribuir al progreso de la comunidad lusa[5].

La mayoría de los periódicos editados por los inmigrantes portugueses en Estados Unidos durante la primera mitad del siglo XX, se produjeron de modo casi artesanal y muchos tuvieron un carácter efímero. Los recursos eran mínimos, las audiencias reducidas, la publicidad escasa y los subsídios del gobierno portugués o americano excepcionales. A pesar de estas limitaciones, algunos mostraron una calidad periodística homologable a la de otros periódicos étnicos o incluso a los publicados en Portugal y alcanzaron una gran influencia en la comunidad inmigrante, como el *Diario de Noticias* de New Bedford (Massachusetts), cuyas tiradas superaron en muchas ocasiones los 10.000 ejemplares. Pero cada uno de ellos tiene una historia que contar. Una historia de esfuerzo, superación y dignidad protagonizada por ciudadanos portugueses que, por diversas razones, tomaron en determinado momento la decisión de fundar una publicación periódica para ganarse la vida como editor y servir a su comunidad étnica, aunque fuera de manera más o menos "quijotesca", según la expresión del escritor Vamberto A. Freitas[6]. A juicio de João P. Brum, uno de los más destacados empresarios periodísticos de la comunidad luso-californiana, el periodismo era un negocio ruinoso: "fazer jornais era negócio de poetas, de idealistas, de tesos sem poderem com uma gata pelo rabo[7]". No obstante, un periódico reunía cuatro alicientes para sus directores o editores: proporcionaba un cierto poder, daba visibilidad en la comunidad, otorgaba prestigio y, si se gestionaba razonablemente bien, podía dar beneficios suficientes para ganarse la vida gracias a los ingresos publicitarios.

Los periódicos en portugués eran, con frecuencia, publicados por inmigrantes que tenían conocimientos tipográficos. Sin embargo, desconocían las rutinas periodísticas y la redacción profesional de noticias. Muchos asumieron el reto de aprender el oficio de forma autodidacta, convirtiendo sus pequeñas empresas en auténticas escuelas de periodismo, como el citado *Diario de Noticias*, el semanario *Jornal Português* de Oakland (1932-1997), o el bi-semanal *Portuguese Times*, fundado en Newark en 1971 y todavía hoy publicado en New Bedford. Generalmente, funcionaban con un equipo reducido de inmigrantes que desarrollaban diversas tareas, periodísticas, administrativas o de promoción.

5 *A Liberdade*, nº 3300 (año 35), 7 de septiembre de 1935, p. 1.
6 *Portugal-USA*, semanario, 7 de enero de 1987, p. 3.
7 *Notícia*, semanario, nº 1, 5 de diciembre de 1984, p. 1.

Quizás lo más característico de la prensa luso-americana se refleje en los siguientes aspectos: se trata de una prensa fruto de la inicitativa privada, en sus inicios vinculada a inmigrantes tipógrafos que vieron en ella una oportunidad de hacer negocio con la captación de anuncios comerciales; la gran mayoría de sus fundadores y editores proceden del archipiélago de Azores; en general, es un tipo de prensa irrregular cuya audiencia varía en función de la llegada de nuevos inmigrantes; y debido a la concentración migratoria en Massachusetts y California, la gran mayoría de los periódicos lusos se editaron en estos dos Estados, como se puede observar en la tabla núm. 1. A lo largo de su historia, algunas cabeceras ejercieron una fuerte competencia por los lectores y su influencia en el seno de la comunidad portuguesa. Quizás, el caso más paradigmático es la rivalidad entre el *Diario de Noticias* y el *Jornal Português*, que además tenían líneas editoriales antagónicas. Mientras el primero era de tendencia liberal y se mostró en contra de la dictadura en Portugal, el segundo era conservador e hizo campaña a favor del Estado Novo.

La pugna dentro de cada comunidad inmigrante por el liderazgo era algo habitual, y la prensa era el medio más eficaz para hacer propaganda de los postulados ideológicos. En el caso portugués, el republicanismo contra el monarquismo, el clericalismo contra el anti-clericalismo, o los partidarios o contrarios a determinadas políticas en las sociedades fraternales, eran fuentes de polémica. En algunos casos, la intolerancia ideológica producía enfrentamientos personales que adquirían una dimensión pública por el efecto amplificador de los periódicos, como el que enfrentó a Mário Bettencourt da Câmara con el padre Guilherme Silveira da Gloria. Las críticas al catolicismo del primero en su etapa como redactor-jefe del semanario *A União Portuguesa* (San Francisco, 1887-1942) fueron duramente criticados por el segundo desde el semanal *O Amigo dos Cathólicos* (Irvington, 1888-1896), en medio de un agrio debate que duró años.

A través de las páginas de esta prensa, el público inmigrante disponía de informaciones en portugués sobre la comunidad lusa en Estados Unidos, relacionadas con las actividades de sus propios organismos asociativos, la vida comercial, sus tradiciones y celebraciones festivas, los acontecimientos comunitarios y actos que compartían un mismo imaginario socio-cultural. Pero también orientaban sobre las condiciones de la vida americana, asuntos laborales o legales, hacían recomendaciones sobre la vida en comunidad, difundían mensajes comerciales, ayudaban en el aprendizaje del inglés y portugués, enseñaban a buscar trabajo y aportaban ideas para fundar nuevos negocios. La falta de talento para redactar era suplida en ocasiones por la transcripción de noticias de otros periódicos. Entre los lectores, aquellos que tenían algún tipo de preparación académica o profesional y querían proyectar su liderazgo en la comunidad solían convertirse en colaboradores de alguna de estas cabeceras. No es fácil conocer el grado de influencia real que esta prensa pudo ejercer históricamente sobre los inmigrantes, pero por la duración y amplia difusión de algunos periódicos se constata que su público fue receptivo a su valor informativo e instructivo (Vaz, 1965, pp. 139-140).

3. De analfabetos a empresarios. El rol instructivo de la prensa luso-americana

Este tipo de prensa fue, en cierto sentido, una escuela para los inmigrantes, pues para algunos era su principal recurso socio-educativo en su nueva vida americana, tal como señaló August Mark Vaz (1965, p. 139). Esta responsabilidad pedagógica fue ya destacada por António Mariano de Souza en 1915 a través de un artículo publicado en el semanario luso-californiano *Novidades* que el magazine de Hayward (Cal.) *A Revista Portuguesa* reprodujo también en sus páginas. En él se señala que el principal cometido de la prensa luso-americana era combatir el "mal" de la ignorancia, pues muchos inmigrantes carecían de la formación necesaria para progresar en la sociedad americana[8]. Hasta 1930, la mayoría eran, de hecho, analfabetos (Bartoli Langeli, 1996). De modo general, inicialmente la falta de formación reglada básica representaba un problema para la prensa realizada por y para los inmigrantes. Pero el deseo de progresar, integrarse más fácilmente y conocer lo que ocurría en sus lugares de origen fue, posiblemente, una motivación especial para muchos lectores, que fue utilizada también para que sus hijos nacidos en Estados Unidos aprendieran el portugués.

Los informes oficiales de inmigración americanos estudiados por L. Pap indican que casi el 70% de los inmigrantes portugueses que llegaron entre 1899 y 1910, con edad superior a 14 años, admitieron que no sabían leer ni escribir, entre ellos el caso paradigmático del azoriano de Terceira Guilherme Machado Luiz, que llegó a EEUU siendo analfabeto, se hizo empresario y fundó los exitosos diarios *Alvorada* (1919-1927) y *Diario de Noticias* (1927-1973). Las estadísticas oficiales sitúan a los portugueses en el último puesto en la escala de alfabetización entre los inmigrantes de diversas nacionalidades; lo que es un reflejo exacto de la situación de Portugal en el contexto europeo de entonces, con la tasa de analfabetismo más elevada (Proença, 1998). Tras la caída de la monarquía y la instauración de la República en 1910, afirma Pap, entre 1911 y 1917 el porcentaje de analfabetos en Portugal se redujo hasta el 50%. Con la implantación del test obligatorio de alfabetización para inmigrantes en las fronteras norteamericanas y la mejora del índice de escolarización en Portugal, la cifra fue bajando cada año. El propio gobierno portugués llegó a prohibir la emigración de ciudadanos analfabetos en 1929.

Algunos diplomáticos portugueses en Estados Unidos se quejaban con frecuencia de la falta de formación de los inmigrantes. Este tipo de críticas eran a veces rebatidas por la prensa lusa, que ejercía como defensora de los intereses de sus lectores. A estos ataques respondió, por ejemplo, el periódico satírico *A California Alegre*, fundado en Leemore (Cal.) en 1915 por el azoriano Cándido da Costa Nunes, afirmando que los portugueses en California carecían de formación porque estaban allí para trabajar. Argumentaba que la colonia no era

8 *A Revista Portuguêsa*, nº 2, febrero de 1915, p. 12.

culta ni estaba instruída, pero era patriota y tenía buen corazón[9]. El *Diario de Noticias* trató incluso de indagar en las causas de esta extendida falta de educación de los inmigrantes, acusando a las propias autoridades portuguesas por su fallida política educativa[10]. En palabras del colaborador del semanario *A Luta* A. Valverde, "por amôr á arte" los editores de prensa étnica en portugués prestigiaban la lengua y la expresión cultural lusófona en América enseñando y estimulando a los luso-americanos a aprender a leer en su lengua vernácula[11]. El fiel compromiso con la lengua y sus tradiciones culturales de este tipo de prensa representaban para la popular poetisa Josefina do Canto e Castro, un "abraço fraternal" para educar emocionalmente a los inmigrantes. Los trabajadores de periódicos como el *Diario de Noticias* eran, para ella, "um punhado de poetas" que escribían diariamente "o mais belo poema de amor á Pátria Portuguesa nos Estados Unidos[12]". Una impresión que fue compartida por el periodista y poeta Joaquim de Oliveira, que publicó un artículo lírico titulado "Salvé Diario de Noticias de New Bedford[13]". Este argumento de inspiración nacionalista era un mensaje recurrente en los editoriales de la prensa lusófona. Como otros muchos, el *Diario de Noticias* asumió desde sus inicios una función de defensor e instructor de la cultura y la lengua portuguesa en Estados Unidos, tal y como expresó emociondamente su editor[14].

El embajador João António de Bianchi reconocía la importancia de la prensa luso-americana para reforzar el sentimiento patriótico y la instrucción pública de los inmigrantes, haciendo particular hincapié en que era fundamental que aprendieran a ser "ciudadanos" para poder nacionalizarse y alcanzar el "sueño americano"[15]. De hecho, en los peores momentos de la crisis de los años treinta, llegó a haber una política pública de rechazo hacia los trabajadores portugueses que no estuvieran nacionalizados en la ciudad de Nueva York, lo que motivó la queja del consulado ante las autoridades locales[16]. A pesar de ello, según el cónsul portugués en la ciudad, Victor Verdades de Faria, los inmigrantes lusos eran reticentes a nacionalizarse no sólo por una cuestión patriótica, sino sobre todo por motivos educativos relacionados con el desconocimiento del inglés, los hábitos y costumbres americanas[17]. En California, donde según el *Jornal Português* la mayoría de los miembros de la colonia a finales de los años cuarenta estaban nacionalizados, hubo un agrio debate en la prensa entre los que

9 *A California Alegre*, 21 de noviembre de 1937, p. 4.
10 *Diario de Noticias*, 26 de marzo de 1959, p. 1.
11 *Jornal Português*, Especial de 1953: "Saber ler Português", sin paginar.
12 *Diario de Noticias*, Especial del 50 Aniversario, 12 de mayo de 1969, sin página.
13 *Diario de Noticias*, 31 de diciembre de 1935, p. 2.
14 *Diario de Noticias*, 20 de enero de 1930, p. 1.
15 AHD. Embajada de Portugal en Washington, caja núm. 36. Oficio confidencial núm. 47 del embajador, João de Bianchi, al ministro de Negócios Estrangeiros, 19/06/1934. Proc. 30/34.
16 AHD. Embajada de Portugal en Washington, caja núm. 36. Informe Relações com a colónia portuguesa. Inquêrito consular sobre a colónia portuguesa sob a jurisdicção do Consulado Geral de Portugal em Nova York, firmado por el Cónsul Geral, Verdades de Faria, 20/08/1935, p. 2.
17 AHD. Embajada de Portugal en Washington, caja núm. 36. Relações com a colónia portuguesa. Inquêrito consular, p. 3.

habían adquirido la ciudadanía americana y los que preferían no cambiarla por lealtad a Portugal y sus orígenes culturales. Los segundos acusaban a los primeros de traición a la patria. En esta polémica, el *Jornal Português* puso la sensatez necesaria tratando de enfriar la disputa afirmando en un editorial que los únicos americanos auténticos eran los indios nativos[18].

4. Un laberinto narrativo. Los contenidos periodísticos para los inmigrantes

Técnicamente, para crear un periódico para lectores inmigrantes sólo hacían falta tres cosas: una idea, las herramientas tipográficas de edición y una cierta habilidad para redactar contenidos. La última siempre ha sido la más compleja. Escribir textos periodísticos de forma atractiva narrativamente para atraer a un público con un perfil poco instruído no era sencillo. Pero sin lectores no había anunciantes que garantizasen la supervivencia de un periódico. Una de las secciones históricas más apreciadas por los lectores inmigrantes fueron los editoriales, a través de los cuales los periódicos ofrecían su punto de vista sobre algún asunto de actualidad con un sentido didáctico para instruir a los inmigrantes acerca de muchos asuntos que preocupaban a la comunidad luso-americana. En ellos, se trataba de hacer pegagogía sobre el funcionamiento de las instituciones americanas o sobre los derechos y deberes de los inmigrantes, a veces estimulando el pensamiento crítico. Sólo en el *Diário de Noticias* se publicaron centenares de artículos editoriales que analizan la realidad política, cultural, social o económica en diferentes momentos históricos. Algunos pueden catalogarse como manifiestos en apoyo de sus compatriotas[19], otros tienen formato de informes políticos[20], los hay que aportan consejos sanitarios[21], que dan su opinión sobre las organizaciones fraternales[22], que reflexionan sobre la emigración[23], la religión[24], la educación[25] o la economía[26]. Publicar un editorial en cada número otorgaba prestigio. Pero su redacción no era sencilla. Era necesario estar instruído en los asuntos de actualidad y tener capacidad para redactar un artículo con una opinión propia que, además, orientase y pudiese satisfacer intelectualmente a los lectores. Uno de los editores más habilidosos en la redacción de editoriales fue el director del semanario *A Colónia Portuguesa*, Arthur Vieira Ávila, que publicó centenares de artículos a

18 "Explicações necessárias". *Jornal Português*. Número Especial de 1949, sin paginar.
19 "John B. Nunes, um político português da velha guardia". *Diario de Noticas*, 11 de septiembre de 1959, p. 1.
20 "Equilibrio nas contas en nos espiritos". *Diario de Noticias*. Secção de New Jersey, 25 de noviembre de 1931.
21 "Coisas praticas". *Diario de Noticias*, 28 de mayo de 1931, p. 2.
22 "Fraternidade". *Diario de Noticias*, 2 de junio de 1930, p. 2.
23 "Aspectos da emigração". *Diario de Noticias*, 24 de enero de 1933, p. 2.
24 "Uma industria muito explorada". *Diario de Noticias*, 16 de octubre de 1929, p. 2.
25 "Os 'leadres' e as escolas na colonia". *Diario de Noticias*, 19 de septiembre de 1931, p. 2.
26 "O problema bancario e o valor da nota". *Diario de Noticias*, 16 de marzo de 1933, p. 2.

lo largo de su carrera periodística. En uno de ellos, titulado "Apertos de un editor", reconocía honestamente lo difícil que resultaba, en ocasiones, escribir su artículo en un sentido pedagógico para los inmigrantes:

> São dez horas e o jornal está a ir para o prelo. Uma das páginas está incompleta. Falta o editorial. Perdido, gasto o tempo em diversas tecnicalidades, o editorial é sempre a última caldeirada e, muitas vezes, o editor vê-se num labirinto sem saida, a procura de assunto. Escrever. Mais escrever o quê, em dez ou quinze minutos? Oh! Que entaladelas apanha o pobre editor! Mas alguma coisa tem de ser feito, visto que é muito feio o jornal sair sem levar um 'artigo da casa', como vulgarmente se diz. Pego nalgum jornal americano em busca de alguma coisa de sensação. Crimes, divorcios, suicidios. Assuntos bons, não há dúvida, mas de que nos repugna já falar, por ser o maior prato que todos os dias lemos nos jornais. (...) Mas qué diabo vou escrever? (...)[27].

Esta es la realidad histórica de los editores luso-americanos, que debían reinventarse en cada nuevo número para conseguir mantener la audiencia. Con limitaciones técnicas y financieras, los periódicos en portugués tuvieron que hacer un gran esfuerzo para atraer a sus lectores. A menudo, desde sus inicios a finales del siglo XIX, además de las noticias sobre Portugal y la colonia, uno de los mejores reclamos utilizados por los periódicos luso-americanos para atraer a sus lectores era la publicación seriada de folletines novelescos por episodios, que alcanzaban gran popularidad. A veces, su temática estaba relacionada con la vida de santos, pero a menudo eran novelas melodramáticas, con argumentos trágicos sobre historias de amor o de héroes legendarios. *A Liberdade*, editado en Sacramento y Oakland por Guilherme Silveira da Gloria, fue uno de los muchos periódicos que utilizaron este género para atraer audiencia. Uno de sus romances más famosos fue *Florence. A Formosa Rapariga Da Fabrica Condenada Pelos Pecados Doutra. Historia Verdadeira de Duas Mulheres Parecidas: Uma Anjo e um Demonio*, que fue recopilado y editado en 1916 en la Tipografía de *A Liberdade* (Sacramento) en cuatro volúmenes que suman en total 1494 páginas. Los volúmenes llevaban en la contraportada anuncios de varias firmas comerciales portuguesas de California. Junto a las novelas, la poesía fue otro de los contenidos habituales de la prensa luso-americana. Considerado por el *Diario de Noticias* como el "bardo" portugués de California (23 de febrero de 1935, p. 2), Guilherme S. Gloria publicaba en su periódico sus composiciones poéticas, recogidas en el volumen titulado *Poesias de Guilherme S. Gloria*, impreso también en la rotativa de su periódico (Gloria, 1935).

Sin embargo, la falta de conocimiento de la lengua inglesa y sin acceso a publicaciones periódicas en portugués, hacía que algunos grupos de inmigrantes luso-americanos alejados o

27 *A Colónia Portuguesa*, 19 de marzo de 1929, p. 3.

aislados se resignasen a comprar con regularidad periódicos publicados en otras lenguas latinas que les resultasen más comprensibles (Correia, 2004, p. 11). De este modo, cuando las comunidades inmigrantes española y portuguesa convivieron juntas en algunas áreas de Nueva York y New Jersey y la prensa portuguesa no disponía de una distribución regular o abundantes contenidos, los periódicos en lengua castellana atraían a lectores portugueses. Esta preferencia irritaba a los editores de algunos periódicos de la comunidad lusófona, que veían en esa actitud una especie de felonía anti-patriótica, como expone el *Diario de Noticias* en su número 928 del 20 de enero de 1930 (p.1). La publicación de artículos críticos con alguna institución o personaje de la colonia o de noticias sensacionales de todo tipo que fomentaban la agitación, era también una técnica recurrente para atraer nuevos lectores (Carvalho, 1931, p. 121).

5. Una actividad incomprendida por los inmigrantes

A pesar del excelente servicio que la prensa prestaba como medio instructivo, no siempre fue reconocido. Al contrario. Los editores portugueses se vieron a menudo obligados a pedir, tanto a sus lectores como al gobierno portugués, más respeto para el trabajo que realizaban con la máxima profesionalidad. El *Diario de Noticias* publicó el 16 de noviembre de 1938 un extenso editorial en el que critica la "ingratidão imperdoável" y el abandono mostrado por el Estado portugués hacia la prensa lusa en Estados Unidos, a pesar de su compromiso con la defensa de la formación y los intereses de los inmigrantes[28]. Esta fue una crítica hecha en el contexto de la creciente propaganda del Estado Novo portugués en Norteamérica[29], pues el gobierno de la dictadura estaba promocionando su participación en la Exposición Internacional de Nueva York de 1939 como un acontecimiento extraordinario para los inmigrantes, mientras ignoraba su deber asistencial con ellos, especialmente en el plano educativo. El propietario del *Diario de Noticias*, João Rodrigues Rocha, se quejaba particularmente de la falta de apoyo y sensibilidad de los sucesivos ministros portugueses de educación pública:

> A maior culpa deve ser atribuida aos nossos Ministros da Instrução em Portugal que nos voltaram ao esquecimento, nunca compensando, pelo menos com palavras de encorajamento, os esforços dos portugueses neste paiz que muito têm contribuido para a propaganda da Pátria, tanto por meio dos jornais como escolas particulares[30].

28 *Diario de Noticias*, 16 de noviembre de 1938, p. 2.
29 *Diario de Noticias*, 16 de noviembre de 1938, p. 2.
30 *Diario de Noticias*, 11 de agosto de 1939, p. 1.

Los periódicos en portugués tenían que recurrir a argumentos cargados de patriotismo para estimular las suscripciones de lectores, cuyos pagos solían sufrir retrasos. La prensa americana, que disponía de ediciones de mayor calidad, más profesionalizada, con más contenidos y mayor distribución, ofrecía una fuerte competencia, sobre todo entre los miembros de la comunidad de segunda y tercera generación, que podían hablar de forma fluída en inglés. En estos términos se lamentaba António F. Cacella, redactor jefe del *Diario de Noticias* el 7 de abril de 1936: "Dependendo duma colonia relativamente pobre e muito dispersa tem além disso que lutar contra dois poderosos obstáculos, a saber: os jornais do pais, colossos de informação que abranguem todas as actividades do mundo inteiro; e o que é pior, a indiferença duma grande parte dos colonos que lhe negam o apoio devido[31]". Algunos hijos de los inmigrantes nacidos en Estados Unidos no mostraban especial interés por aprender el portugués ni había políticas del gobierno luso que estimulasen su aprendizaje. Incluso para algunos inmigrantes mejor formados, hablar el portugués producía un cierto complejo de inferioridad, como argumenta el diario de New Bedford en un editorial el 31 de julio de 1940[32].

A menudo, los editores portugueses necesitaban recordar a sus lectores las inmensas dificultades de todo tipo que debían superar para publicar cada número en beneficio de su comunidad. La única fuente de recursos procedía de los anuncios que publicaban los pequeños comerciantes de la colonia, por lo que la prensa étnica portuguesa se sintió abandonada por el gobierno de Lisboa. La falta de financiación fue uno de los principales problemas a los debieron enfrentarse los empresarios periodísticos luso-americanos: "A confecção de um jornal, por mais diminuto que seja, acarreta despesas incalculáveis, despesas que têm de ser pagas", se quejaba *A California Alegre* cuando sus lectores le pedían que continuase publicando la popular sección humorística "Tia Alegre[33]". En la misma línea se lamentaba el semanario de Nueva York *A Luta* en un editorial publicado el 2 de febrero de 1938 con el evocativo título "A imprensa portuguesa é a alma da colónia!", en el que ensalza el valor fundamental de los periódicos luso-americanos y pide "justicia" para el trabajo desempeñado por los editores[34]. *A California Alegre* consideraba que los editores eran inlcuso "mártires do dever e do amor ao país onde nasceram", por su compromiso en defensa de la lengua portuguesa, su patriotismo y ayuda a los inmigrantes[35]. El bisemanario *A Colonia Portuguesa*, editado por Arthur Vieira Ávila en Oakland entre 1924 y 1932, creía que la falta de reconocimiento del trabajo realizado por los periodistas inmigrantes se debía, sobre todo, a la falta de comprensión de una gran mayoría de compatriotas, que eran incapaces de apreciar el enorme servicio que la prensa luso-americana prestaba como escuela del pueblo[36].

31 *Diario de Noticias*, 7 de abril de 1936, p. 4.
32 *Diario de Noticias*, 31 de julio de 1940, p. 2.
33 *A California Alegre*, 1 y 15 de enero de 1939, p. 4.
34 *A Luta*, (año 2), 2 de febrero de 1938, p. 1.
35 *A California Alegre*, serie IV, 23 de mayo de 1936, p. 4.
36 *A Colonia Portuguesa*, (año II), 3 de noviembre de 1925, p. 4.

Debido a su falta de instrucción y cualificación profesional, la mayoría de inmigrantes portugueses estaban acostumbrados a desarrollar trabajos físicos en diversas actividades industriales o en el sector pesquero y eran incapaces de reconocer el sacrificio de los periodistas luso-americanos. Desconocían la complejidad que tenía la elaboración de un periódico. Por ello, el *Jornal Português* hizo el esfuerzo pedagógico de explicar a los inmigrantes cuáles eran las rutinas periodísticas. Publicó un artículo titulado "O esforço na confecção do Jornal Português", con el que intentaba mostrar a los inmigrantes la dificultad que entrañaba editar un periódico, realizado a contrarreloj para que el lector pudiese disfrutar de su lectura puntualmente[37]. Algunos editores o periodistas habían tenido que hacer grandes sacrificios para alcanzar el sueño de hacer periodismo en Estados Unidos. João Rodrigues Rocha representa de forma paradigmática el perfil del periodista inmigrante portugués hecho a sí mismo en Norteamérica. Nacido el 25 de enero de 1899 en Ponte de Lima, emigró con 13 años a Brasil, desde donde llegó a Estados Unidos en 1920. Su primer trabajo fue como barrendero en una fábrica de Cambridge (Massachusetts); posteriormente abriría una pequeña tienda de ropa, que decidió vender cuando ahorró el dinero suficiente para iniciar su carrera como periodista y editor. Para defender mejor sus intereses en territorio norteamericano, optó por nacionalizarse en 1926. Su primera cabecera fue el magazine mensual *Revista Portugal-América Portuguesa*, publicada en Cambridge entre 1926 y 1929. Tras el cierre de la revista se convierte en el director de suscripciones del *Diario de Noticias*, puesto que ocupa hasta junio de 1932. Poco después, adquiere el semanario *O Independente*, que dirige entre 1933 y 1940, para convertirse finalmente en propietario y director del *Diario de Noticias*, que se puede considerar la cabecera más popular y de mayor calidad en la historia del periodismo en portugués en Estados Unidos, su gran sueño americano.[38]

Conclusiones

El fenómeno de la prensa lusa en EEUU ha tenido históricamente una función simbólica como instrumento cultural fundamental en la diáspora, así como plataforma de difusión de valores educativos e instrucción pública entre los inmigrantes, favoreciendo su cohesión social, el consenso político y los proyectos asociativos dentro de un mismo imaginario socio-cultural. La comunidad luso-americana consiguió crear así una opinión pública con voz propia frente al discurso anglosajón dominante. La difusión y la duración de algunos de estos periódicos, así como el diálogo que mantenían con sus lectores, indican que debieron

37 *Jornal Português*. Número Especial de 1946, sin paginar.
38 Ferreira Mendes Portuguese-American Archives, MC 100/PAA. João Rocha papers.

contribuir de modo significativo al desarrollo de un sentimiento de pertenencia a la minoría que ellos mismos representaban dentro de Estados Unidos y a hacer más visible su grupo étnico, al tiempo que proyectaban sus tradiciones y marcas culturales. Del análisis de sus informaciones, se puede deducir que los periódicos enseñaron a los inmigrantes a relacionarse entre ellos y con la sociedad local, afirmando su posición dentro de la compleja diversidad étnica de la sociedad norteamericana, particularmente en los Estados de Massachusetts y California, en los que los portugueses corrían el riesgo de ser fácilmente asimilados por el conjunto de minorías que los han ido poblando a lo largo de la historia. La creación de un espacio público de información y debate permitió la aparición y consolidación de líneas de cooperación entre todos los núcleos de población de la comunidad luso-americana y el desarrollo de un movimiento social integrado que propició proyectos comunitarios dentro del tejido social multicultural norteamericano.

En los periódicos editados en portugués, los inmigrantes encontraron también una narrativa que los vinculaba emocionalmente con sus orígenes a través de la lectura de las noticias sobre la realidad portuguesa. En ocasiones, lo que los emigrados buscaban en este tipo de publicaciones era, simplemente, la emoción espiritual que nutría su vinculación afectiva con la colonia a través de su marca lingüística: el portugués. Los periódicos en portugués daban un sentido trascendente, a través de una retórica generalmente cargada de un lenguaje patriótico, a la presencia de cada uno de los emigrados en Estados Unidos. Aunque el porcentaje de inmigrantes lusos analfabetos llegados a Norteamérica alcanzara cifras muy elevadas y no haya datos cuantitativos que lo corroboren, es posible que la necesidad de mantener el contacto con la realidad cultural portuguesa por medio de la prensa pudo estimular su alfabetización. Sí hay datos, en cambio, que acreditan la conciencia de este problema en la comunidad lusa. Algunos periódicos, de hecho, asumieron un compromiso de promoción y estímulo socio-educativo entre los inmigrantes, mientras criticaban al gobierno portugués por sus fallidas políticas de educación reglada y su falta su apoyo a la prensa en su labor instructiva.

Una de las principales motivaciones de los inmigrantes para leer la prensa portuguesa era mantener contacto con sus raíces culturales en un contexto de significación identitaria. Al mismo tiempo, fue un instrumento relevante para encontrar un modo de autorepresentarse, reinterpretarse y crear un nuevo relato colectivo, con nuevos referentes, integrado en un entorno social cuya historia y estilo de vida distaban mucho de sus valores y tradiciones. A pesar de la incomprensión que sintieron por la falta de cultura periodística entre los inmigrantes, para algunos de ellos los periódicos se convirtieron en un digno medio de vida o incluso en una oportunidad para alcanzar su sueño americano como editores o periodistas.

Referencias bibliográficas

Bartoli Langeli, A. (1996). Historia del analfabetismo y método cuantitativo. *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3, 87-106. https://rb.gy/ujmhem

Barrow, C. W. (Ed.) (2002). *Portuguese Americans and Contemporary Civil Culture in Massachusetts*. Tagus Press.

Bean, F. y Stevens, G. (2003). *America's Newcomers and the Dynamics of Diversity*. Russell Sage Foundation.

Blanchard, M. A. (Ed.) (1998). *History of the Mass Media in the United States. An Enciclopedia*. Fitzroy Dearbon Publishers.

Carvalho, E. (1931). *Os Portugueses na Nova Inglaterra*. Rio de Janeiro: A Leitura Colonial.

Clyne, M. G. (1991). *Community languages: the Australian experience*. Cambridge University Press.

Correia, R. A. (2004). *Salazar em New Bedford. Leituras luso-americanas do Estado Novo nos anos trinta*. [Tese de mestrado, Universidade de Lisboa].

Cottle, S. (2000), *Ethnic Minorities and the Media. Changing Cultural Boundaries*. Open University Press.

Checa Godoy, A. (2002). *Historia de la prensa pedagógica en España*. Universidad de Sevilla.

Cinotto, S. (Ed.) (2014). *Making Italian America. Consumer Culture and the Production of Ethnic Identities*. Fordham University Press.

Danky, J. P. y Wiengand, W. A. (1998). *Print culture in a diverse America. History of Communication*. University of Illinois Press.

Ferroro, T. J. (2005). *Feeling Italian. The Art of Ethnicity in America*. New York University Press.

Geitz, H. (ed.) (1992). *The German-American Press.* Max Kade Institute for German American Studies: University of Wisconsin, 1992.

Gloria G. S. (1935). *Poesias de Guilherme S. Gloria*. Tipographia de "A Liberdade".

Goulart, T. (2002). *The Holy Ghost Festas. A Historic Perspective of the Portuguese in California*. Portuguese Heritage Publications of California.

Holton K. D. & Klimt, A. (Eds.) (2009). *Community, Culture and the Makings of Identity: Portuguese-Americans along the Eastern Seabord*. Tagus Press.

Ireland, S. L. J. (1990). *Ethnic Periodicals in Contemporary America: an annotated guide.* Greenwood Press.

Joyce, W. L. (1976). *Editors and Ethnicity. A History of the Irish-American Press,1848-1883*. Arno Press.

Kessler, L. (1994). *The Dissident Press: Alternative Journalism in America. The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook History*. Sage Publications.

Kowalick, J. (1978). *The Polish Press in America*. R and E Research Associate.

Lario Bastida, M. (coord.) (2006): *Medios de comunicación e inmigración*. CAM.

Liptack, D. A. (1989). *Immigrants and Their Church, Makers of the Catholic Community*. McMillan.

Machado, J. et al. (2012). *Power of the Spirit. A Portuguese journey of building faith and churches in California*. Portuguese Heritage Publications of California.

Mcdonald, J. (2007). *American Ethnic History. Themes and Perspectives*. Rutgers University Press.

Madison, C. A. (1976). *Jewish publishing in America. The impact of Jewish writing on American culture*. Sanhedrin Press.

Martínez González, A. (2009). El periódico: el libro del pueblo. Prensa y pedagogía social en la España de comienzos del siglo XX. *Pulso. Revista de Educación*, 39, 11-24.

Mayone Dias, E. (2009). *The Portuguese Presence in California*. Portuguese Heritage Publications.

Mckee, J. O. (2000). *Ethnicity Contemporay America. A Geographical Appraisal. Second Edition*. Rowman y Littlefield Publishers.

Miller, S. (1987). *The Ethnic Press in the United States: A Historical Analysis and Handbook*. Greenwood Press.

Muller, T. (1993). *Immigrants and the American City*. New York University Press.

N. W. and Son's Ayer's American Newspaper Annual and Directory (1909). N. W. Ayer and Son.

Pap, L. (1981). *The Portuguese-Americans*. Twayne Publishers-A Division of G. K. Hall y Co.

Park, R. E. (1922). *The Immigrant Press and Its Control*. Harper and Brothers Publishers.

Ponte, L. (2014). Percursos Identitários na Diáspora Açoriana: o Jornal *Açores-América* (1903). *Interdisciplinary Jornal of Portuguese Diaspora Studies*, 3(1), 221-246. https://rb.gy/nzqjma

Pena Rodríguez, A. (2020). *News on the American dream. A history of Portuguese press in the United States*. Tagus Press at The University of Massachusetts Dartmouth.

__(2019). El periodismo portugués en California. Notas históricas sobre el *Jornal Português* de Oakland (1932-1997). *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 25(1), 443-457. https://doi/10.5209/ESMP.63739.

__(2017a). Los inicios de la prensa portuguesa en los Estados Unidos de América. *Revista Famecos. Mídia, Cultura e Tecnologia,* 24(2) (ID25558). Doi: https://doi/10.15448/1980-3729.2017.2.25558.

__(2017b). Apuntes históricos del *Diário de Notícias* de New Bedford (1927-1973). *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 0, 9-26. https://rb.gy/cy7ctl

__& Oliveira Lima, M.E (2020). Noticias de la diáspora. Aproximación a la prensa inmigrante portuguesa en Estados Unidos entre 1910 y 1929. *Media & Jornalismo*, vol. 20, nº 36, 95-108. https://doi/10.14195/2183-5462_37_5.

__M. Mesquita & P. Vicente, (2015). *Emigración e exilio nos Estados Unidos. Experiencias de Galicia e Azores.* Consello da Cultura Galega.

Proença, M. C. (Coord.) (1998). *O Sistema de Ensino em Portugal, Séculos XIX e XX*. Colibrí / Instituto de História Contemporânea da FCSHUNL.

Ricoy, M. C. (2005). La prensa como recurso educativo. Complejidad y pertinencia de su uso en la educación de adultos. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 10(24), 125-163.

Rhodes, L. (2010). *The Ethnic Press. Shaping the American Dream*. Peter Lang.

Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology. A multi-disciplinary approach*. Sage Publications.

Vaz, A. M., *The Portuguese in California*. IDES Supreme Council, 1965.

Vicente, A. (1998). *Os Portugueses nos Estados Unidos de América. Política de Comunidades e Comunidade Política*. Fundação Luso-Americana.

Williams, J. (2007). *In Pursuit of Their Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*. Tagus Press.

Wittke, C. F. (1957). *The German Language Press in America*. University of Kentucky Press.
Whorf, B. L. (1956). *Language, Thought and Reality*. MIT Press.
Yu, S. y Ahadi, D. (2010). Promoting Civic Engagement thorough Ethnic Media. *Journal of Media and Communication Studies*, 2 (2), 54-71. https://rb.gy/4eyzaz
Zubrzycki, J. (1958). The role of the foreign-language press in migrant integration. *Population Studies. A Journal of Demography*, 12(1), 73-82. https://doi/10.2307/2172213.

Archivos y fuentes documentales consultados

AHD: Archivo Histórico Diplomático de Lisboa (Portugal).
FMPAA: Ferreira Mendes Portuguese-American Archives (North Dartmouth, Mass.).
Biblioteca Nacional de Portugal.

Financiación

Este trabajo forma parte de los resultados del proyecto de investigación PTDC/COM-JOR/28144/2017 — *Para uma história do jornalismo em Portugal*, financiado con fondos nacionales por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT), I. P. (2017-2022).

Parte III

O discurso jornalístico português na África e na Ásia

Jornalismo de expressão portuguesa na África colonial

Portuguese expression journalism on colonial Africa

António Hohlfeldt

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Escola de Comunicação, Artes e Design
a_hohlfeldt@yahoo.com.br
ORCID ID: 0000-0001-5284-8730

DOI: https://doi.org/10.34619/yrym-nrgi

Resumo: Este capítulo sintetiza o desenvolvimento dos jornalismos nacionais de Angola, Cabo Verde e Moçambique, através daquelas publicações de língua portuguesa. Além de destacar as histórias individualizadas de cada jornalismo, houve também a preocupação de se buscar uma identificação das semelhanças no desenrolar deste processo.

Palavras-chave: jornalismo colonial africano de expressão portuguesa; jornalismo em Angola; jornalismo em Cabo Verde; jornalismo em Moçambique; jornalismo comparado; história do jornalismo.

Abstract: *This chapter sintetizes the development of the nationals journalisms in Angola, Cabo Verde and Moçambique, troughtout the most importante newspapers of portguese expression. Thet presented the particulars histories and the coincidences betwenn them.*

Keywords: *colonial african journalism of portuguese expression.; journalism in Angola; journalism in Cape Verde; journalism in Moçambique; comparative journalism; history of journalism.*

Introdução

Para pensar-se objetivamente as relações entre os médias e a formação, o desenvolvimento e a crise do império português, deve-se tomar o termo *média* na sua mais larga acepção. Neste sentido, considera-se o livro — manuscrito ou impresso — tanto quanto a imprensa informativa (em especial, o jornal e a revista), o rádio, o cinema, a televisão, a internet, etc., como *médias*, na medida em que, como anota Juliana Pereira de Souza, *médias* são todos e quaisquer *meios de informação e de comunicação*, ou seja, instrumentos tecnológicos que servem para a difusão de mensagens (Souza, 2010, p. 816).

Pode-se afirmar, pois, que uma história dos médias portugueses e, mais tarde, uma história dos médias presentes nas antigas colónias de expressão portuguesa (Trigo: 1981) deve ser pensada a partir da própria história cultural, econômica, política e literária portuguesas, ao mesmo tempo em que se deve acompanhar a evolução de outras tecnologias, dentre as quais as de transporte, além dos descobrimentos e da colonização lusitanos, que se refletem em suas relações internacionais.

Este texto é uma tentativa de visão de conjunto, no que se refere à história dos médias nas antigas colônias lusitanas, em especial o jornalismo impresso, quanto à da expansão e naturais choques de interesses junto a outras nações que se formaram após a emergência de Portugal e de Espanha, notadamente a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica contemporâneos, além, evidentemente, de movimentos autóctones independentistas que se organizaram no decorrer dos séculos, inclusive a partir dos processos de colonização, como no caso do Brasil,

pioneiramente, e das colónias asiáticas e africanas, sucessivamente[1]. Uma história em especial do jornalismo como se desenvolveu nas colónias africanas de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Esta sequência é tanto geográfica (do território mais próximo a Portugal ao mais longínquo), quanto cronológica: é a colónia de Cabo Verde a primeira a experimentar os avanços da chegada de uma prensa a seu território; quase concomitantemente, ocorrerá o mesmo com Angola e, só na década seguinte, será a vez de Moçambique. Portanto, esta foi a lógica escolhida para esta abordagem. Ao mesmo tempo, quando se escreve a respeito de cada uma das colónias, vai-se abordar alguns fatos que são específicos de sua história, totalmente contextuais, pois, mas outros que são generalizáveis a todas as demais colónias. Para não haver repetições destas observações, as mesmas foram distribuídas ao longo da narrativa.

Parte-se do pressuposto de que os movimentos da expansão marítima de Portugal geraram reflexos, originalmente, na literatura — quer a manuscrita, quer a impressa — pois ela será imediatamente *exportada* para as terras recém descobertas e, ao inverso, sofrerá influência e inspiração das viagens marítimas para suas novas criações[2]. Este complexo processo encontra-se amplamente estudado, ainda que não necessariamente sob o foco da abordagem que aqui se intenta, mas é aqui tomado como conhecido (Judice, s/d; Barreto, 1983; Casa do Infante, 1988).

1. O processo de ocupação dos territórios

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase no reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415), em que desaparece, a que se segue a conquista da Grã Canária, que vinha sendo intentada desde 1412. Em 1º. de maio de 1460, Diogo Gomes e António da Noli descobrem a ilha de São Tiago, do arquipélago de Cabo Verde (Gonçalves, 1966); o mesmo Diogo Gomes chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte.

1 Devemos mencionar, aqui, especiais agradecimentos à Sra. Dra. Carla Souza, responsável pela Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, que nos facilitou acesso a livros e documentos presentes nos ricos acervos das bibliotecas portuguesas; e também à Sra. Dra. Marta Rua, Diretora Técnica da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem cujo apoio decidido e decisivo teria sido impossível digitalizar todo este material que, atualmente, procuramos colocar à disposição de eventuais interessados.

2 Deve-se pensar, especialmente, nos catecismos, calendários e almanaques, que são *exportados* para as colónias, sobretudo aqueles de cunho religioso, graças aos jesuítas e demais ordens católicas de catequese; e à inspiração das viagens que passam a constituir um conjunto sólido e insólito de narrativas, como aquelas reunidas por Bernardo Gomes Brito, em *História trágico-marítima* (1735-1736), a que se seguirão as centenas de relatos de viajantes, em especial os portugueses, de Pero Vaz e Caminha a Pero de Magalhães Gandavo, mas também *estrangeiros*, como Hans Staden e Jean de Léry, sobretudo ao longo dos séculos XVI e XVII, no caso brasileiro, para não se citar os que referiram, especialmente nos séculos XVI e XVII, os territórios africanos ou asiáticos ocupados pelos portugueses.

Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola), estabelecendo aí relações comerciais com o Reino do Congo (Gonçalves, 1964). A 1º de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil.

As regras básicas estabelecidas pela Coroa portuguesa, para as suas colónias, são uniformes. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que, ao longo dos séculos, vão se desenrolar nas próprias colónias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colónias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos. Uma dessas políticas era a completa interdição de prelos naquelas terras, realidade que oprimiu a todas, à exceção de Goa e Macau, ambas na Ásia.

Contextualizando-se a história do império português e a dos médias, tal como eles surgem, desenvolvem-se e interferem na vida cotidiana, política e cultural deste império, pode-se afirmar que eles se disseminam no decorrer do processo de expansão e colonização lusitanos, como consequência do surgimento do prelo. Mas quando a imprensa informativa propriamente dita começa a se popularizar e massificar, Portugal já experimenta certo declínio, primeiro, graças à anexação temporária, pela coroa espanhola (1580), de que se livrará apenas em 1640. Nos territórios coloniais, teremos um processo inverso: quando ocorre a invasão francesa de 1808, em Portugal, são nestes territórios, especialmente, que a imprensa e o jornalismo encontrarão espaços e contextos propícios a seu desenvolvimento, o que provocará, sucessivamente, um duplo desdobramento: de um lado, influenciarão o desenvolvimento da própria imprensa e do jornalismo metropolitano; depois, facilitarão os processos independentistas que ocorrerão, pioneiramente, no Brasil, inclusive com atraso em relação às colónias espanholas do continente ibero-americano, que já experimentavam a imprensa desde o século XVIII, mas depois tornando-se exemplo e referência para as demais colónias portuguesas, tanto aquelas situadas em África, quanto as da Ásia, a partir da independência de 1822 e do decreto de Sá de Bandeira, de 1836, assinado pela Rainha D. Maria II.

Os episódios protagonizados por Napoleão Bonaparte obrigaram os portugueses a repensar seus espaços geográficos e de poder político e administrativo. A *Gazeta de Lisboa*, com a invasão, passa a ser editada por publicistas franceses, já que seu até então editor, Frei Tibúrcio José da Rocha, desloca-se, com a frota da Família Real (Laranjeira, 2011), para o Brasil, vindo a se tornar o editor da novel *Gazeta do Rio de Janeiro*, que passaria a se publicar a partir de 10 de setembro de 1808, primeiro semanal e, logo, a partir da segunda semana, bi-semanalmente, nas quartas-feiras e sábados (Hohlfeldt, 2008), na até então colónia, agora reino unido.

A permanência dos franceses em território português faz surgir uma primeira *imprensa do exílio*, que se traduz na publicação de jornais, em língua portuguesa e, na maioria dos casos,

por editores lusitanos, em países estrangeiros, neste momento, por óbvio, principalmente na Inglaterra. É o caso do *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (1º de junho de 1808 a 1º de dezembro de 1822), intelectual nascido na colónia do Brasil, na então província do Rio Grande do Sul. Costa era filho de portugueses, estudou na Província Cisplatina (atual Uruguai) e depois formou-se em Direito, em Coimbra, tornando-se embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Ao retornar, foi preso pela Inquisição, acusado de filiação à maçonaria. Depois de três anos de prisão, consegue fugir para Londres, auxiliado pelos próceres da maçonaria britânica, onde, a partir de 1808, publicaria seu jornal, tema que se retoma abaixo (Rizzini, 1988; Hohlfeldt, 2007). Naquele momento, surgiram jornais a favor e contra a invasão francesa[3].

2. Proibição e obrigação de criação da imprensa nas colónias

Há duas questões que merecem atenção de quem estude a história dos médias e as antigas colónias portuguesas. A metrópole, desde logo, proíbe a existência de prelos nas colónias, como se disse, ao contrário daquilo que será praticado pela Espanha que, desde a primeira metade do século XVI, permite que os sacerdotes jesuítas instalem prelos nas cidades do México e de Lima, respectivamente. Portugal, ao contrário, interdita os prelos, gerando inclusive processos e condenações a quem eventualmente detenha algum equipamento semelhante, mesmo que autoridade administrativa lusitana, além de destruir todos os equipamentos. No entanto, sabe-se que houve duas exceções, Goa e Macau. Racionalmente, pode-se interpretar este comportamento como uma adequação prática a uma situação diferenciada daquelas colónias: ao contrário do que ocorria na África (Cabo Verde, Angola, Moçambique, etc.) e na América do Sul (Brasil), cujas sociedades eram ágrafas, em Goa e em Macau havia sistemas lingüísticos escritos, bastante complexos e múltiplos. Muitos dos primeiros livros publicados em Goa pelos portugueses, inclusive, não foram em idioma lusitano, mas em idioma nativo (Gracias, 1880; Cunha, 1923; Rangel, 1957; Lopes, 1971). Remanesce, contudo, uma dúvida: por que o comportamento diverso da Espanha, se, afinal, tanto no México quanto nas colónias da América do Sul, suas populações também não possuíam línguas escritas, ao menos, com sistemas fonéticos como o ocidental, mas apenas faladas? Talvez uma resposta esteja contida na compreensão diversa do fenômeno, como se pode depreender do registro que Alejandro Pizarroso Quintero faz:

3 É preciso ter-se em conta que Portugal e Espanha sofriam as agruras da Inquisição, extremamente repressora nestes países. Assim, não é de surpreender que, para alguns intelectuais liberais, o domínio francês fosse menos opressor que o controle duplamente exercido, eclesiástico e real, pelas autoridades espanholas e lusitanas. Veja-se, a propósito, o filme *As sombras de Goya* (2005), de Milos Forman, com roteiro de Jean-Claude Carrière, também editado em livro (2007).

> Em Espanha, a primeira disposição legal que de maneira indirecta se ocupou da impressão foi em uma Carta dos Reis Católicos, datada do dia de Natal de 1477, com a qual se isentava o impressor e o mercador de livros Teodorico Alemão do pagamento de uma alcavala, do almoxarifado e de outros impostos, dado que o seu comércio e actividade 'redundavam em honra e vicariedade de nossos reinos e dos naturais deles' (Pizarroso Quintero, 1994, p. 54).

Este episódio poderia ser fortuito, mas outro documento, dos mesmos reis, de 1480, reitera essa perspectiva, quando se lê:

> Considerando os Reis (...) quanto era proveitoso e honroso que a estes seus Reinos se trouxessem livros de outras partes, para que com eles se fizessem homens letrados (...); por fim ordenamos e mandamos, que além da dita franquia (...) não se peçam, nem paguem, nem levem almoxarifado, nem dízima de portagem, nem nenhuns outros direitos pelos nossos almoxarifes, dizimeiros, portageiros ou quais quer outras pessoas (...) que de todos os direitos e dízimas e almoxarifados sejam livres e francos os ditos livros, e que pessoa alguma ou peça ou leve..." (Pizarroso Quintero, 1994, p. 54).

A segunda questão diz respeito à reviravolta produzida pela corte portuguesa a partir do artigo 13º do decreto do Ministro Sá da Bandeira, de 7 de dezembro de 1836, ordenando que as administrações coloniais passassem a editar *boletins oficiais* em suas respectivas regiões. O modelo adotado, pelo que se lê na consulta a tais publicações pioneiras, foi o da *Gazeta de Lisboa*, aliás, padrão jornalístico da época. Por que tal reconsideração tão radical por parte da Rainha Dona Maria II, filha de Dom Pedro I (brasileiro) ou Dom Pedro IV (português)? A hipótese que se pode levantar é que o encadeamento de acontecimentos produzidos a partir da invasão de Portugal pela França (1808), o deslocamento da Família Real para o Brasil; seu retorno — em 1821 — e a independência da antiga colónia, em 1822, ainda que permanecendo vinculada a um membro da Família Real portuguesa, Dom Pedro I (do Brasil)/Dom Pedro IV (de Portugal), serviu como alerta e incentivou a nova política, além do fato, é evidente, dos novos tempos liberais que então sopravam no país (Hohlfeldt, 2008; Hohlfeldt, 2013). Esta é a leitura que José Tengarrinha propõe, numa rápida alusão ao que denomina "o despertar da questão africana", em sua obra já clássica (2013). Tengarrinha mostra que o Ministro Sá da Bandeira, ainda quando Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, preocupara-se em fazer editar, mensalmente, o *Memorial Ultramarino e Marítimo*, a partir de março de 1836, publicação pioneira, pois, sobre as questões das colónias, com extensa e ampla matéria sobre aquelas terras longínquas, publicação esta que era distribuída junto às principais autoridades políticas e administrativas, inclusive entre os membros das duas câmaras, oficiais civis e militares, tanto no continente quanto no Ultramar (2013: 502 e seguintes).

Como consequência dessa liberalidade, começam a se editar os primeiros jornais na Madeira: na ilha do Funchal, *A Flor do Oceano* (15 de novembro de 1834 a 22 de outubro de

1840) e nos Açores, o *Sentinela Constitucional nos Açores* (Angra, 16 de março a 26 de agosto de 1835)3. O processo culmina, como se disse, em dezembro de 1836[4].

José Júlio Gonçalves faz a transcrição completa do decreto de 1836, destacando os artigos 13º e 19º, que nos interessa, e onde se lê:

> Artigo 13º — Debaixo da Inspecção de cada Governo Geral se imprimirá hum Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiaes, Extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministerio dos Governos do Ultramar, bem como notícias maritimas, preços correntes, informações Estadisticas [sic], e tudo o que for interessante para conhecimento público.
> Artigo 19º — Fica revogada toda a legislação em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar (Gonçalves, 1964).

Como mostra Júlio de Castro Lopo (1964), um pouco antes mas, sobretudo depois deste decreto, já haviam começado a aparecer publicações nas então colónias portuguesas: na Índia Portuguesa, *Gazeta de Goa* (Nova Goa, 1821) e *Chronica Constitucional de Goa* (Nova Goa, 1835) e, enfim, depois do decreto, o *Boletim do Governo do Estado da Índia* (Nova Goa, 1837); em Macau, o *Boletim do Governo de Macau, Timor e Solor* (Macau, 1838); em Cabo Verde, em 1842 (Cidade da Praia); em Moçambique, o *Boletim Official*, que surgiu em 1854; em São Tomé e Príncipe, em 1857; e na Guiné, em 1880 (Lobo, 1964). Quebrava-se, pois, a interdição e abria-se uma nova era para todas as então colónias, porque, como já se observou em outro momento, dada a permissão e — mais que isso — a ordem para que se publicassem os boletins oficiais, precisou-se estabelecer em cada colónia um prelo e uma instituição responsável, uma Imprensa Nacional (Hohlfeldt, 2009). Neste caso, foi necessário constituir-se um estabelecimento específico, constituído aos moldes de Lisboa, que passou a editar o boletim mas que, logo, era procurado para imprimir outros papéis que não só aqueles oficiais, sendo que boa parte deles não estava alinhado à política metropolitana portuguesa. Foi assim, por exemplo, com Moçambique, só para citar um

4 Observe-se que os títulos *Sentinela...* espalharam-se por algumas colónias, como o Brasil, e mesmo em Portugal. Quem teria iniciado esta série de publicações teria sido Cipriano Barata, um médico brasileiro liberal, nascido em 1762 e falecido em 1838, diplomado por Coimbra. O primeiro jornal que editou foi o *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abril de 1823). Deputado eleito à Constituinte, negou-se a participar dela por considerá-la ameaçada pelas tropas de Dom Pedro I. Preso, editou desde a prisão *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada e Reunida* (1824), com o que foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro. Continuando a editar seus jornais, foi sucessivamente transferido de prisões, até ser libertado, em 1830. Ao voltar para Pernambuco, publicou imediatamente *A Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá*. O *Sentinela da Liberdade* teve múltiplas designações, conforme as situações enfrentadas por Barata. Sua teimosia inspirou outros jornais, em todo o Brasil, e também se refletiu em publicações em todo o universo colonial de expressão portuguesa, como aqui se documenta (Sodré, 1966; Vianna, 1945). O melhor estudo sobre o personagem é o de Marco Morel, *A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)* (2009).

caso, o que geraria uma crise político-administrativa e quase colocava todo o processo por terra[5].

De fato, aquela instalação de oficinas da imprensa oficial passou a imprimir, não apenas o jornal oficial, quanto outras publicações, o que leva Júlio Castro Lopo a propor uma periodização para tal imprensa (ele se refere apenas à imprensa angolana, mas pode-se estender, como se faz aqui, a toda a imprensa colonial de expressão portuguesa): os dois primeiros períodos são distinguidos, justamente, pela existência de uma imprensa oficial e, depois, uma imprensa independente que, gradualmente, tratará de constituir inclusive outros prelos para as suas publicações. Surgiu, assim, o que já se chamou de *imprensa colonial de expressão portuguesa*:

> A *imprensa colonial* tem a ver com toda aquela produção realizada nas mais diferentes colónias de Portugal, e neste sentido se incluiria o Brasil, não importando se produzida por autóctones ou por portugueses localizados naquelas colónias. Ela é colonial, não porque ideologicamente defenda o colonialismo ou a colonização, mas porque ela se realiza neste contexto de colonização, traz uma referência espacial, sociocultural e política, mesmo após a concessão da chamada autonomia administrativa e financeira das colónias, que ocorre depois da Revolução de 1910, que estabelece a república em Portugal. Ela já não será mais colonial, contudo, após o 25 de abril de 1974, com a independização das antigas colónias.
>
> Quanto à expressão portuguesa, é porque ela traduz, para a língua portuguesa, o ponto de vista original do nativo ou daquele ali adaptado ou com aquela região identificado. Não se pode referir, assim, com esta designação, uma literatura ou imprensa caboverdeana expressa em dialeto das ilhas, ou nas diferentes línguas nativas de Angola, Moçambique ou de Goa. Define-se, deste modo, com clareza, o objeto de estudo: a imprensa produzida nas colónias portuguesas que se divulgou em língua portuguesa, exclusivamente (Hohlfeldt, 2009, pp. 147-148).

Deve-se registrar que, se em Goa, por exemplo, ou em Moçambique, foram muitos os jornais escritos em línguas nativas[6], também circularam, em diferentes momentos, tanto nas colónias de África, quanto nas de Ásia, periódicos escritos em inglês, graças às proximidades geográficas e económicas existentes entre algumas dessas colónias lusitanas e as demais colónias que as circundavam[7]. Nestes casos, pode-se considerar, seja a questão de

5 Trata-se do caso de *O Progresso*, de Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva, referido mais adiante, quando abordarmos o desenvolvimento do jornalismo naquela colónia (1868). Este, que foi o primeiro jornal *independente* de Moçambique, não durou além do primeiro número, proibido que foi pelo Governador, a pedido do Juiz da comarca.

6 Não é objetivo deste estudo, mas registre-se a situação curiosa a ser discutida: se os povos africanos, de modo geral, não possuíam línguas escritas, por que nestas colónias de então publicavam-se páginas inteiras em alguns desses idiomas?

7 José Júlio Gonçalves, em seus inúmeros trabalhos a respeito da *informação* nas antigas colónias, refere constantemente o problema do plurilinguismo, além do analfabetismo e a falta de poder aquisitivo por parte dos nativos e habitantes desses territórios, quando analisa as pequenas tiragens e a abrangência reduzida dos periódicos coloniais (Gonçalves, 1964, 1965, 1966).

valorização de idiomas nativos, seja a necessidade de apresentar uma versão *portuguesa* de acontecimentos que interessassem diretamente àquelas comunidades, mas que envolvessem seus vizinhos[8].

3. A imprensa nas colónias

Pode-se distinguir as histórias individuais da imprensa — que é praticamente a única média existente ao longo do século XIX a existir nas colónias — mas também se pode identificar, nestas histórias, aspectos em comum que aqui se destacam: de um lado, a questão da cronologia e, de outro, as características propriamente ditas desta imprensa.

A proposta de Júlio Castro Lopo, antes mencionada, em relação a Angola, pode ser estendida às demais colónias, com a vantagem de não trabalhar com datações, mas, sim, com tendências e características:

a) *imprensa oficial* ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior autonomia em relação à autoridade política e administrativa da colónia;
b) *imprensa livre*, da data de criação desses jornais com maior independência, até o aparecimento de publicações em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;
c) *imprensa profissional*, a partir do momento em que o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo), quando o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Do mesmo modo que, em Portugal, mas com consequências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deverá considerar um quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colónias, com consequências mais do que evidentes, ao mesmo tempo em que se multiplicaram as médias. Pode-se designá-la como uma *imprensa nacionalista*. Contemporaneamente, todas as antigas colónias apresentam um panorama mediático tão avançado quanto os grandes centros internacionais, inclusive com acesso à web[9] e oferta de serviços de rádioemissão e televisão digitais, o que não significa,

8 Isso é mais notável quando da I Grande Guerra, sobretudo depois que Portugal passou a fazer parte ativa do conflito.
9 Há problemas quanto a preços e velocidade, tanto quanto à questão da centralidade da propriedade das empresas que oferecem tais serviços.

necessariamente, a democratização dos médias, eis que tal contexto tem muito mais a ver com a política do que com a comunicação, em si.

4. Condições de produção e de circulação

Para se compreender todo este processo, é fundamental ter-se em mente as condições de produção e de circulação dos jornais, tanto na segunda metade do século XIX, quanto nas primeiras décadas do século XX, notadamente até o surgimento do rádio e sua disseminação, ao longo da década de 1920.

Todo o papel vinha da metrópole, em navios que passavam algumas semanas no mar. Imagine-se as condições em que este papel chegava aos continentes sul-americano, africano ou asiático. Desembarcado, esse papel era, em parte, utilizado pelos jornais, mas conforme as partidas da matéria-prima, poderia enfrentar maiores dificuldades para sua disponibilidade. Além disso, o papel utilizado pelos jornais também pode ser bastante diferente, ora dentro daquela característica a que hodiernamente se chama *papel imprensa*, ora folhas extremamente finas, o que fazia com que as páginas impressas vazassem de um lado para o outro, às vezes até mesmo impedindo a leitura da página impressa. Havia também épocas em que chegava apenas papel colorido, o que dificultava a impressão (rosa e até verde). Depois de impresso, o responsável pela publicação deveria enviar um exemplar para a Biblioteca Pública Municipal do Porto e/ou de Lisboa.

Nem sempre as condições de guarda dessas coleções são as ideais: alguns zelosos administradores resolveram *racionalizar* a juntada de tais exemplares, reunindo-os segundo suas dimensões físicas, em grandes volumes encapados, em que jornais que nada têm a ver uns com os outros acabam combinados aleatoriamente. Em outros casos, o papel sofreu enorme deterioração, de modo que, ao se pegar em uma dessas folhas, ela se esfarela entre os dedos. Enfim, em muitos casos, os jornais acabam sendo guardados com dobras em suas páginas, o que provoca o corte do pedaço de papel em que se encontram impressos, parte esta que, muitas vezes, acaba perdida, dificultando e/ou inviabilizando a consulta eventualmente pretendida.

De modo geral, os jornais não indicam suas tiragens — há uma exceção quanto a *O Emancipador*, em todas as variantes de seu título — mas devem ser poucos, talvez algumas dezenas, apenas, o que se pode deduzir a partir do alto percentual de analfabetismo das colónias, quer pelas notícias de fechamento e/ou falência de jornais por falta de pagamento. Por outro, considerando-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos seus primeiros anos de circulação, não ultrapassou um milhar de assinantes, deve-se concluir que a importância e a eventual influência de uma publicação sobre a opinião pública se dá através de dois processos, não excludentes:

a) leitura pelas elites políticas e económicas que, por sua vez, reproduzem tais idéias;
b) leitura em voz alta, por parte de um leitor alfabetizado, para públicos analfabetos, não obstante, interessados em novidades, sobretudo as político-partidárias, em especial quando em períodos eleitorais, ou sobre escândalos que, invariavelmente, eclodiam naquelas sociedades[10]. Assim, encontramos notícias sobre listas eleitorais ou relatos cotidianos como o anúncio de um cidadão, recém-divorciado, alertando que, a partir daquela data, não responde mais pelas despesas da ex-esposa. Nos espaços do *expediente* dos jornais[11], encontram-se registros que evidenciam as dificuldades para a publicação e a circulação dos periódicos nessas distantes terras: 1. o auxiliar da oficina que, ao atravessar a rua, derruba a página, já composta, por exemplo; como o jornal deverá ser recomposto, letra a letra, ele circulará com atraso; 2. o jornal que deixa de circular porque os únicos dois tipógrafos saíram para as brincadeiras do carnaval e não voltaram mais para o trabalho; 3. a reclamação sobre desavenças político-partidárias que levam a administração dos correios e/ou da via férrea a atrasar ou perder propositadamente os exemplares a serem entregues ao leitor que habita o interior da província, etc. Isso tudo, sem se falar das *querelas*, antes referidas: se condenados (e quase sempre o eram), os editores podiam ser multados, presos na própria cidade ou enviados para outros territórios, em exílio[12]. Outra prática comum, registrada nas páginas dos jornais, é a transferência do diretor e/ou editor, se ele fosse funcionário público, para um outro território, inviabilizando o jornal.

Há situações de censura direta ou indireta, ainda antes da República, ou depois dela, que chegam a ser ridículas ou cómicas, na observação dos dias de hoje. Por exemplo, o jornal *O Emancipador,* que circulou entre 1919 e 1937, pertencia a um sindicato de trabalhadores. Quando seu editor/diretor foi transferido para outro território, o jornal passou quase um ano circulando com seu título sendo mudado a cada semana: é que a lei, se exigia o editor/diretor com título universitário, permitia que um *número único*, como se dizia então, circulasse sem atender a esta exigência, do que se valiam os responsáveis pela publicação para editarem, semanalmente, o mesmo jornal, mas sob denominações diversas, como *Emancipado*, *A Voz do Emancipador*, *O Emancipador do Operariado*, *O Emancipador dos Grevistas*, e assim por diante

10 As observações originais sobre tais processos são registradas por Marialva Barbosa (2007; 2013), a propósito da imprensa brasileira, ao longo do século XIX, mas podem ser generalizadas à imprensa das demais colónias de expressão portuguesa, inclusive quanto aos nativos desses territórios, que enfrentam o duplo desafio de, às vezes, nem falarem português, muito menos, lê-lo.

11 O *expediente* é o espaço institucional, quase sempre na primeira das quatro páginas do periódico, em que a redação conversa com seu leitor e explica suas práticas e rotinas.

12 Os diretores/editores de boa parte dessas folhas, ou eram funcionários públicos — administrativos ou militares que, em boa parte, opunham-se ao sistema monárquico ou, depois da implantação da República, alinhavam-se a partidos de oposição, em nível nacional ou local.

(Rocha, 2000, p. 125 e seguintes; Hohlfeldt, 2008), fato que será aprofundado no capítulo específico sobre o jornalismo de Moçambique.

Uma outra história exemplar é a do *Eco do Nyassa*, que circulou entre 1919 e 1923, no território do Niassa, a nordeste de Moçambique, administrado pela Cia. do Niassa, de origem inglesa. Essas *companhias majestáticas*, que recebiam territórios ou serviços como concessão do governo português, que não tinha como ocupar ou atender, através de seus funcionários, a boa parte dos territórios coloniais, tornavam-se quase que autónomas em relação à administração lusitana, inclusive quanto à aplicação da Justiça, quer por omissão, quer por conivência das autoridades portuguesas. Neste caso, a companhia não gostou do surgimento do jornal, dirigido por Francisco Leite Pereira, que tinha posições críticas sobre a mesma. Assim, o editor jamais alcançou a autorização para a impressão e circulação do jornal, ainda que tenha sido editado ao longo de quase quatro anos, como se constata. O curioso é que, embora para todos os efeitos, o jornal *não existisse*, pois não fora autorizado, seu diretor era constantemente processado e condenado e o próprio Judiciário publicava seus editais no periódico... (Hohlfeldt, 2010).

Não se pode esquecer, enfim, a importância que a imprensa teve para o surgimento, a divulgação e a nacionalização das literaturas nacionais, conforme salienta Francisco Noa:

> Qualquer tentativa para rastrear o percurso da literatura moçambicana sem passar um olhar circunstanciado pelas páginas da imprensa que a alimentaram, a divulgaram e consagraram é, à partida, cometer uma profunda falsidade histórica (Noa, 1996, p. 237, citado em Macêdo & Maquêa, 2007, p. 13).

É a mesma perspectiva adotada por Carlos Ervedosa, por exemplo, quando indica o jornal *A Civilização da África Portuguesa,* de 1866, de Luanda, criação de Urbano de Castro e Alfredo Mântua, como o primeiro espaço dedicado à criação literária daquela colónia. O jornal existiu durante apenas 3 anos, resultou em seus diretores serem presos, mas abriu caminho para a literatura nacional de Angola: a esta publicação, seguiu-se, em 1878, um primeiro jornal com título em língua nativa, o *Mukuarimi* (1878) que, em português, significa *linguareiro, falador, maldizente*... Outro português, Alfredo Trony, bacharel em Direito por Coimbra, publicou, em folhetins, na imprensa lisboeta, a novela *Nga Muturi***,** descoberta só quase um século depois, hoje editada em livro, em Portugal[13]. Em Luanda, ele fundou e dirigiu o *Jornal de Loanda*, pelo qual respondeu até sua morte, em 1904.

Gradualmente, configurava-se, assim, uma consciência nativista, com o aparecimento de jornais como *O Brado africano* (Hohlfeldt, 2010) e o nativo *Muen´exi* (1889). Toda uma

13 Trata-se das Edições 70, de Lisboa.

primeira geração de escritores, dentre prosadores e poetas, vai-se constituindo através das páginas de publicações periódicas, até se chegar à segunda geração, logo nos albores do século XX e, dali em diante, aos demais nomes referenciais, como o de Luandino Vieira (Macêdo et Chaves, 2007). Moçambique, "devido à situação no Índico que envolveu uma antiqüíssima ligação à Ásia Ocidental e ao Islão, anterior à presença portuguesa, queda um tanto excêntrico a esta constelação atlântica" (Apa, Barbeitos & Dáskalos, 2003, p. 17). Não obstante, sua imprensa propiciou também o aparecimento dos primeiros escritores, inclusive João Albasini, por exemplo, mulato editor de *O Brado Africano* que, em 1924, pouco antes de sua morte, publica o livro de poemas *O livro da dor*, único que produziu, mas que abre os caminhos para outros estreantes, como o pioneiro José Craveirinha, que haveria de marcar toda a literatura de seu país, até o nome contemporâneo de Mia Couto (Macêdo & Maquêa, 2007).

Cabo Verde goza de uma situação à parte: sendo uma nação que se constituiu artificialmente, pois o arquipélago era totalmente desabitado até a chegada dos portugueses, no século XV, recebeu colonizadores brancos e escravos negros. Da mescla, surgiu uma cultura e uma nacionalidade que se expressa no *criolle*. A riqueza desta literatura oral acabou influenciando forte e positivamente a criação literária escrita, desde a chamada geração de *Claridade — Revista de Arte e Letras* (1936). Observe-se que já se está a falar do século XX, antecipado pelo poeta Jorge Barbosa, que editava, um ano antes, a coletânea *Arquipélago* (Santilli, 2007). A revista cumpria a função estratégico-cultural de redescobrimento de uma identidade: talvez, na linha de Benedict Anderson, uma *comunidade imaginada* (1983). Esta influência se reflete inclusive na literatura metropolitana.

Reafirmam-se, pois, aqui, as estreitas relações entre o jornalismo e a literatura, existentes desde, pelo menos, o Romantismo: o jornalismo permite a sobrevivência profissional do escritor e, ao mesmo tempo, divulga sua obra, popularizando-a.

5. Outros médias

A partir do final do século XIX, a imprensa informativa vai conviver com outros médias que vão surgindo no Velho Continente e acabam por chegar às colónias. É o caso do telégrafo, mas principalmente do cinema. A partir dos anos 1920, será a vez do rádio.

No caso do telégrafo, este aparelho vai agilizar a recepção das informações oriundas da metrópole: são raros, contudo, os jornais que podem tê-lo em suas redações. Também a maior parte das administrações coloniais não dispõe desta tecnologia, restrita a algumas empresas internacionais que se transformam, então, em fontes informativas dos jornais que, por seu lado, retransmitem as novidades a seus leitores.

No caso do cinema, os jornais ocupam-se fielmente em antecipar os filmes a serem projetados nas salas já existentes nas cidades, em especial nas capitais provinciais, como Luanda ou

Lourenço Marques. À medida em que a imprensa periódica alcança novas conquistas, como o clichê de imagens, os cinemas passam a estampar *réclames* de suas atrações nas páginas dos jornais e, já nos anos 1940, chegamos à edição de revistas especializadas na Sétima Arte. De modo geral, o cinema foi introduzido, enquanto *lanterna mágica*, em Angola, logo nos primeiros anos do século XX (Gonçalves, 1964, p. 74), graças aos sacerdotes missionários; em Bissau, em 1929 (Gonçalves, 1966, p. 113), ao mesmo tempo que em Cabo Verde; em Moçambique, por volta de 1910, bastando que se consultem, para confirmá-lo, os jornais da época, e não apenas em Lourenço Marques, a capital. Tais jornais divulgam semanalmente a programação dos cinemas de então, como o Varietá, o Gil Vicente (que era, também, teatro) e o Scala:

> Dois italianos instalados em Lourenço Marques, Pietro Bufa Buccelato, empreiteiro, e Angelo Brussoni, comerciante, inauguram, na Rua Araújo, a sala Varietá, em 16 de julho de 1910: (...) o rinque de patinagem do Varietá é modificado, com a construção, no primeiro andar, duma sala onde se podem realizar espetáculos cinematográficos. Daí a transformá-lo num teatro, é um outro passo (...). Em 1913, Manuel Augusto Rodrigues abre o seu novo teatro em Lourenço Marques. Os habitantes portugueses da cidade pedem-lhe para encontrar para a sua sala um nome adequado. Como bom patriota português, escolhe o nome de Gil Vicente (Convents, 2010: 54 e 55).

O Varietá é um cinema-teatro com 1083 lugares, enquanto o Gil Vicente possui 872 poltronas, números surpreendentes para a época, mas que evidenciam a popularidade da nova tecnologia.

O rádio teve sua introdução decidida quase que como um caso de manutenção da independência e da autonomia das então colónias de expressão portuguesa. No caso de Moçambique, os habitantes costumavam ouvir as emissoras que emitiam desde o Transvaal (hoje África do Sul), em idioma inglês e sob perspectiva diversa daquela que interessava ao governo lusitano. Assim, em 1933, foi fundado o Grémio dos Radiófilos que daria, posteriormente, origem à Rádio Clube Moçambique. Após a independência, a programação da emissora foi inteiramente reformulada, mas a Rádio Clube continua sendo a principal emissora nacional, emitindo em vários idiomas nativos e buscando cobrir o mais possível o território nacional (Gonçalves, 1965, p. 110 e seguintes).

Em Angola, terá sido provavelmente a Rádio Clube de Angola (1938) a pioneira (Gonçalves, 1964, p. 77). Em Cabo Verde, a introdução das emissões radiofónicas se deu mais tarde, em 1945, graças à Rádio Clube de Cabo Verde (Gonçalves, 1966, p. 187); um ano antes, ocorrera o início das transmissões da Emissora da Guiné (Gonçalves, 1966, p. 116); já em São Tomé, o rádio começou em 1925, graças à instalação de um cabo submarino, em funcionamento desde 1886, mas só em 1949 surgiu a Rádio Clube São Tomé: fica claro, para o pesquisador que, em boa parte desses territórios, o surgimento do rádio tem a ver com a II Grande Guerra e refere-se à criação de salvaguardas para a auto-defesa dos territórios por parte das autoridades portuguesas.

É interessante, em todo o caso, verificar-se o quanto o rádio acabou se aproximando e auxiliando à imprensa em sua missão informativa, tornando-se, muitas vezes, sua fonte primeira, ao mesmo tempo em que era divulgado por essa mesma imprensa: houve, inclusive, publicações impressas especializadas, como a *Rádio Clube* (1935) e a *Q.R.V* (1938), etc. (Gonçalves, 1965, pp. 125-126; Hohlfeldt, 2013). O que, nestes estudos, diz respeito a Moçambique, pode ser generalizado para as demais antigas colónias, com o destaque para o papel estratégico que o rádio representou, ao longo das guerras de independência, nos anos 1970, para todos aqueles grupos revolucionários que atuavam, quer em Cabo Verde e Guiné Bissau, quer em Angola ou em Moçambique.

A televisão, por seu lado, iniciou-se em décadas mais recentes: de modo geral, este processo se deu apenas após a independência das antigas colónias, eis que a legislação portuguesa garantia à RTP — Rádio Televisão de Portugal o monopólio de transmissões para todo o país e suas colónias (considerados *territórios ultramarinos* do país, pela legislação salazarista). Em Moçambique, a televisão surgiu enquanto Televisão Experimental de Moçambique (1981), que hoje emite nacionalmente através de satélite; em Angola, a partir de 1975: os estudos para a instalação da emissora, contudo, vinham desde 1973: após a independência, trocou-se a expressão *portuguesa* por *popular*, como melhor convinha ao novo status da nação; em Cabo Verde, passou a funcionar apenas em 1984; a de Guiné Bissau, em 1988, e assim por diante.

Boa parte dessas emissoras, como é o caso de Angola, já vem buscando a digitalização, inclusive com o auxílio tecnológico, dentre outros, do Brasil.

A presença da RTP África, que é um canal específico da Rádio Televisão de Portugal para o continente africano, emite desde Lisboa, mas mantém equipas nos territórios do continente negro: volta e meia, contudo, elas enfrentam episódios de censura, suspensão de atividades ou até mesmo pura e simples proibição, como vem ocorrendo com a emissora em Guiné Bissau, depois de um recente golpe de estado.

A difusão da imprensa, através das colónias de expressão portuguesa, não impediu que o antigo império fosse gradualmente dizimado, desde os acontecimentos de 1891 a 1894, em que Portugal não conseguiu concretizar o almejado *mapa cor de rosa*, unificando suas colónias de costa a costa, através da aproximação entre Angola e Moçambique. Mas certamente foi e tem sido a imprensa, mais que qualquer outro média, que garantiu certa unidade linguística a essas antigas colónias, não na mesma proporção e nem com a mesma eficiência que ocorreu com o Brasil, mas com um resultado bastante significativo e alentador, se considerarmos que o português é o idioma oficial de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor e tantos outros territórios de antigas colónias. Bem ou mal, e muito depois da queda do sistema colonialista que a ditadura salazarista tentou manter em vão, a comunidade lusófona é a quinta maior comunidade do mundo, com mais de 250 milhões de falantes, sendo o idioma oficial de nove nações, o que constitui hoje em dia a CPLP — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Examinemos, a partir de agora, as histórias específicas desses jornalismos. Vamos seguir uma cronologia de seus surgimentos e, assim, devemos começar pelo Cabo Verde.

6. O jornalismo em Cabo Verde — No começo, a imprensa oficial

No ano de 1836, o Marquês de Sá da Bandeira, Bernardo Sá Nogueira, determina, através do artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações que transmitam informações necessárias aos residentes das respectivas colónias, em âmbito legal, comercial e geral (Lourenço, in Hohlfeldt, 2009). Neste contexto, a primeira tipografia da colônia de Cabo Verde foi enviada pelo Ministério da Marinha e Ultramar português, no ano de 1842, quando então começou a funcionar na ilha da Boa Vista, a Typographia Nacional (Gonçalves, 1966).

O início da imprensa periódica em Cabo Verde ocorre com a publicação do primeiro número do *Boletim Official do Governo Geral de Cabo Verde*, que circulou no arquipélago com a data de 24 de agosto de 1842. Tal exemplar era composto de quatro páginas, divididas em duas seções: "Interior" e "Exterior". Esta última se detinha nas notícias vindas do estrangeiro, registrando-se resumos do que era apresentado em folhas de Portugal, França e Inglaterra, chegadas ao arquipélago "pela última embarcação" — denotando a intenção informativa do *Boletim* (Gonçalves, 1966). Neste sentido, repete os procedimentos comuns aos séculos XVIII e XIX.

A seção "Interior" compreendia duas partes, designadas *oficial* e *não oficial.* Na primeira edição, a *parte oficial* apresenta um diploma relativo às eleições para deputados da metrópole, enquanto a *não oficial* continha uma espécie de programa ou *manifesto* do jornal, explicando que o *Boletim* se encarregaria de publicar "Ordens e Peças Officiais do Governo da Província, e bem assim as Leis especiais, e os extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministério aos governos do Ultramar", e que também notícias marítimas, preços correntes, informações estatísticas, entre outras, teriam guarida no periódico (Gonçalves, 1966, p.143).

Na parte *não oficial,* o redator detinha-se em exaltar os benefícios que traria à população cabo-verdiana tal publicação:

> Raiou felizmente para esta Província uma nova era de ilustração; o Governo de Sua Magestade sempre sollicito pelo bem dos súbditos da mesma Augusta Senhora [D. Maria II] não podia por mais tempo consentir que continuasse a ignorância em que o povo de Cabo Verde se achava engolfado. Já agora temos entre nós a Imprensa, este grande vehiculo das luzes e da sciencia; já agora não será esta província governada por disposições que, pela maior parte ficam sepultadas nos archivos das Câmeras Municipais, onde ninguém as ia ler, ou só eram conhecidas por cópias adulteradas pela

> ignorância: parabéns, pois, Cabo-Verdianos! livres pela civilização dos nossos irmãos da Europa, vós ides dever a vossa civilização à Liberdade que a não ser Ella, ainda hoje se não teriam rasgados as densas nuvens do obscurantismo que ennegreciam esta Província (*Boletim Official*, 1842, citado em Gonçalves, 1966, p. 143).

A periodicidade do *Boletim Official* só se fixou a partir de sua edição 33, datada de 27 de maio de 1843, quando passou a ser publicado semanalmente, aos sábados. Antes daquele período, o local desde onde se editava o boletim variava conforme a residência do Governador Geral, ora na localidade de Boa Vista, ora na Vila da Praia, tendo sido impresso também na ilha Brava (Gonçalves, 1966). É interessante apontar que, até 1880, este boletim servia igualmente à Guiné Portuguesa, só deixando de abranger aquela região quando houve a desanexação da Guiné do governo da colónia de Cabo Verde, em 1879.

7. Situando o arquipélago: Geografia e história

O Cabo Verde é um arquipélago que se situa na zona tropical do Oceano Atlântico norte, distante cerca de 450 a 500 quilômetros da costa africana, na altura do atual Senegal — mais precisamente, na posição cartográfica entre as latitudes de 14º 23' e 17º 12' Norte e as longitudes de 22º 40' e 25º 22' Oeste. São dez ilhas e cerca de cinco ilhotas de origem vulcânica, que somam uma área total de 4033,37 km² de terras emersas (Amaral, 1991). Estas dez ilhas são divididas em dois grupos, as de Barlavento — Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista — e as de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava. Esta divisão, que usa termos náuticos, é feita com base no posicionamento das ilhas em relação à disposição do arquipélago e os ventos que o acometem. Denomina-se *barlavento* o lado do barco, no caso, do arquipélago, que recebe o vento — as ilhas ao norte e leste; já *sotavento* é o outro, o lado que *solta* o vento, as ilhas cabo-verdianas ao sul do arquipélago.

Minado de controvérsias até os dias atuais, sobre as que não cabe aqui a discussão, o descobrimento do arquipélago, segundo autores utilizados como referência para este texto, deu-se a partir da ilha de Santiago, assim nomeada, supostamente por ter sido avistada pela primeira vez em 1º de maio de 1460, pelos navegadores Diogo Gomes e António da Noli. Segundo Albuquerque (1991, p. 36), "o descobrimento ter-se-ia dado (...) no dia Iº de maio de 1460, pois se sabe que ele ocorreu quando D. Henrique ainda vivia e só com o descobrimento naquele dia se justificará o nome dado à massa insular encontrada", sendo este, à época, o dia de São Tiago para os católicos.

No feito, ambos navegadores estavam a serviço da coroa portuguesa quando, cada um em sua embarcação, avistaram "ilhas no mar", ou seja, parte do que é o atual Cabo Verde. Já idoso, provavelmente nos três últimos anos do século XV, o navegador Diogo Gomes

compartilha com Martin Behaim o relato que, depois, foi registrado em manuscrito, por Valentin Fernandes, onde conta como sucedeu sua chegada à ilha de Santiago:

> [...] Como a minha caravela era mais veleira do que a outra, cheguei primeiro a uma daquelas ilhas. Vi areia branca e pareceu-me um bom porto, onde fundeei e o mesmo fez António. Disse-lhe que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz. Não vimos ali sinal algum de homens, e chamamos a ilha Santiago; assim se chama até hoje (Alburquerque, p. 35).

O arquipélago, a época de seu *achamento*, como dizem os portugueses, não aparentava maior atrativo de povoamento, a não ser pela sua posição no Oceano Atlântico: defronte à Guiné, na época, também colónia portuguesa, qualificava-se para ser utilizado como base para o comércio com o continente (Costa e Silva, p. 232). Com a chegada dos europeus à América do Sul, Cabo Verde tornou-se uma importante escala transatlântica e também a feitoria mais segura — justo por ser um arquipélago sem população nativa — para o comércio de escravos, tanto para portugueses, quanto para espanhóis, bem como entreposto para navios que ligavam Portugal ao Brasil (Costa e Silva, 2002, p. 232).

A princípio, a população cabo-verdiana foi formada por degredados, condenados e indultados portugueses, judeus ibéricos expulsos e fugidos, mercadores de escravos e aventureiros e exploradores de diferentes nacionalidades que o visitaram (Santilli, 2007). Na época, costumava-se sair de sua terra natal para melhorar de vida e, se possível, enriquecer, ou seja, ter acesso ao ouro, o que tirava o árido arquipélago do destino de tais indivíduos ambiciosos e aventureiros, pois lá viveriam de plantios e criações, limitados pela geografia (Costa e Silva, 2002).

Por isso mesmo, e com o objetivo de estimular o povoamento da ilha de Santiago, o governo português tornou pública uma carta régia, em 12 de junho de 1466, pela qual concedia a seus moradores autorização para comerciarem na Costa da Guiné, o que representava grande privilégio, dado que as atividades comerciais nos litorais africanos eram de exclusividade régia, permitidas apenas com licença da coroa portuguesa (Costa e Silva, 2002, p. 233).

Assim, os escravos embarcados na Guiné foram de suma importância para o crescimento da população, pois estes eram trocados por bens vindos da Europa, no porto da Ribeira Grande, ilha de Santiago, abastecendo, então, de alimentos, bebidas, ferramentas e tecidos os moradores da colónia. Foi tão importante esta permissão de negócios com a costa africana, que Alberto da Costa e Silva defende que "o comércio com a Guiné povoou Santiago. De europeus e de africanos" (2002, p. 233).

8. Primeiras publicações periódicas não oficiais

Tanto quanto seu descobrimento, a definição sobre qual foi o primeiro periódico não oficial de Cabo Verde é motivo de dúvidas e divergências entre autores que se acercaram do tema. José Júlio Gonçalves discute duas hipóteses: a primeira é defendida por A. X. da Silva Pereira, que aponta o jornal *A Justiça*, cuja primeira edição diz ter circulado na Cidade da Praia, em 17 de abril de 1876, como a publicação pioneira, composta e impressa em Cabo Verde. Porém, esta hipótese é logo refutada por Gonçalves, pois não aparece compartilhada por outros autores e também "carece de fundamento", ao ter-se descoberta um exemplar do referido jornal — que apresenta na capa de sua primeira edição a data 17 de abril de 1881 (Gonçalves, 1966, p. 148).

A segunda hipótese é apresentada por Mimoso Moreira, e também anteriormente divulgada por A. X. da Silva Pereira, é tida como a mais provável, "a que nos afigura mais documentada", afirma Gonçalves. O consenso, então, define que o primeiro jornal não-oficial publicado em Cabo Verde se denominava *Independente*, e apareceu na Cidade da Praia, em 1º de outubro de 1877, quase 40 anos após a edição inicial do *Boletim Official*. Segundo Mimoso Moreira, em seu primeiro editorial, a publicação revelava doutrina liberal e permanecia ainda em circulação em 1889 (Pereira, 1895).

O segundo jornal independente, a ser editado em Cabo Verde, é unanimidade para três autores: Brito Aranha, Silvo Pereira e Mimoso Moreira. Chamava-se *Correio de Cabo Verde* e, segundo Silva Pereira, era um "semanário noticioso, literário e político, dedicado aos interesses da província", tendo circulado pela primeira vez na Cidade da Praia, a 19 de fevereiro de 1879 (Gonçalves, 1966, p. 149).

O ano de 1880 apresenta três novos jornais na colónia: *O Echo de Cabo Verde* (abril), *A imprensa* (outubro) e *Cidade da Praia*; os três estão localizados na Praia. A estes periódicos se seguiram logo outros, a exemplo do já citado *A Justiça* (17/04/1883) e também *O Protesto* (04/02/1883), *O Povo Praiense* (13/06/1886), *O Praiense* (1889) e *Praia* (1889) (Gonçalves, 1966). Brito Aranha traçaria, em 1885, um primeiro quadro cronológico comentado sobre a imprensa de Cabo Verde, que se faz interessante reproduzir:

1. *Boletim Official do Governo Geral de Cabo Verde*. Cidade da Praia, 1842;
2. *Independente.* Político. Cidade da Praia, 1877;
3. *Correio de Cabo Verde.* Político e noticioso. Cidade da Praia, 1879;
4. *Echo de Cabo Verde.* Político e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
5. *Imprensa.* Comercial, industrial e noticioso. Cidade da Praia, 1880;
6. *O Protesto.* Político. Cidade da Praia, 1883, (Gonçalves,1966).

Como se vê, todas as publicações circulavam exclusivamente a partir da localidade da Praia.

9. O século XX, a imprensa periódica e a difusão da cultura

Segundo José Julio Gonçalves, "no dealbar do século XX, a tendência para dotar Cabo Verde de órgãos de imprensa adequados parecia um pouco esbatida" (1966, p. 152). Mas, na verdade, o que se observa, com o correr do século, é que, no início, "estava em forja" um grupo interessado em não só retomar o interesse pela comunicação impressa, jornalística, porém buscar meios mais apropriados para difundir a cultura cabo-verdiana.

Intelectuais que queriam fixar em letra de forma uma literatura que existira até então apenas na oralidade, e que estavam dispostos a se comunicar, que desejavam informar e ser informados, tomou iniciativas importantes. Surgem, assim, algumas publicações de destaque, a partir da década de 1920. Em 1924, aparece o jornal patriótico comemorativo *Vasco da Gama*, e nove anos depois, o quinzenário *Defesa*, seguido, após um mês, por outro quinzenário, o regionalista *Ressurgimento*, publicado na ilha de Santo Antão, a 19 de dezembro de 1933. Este último era dirigido por R. Nobre de Melo e iniciava uma prática que se mostrou comum entre estes intelectuais, a de formar grupos e, através deles, gerir suas publicações — este primeiro atendia pelo nome de "Grupo Ressurgimento" que, segundo Gonçalves, era "designação, por sinal, muito significativa" (1966, p. 152).

Já no Mindelo, ilha de São Vicente, em março de 1936, circula o primeiro número de *Claridade*, "revista de arte e letras", como se designa o periódico em seu subtítulo. Dirigida pelo escritor Manuel Lopes, a publicação se dizia de propriedade do Grupo Claridade, o qual, pelo tempo e pela importância que a publicação representou à comunicação e literatura de Cabo Verde, levou à designação de seus participantes como*claridosos*. Tal revista teria se inspirado no sonho de Jaime de Figueiredo e sua não concretizada revista *Atlanta* (Ferreira, em Gonçalves, 1966), para veicular as principais idéias daquela comunidade, através da literatura impressa. Um dos fundadores da revista *Claridade*, Baltasar Lopes da Silva, relembra, quando se deu a celebração do cinqüentenário de aparecimento da revista, que o arquipélago estagnara seu desenvolvimento na década de 1930, sendo esta uma preocupação longamente alimentada pelo grupo, que estava "em nítida posição contestatória perante a orientação política" que a colónia de Cabo Verde assumira em tal período (Santilli, 2002, p. 17).

Embora alcançando apenas nove edições, guardando uma periodicidade irregular, a revista *Claridade* abriu caminho para um novo posicionamento do cidadão cabo-verdiano dentro de sua conjuntura, fazendo-se importante, não somente por dar espaço à produção literária local, como também por estimular e mostrar, para a população, que eram eles cidadãos de uma pátria única, e que sobre ela deveriam refletir.

Ainda na década de 1930, publicou-se o quinzenário *Notícias de Cabo Verde*, dirigido por Manuel Joaquim Mouta e que, segundo Gonçalves, "passou vicissitudes várias", mas do qual não encontramos outras informações (p. 153).

A Segunda Guerra mundial impôs aos moradores do arquipélago problemas de sobrevivência, não só aos menos afortunados, mas também à elite cultural e suas atividades. Já a ditadura do Estado Novo salazarista tornara as coisas muito difíceis para quem quisesse se expressar livremente. Graças a tais contextos, somente em 1944 ocorrerão outras iniciativas tão significativas em conteúdo quanto a dos grupos Ressurgimento e Claridade.

Foi de dentro do Liceu de São Vicente que saiu a revista *Certeza*, que trouxe alma nova à vida intelectual das ilhas, através dos anseios e ideais de alunos engajados. Gonçalves observa que Cabo Verde possuía, a época da publicação das revistas e de seu livro, uma aristocracia intelectual formada exclusivamente nos liceus locais e nas universidades metropolitanas (1966, p. 153).

Ainda que providos de parcos recursos técnicos, os intelectuais cabo-verdianos estavam sempre buscando novos meios de comunicação e expressão, e é dessa inquietude que surge, em 1949, o boletim *Cabo Verde* (Ferreira, em Gonçalves, 1966). Ainda que com uma periodicidade falha, em 1958 o boletim começa a publicar o seu "Suplemento Cultural".

Assim, uma característica desse período serão as publicações dos liceus. Em 1959, no Mindelo, ilha de São Vicente, iniciou-se a edição do *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, a que se seguiu, em 1966, na Cidade da Praia, ilha de Santiago, a circulação do jornal escolar *Mais Além...* dos alunos do Liceu Adriano Moreira. Nenhum atingiu o nível de significação da revista *Certeza*, já citada, mas o importante aí é observar o interesse do cabo-verdiano em, desde cedo, buscar meios de comunicar-se e expressar-se em sua sociedade, que carecia de tais meios e mídias.

À parte estas manifestações que, em sua maioria, utilizavam a literatura para abordar temas sociais e da atualidade, bem como expressar opiniões pessoais, Cabo Verde careceu de publicações voltadas à informação, ao jornalismo propriamente dito. O jornal *Notícias de Cabo Verde* que, mesmo respeitado, tinha periodicidade irregular, e os jornais vindos da Metrópole, devido à falta de meios modernos de comunicação, chegavam em sua maioria defasados: mas eram os únicos veículos voltados à informação a que os cabo-verdianos tinham acesso (Gonçalves, 1966).

Este panorama tem uma melhora com a criação, em agosto de 1962, na Cidade da Praia, do jornal *O Arquipélago*. De periodicidade regular e cunho informativo, o jornal nasceu da preocupação do então Ministro do Ultramar com tal carência, dentre as publicações cabo-verdianas (Gonçalves, 1966).

Além dos periódicos citados ao longo deste texto, sabe-se que circularam no Cabo Verde outros títulos jornalísticos, mas que a bibliografia consultada não chegou a registrar no tempo, como a *Revista de Cabo Verde*, os jornais *Futuro de Cabo Verde*, *Voz*, *Acção e Progresso* (Gonçalves, 1966).

Dito isto, reconheça-se, igualmente, que a escassez de periódicos publicados no arquipélago jamais impediu, contudo, a sua valorização, como se pode depreender desta passagem

do singelo e até ingênuo poema "Um apelo", de José Lopes, escrito em comemoração ao segundo ano de publicação da revista *Cabo Verde* que, ao mesmo tempo em que festeja o jornal, reconhece os desafios que a ilha enfrenta:

> Um povo sem jornais é um corpo semi-morto,/ Uma nau que sem leme em vão demanda um porto/ Aos furiais vaievéns dum tormentoso Oceano/ Será um povo escravo e nunca soberano,/ E hoje, mais que jamais, a única homenagem/ Que se pode render-lhe, é chamar-lhe selvagem.../ O homem dum povo tal é meio ser humano./ Não sejas tu assim, Irmão Caboverdiano!/ Membro dum povo bom, inteligente e culto,/ Tens por irmãos de Raça, homens de grande vulto./ Fui, sou teu professor. Dirijo-te este apelo/ Na certeza de que és capaz de compreendê-lo./ Sabes ler e escrever. Ama, pois, o jornal!/ Não pode haver maior prazer espiritual./ Mas, ai! posso afirmar que em tal ou tal sentido,/ Invés de progredir, temos retrocedido...

9. O nascimento de Angola e sua imprensa

A imprensa em Angola surgiu no século XIX, como consequência, como se viu anteriormente, de uma decisão do governo colonial que, até então, sempre interditara tal iniciativa, e se concretizou a partir de um boletim oficial que logo abriu caminho para publicações ditas independentes.

O continente africano é considerado o berço da humanidade. O atual território de Angola foi habitado, segundo historiadores, desde o período do Paleolítico Superior. Tratava-se de povos coletores, os chamados Bosquímanos, pigmeus, que deixaram seus traços por meio de pinturas rupestres. Seus descendentes, contudo, tiveram seus territórios invadidos e foram empurrados para o sul, pelos bantus, provindos do norte, no século VI d.C. Esses eram caçadores e já dominavam algumas técnicas de metalurgia, cerâmica e agricultura. Ao longo da história angolana, houve sucessivos movimentos de migração semelhante, inclusive durante o século XX, sem que esses novos movimentos modificassem, essencialmente, aquilo que se configurara nos séculos anteriores, pelo menos até o século XIII. A chegada dos europeus colonizadores ocorreu a partir de uma expedição de Diogo Cão, em 1482, a mando do rei Dom João II, de quem ele era escudeiro. Diogo Cão desembarcou na foz do rio Congo, atual Zaire.

Por volta de 1400, organizara-se o Reino do Congo, ao mesmo tempo em que, ao sul, estruturava-se o Reino do Ndongo. O rei do Congo era chamado de Mani, enquanto o rei de Ndongo denominava-se Ngola. Embora os portugueses tenham se estabelecido originalmente na região do Congo, de etnia kumbundi, foi do reino de Ngola que a região herdou sua denominação geográfica de Angola.

Diogo Cão foi bem recebido. Logo o rei local se converteu ao cristianismo e firmou tratados comerciais com o rei de Portugal, adotando divisão política do território semelhante à da metrópole.

O primeiro governador lusitano da região foi Paulo Dias de Novais, que procurou explorar o território agricolamente. Mas a conquista do sul foi difícil, sobretudo durante o reinado da rainha Njinga Mbandi (1581-1663), conhecida como Rainha Jinga, que formou uma verdadeira confederação contra os lusos, a partir de 1635. Os portugueses, liderados por Manuel Cerveira Pereira, conseguiram vencer os nativos, sucessivamente, em 1665 (Congo), 1671 (Ndongo) e 1681 (Matamba), fundando Benguela que, com Luanda, estabelecida ao norte do território, tornar-se-ia ponto de referência para o comércio, em especial, o tráfico de escravos.

Durante a ocupação filipina de Portugal (1580-1640), os holandeses, a exemplo do que fizeram com o Brasil, invadiram a região, em 1641, ocupando boa parte do litoral, mas foram expulsos em 1648, por uma expedição organizada na colônia sul-americana (não esquecer que, no Brasil, os holandeses haviam sido derrotados em 1645), chefiada por Salvador Correia de Sá, na batalha do forte Massango (Ponte, 2011; Gonçalves, 1964)[14]. No início do século XVIII, enfim, Portugal já dominava completamente a região. De modo geral, os historiadores dividem a história angolana em quatro grandes períodos: o da pré-história; o período pré-colonial, iniciado com a chegada dos bantus e que vai até a presença dos portugueses, ambos aqui mencionados rapidamente; o período colonial, que se desenvolve até 1975, e o período independente, que é o atual.

Quanto à era colonial, ela é subdividida em a) época da conquista portuguesa, até o século XVIII; b) época do tráfico, que se desenrola até 1888, com a promulgação da Lei Áurea no Brasil, estancando formalmente o tráfico, embora ainda se enviassem muitos negros para os Estados Unidos; e c) época da exploração dos produtos coloniais, como mel, borracha, açúcar, café, algodão, tabaco, milho, diamantes, ferro e petróleo, que se encerra com a independência (Ponte, 2011).

11. A comunicação durante o momento colonial

A Comunicação define-se por diversas interfaces. Na África, suas características englobam os elementos daquelas culturas autóctones. A população desenvolvera, segundo seus costumes, diferentes modos de se comunicar, por sinais, cantos e gritos, entre outros: ocorria,

14 Além dos textos de Helder Fernando do Pinto Correia Ponte e de J. J. Gonçalves, mencionados acima, consultaram-se diferentes arquivos da rede internacional de computadores, que vão mencionados nas referências bibliográficas, consolidando-se dados para esta síntese.

pois, a transmissão verbal, direta, ou por estafetas; a transmissão mímica; a transmissão ideográfica; a transmissão sônica, e pouco mais, devendo creditar-se, portanto, à ação europeia, a introdução de novos processos (Gonçalves, 1964).

As regras básicas da colonização, estabelecidas desde a metrópole, eram monolíticas, como já se afirmou antes (Hohlfeldt, 2008). Essa ideia geral é, por vezes, contestada por alguns historiadores, como se verifica no texto de Maria da Conceição Neto (1997), para quem a administração portuguesa teve um tratamento diferenciado entre as colónias.

Seja como for, enquanto Portugal experimentou sua primeira imprensa em torno de 1626, a primeira máquina em Angola foi adquirida por Joaquim António de Carvalho Menezes, nato do país, apenas em 1842. Enviada para Luanda, de navio, *curiosamente* o barco afundou, aparentemente por orientação da metrópole (Gonçalves, 1964). Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro de 1845, sob o signo da oficialidade, publica-se o primeiro periódico angolano, o *Boletim Official*, na capital, Luanda.

Alguns autores, como Licurgo Costa e Barros Vidal e Lawrence Hallewell, afirmam que, nos séculos XVI e XVIII, já teria existido algum prelo em Angola (Queiroz, 2010)[15]. Para Barros Vidal, seriam dois prelos, instalados, respectivamente, em Luanda e em São Salvador do Congo (Mbanza Kongo). No caso de Hallewell, a referência seria quanto aos primeiros jesuítas que, a exemplo do que fora praticado em Goa e Macau, teriam levado consigo um prelo. Contudo, reconhece ele, nenhum pesquisador ou historiador até hoje, em especial Júlio de Castro Lopo, que é o grande estudioso do desenvolvimento da imprensa em Angola, conseguiu comprovar a veracidade de tais informações ou encontrou provas documentais que sustentassem tais hipóteses.

No caso de Lopo, ele divide a história da imprensa angolana em três fases:

a) fase da imprensa oficial, a partir de 13 de setembro de 1845, quando circula a primeira edição do *Boletim Oficial*;
b) fase da imprensa independente, a partir de 1852, quando se faz a edição única do *Almanak Statístico da Província d´Angola e suas Dependências*, seguindo-se o jornal literário *Aurora*, de 1856 e, enfim, o primeiro jornal político de combate ao colonialismo, *A civilização da África portuguesa*, dos advogados António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Côrtes Mântua. Esse jornal abriu a série de periódicos eminentemente políticos que se seguiriam; a esse tipo de imprensa, alguns estudiosos denominam de *imprensa livre* (Cruz e Silva, 2010);

15 Arthur Queiroz refere-se à obra *História e evolução da imprensa brasileira* (1940), de Licurgo Costa e Barros Vidal, editada no Rio de Janeiro, e Laurence Hallewell (1982), traduzida no Brasil.

c) fase da imprensa industrial ou profissional, a partir de 16 de agosto de 1923, quando começa a circular o jornal *Província de Angola*, fundado por Adolfo Pina, ainda que o primeiro jornal com tais características tenha sido o *Jornal de Benguela*, de 1912, criado por Manuel Mesquita, primeiro a possuir tipografia própria. É importante, nesta fase, também, a contribuição de Alfredo Troni, que editou, sucessivamente, três periódicos, *Jornal de Luanda* (1878), *Mukuarimi* (1888) e *Conselhos de Leste* (1891), sendo que *Mukuarimi* foi o primeiro a utilizar uma expressão angolana, que queria dizer *o maldizente*, *o fofoqueiro*;

d) por outro lado, Hohlfeldt (2009) defende que é necessário considerar uma quarta etapa, posterior aos acontecimentos do 25 de abril de 1974, que se desdobraram e se concretizaram em projetos independentistas das até então colónias, com consequências mais do que evidentes.

Fica claro, a partir desses estudos, que a relação entre Jornalismo, Literatura e militância independentista, frente a Portugal, caminham juntos nos países africanos de língua portuguesa, especialmente em Angola.

No entanto, durante séculos, o interesse pela província de Angola foi muito reduzido entre os metropolitanos. Portugal estava mais preocupado com o Brasil, por exemplo. Antes de 1845, data do nascimento do primeiro periódico daquela colónia, apenas se assinala a presença de publicações recebidas da metrópole ou do estrangeiro, em Angola, publicações essas levadas pelos missionários, pelos holandeses que ocuparam Luanda ou pelos escassos colonos que ali fixavam morada (Gonçalves,1964).

Com o passar do tempo, e sobretudo depois da invasão dos holandeses à região, a presença portuguesa em Angola foi ganhando expressão: novos colonos, mais investimentos e, conseqüentemente, mais raízes humanas e económicas.

O *Boletim Oficial de Angola*

A primeira edição do *Boletim do Governo-Geral da Província de Angola* apareceu no dia 13 de setembro de 1845. Com sua circulação, dava-se cumprimento ao disposto no decreto de 7 de setembro de 1836, que ordenava se publicar em todas as províncias boletins oficiais, sob a inspeção de cada governo local (Lopo, 1964).

O *Boletim Oficial de Angola*, como de resto se verificou com alguns dos publicados em outras províncias, com exceção de Goa, foi, no início, o único órgão de Comunicação social existente. Por isso mesmo, além das disposições legais, divulgava também notícias e anúncios (Lopo, 1964), que se exteriorizavam em prosa literária e em versos de maior ou menor inspiração, ou de ideais sonhados:

> Onde a onde [sic], até grave magistrado judicial publicava uma poesia no Boletim Oficial, largando a toga de juiz para dedilhar a lira dos poetas
> .....
> Até aqueles que tenham o gosto de saber de certos pormenores da vida social desses tempos, encontrarão na folha governamental a reportagem do crime, bizarros anúncios particulares e comerciais, notícias e críticas teatrais, bem como noticias da chamada nossa senhora sociedade [...] (Lopo, 1964).

No órgão oficial, de acordo com Júlio Castro Lopo (1964), divulgavam-se avisos de rifas de objetos que, entre si, organizavam os moradores de Luanda; declarações de credores a ameaçarem os devedores, a quem indicavam por iniciais e apelidos, com a promessa de o fazerem depois no *boletim oficial*, com os respectivos nomes por extenso, se não solvessem as dívidas reclamadas por meio da imprensa; participações de casamentos, nascimentos e óbitos; declarações de comércio ao público geral, etc; avisos de partidas e chegadas de navios e outras embarcações; avisos de pessoas partindo para o Reino ou para o Brasil, que assim se despediam de conhecidos e amigos, constituíam também seu conteúdo.

Para tudo prestava ou parecia se prestar o *Boletim Oficial* que, pouco a pouco, deixou de se ocupar das questões não oficiais, até vir a confinar-se exclusivamente aos problemas governamentais, tendo começado com uma folha apenas (Gonçalves, 1964). É que, depois do advento do *Boletim Oficial*, surgiram outras publicações, embora sem a periodicidade que caracterizasse um jornal, como foi o caso do *Almanak Statístico da Província de Angola e suas dependências*, publicado em 1852, e já citado.

Quanto aos jornais literários, a primazia coube ao semanário *A Aurora* — de curta duração — fundado em 1856, e cuja primeira edição saiu em 31 de maio, circulando até 7 de junho de 1856 (Gonçalves, 1964).

Outros jornais, algumas revistas e boletins, assim como anuários e anais se sucedem, podendo-se dizer que, em geral, sua duração era efêmera, dado o condicionamento em que foram criados e a instabilidade do mercado local da informação (Gonçalves, 1964).

Assim, ao longo de mais de 20 anos, o *Boletim Oficial* foi a única publicação periódica que circulou com regularidade em Angola. Por isso, os colonos começaram a designar por *imprensa livre* os periódicos saídos de tipografias particulares, distinguindo-os da folha impressa do governo.

12. O desenvolvimento da imprensa

Com o aparecimento da primeira edição do periódico de Luanda, *A Civilização da África Portuguesa*, em 1866, iniciou-se efetivamente o segundo período do Jornalismo angolano. Por mais que se tenha continuado a publicar, durante mais alguns anos, anúncios, comunicados

particulares e artigos no jornal oficial, ele deixou de estar sozinho no território. Passou a existir a chamada *imprensa livre*. Era esse o Jornalismo episódico, feito por cidadãos geralmente dos mais ilustrados no meio social e que tinham outras profissões definidas, mas para os quais se apresentava a tarefa de escrever para o público (Lopo, 1964), como uma espécie de *compromisso social*, mesmo sentimento expresso no *manifesto* assinado por Hipólito José da Costa, desde Londres, quando do lançamento de seu *Correio Braziliense*.

O projeto do nacionalismo angolano é iniciado pela edição dos jornais *O Pharol do povo, Tomate* e *O desastre* (Cruz e Silva, 2010). Se os primeiros periódicos eram produzidos por homens brancos, portugueses, a maioria dos quais exilados políticos, com uma ideologia republicana, contrária, pois, ao então contexto lusitano, que ainda era monárquico, os jornais posteriores já foram idealizados e editados por uma segunda geração constituída por pretos ou mestiços, mas todos nascidos na África. São os casos de José de Fontes Pereira e de Mamede Santana e Palma, a que se seguirão João da Ressurreição Arantes Braga, Inocéncio Mattoso da Câmara, João Ignacio de Pinho ou Joaquim Dias Cordeiro da Matta, dentre outros.

O primeiro jornal editado, depois do *Civilização da África Portuguesa*, parece ter sido *O Commércio de Loanda*, em 1867. Contudo, não se pode garantir a sucessão e a datação desses jornais, pelas dificuldades encontradas na pesquisa, pois, na época, não era obrigatório o depósito legal de tais peças periódicas nas bibliotecas públicas portuguesas, o que tornou o estudo dos raros autores e pesquisadores, quase impossível, sem ter contato adequado com os exemplares editados e eventualmente guardados.

Em 1870, é lançado o jornal *O Mercantil*. Como o *Commércio de Loanda* (1867), foi dos primeiros a possuir tipografia própria, segundo Júlio de Castro Lopo (1964). *O Mercantil* alcançou 18 anos de existência, motivo para ser apontado como um dos jornais angolanos do fim do século XIX com maior longevidade. Adolfo Pina, que respondeu por ele, editara um boletim da Associação Comercial de Luanda durante muitos anos. Conhecia a profissão e tinha apoio inclusive para os anúncios divulgados em seu jornal.

A imprensa se iniciou, em Angola, pois, sob o signo da lei e do público, para dar a conhecer informações de natureza vária.

O *Boletim Oficial* ia perdendo seu caráter de órgão de informação comunitária, à medida que se implantava a imprensa independente. Ainda assim, os periódicos de grande atividade política aparecem e desaparecem meteoricamente, por força da pressão governamental. Alguns órgãos políticos inclusive repetem o debate metropolitano, como consequência do transplante, para Angola, das rivalidades entre progressistas e regenerados, monárquicos e republicanos etc.

Depois, há um período em que as publicações técnicas circulam em grande quantidade, o que se verifica com os boletins e as revistas dos vários serviços provinciais. Mais próximo dos anos 1860, a imprensa noticiosa apresenta-se em busca de estabilização, em vias mesmo de institucionalização.

Por outro lado, a eclosão de acontecimentos como os de 1891, com as pressões internacionais sobre as colónias portuguesas, leva a imprensa angolana a buscar melhores e mais vastos noticiários. Ao mesmo tempo, aumenta o número de informações transmitidas desde as capitais mundiais. Assim, por exemplo, a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela começa a editar, em Londres (visando, naturalmente, as suas atividades em Angola) o jornal *Benguela News*.

A sociedade do século XIX, em Angola, era dividida entre *civilizados e não civilizados*. *Civilizados* eram os brancos, independentemente da sua condição social, econômica e acadêmica; mestiços e negros escolarizados que tivessem hábitos e costumes europeus e abandonado o modo de vida africano. *Não-civilizados* eram os negros que mantinham os hábitos autóctones, isto é, aqueles que, nascidos no ultramar, de pai e mãe indígenas, não se distinguissem pela sua instrução e costumes do comum de sua raça (Macêdo & Chaves, 2007).

Muitos dos periódicos que se editavam em Angola não tinham o necessário número de assinantes, pois eram vendidos avulsamente, nas localidades onde circulavam. Em Angola, fez-se Jornalismo episódico e de amadores, por profissionais das mais variadas condições sociais, tais como empregados comerciais, agricultores, negociantes e lojistas, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários e clérigos, veterinários, oficiais da marinha mercante e de guerra, militares e até indivíduos que permaneciam em Angola em situação de degredados, mas gozando de benefícios de fianças ou proteções sempre razoáveis (Lopo, 1964). A publicação desses jornais se dava por diversos motivos. Interesses particulares, literários, mercadológicos ou políticos permeavam as publicações:

> Os periodistas redigiam as folhas com finalidades diversas, como recreação literária, por expansão intelectual, por temperamento de escritores ou por vocação conjectual ou verdadeira; para propaganda política ou por partidarismo local; para a defesa de interesses regionais, comerciais, agrícolas e industriais; por mercantilismo, com feição noticiosa a favor de determinados interesses particulares; por motivos e intuitos panfletários, em que a pena ora se transformava em espada leal de combate denodado, ora em punhal de assaltante grosseiro e traiçoeiro (Lopo, 1964).

Não obstante, esse Jornalismo episódico e de amadores foi muito importante, na colónia, pelos valores culturais que nele se revelaram ao longo dos anos. Alguns desses jornalistas chegaram a publicar inclusive nos grandes periódicos da metrópole (Lopo, 1964).

O Jornalismo industrial e, consequentemente profissional, só foi aparecer e ter caráter definitivo em 16 de agosto de 1923, com a fundação do jornal *A Província de Angola*. Quando o jornal foi criado, já existia, desde 3 de julho de 1912, o semanário *Jornal de Benguela*. Esta publicação, contudo, ficou isolada e não teve sequência. Daí considerar-se seu início efetivo apenas com *A Província de Angola* (Lopo, 1964).

13. Ligações entre o Jornalismo e a literatura

A imprensa angolana era centralizada quase que exclusivamente em dois centros urbanos, Luanda e Benguela. A literatura, que começa a reivindicar sua especificidade nacional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de autonomia da colónia, não se choca, antes acompanha, o texto jornalístico e, de certa maneira, nasce e se desenvolve com ele. Os jornais sempre dedicaram espaço às colaborações literárias e, por isso mesmo, a figura do intelectual ganha inquestionável relevo, sendo o jornalista e o literato, muitas vezes, a mesma pessoa (Macêdo & Chaves, 2007).

O escritor Pepetela, em texto publicado no *site* da União dos Escritores Angolanos (2003), explica que havia uma intensa atividade jornalística, mesmo que por meio de periódicos de vida efêmera, sobretudo em língua portuguesa, mas também em idiomas nativos. Tinham forte carga social e política, aproveitando a relativa liberdade de expressão existente num momento de grandes lutas em Portugal, já que a monarquia dava nítidos sinais de esgotamento, e um novo sentimento republicano, crescentemente reforçado, se afirmava (final do século XIX). Os periódicos eram fechados, suspensos ou proibidos constantemente pelo poder político, mas reapareciam sob novas roupagens ou títulos. Exemplo disso é a constância com que certos nomes de editores podem ser identificados como responsáveis pelas publicações. Um grupo de intelectuais criava um jornal, do qual se publicavam duas ou três edições. Em seguida, o jornal era proibido, mas, um ou dois meses depois, o mesmo grupo criava um novo periódico, com a mesma linha editorial, ainda que com designação diversa, até voltar a ser proibido.

Essa intelectualidade, mistura cultural e racial, era extremamente crítica da colonização portuguesa e do pouco caso que o Estado fazia sobre a necessidade de desenvolvimento do território e da instrução e tratamento sanitário da população africana.

Neste sentido, o Jornalismo, a literatura e a política foram frentes de oposição ao colonialismo português durante o século XIX e o início do século XX, nas então colónias portuguesas em África. A palavra escrita firmou-se como espaço de campanha e luta pela autonomia.

O primeiro livro de autor autóctone é *Espontaneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, conjunto de poemas a que se seguiu a noveleta *Nga Muturi*, de Alfredo Troni (1882). De um lado, pois, um poeta angolano; de outro, um prosador português mas que adere ao programa independentista de Angola. O segundo também faz parte da história do Jornalismo. E se o mestiço Maia Ferreira não pratica Jornalismo, é na gráfica da imprensa oficial do boletim do governo que seu livro se imprime.

A apropriação de expressões em kikongo, umbundo e, principalmente, quimbundu, traduz a luta de resistência contra o colonialismo, presente tanto na literatura, quanto no Jornalismo, que se publica com artigos ou páginas e até títulos em idiomas africanos.

Tanto *A aurora* quanto *A Civilização africana*, *Jornal de Luanda* como *O mercantil*, todos

incluem poemas, textos curtos literários, suplementos e páginas literárias em suas reduzidas edições — não mais de quatro páginas, raramente seis (Jacob, 2010).

14. Contemporaneidade

A evolução jornalística de Angola, segundo Júlio de Castro Lopo, em *Jornalismo de Angola* (1964), dependeu, dentre outros fatores, do incremento da colonização europeia, do desenvolvimento do comércio interno e do comércio exportador. À medida em que o território foi progredindo no intercâmbio com a Europa e com o aumento das exportações de gêneros agrícolas e minerais, igualmente foram se estabelecendo as tipografias e os periódicos: em síntese, a urbanização permitiu o desenvolvimento do Jornalismo, como sempre ocorreu em todo o mundo.

Hoje em dia, Angola tem quase 20 milhões de habitantes mas um único grande diário, com dez mil exemplares/dia (Costa e Cândido, 2011). Uma absoluta minoria de pessoas lê jornais e os jornalistas ainda enfrentam problemas com a censura, perseguições e prisões, por parte do governo, embora a situação tenha melhorado, formalmente, a partir da nova constituição do país, que permitiu a abertura de outras publicações, depois de ter nacionalizado todos os meios de Comunicação, graças à vitória da revolução. Mas tudo é instável: recentemente, jornais católicos foram fechados; o jornalista António Manuel Jojó foi assassinado em 22 de outubro de 2010 (Despertar, 2010), desconfiando-se que a mando de algumas autoridades ou de segmentos a elas ligados; o jornalista William Tonet ficou impedido de deixar o país, depois de publicar críticas ao governo no jornal *Folha 8* (Reporters sans Frontières, 2009); e em 2010 Angola foi rebaixada do 116º lugar para o 119º na tabela divulgada anualmente pela organização independente Repórteres sem fronteiras (2010).

Ao mesmo tempo, com a ajuda do Brasil, o país implanta a televisão digital (Observatório da Imprensa, 2011) e tenta desenvolver as mais modernas tecnologias para os seus processos comunicacionais. Angola ainda enfrenta, contudo, problemas políticos nas disputas entre a antiga UNITA e o MPLA, que se refletem, justamente, num dos aspectos mais sensíveis da realidade nacional que é o Jornalismo.

Do que se lê, enfim, pode-se observar que, embora haja um forte processo de atualização tecnológica, Angola continua sofrendo do maior mal que marca a história de seu Jornalismo: a falta de liberdade e a existência da censura.

15. O jornalismo em Moçambique

Em 1894, convidado a representar Portugal no 1º Congresso Internacional da Imprensa, em Anvers, Bélgica, o então decano dos jornalistas portugueses, Brito Aranha, apresentou um "Rapport de la séction portugaise" que fazia o primeiro levantamento moderno e ampliado da imprensa portuguesa, aí compreendida a chamada *imprensa colonial*, isto é, aquela publicada em idioma português, nas então colónias de Portugal do Ultramar, como se costumava dizer então (Hohlfeldt, 2008). Escrevia ele: "A imprensa é o elemento civilizador por excelência e é reconhecido que de sua influência dependem benefícios incalculáveis" (Aranha, 1894, p. 7). Quase um século depois, o historiador que, neste momento, apresenta o estudo mais completo e mais amplo a respeito da história da imprensa em Moçambique, Ilídio Rocha, de que muito nos vamos valer neste capítulo, voltava a insistir sobre a importância desta instituição:

> Para além das datas, dos nomes e dos títulos a que não se pode fugir, há toda uma vida que o território viveu — a vida social do agregado, e também a vida privada, mesquinha ou grandiosa, dos homens desse agregado (...) a imprensa continua ser a porta do maior espetáculo do Mundo — o espetáculo dos homens (Rocha, 1973, p. 2).

O mesmo autor, em obra posterior, voltaria ao tema, mais explicitamente, reconhecendo que a imprensa é "o retrato de toda uma sociedade" (Rocha, 2000, p. 16). Aliás, é admirável ler-se o que, na época, o Governador Geral da Província de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, escrevia (1854), quando do lançamento do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*:

> A Imprensa é um dos melhores inventos do espírito humano. Ella tem prestado os mais importantes serviços ao Commercio, á indústria, aos interesses, e á civilisação d'uma grande parte dos povos do universo (Carvalho e Menezes, 1957).

Se, ao final do século XIX, e ao longo do século XX, foi este o pensamento, nem sempre isso ocorreu ao longo daquele século XIX, quando esta imprensa nasceu. Se a história da imprensa em Moçambique é a mais recente, mesmo em relação às demais colónias, ela é das mais produtivas, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Contudo, como referem todos os principais pesquisadores, há uma enorme dificuldade para se poder reconstituir essa história.

Como lamenta Ilídio Rocha, faltou quem colecionasse e guardasse os jornais; e, sobretudo, inexistiu lugar onde se pudesse mantê-los. Diz este último:

> O primeiro [obstáculo] é o de não existirem em Portugal [nem em Moçambique] colecionadores de jornais — não há a tradição nem a tal tipo de papel impresso se dá grande importância. O segundo [obstáculo] e não menor, os sucessivos ataques políticos, castrenses, religiosos ou muito simplesmente policiais às redações e aos seus produtos, com empastelamentos, atentados, apreensões, fogueiras, prisões e tudo o mais de que a repressão é capaz, que fizeram desaparecer tiragens inteiras, quanto não todos os números de vários jornais (Rocha, 2000, p. 15).

Assim, as dificuldades para reconstituir esta história são enormes, ainda que gradualmente a tarefa venha sendo concretizada, conforme levantamento que Raul Neves Dias realizou: se Brito Aranha foi o pioneiro — e sua lista apresentou apenas 4 títulos: *Boletim da Companhia de Moçambique*; *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique* (40º ano de publicação); *Clamor africano* (3º ano de publicação — tratava-se de um jornal que substituía um outro, *O Brado africano*, então suspenso, num procedimento que analisamos mais adiante, típico da imprensa colonial); *Correio da Beira* — 2º ano de publicação (Aranha, 1894, pp. 44 e 45) — outros autores conseguiram, gradativamente, descobrir novos títulos e estabelecer novos dados e segurança sobre informações descobertas. Assim, foi Sousa Ribeiro quem, nos anos de 1908, 1917 e 1940, produziu diferentes edições de um *Anuário*: começou com 29 títulos e chegou a 80, atualizando e corrigindo constantemente seus dados. António dos Santos Figueiredo, que escreveu monografia a ser apresentada à Exposição Colonial do Porto, em 1934, e de que se conhece um exemplar (Figueiredo, 1934), cita 9 jornais que, naquele momento, editavam-se na província, e mais os dois que haviam iniciado aquela história, ainda no século XIX, num total, portanto, de onze periódicos. Rocha Martins, de seu lado, identificou cerca de uma vintena, e Mário Costa chegou a 120 publicações!

Filipe Gastão de Almeida de Eça, além de também recuperar diferentes periódicos, preocupou-se em definir qual teria sido efetivamente a primeira publicação não-oficial da Província, estudando títulos como *O clamor militar*, que estabeleceu como tendo sido definitivamente editado no Porto, e não na África; *O baluarte*, de que se tem notícias, mas do qual jamais se viu qualquer exemplar; e *O progresso*, de que ele descobriu um exemplar da primeira edição, datada de 9 de abril de 1868, "hebdomadário religioso, instructivo, comercial e agrícola", a cargo de Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva (Dias, 1957, pp. 13 e 49).

Os autores mais contemporâneos são justamente os já citados Raul Neves Dias e Ilídio Rocha, ambos jornalistas e participantes de boa parte desta história, já nas primeiras décadas do século XX, além de Luís C. Lúpi, João Alves das Neves e José Júlio Gonçalves, que têm produzido diferentes obras (Hohlfeldt, 2008).

Esta bibliografia retoma as publicações a partir de 1854 e vai especialmente até 1975, quando a independência da até então colónia mudaria bastante a perspectiva, não apenas da imprensa, quanto das comunicações em geral, em Moçambique. Aliás, José Júlio Gonçalves já intentara um panorama mais diverso, não centralizado apenas na imprensa, ainda que ela

seja quantitativamente mais significativa, em seu trabalho de que aqui também nos valemos (Gonçalves, 1965), abordando os meios de comunicação em geral.

Deve-se acrescentar, como registra João Alves das Neves, o fato de que "pouco se sabe, no Brasil, acerca da imprensa dos jovens países africanos que falam português: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique [Macau e Goa]" (Neves, 1989, p. 155). Por isso, foi importante que, vivendo aquele pesquisador no Brasil, realizando seus estudos de pós-graduação, Neves tenha alcançado propor e realizar o I Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Jornalismo e Literatura, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo, em 1984, a que se seguiu um segundo, em 1987 (Neves, 1989, pp. 157-160). Infelizmente, o projeto não teve continuidade, com o retorno do pesquisador a Portugal. Esta idéia foi retomada a partir de 2008[16], com um conjunto de colegas pesquisadores, tanto no Brasil, quanto em Portugal, Cabo Verde e Moçambique, publicando-se ensaios e livros coletivos com tais estudos.

16. Descoberta e ocupação de Moçambique

Segundo alguns historiadores, o projeto de expansão ultramarina português nasce da "responsabilidade comum da Cruzada em que se encontravam envolvidas todas as nações da Península [Ibérica], visto que todas dela haviam nascido e todas continuavam a considerar a luta contra os mouros como o objetivo fundamental da sua existência" (Múrias, 1940, p. 5). Assim, Portugal, depois de expulsar os mouros da Península e constituir-se em nação autónoma, manteve sua mobilização. "Desenvolvida a marinha real e particular, criavam-se as gerações de marinheiros que permitiriam depois os primeiros arrojos pelo oceano fora" (Múrias, 1940, p. 8). Após a avançada sobre Ceuta, o esforço português se ampliou e, ao longo de diferentes reinados, prosseguiu e, enfim, concretizou-se nas descobertas de territórios africanos, asiáticos e sul-americanos. O Infante Dom Henrique teve importante papel neste processo. E seus seguidores deram continuidade a seus projetos. Já no início do século XV, os portugueses chegavam às Canárias e, a partir daí, atingiam as costas africanas. "Será preciso aceitar que, entretanto, se realizou, impulsionado pelo Infante, um extraordinário esforço de adaptação das condições e dos processos de navegação, para que fosse possível viajar pelo mar alto" (Múrias, 1940, p. 22). A partir de 1458, o movimento em busca da África

16 Graças à bolsa de Estágio Pós-Doutoral concedida pela CAPES, no primeiro semestre de 2008, permaneci na cidade do Porto, em Portugal, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do prof. Dr. Salvato Trigo. Pude pesquisar, então, as coleções de jornais da chamada *imprensa colonial portuguesa* que se encontram, por força de lei, depositados no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, de quem recebi gentilmente o apoio para a pesquisa. Assim, este estudo dá continuação à série de ensaios que venho publicando a respeito de tal tema.

é incrementado. Em agosto de 1486, Bartolomeu Dias chega ao Cabo das Tormentas, mais tarde batizado como Cabo da Boa Esperança (atual Cidade do Cabo), que Vasco da Gama ultrapassará, avançando pelo Oceano Índico, chegando à Ilha de Moçambique a 1º de março de 1498 (Múrias, 1940, ps. 53 e 54). Moçambique vai se tornar praça importante para Portugal, eis que dali "partia-se para a exploração da Madagascar e de toda a costa da África, como se partira de Goa e de Málaca para a exploração da costa asiática" (Múrias, 1940, p. 87).

Fernando de Castro Brandão (1995) publicou obra exemplar a respeito das conquistas portuguesas, de onde destacamos alguns dados sobre Moçambique. O primeiro contato dos portugueses com aquele território ocorreu no dia 12 de janeiro de 1498, quando Vasco da Gama chega com sua frota à região do Inharrime, ao sul da atual nação, avançando pelo rio Quelimane, um pouco mais acima e, enfim, atingindo a Ilha de Moçambique. Em 1502, cria-se a feitoria de Moçambique, naquela ilha, a que se seguirá outra feitoria, em 1505, já no interior do território, na região de Sofala, que será, a partir de então, o centro de colonização portuguesa da região, sobretudo porque ali se espera encontrar grandes quantidades de ouro. A partir de 1511, o degredado António Fernandes vai realizar uma série de expedições em torno daquela região, ao longo do Monomotapa, cujos reis, nos séculos seguintes, apesar de terem firmado as pazes com os portugueses desenvolvem constantes ataques aos colonizadores, sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Aliás, é nesta região que o sacerdote Gonçalo da Silveira, em 1561, tentando catequizar e batizar os nativos, terminou sendo chacinado (Vieira, 1934, p. 10 e ss.). Através de diferentes movimentos, os portugueses vão ocupando o território, desbravando-o mas não necessariamente o explorando economicamente.

É importante citar-se que, na origem, esta região africana era ocupada por pigmeus. Em constantes migrações da Ásia, chegam àquela costa oriental os bosquímanos que, com eles se miscigenam, em torno dos séculos III e II a.C. (Vieira, 1934, ps. 10 e ss.). Quando os portugueses atingem à região, no século XV, a maior parte dela está ocupada por bantus, resultantes daquela mesma miscigenação. Boa parte da população tem inclusive a influência árabe, graças à presença islamita, iniciada em torno do ano 1000 (Gonçalves, 1965, p. 22).

A expansão da presença portuguesa foi rápida, mas a decadência também veio ligeiro, e a partir do século XVII, mas especialmente ao longo do século XVIII, graças à corrupção, sobretudo; à crise na região do Monomotapa e à chegada de outros grupos estrangeiros europeus, como holandeses, franceses e ingleses, Portugal começou a perder terreno. Tudo o que os portugueses que lá se encontravam queriam alcançar era resultado de roubos, gerando extrema imoralidade (Vieira, 1934, p. 23 e ss.). Ao mesmo tempo, Portugal é fortemente pressionado por aqueles governos, que vão ocupando o território a partir de diferentes pontos.

As crises de agravam: em 1894, na região próxima à atual cidade de Lourenço Marques, ocorre uma grande rebelião liderada por um chefe nativo, Gungunhana, que vai ser derrotado e preso por Mousinho de Albuquerque, posteriormente enviado a Portugal e exilado nos

Açores[17]. Apesar de sua morte, a rebelião prossegue. De outro lado, Alemanha e Inglaterra vão-se apossando crescentemente de antigos territórios pretendidos pelos portugueses. Portugal é obrigado a assinar acordos com a Alemanha, em 1886, fixando novas fronteiras ao norte. E em seguida, pressionado por Cecil Rhodes, representando a Inglaterra, firma outro acordo em 1890, que elimina por completo o antigo sonho de ligar os territórios de Angola e Moçambique, formando o chamado *mapa cor-de-rosa* africano (Vieira, 1934, pp. 23 e 43). Só no início do século XX exploradores portugueses vão tentar seguir o roteiro do escocês David Livingstone e atingir a região do Niassa, ao norte, o que, aliás, vai garantir a Portugal algumas vitórias em arbitragens internacionais. Os projetos portugueses haviam se desenvolvido, no passado, graças ao Conselho Ultramarino (Vieira, 1934, pp. 23, 127 e 128). Na modernidade, foi o surgimento da Sociedade de Geografia de Lisboa, ao final do século XIX, que passou a pressionar o governo português para que a falta de continuidade dos projetos africanos não provocasse a total derrocada de Portugal naquele continente. A eclosão da I Grande Guerra ajudou esses planos, e Portugal pode consolidar seus espaços coloniais. A ascensão de António de Oliveira Salazar, após 1926, quando ele se torna Ministro das Colónias e faz aprovar, sucessivamente o Ato Colonial, depois integrado à Constituição portuguesa do Estado Novo; a Carta Orgânica das Colónias e a Reforma Administrativa Ultramarina — em que pesem as imensas críticas que recebeu nas próprias colónias, não apenas pela maneira açodada com que se procederam às votações, sem qualquer tempo para debates, quanto pelos conceitos que ali se apresentavam, teve como consequência principal, de qualquer modo, a plena retomada de alguns territórios moçambicanos por parte do governo português. Deve-se mencionar, especialmente, à região do Niassa, entregue a uma companhia majestática desde o século XIX, e que retorna à autonomia da administração exclusivamente portuguesa a partir de 1942. Se se levar em conta que essas administrações é que provocavam as maiores reações dos moradores das colónias, quer por seus péssimos serviços, quer pela maneira autoritária com que agiam, conforme a farta documentação que se encontra nos jornais pesquisados, pode-se bem compreender o sucesso de Salazar com a política desenvolvida em face das antigas colónias. Marcelo Caetano, que também foi Ministro das Colónias, vai inclusive visitá-las, já como sucessor de Salazar, coisa que nenhum Ministro jamais o fizera[18]. Isso não impediu a eclosão dos movimentos independentistas, a partir dos anos 1960, mas por certo amainou, parcialmente, as críticas dos coloniais à metrópole, tanto que

17 O escritor moçambicano Mia Couto escreveu, a propósito, a trilogia *As areias do imperador*, composto pelos romances *Mulheres de cinzas* (2015), *Sombras da água* (2016) e *O bebedor de horizontes* (2018) que, embora criticada em seu pais de origem, recebeu, na França, o prêmio Jan Michalski. Também o escritor português Manuel Ricardo Miranda escreveu sobre o tema, no romance *Gungunhana, o último rei de Moçambique* (2013). Por fim, registre-se também o romance *O rei do Monte Brasil*, da escritora portuguesa Ana Cristina Silva (2012), que trata do mesmo tema. O texto mais recente, e de autoria de escritor moçambicano, é *Gungunhana — Ualapi e As mulheres do Imperador*, de Ungulani Ba Ka Khosa (2018).

18 Marcelo Caetano visitou as colónias africanas no ano de 1969.

as independências só ocorreram, de fato, a partir das mudanças políticas sofridas pela própria metrópole, entre 1974 e 1975.

É, portanto, sob interesses contraditórios que a imprensa deverá se desenvolver neste território. É importante lembrar que a administração portuguesa, ao contrário da espanhola, não admitira a imprensa nos domínios de seu império. Os jesuítas, que a haviam levado até a China e a Índia, desde o século XVI, tardiamente se estabeleceram em terras africanas. E em Goa, mesmo, perderam seus direitos a partir do século XVIII.

17. Primeiros jornais de Moçambique

A invasão francêsa de 1808, que culmina na saída da Família Real e, posteriormente, os movimentos liberais de 1820 e, enfim, a independência do Brasil, em 1822, acabaram produzindo frutos. Em 1836, Portugal decide, como já se sabe, não apenas liberar, quanto tornar obrigatória a publicação de um *boletim oficial* em suas colónias.

Não obstante, Moçambique foi das últimas administrações a receber uma imprensa e a adotar tal iniciativa, até porque a metrópole desenvolvia políticas contraditórias, sucedendo-se, àquele decreto de 1836, inúmeros outros, nos anos seguintes, que, ao mesmo tempo, tolhiam e mandavam desenvolver a imprensa nas colónias, dependendo dos humores de Lisboa, em tempos políticos muito difíceis.

Só em 1799 criou-se uma primeira escola primária para os filhos dos colonos (Gonçalves, 1965, p. 50). Provavelmente apenas em 1847 foi organizado o primeiro censo da população moçambicana, evidenciando-se muito poucos alfabetizados (Gonçalves, 1965, p. 37). O surgimento da imprensa era, independentemente da questão política, tal como refere José Marques de Melo a propósito do Brasil (Melo, 1973), dificultado por questões como o referido analfabetismo, as barreiras lingüísticas, o condicionamento económico-social, a falta absoluta de transportes, o poder aquisitivo da população, a escassez de publicidade que viabilizasse economicamente um empreendimento, e, claro, a censura, se não diretamente das autoridades metropolitanas, com toda a certeza das autoridades locais, fossem aquelas formalmente empossadas, como um Governador Geral, fossem aquelas *de plantão*, como juízes, delegados de polícia e até os mais simples administradores civis ou militares que se sentissem eventualmente incomodados por alguma coisa que se publicasse em qualquer jornal.

Assim, portanto, é evidente que as tiragens seriam mínimas (Figueiredo, 1934, p. 26), ainda que muitos jornais fossem inclusive bilíngües, dependendo da região em que se publicassem, sendo impressos em português e inglês, ou mesmo em português e algum idioma nativo (Figueiredo, 1934, p. 26). Houve, contudo, alguns acontecimentos significativos que contribuíram para o desenvolvimento das colónias em geral, e de Moçambique, em especial. Das iniciativas gerais, pode-se citar a criação do Banco Nacional Ultramarino que, apesar do nome, não

estava constituído de capitais portugueses, mas sim, ingleses (Rocha, 2000, p. 24). Também foi importante o final da escravidão em Portugal e nas colónias, aliás, muito antes de o mesmo ocorrer no Brasil (Rocha, 2000, p. 25). A criação de um serviço de correios bi-semanal, entre Inhambane e Lourenço Marques, que levava de quinze a vinte dias para cumprir seu trajeto (Rocha, 2000, p. 25), e que na maioria das vezes atrasava (basta ler os jornais da época), quando não perdia ou demorava ainda mais do que o normal a entrega dos jornais que eventualmente criticassem seus serviços, foi, de qualquer modo, outro avanço. Bem ou mal, Moçambique ganhava foros europeus e civilizados: em 31 de maio de 1885, por iniciativa dos maçons, que aliás contribuíram fortemente, ao longo dos séculos, para a implantação da civilização branca na África e para um significativo conjunto de idéias modernas e democráticas no continente, tendo sido o grupo de pressão mais importante da colônia (Rocha, 2000, p. 16), Lourenço Marques ganhava o primeiro Jardim Botânico de toda a África (Rocha, 2000, p. 16).

À maçonaria não apenas pertenciam muitos dos jornalistas que chegaram à colónia, enviados desde a metrópole, compulsoriamente, quanto à maçonaria coube a abertura de escolas de primeiras letras e mesmo escolas técnicas. Daí que, em Moçambique, tenha se formado um segmento social de mestiços, sobretudo, fortemente intelectualizados, bem informados política e claramente vinculados à militância social, o que se reflete no grande número de jornais, criados ao longo do século inicial de sua imprensa, entre 1854 e 1954, ou mesmo de escritores, advogados e médicos que se notabilizaram, tanto na colónia, quanto inclusive na metrópole (Rocha, 2000, p. 80).

Uma síntese histórica da imprensa moçambicana, portanto, inicia-se em 1854, com a chegada da fragata Dom Fernando, que traz, não apenas o novo Governador Geral, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, quanto alguns caixotes com um prelo e algumas caixas de tipos e outros utensílios tipográficos (Rocha, 2000, p. 30). É provável que, no mesmo navio, segundo o autor de que nos valemos, tenha viajado ainda o primeiro impressor, Antonio Joaquim de Carvalho. Partida de Lisboa a 31 de dezembro de 1853, a embarcação atingiu a Ilha de Moçambique a 19 de abril de 1854, e já a 13 de maio do mesmo ano tirava-se a primeira edição do *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*. A tipografia fora instalada muito perto do hospital, onde permaneceu até novembro de 1856. No mesmo ano, a tipografia deu ainda à luz o "Regulamento Geral das Alfândegas da Província de Moçambique", folheto de "esmerada apresentação, ao gosto da época".

18. Episódio político e censura

A primeira tipografia particular, conta-nos Ilídio Rocha, teria sido a de Francisco Paula de Carvalho e João Sinfrónio de Carvalho, a partir de 1876, imprimindo o semanário *África Oriental*, sendo seu diretor o primeiro, e seu editor, o segundo. João era tipógrafo e trabalhara

na Imprensa Nacional local, segundo Raul Neves Dias; e Francisco era professor da Escola Principal, advogado de provisão e também Diretor da Imprensa Nacional, em substituição ao primeiro. Mas Francisco viria a ser demitido, ao que parece, por prevaricação, cuidando mais de sua tipografia pessoal do que daquela oficial.

O *Boletim* era uma publicação de quatro páginas, em tamanho pequeno (menor que nosso atual tablóide). Começou semanal, mas reservava parte de seu espaço "aos interesses do Commercio, e á publicação d'artigos de conveniência pública. Além d'isso a typographia está habilitada para dar ao prelo quaes quer outras obras que se convencionem" (texto original) (Rocha, 2000, p. 32).

Em 1898, quando a capital de Moçambique deslocou-se da ilha do mesmo nome para Lourenço Marques, a gráfica oficial sofreu o mesmo destino. Com pequeninas modificações, ao longo das décadas, a publicação chegou até 1975, quando Moçambique independentizou-se de Portugal. Na verdade, até 1870, foi o único jornal a circular em todo o território, constituindo-se, por isso mesmo, na fonte de informação fundamental para toda aquela sociedade.

Sucessivamente, novas publicações se fundaram, na própria ilha, em 1868, como se disse, e em 1870; em Quelimane (1877), e em Lourenço Marques (1888), mas o *Boletim* continuou sendo a grande fonte de informação, tanto oficial quanto social. "Foi no *Boletim Oficial* que nasceram os primeiros jornalistas de Moçambique", afirma Rocha, citando Tomás António Gonzaga de Magalhães e José Vicente da Gama.

O primeiro lembra, pelo nome, o poeta mineiro exilado em Angola; o segundo era um brâmane nascido em Bardez, na Índia, mas que fixou residência em Moçambique até sua morte. José Vicente foi autor, aliás, do *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-Administrativo da Província de Moçambique: 1859*, que levou tanto tempo para ser impresso que acabou sendo publicado quase no ano seguinte; editou, ainda, uma *Folhinha Civil e Eclesiástica*, a partir de 1861 até 1864.

Tudo se imprimia na Imprensa Oficial, e isso valeu a primeira crise da história da imprensa moçambicana. Estudo de Filipe Almeida de Eça conseguiu resgatar uma história que é repetida por Ilídio Rocha em suas obras. Sucintamente, o primeiro jornal não oficial da província começou a ser publicado a 9 de abril de 1868, editado por Miguel Augusto dos Santos Severino e Manuel Dias da Silva. Chamou-se *O Progresso* e, assim que saiu, inaugurou a censura prévia, provocada por aquela mesma primeira edição.

Ocorre que, naquela época, era Governador Geral o tenente-coronel António Augusto de Almeida Correia de Lacerda. Um escrivão da comarca, não muito escrupuloso, havia surrupiado 55 libras depositadas a seus cuidados, em um processo. Quando assumiu seu posto, o juiz da comarca, Vicente Máximo da Silveira, logo se deu conta do desvio e citou o escrivão para devolver a quantia. Chegou mesmo a oficiar ao Governador. Neste meio tempo, Santos Severino resolveu defender a autoridade maior e mandou publicar um panfleto contra o juiz, impresso, naturalmente, na Imprensa Oficial, e que circulou no dia 24 de março de 1868. O

Juiz, que não gostou da iniciativa, oficiou à metrópole. O Governador Geral, do mesmo modo, defendeu-se à autoridade suprema. Sobretudo porque o próprio Governador havia lido o panfleto e o liberara. Indagado pela Metrópole, ele se defendeu:

> V. Exa. sabe perfeitamente quais têm sido as minhas idéias como deputado, e como jornalista, a favor da livre emissão do pensamento(...). Contra mim mesmo que fosse o aludido artigo, eu o mandava publicar, porque enquanto me for confiado o governo desta província, não hei-de tolher a livre manifestação do pensamento (...) (Rocha, 2000, p. 3).

No dia 9 de abril foi lançado o jornal *O Progresso*, e para desgosto do juiz, o periódico, dirigido pelo mesmo Santos Severino, reiterava os termos do panfleto ainda mais calorosamente. O jornal também dependia da Imprensa Nacional. Novas reclamações se sucederam e o resultado foi que, no dia 11 de abril, a Ordem 243, do Governador, determinava "que no jornal *O Progresso*, que se imprime na referida oficina [da Imprensa Nacional], se não devem inserir artigos, ou correspondência de natureza política ou de agressão pessoal, e como tais estranhos à índole de um jornal puramente literário; devendo outro sim, o referido encarregado, remeter à secretaria geral: antes da tiragem do referido jornal, uma prova de prelo, a fim de se lhe lançar o competente *visto*, sem o qual se não poderá imprimir o mencionado jornal".

Nenhum historiador sabe se mais de uma edição de *O Progresso* chegou a circular... Como se disse, Ilídio Rocha, na obra de que tanto nos valemos, levantou mais do que um milhar de diferentes títulos de periódicos que se publicaram desde então até 1975, identificando cada um deles, na medida do possível, pelo título, sede, número de páginas, início e final de circulação, responsáveis, etc.

Podemos, assim, acompanhar o surgimento de uma imprensa católica, esportiva, uma imprensa operária, algumas publicações dirigidas ao público infantil, jornais técnicos especializados — como aquele que vai registrar o surgimento da primeira emissora de rádio de Moçambique — a imprensa humorística, etc.

Alguns — talvez a maioria dessas publicações — tiveram vida breve. Outros, contudo, sobreviveram a todas as dificuldades e circularam, ao longo dos anos. Enfrentaram a falta de papel, a raridade dos tipos variados, a perseguição política, a legislação sempre restritiva, sobretudo depois de 1927, com a chamada "Lei João Belo", o atraso de entrega pelos correios ou através do transporte ferroviário; as perseguições aos entregadores residenciais, quando na própria sede de edição; a escassa publicidade; os assinantes *caloteiros* que, tendo recebido o jornal ao longo de semanas, sem os devolver à redação, quando deveriam pagar o boleto, simplesmente se recusavam a fazê-lo; os leitores que pilhavam os jornais de seus verdadeiros assinantes e os liam nas ruas e nas praças públicas, sem os pagar, e assim por diante. Cada historiador destaca este ou aquele profissional; esta ou aquela personalidade.

Reunindo os dados levantados por esses estudiosos e mais as observações que se fez na leitura atenta dos jornais consultados no acervo da Biblioteca do Porto, pode-se aqui, a título de referência rápida, pois cada um deles merece estudo à parte, identificar alguns deles, como exemplares desta história.

19. Um jornal: *O Emancipador*

Já se escreveu alguma coisa a respeito de um jornal, *O emancipador* (Hohlfeldt, 2008). *Vida nova*, de 1907, foi, provavelmente, o primeiro jornal operário a circular, publicado em Lourenço Marques, bi-semanal; mais adiante, surgiram *Os simples* (1911 a 1913), publicado por integrantes de um conjunto musical (!!!) e *Germinal*, da empresa do mesmo nome, e que circulou entre 1914 e 1918, justamente durante um período difícil, graças à I Grande Guerra, com forte pressão da censura prévia. Sucedendo-lhe, mas sob outra perspectiva editorial, em 1919 apareceu *O emancipador*, que circulou até 1924. Semanal, teve seu diretor afastado e, assim, segundo a legislação, viu-se impedido de continuar a circular.

Seus responsáveis lançaram mão, então, da alternativa legal de que dispunham: passaram a editar "números únicos", semanais, que mantinham inclusive a numeração de ordem da publicação, mas que não exigiam a existência de um diretor. Assim, sucederam-se, ao longo de 1925, dentre outros títulos, *O emancipado*, *A voz do emancipador*, *A voz do emancipado* e *Emancipador*. Encontrado e registrado um novo diretor, o jornal voltou a circular. Quando, numa segunda ocasião, em 1926, após uma greve de ferroviários que a publicação apoiou, o jornal foi suspenso, mais uma vez, inclusive com tentativa de empastelamento da oficina própria, obrigou-se a publicar novos "números únicos", sob os títulos sucessivos e semanais de *O emancipador dos assalariados*, *O emancipador dos humildes*, *O emancipador dos produtores*, *O emancipador dos proletários*, *O emancipador dos oprimidos*, *O emancipador dos trabalhadores*, *O emancipador dos desprotegidos*, *O emancipador amordaçado*, retomando sua circulação normal até 1937, quando foi suspenso por força de ato do Estado Novo português.

Editado por uma espécie de confederação de sindicatos de trabalhadores, *O emancipador* não é o único caso de uma publicação que trocou de nome, quando proibida de circular, seja por que motivo fosse, mas é a mais referencial, pela obviedade da alternativa buscada e pelo verdadeiro desafio às autoridades que significou, o que leva a pensar, dado o poder discricionário que tais autoridades possuíam que, se quisessem, poderiam tê-lo usado efetivamente contra os responsáveis pelo periódico; na verdade, tomavam-se medidas mais formais e administrativas do que propriamente políticas. Tudo mudou, é claro, com a chegada do Estado Novo.

Após 1975, conta Ilídio Rocha, foi ele intermediário, a pedido das novas autoridades, junto aos descendentes daqueles militantes sindicalistas e alguns dos redatores e diretores

da publicação, no sentido de resgatá-la — escondida que fora — para que pudesse ser melhor conhecida e valorizada[19].

20. Alguns jornalistas pioneiros

Neste mesmo sentido, uma figura pioneira foi o alferes Alfredo de Aguiar, mestiço angolano que se fixou em Moçambique. Em 1885, começou sua "carreira jornalística" com um jornal chamado *O imparcial*; dois anos depois, publicou *O correio da Zambésia*"; em 1891, fez circular um jornal demolidor, *Gazeta do Sul*, a que se seguiria, em 1892, *Clamor africano*, semanal, que sobreviveu até 1894 (Rocha, 2000).

Na mesma linha andará Clemente Nunes de Carvalho e Silva. A 20 de outubro de 1900, este surpreendente redator de requerimentos embaraçosos e de folhetos de radical liberdade de expressão, ao lado de Manuel de Morais dos Santos e José Benigno Ribeiro Garrido, faz editar *O Portuguez*, que viverá até a décima primeira edição, quando é suprimido por uma portaria provincial, a 30 de novembro daquele ano. Sem interromper a periodicidade da publicação, Clemente Nunes imediatamente publica *Portuguez*, que estréia no dia 8 de dezembro. O jornal é suprimido a 28 de agosto de 1901, durando, pois, um pouco mais do que o anterior. Clemente Nunes não se intimida e lança, em 26 de janeiro de 1902, *O Progresso de Lourenço Marques*, escrevendo, no cabeçalho, que se trata do sucessor dos dois periódicos anteriores. Esta nova publicação circulará até a edição 169, quando, em 5 de abril de 1905 é ainda uma vez proibido. Sucede-se o quarto jornal, *A portugueza*, cujas datas se desconhecem. Deve ter circulado entre fins de abril e princípios de maio de 1905, mas durou muito pouco. Clemente Nunes continua sua jornada, e volta, no mesmo ano, ao *Progresso de Lourenço Marques*, que estampa, no cabeçalho, explicitamente: "Semanário sucessor de *O Portuguez, Portuguez*, *O Progresso de Lourenço Marques* e *A portugueza*, todos suprimidos". Desta vez, alcançou 110 edições e foi mais uma vez suprimido, em 27 de dezembro de 1906. Clemente Nunes editou, ainda em 1905, panfleto de 16 páginas em que historiava e protestava publicamente contra as sucessivas supressões de seus jornais, atacando especialmente o Governador Geral, João de Azevedo Coutinho.

Outra figura impressionante de jornalista militante foi Manuel Nascimento Ornelas. A exemplo de Clemente Nunes de Carvalho, também ele é republicano e lança, em 29 de março de 1904, um primeiro jornal destinado a difundir tais princípios. Trata-se do *O distrito*, de Lourenço Marques, periódico diário, que foi suprimido um ano depois, em 15 de março de 1905. Em seguida, Ornelas inicia a circulação do *Diário de notícias*, a 1º de abril de 1905, interrompido em sua circulação em 1907.

19 Ilídio Rocha estuda detidamente a publicação, em *A imprensa de Moçambique* (2000), p. 123 e ss.

Ainda destacável é a figura do capitão Manuel Simões Vaz. Em 15 de abril de 1926, ele dá início à publicação do jornal *Notícias*, que à época em que Ilídio Rocha editou a monografia *Contribuição para a história da imprensa de Moçambique* (sem data), ainda circulava, em Lourenço Marques. *Notícias* substituía *O correio de Lourenço Marques*, de Eduardo Saldanha, que deixara de circular, e do qual Simões Vaz era o principal redator. Simões Vaz funda uma Empresa Tipográfica, sendo seus sócios aquele mesmo Eduardo Saldanha, José Joaquim de Morais e Paulino dos Santos Gil, outro nome de importância na história da imprensa moçambicana. Nas primeiras 151 edições do jornal, o capitão era seu editor e redator, mas com a nova lei de imprensa, de 1926 (Lei João Belo, nome do administrador que a idealizou, valendo o princípio apenas para a imprensa colonial), ele foi substituído, sucessivamente, por diferentes figuras ilustres da cidade, portadoras de título universitário, que ele não possuía, mas que era exigido pela nova lei, independentemente de vinculação (do título) ou não com a própria atividade editorial. Enquanto isso, Simões Vaz mantinha um processo na área jurídica, que acabou vencendo, podendo retornar à função de diretor do jornal, que manteve, até vendê-lo, em 1963.

A publicação iniciou com dificuldades. Nas primeiras semanas, tinha apenas 36 assinantes! Mas graças à exploração de notícias de *fait divers*, e com o golpe militar que instituiria o Estado Novo, a 28 de maio de 1926, logo alcançou 900 assinantes e se firmou, financeiramente, de sorte que, em 1967, tornou-se uma sociedade anónima, com um excelente capital social e sede própria. O capitão dirigiu o jornal entre 1926 e 1957. Seus filhos lhe continuaram a obra. Rocha acusa o jornal de, neste período, ter sido financiado pelos Aliados, ao longo da II Grande Guerra, e chega mesmo a contar que, ao abrir um armário da redação, encontrou farto material enviado pelo governo inglês como propaganda oficial (Rocha, 2000, p. 147, nota 13).

Segundo Ilídio Rocha, *Notícias* teve pelo menos três iniciativas importantes para a história da imprensa local: em 1933, fez editar uma revista ilustrada quinzenal, dirigida por Sobral Campos, chamada *O ilustrado*; ela circulou exatamente durante um ano, conforme havia sido antecipado, com excelente apresentação gráfica[20].

Simões Vaz passou a publicar uma edição extraordinária do *Notícias* aos domingos, dia em que, na época, não circulavam jornais. Esta edição tinha caráter mais recreativo e literário, sendo preparada ao longo da semana[21]. Esta edição circulou entre 24 de outubro de 1943 e 26 de maio de 1946, quando o jornal suprimiu a publicação extraordinária, porque passou a ser publicado nos sete dias na semana. Por fim, a 15 de abril de 1952, *Notícias* lançou uma edição vespertina, que adotou o título de *Notícias da tarde*, circulando até 6 de dezembro de 1969,

20 Este autor teve a oportunidade de compulsar a coleção completa da revista, quando de sua pesquisa na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

21 Note-se que a prática perdura até hoje nos grandes jornais de referência, que acrescentam à edição cotidiana do domingo, uma revista ou algum caderno complementar, com artigos variados.

quando foi substituído pelo *Tribuna*, que à época da pesquisa de Ilídio Rocha, ainda existia[22].

As figuras mais significativas, contudo, inclusive com suas contradições, de todas as que se destacam nesta sucessão do que podemos denominar verdadeiramente de *apóstolos da imprensa*, são os irmãos José e João Albasini. Eram netos de João Albasini, português (1813-1888), que foi caçador, negociante, chefe tribal (!!!), alto funcionário do governo da república bôer, até sua derrocada, e cônsul de Portugal no Transvaal; foi figura destacada no livro de Diocleciano Fernandes das Neves, *Itinerário de uma viagem à caça do elefante* (Rocha, 2000, p. 98, nota 28). Em 1909, seus dois netos, José e João, criam um jornal chamado *O africano*. Trata-se da primeira publicação dirigida a uma classe social que surge em Moçambique, a dos mulatos ou mestiços, resultado da miscigenação de homens brancos, europeus na maioria, nas não só (poderiam ser hindus ou árabes), chegados ao continente africano e que se casam e procriam com mulheres africanas negras. O jornal é dirigido, assim, à "população não branca alfabetizada". João Albasini, na época, era empregado do porto de Lourenço Marques, como chefe de pessoal do cais; e seu irmão José também trabalhava ali, como despachante oficial. Uma das grandes novidades da publicação era uma sessão em língua quironga, editada desde um chamado *número programa* do jornal, publicado no dia 25 de dezembro de 1908[23]. Se se levar em conta que, em sentido estrito, tais línguas não eram escritas, isso significa que já se havia desenvolvido, em tais territórios, um sistema de grafia de idiomas eminentemente orais, o que traz interessantes questões para estudos lingüísticos, ocupação de quem tenha tal competência e capacidade[24].

A partir de 1º se março de 1909, o jornal se torna semanário, sob o *slogan*, no cabeçalho, de "Número de propaganda a favor da instrução". José Albasini foi o editor e João Albasini o diretor do jornal. *O africano* tinha tipografia própria, e sempre enfrentou despesas razoavelmente altas, o que significa: não chegavam a ser cobertas pelas assinaturas. No entanto, registra Ilídio Rocha, depoimento de um dos antigos proprietários do jornal, ao pesquisador Raul Neves Dias, esclarece seu financiamento: era a maçonaria e seus adeptos quem o financiava,

22 Todos os dados foram compilados do livro de Ilídio Rocha antes mencionado, *A história da imprensa em Moçambique* (2000, p. 12), sendo confirmados pelas pesquisas que se realizou, já que, sendo publicações mais recentes, encontram-se em bom estado e arquivadas na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

23 Era uma prática, não muito comum, mas presente em jornais que se pretendiam de maior porte e seriedade, a edição de um *número programa* de jornal que se pretendesse editar. Servia para divulgar a nova publicação. Esta primeira edição era enviada gratuitamente a potenciais assinantes, e combinava-se com uma prática, essa sim, absolutamente generalizada, de um pedido e alerta para que, quem não se interessasse pela mesma, deveria devolvê-la à redação. A não devolução implicaria em aceitar ser assinante do jornal e, portanto, ao final de um determinado período, em geral mensal, pagar a devida assinatura. Ou seja, repassava-se o ônus da devolução ao próprio assinante. O risco do editor — e isso se verifica nos avisos e queixas de diferentes publicações — é que muita gente não devolvia o jornal, mas também não pagava a assinatura. Nas pesquisas desenvolvidas, pode-se verificar, inclusive, que muito jornal acabou deixando de circular graças a esses chamados *caloteiros* (?).

24 O bilinguismo do jornalismo moçambicano, assim, não era apenas de português-inglês, já que Moçambique estava rodeado de colónias ocupadas pela Inglaterra, como a Zambézia, Transvaal, etc., mas também em relação a línguas nativas. O mesmo processo vai se verificar na imprensa de Goa, na Índia, em que a diversidade lingüística é tão grande ou maior que a de Moçambique

com excelentes resultados[25]. O jornal cresceu e chamou a atenção de muitos, inclusive de um sacerdote missionário, padre José Vicente do Sacramento. O sacerdote, que vivia praticamente na miséria, na região do Transvaal, tornou-se correspondente do jornal. Recebia, como paga, exemplares que deveria vender, podendo ficar com o dinheiro. Contudo, acaba expulso da região, uma vez que o jornal denunciava constantemente a espoliação a que eram submetidos os trabalhadores moçambicanos nas empresas locais. De retorno a Lourenço Marques, torna-se funcionário do jornal: redige, traduz, auxilia na área administrativa.

Em 1912, a maçonaria decide indicar um secretário de redação, José dos Santos Rufino, que logo se torna grande amigo do religioso, ainda que este, a essas alturas, já explorasse a agricultura em uns campos próximos. Não deixara, contudo, de colaborar com o periódico.

Durante a I Grande Guerra, Santos Rufino se torna correspondente da agência Havas, em Moçambique. Com isso, *O africano* recebe um serviço telegráfico exclusivo com informações do *front*, a que soma informações telegráficas da Reuters, até então exclusividade do *The Lourenço Marques Guardian*, em língua inglesa.

Tudo isso alarga o público d'*O africano*, que começa a atingir também o leitor branco. Sem deixar de publicar a sessão em língua ronga, torna-se em breve um simples jornal noticioso, ampliando, inclusive, a circulação para bi-semanal. O sacerdote, enquanto isso, associa-se com um judeu estabelecido na África do Sul e se torna concessionário da loteria de Moçambique. Em breve, adquire *O africano*, de que se torna então diretor, incluindo ainda uma seção em língua inglesa, dirigida especialmente ao leitor da África do Sul. *O africano* deixou de ser editado em 1920.

Os irmãos Albasini, contudo, com o dinheiro recebido, fundaram outro semanário, nos mesmos moldes, *O brado africano*, começando tudo de novo, a partir de 24 de dezembro de 1918, em associação com Estácio Dias, outro mestiço funcionário da Fazenda.

Ilídio Rocha é bastante duro na avaliação que faz da história deste jornal, avaliação de que se discorda em parte, depois de examinar a coleção do periódico. Semanal, a princípio, vale-se da mesma fórmula da publicação anterior, dirigindo-se, pois, essencialmente, aos mulatos. Mas para Rocha, ele é demasiadamente europeu em sua ideologia, e profundamente racista em relação aos negros, ainda que bilingüe. Sobre ele escreve Ilídio Rocha:

> A verdade é que, enquanto dirigido, de fato, por mulatos, teve sempre um ponto de vista que em nada diferia do dos brancos ali radicados ou em vias de se radicarem, ou seja, um ponto de vista colonial, como aqueles pugnando pelo desenvolvimento econômico e social do território, mas sempre numa perspectiva eurocentrista (Rocha, 2000, p. 120 e ss.).

25 Ver Hohlfeldt, A. "Pioneiros da imprensa em Moçambique" (2010).

As pesquisas realizadas não confirmam estas observações. Se o jornal se coloca às vezes crítico em relação aos negros, defendendo sobretudo aos mulatos, torna-se um eficiente porta-voz da colónia junto à metrópole, o que ultrapassa qualquer questão racista. De todo o modo, ambos os irmãos Albasini foram militantes de uma causa objetiva, a defesa do interesse dos coloniais, como chamavam os mestiços nativos de Moçambique, e neste sentido inclusive participaram da fundação, dirigiram e vincularam inclusive o jornal ao Grêmio Africano, instituição que, ao longo de muitos anos, defendeu a causa dos mestiços. Tanto isso é verdade que, quando da morte de João Albasini, e nos anos subseqüentes, enormes homenagens e constantes artigos de fundo e rememorações buscaram sempre valorizar a figura, especialmente, de João Albasini (Hohlfeldt, 2010)[26].

O que se deve reconhecer é que, sobretudo a partir de 1958, e já sem o concurso dos irmãos, o jornal (e o Grêmio Africano), de que ele era porta-voz, passa a receber apoio formal do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, e torna-se, até seu desaparecimento, em 1974, por força da injunção política de então, apoiador explícito da ditadura salazarista. O Grêmio Africano alcança, inclusive, receber um terreno do governo, e financiamento para a construção de sua sede, luta que mantivera ao longo dos anos[27].

Embora tendo iniciado sua história bastante recentemente, em 1854, como se viu, a imprensa da então colónia desenvolveu-se muito rapidamente, alcançou diversificação e teve algumas experiências no mínimo curiosas, como publicações dedicadas ao cinema (*Cine-África* — 1933) ou estreitamente vinculadas ao surgimento do rádio, como *Rádio Moçambique* (1935-1973), ligada ao Grêmio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique/Rádio Clube de Moçambique; ou *Q.R.V* (1937-1963), pertencente à Liga dos Rádio-Emissores de Moçambique[28]. Ou seja, nos anos mais recentes, pode-se verificar uma articulação crescente entre a imprensa e outros meios de informação e de comunicação, constituindo o que denominar-se-ia uma *indústria cultural*, mesmo que insipiente.

26 O escritor João Paulo Borges Coelho escreveu um romance bastante interessante em que João Albasini figura como personagem central, *O olho de Herzog* (Leya, 2010).

27 O Grêmio Africano, mais tarde Associação Africana de Lourenço Marques, teve seguidores em outras colónias, como Angola. Seus estatutos foram aprovados em 7 de julho de 1920, e constituía-se em associação de mestiços nascidos em Moçambique. Ver Rocha, I., *A imprensa de Moçambique*, 2000, p. 145, nota 3.

28 Informa Ilídio Rocha, em *A imprensa de Moçambique* (2000, p. 347), que a Rádio Moçambique pertencia à primeira agência de publicidade do território, a Agência Colonial de Moçambique. Teve-se a oportunidade de compilar alguns desses exemplares e mesmo de copiá-los, junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Algumas generalizações

A título de conclusão, pode-se sintetizar algumas características dessa imprensa, dita colonial de expressão portuguesa, algumas das quais extensíveis à toda a imprensa da época, e não só à colonial; outras, específicas da imprensa colonial; e algumas poucas, enfim, diretamente vinculadas à realidade do entorno em que circulava, o território de Moçambique.

Já se identificou algumas dessas tendências, em artigo anterior (Hohlfeldt, 2008):

1. Envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. Quem não quiser assinar o periódico, deverá devolvê-lo à redação;
2. Registro do aparecimento de congêneres, não apenas na própria colónia, quanto nas demais colónias e, até mesmo, na metrópole, se identificados ao mesmo grupo ideológico ou partidário. Isso significa que os jornais de então mantêm forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais costumam noticiar a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censoriais), condenações ou absolvições; essa prática auxilia na reconstrução da história de cada periódico;
3. Forte trânsito dos jornais entre as colónias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, o que significa que os jornais se lêem entre si;
4. Isso implica, também, na constituição de um campo[29] especifico de circulação, para aquém do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos — no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo — que a publicação busca alcançar. Isso costuma gerar disputas entre as publicações, e pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantiver uma constante polémica com outras publicações é um jornal de menor importância no contexto da imprensa de então;
5. Todos os jornais coloniais são obrigatoriamente enviados, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações, na atualidade, apesar de todos os percalços quanto à guarda e conservação de tais publicações;
6. É comum o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

29 Cabe, neste caso, aplicar o conceito de *campus* proposto por Pierre Bourdieu.

7. Menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colónias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava essas colónias, especialmente no caso de Moçambique;
8. Multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais não é obrigatoriamente motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;
9. As dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas, dependendo do papel recebido; os jornais circulam com quatro páginas, sendo que a última é prioritariamente dedicada à publicidade: os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e quase sempre são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo em seguida, sobretudo se o candidato não se eleger);
10. Há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento (Lei João Belo), exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, ou um depósito prévio, de valor bastante alto, que só poderá ser levantado alguns meses depois do encerramento de circulação do jornal; isso serve para pagamento de eventuais multas, em casos de processos sofridos pela publicação, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Referências bibliográficas

Albuquerque, L. de (1991). O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. In L. de Albuquerque & M. E. M. Santos, (Orgs.), *História Geral de Cabo Verde I* (nº 1, pp. 23 a 40). Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical / Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde.

Amaral, I, do (1991). Cabo Verde: Introdução Geográfica. In L. de Albuquerque & M. E. M. Santos (Orgs.), *História Geral de Cabo Verde I* (nº 1, pp. 1-17). Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga e Instituto de Investigação Científica Tropical / Direção Geral de Patrimônio Cultural de Cabo Verde.

Anderson, B. (1989). *Comunidades imaginadas*. Cia. das Letras.

Apa, L., Barbeitos, A. & Dáskalos, M. A. (2003). *Poesia africana de língua portuguesa*. Lacerda.

Aranha, B. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas*. Imprensa Nacional.

Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa brasileira — 1800 — 1900*. Mauad.

Barbosa, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Vozes.

Barreto, L. F. (1983). *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Brandão, F. C. (1995). *História da expansão portuguesa (1367-1580) — Uma cronologia*. Heuris.

Brito, B, G. (1988 [1735-1736]). *História trágico-marítima*. Lacerda Editores-Contraponto.

Carrière, J. C. (2007). *Os fantasmas de Goya*. Cia. das Letras.

Casa do Infante (1988). *A rota do Cabo. Descobrimentos e colonização africana*. Câmara Municipal da Cidade do Porto.

Coelho, J. P. B. (2010). *O olho de Herzog*. Leya.

Couto, M. (2015). *Mulheres de cinza*. Companhia das Letras.

Couto, M. (2016). *Sombras da água*. Companhia das Letras.

Couto, M. (2018). *Os bebedores de horizontes*. Companhia das Letras.

Conceição, J. P. (2005). A Comunicação angolana. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2005*. LUSOCOM / SOPCOM.

Conceição Neto, M. da (1997). Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 327-359. http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr.

Convents, G. (2011). *Os moçambicanos perante o cinema e o audiovisual. Uma história político-cultural do Moçambique colonial até a República de Moçambique — 1896-2010*. Afrika Film Festival.

Costa, D., Teixeira, C. & Tomás, A. Vivemos numa sociedade que premeia o consumo, mas não a produção. *O País on line*, 6 de julho de 2011. http://www.opais.net;pt/opais/?det=18349&id1647&mid=.

Cruz e Silva, R. O nacionalismo angolano: um projecto no século XIX através de três periódicos da época: *O Pharol do povo*, *Tomate* e *O desastre*. shorturl.at/fkAH4

Cunha, A. M. da (1923). *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Imprensa Nacional.

Dias, R. N. (1957). *A imprensa periódica em Moçambique — 1854 — 1954 (Subsídios para a sua história)*. Imprensa Nacional.

Everdosa, C. (1979). *Roteiro da literatura angolana*. Edições 70.

Ferreira, M. (1959). *Consciência literária Cabo-Verdiana*, in Estudos Ultramarinos.

Figueiredo, A. dos S. (1934). *Colónia de Moçambique — A vida social*. Imprensa Nacional de Moçambique.

Gonçalves, J. J. 1964). *A informação em Angola — Alguns subsídios para os seus estudos*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Gonçalves, J. J. (1965). *A informação em Moçambique. Contribuição para o seu estudo*. Universidade Técnica de Lisboa.

Gonçalves, J. J. (1966). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Junta de Investigações do Ultramar.

Gracias, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos histórico-bibliographicos*. Imprensa Nacional.

Guirado, M. C. (2001). *Relatos do descobrimento do Brasil*. Piaget.

Halata, D. Sobre o Jornalismo angolano. https://www.webartigos.com/artigos/sobre-o-jornalismo-angolano/53052/

Hohlfeldt, A. & Oliveira, S. R. de (2007). *Bicentenário da imprensa brasileira: Reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense.* [Comunicação em congresso]. 5º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), Universidade Federal de Sergipe.

Hohlfeldt, A. (2008). *Imprensa das colônias de expressão portuguesa: principal bibliografia*. [Comunicação em congresso]. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Universidade Metodista, São Paulo.

Hohlfeldt, A. (2008). Correio Braziliense e Gazeta do Rio de Janeiro: Comparações e influências. *Estudos em Jornalismo e mídia*, 5(2), 11-26.

Hohlfeldt, A. (2008). Comunicação e cidadania: O caso exemplar de O Emancipador, de Moçambique. *Comunicação, mídia e consumo*, 14(5), 13-32.

Hohlfeldt, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, 51, 135-154.

Hohlfeldt, A. & Carvalho, C. C. de (2010). Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique. [Comunicação em congresso]. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade de Caxias do Sul.

Hohlfeldt, A. e Grabauska, F. (2010). Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journal Resarch, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, 6(1), 195-214.

Hohlfeldt, A. (2013). Rádio e imprensa: Como as duas mídias se encontraram e se fortaleceram em Moçambique. [Comunicação em congresso]. Conferência Internacional Império Português, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Jacob, S. R. (2010). A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. *Miscelânea — Revista de Pós-Graduação em Letras*, 8 (jul. /dez).

Júdice, N. (s/d). *A viagem na literatura portuguesa*. Instituto Português do Livro e da Leitura.
Khosa, U. B. K. (2018). *Gungunhana — Ualapi e As mulheres do Imperador*. Kapulana.
Laranjeira, Á. N. (2011). Arquebiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: Nas pegadas de Frei Tibúrcio. *Revista FAMECOS- Mídia, Cultura e Tecnologia*, 18(3), 765-781.
Lobo, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola — Subsídios para a sua história*. Centro de Informação e Turismo de Angola.
Lúpi, L. C. (1958) *A informação e a formação da opinião pública no Ultramar português*. Tipografia Minerva.
Lopes, A. dos M. (1971). *Imprensa de Goa*. Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.
Loureiro, R. M. (1996). Religiosos ibéricos em demanda das Índias. In M. da G. M. Ventura, (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
Macêdo, T. & Maquêa, V. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*. Arte & Ciência.
Melo, A. B. (1985). *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Semana Ilustrada.
Melo, J. M. de (1973). *Sociologia da imprensa brasileira*. Vozes.
Miranda, M. R. (2013). *Gungunhana, o último rei de Moçambique*. A Esfera dos Livros.
Moreira, M. (1941). História e evolução da imprensa portuguesa no ultramar. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 4, 167-180.
Morel, M. (2009). *A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)*. EDUSP.
Múrias, Manuel (1940). *História breve da colonização portuguesa*. Ática.
Neves, J. A. das (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direcção-geral da Comunicação Social.
Noa, F. (1996). Da literatura e da imprensa em Moçambique. In F. Ribeiro & A. Sopa, (Orgs.) *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. AMOLP.
Observatório da Imprensa (13/4/2011). Brasil finaliza fase de testes de TV digital em Angola, ano 16, nº 637. http://observatoriodaimprensa.com.br.
Oliveira, J. J. de. As literaturas africanas e o Jornalismo no período colonial. www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/jurema.pdf.
Pena Rodriguez, A. (1996). História do jornalismo português. In A. Pizarroso Quintero (Coord.), *História da imprensa* (351-377). Planeta.
Pepetela (18/06/2003). Algumas questões sobre a literatura angolana. [Palestra proferida na "Maka de quarta-feira"], União dos Escritores Angolanos. http: www.uea-angola.org barra artigo. cfm?ID=173.
Pereira, A. X. da S. (1895). *O jornalismo portuguez — Resenha chronologica*. Typographia Soares.
Pereira, A. X. da S. (1897). *Os jornais portugueses — Sua filiação e metamorfose* **[...]**. Imprensa de Libanio da Silva.
Pimentel, M. do R. (1996). *Aspectos do relacionamento intercultural no expansionismo português*. In M. da G. M. Ventura, (Org.) *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
Pizarroso Quintero, A. (Coord.) (1996). *História da imprensa*. Planeta.
Ponte, H. *Introdução ao estudo da história de Angola*. http://introduestudohistangola.blogspot.com.br.
Queiroz, A. A imprensa em Angola no século XIX. *Jornal de Angola-online*. http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/a_imprensa_em_angola_no_seculo_ixi
Rangel, J. (1957). *A imprensa em Goa*. Tipografia Rangel.
Rizzini, C. (1988). *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil — 1500-1822*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
Rocha, I. (S/d). *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*. CODAM.
Rocha, I. (2000). *A imprensa de Moçambique — História e catálogo — 1854-1975*. Livros do Brasil.
Santilli, M. A. (2007). *Literaturas de língua portuguesa. Marcos e marcas*. Arte & Ciência.
Santilli, M. A. (2007). *Cabo Verde: Ilhas do Atlântico em prosa e verso*. Arte & Cia.
Saraiva, A. J. & Lopes, Ó. (1975). *História da literatura portuguesa*, Porto Editora — Livraria Arnado — Emp. Lit. Fluminense.
Silva, A. C. (2012). *O rei do Monte Brasil*. Oficina do Livro.
Silva, A. da C. e (2002). *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Fundação Biblioteca Nacional.
Silva, G. J. (23.6.2003). Telegrafia sem fio. Dúvidas: quem fez realmente a primeira transmissão via rádio? http://www.landelldemoura. qsl.br/teleg_sem_fios_portugal.htm.
Sodré, N. W. (1966). *A história da imprensa no Brasil.* Civilização Brasileira.
Sousa, J. P. (2007). *A génese do jornalismo lusófono*. Universidade Fernando Pessoa.
Sousa, J. P. (2013). *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Media XXI.
Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Orgs.) (2014). *A history of the press in the portuguese-speaking countries*. Media XXI.
Souza, J. P. de. *Mídia*. In J. Marques de Melo et al. (2010). *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. INTERCOM.
Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Círculo de Leitores.
Trigo, S. (1981). *Luandino Vieira, o logoteca*. Brasília.
Trigo, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Brasília.
Trony, A. (1984). *Nga Muturi*. Edições 70.
Ventura, M, da G. M. (Org.) (1996). *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.
Vianna, H. (1945). *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Imprensa Nacional.
Vieira, A. da E. S. (1834). *Colônia de Moçambique — História da expansão do domínio português*. Imprensa Nacional de Moçambique.
Wagner, K. (1996). Descubrimientos e imprenta. In M. da G. M. Ventura (Org.), *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*. Colibri.

Síntese histórica da imprensa de expressão portuguesa na Ásia

Historical synthesis of the Portuguese expression press in Asia

António Hohlfeldt[1]

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul / Escola de Comunicação,
Artes e Design
a_hohlfeldt@yahoo.com.br
ORCID ID: 0000-0001-5284-8730

DOI: https://doi.org/10.34619/tfhy-izxk

Resumo: O artigo busca organizar a história do jornalismo nas duas antigas colónias de Portugal na Ásia, Goa — na Índia — e Macau — na China. Houve especial preocupação não só em identificar títulos, mas tendências no processo do desenvolvimento destes dois jornalismos que, inclusive, evidenciam contatos com o jornalismo de outras colónias portuguesas, seja na África, seja no Brasil.

Palavras-chave: história do jornalismo; jornalismo de expressão portuguesa na Ásia; jornalismo de Goa; jornalismo de Macau; jornalismo comparado.

Abstract: *This text intents to organize a journalism history in the oldest colonies of Portugal in Asia: Goa — in India — and Macau — in China. The text pays special attention to identify titles of newspapers but also understand tendencies on the development process f these two journalisms. It is important to realize that they have many common points with the African and Brazilian journalism.*

Key-words: *history of journalism; journalism of Portuguese expression on Asia; journalism in Goa; journalism in Macau; comparative journalism.*

Há antigas narrativas manuscritas, que podem ser consideradas jornalísticas, antecedendo a introdução da imprensa em Portugal, como as *Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota Capitania*, de 1558, que documentam as primeiras viagens de conquista e de colonização, com suas glórias mas também, seus riscos. Evidencia-se que a introdução da imprensa facilitou este tipo de relato, que se popularizou, mesmo que a Corte portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos (Hohlfeldt, 2009).

Comparativamente, a existência de prelos é mais antiga na Ásia do que na África, não apenas porque os chineses possuíam impressoras xilográficas[2], pelo menos desde o século XIV (Gonçalves, 1967, p. 67 e ss.), mas também porque os jesuítas levaram, desde sua chegada ao continente, um prelo, de onde, a partir do século XVI, houve livros impressos em Macau. No entanto, a ascensão do Marquês de Pombal fez com que todo e qualquer impresso ficasse proibido naquela região, de modo que só depois da retomada liberal, em 1821, voltassem a se imprimir, não apenas livros, quanto jornais. Por consequência, a história da imprensa periódica de ambos os continentes termina por ser mais ou menos paralela, já que o registro do primeiro jornal de Macau é o *Abelha da China*, de 1822, de qualquer modo, antecipando-se ao já antes mencionado decreto do Primeiro Ministro Sá da Bandeira, de 1836.

1 A pesquisa para esta primeira parte do capítulo teve, originalmente, a participação da aluna bolsista de iniciação científica, Bruna Santos de Souza.

2 Trata-se de impressoras cujos tipos são feitos em madeira. O modelo chinês, inclusive, será copiado pelos padres jesuítas quando de sua chegada, e sempre que enfrentaram problemas com os prelos europeus, de metal.

O exercício jornalístico em Macau, contudo, foi muitas vezes bastante conflituoso com as autoridades, de modo que alguns jornais em língua portuguesa acabaram impressos em Hong Kong ou em Cantão, do mesmo modo que alguns periódicos em língua inglesa terminaram por ser impressos em Macau, conforme os ventos políticos soprassem mais ou menos liberais, numa ou noutra região. Quanto à Índia Portuguesa, houve, depois de iniciada aquela imprensa periódica, uma certa continuidade mais evidente, ainda que, em muitos períodos, como ao final do século XIX, acontecimentos pontuais e regionais também a tenham por vezes interrompido durante curtos períodos de tempo.

A imprensa periódica de Goa

Foi em Goa, na Índia, que a imprensa se antecipará, no âmbito das demais colónias, em geral, e da Ásia, em particular, já que, em setembro de 1556, publicou-se o livro *Conclusiones Philosophicas*, no Colégio de São Paulo, graças a uma tipografia trazida pelo Patriarca da Etiópia, D. João Nunes Barreto (1519-1562). Este é considerado o primeiro livro impresso na Índia portuguesa. Essa tipografia foi também a primeira a produzir impressos na Índia e em todas as demais colónias portuguesas. Os impressores pioneiros foram o espanhol Juan Bustamante, natural de Valéncia, e um indiano, que mostrou conhecer muito bem tais afazeres, mas cujo nome ficou no anonimato, infelizmente. Segundo António Maria da Cunha, os jesuítas estabeleceram também uma máquina de tipos, na qual fundiram caracteres do abecedário tamul e de outras línguas orientais, de que se utilizavam nos seus trabalhos de catequese e propaganda pelo sul da península indostânica (Cunha, 1923, V. 1, ps. 1 e 2).

Um pouco da história de Goa

A ocupação de Goa foi realizada de forma diferente à praticada nas outras colónias. A Índia não era a África ou a América. O embate político que os portugueses enfrentaram, ao chegar ao Oriente, resultava de sociedades e civilizações mais antigas que as européias. Homens mais educados e instruídos do que os próprios portugueses. Havia religiões, línguas, códigos e instituições próprias, cuja opulência se dava pela antiguidade. Finalmente, os turcos constituíam outra potência formidável a afrontar, crescente e conquistadora, um verdadeiro terror para o mundo (Pinto, 1923, p. 60).

Deve-se também levar em conta que a história de Goa não começou com a chegada dos portugueses. Nem propriamente o Estado da Índia, ou a Índia Portuguesa. Em 1498, com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, foi estabelecida a primeira rota entre Portugal e o subcontinente indiano, no qual os europeus pretendiam estabelecer um sistema de fortificações,

feitorias e colónias. Mas a situação era instável, dependendo de cada mandatário da região. Em 1500, Pedro Álvares Cabral, depois de ter deixado o território da Terra de Santa Cruz, recém descoberto, chegou à mesma Calicutee e parece obter melhores resultados com sua diplomacia. Houve, contudo, ainda antes do final daquele ano, um ataque surpresa dos nativos contra os portugueses, o que levou o comandante lusitano a bombardear a cidade, incessantemente, para evidenciar seu poderio. Mas os europeus se davam conta de que possuíam pouca gente para os objetivos de ocupação e colonização, almejados. Por isso, pretendiam assinar alguns tratados com os governos nativos, mas nada se alcançou e a cidade voltou a ser bombardeada.

Vasco da Gama organiza uma nova frota, em 1502, com 15 navios e mais de 800 homens, chegando a Calicutee em outubro daquele ano. Mas, nada conseguiu e Calicutee voltou a ser bombardeada pelos portugueses. Em 1505, Francisco de Almeida foi nomeado vice-rei com a tarefa de criar quatro fortes na costa sudeste da Índia, na ilha de Angediva, em Cananor, no Cochim e em Coulão. A 13 de setembro daquele ano, Almeida chegou a Angediva, onde imediatamente iniciou a construção do forte. Um mês depois, com o apoio dos nativos, iniciou o forte de Cananor. Em outubro, estava em Cochim, fortificando as construções portuguesas ali já existentes. Em 1507, a esquadra de Tristão da Cunha veio reforçar a tarefa de Francisco de Almeida. Os portugueses avançavam em suas fortificações, mas os administradores muçulmanos resistiam em lhes ceder territórios. Em março de 1508, ocorreu a batalha de Chaul, em que o comandante português perdeu a vida, mas logo depois, com a batalha do Diu, o chefe local foi definitivamente derrotado e os portugueses se estabeleceram na região.

O primeiro mandatário nomeado para administrar aquela região, enquanto vice-rei, foi Francisco de Almeida, que estabeleceu sua sede em Cochim. Em 1510, com a tomada de Goa, a sede administrativa foi transferida para aquela cidade. Isso ocorreu após acordo entre Afonso de Albuquerque e Timmaya[3]. Ocorre que a população nativa hindu não via com bons olhos a dominação muçulmana da região. Templos haviam sido destruídos e as práticas religiosas dos nativos eram perseguidas. Assim, houve uma aliança entre os nativos e os lusitanos, visando a expulsão dos árabes, o que de fato ocorreu. Mas os portugueses assumiram alguns compromissos fundamentais para o bom andamento da futura colonização: os hindus seriam mantidos na posse de seus direitos, propriedades, leis e instituições, governados por funcionários indianos e sujeitos apenas aos mesmos impostos antigos. O regime de propriedade, de aldeia, de casta[4], de família, de sucessões, dentre outros, continuou o mesmo. A

3 Timmaya (ou Timoja), um hindu exilado de Goa, almirante de uma frota Honavar, vinculada ao Império Vijaya, que havia recebido apelos da população hindu de Goa para libertá-la do domínio muçulmano então vigente.

4 Define-se casta como grupo social hereditário, no qual a condição do indivíduo passa de pai para filho. O grupo é endógamo, isto é, cada integrante só pode casar-se com pessoas do seu próprio grupo. As castas hindus, segundo a tradição milenar, é composta pelos *brâmanes*, sacerdotes e letrados, que nasceram da cabeça de Brahma; os *xátrias*, guerreiros, que nasceram dos braços de Brahma; os *vaixás*, comerciantes, que nasceram das pernas de Brahma; e os *sudras*, que são os servos em geral (camponeses, artesãos e operários), nascidos dos pés de Brahma.

organização financeira obedecia a este princípio fundamental: "a gerência comunal, por seus exatores, cobrava contribuições de aldeia perante a qual esses respondiam pela soma integral da receita" (Pinto, 1923, vol. 1, p. 101). Cada comunidade aldeada respondia integralmente por ela perante a câmara geral da província que, por sua vez, respondia ao Estado.

Embora ele não tivesse ordens de Lisboa para ocupar Goa, Afondo de Albuquerque foi instado a auxiliar a resistência de Goa contra o senhor muçulmano da cidade, o turco-persa Yusuf Adil Khan. Como suas tropas achavam-se ausentes, em uma guerra local, os portugueses e os hindus, liderados pelo Príncipe hindu Mal'har Rao (Pinto, 1923, vol. 1, p. 73) aproveitaram o ensejo e atacaram a cidade, que se rendeu sem grande resistência. Albuquerque, contudo, foi logo cercado pelos muçulmanos e, depois de algumas perdas, teve de se retirar da região, à qual regressou, contudo, com maiores tropas, derrotando definitivamente os árabes e entrando na cidade, onde os portugueses foram recebidos com festas, em 25 de novembro de 1510.

A política administrativa adotada por Afonso de Albuquerque foi extremamente prática. Além de respeitar as estruturas sociais hindus, tratou de promover casamentos entre portugueses e nativos, o que fez surgir um número significativo de mestiços. Em geral, possuíam o apoio do governo de Albuquerque. Isso ocorreu porque o governador sabia que, em Portugal, não havia pessoas suficientes para a ocupação de Goa, território já amplamente miscigenado, com mouros, hindus — e suas profundas separações sociais, graças às castas, antes mencionadas — turcos, etc..

Esta multiplicidade de raças seria um dos motivos (dos mais poderosos) para que o segmento que combatia a política de Albuquerque pressionasse o rei D. Manoel pelo imediato abandono de Goa, considerando esta retirada como a política mais segura[5]. Para o historiador Cristovão Pinto, contudo, Albuquerque foi vítima das intrigas palacianas na corte de Lisboa. Acusaram-no de desperdiçar o orçamento e da insensatez em seus planos. Depois de justificado o seu proceder, em relatório ao rei D. Manuel, foi-lhe permitido, como reconhecimento, conservar Goa. Mas os que eram contra o projeto insinuaram ao monarca que o governador pretendia e ameaçava tornar-se príncipe soberano e independente, com o título de Duque de Goa, o que lhe valeu a sua demissão, sendo substituído por Lopo Soares de Albergaria, cujos principais conselheiros eram adversários declarados e alguns deles, inimigos pessoais, também, do antigo

---

À margem dessa estrutura social, há os *dalits*, que vieram da poeira debaixo do pé de Brahma. Mais conhecidos como *párias*, ou sem casta, eram considerados os mais atraídos por todas as castas.

5 Isso ocorria porque, originalmente, Albuquerque fora enviado com a tarefa de capturar Ormuz, Áden e Málaca. Afonso de Albuquerque decidiu por conta e risco o ataque a Goa, reconhecendo, acertadamente, aliás, sua posição privilegiada (quase uma ilha) e sua potencial importância como praça comercial e militar. O primeiro ataque, pelo almirante António de Noronha, em fevereiro de 1510, levou-o a uma fácil vitória sobre o administrador muçulmano Ismail Adil Shah. Mas os árabes retomaram a praça em maio do mesmo ano, após sitiar os portugueses; recuando para Cananor, Albuquerque organizou uma frota mais poderosa e retomou definitivamente a cidade, em 10 de dezembro ainda de 1510. A posse de Goa foi contrária à vontade de seus capitães, do mesmo modo que contra a vontade do rei. Mas a Côrte o apoiou. Toda esta situação fez com que os primeiros anos da administração de Afonso de Albuquerque e a própria colonização lusitana se tornassem extremamente instáveis, como se verá a seguir.

mandatário (Pinto, 1923, vol. 1, p. 75). Em 1516, porém, o monarca expediu novas ordens e determinou que Lopo Soares se limitasse ao governo de Calicute, Cochim e Málaca. Albuquerque deveria voltar a ser governador, com o título de vice-rei (fato que acabou se tornando público apenas depois de sua morte) dos mares da Índia e da Arábia. São esses detalhes que evidenciam as contradições da história da colónia indiana e mostram o porquê de ela se diferenciar das demais que, durante séculos, estiveram nas mãos dos portugueses.

Nos anos seguintes, Portugal ratificou a política de Albuquerque, de sorte que os soldados e administradores que saíam da metrópole, em direção à Ásia, levavam suas famílias, ou seja, iam se estabelecer, de fato, na colónia. A metrópole também decidiu mandar para Goa as *órfãs* — jovens pobres, ainda que bem nascidas, que o rei D. João III enviava para constituírem família nas novas terras.

Sucederam-se conquistas de territórios ocupados pelos árabes, como Damão, Salsete, Bombaim e Diu, que constituíram a "Província do norte" da Índia; o Império Portugues atingia proporções gigantescas. Por exemplo, a cidade de Macau foi arrendada pelo imperador chinês aos portugueses, em 1557, graças à ajuda que os mesmos lhe haviam prestado contra a guerra dirigida aos japoneses. Com isso, Portugal dominava a rota comercial de Macau a Nagazaqui, que trazia seda e ouro chineses, bem como prata e cobre japoneses, o que fortificava as rendas do império. Na verdade, não podendo dominar todos esses territórios, Portugal havia optado por dominar suas rotas comerciais, o que constitui a chamada *talassocracia*. Isso fez com que Goa se tornasse fundamental para garantir a segurança de tais intercâmbios. Em 1543, pode-se dizer que este processo de conquista e de fixação, mais o domínio das rotas marítimas, havia chegado ao auge de seu desenvolvimento. Todo este processo fez com que Portugal se decidisse por fortificar significativamente as embocaduras dos rios Mandovi e Zuari, em meio aos quais se localizava Goa (ilha de Tissuari). Esta política mostrar-se-ia estratégica para o século seguinte, quando, sobretudo na região norte, a ascensão do reino marata, de Shivaji Maharaj (1630-1680) traria lutas e revoltas contra os portugueses, quando Goa se tornou centro militar fundamental, além de importante porto comercial.

Desde 1661, porém, a região de Bombaim fora formalmente cedida à Inglaterra, como dote de casamento da infanta Catarina de Bragança, Princesa da Beira, com o rei Carlos II. Outras regiões foram perdidas para os maratas, até que uma força armada da nova nação, reconhecida independente, pela Inglaterra, em 1947, de 40 mil soldados, atacou e ocupou Goa, encontrando pouca resistência dos portugueses. E embora a ONU pretendesse condenar o ataque, o mesmo foi sustentado pela representação da União Soviética. Apesar de tentativas diplomáticas para resolver a questão, o chefe político português da época, António Oliveira Salazar, não aceitou negociar o reconhecimento da independência da Índia, o que só viria a ocorrer após a revolução de abril de 1974.

A imprensa na colónia de Goa

O segundo documento a ser impresso na colônia indiana, de que se tem notícia, foi o *Cathecismo da doutrina christã*, material que visava doutrinar os nativos. Foi publicado em 1557, cinco anos após a morte do seu autor, o padre S. Francisco Xavier (1506-1552), co-fundador da ordem jesuítica, com Inácio de Loyola. Neste período, eram responsáveis pelas prensas de Goa os padres da Companhia de Jesus. Em 1541, inaugurava-se a Confraria da Santa-Fé[6], construída pelo padre Diogo de Borba, pelo vigário geral Miguel Vás e pelo governador D. Estevam da Gama, que também fundaram o colégio de S. Paulo, com o objetivo de promover a instrução e a educação religiosa dos filhos da Índia.

No ano de 1561, foi publicado o *Compéndio espiritual da vida christã tirado pelo primeiro Arcebispo de Goa e por elle pregado no primeiro anno a seus fregueses*. Para o erudito bibliógrafo Innocencio Francisco da Silva, "este foi o primeiro livro impresso em Goa" (Gracias, 1880). Observa-se, pois, que há contradições, entre os pesquisadores, a respeito desses pioneirismos. Em virtude dos decretos do primeiro concílio provincial, ordenou-se ao arcebispo D. Gaspar as *Constituições Synodaes do Arcebispado de Goa*, que saíram publicadas em 8 de abril de 1568, em folhetim, por João de Edem. Sua segunda edição ocorreu em 1643, contendo 115 páginas. Trazia as licenças para impressão assinadas, entre 1640 e 1643, pelos Inquisidores Antonio de Faria Machado e George Seco Macedo. O arcebispo D. Gaspar de Leão Pereira publicou, em 1573, *Os desenganos perdidos*, de João de Edem. Este livro foi escrito em forma de diálogos, sendo personagens um cristão e um mouro que se encontravam entre Suez e o Cairo. Foi examinado pelo padre Francisco Rodrigues, provincial da companhia, e aprovado pelo doutor Bartholomeu da Fonseca, Inquisidor. O seu preço era de quatro tangas[7] de boa moeda. Ainda que aprovado pelos representantes da Igreja na Índia, o livro foi proibido de circular em Portugal, pela Inquisição, no ano de 1581. Havia uma grande censura aos livros e folhetos impressos, mesmo que fossem de pessoas reconhecidas e tidas como de confiança por parte do governo colonial. Isso não ocorreu apenas na colônia indiana, mas em todas as demais, e até mesmo a metrópole foi vítima da Inquisição.

As últimas publicações das tipografias das ordens monásticas foram as dos *Solilóquios divinos*, que datam de 1640; e uma nova edição, a terceira, de *O Purana*[8], de 1654. Em 20 de março de 1754, uma ordem foi enviada, em nome do rei, pelo Secretário do Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, para não se consentir estabelecimento algum de imprensa, "não só particular,

6 Trata-se de uma das organizações da Inquisição da Igreja Católica.

7 O antigo sistema hindu de moedas compreendia a *rúpia*, denominação vinda do sânscrito *rupya*, que significava *boa moeda de prata*. No sistema da Índia Portuguesa, até 1871, cada rúpia valia 10 *tangas* ou 60 *réis*, na moeda da metrópole portuguesa. Depois deste ano, e até 1958, cada *rúpia* passou a valer 6 *tangas*, ou 60 *reis*. A partir de 1958, o governo português impôs o *escudo*, sendo que 1 *rúpia* valia 6 *escudos*.

8 Extenso poema de 11.018 estrofes escrito em marata concani a partir de narrativas míticas.

mas ainda nos conventos, colégios ou qualquer outra comunidade por mais privilegiada que seja" (*O Chronista de Tissuary*, volume 2°, p.95). Assim procurava o enérgico ministro D. José (Marquês do Pombal) neutralizar todos os meios de ação de que dispunha a então ultrapoderosa Companhia de Jesus (Cunha, 1923, p. 3). Estabelecia-se, pois, a censura sobre os prelos na Índia.

A colónia já sofrera um grande hiato nas suas publicações, entre 1574 e 1616, pois não há obras conhecidas, impressas durante este período. Não se sabe se houve interdição das impressoras ou o que foi produzido no período está perdido. Nesta nova interrupção, até 1821, não se conhece qualquer trabalho nas tipografias, pelo motivo da expulsão dos jesuítas da Índia Portuguesa. Durante esses 67 anos de paralisação, um grande número de obras literárias ficaram inéditas ou foram publicadas em outros países. Devi Vimala e Manuel de Seabra destacam que Goa, pioneira da imprensa do oriente, viu-se desprovida desse valioso veículo de civilização: "Por isso o primeiro número da *Gazeta de Goa*, em 22 de dezembro de 1821, marca uma das mais importantes datas da história cultural de Goa, marca o início da sua renascença literária e cultural" (Devi & Seabra, 1971, p. 134).

O renascimento cultural e a imprensa

O século XIX terá enorme relevância para as letras goesas, coincidindo com as novas descobertas em todos os domínios das ciências e das artes que, desde a Europa, naturalmente eram passadas para as colónias, o que contribuiu para estimular os naturais pela busca de uma definição mais precisa de sua consciência cultural. Produziu-se, assim, um inovador surto cultural. Ao surgir, naquele momento, na sua forma mais moderna, o jornalismo transformou-se em um veículo de progresso: "As lutas ideológicas da época serviram naturalmente da sua flexibilidade e para as mais ardorosas polêmicas em que estava em jogo o destino do mundo".

Goa, Damão e Diu constituíam a chamada Índia Portuguesa. "Foram publicados sete órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 diários, 23 literários, 15 de interesse científico, cinco de direito, quatro de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, impressas em português e noutros idiomas" (Neves, 1989, p. 103), indica um levantamento de João Alves das Neves. O primeiro jornal goês foi a *Gazeta de Goa*, de edição semanal. Seu redator fundador foi José Aniceto da Silva. Continha as deliberações do governo, o cadastro mensal da receita e despesa do tesouro público, do Senado da Câmara, da Santa Casa da Misericórdia, e notícias nacionais e estrangeiras. Contudo, com o passar dos anos, "foi perdendo muito o seu primitivo valor, após a morte trágica de seu segundo redator, Luís Prates, convertendo-se em um veículo de dissensões e animosidades" (Cunha, 1923, p. 5).

A Junta administrativa que sucedeu ao vice-rei D. Manuel da Câmara lavrou, em 29 de agosto de 1826, uma portaria mandando cessar a sua publicação no final de setembro, sob o

fundamento de que "sempre o governo passou sem imprensa e sem gazeta até a infeliz época da revolução e nestes tempos desastrosos só produziu males, e achando-se actualmente os tipos imprestáveis, não havia inconveniente em se suspender a Gazeta" (Cunha, 1923, p. 6).

O segundo jornal oficial surgiu em 13 de junho de 1835 e se chamava *Chrónica Constitucional de Goa*, semanal. Foi redigido pelo mesmo José Aniceto da Silva, que cuidava da parte não-oficial do semanário. Consagrou-se com a política de combate violento junto aos jornais portugueses que defendiam, em Bombaim, a causa do administrador deposto. Teve apenas quatro edições, sendo a última em 8 de agosto daquele ano. Era editado na tipografia do governo.

Seu sucessor foi o jornal oficial *O Boletim do Govêrno do Estado da Índia*, que começou a ser editado em 7 de dezembro de 1837, já em harmonia com o decreto de um ano antes, que exigia que cada colónia imprimisse um boletim, tendo por redator o Secretário do Governo, que se tornou o responsável por sua administração. O primeiro redator foi o secretário António Mariano de Azevedo, auxiliado pelo cônego Caetano João Peres e por Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda. No princípio, era semanal, com exceção dos cinco primeiros meses de 1843, como se veio fazendo depois, desde o começo de 1856 até agosto de 1879 (Cunha, 1923, p. 7).

De setembro de 1879 a 30 de abril do ano seguinte, foi semanal. Por recomendação do Secretário Geral, Eduardo Balsemão (do jornal *Portugueses do Oriente*), publicou-se três vezes por semana, às terças, quintas e sábados, até 1º de maio de 1822, ano em que circulou diariamente, com exceção dos feriados e dias santificados. Voltou a ser tri-semanal em 1º de dezembro de 1887 e durou ainda dez anos. Em 1898, passou a bi-semanal, circulando às terças e sextas-feiras. Um ano depois, deixou de editar a sua seção noticiosa e histórica. No seu último ano de publicação, passou a chamar-se apenas *Boletim Oficial*, conforme uma lei de 1869.

O semanal *Echo da Lusitania* foi o primeiro jornal político da Índia Portuguesa. Era impresso nos prelos do governo, pois não havia outra tipografia no país. Era redigido pelo desembargador Manuel Felicíssimo Lousada de Araújo, tendo cunho oficial, sendo um jornal daquele mesmo capitão José Aniceto da Silva. Iniciou-se em 7 de janeiro de 1836 e encerrou suas atividades em 5 de março de 1837.

Naquele período, a maioria dos jornais publicados em Goa tinha cunho político. O jornal político, para António Maria da Cunha, precedeu a todos, acirrando ódios e rancores, pois os fomentava graças à linguagem virulenta e insolente (Cunha, 1923).

Em Damão, circulou *O Portuguez em Damão*, semanário político fundado por Bernardo Peres da Silva, prefeito, e por Constâncio Roque da Costa, secretário da prefeitura[9]. Foi criado para combater a *Chrônica Constitucional de Goa*. Dele se publicaram apenas quatro edições, de 4 de julho de 1835 a 8 de agosto, na tipografia do governo, em Goa. Em Bombaim,

9 Na organização administrativa portuguesa, o *prefeito* é o *Presidente da Cámara Municipal.*

circularam o *Investigador Portuguez* e a *Sentinela da Liberdade*[10], jornais políticos assinados por João de Sousa Machado.

A *Abelha de Bombaim*, semanário político, literário e comercial, era redigido por Luís Caetano de Menezes que, na opinião de António Maria Cunha, era um vigoroso jornalista. Começou a ser publicado em setembro de 1848, alcançando em 31 de agosto de 1861 a sua última edição. Teve "uma popularidade jamais excedida pelo desassombro, vigor e conhecimento com que era redigido, mantendo polêmicas em que sempre triunfou mercê de seus botes certeiros" (Cunha, 1923, p. 7).

A primeira tipografia particular surgiu em 6 de abril de 1859, com a publicação da edição de lançamento de *O Ultramar*. Foi de Bernardo Francisco a glória de criar em Goa o primeiro jornal não-oficial, que marcou o início de um período de progresso com grande repercussão na vida social do país (Lopes, 1971, p. 7).

O Ultramar executou toda a espécie de publicações, produzindo uma larga atividade literária até então desconhecida. Como Bernardo Francisco foi eleito deputado às Cortes, ficou responsável pelo jornal, seu irmão, António Anastácio Bruto da Costa, desde 23 de outubro de 1884. Após a sua morte, em 24 de abril de 1891, quem assumiu a direção foi o filho, Brás Condorcé Bruto da Costa, advogado. O jornal então passou a ser bi-semanal, desde novembro de 1905. Foi o primeiro jornal goês a comemorar o seu cinquentenário.

Em setembro de 1894, *O Ultramar* publicou uma série de artigos sob a epígrafe "Fastos do fanatismo", de autoria de Bernardo Francisco da Costa. Os artigos provocaram uma circular do Arcebispo Valente, condenando como heréticos e opostos à fé esses e outros textos, proibindo que *O Ultramar* tivesse ingresso no seminário ou nas residências dos párocos e missionários, bem como nas suas diversas dependências. Essa proibição durou 26 anos.

A Índia Portuguesa, da redação de Manuel Lourenço de Miranda Franco, surgiu em 4 de janeiro de 1861. Era composto por oito páginas de formato tablóide. No seu primeiro aniversário, ampliou seu formato.

É necessário ressaltar que, durante esse período de ressurgimento da imprensa, na colónia indiana, não havia nenhum tipo de restrição aos jornais. Assim, as publicações não indicavam os nomes de seus redatores nem de seus editores. Contudo, nova censura começava a vigorar, pois uma legislação, posta em vigor em 1895, preocupava-se em controlar as publicações periódicas[11].

10 Mais um jornal com o título *Sentinela da Liberdade*, influenciado por periódico semelhante, editado no Brasil, e sobre o que comentamos na nota 4, no capítulo dedicado ao jornalismo na África.

11 Houve, nesta época, uma revolta por parte dos soldados hindus a serviço do império português, os *cipaios*: a designação vinha da Índia Inglesa, mas foi adotada pela administração portuguesa. Inácio Caetano Felícíssimo de Carvalho, nativo hindu, foi acusado de sedição e derrotado pelas tropas do Capitão Manoel de Oliveira Gomes da Costa, o 1º. Visconde de Bardez. Há informações desencontradas a respeito do episódio, por parte dos historiadores, sendo que a autoridade portuguesa deixou, em livro, seu depoimentoo oficial. Esta sedição foi especialmente incentivada pelos

No dia 2 de dezembro daquele mesmo ano, publicou-se uma portaria determinando que cessasse em Goa "a publicação de todo e qualquer periódico ou panfleto ou ainda manuscrito a que se desse publicidade", contendo assuntos proibidos. Já por outra portaria anterior, de 15 de novembro. A restrição durou até 9 de setembro de 1897. Reapareceram, então, *O Ultramar* e *A Índia Portuguesa*. Esse repouso forçado não impediu que a imprensa goesa tivesse defensores, como os jornais anglo-indianos de Bombaim e também da imprensa de Lisboa (Cunha, 1923, p. 11).

A expansão da imprensa

Em Lisboa, no ano de 1899, foram colocadas as bases para a fundação de um jornal diário em Goa. Em 15 de dezembro daquele ano, lançava-se um prospecto impresso para a criação da "Casa Luso-Francesa" e a criação do *Diário da Índia*, sob a direção política do Conselheiro Fernando Cláudio da Cunha Pinto. Era responsável pela criação da Casa Luso-Francesa, António Maria da Cunha. Contudo, a ideia do jornal foi abandonada após o lançamento de *O Heraldo*.

No dia 22 de janeiro de 1900, circulava o primeiro número de *O Heraldo*, de Messias Gomes. Tinha um formato tablóide. Um ano após Gomes partir para a capital portuguesa, assumiu a direção do jornal António Maria da Cunha, no dia 3 de setembro de 1901, passando a ser também um dos proprietários do jornal. Como conquistou um grande público, modificou-se seu formato, ampliando-o e assim dando-lhe a dimensão de *standart*. A primeira edição a rodar neste novo formato foi em 7 de janeiro de 1902. Esse impresso tinha por objetivo, desde a sua fundação, "fazer do jornal um instrumento de educação popular, ensinar ao povo o caminho das atividades construtivas, levantar o nível mental das massas" (Lopes, 1971, p. 28).

António Maria da Cunha permaneceu na direção do jornal até 8 de maio de 1908, quando assumiu a responsabilidade de outro jornal diário, *Heraldo*, que teve como redator efetivo o general-médico José Maria da Costa Álvares, considerado um dos maiores propulsores da imprensa diária em Goa.

O Heraldo experimentou diversos formatos e algumas interrupções, até que seu fundador o retomou, fazendo-o ressurgir após um intervalo de mais de 21 meses, no dia 10 de janeiro de 1923 (Cunha, 1923, p. 23).

No ano de 1905, iniciava-se, em Margão, a publicação semanal de *O Echo da Índia*, cuja primeira edição saiu em 9 de setembro. Em 1907, parou de ser impresso. Também em 1905, publicou-se, na capital do estado, *O Diário de Goa*, que acabou um ano após.

Surge, então, *O Pygmeu*, em 4 de fevereiro de 1908, com um formato bem pequeno,

---

rane, uma casta de nobres hindus, que começava a organizar com maior consistência um movimento de resistência ao domínio lusitano.

como indica o seu título. Em 31 de dezembro de 1909, mudou o seu tamanho, passando algum tempo depois a ser publicado três vezes por semana, com outra chefia de redação. Em 1º de dezembro de 1919, nasceu outra publicação em formato tablóide, o *Diário da Noite*.

A partir das conclusões tiradas pelos autores até aqui pesquisados, pode-se dizer que o jornalismo diário em Goa provocou certa estranheza. Afinal, sua linguagem cortês e serena diferenciava-se dos antigos pasquins políticos. Também a sobriedade e, sobretudo, a delicadeza das frases e a atenção devida aos adversários, que não estavam acostumados com esse tipo de leitura, chama a atenção, ao se perceber que o jornalismo diário, mesmo na sua origem, fez com que, aos poucos, quase toda a imprensa goesa aprendesse a utilizar uma linguagem moderada e menos agressiva.

Outros tipos de jornalismo

O jornal literário da Índia Portuguesa também fez história. O primeiro jornal com esse foco, a ser editado, foi *A Biblioteca de Goa*, da Imprensa Nacional. Sua redação era coletiva, sendo seu principal responsável João Antônio de Avelar. Contudo, dele se publicou apenas um único número, em janeiro de 1839.

O bi-semanal *Encyclopedico* circulou de 31 de julho de 1841 até 30 de junho de 1842, sob a direção de Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda. Suas edições eram ilustradas com duas estampas litografadas e encartado no *Boletim do Govêrno*. Seu idealizador tinha "um entusiástico interesse pelas elocubrações do espírito e animador incentivo para as manifestações do pensamento" (Cunha, 1923, p. 25).

O Compilador foi um poderoso jornal no progresso literário goense, pois se diferenciava dos demais por seu senso estético e também porque trazia, nas suas edições, os melhores artigos do jornal *O Panorama*, de Lisboa[12].

Houve ainda outras publicações que duraram muito pouco tempo, dentre elas *O Mosaico*, de Manuel Joaquim da Costa Campos, de que António Maria Cunha diz ter sido uma das organizações mais simpáticas de Goa. Esse jornal literário viveu apenas seis meses.

O tenente do exército de Portugal, João Felipe de Gouveia, cujo nome está ligado a várias publicações em Goa e em Bombaim, publicou o semanal *Recreio das Damas*, voltado ao público feminino letrado. A primeira edição saiu em 9 de maio de 1863, sendo a última de 5 de outubro do mesmo ano. Rodava na Imprensa Nacional.

12 Pode-se consultar, a respeito, "Uma descrição de Porto Alegre n´*O Panorama* (1843)" (Hohlfeldt; Sousa & Lourival, 2012, pp. 29-56). Estampava imagens produzidas pelo processo de xilogravura. Sua redação era coletiva e tinha como diretor João Antônio de Avelar, o mesmo de *A Biblioteca de Goa*. Publicou-se em duas séries: a primeira, de 7 de outubro de 1843 a 28 de dezembro do ano seguinte, e a segunda, a partir de 15 de julho de 1847, até dezembro do mesmo ano.

De 30 de novembro de 1864 até 31 de dezembro de 1866, circulou a *Ilustração Goana*, sendo seu diretor e proprietário o escritor Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves. Os dois primeiros números foram impressos na Imprensa Nacional e os demais na tipografia do *Ultramar*. Ali se manifestaram importantes pensadores goeses (Cunha, 1923, p. 26).

Em 1865, publicou-se *Harpa do Mandovy*[13]. Sua redação era coletiva, tendo como editor Ubaldo da Costa Campos. Era um jornal de poesia e sua impressão ocorria na Imprensa Nacional. Dele se editaram seis números, de 7 de junho de 1865 a 20 de novembro do mesmo ano.

Esse foi considerado o período mais brilhante da literatura, principalmente a partir de 1870, ano da chegada de Tomás Ribeiro, Secretário Geral do Governo. Sua presença na colónia indiana impulsionou a literatura local e estimulou muitas vocações. O "Instituto Vasco da Gama" foi a agremiação literária de maior prestígio, fundada em Goa, à qual pertenciam todos os valores culturais daquela terra. Teve seu jornal, com a mesma denominação, *Instituto Vasco da Gama*, mensal, impresso na Imprensa Nacional. Inseria as memórias lidas nas suas sessões. Tendo-se editado o primeiro número em janeiro de 1872, terminou com a edição de 1875, já sob a direção de Cunha Rivara. Seu encerramento decorre de acontecimentos políticos que provocaram a saída do Visconde de S. Januário, do Governo Geral, bem como do Secretário Tomás Ribeiro (Cunha, 1923, p. 27).

Com o aparecimento da imprensa diária e independente, surgiram revistas de todos os âmbitos. Primeiramente, circularam como suplementos dos jornais. *A Revista da Índia* é um exemplo. Foi publicada como suplemento literário do semanário *Boletim do Comércio*, tendo por diretores o poeta Paulino Dias e Adolfo Costa. Dela saíram doze edições, de julho de 1913 aos últimos meses de 1914. Outra revista também publicada no mesmo jornal foi *A Revista Académica*, composta pelos estudantes do Liceu Central, de Nova Goa. Seus redatores eram António Cunha Gomes, Marcos Caetano Colaço e António de Noronha Rodrigues. Durou um ano, de 1919 a 1920.

António Maria da Cunha ressalta que, desde 1862, não faltaram revistas que tivessem por objetivo popularizar o estudo das ciências (Cunha, 1923, p. 32). Em 15 de janeiro daquele ano, surgiu o *Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da India Portuguesa*, impresso na Imprensa Nacional, mensalmente. Era redigido pelo primeiro farmacêutico do quadro de saúde e professor na Escola Médica de Goa, António Gomes Roberto. Foi publicada com esse nome até 15 de dezembro de 1863, sendo que, em janeiro, foi substituída pelo *Archivo de Pharmacia e Sciencias Accessorias da India Portuguesa*. Sua última edição é de dezembro de 1871.

Com o mesmo assunto, aparece o *Jornal de Pharmacia* e, poucos meses depois, em 1° de outubro de 1862, a *Revista Medico-Militar da Índia Portuguesa*, do cirurgião-mor Augusto

13 Alusão a um dos dois rios que formam a embocadura na qual se encontra a ilha de Tissuari, onde foi edificada a cidade de Goa.

Carlos de Lemos, ambos impressos mensalmente. O último circulou em Nova Goa, até 1° de janeiro de 1864.

A tipografia Rangel, de Bastorá, foi a primeira a ser montada para a impressão de materiais literários, o que facilitou a publicação de vários livros. Nela, foi criada a revista mensal *O Arquivo Médico da Índia*, circulando no período de julho de 1894 a maio de 1896. Eram seus editores os médicos de Bardês, Luís Napoleão de Ataíde e Angelo Custódio Martins. Assim como as demais publicações científicas daquele período, também foi vítima da portaria de 1895 que proibiu, na colónia luso-indiana, a edição de periódicos.

A revista médica que mais acentuadamente firmou o grau do progresso científico local foi o *Boletim Geral de Medicina e Farmácia*, fundada em 1911, pelo Professor Froilana de Melo, que nela publicou trabalhos originais de empolgante atualidade e de reconhecida importância (Cunha, 1923, p. 32). Em 1917, passou a ser órgão oficial do governo. Em virtude do disposto em seus Estatutos, denominou-se, a partir do número I da série IV, *Associação Médico-Farmacêutica da Índia Portuguesa*.

Foram poucas as publicações com foco no Direito, durante o período de colonização. A mais importante delas é *A Revista dos Tribunais*, do advogado Ascanio Sebastião dos Remédios Costa, cujo primeiro número saiu em 2 de abril de 1893. Foi reeditada em 15 de abril de 1921, pelo seu filho, o advogado Emílio da Costa Martins, que dela reproduziu alguns exemplares.

Desde a Inquisição, não havia nenhum registro de qualquer impresso de cunho religioso em Goa, até a publicação do *Oriente Catholico*, de 1867, editado pelo Pe. Casimiro Cristóvão de Nazaré. O *Oriente* era quinzenal, impresso pela Imprensa Nacional de Nova Goa, tendo terminado em dezembro de 1870.

Em 15 de julho de 1867, começou a circular o mais polêmico dos impressos religiosos, *A Cruz*, quinzenal. Em 26 de julho de 1879, passou a ser *in folio*, época em que, no combate violento contra a Propaganda Fide[14], o jornal assumiu um cunho mais político do que religioso. Seus redatores eram os padres Manuel Agostinho de Carvalho, António Francisco Xavier Alvares e Mar Julius. Por ser político, o arcebispo D. António Sebastião Valente, que depois se tornou primeiro patriarca das Índias Orientais, proibiu, em julho de 1882, a sua circulação.

O proprietário do jornal recorreu à Coroa, contra o ato do Prelado, sendo que a Relação de Goa deu provimento ao recurso, condenando o Arcebispo a revogar a proibição, sob pena de perder as suas temporalidades. Contudo, o governo da Metrópole ordenou, por telégrafo, ao agente do Ministério Público, que interpusesse recurso contra o acórdão da Relação. De seu lado, o Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa, por acórdão de 13 de julho de 1885,

14 A Propaganda Fide é a congregação que examina e julga se determinados livros podem ser lidos por católicos. Foi criada em Roma, no século XVII. Popularmente é conhecida simplesmente como a Inquisição.

não tomou conhecimento do recurso, ficando apenas o acórdão da Relação. "Mesmo assim *A Cruz* deixou de existir em 18 de julho de 1882" (Cunha, 1923, p. 37).

Um ano depois, começou-se a imprimir *O Crente*, em Orlim, redigido pelo Monsenhor Francisco Xavier de Loiola. Passou a ser órgão oficioso da Arquidiocese, pois tendo o governo português admoestado, em portaria de 25 de novembro de 1894, o prelado, por ter publicado no *Boletim Oficial* uma pastoral, em 1° de setembro do mesmo ano, contendo a encíclica *Humanum Genuas*, que ainda não havia recebido o indispensável beneplácito régio, o mesmo prelado deixou de mandar à folha oficial os diplomas emanados de sua secretaria, como era de uso até então, dando-lhes, porém, publicidade, que seria considerada oficial, nas colunas do *Crente* (Cunha, 1923, p. 37). O jornal foi impresso em Orlim, até 3 de dezembro de 1894. No ano seguinte, monsenhor João Excelso de Almeida assumiu a sua direção e passou a publicá-lo em Nova Goa, até a transferência da tipografia do *Crente* para Pondá.

Impressos periódicos de reconhecida utilidade contribuíram poderosamente para a vulgarização de documentos inéditos, que jaziam nos velhos arquivos oficiais, como o *Gabinete Literário das Fontainhas*, na direção de Felipe Neri Xavier. Esse impresso trazia importantes curiosidades e variadas informações de estatísticas e descrições de usos e costumes. Começou em 1846, mensalmente, até dezembro de 1848, constituindo três volumes. Depois de 1848, passou a se publicar de forma irregular, o que fez perder seu caráter de jornal, embora o nome continuasse o mesmo.

Também a *A Colecção das Leis Peculiares das Comunidades Agricolas dos Concelhos das Ilhas, Salcete e Bardez* foi publicada em duas partes. A primeira, em 1852 e a segunda, em 1855.

Por seu lado, o Conselheiro Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara empreendeu a reprodução de vários documentos sob o título de *Archivo Portuguez Oriental*, cujo primeiro fascículo saiu em 1857 e o último em 1875 (foi dividido em duas partes: a primeira, publicada em 1875, e a segunda, no ano de 1876). Cunha Rivara também publicou o periódico mensal o *Chronista de Tissuary*[15], impresso de janeiro de 1866 a julho de 1869. Continha reproduções de valiosas informações e documentos históricos. O Governo Central, por portaria do ministro Sá da Bandeira, de 31 de maio de 1858, o incumbiria de continuar a obra de João de Barros e Diogo de Couto[16], autorizando-o a deslocarse, a fim de "colher nos próprios lugares as memórias dos feitos portugueses nas regiões do oriente" (Cunha, 1923, p. 37). Para tanto, a Fazenda iria custear as despesas do jornalista, quando necessário. Contudo, Cunha Rivara jamais se valeu de qualquer ajuda do governo, coligindo, sempre que se lhe ofereceu ensejo para tanto, "informações, memórias e relações de sucessos antigos e modernos", todas registradas no *Chronista de Tissuary*.

Em 1° de abril de 1894, o médico Pitagoras da P. Lobo iniciou a publicação de um jornal

15 Conforme já se registrou antes, refere-se à ilha sobre a qual foi edificada a cidade de Goa.
16 Os primeiros cronistas das colonizações portuguesas, em especial na Ásia.

quinzenal. O periódico se chamava *O Indispensável*. Era impresso na tipografia Rangel, de Bastorá. Foi suspenso um ano depois. Tratava-se de um jornal de ciências, artes e indústria. Reapareceu em 1° de outubro de 1906, com uma seção musical dirigida por V.J. Janim Rangel. Em 29 de janeiro de 1913, passou a ser semanal, com a mesma seção dirigida por F.X. Pinto. Essa seção sobre música deixou de ser publicada em 17 de janeiro de 1914. Poucos meses depois, o jornal tem a sua direção abandonada pelo fundador. Voltou a ser editado em 17 de julho do mesmo ano, ainda sob a direção do mesmo Janim Rangel. Passou a chamar-se *Indispensável* e, como subtítulo, *revista quinzenal enciclopédica, biográfica, scientifica, histórica, social, jurídica, medica, musical, literária, artística, noticiosa*.

Os distritos de Damão, Diu e Bombaim também tiveram os seus jornais indoportuguêses. Entre os diversos títulos, destacam-se *O Portuguez*, de Damão, de 1835, e a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Damão*, de 1837 (Cunha, 1923, p. 44)[17]. Porém, não há registros de outros jornais até 1890, ano em que se começou a cirular *O Damense*, jornal tablóide, impresso mensalmente em Bombaim. Seus redatores eram os advogados Manuel Sebastião Vaz e Luís Diogo de Brito. O primeiro número saiu em 1º de julho, sendo o último a sua 44º edição. De Diu, o único jornal de língua portuguesa que se conhece é o *Diuense*, publicado entre os meses de maio e agosto de 1892, terminando como suplemento em um jornal regional, no mês de setembro. Provavelmente, o seu editor era Berlamino do Rosário (Cunha, 1923, p. 44). Bombaim teve grande influência no jornalismo indo-português, ainda que fosse um território colonizado pelos ingleses, pois era um núcleo de cidadãos portugueses (Cunha, 1923, p. 45). A imprensa em Bombaim passou por duas fases similares às vividas por Goa que, ao longo desta síntese, está sendo descrita. A primeira (mais política e ideológica, polémica) destaca os jornais *Investigador Portugues, Pregoeiros da Liberdade, Observador* e a *Abelha de Bombaim* que, em luta ao lado dos jornais de Goa, defendiam as oligarquias portuguesas, no tempo em que as convulsões políticas do constitucionalismo predominavam. A segunda fase (imprensa diária mais informativa e menos agressiva) aconteceu a partir do nascimento do impresso *O AngloLusitano* e, mais tarde, de *Horas Vagas, A Colonia Goana, O Boletim Indiano* e o *Portugues Britanico*. Todos exaltavam o sentimento patriótico dos filhos da terra e "todo o seu amor por Portugal" (Cunha, 1923, p. 47).

Com a emigração, formaram-se novas aglomerações, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a cultura concani, sobretudo graças à publicação do *Dicionário Português-Concani*, do Monsenhor Rodolfo Delgado e de outros trabalhos de vários concanistas, habilitando a ler e escrever muitos goeses que desconheciam a língua portuguesa.

17 A 9 de abril de 1823 surgiu o jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, que defendia a Independência do Brasil, com mudanças radicais, e era contra a escravatura. Recebeu vários complementos no nome, de acordo com o lugar em que Cipriano Barata, seu fundador, esteve preso. O *Sentinela da Liberdade* inspirou a criação de dezenas de outros jornais com esse nome pelo país e fora dele. Editou-se na mesma época em Porto Alegre um jornal de igual título, de Claude Dubreuil, francês. O jornal foi editado entre 1831 e 1836. De linguagem virulenta, era contrário aos *farroupilhas*, que lutavam pela independência da província em face do Império.

Em uma nova fase, a imprensa concani se difundiu criando novos métodos de escrever. Para tanto, imprimiu-se o *Alfabeto Mariano*, de Eduardo Bruno de Sousa, que editava o *Udebtechém Salok*, com o intuito de tornar popular o seu sistema gráfico.

O primeiro jornal marata[18], segundo Cunha, apareceu tardiamente, em 1872, com *Dexassudaranetxo* (*Amigo do Progresso da Pátria*), surgindo outras publicações a posteriori, como o *Kesry* e o *Marata*, que nasceram graças à difusão da imprensa na Índia vizinha, além das revistas ilustradas, como *Pathea-Bodha*, do médico Ramachondra Panduroga Vaidya e a revista literária *Prachi Praba*. Também havia *O Pathea-Bodha* (*Conselhos Higiênicos*), revista médica, mensal. Começou a sua publicação em novembro de 1888, tendo, no ano seguinte, uma versão em português. Era impressa em Nova Goa, até o mês de abril de 1891, passando a ser editada em Bombaim, de outubro de 1892 a dezembro de 1894. O mesmo editor também publicou a revista literária e científica *Luz do Oriente*. Esta revista tinha por objetivo a difusão da literatura oriental, até então pouco conhecida.

Merece destaque a revista literária *Prachi Praba*, pois possuiu uma editora hindu, Sarasvatiba Vaidya, esposa de Ramachondra Panduroga Vaidya, a primeira mulher hindogoesa a figurar no campo das letras.

No ano de 1902, em Combarjua, começou-se a publicar o jornal marata *O Satsang*, que mantinha uma campanha de hostilidade contra o domínio britânico. O jornal era bastante lido na Índia-Inglesa, cujo governo protestou junto à administração indo-portuguêsa, que fez suspender essa campanha em 1907, desaparecendo ao mesmo tempo o jornal (Cunha, 1923, p. 48).

Em suma, o jornalismo indo-português, não apenas influenciou à colónia hindu-lusa, como também às colónias inglesas mais próximas a Goa. António dos Mártires Lopes defende a ideia de Gilberto Freyre, dizendo que, se a cultura luso-tropical madrugou em Goa, nas diversas manifestações do pensamento humano, não é menos certo que a imprensa periódica da Índia Portuguesa teve a sua primazia, no tempo e no espaço, como poderoso agente de civilização e melhor instrumento para a vulgarização de ideias e princípios europeus brancos, para o progresso do saber humano e a elevação do nível intelectual dos povos (Lopes, 1971, p. 7).

Na primeira fase dessa história, os jornais foram armas de combate dos partidos e oligarquias, sendo o principal meio de propaganda de ideias ou de ataque aos adversários. Neste período, dois fatos, na primeira metade do século XIX, tumultuaram e dominaram o ambiente político de Goa, o que ocasionou um grande número de violências e mortes, com lutas incruentas na imprensa, todas visando as ideias igualitárias proclamadas pelo criador do Estado da Índia, Afonso de Albuquerque, e pelo Marquês de Pombal.

18 Mas escrito em língua concani. A língua concani era aquela mais popularizada quando da conquista portuguesa. É um idioma indo-ariano, a partir do sânscrito. Na região norte da Índia, contudo, firmou-se a língua marata, que se tornou um dos 18 idiomas oficiais do Estado hindu, após 1985.

O primeiro momento agitado foi a implantação do regime constitucional em Portugual. O regime liberal apenas serviu para dividir o país em numerosos grupos que se digladiavam violentamente em busca do poder, refletindo as disputas que ocorriam na metrópole (Cunha, 1923, p. 50). Este período político, porém, foi fértil na fundação de jornais, órgãos dos diversos partidos.

Outra convulsão ressaltada pelos autores aqui citados foi o conflito religioso entre o Padroado do Oriente e a Propaganda Fide. O Padroado era uma instituição com seu centro em Goa. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pela administração do Marquês do Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, todas as missões sofreram grandes reveses e teriam ficado consideravelmente reduzidas, se o clero não desse o seu auxílio. A Propaganda achou o momento oportuno para se infiltrar nas missões do Padroado, que começou a retirar-se dos seus campos de evangelização. Em 1853, o *breve* papal Probe Nostis excomungou quatro sacerdotes goeses que, depois de doze anos, através de uma campanha do padre Estêvao Jeremias Mascarenhas, no Parlamento português, foram declarados beneméritos da Nação.

No segundo período jornalístico de Goa, nasceram as tipografias particulares, em que foram divulgadas novidades e conhecimentos úteis e, sobretudo, importantes aos "interesses do povo" (Cunha, 1923, p. 49). Aparece, naquele período, *O Ultramar*, de Bernardo Francisco da Costa, marcando um momento de progresso, com grande repercussão na vida social do país. Por natural evolução, chegou-se ao terceiro período.

Ele se iniciou em 1897, após dois anos de proibição da imprensa. Houve uma espécie de evolução e surgiu, assim, o jornal diário. Havia a necessidade de se fundar um "jornal neutro ou incolor, imparcial e cordato, que pela correção inabalável do seu porte perante o país e perante os poderes públicos" (Lopes, 1971, p. 23) alcançasse credibilidade. Nasce, naquele momento, *O Heraldo*. A imprensa diária acaba por ser "mais intensa, porque passa a ser o que é em toda parte: uma escola de educação pública, uma valiosa força dirigente, exercendo diariamente uma influência subtil, mas benéfica em todas as camadas da sociedade" (Cunha, 1923, p. 50).

Para concluir, verifica-se ocorrerem, em Goa, aquelas mesmas características dos jornais que circulariam durante o período colonial africano.

Mas há algumas diferenças dignas de nota:

> 1. A imprensa goesa apresenta publicações de categorias profissionais, como médicos e farmacêuticos, ou até mesmo advogados, que jamais encontraremos na África;
>
> 2. Da mesma maneira, a imprensa goesa terá uma influência religiosa da Igreja Católica impensável na imprensa africana ou brasileira: se foi esta Igreja Católica a instituição que levou os primeiros prelos para o continente asiático, a exemplo do que fizera para a América espanhola, foi esta mesma Igreja capaz de confrontar o próprio governo da metrópole, muitas vezes, com resultados diferentes dos conflitos, conforme as épocas e os governantes;

3. Pela formação pretérita de línguas escritas e, por consequência, sistemas literários pré-existentes no continente, a imprensa goesa acabou desenvolvendo mais fortemente a literatura em suas páginas, não apenas revelando autores, quanto permitindo o processo de tradução, sobretudo das línguas nativas para o português, o que enriqueceu sobremaneira aquela cultura.

A partir dessa síntese, pode-se perceber que a imprensa em Goa sofreu altos e baixos, como em todas as demais colónias. O jornal foi porta-voz político e de popularização da literatura e das artes em geral. Num país que teve sua colonização diferenciada das demais, e que foi o primeiro a possuir impressos, Goa, no entanto, não dispunha de escolas que preparassem seus filhos para este ou aquele ofício.

Contudo, Lopes (1971, p. 31) lembra que um dos aspectos mais relevantes da intelectualidade goesa é a cultura jurídica em que se evidenciou um verdadeiro escol de advogados que, embora não dispondo de uma escola de Direito onde se preparasse o seu espírito para tão nobre e delicada profissão, atingiu um alto prestígio no foro, pelos profundos conhecimentos, e em suma, pela vincada personalidade jurídica que evidenciavam aqueles advogados.

O mesmo autor defende que, numa terra onde não havia escolas nem cursos profissionais, o jornalismo fez-se por intuição, por auto-educação, pondo ao serviço da sua missão o somatório das suas faculdades e aptidões, aperfeiçoando-se cada vez mais, graças ao contato com a imprensa metropolitana e à vizinha Índia Inglesa, numa irreprimível conduta de formação e deontologia profissional (Lopes, 1971, p. 8). Logo, entende-se que o jornalismo em Goa foi feito por vocação e, ainda que o governo lhe fosse contrário, cresceu e desenvolveu consigo um Estado. A semente plantada pelos padres jesuítas, em 1556, bastou para que a sociedade goesa entendesse a importância da imprensa e não conseguisse mais viver sem essa voz social.

A imprensa periódica da China

Os chineses conheciam o prelo bem antes dos europeus. Desde o século VI, eles já haviam desenvolvido equipamentos de madeira (xilográficos) com os quais imprimiam documentos e obras literárias. A xilogravura chinesa remonta à Dinastia Choi. Lok Sam, no livro *Ho Fan In Han Lok*, registrou, sobre a gravação em madeira, a respeito daquela Dinastia: "No 8° dia do 12° mês do 12° ano (ano 593) do reinado do Imperador Choi Hoi, foi ordenada a gravação em madeira de obras literárias e de gravuras clássicas". Esta é a primeira referência por escrito às xilogravuras chinesas. Com o desenvolvimento da técnica de impressão, as xilogravuras populares se ampliaram na Dinastia Tong, especialmente aquelas alusivas ao Ano Novo. Verifica-se, pois, sua

utilização, tanto enquanto ilustração, quanto para registro de textos (Gonçalves, 1967, p. 67 e ss.)[19].

A introdução da tipografia, na quase totalidade das então colónias portuguesas, à exceção do Brasil, se deveu ás missões religiosas, especialmente as jesuíticas (Pires, 2010, p. 26).

Na verdade, há uma curiosa história a respeito: por volta de 1586, quatro jovens japoneses tinham sido enviados, enquanto diplomatas, pelos mandatários do Japão, deslocando-se para Portugal e Espanha (naquele momento, ambas as nações reunidas sob uma única administração). Pretendiam conhecer o rei de tão amplos territórios e também saudar ao Papa. Tratava-se de um primeiro resultado positivo das missões jesuíticas naquela região do Oriente. Sabe-se que os jovens, recebidos na Universidade de Coimbra, além de assistirem a representações de autos sacramentais, encantaram-se com um prelo ali utilizado e dispuseram-se a levar uma daquelas máquinas para seu país.

Sabe-se que eles embarcaram no dia 12 de abril de 1587 de retorno ao Japão, chegando em 31 de maio de 1588 em Goa, na Índia, a bordo da nau São Felipe. Um dos quatro jovens, o nipônico cristão Constantino Dourado, resolveu experimentar o invento que traziam na bagagem e assim foi impressa a obra *Oratio habita a fara, D. Martino Iaponio*, que narrava a ação do embaixador português Martinho Hara, naquelas terras. Pouco tempo depois, os jovens reembarcavam e chegavam a Macau, presumivelmente em agosto do mesmo ano. Ali, novamente desembarcados, terminaram por imprimir a obra *Cristiani Pueri Institutio*, do sacerdote Juan Bonifacio, de Salamanca (1588). Este fato é historicamente importante, porque é a primeira obra impressa em máquina de tipos móveis que ocorre na China, ainda que o sacerdote Miguel Ruggeri, já em 1585, editara um pequeno volume, hoje raríssimo, com o Salmo CXII do *Livro dos Salmos*. No entanto, essa obra foi concretizada com uma impressora xilográfica, nos moldes daquelas existentes entre os chineses (Braga, 1965). O segundo trabalho impresso com tipos móveis, ainda com aquela mesma máquina trazida de Portugal, foi *De Missione Legatorum*, que teve uma primeira parte concretizada logo após aquele texto do pe. Bonifacio, e cuja edição completa saiu no primeiro semestre de 1590. Equivocadamente atribuída, durante muito tempo, ao Visitador do Santo Ofício das Índias Orientais, Pe. Alexandre Valignano, de fato foi redigida pelo sacerdote português, oriundo de Guimarães, Duarte de Sande.

Os jovens japoneses, enfim, chegaram de retorno à pátria em 28 de julho de 1590, o que evidencia terem permanecido um período significativo em Macau, inclusive participando das impressões daquelas primeiras obras (Matos, 1991; Arrimar, 1987). Eis como um prelo saído de Lisboa passou por tantas, diferentes e longínquas terras e em todas elas acabou por participar das primeiras e emocionantes aventuras impressoras daqueles territórios.

Os sacerdotes jesuítas instalados em Macau se preocuparam em criar um colégio, de

19 Sandra Pires (2010, p. 27, nota 99), citando o 2º. Visconde de Santarém, afirma que o número de livros impressos na China, até 1835, ultrapassaria, em muito, a quantidade de obras editadas na Europa!

São Paulo, e ali instalar uma excelente biblioteca, adquirindo obras na Europa ou imprimindo-as numa tipografia própria que, enfim, também ali fixaram.

No século seguinte, Cantão e Hiang-Zan também já possuíam suas prensas junto aos colégios jesuíticos.

Diz um pesquisador que o último texto assim impresso foi uma gramática japonesa de autoria do Pe. João Rodrigues (Boxer, 1951, p. 134), época em que, chegando a Macau as notícias a respeito da política antirreligiosa do Marquês do Pombal, apressaram-se os sacerdotes em transferir os acervos da biblioteca e sua impressora para Manila, escapando, assim, todo aquele material, de destruição.

Por conseqüência, "não havia ali qualquer máquina impressora. Foi a revolução [liberal] de 1820 que propiciou a reinstalação da imprensa em Macau e o início da publicação de periódicos" (Garmes, 2003, p. 65).

Voltemos no tempo, porém, e viajemos um pouco pela história das relações entre os chineses e os portugueses.

A chegada dos portugueses e sua relação com Macau

A maioria dos pesquisadores, tanto chineses quanto portugueses, refere que as relações entre aqueles povos se iniciaram a partir da expedição de Vasco da Gama, através de um intérprete mouro, encontrado em Melinde (atual Quênia), em 1498. Enquanto os portugueses foram rechaçados em Moçambique e Mombaça, a cidade de Melinde lhes abriu as portas, pois almejava alcançar a hegemonia da região e compreendeu a força bélica dos europeus. Com o auxílio de um nativo, Ahmed Mesjid, conhecido como El-Melindi, os portugueses alcançariam certo diálogo com os chineses de Macau, às voltas com piratas. O mesmo intérprete teria ajudado os portugueses a chegar a Calicute, na Índia. A frota de Diogo Lopes de Sequeira, em 1509, auxiliou aos macaenses neste momento e assim ter-se-ia iniciado uma boa relação diplomática entre os asiáticos e os lusitanos.

Desde o século XII os chineses, de modo geral, exerciam o comércio marítimo, o que só foi interrompido durante o período de dominação mongol de Kublai Kan (1214-1294), que exterminou a dinastia Sung[20] (Ramos, 2004, 2009). Neste período, o comércio marítimo tornou-se uma ocupação desonrosa, mas após a derrocada de Kan, os chineses voltassem a desenvolver este tipo de ocupação, dominando completamente toda a região, embora aquele preconceito remasnescesse entre alguns segmentos sociais. Quando os portugueses chegaram a Macau, assim, encontraram uma série de motivos que os tornavam extremamente distantes

20 Toda a passagem que se segue acompanha de perto as exposições deste autor.

dos nativos: a tradição cultural, uma atividade considerada socialmente menor e, sobretudo, o fato de que a administração política chinesa era extremamente centralizada, o que significava uma fidelidade inquebrantável das cidades em relação ao governo, ao contrário do que os portugueses encontravam na África ou mesmo na Índia; mas, sobretudo, o reconhecimento, por parte dos chineses, de que não apenas a marinha chinesa era mais poderosa do que a armada portuguesa, quanto o poderia bélico chinês era imensamente superior ao dos portugueses.

Esta situação será modificada com o apoio lusitano contra os ataques piratas que ocorriam na costa, em especial na região de Macau, de sorte que, entre 1553 e 1554, os chineses permitiram o comércio com a cidade, depois de os portugueses ali desembarcarem alguns de seus navios sob a desculpa de necessidade de secarem suas cargas. Após 1557, a China arrendou Macau aos portugueses. Assim mesmo, os representantes do governo de Portugal continuaram enfrentando problemas com o país, o que levou a metrópole a entregar o comércio da região a particulares. Estes, embora mais bem sucedidos, não deixaram de enfrentar o assédio constante dos piratas chineses que descobriram ser mais lucrativo atacar os navios portugueses do que as próprias cidades ou os barcos nativos. Assim, apesar de os comerciantes lusitanos tentarem enganar os piratas, adotando as embarcações nativas, mesmo assim eram constantemente atacados, roubados e seus barcos postos a pique, conforme relata detalhadamente Fernão Mendes Pinto, em sua conhecida obra *Peregrinação* (1614 [2005]).

Apesar de todas as dificuldades, o comércio português alcançou enorme lucratividade e desenvolveu, igualmente, a região, chegando a seu auge ao final do século XVI e começo do seguinte, tornando-se importante entreposto comercial e, sobretudo, um ponto de formação e de partida de missionários católicos para as missões nos demais países do Oriente, inclusive o Japão. Por isso, o Papa Gregório XIII criou, em 1576, a Diocese de Macau e, em 1583, foi instituído o Leal Senado de Macau, sede e símbolo do governo civil local lusitano. A partir de 1623, Macau passou a ter um governador português, até a primeira metade do século XIX.

Só em 1887, contudo, a China reconheceria formalmente a soberania da ocupação portuguesa em Macau, através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, que duraria até 1967, quando uma série de revoltas provocadas por militantes pró-comunistas, na cidade, o chamado Motim 1-2-3, após intensas negociações, levou a um novo tratado, em 1987, pelo qual se fixava que Macau retornaria à soberania chinesa em 20 de dezembro de 1999, tornando-se Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em que Macau se tornava um território chinês sob administração portuguesa.

Os primeiros jornais

A primeira relação exaustiva de títulos de jornais publicados no espaço lusófono que se conhece é aquela produzida por Brito Aranha, em 1885 (p. 23). Trata-se de um opúsculo de menos de trinta páginas, que reúne uma relação de "Jornaes ultramarinos", em ordem alfabética; "Jornaes pela ordem das províncias" (Angola, Cabo Verde, etc...) e "Jornaes publicados na metrópole". A segunda listagem facilita a consulta e aí encontramos o conjunto dos periódicos de Macau e de Timor, com seu título e data de circulação[21].

Combinando este levantamento com a listagem apresentada em artigo bem mais recente, já citado neste texto, de Hélder Garmes, que menciona, de passagem, e sem referência a qualquer cronologia, os títulos dos periódicos que integram o que Manuel Teixeira denomina de *primeiro período* da história da imprensa de Macau, periodização que ele assume, compõe-se este quadro:

1822 — 1823 — *A Abelha da China* — Macau — Político
1824 — 1826 — *Gazeta de Macau*
1834 — *Boletim da Província de Macau e Timor* — Macau
1834 — *Chronica de Macau* — Macau — Político
1836 — 1838 — *O Macaísta Imparcial* — Macau — Político e literário[22]
1838 — 1839 — *Boletim Oficial do Governo de Macau*[23]
1838 — *O Correio macaense* — Macau — Político e literário
1839 — *A Gazeta de Macau* — Macau — Político e literário[24]
1839 — 1843 — *O Português da China*
1843 — 1845 — *A Aurora macaense* — Macau — Político
1844 — 1845 — *O Solitário da China*
1844 -1845 — *O Procurador dos macaístas* — Macau — Literário
1845 (pelo menos até 1862) — *Boletim do Governo da Província de Macau*, Timor e Solor
1863 — 1866 — *Ta-Ssi-Yang-Kuo* — Macau — Literário
1868 — *O Independente* — Macau — Político e noticioso
1869 — *Noticiador macaense* — Macau — Político

21 Aqui organizada cronologicamente.
22 Vinculado ao Partido Liberal, segundo consta em seu frontispício.
23 Cumprindo a legislação metropolitana de 1836, o *Boletim Oficial da Província de Macau, Timor e Solor* começou a circular em 5 de setembro de 1838, utilizando, para tanto, a Tipografia Macaense, do Dr. Samuel Wells Williams, missionário protestante, linguista e sinologista norte-americano, que escreveu o primeiro dicionário inglês-chinês e chinês-ingles, sendo igualmente editor, entre 1848 e 1851, do segundo periódico em língua inglesa, o *The Chinese Repository*.
24 Segundo Garmes, teria substituído o *Boletim Oficial do Governo de Macau* que, então, mudara de título.

1872 — *O Oriente* — Macau — Político
1872 — *Gazeta de Macau e Timor* — Macau — Político, literário e noticioso
1873 — *Imparcial* — Macau — Político
1875 — *Jornal de Macau* — Macau — Político
1879 — *Boletim do Governo da Província de Macau* (bilingüe: português e chinês)
1882 — *O Macaense* — Macau — Político, literário e noticioso
1883 — *O Correio macaense* — Macau — Político, literário e noticioso.

Ao contrário do que se verifica no jornalismo goês, os periódicos chineses, com raras exceções, serão pouco afeitos à preocupação literária. O fenômeno poderia ser explicado pelo fato de que, a partir de 1841, os ingleses se fixaram em Hong Kong, o que levou Macau a uma profunda depressão econômica, ao mesmo tempo em que ocorria uma forte depressão durante a administração de Ferreira do Amaral (21 de abril de 1846 a 22 de agosto de 1849), levando os jornais macauenses a se deslocarem para aquela outra cidade. Enfim, em 1850, surgia, na metrópole, a chamada *lei da rolha*, que exigia titulação universitária, mesmo que sem qualquer relação direta com a atividade periodística, dos diretores das publicações. As coisas começam a se restabelecer com o surgimento de *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, em 1863, circulando até 1866, a que se seguiria uma segunda série deste periódico, mas agora editado em Lisboa, entre 1889 e 1904 (Garmes, 2003). Esta publicação, para a qual se dá maior atenção logo abaixo, inaugura, segundo os historiadores, a segunda fase do jornalismo de Macau, quando os espaços literários começam a ganhar relevo nas publicações.

Os dois primeiros jornais e o que se segue

A Abelha da China foi como se denominou o primeiro jornal editado em Macau, pelos frades dominicanos, a partir de 12 de setembro de 1822, uma quinta-feira, alcançando 67 edições, até o dia 27 de dezembro de 1823. Tinha a responsabilidade editorial do tenente-coronel Paulino da Silva Barbosa (Magalhães, 2015)[25], constituindo-se em semanário, segundo José Simões Morais (2012). Impresso na Tipografia do Governo[26], recém criada para este fim, sua redação, contudo, a cargo do dominicano Frei António de São Gonçalo do Amarante, vigário

25 Por este motivo, a Associação Bahiana de Imprensa, por doação de um de seus integrantes, Edivaldo Boaventura, recebeu, em 10 de agosto de 2016, uma coleção completa deste jornal.

26 Não se sabe como uma tipografia teria ido parar em Macau, mas Pablo Magalhães (2015, p. 290 e ss.) sugere ter sido o comerciante baiano Bento José Gonçalves Serva, "liberal declarado e aliado de primeira hora a Paulino da Silva Barbosa", quem teria concretizado esta façanha. Deve-se recordar que Manoel Antonio da Silva Serra era comerciante em Salvador e teve a primeira permissão oficial para imprimir um jornal no Brasil, *Idade d´Ouro do Brasil*, em 14 de maio de 1811.

do Convento de São Domingos, era extremadamente liberal, estava localizada no convento, sendo o jornal formalmente dirigido pelo padre Joaquim José Leite.

Com o surgimento deste primeiro jornal, depois de dois séculos de ausência, o trabalho das máquinas de impressão foi retomado, justamente neste momento em que Macau, vinculada a Goa administrativamente, e a que deveria sempre referendar, se tornara independente, praticamente uma república. Mas isso duraria pouco.

Macau, como todas as demais colónias, refletia as lutas partidárias e ideológicas da metrópole. Assim, logo após os acontecimentos de 1821, estalaram as rivalidades entre liberais e conservadores, estes liderados pelo Ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira. Há versões contraditórias sobre os acontecimentos, mas pode-se admitir que, a 19 de agosto de 1822, o chamado Leal Senado[27] de Macau reuniu-se e destituiu Arriaga de suas funções, assumindo em seu lugar o major Paulino da Silva Barbosa, um liberal, que alcançara 91 votos, sendo nomeado governador militar o Brigadeiro Francisco de Melo, redator principal.

Apesar do governo ser liberal, a censura prévia às publicações permaneceu. O curioso é que, circulando a primeira edição do periódico no dia 12, logo no dia seguinte ocorreu uma revolta contra a administração de Barbosa, que foi preso. No entanto, descoberta a revolta pelas autoridades portuguesas, imediatamente ela foi controlada e Paulino Barbosa retornou à administração, no dia 15, quando uma segunda tentativa de derrubada do governo constitucional ocorreu. Arriaga, acusado de ser o mentor do movimento, foi preso novamente; seria levado para Lisboa, mas conseguiu fugir da Fortaleza do Monte, onde se encontrava, a 25 de março de 1823, para Cantão. Assim, reassumia a administração liberal

Conforme consta da primeira página da primeira edição do jornal, *A Abelha da China* tornava-se o porta-voz do Senado, conforme seu registro:

> Havendo-nos o leal senado incumbido a redacção do presente periódico, julgamos ser uma das principais obrigações de um redactor o expor com verdade e com franqueza os motivos, que acelerão a gloriosa façanha em o dia 19 do mês passado, em que os Macaenses arvoraram o Pavilhão da Liberdade, e derrocaram o horrendo colosso do despotismo, que a tantos anos haviam suportado. Confessemos todavia, que esta tarefa é superior às nossas forças, mas nem por isso deixaremos de mostrar, o quanto desejamos cooperar da nossa parte para a justificação de um facto, que pôs termo á arbitrariedade, e que consolidou os direitos e os deveres do Cidadão, instalando-se, entre as salvas de um contentamento público, e incessantes vivas de alegria, um Governo provisório, segundo a vontade geral de todos os Moradores, o qual no pouco tempo de sua instalação, tem dado sobradas provas de seu patriotismo, do seu zelo e da sua actividade pelos interesses nacionais.

27 Corresponde à Câmara Municipal, tal como esta se apresenta no sistema representativo de Portugal, em que o vereador eleito com o maior número de votos se torna o Presidente da Câmara, isto é, o Prefeito Municipal.

O jornal era extremamente virulento contras as autoridades conservadoras, mas a 23 de setembro de 1823, os conservadores novamente reinstalaram a administração do Ouvidor Arriaga, com a ajuda de uma fragata que vinha de Goa, com militares contrários à nova ordem político-institucional de Lisboa. A partir de então, *A Abelha da China*, que fora liberal, passando a ser editado por António José da Rocha que, embora vivendo no convento de Santo Agostinho, dos agostinianos, não era sacerdote, mas um civil, torna-se virulentamente conservador. Inclusive o jornal passou a circular nos sábados, mantendo-se, todavia, semanal. Todavia, o jornal durou pouco: Arriaga, que estivera exilado, retorna no dia 26 de dezembro de 1823 e, no dia seguinte, circulou a última edição daquele primeiro jornal macaense.

No entanto, a publicação não encerraria propriamente sua circulação, mas trocou de nome e se transformou na *Gazeta de Macau*, de seu lado, também extremamente conservador.

A *Gazeta de Macau* começou a circular em 3 de janeiro de 1824. Ambos os jornais foram impressos na tipografia oficial do governo, exatamente porque cada um deles, a seu modo, refletia a posição daquelas administrações. Tanto um quanto o outro publicavam correspondências oficiais trocadas entre a administração portuguesa e o Leal Senado ou entre este e autoridades locais, além de alguma seleção de informações de jornais europeus. Mais bem redigido e organizado, a *Gazeta de Macau* trazia, logo abaixo do título, que era seguido por uma estreita faixa de composição com o número da edição e de sua data, um dístico tirado de *Os lusíadas*, de Camões: "A verdade, que eu conto nua, e pura/ vence toda a grandíloqua escritura", em substituição ao dístico de *A Abelha da China*, tirado de Terêncio, que dizia: "Desta vez, com a ajuda dos amigos, a verdade matou o ódio".

Ambos os jornais organizavam sua mancha tipográfica de maneira semelhante, em duas colunas, até porque sairam das mesmas oficinas tipográficas. O coro editorial da *Gazeta de Macau* também permaneceu o mesmo das últimas edições de seu antecessor *A Abelha da China*, ainda que o prior dos agostinianos, Frei José da Conceição, tivesse assumido um papel mais ativo na editoração do periódico.

Do mesmo modo que o jornal anterior, publicava a correspondência oficial, tanto da administração local, quanto aquela da administração portuguesa, mas deu especial destaque à questão do comércio de Macau e sua importância para a economia da metrópole. Embora houvesse alguma atenção aos fatos locais, quando tais informações escasseavam (resultado da censura?), transcrevia informações vindas da Europa, além de informações dos Estados Unidos e inclusive da América do Sul.

Assim, pelas páginas da publicação, ficamos sabendo a respeito do movimento dos navios no porto, mas também um tremor de terra ocorrido no dia 2 de janeiro de 1824, além das notícias políticas, de preferência aquelas que falassem mal da oposição, ou seja, dos liberais.

O jornal vivia de assinaturas, mas as mesmas foram escasseando e o periódico deixou de circular, com a edição de 16 de dezembro de 1826.

Apesar do estabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal, em 1820, este movimento que se verifica nas colónias asiáticas, tanto de Goa quanto de Macau, na busca da instituição de uma imprensa local, enfrenta, porém, dificuldades da própria organização regional.

Assim, em 12 de outubro de 1834 surgiu uma nova publicação, desta vez quinzenal, a *Crónica de Macau*, que chegou a 45 edições, circulando até 1836.

Sucessivamente, foram editados uma nova *Gazeta de Macau*, semanário que sobreviveu durante 32 edições, editado por Manuel Maria Dias Pegado, irmão de um importante deputado macaense e lente de matemática da Universidade de Coimbra, circulando entre 17 de janeiro e 29 de agosto de 1839.

Dias Pegado também fundou *O Português na China*, que começou em 2 de setembro de 1839 (um mês após o encerramento da publicação anterior) e teve melhor sorte, sobrevivendo até 1843. Em 1844, Dias Pegado voltou à carga, fazendo publicar *O Procurador dos Macaístas*, desta vez um semanário literário e político, que se iniciou em 6 de março e prosseguiu sua vida pelo menos até 2 de setembro de 1845, ao que parece, porque Dias Pegado perdeu seu fiador, José de Lemos.

A administração de Macau que se seguiu, de Ferreira do Amaral, fez com que nos 18 anos seguintes nenhum jornal circulasse na colónia, sendo que alguns dos pretendidos jornalistas emigraram para Hong Kong, onde Dias Pegado voltaria a publicar, em 1846, *A Voz do Macaísta*[28].

Como se viu, a revolução liberal de 1820, em Portugal, permitiu a retomada do funcionamento dos prelos em Macau, mas agora com a novas funções do jornalismo ou enquanto imprensa periódica. Nem tudo foi fácil naquele primeiro período, houve nova interrupção no funcionamento dos prelos.

Durante este intervalo de 18 anos, a exceção foi do *Boletim Oficial*, como indica seu próprio título, periódico oficial, o único que o despotismo de Ferreira do Amaral permitiu, entre 21 de abril de 1846 e 22 de agosto de 1849, quando foi assassinado[29]. Durante este período, segundo Hélder Garmes (2003), a produção jornalística de Macau deslocou-se para Hong Kong. Mas a imprensa jornalística macauense voltou a produzir seus frutos, desta vez já com a agregação de outros produtos, como a literatura. Na verdade, como se viu acima, não foi apenas a questão política que criara empecilhos ao desenvolvimento do jornalismo. Também a crise económica, gerada com o desenvolvimento do comércio inglês, centrado em Hong Kong[30], e a publicação da chamada *lei das rolhas*, de Costa Cabral, em Portugal, a que também

28 Os dados destes primeiros periódicos foram retirados, essencialmente, de textos de José Simões Morais, que os têm divulgado em *Notícias de Macau*, mas foram combinados com passagens de outros autores que vão sendo referidos conforme o desenvolvimento do texto, especialmente um artigo de Manuel Teixeira (sem data).

29 Ao longo de sua história, foi *Boletim do Governo de Macau, Boletim do Governo da Província de Macau e Timor, Boletim Oficial da Província de Macau* (1897), *Boletim Oficial da Colónia de Macau* (1928) e *Boletim Oficial de Macau* (1951), dentre outros títulos.

30 Macau voltaria a ficar dependente da administração de Goa, naquele momento (Silva, 1994).

já se aludiu acima e em vários outros momentos do estudo sobre o jornalismo de expressão portuguesa em África, prejudicou este desenvolvimento.

Disso decorre a importância do jornal *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, cuja primeira série, impressa em Macau, circulou entre 8 de outubro de 1863 e 1866. Era um periódico liberal, católico, de caráter essencialmente informativo, que trazia notícias da metrópole, informações locais, movimento comercial e portuário, além de uma seção de publicidade. Foi criado por José Gabriel Fernandes, natural de Goa, sendo António Feliciano seu diretor. Possuía, segundo a manifestação expressa da publicação, uma intenção de *ilustração*, nos termos do século XIX: "É, pois, com intuito civilizador que damos a lume o nosso jornal (...) O nosso intuito é oferecer aos nossos leitores o conhecimento das coisas úteis, porque é esse o dever do escritor sério e moralizado" (*Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Macau, 8 de outubro de 1863, no. 1, p. 1). Neste sentido, o jornal teve colaborações da vanguarda intelectual de Macau, como Alexandre Meireles de Távora, Gregório José Ribeiro, Cônego António Maria Augusto de Vasconcelos, Jerônimo Osório de Castro Cabral Albuquerque, Manuel de Castro Sampaio, José Gabriel Fernandes, Pereira Rodrigues e José Pedro da Silva Campos Oliveira[31]. O jornal encerrou suas atividades em 22 ou 26 de abril de 1866, conforme diferentes autores, alcançando 134 edições, pois era hebdomadário, ou seja, semanal.

Segundo João Feliciano Marques Pereira, filho do criador do *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Antonio Feliciano Marques Pereira, o termo significaria, literalmente "grande reino do mar do Oeste", conforme a expressão do padre jesuíta Mateus Ricci quando, em 1600, em sua primeira audiência com o imperador Chin-tsung-hien-ti, respondeu sobre o lugar de onde vinha (Marques Prereira, Lisboa, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 1899, p. 1). Aliás, é isso o que se lê na primeira página da edição inaugural do jornal. Sua mancha tipográfica, ao contrário das publicações anteriores, constituía-se de três colunas, separadas por um fio perpendicular. O jorna constituía-se de quatro páginas em cada edição, sem qualquer publicidade, pois contava com o apoio oficial. A matéria editorial abre-se com uma espécie de *manifesto*, em que se lê:

> Hoje, que por toda a parte se há diffundido a imprensa periódica, como verdadeira locomotiva do pensamento, e que as colónias estrangeiras e mesmo parte das nossas na Africa e Asia são por ella representadas, não podia Macau ficar por mais tempo mero expectador do modo grandioso, por que os cruzados da moderna civilização defendem os interesses desses povos que representam (*Ta-Ssi-Yank-Kuo*, Macau, no. 1, 8 de outubro de 1863, p. 1, coluna 1).

31 Todos os dados a respeito desta publicação, em suas duas séries, foram retirados do aludido artigo de Hélder Garmes (2003) e eventualmente corroborados em outros textos também pesquisados, com destaque para a nota de 26 de abril de 2016, a respeito daquelas publicações.

Na segunda coluna, sob a *retranca*[32] "Ta-Ssi-Yang-Kuo", é explicado o sentido do título da publicação, como já se apresentou acima. Os múltiplos textos, todos referentes ao jornal, são separados por pequenos arabescos, sendo que alguns deles ocorrem sem qualquer retranca. No final da segunda página, surgem, então, as "Notícias diversas", com *chamadas*[33] como "Alargamento da cidade", "Visitas de Mandarim" ou "desastres marítimos", material que adentra a terceira página. Nesta, encontramos o que hoje denominaríamos de *editorias*, como "Actos officiaes" e "Notícias do Reino". Na última página, ainda temos as "Notícias estrangeiras", o "Estado do mercado" e o "Movimento do porto", encerrando-se a edição com um quadro sintético dos "navios mercantes surtos em Macau em 8 de outubro". Evidentemente, em comparação com aquelas publicações da chamada *primeira fase* da imprensa macauense, havia-se alcançado um enorme progresso, evidenciando justamente a profissionalização da imprensa.

Apesar de liberal, o jornal tinha a benevolência do Governador conservador José Rodrigues Coelho do Amaral, cujo mandato coincide perfeitamente com o de circulação da publicação. Consta que Antonio Feliciano, embora liberal em sua origem, ao estabelecer-se em Macau abrira mão de suas convicções, aceitando as novas regras do jogo político. E a administração macauense era francamente conservadora. Daí o seu acerto com o Governador.

Antonio Feliciano foi jornalista profissional, natural de Lisboa, tendo escrito diversos romances-folhetim. Na metrópole, já havia participado de inúmeras publicações, como *Archivo Pittoresco*, *Revista dos Espectaculos*, *Revista de Lisboa* e *Ilustração Luso-Brasileira*. Suas obras de ficção foram divulgadas tanto nesta última, quanto em *Rei e Ordem*, onde igualmente publicou sua tradução de *Confidências de Mlle. Mars, por mad. Roger de Beauvoir*, que mais tarde republicaria em *Ta-Ssi-Yang-Kuo*.

Instalou-se em Macau em 1859, ali se casando. Exerceu inúmeros cargos oficiais: entre 20 de março de 1860 e abril de 1862, foi redator do *Boletim do Governo*, onde firmou seu renome. No entanto, demitiu-se, em 1869, da função de Procurador de Negócios, acusado pelo diretor do jornal *Eco do Povo*, António José da Silva e Sousa, de desvios de verbas e corrupção, aparentemente envolvendo a questão dos *cules*, chineses pobres que vinham trabalhar nas colónias e eram praticamente escravizados, com a benevolência das autoridades. Embora vencendo o processo, Marques Pereira logo abandonou Macau, tornando-se cônsul português na Tailância, entre 1875 e 1881, morrendo neste momento.

O *Ta-Ssi-Yang-Kuo* é, na prática, o primeiro periódico a dedicar uma atenção especial à literatura e à cultura em geral. Sob a responsabilidade do próprio Marques Pereira (Alves,

32 Matéria subordinada a outra matéria ou à manchete da página, segundo o *Manual de Comunicação da SECOM*, do Senado Federal do Brasil.

33 Texto curto da primeira página, que resume as informações a serem publicadas nas páginas seguintes, segundo o *Manual de Comunicação da SECOM*, do Senado Federal do Brasil.

1995 a), a "Sessão literária" publicou matérias históricas sobre a China, as primeiras missões portuguesas na região, medicina, botânica, etc. Segundo a interpretação de Garmes (2003), evidenciava a influência de Alexandre Herculano e seu *O Panorama*, entre 1837 e 1868 (Sant'Anna, 2009; Hohlfeldt; 2012; Lourival, 2012) ou até mesmo a *Revista Universal Lisbonense*, entre 1841 e 1853. Ainda que dela se tenham publicado edições esporádicas até 1859, foi dirigida primeiramente por António Feliciano de Castilhos, depois José Maria da Silva Leal e, por fim, Sebastião Rocha Ribeiro de Sá[34]. De qualquer modo, o jornal ganhou feição própria.

Talvez o material mais interessante, divulgado naquele periódico, seja o conjunto de artigos históricos, boa parte dos quais escritos pelo próprio Marques Pereira, visando, segundo interpretação de Hélder Garmes, legitimar os interesses portugueses na região. Não se pode esquecer, contudo, que também em Goa houve publicações, como *O cronista de Tissuari*, que se preocuparam fundamentalmente em transcrever e divulgar também documentos da história da presença lusitana no Oriente.

No que tange à literatura, propriamente dita, o mesmo Marques Pereira, que era autor de romances-folhetim, assina a tradução, já mencionada, de *Confidências de Mlle. Mars*, que teria como autor um certo Roger de Beauvoir, além de *Tefine a bordo de um vapor: Aventuras de John Drunkard,* que ele mesmo explica ser tradução livre e sem autorização.

O jornal também divulgou poemas, além de alguns ensaios, dentre os quais, um intitulado "O poeta", que de certo modo estabelece o princípio estético da publicação, já bastante mais próxima dos cânones românticos que classicistas: "é o poeta quem verdadeiramente sente a natureza, por isso que vae pintal-a com todos os seus encantos, adornal-a com todas as suas galas", ao mesmo tempo em que destaca seu papel social:

> [o poeta] fazes com que a sociedade submissa e respeitosa va ajoelhar perante um nome, que talvez detestava; cravas o punhal no coração do tyranno, que faz a desgraça do seu povo e ri das misérias dele; ensinas-nos a olhar a morte como um bem, quando trocada a vida pela pátria; espalhas por entre todos o germen fecundante da virtude, que exaltas com teus cantos, germen, que, pousando ocioso e tranquilo sobre o coração, lá fica até que uma ocasião propicia venha fazel-o brotar cheio de viço... (*Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 21.1.1864, n. 16, p. 64)[35].

Detalhe interessante, um dos colaboradores é o poeta José Pedro da Silva Campos Oliveira, moçambicano de origem, mas que por volta dos anos 1860 encontrava-se em Goa, onde colaborava com a revista *Ilustração Goana*. Em Goa também fez editar o *Almanach popular*

34 Ambas as publicações podem ser consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Lisboa.

35 As coleções fac-similadas de ambas as séries da publicação se encontram disponíveis. Ver, neste sentido, nas referências finais, Jorge Manuel dos Santos Alves, que as organizou.

durante os anos de 1864, 18965 e 1866. De volta a Moçambique, tornou-se o mais prestigiado poeta moçambicano, nos termos de Hélder Garmes (2003, p. 72), vindo a fundar a primeira revista da colónia, a *Revista Africana*.

Não há dúvidas de que o *Ta-Ssi-Yang-Kuo* renovou o jornalismo de Macau e ajudou a constituir uma literatura nacional de expressão portuguesa. De modo geral, os textos ali divulgados estavam muito imediatamente ligados à paisagem local, o que Garmes interpreta como falta de imaginação (2003, p. 73). Pessoalmente, imagino — o que também tinha ocorrido nas primeiras produções literárias dos escritores brasileiros estreantes, uma necessidade de afirmar sua identidade literária e nacional através de uma diferenciação dos registros da paisagem, dos usos e costumes. Com isso, afirmavam-se *diferentes*, não *inferiores*. Evidentemente, a maior parte dos colaboradores pagou sua taxa de adesão ao Romantismo, mas isso não impediu que alcançassem o registro de uma boa documentação do ambiente e de seus personagens.

Seu filho, João Feliciano, já em Lisboa, faz editar uma segunda série do *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, entre os anos de 1889 e 1904, inclusive com dedicatória à memória do pai. Na edição de lançamento da publicação, que tinha como subtítulo "Archivos e Annaes do Extremo-Oriente português. Colligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira 1º. Official, chefe de secção, do Ministértio da Marinha e Ultramar; Official da Ordem de S. Thiago, do mérito scientífico, litterario", escreveu:

> A revista tem por título Tä-Sssi-Yang-Kuo (cuja razão o leitor encontrará mais adeante) (...) constituirá uma espécie de repositório de documentos antigos, inéditos ou não, relativos á expansão portuguesa n' essa parte do mundo, e bem assim de estudos, monografias, apontamentos, sobre a historia, civilização, ethnografia, filologia, linguística, folk-lore, usos e costumes de todos esses povos que estiveram ou não em contacto com os portugueses, como, por exemplo, os chins, os malaios, os siameses, os japonezes, etc.; constituindo, por assim dizer, um archivo de noticias ou de dados curiosos que ou estão espalhados por diversas obras, algumas raras e difíceis de adquirir, ou por manuscriptos, a maior parte inéditos, das bibliothecas e archivos nacionais. E, quando for oportuno, e se tiverem estabelecido relações entre esta revista e os actuaes centros da vida portuguesa no extremo-Oriente, haverá uma resenha de todo o movimento actual d'esses núcleos de portugueses ou de descendentes de portugueses que existem ainda em Macau, Hong Kong, Timor, Malaca, Singapura, Siam, Manila, e em certos portos da China e do Japão. Enfim, será uma espécie d' essas revistas ou Archivos publicados na Índia por Cunha Rivara, Nery Xavier, etc., mas elaborado sob um ponto de vista mais moderno e abrangendo todas as manifestações da vida, quer passada, quer presente, d'esses povos, nas suas relações comnosco, e a influencia reciproca que d' eles recebemos ou que sobre eles exercemos por intermédio dos nossos beneméritos missionarios, soldados, marinheiros e comerciantes. E, para amenizar (condição essencial) a toda a publicação, que pretenda ser bem aceita pelo publico), será acompanhada de gravuras, vistas, estampas,

> representando monumentos, retratos, plantas de cidades, povoações e fortalezas, fac-similes de documentos raros, produtos da fauna e flora; usos e costumes, etc. Emfim, todos os attractivos d' uma publicação moderna e que constitua no gênero uma novidade entre nós (Marques Pereira, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, nº. 1, Vol. I-II, pp. 12-13).

A agora revista era impressa na Companhia Nacional Editora: neste sentido, não era uma publicação macaense, embora seus objetivos permanecessem os mesmos da primeira série de publicações. Sua concepção filiava-se, anda mais explicitamente que aquela empreendida por seu pai, às características de *O Panorama*. A referência a Cunha Rivara implica o conhecimento de *O Chronista de Tissuary*, que antes se mencionou.

Se se analisar ambas as publicações, pode-se compreender o gradativo crescimento dos estudos sino-portugueses, do mesmo modo ocorrera o desenvolvimento dos estudos goeses. Talvez por suas relações estreitas, aliás, a revista não editou apenas matérias vinculadas a Macau, quanto a Goa. Com isso, o leitor de hoje, como o contemporâneo do periódico, pode constituir compreensões contextualizadas do que ali é referido.

A partir dessa publicação, seguir-se-ão outras, de semelhante caráter, como *Almanach luso-chinez de Macau* (1866), *O Independente* (agosto de 1868 a 24 de julho de 1898, que se auto-intitulava *jornal político e noticioso*; *O Noticiário Macaense* (11 de janeiro de 1869 a 24 de fevereiro de 1870), *Gazeta de Macau e Timor*, semanário politico, literário e noticioso (20 de setembro de 1872 a 20 de março de 1874), *O Oriente* (10 de outubro de 1869 a 21 de janeiro de 1879), *O Imparcial* (a partir de 5 de abril de 1873), *O Jornal de Macau*, que se identificava enquanto político, literário e noticioso (1º. de abril de 1875 a 8 de março de 1876), e assim por diante[36]. Ao mesmo tempo, também foram editados jornais em língua portuguesa em outras províncias, como Hong Kong, Xangai e Cantão, como *O Impulso* à*s Letras*, entre 1º. de outubro de 1865 e 1º. de setembro de 1866), pelos motivos já antes explicitados, a censura local e o forte desenvolvimento daquelas localidades em face de Macau, que sofrera uma estagnação.

Jornais migrantes

Já se observou, a respeito dos jornais publicados nas colónias que, devido à legislação então vigente, exigindo a titulação universitária para um diretor de qualquer publicação, ainda que ela nada tivesse a ver com a tarefa jornalística, muito se contornou a lei através de um subterfúgio, também legal, que era a inexigência desta mesma obrigatoriedade para a publicação de panfletos ou de jornais com uma única edição. O leitor encontrará, nestas páginas,

36 A listagem completa pode ser consultada no referido artigo de Hélder Garmes (2003, ps. 79 e 80).

na história do jornalismo moçambicano, um exemplo elucidativo desta alternativa, no clássico caso do periódico *O Emancipador.* No contexto dos territórios da China, vamos registrar uma outra prática, além desta, possível, mas pouco usada. Era a mobilidade geográfica que os jornais adotavam quanto às suas sedes. Frei António S. Gonçalo do Amarante, editor do primeiro jornal de Macau, *A Abelha da China*, parece ter inaugurado este processo: ele fugiu de Macau, quando o governo conservador retornou ao poder, e exilou-se em Cantão. No entanto, não mais editou qualquer publicação.

Mas tanto editores portugueses quanto ingleses ou até chineses, costumavam abandonar seus territórios de origem para publicar seus jornais em outras regiões onde, naquele momento, a pressão censórea fosse menos pesada. Assim ocorreu com, jornais de língua inglesa, por exemplo, como o *The Canton Register*, de James Matheson; com seu sobrinho Alexander e o norte-americano William Wigtman Wood, seu primeiro editor, mercadores escocêses, criaram este periódico que começou a circular em 8 de novembro de 1827, a partir de Cantão. Bi-semanal, de início, foi transferido para Macau entre 1839 e junho de 1843, e depois, impresso em Hong Kong, sobrevivendo até 1936! Já o *The Chinese Repository*, mensário fundado pelo primeiro missionário norte-americano na China, Reverendo Elijah Coleman Bridgman, teve sua primeira publicação em 31 de maio de 1832, em Hong Kong. Mudou-se para Macau, em 1842, mas em dezembro de 1844 estava de volta a Hong Kong. Era dirigido essencialmente aos missionários, mas teve vida longa, pelo menos até 1852[37].

Outro jornal de língua inglesa que circulou a partir de Macau foi o *The Canton Miscellany*, entre junho de 1831 e maio de 1832, com índole literária, a cargo de John F. Davis e C. Majoribanks, que também editava o *East India Company* pelo mesmo período de 1832.

Nem os chineses escapavam a esta sina: Sun Yat Sen, que viria a ser, ainda que interinamente, presidente do país[38], em suas anteriores atividades de jornalista, migrou para Macau e associou-se aos editores do *Echo Macaense* (1893-1898), que passou, assim, a publicar também o *Jing Hai Hong Bao*.

No que toca aos portugueses[39], os jornais *A Voz do Macaísta* (do já aqui mencionado Manuel Marias Dias Pegado) e *O Echo do Povo* (de António José da Silva e Sousa), foram editados em Hong Kong, a partir de 1846 e 1856, respectivamente, por força das questões políticas que marcavam Macau naquele momento. O mesmo António José da Silva e Sousa ainda fundou

37 A coleção de vinte volumes da publicação, até 1851, pode ser encontrada em *http://fig.lib.harvard.edu/fig/?bib=000129070*

38 Nascido em 1866, foi o primeiro preconizador do modelo republicano, liderando o movimento revolucionário que encerrou as dinastias chinesas, em 1911. Passou boa parte da vida no exílio, por força de sua militância política, mas viu suas idéias vencerem, antes de morrer, em 1925.

39 No site https://www.library.gov.mo/pt/library-collections/newspapers/back-issue-newspapers/foreign-language-newspapers, da Biblioteca Pública de Macau, encontra-se uma interessante relação de "jornais em língua estrangeira" (quer dizer, não chineses) que se publicaram em Macau.

O Independente (1868-1898, quinzenal, inicialmente, mas a partir de abril de 1874, semanal), mas também necessitou transferi-lo para Hong Kong. No biênio 1898/1899, *O Porvir* (20 de novembro de 1897 a 1907, semanal) viu-se obrigado a circular a partir de Hong Kong, enfrentando o *Lusitano* (28 de agosto de 1898 a 24 de dezembro de 1899, direção de Elysio F. das Neves Tavares, continuação do extinto *O Independente*, num total de 70 edições), de Macau. Enfim, *O Português* (1913-1914) experimentou igual sorte, do mesmo modo que *O Expatriado*, título por si só significativo, em que colaborou, dentre outros, Rodrigo Marin Chaves, que viria a se tornar Administrador da Imprensa Nacional de Macau, por defender uma linha nativista e de independência da metrópole. A experiência mais curiosa de todas, contudo, é a de *O Petardo*, título que dispensa comentários maiores: criado em 1928, embora fosse impresso em Hong Kong, mantinha direção e redação em Macau! De qualquer modo, as autoridades de Hong Kong acabaram se intrometendo na questão e o editor local da publicação, Isidoro Costa, acabou suspendendo o jornal e integrando-se à redação do *China Trust*; no entanto, neste jornal chinês, a campanha contrária às autoridades portuguesas de Macau foi levada adiante! Na verdade, o caso virou uma questão diplomática, porque a polícia de Hong Kong descobriu que a principal fonte de Isidoro Costa era o próprio Secretário do Governo, que enviava documentos originais desde Macau, por contrabando, ao jornalista, que os transformava em notícia, mas devolvia os originais, para que nada fosse descoberto! É evidente que as consequências implicaram em prisão e deportação dos envolvidos...[40] Deixou de circular, assim, em 1929.

Do período republicano chinês ao salazarismo português

É evidente que os acontecimentos políticos que culminaram na derrubada da velha China dos samurais e das dinastias, em 1911, refletiram-se na história da imprensa de língua portuguesa em Macau. De qualquer modo, seguem-se publicações variadas, como *O Português*, acima referido, *O Oriente Português* (1915), *A Colónia* (1918), *A Juventude* (1919) ou *O Liberal* (1919). Aliás, embora dispersas, os interessados podem encontrar relações destas publicações em diferentes sites, alguns aqui já mencionados[41]. A II Grande Guerra criaria maiores problemas para a circulação de jornais, mas ainda assim encontramos publicações como *O Tio Tareco* (15 de janeiro de 1936 a 15 de abril de 1938, publicação dirigida às crianças, editado

40 Toda esta passagem foi especialmente encontrada na obra, aqui já mencionada, de Henrique Rola da Silva (1992) que, por seu lado, por vezes toma como referência a obra, igualmente aqui referida, de Manuel Teixeira (1965).

41 Outro site que traz relação de tais periódicos é http://macauantigo.blogspot.com/2009/09/jornais-portugueses.html. Infelizmente, não há maiores comentários individualizados sobre as publicações, que precisam ser pesquisadas uma a uma.

por José dos Santos Ferreira, poeta extremamente popular em sua época e ainda hoje) ou *União*, que circulou entre 1º. de janeiro de 1944 e 26 de maio de 1945, pertencente à União Nacional de Macau, umbilicalmente vinculado ao Estado, pois este era o partido oficialista da ditadura portuguesa. Foi fundado, dentre outros, pelo sacerdote Manuel Teixeira, que é autor de uma história sobre o jornalismo de Macau, que aqui se tem mencionado em algumas passagens. O jornal encerrou suas atividades por desavenças internas entre a direção partidária e o então Governador Gabriel Teixeira.

A génese do salazarismo geraria muitos problemas para a imprensa periódica macaense, dentre os quais o exemplo de *A Voz de Macau*, criado em 18 de dezembro de 1832 e que enfrentou, ao longo de dezesseis anos, constantes ameaças de prisão, explosões de bombas em sua redação e até ataques físicos de agentes militares. O jornal desapareceu em 16 de agosto de 1947, quando seu fundador e diretor, Domingos Gregório da Rosa Duque, faleceu. Domingos Rosa Duque[42] dirigira, anteriormente, *O Combate* (23 de abril de 1927), *A verdade* (1927-1929)[43], *Jornal de Macau* e *A Voz de Macau* (1931 a 1947).

Por volta dos anos 1980, Macau goza de uma certa autonomia em face da administração da China, o que se reflete em seus veículos de comunicação. Existem basicamente dois jornais, *O Clarim* e o *Diário de Macau,* em língua portuguesa. *O Clarim* está vinculado à diocese da Igreja Católica de Macau e, por óbvio, se abstém de qualquer ingerência política, gerido por Carlos Melancia, enquanto, ao contrário, o *Diário de Macau*, embora uma publicação mal apetrechada, fazia uma certa oposição às autoridades portuguesas locais. A estes dois se juntaram o diário *Jornal de Macau* e a *Tribuna*, este semanário, em franca oposição ao governador Almeida e Costa. Houve, na mesma época, o diário *Correio de Macau*, de José Amaro Dionísio, que enceroru suas portas por ser muito dispendioso, e o *Oriente*, fortemente de oposição, semanário que logo teve sua circulação suspensa, sendo imediatamente substituído por *Extremo-Oriente*, ainda mais radical. Cumprida a suspensão, *Oriente* voltou às bancas. Mas as tiragens destas publicações, em geral, são muito pequenas, cerca de tiragens médias entre 700 exemplares, como o diário *Macau/Hoje,* e 3 mil exemplares, como o semanário *Tribuna de Macau* (Silva, 1992, p. 80).

42 Apesar de militar de carreira, Rosa Duque era maçon e se colocou na oposição desde o início da administração do general António Óscar de Fragoso Carmona. Não tendo título universitário, portanto, por força do decreto 13.841, de 27 de junho de 1927, daquele mandatário, tinha de procurar sempre uma espécie de diretor fantasma para responder por suas publicações.

43 Há um outro jornal de igual título, que circulou entre 1908 e 1911, mas nada tem a ver com esta publicação.

O rádio e a televisão

Resta uma rápida palavra a respeito do rádio e da televisão em Macau. Alguns historiadores afirmam que em Macau teriam ocorrido as primeiras experiências radiofónicas portuguesas, em 26 de agosto de 1933, a partir do posto Cqn-Macau, inaugurado por Rocha Santos, o encarregado da província, já que, segundo consta na história oficial dos mídias portuguesas, as primeiras transmissões da Emissora Nacional teriam ocorrido em fevereiro de 1934, no Palácio de Quelhas, em Lisboa, ocupados na Revolta dos Cravos, em 1974, pelos militares. Mas problemas financeiros fizeram com que suas atividades se encerrassem em 2 de maio de 1938.

Só mais tarde surgiria a CRY-9 — Macau, também de iniciativa governamental, transmitindo uma hora e meia, por semana, apenas, e que duraram até 1941, por força da II Grande Guerra. Um comerciante macaense, Henrique Nolasco da Silva, chegou a propor sua exploração comercial.

Hoje em dia, existe a Rádio Macau, depois de múltiplas experiências, dentre as quais a da XX9-Rádio Polícia e a Rádio Vila Verde, de José Pedro Lobo, que alcançou maior sucesso. Mas a emissora, durante as revoltas de 3 de dezembro de 1967 a 29 de janeiro de 1968, por parte de segmentos que desejavam uma administração chinesa (leia-se, da China Comunista) fez com que a emissora, ocupada, passasse a emitir em mandarim, o que perdura ainda hoje em dia. Assim, apenas a Rádio Macau sobrevive, emitindo em português[44].

Se as duas emissoras pioneiras valeram-se de funcionários e sede dos correios oficiais, a Rádio Polícia surgiu no âmbito da Polícia de Segurança Pública, emitindo desde a Esquadra nº 2, junto ao Canídromo, encerrando suas atividades também em 1938. A Rádio Clube de Macau começou a operar em 1941, em caráter privado, iniciativa, dentre outras personalidades, de Francisco de Carvalho Rêgo, sendo que, durante a II Grande Guerra, emitia em seis diferentes idiomas, boletins noticiosos constantes. Suas emissões chegavam a ser captadas no Extremo Oriente e no Alasca.

Já a Rádio Vila Verde foi uma iniciativa do macaense Pedro José Lobo, que começou atividades entre 1948 e 1950, conforme os historiadores, alcançando popularidade enorme ao longo dos anos 1950 e 1960, tornando-se a emissora mais ouvida em toda a Macau. Mas com a morte de seu fundador, a emissora começou a declinar e encerrou atividades em 1994 para, depois de vendida a uma outra empresa, retomar seus serviços a partir dos anos 2000.

Já a Rádio Clube Macau tornou-se, em 1962, a Emissora de Radiodifusão Macau, mas em 1976 foi transformada em emissora estatal, vinculando-se, a partir de 1982, à Companhia de Televisão e Radiodifusão de Macau.

O primeiro canal de televisão de Macau surgiu em 1999, com um contrato de quinze

44 Dados gerais retirados de Silva, 1992, ps.161 a 164.

anos de exploração da televisão por cabo. Entre 1998 e 2000, foram emitidas licenças para as empresas Cosmos Televisão por Satélite e Companhia de Televisão por Satélite China. Em 2004, a Companhia de televisão por Satélite MASTV também foi autorizada em seus serviços.

Os serviços de internet foram lançados em Macau em 2000 e a internet de banda larga em 2005.

Em síntese, na atualidade, Macau possui três jornais diários em língua portuguesa, J*ornal Tribuna de Macau* (desde outubro de 1982, resulta da fusão entre *O Jornal de Macau* e a *Tribuna de Macau Hoje/Macau* (fundado em 2 de julho de 1990, denominou-se, originalmente, *Macau Hoje*) e *Ponto Final* (fundado em 18 de dezembro de 1991, por Paulo Aido e Carlos Carvalho[45]), além da *Revista Macau*. Ainda existe o semanário trilíngue *O Clarim*, da Igreja Católica, que se edita em português, inglês e chinês, fundado em 1948.

Sobrevivem uma emissora radiofónica e três emissoras de televisão. A destacar que ao menos o jornal *Hoje/Macau* possui uma edição eletrônica de bastante ampla circulação.

45 Atualmente, há edição em inglês da mesma publicação, *Macau Closer.*

Referências bibliográficas

Alecrim, A. M. (1987). Para a história da radiodifusão em Macau nos termos da rádio polícia, do rádio clube, de Luiz Gonzaga Gomes, de Pedro Lobo... *Macau*, 5, 32-35.

Alves, J. M. S. (Org.) (1995a). *Ta-Ssi-Yang-Kuo (1863-1866)*. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/ Fundação Macau.

Arrimar, J. A. (1995b). Macau — Suas bibliotecas e documentos. *RC — Revista de Cultura*, 3, 46-58.

Boxer, C. R. (1951). *The Christian century in Japan*. University of California Press.

Boxer, C. R. (1977; 1981). *O império colonial português (1415-1825)*. Edições 70.

Braga, J. M. (1963). The beginnings of printing at Macao. *Stvdia*, 12 (separata semestral).

Braga, J. M. (1965). Primórdios da imprensa em Macau. *Boletim Eclesiástico da Diocese*.

Brito Aranha, P. V. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas portuguesas*. Imprensa Nacional.

Cunha, A. M. (1923). *A evolução do jornalismo*. Imprensa Nacional.

Devi, V. & Seabra, M. (1971). *A literatura indo-portuguesa*. Junta de Investigações do Ultramar.

Difffie B. W. & Winius, G. D. (1993). *A fundação do império português (1415-1580)*. Vol. 1. Veja.

Diffie, B. W. (1993). *A fundação do império português 1415-1580*. Veja.

Garmes, H. (2003). A cultura sino-portuguesa no século XIX e o *Ta-Ssi-Yang-Kuo*. *Via Atlântica*, 6, 65-82.

Gomes, L. G. (1954). Efemérides da história de Macau. *Notícias de Macau*, 1954.

Gracias, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII, XVII*. Imprensa Nacional.

Guedes, J. (2016). Coletânea do histórico jornal *A Abelha da China* expande acervo da ABI. shorturl.at/cBM48

Hedomadario*Ta-ssi-yang-kuo*?. shorturl.at/mrGR1

Hohlfeldt, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesas: Primeira aproximação. [Comunicação em congresso]. VIII LUSOCOM, Universidade Lusófona.

Lopes, A. M. (1971). *Monografia Coordenada pelo 150º Aniversário do primeiro jornal fundado em Goa*. Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.

Magalhães, P. (2015). Paulino da Silva Barbosa, o baiano que liderou a revolução constitucional em Macau e criou o jornal *A Abelha da China* (1822-1823). *Afro-Ásia*, 52, 275-310.

Matos, M. C. (1957). *História da imprensa e da circulação das idéias religiosas na China entre os anos 1892 e 1938: A imprensa no Orfanato de T' ou-Sè-We, em Zi-Ka-Wei, Xangai*. Távola Redonda.

Matos, M. C. (1990). *A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente, veículo de propagação dos ideais humanísticos*. 2 vols. https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas43-44/09_Cadafaz_Matos.pdf

Morais, J. S. (Sem data). *A Abelha da China — Primórdios do jornalismo em Macau. (Parte I)*. Notícias de Macau.

Morais, J. S. (Sem data). *A Gazeta de Macau*. Notícias de Macau.

Morel, M. (1986). — *Cipriano Barata*. Editora Brasiliense.

Neves, J. A. (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direcção-geral da Comunicação Social.

Pearson, M. N. (1990). *Os portugueses na Índia*. Teorema.

Pinto, C. (1923). *A Índia Portuguesa*. Vol. I. Imprensa Nacional.

Pinto, F. M. (2005 [1614]). *Peregrinação*. Nova Fronteira.

Pires, S. (2010). *Imprensa periódica missionária*. Instituto de Ciências Sociais. In file:///C:/Users/User/Downloads/Imprensa%20Peri%C3%B3dica%20Mission%C3%A1ria%20(4).pdf

Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Vol. I. Biblioteca Nacional.

Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Biblioteca Nacional.

Ramos, F. P. (2004). *No tempo das especiarias*. Contexto.

Ramos, F. P. (2009). *Por mares nunca dantes navegados*. Contexto.

Rüdiger, F. (2003). *Tendências do Jornalismo*. Editora da UFRGS.

Subrahmanyam, S. (1996). *O império asiático português 1500-1700*. Difel.

Silva, B. B. (1994). *A emigração dos cules*. In *Dossiê Macau, 1851-1894*. Fundação Oriente.

Silva, H. R. (1992). *Informação portuguesa de Macau*, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.

Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Orgs.) (2016). *Uma história da imprensa lusófona. Brasil — Galiza — Imprensa colonial portuguesa*. Vol. 1. Media XXI,

Ta-ssi-yang-kuo, 1, ano 8 (outubro de 1863). [Edição fac-similada] http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ta-Ssi-Yang-Kuo/N01/N01_master/Ta-Ssi-Yang-Kuo_A1_N01_08Out1863.pdf

Teixeira, M. (1965). *A imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente*. Notícias de Macau.

Teixeira, M. (Sem data). Primórdios da imprensa periódica em Macau. www.icm.gov.mo/rc/viewer/30011/1576

A configuração da esfera pública imperial: Imprensa, Elites e Poder

The making of imperial public sphere: press, elites and power

Isadora de Ataíde Fonseca

Universidade Católica Portuguesa,
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura
(CECC, FCH-UCP)
iafonseca@ucp.pt
ORCID ID: 0000-0001-9019-9794

DOI: https://doi.org/10.34619/8rw2-emde

Resumo: No âmbito do império colonial português dos séculos XIX e XX, este capítulo revela e discute a Esfera Pública Imperial, a qual teve como estrutura privilegiada a imprensa de metrópole e os jornais publicados nas colónias. A Esfera Publica Imperial constituiu um espaço público de debate, disputa e confronto sobre as dinâmicas sociopolíticas de Portugal, das colónias e do império. As 'elites imperiais' e as 'elites coloniais' foram as protagonistas na configuração deste espaço público de exercício de poder político e ideológico.

Palavras-chave: esfera pública; império colonial português; imprensa; elites; poder político.

Abstract: *In the scope of Portuguese Colonial Empire of 19th and 20th centuries, this chapter presents and debates the Imperial Public Sphere, which had as main institution the press of Portugal and the newspapers published in colonial territories. The Imperial Public Sphere shaped a public space of discussion, contest and struggle regarding the socio-political challenges of Portugal, its colonies and Portuguese Empire. The 'imperial elites' and 'colonial elites' were the key protagonists of this public space, where they played political and ideological power.*

Keywords: *Public Sphere; Portuguese Colonial Empire; Press; Elites; Political Power.*

Introdução

No âmbito do império colonial português dos séculos XIX e XX, este capítulo revela e discute a Esfera Pública Imperial, a qual teve como estrutura privilegiada de interacção a imprensa publicada na metrópole, Lisboa, e os títulos editados nas colónias, constituindo um espaço público de debate, disputa e confronto sobre as dinâmicas sociopolíticas de Portugal, das colónias e do império. As 'elites imperiais' e as 'elites coloniais' foram as protagonistas na configuração deste espaço público de exercício de poder, inclusive ideológico.

Em seu primeiro número (Junho de 1924), Mariano Martins, então Ministro das Colónias, aplaudia o surgimento do *Gazeta das Colónias*, assinalando que o país, "terceiro império colonial", carecia de uma "publicação periódica que se dedicasse exclusivamente aos assuntos coloniais".[1] Oliveira Tavares, director do *Gazeta*, destacava no editorial a "propaganda da nossa acção colonizadora" como missão do título. No projecto editorial e político do *Gazeta das Colónias*, e nas destacadas figuras que o promoveram, revela-se a hipótese deste capítulo: 'o espaço colonial português constituiu uma Esfera Pública Imperial, na qual o diálogo e o conflito estabeleceram-se através da imprensa e do jornalismo da metrópole e das colónias, configurando uma estrutura de exercício de poder político e ideológico'. Tal hipótese articula dois argumentos centrais. Primeiro, enquanto a imprensa foi a estrutura decisiva do debate político no Império, as elites imperiais e coloniais foram as protagonistas desta Esfera

1 Mariano Martins (1880-1943) foi um militar, político e administrador colonial, governador de São Tomé e Príncipe entre 1911-1913. Ministro das Colónias entre 1923-1924, foi também governador da Índia entre 1925-1926.

Pública Imperial. Segundo, se as dimensões militar, política e económica foram essenciais no exercício do poder Imperial na modernidade colonial portuguesa, a imprensa foi uma estrutura e um mecanismo de propagação de tal poder no panorama social, cultural e ideológico.

A hipótese tem como alicerce a teoria da Esfera Pública de Jürgen Habermas (2012 [1962]), e José Augusto dos Santos Alves (2015) e José Tengarrinha (2013) para a história da Opinião Pública, da imprensa e do jornalismo em Portugal. Na perspectiva multidisciplinar das Ciências Sociais, o cenário imperial e colonial é problematizado a partir de Andrew Roberts (1986) e de Valentim Alexandre (1998). Com Michael Mann (1986), recorre-se a história sociopolítica para fundamentar a discussão sobre poder, elites e o Estado-nação. Adoptam-se as conceptualizações de elites dos estudos coloniais e pós-coloniais de Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos (2007). Para se evidenciar esta Esfera Pública Imperial apresenta-se um estudo de caso que articula os debates protagonizados pelo jornal *Gazeta das Colónias* (1924-1926), publicado em Lisboa, e as discussões promovidas pelos jornais dos territórios africanos. Seleccionam-se problemáticas coloniais fulcrais do período, que interrelacionam colónias e metrópole, confirmando este espaço público e de opinião único e partilhado.[2] O papel das elites imperiais e coloniais destaca-se na emergência, na promoção e na manutenção desta Esfera Pública Imperial. Tais elites, para além de promoverem os seus interesses políticos e económicos, foram decisivas na constituição e na disseminação da ideologia e da cultura imperial.

O estudo organiza-se em quatro secções. Na primeira parte do capítulo contextualiza-se a emergência da esfera e da opinião pública em Portugal e nos territórios coloniais, associando-as às dinâmicas sociopolíticas e ideológicas da época. No segundo momento apresentam-se os temas que dominaram a agenda da Esfera Pública Imperial a partir do *Gazeta das Colónias*. A secção ilustra o diálogo que se estabelece entre a imprensa da metrópole e o jornalismo das colónias, e também entre elites, configurando a Esfera Pública Imperial — aqui discutida através da polémica provocada pelo trabalho forçado em São Tomé e Príncipe. No terceiro ponto, o capítulo retrata as elites enquanto protagonistas desta Esfera Pública Imperial. A disputa e o conflito político e social entre elites imperiais e coloniais evidenciam-se, por exemplo, na crise provocada pelo segundo mandato de Norton de Matos em Angola, retratado pela imprensa local e no *Gazeta das Colónias*. Na quarta parte, apresenta-se o caso da imprensa da Guiné, onde a incipiência das elites coloniais impôs um espaço público localmente limitado e pouco interventivo no cenário do império. A opacidade da esfera pública na Guiné demonstra justo a relevância da esfera pública na estrutura colonial, e por isso

2 Adopta-se neste estudo o 'dualismo metodológico', imperativo das Ciências Sociais, no qual a teoria é a guia da hipótese, do método e da análise dos dados empíricos, assim acompanhando-se José Luís Garcia na pretensão científica das Ciências Sociais (Garcia, 2019, pp. 15-40).

contribui para o debate do lugar 'periférico' da Guiné na política colonial. Daí que a *Gazeta das Colónias* tenha abordado as demandas deste território, procurando agendar as elites e o público para os seus problemas. Conclui-se o estudo com a hipótese da Esfera Pública Imperial e com o argumento de que a imprensa e o jornalismo são estruturas, instituições e mecanismos de poder político, social e cultural imprescindíveis para as Ciências Sociais explicarem o fenómeno do império colonial português.

1. A Imprensa e o Exercício do Poder

No processo de constituição da Esfera Pública em Portugal, entre 1780 e 1820, uma viragem na cultura política associou-se ao florescimento do espaço público liberal e da sua opinião pública. O historiador José Augusto dos Santos Alves (2015) assinala que a esfera pública se concentrou na imprensa periódica, plataforma central da Opinião Pública e da tomada de poder pelos novos estratos sociais. A emergência do espaço público em Portugal passou por sub-esferas que enquadravam esboços de esferas públicas plebeias, estas enraizadas na mobilização política rural e urbana, contribuindo para uma pluralização do espaço público liberal na fase da sua formação, situada ao lado de uma esfera pública hegemónica. Para o historiador, o processo de fusão das esferas literárias e políticas deram origem ao fenómeno da Opinião e o 'povo' tornou-se 'público' na vida intelectual e política, bem como actor e protagonista da Opinião Pública.

Após a implantação do Regime Liberal, observou-se um 'surto jornalístico', o qual Tengarrinha (2013) considera a afirmação de uma imprensa de opinião, período no qual se fortalece o engajamento entre o movimento periodístico e a vida política. A crítica pública à governação iria então acentuar-se e o papel dos jornais no debate de ideias e na consciência política dos cidadãos foi indispensável nos conflitos entre liberais e absolutistas. Em simultâneo, por volta de 1820, Tengarrinha sublinha três aspectos da revolução na comunicação social: a criação de um espaço público politizado; a preocupação em dirigir a opinião pública e a convergência de meios (manifestos, proclamações, pasquins) na imprensa periódica. No presente estudo demonstra-se que tais processos irão (a partir de 1850, com a emergência da imprensa nas colónias africanas) incluir e envolver os territórios coloniais e a sua opinião pública e assim e constituir uma Esfera Pública Imperial.

Com a independência do Brasil (1822), o império português voltou-se para o continente Africano e no fim da década de 1830 o debate sobre os problemas coloniais ganhou relevo na imprensa portuguesa e contribuiu para a emergência do mito do 'Eldorado', a crença na riqueza inabalável das colónias africanas, e da 'Herança Sagrada', que via na conservação do território ultramarino um imperativo histórico. A ideologia colonial era propagada pelo conjunto das elites políticas, liberais radicais e conservadores, e buscava responder ao problema

da identidade colectiva de um país que perdera o império, sofria uma crise política e económica e fora destroçado pela guerra civil. As colónias africanas seriam a "tábua de salvação" de Portugal (Alexandre, 1998).

Neste contexto, após a Regeneração, em 1851, reforçaram-se as medidas políticas e económicas que visavam dinamizar as colónias de África. Enquanto os boletins oficiais deram publicidade e unidade ideológica às políticas do Império, a imprensa independente que se seguiu promoveu os interesses das elites coloniais. Em Cabo Verde o boletim foi implementado em 1842 e o primeiro jornal não-oficial, *O Independente*, surgiu em 1877. Em Angola, o boletim começou a ser impresso em 1845, e, em 1866, apareceu a imprensa independente com *A Civilização Portuguesa*.[3] Em Moçambique, foi em 1854 que foi impresso o primeiro número do boletim e, em 1877, circulava a imprensa não-oficial, *O Africano*.[4] Por fim, em São Tomé e Príncipe, saiu em 1857 o boletim oficial e, em 1869, publicava-se *O Equador*, primeiro jornal independente. Na Guiné o boletim oficial surgiu em 1880 e a imprensa independente apenas em 1922. A emergência da imprensa não-oficial dependeu das elites europeias ou luso-africanas nos territórios. Entretanto, foi necessário a tais elites um conjunto de recursos para concretizar a imprensa, entre eles: a existência de tipografias; os meios financeiros para reproduzir os títulos; pessoas com formação e interesse para actuar como jornalistas; e uma elite intelectual interessada nos assuntos públicos conjugada à existência de um espaço público de discussão — em geral, tais espaços foram meios e associações culturais, comerciais, profissionais e nativas.[5]

No princípio do século XX a imprensa e o jornalismo tinham-se afirmado nos territórios africanos como estrutura de informação e discussão, como canal de mobilização das forças políticas e como palco dos conflitos entre os grupos sociais. Tal imprensa tinha como tema privilegiado a situação política de Portugal, na qual se incluiam os assuntos do governo central na metrópole, dos governos das colónias e das administrações locais. Inclusive, era comum que os jornais coloniais tivessem editorias específicas para os temas metropolitanos, coloniais e locais, para além de notícias e debate sobre a actualidade das outras colónias, em África e na Ásia (Fonseca, 2019).

3 *Aurora* foi o primeiro jornal não-oficial em Angola, contudo, visto seu carácter literário e sua efemeridade, considera-se como marco da imprensa independente *A Civilização Africana*. Sobre a imprensa em Angola ver Júlio C. Lopo, *Jornalismo de Angola, Subsídios para a sua História* (1964).

4 *O Progresso*, em 1868, é o primeiro jornal independente em Moçambique. Contudo, visto ter tido apenas uma edição, considera-se como marco da imprensa independente o jornal *O Africano*. Sobre a imprensa em Moçambique ver Ilídio Rocha, *A Imprensa de Moçambique* (2000).

5 Por exemplo, em Cabo Verde as sociedades culturais precederam e alavancaram o surgimento da imprensa. Sobre a imprensa em Cabo Verde ver João N. de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana* (1998). Em Moçambique, organizações operárias e indígenas foram proprietárias de jornais, ver José Capela, "A imprensa de Moçambique até à Independência" (1996).

Portugal exerceu poder político, económico, social e militar sobre as suas colónias ao longo de todo o século XIX e XX (Newitt, 1981; Cooper, 2005; Jerónimo, 2013). O projecto imperial em si e as questões coloniais foram temas intrínsecos à vida do país, o que se reflectiu nos conteúdos de informação, opinião e na orientação da imprensa, do jornalismo e da Opinião Pública na metrópole. O contexto imperial de Portugal e a situação colonial dos territórios africanos impuseram dinâmicas políticas, sociais e culturais partilhadas, as quais se reflectiram numa Esfera Pública Imperial. A contínua resistência e contestação ao império nos territórios africanos, bem como as permanentes divergências sobre a orientação colonial, também se manifestaram nesta Esfera Pública Imperial. Reflectir sobre o espaço público e a opinião pública, da metrópole e dos territórios coloniais, enquanto uma Esfera Pública Imperial integrada e dialógica é imprescindível para se compreender a imprensa e o jornalismo enquanto estrutura de representação e conflito político no contexto imperial e colonial, bem como para se problematizar a ideologia e a cultura, e a sua representação, no império português nos séculos XIX e XX (Lourenço, 2014; Sanches, 2011; White, 1987).

2. O Poder no Império na Gazeta das Colónias

Notícias e textos de opinião sobre as questões coloniais em geral e sobre cada um dos territórios na África e na Ásia estiveram presentes nos conteúdos editoriais da imprensa portuguesa ao longo do século XIX, sobretudo a partir do *Ultimatum (1890)*. Assinala-se que a partir de 1912 o *Jornal do Comércio*, publicado desde 1853, inclui a designação "*e das Colónias*", e o Diário de Notícias incluía uma *Secção Colonial*. Na sua segunda fase, entre 1920-1926, o *Jornal da Europa* terá o subtítulo "*Portugal, Colónias e Brasil*". Porém, as questões centrais do problema colonial — no campo da política administrativa, da exploração económica dos territórios, e da gestão dos conflitos com os povos nativos — escasseavam nas páginas na imprensa periódica da metrópole na primeira década do século XX.

A *Gazeta das Colónias: Semanário/Quinzenário de Propaganda e Defesa das Colónias* (1924-1926) foi das primeiras iniciativas de uma imprensa especializada nas problemáticas coloniais do império português.[6] Jornal de periodicidade anunciada semanal e quinzenal, mas de publicação bastante irregular, editou 41 números, entre 19 de Junho de 1924 e 25 de Novembro de 1926. Propriedade da *Empresa de Publicidade Colonial*, variou as dimensões entre as 32 e as 24 páginas. A apresentação dos conteúdos obedecia a um critério de organização por território colonial ou à arrumação por secções temáticas (Desporto, Arte,

6 Assinala-se que de iniciativa pública, apenas em 1925 a Agência Geral das Colónias publica o Boletim da Agência Geral das Colónias, o qual, com diferentes títulos, será publicado até 1974.

Noticiário, Estrangeiro). Destaca-se a inclusão de imagens na publicação, com destaque para as obras estruturais nas colónias e para representações dos povos nativos. A publicidade ocupou um espaço importante no título e associou-se aos interesses económicos da metrópole nas colónias.

A *Gazeta* teve como directores os majores Oliveira Tavares, o militar António Leite de Magalhães (governador da Guiné entre 1927-1931) e José Veloso de Castro. Foram seus editores Maximino Abranches e Joaquim Araújo — resumindo-se a este núcleo a sua estrutura editorial. Os colaboradores do periódico revelam uma elite de militares, políticos, funcionários públicos, intelectuais e estudiosos de África com experiência no terreno, preocupada com as questões coloniais e ávida de intervenção nos rumos do projecto imperial português.

Andrew Roberts (1986) assinala que os objectivos e métodos do empreendimento colonial estavam em discussão entre as 'mentes imperiais' do princípio do século XX. Como governar África?, como devem os governos metropolitanos intervir?, e, qual o papel dos africanos? estão entre as perguntas feitas pelo historiador que marcaram a agenda editorial e jornalística do *Gazeta das Colónias*. Roberts sublinha que as elites (políticas, económicas, militares) foram protagonistas das respostas aos problemas elencados, destacando o papel das instituições nos territórios coloniais e os conflitos que se criaram entre metrópole e colónias em resultado dos 'custos' do empreendimento colonial. Nesta óptica, a análise dos conteúdos do *Gazeta das Colónias* traz ao cimo justo as divergências entre as elites imperiais e coloniais e o relevo da imprensa (da metrópole e das colónias) enquanto instituição na qual converge a conflitualidade do projecto colonial português.

No seu número de estreia, de 19 de Junho de 1924, um texto do então ministro das colónias, Mariano Martins, assinalava que "não existia uma publicação periódica que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos assuntos coloniais". No editorial, o jornal assumia que "Essa propaganda da nossa acção colonizadora, é uma das missões que se impõe a si própria a Gazeta das Colónias". O jornal reconhecia os inúmeros problemas coloniais, e assumia que "Promover o seu estudo, a sua discussão calma e unicamente norteada pelos interesses nacionais" era a razão da sua existência. Já nesta edição o jornal anunciava que tinha jornalistas e agências em Angola e Moçambique, e inclusive no interior destas províncias, o que denota a sua articulação enquanto empresa de comunicação e com a imprensa das colónias. No nº 3, de 17 de Julho, o jornal assinala a boa recepção, manifestada sobretudo pelos comentários na imprensa da metrópole e das colónias. Entre os anunciantes do jornal, e a confirmar a sua relação com o poder político e económico da nação e das colónias, figuravam o Banco Nacional Ultramarino, a Sociedade Angola e Congo, a Sá Leitão & Companhia, Importação e Exportação e a Companhia de Moçambique.

2.1. A Gestão do Império

Uma diversidade de temas transversais à situação colonial marcou presença nas páginas do *Gazeta das Colónias*, sobretudo nos textos editoriais que antecediam às secções dedicadas a cada uma das províncias. Nos editoriais privilegiaram-se os temas relativos à gestão do império, entre eles: autonomia *versus* centralização política; o funcionalismo colonial; os aspectos financeiros e económicos; a questão religiosa; o problema do trabalho e das políticas 'indígenas' e da imagem internacional do império.

O nº 6 (Agosto de 1924), abordava a *Administração Colonial Perigosa* e discutia a legislação descentralizadora da Primeira República, a qual seguira o modelo britânico, instituíra os altos-comissários e dera autonomia financeira aos territórios. Para o autor, Ernesto de Vasconcelos, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e professor na Escola Colonial, o defeito dos decretos de 1920 e 1923 foi não ter atendido às especificidades dos territórios, permitindo que Angola — "com três tipos de colonização (...) comercial, plantação e população — e Macau — de 'comércio china e funcionários' — fossem administradas do mesmo modo".[7]

Os conflitos entre governo central e funcionários coloniais foram contínuos no império português e povoaram a imprensa das colónias e da metrópole, revelando a disputa entre elites na ocupação dos cargos executivos da administração colonial. Em seu nº 10 (Outubro de 1924) o *Gazeta* demandava os vencimentos em atraso dos funcionalismo e apontava que "é mister escolher os homens para os lugares e não os lugares para os homens", insistindo que "as nomeações se façam livremente, sem quaisquer pressões da política partidária e subordinadas exclusivamente ao valor dos homens e às qualidades que possuam para o desempenho dos cargos". O artigo incluía denúncias oriundas de Nova Goa, referindo funcionários civis em "situação de miséria". Associada à questão, no editorial *Ensino Colonial*, argumentava-se que os cursos da Escola Colonial "deveriam constituir a base da organização dum quadro de funcionalismo ultramarino de carreira" (nº 12, Outubro de 1924). No entanto, criticava-se que não era respeitada "a preferência [dos alunos da Escola Colonial] no provimento em cargos coloniais".

Promover a propaganda colonial "rompendo com esta deplorável indiferença a que, entre nós, tem sido votada as causas coloniais" foi tópico privilegiado da agenda do *Gazeta das Colónias* e tema do editorial do nº 14, no qual se anunciava uma série de conferências públicas. Foi através desta 'propaganda' do império que se difundiu a ideologia política e cultural do colonialismo, na qual se sublinham a 'missão civilizadora', a dimensão económica e produtiva e a questão religiosa. Figura de destaque entre as elites imperiais, Brito Camacho proferiu a primeira palestra, publicada nos números 19 e 20 do jornal. O político defendeu

7 Ernesto de Vasconcelos (1852-1930) foi militar, engenheiro e geógrafo. Participou de várias campanhas cartográficas em África e no Timor. Foi secretário geral e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

como urgente "um sistema de política colonial, compreendendo as relações entre a Metrópole e as Colónias e a administração de cada Colónia, que seria absurdo tornar uniforme" (nº 19, Fevereiro de 1925). Brito Camacho sustentava então "um sistema de direitos e obrigações, tendo por base um interesse comum". Para introduzir a questão racial no contexto do império, o antigo alto-comissário de Moçambique assinalava como dever da metrópole, preparar as colónias para a sua emancipação. No entanto, perguntava: "o princípio basilar da emancipação será verdadeiro em relação às colónias com gente selvagem, como Moçambique e Angola?". A conferência foi publicada na íntegra e incluiu polémicas como o funcionalismo e as missões religiosas, pedindo continuidade na acção governativa (e nos dirigentes políticos) do Terreiro do Paço e das províncias (nº 20, Março de 1925).

Em que pese o carácter laico da Primeira República e a decisão de encerrar as missões católicas, as "Questões Religiosas" preocupavam o corpo editorial do *Gazeta,* que escolheu o tema para o editorial do nº 16. O artigo defendia o papel das missões "na nossa obra de colonização", recorrendo inclusive ao debate durante o 2º Congresso Colonial, e reclamava que o assunto fosse "encarado oficialmente, furtando-o à influência de crenças e preconceitos, para só subordinar o seu estudo e a sua resolução aos interesses do país e às exigências da nossa condição de nação colonizadora".

A *Autonomia das Colónias* foi tema de destaque no nº 24 do *Gazeta* (Agosto de 1925), em artigo assinado pelo Tenente-Coronel A. Galvão. O texto avaliava que as colónias, "acabrunhadas desde o começo pela acção asfixiante do Terreiro do Paço", tinham ganho liberdade com o estatuto da autonomia, o que teria provocado "desmandos" nos seus governos locais. Em crítica pró-descentralização, o texto requeria o reforço da autonomia, nomeadamente através da eleição local dos governadores, da plenitude de poderes conferida aos altos-comissários e da criação de comissariados de fiscalização. A tese da "liberdade e dos direitos a conceder às colónias" condicionadas à fiscalização, seria defendida e desenvolvida pelo autor e pelo jornal (nº 30 e 33).

Em véspera da 6ª Assembleia da Sociedade das Nações, o director do *Gazeta* intitulava o editorial como "A Farsa da Escravatura" (nº 25, Setembro de 1925). Num artigo de cinco páginas, Leite Magalhães respondia aos "insignes farsantes americanos" que acusavam Portugal: trabalho obrigatório, trabalho gratuito, ausência de justiça e falta de assistência. Na conclusão do artigo o militar apelava à nação "ó povo de Portugal, já que ninguém te arma os braços para defenderes o último haver que te ficou, ergue a tua cabeça e cospe nos traficantes indignos que te anavalham a honra para que lhes seja consentido o roubo da Fazenda".

Fortes ataques ao governo metropolitano e ao Partido Republicano eram proferidos no editorial do nº 29 do *Gazeta* (Novembro de 1925). Sob o título *A Semana das Colónias* (realizada no âmbito do 50º aniversário da Sociedade de Geografia), criticava-se "o maior dos partidos da República, detentor do poder desde a primeira câmara constituinte, nem mesmo julgou necessário que do novo Parlamento fizessem parte coloniais de coração e de

saber, preferindo a 'claque' servil dos aplausos à presença, talvez incómoda, dos técnicos". A "crise aguda" de Angola, a "desvalorização da nota" em Moçambique, um "governador rebelde" na Índia e uma "administração inconcebível" em Timor ilustravam as críticas de uma elite imperial, militar e política, que clamava por mudanças nas políticas coloniais. O texto é revelador do peso da questão colonial no fim da Primeira República, bem como do papel desempenhado pelos militares no golpe de 28 de Maio em 1926 e na legitimação do Estado Novo.[8]

"O Problema do Crédito das Colónias" era tratado no editorial do nº 33. Leite Magalhães reconhecia os "erros" do Banco Nacional Ultramarino e assinalava como as principais dificuldades das colónias a restrição dos créditos e das transferências e o crédito agrícola. No nº 23, de Maio de 1925, João Ulrich (governador do BNU) tinha publicado um longo texto a responder às acusações ao Banco e à sua responsabilidade na crise financeira de Angola. No seu artigo, Leite de Magalhães partilhava de soluções propostas pelo BNU, sugerido o "robustecimento do Banco Emissor" e a "liberdade bancária". Revelando a sintonia entre as elites imperiais, o director do Gazeta parafraseava Vicente Ferreira, assinalando que: "quaisquer que sejam os erros e deficiências mais ou menos justamente atribuídos ao Banco Nacional Ultramarino, é de elementar justiça conceder-lhe, a seu 'activo', uma larga soma de serviços prestados às colónias portuguesas".

2.2. O Trabalho no Império

O problema da "falta de braços" para as roças de cacau de São Tomé e Príncipe — reclamadas pelos proprietários de terras e denunciada como continuidade do trabalho 'escravo' (na forma de trabalhadores "contratados" noutras colónias) — afligia o Governo e a administração do arquipélago, sendo um embaraço para o império Português desde as denúncias internacionais dos relatórios de John H. Harris (1913) e de Edward Ross (1925).[9]

A farta discussão do tema no *Gazeta das Colónias* e nos jornais de São Tomé e Príncipe demonstra os conflitos que a questão do cacau provocou entre proprietários de terra, governo e grupos nativos, fragilizando o império. De facto, este tema é exemplar da emergência da Esfera Pública Imperial. Este espaço público estruturou-se no diálogo, debate e conflito promovido pela imprensa e pela actividade jornalística, o qual envolveu o conjunto dos territórios coloniais e metropolitano. No império português, a Esfera Pública Imperial agregou os actores políticos (Governos e instituições metropolitanas e das colónias), o tecido económico

8 Sobre a Primeira república, ver, por exemplo, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (2009).

9 Sobre a relação entre império, ciência e trabalho e o problema do cacau em São Tomé e Príncipe sugere-se o estudo de Marta Macedo (2013), "Império do Cacau: ciência agrícola e regimes de trabalho em São Tomé e Príncipe no início do século XX".

(proprietários de terras, empresários, instituições financeiras), e a sociedade civil (partidos, organizações de trabalhadores e associações nativas).

"Os males da Província", texto assinado por Egydio Inso (Chefe dos Serviços de Agricultura da colónia), no nº 1 da *Gazeta das Colónias*, em 19 de Junho de 1924, abordava a situação do trabalho nas plantações do arquipélago. O artigo fazia um histórico desde a abolição do esclavagismo sobre as medidas de "saneamento" promovidas pelo governo, central e local, e procurava demonstrar as boas condições dos serviçais nas roças de STP. "Que venham os braços, um mínimo de dois por hectare de cultura. Um mínimo de três anos de permanência nas Ilhas. Menos tempo é reduzir o período de trabalho ao da aprendizagem. Há que ensiná-los, adestrá-los primeiro", clamava o autor. Note-se que Egydio Inso tinha sido o fundador e editor de *O Jornal*, publicado em STP entre 1922-23, periódico associado aos europeus proprietários de terras e ao poder político e económico do arquipélago.

"São Tomé e Príncipe, o Sudário das suas Necessidades", era o artigo publicado sobre as Ilhas no nº 3 da *Gazeta das Colónias*. Assinado por Serra e Moura, senador representante das Ilhas que tinha sido director do jornal *O Modesto* (STP, 1920-1923), o texto apontava que a produção de cacau se tinha reduzido para um terço em relação ao ano de 1920, o que se devia à "escassez de trabalhadores". Com a intenção de pressionar o governo, o artigo lembrava a promessa do ministro Mariano Martins: "o actual titular da pasta das colónias, honrando o seu passado colonial distinto, que pelas nossas colónias tem o maior carinho, dará dentro em breve, como aliás me prometeu há dias ao reconhecer a justiça da minha reclamação, uma satisfatória solução a este importante assunto".

Entretanto, saía no arquipélago desde 1923 *A Colónia, hebdomadário republicano*, tendo desde Junho de 1924 Ferreira da Cruz como director — político exonerado como administrador do concelho de São Tomé e que exercia funções como advogado e notário. Para o jornal, a situação dos serviçais era privilegiada, como sublinhava o nº 1, de Setembro de 1923: "Aqui o trabalhador indígena tem boa casa que a lei lhe manda dar, tem sadia e própria alimentação prescrita também na lei e ali perto onde trabalha tem o hospital". *A Colónia* foi um canal de suporte dos governos e das políticas locais. No nº 3, de Fevereiro de 1924, um artigo enaltecia as qualidades do governador Eugénio Soares Branco como "garantia" de que os problemas da colónia seriam resolvidos.

Outro segmento da imprensa em STP nesta altura é o dos jornais ligados aos europeus comerciantes de média dimensão e empregados, a exemplo do semanário *A Desafronta*, dirigido pelo europeu Galino Marques. No nº 5, em Março de 1924, o artigo principal abordava o défice e os impostos em STP e relacionava-os aos problemas da cidade: caminho-de-ferro, estradas, saneamento. Um dos colaboradores do semanário assinava como Juvenal e escrevia sobre os problemas dos africanos. No nº 14, em Maio de 1924, argumentava que a solução para o problema da mão-de-obra era "as grandes sociedades, detentoras da terra que não podem tratar por falta de braços, entregassem a mesma, dividida em pequenas glebas e mediante renda justa, aos nativos, aos serviçais".

Em São Tomé também se publicavam jornais defensores dos interesses dos africanos e dos grupos nativos, que reclamavam a igualdade de direitos entre europeus e africanos e a independência de São Tomé. Contemporâneo da *Gazeta das Colónias* foi *O Combate* (1925), polémico e efémero. Propriedade do comerciante João Carragoso e tendo como redactor principal o nativo Augusto Gamboa, *O Combate, Jornal semanal defensor dos interesses públicos da província, dos oprimidos, sem distinção de cor, raça ou hierarquia*, durou apenas seis edições. Gamboa era nativo, defensor dos interesses africanos e crítico mordaz da administração da colónia, o que levou a suspensão do título pelo governador Eugénio Soares Branco, em Abril de 1925. «O Combate, nasce para a luta; luta sem tréguas nem quartel contra o despotismo, contra a tirania [...] Defenderemos apenas a razão, o direito e a justiça segundo as nossas forças», apresentava-se o jornal no nº 1, em Março de 1925. No seu nº 2, de Março de 1925, o jornal defendeu que "o recrutamento tem de ser feito por agentes de governo, para evitar que continuem as queixas dos negros".

Como se vê, o conflito sobre a mão-de-obra foi um tema central nas dinâmicas do império no período e dominou a discussão no espaço público de São Tomé e Príncipe e do Império. O jornal *Gazeta das Colónias* contribuiu para a ampliação do debate na metrópole e nos demais espaços coloniais nos quais circulava. O caso é ilustrativo da existência de uma Esfera Pública Imperial, a qual se configura nos jornais de STP e da metrópole e no diálogo que se estabelece entre eles.

3. Conflitos e Disputas entre Elites

O *Gazeta das Colónias* foi um jornal das elites imperiais e coloniais, ávidas por intervir no processo político. A lista de colaboradores do jornal, publicada em todos os números do periódico, assume que a "larga colaboração" visa "originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais" (nº 1, 19 de Julho de 1924). Alfredo Augusto Freire de Andrade, engenheiro e político; Armando Cortesão, historiador e administrador colonial; Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, governador de Macau; o general José Augusto Alves Roçadas; o goês Luiz de Menezes de Bragança, intelectual e político; Brito Camacho, médico e político, são alguns dos nomes que se destacam na longa relação de políticos, militares, intelectuais e empresários que escreveram para o jornal.

Ilustrativo do poder das elites imperiais e coloniais exercido através da esfera pública e do *Gazeta* foi a partida do Major Oliveira Tavares da direcção do jornal: "arrebatado pela Companhia de Moçambique", "escolha acertada", vista a sua "dedicação inquebrantável" e a sua "inteligência de eleição", assinalada pelo novo director, Major A. Leite de Magalhães, militar e colonial, colaborador do jornal desde o seu lançamento (nº 21, Abril de 1925). A relevância da imprensa como estrutura decisiva da Esfera Pública Imperial, e como espaço crucial

para a intervenção no processo político, reafirma-se na transferência de Leite de Magalhães para o governo de Angola no segundo semestre de 1926. Vicente Ferreira, escolhido como alto-comissário de Angola, fez de Leite Magalhães seu secretário do interior. José Veloso de Castro, assumiu então a direcção do *Gazeta* e agradeceu ao Major Leite de Magalhães, no editorial do nº 37 (Setembro de 1926), assinalando as missões que este já tinha cumprido na Ásia e em África, e sublinhando os seus "trabalhos importantes sobre geografia e demografia, colonização e produção, sobre administração e finanças".

O conceito de elites 'imperiais' e 'coloniais' aqui aplicado segue a perspectiva de Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos (2007), no qual as 'elites imperiais' eram aquelas que circulavam pelo espaço do império a exercer funções políticas, económicas ou culturais. Já as 'elites coloniais', eram compostas pelos grupos fixados nos territórios do império, no qual tinham interesses e exerciam poder. Nesta linha, associa-se o *Gazeta das Colónias* às elites imperiais e os jornais dos territórios às elites coloniais. Argumenta-se que as elites imperiais e coloniais, conscientes da sua condição e poder, fizeram representar-se através da imprensa e disputaram o projecto imperial pela via jornalística. Através desta Esfera Pública Imperial propagaram a sua ideologia, defenderam os seus múltiplos (e por vezes divergentes) interesses políticos e económicos, articularam as suas ambições pessoais e disseminaram as suas práticas culturais. Tais elites interagiram e polemizaram entre si; promoveram, questionaram e combateram a ideologia e as práticas metropolitanas, e protagonizaram a sua própria agenda de interesses. Ao constituírem e materializarem uma Esfera Pública Imperial, tais elites demonstram uma compreensão do império enquanto uma unidade formada por "continuum de estruturas locais", e assim desempenharam um papel de "dispositivo ideológico" (Xavier e Santos, 2007).

Norton de Matos já tinha resignado da sua posição de alto-comissário de Angola quando saiu o nº 1 do *Gazeta das Colónias*. Oliveira Tavares, seu director, assinalava que a sua demissão representaria para alguns "um protesto contra a injusta apreciação da sua acção administrativa; para outros ela constituirá o reconhecimento da ineficácia e porventura dos erros dessa acção". Se o jornal polemizava a fórmula administrativa dos alto-comissários, o seu director defendia que "se deve estabelecer um programa de governo, com a colaboração das entidades que mais intimamente conhecem a vida de Angola... [e] podem contribuir para a resolução da crise que ameaça a vida da colónia".

Na dinâmica imprensa de Angola, os mandatos de Norton de Matos tinham sido alvo de polémicas constantes. *A Província* (1914-1919, Luanda), em Março de 1915, quando do fim do primeiro mandato de Norton de Matos, assinalava que "fomos dos poucos que mantiveram reservas à sua administração, comentando desfavoravelmente [...] actos que julgávamos contrários aos bons princípios da justiça e às leis fundamentais das regalias de um povo livre".

Com poderes reforçados no seu segundo mandato, entre 1921-24, Norton de Matos controlava as forças militares, tinha autonomia financeira e iniciou um vasto programa de

obras públicas. O alto-comissário publicou diplomas relativos à educação, à saúde, à posse de terra e à exploração dos recursos naturais. Entretanto, as suas políticas económicas não conseguiram impulsionar o mercado interno nem evitar a concorrência dos produtos estrangeiros, que tinham a metrópole como mercado privilegiado. No campo financeiro, o governo de Norton de Matos contribuiu para a crise na circulação fiduciária e para a desvalorização do escudo angolano. Tais problemas deveram-se ao empréstimo interno negociado com o BNU, pois, com a desvalorização do escudo e o fim da paridade entre as moedas da colónia e da metrópole, criaram-se dificuldades nas transferências. A crise foi económica e política, com Norton de Matos a sofrer oposição dos colonos em Angola e do parlamento em Lisboa. O alto-comissário tentou superar a crise com um empréstimo da Companhia dos Diamantes, este foi discutido e aprovado pelo Parlamento, sem debate no Conselho Legislativo da colónia. A decisão do poder central foi considerada uma interferência na governação de Angola em relação às leis orgânicas, e a crise esteve na origem do abandono do governo de Angola por Norton de Matos (Proença, 2009).

Também foi no princípio do segundo mandato de Norton de Matos que se reforçou à repressão política, destinada sobretudo as esmagar às críticas ao seu programa de governo. Os imigrantes estrangeiros, os missionários protestantes, as associações africanas e os funcionários públicos estiveram entre os alvos do alto-comissário. Para reduzir a oposição e o conflito na colónia, entre 1921-22 Norton de Matos reprimiu estes grupos e baniu várias associações, entre elas a Associação dos Funcionários Público, em 1921, e a Liga Angolana, em 1922.

Porém, as elites coloniais da província suportavam o alto-comissário. O *Jornal do Comércio — Pró-Pátria — Pró-Angola* assinalava em Março de 1921, nº 51, que o governo Norton de Matos "tem tido uma óptima gestão". Em Julho de 1922 o jornal saiu em sua defesa, argumentando que "Angola está emancipada, financeira e administrativamente, da tutela do Terreiro do Paço. Tem quem precisa e o que precisa".

A forte imprensa do interior de Angola também intervinha no debate político colonial. Entre 1922-24 circulava em Benguela *O Distrito de Benguela*, dirigido por Adolfo Pina. Embora fosse crítico do governo metropolitano, o semanário apoiava os governos de Angola e do distrito. O nº 9, de Março de 1922, elogiava Norton de Matos, que "não tem descurado as bases principais do sistema monetário que mais convém às necessidades e à vida económica da colónia".

Em Agosto de 1923, quando do seu editorial de lançamento, *A Província de Angola*, Luanda, assumia "toda a colaboração ao programa realizador e de reformas do Alto-Comissário, sem que abdiquemos do direito de fiscalização e crítica honesta". As preocupações centrais do bissemanário, nesta fase, estiveram vinculadas à autonomia política da colónia, ao problema da mão-de-obra indígena, à colonização e às infra-estruturas.

Já em 1924, em plena crise económica e sem governador colonial, a imprensa de Angola atacava o Terreiro do Paço e o *Jornal de Benguela (*Julho de 1924 Ano XIII, nº 30) perguntava: "Francamente: há algum país colonial que viva num regime desta natureza com

as suas colónias? Se isto assim continuar, a colónia está perdida, e Portugal não pode viver sem as colónias".

No nº 2 do *Gazeta das Colónias*, Cunha Leal denunciava a situação de falência económica e financeira da colónia, sublinhando que "Norton de Matos passou sobre Angola como um furação devastador. Agora, que a sua liquidação é definitiva e a consciência pública o condenou, sem remissão, contemplemos, desoladamente as ruínas que esse megalômano deixou atrás de si". Em seu nº 4 (24 de Julho de 1924) no artigo *A Política e as Colónias* questionava-se "porque se há de continuar no perigoso sistema de conservar o Público na ignorância da verdadeira situação de Angola?". Defendendo-se que "A bem da vida da colónia, dos interesses de centenas de portugueses e do nosso próprio decoro, o problema de Angola tem de ser enfrentado, com decisão e com energia, pelo Governo da metrópole". O fim dos altos-comissários foi defendido por Ernesto de Vasconcelos no nº 6 do Gazeta das Colónias, em 7 de Agosto de 1924: "estarem os governadores, gerindo interinamente as duas grandes colónias, entrando no bom caminho, suprimindo despesas supérfluas e simplificando serviços. Quer dizer, estão tentando dar às duas colónias a administração que elas comportam. Para que, então, os Altos Comissariados?". Nomeado Rego Chaves para Alto Comissário de Angola, o Gazeta das Colónias saudava a escolha pelo governo da metrópole e publicava um caderno de encargos: suster o "descalabro" financeiro e económico; regulamentar o trabalho indígena; regulamentar as concessões de terra; problemas da agricultura; e organização militar.

A crise de Angola durante o segundo mandato de Norton de Matos é reveladora dos conflitos políticos entre elites imperiais e elites coloniais, bem como dos confrontos a respeito do projecto colonial, das suas directrizes e da sua gestão. A imprensa, das colónias e da metrópole, foi o espaço privilegiado para o conflito e a disputa pelo poder, constituindo o epicentro de uma Esfera Pública Imperial possível no contexto da democracia liberal, ainda que em crise, da Primeira República (Teixeira, 2014).

4. Guiné, a (ir)Relevância da Esfera Pública

A relevância da esfera pública nas dinâmicas coloniais e imperiais é reforçada pelo caso da Guiné, caracterizada neste período por um espaço restrito e limitado de debate. A incipiência da imprensa e do jornalismo na Guiné enquanto estrutura sociopolítica que constitui a esfera pública e medeia o debate é crucial para explicar o lugar periférico da colónia no império português. Noutra vertente, o caso explica o predomínio das elites imperiais, em detrimento das locais, no exercício do poder na colónia. Neste capítulo, o caso da Guiné desponta também como contraponto reflexivo, de modo a se salientar o poder da Esfera Pública Imperial na disseminação da ideologia e das políticas do império, bem como da disputa pelo seu poder.

O nº 1 da *Gazeta das Colónias* constatava a percepção geral sobre a colónia: "Tanto na massa anónima da população metropolitana, como, o que é muito pior, na grande maioria dos homens de Estado, banqueiros e agricultores, se assentou que a Guiné é uma colónia insalubre, rebelde, improgressiva" (Carlos Pereira no artigo *'Guiné, é preciso fazer a propaganda da colónia*').

Dependentes do governo de Cabo Verde até 1880, as instituições da administração pública tardaram na Guiné e a sua implementação coincidiu com a decadência das elites luso-africanas, seguindo-se o predomínio dos investimentos estrangeiros nas explorações agrícolas e comerciais (Silva, 2010). Neste panorama, as elites imperiais e coloniais na Guiné estavam enfraquecidas económica e politicamente, o que dificultou a emergência uma esfera pública local que defendesse os interesses coloniais e promovesse a Guiné no império. Daí que ao longo da Monarquia, o *Boletim Oficial* foi o único meio de informação na Guiné e exerceu sobretudo o papel de colaboração para com o governo local e metropolitano. Apenas em 1920 surgiu o primeiro jornal independente na colónia, *O Ecos da Guiné, Quinzenário Independente Defensor dos Interesses da Província*. O jornal foi uma iniciativa de funcionários públicos europeus e era reproduzido na tipografia do Estado, porém, não resistiu ao primeiro trimestre daquele ano. Em 1922 saiu *A Voz da Guiné, Quinzenário Republicano Independente*. O jornal tinha como editor Rui Carrington S. da Costa e como redactor principal José Lourenço da Conceição Leitão, presidente da comissão municipal de Bolama, também foi reproduzido na Imprensa Nacional e não sobreviveu ao seu primeiro ano.

Em Agosto de 1924 (nº 6), o *Gazeta das Colónias* assinalava que a "normalidade" na Guiné tinha sido reestabelecida após mais uma "rebelião indígena", o que se devia ao governador Velez Caroço e ao seu "regime de administração perfeitamente equilibrado, baseado no conhecimento da colónia, no respeito dos direitos e dos deveres e numa grande vontade de bem servir". Para além da dimensão política, o jornal estava sintonizado aos interesses económicos da colónia e considerava "indispensável" a carreira marítima regular entre a metrópole e a Guiné. O transporte foi um dos temas centrais do *Pró-Guiné, Órgão do Partido Republicano Democrático*, saiu em 17 de Agosto de 1924, em Bissau. O jornal teve como proprietário, editor e redactor principal Francisco da Veiga. Reproduzido na Imprensa Nacional, propunha-se a quinzenário, porém editou apenas quatro números. O nº 01 assinalava o objectivo do jornal, "defender os interesses da pátria e da república", e elogiava o governador da colónia, Velez Caroço, "um homem honesto, digno e pundonoroso". Inclusive, sublinha-se a sintonia entre os títulos, visto que a *Gazeta* publicou artigos do *Pró-Guiné* (nº 12, Outubro de 1924), e que este elogiou os contributos de Armando Cortesão e de Carlos Pereira quando escreveram sobre a colónia.

Sem uma imprensa que protagonizasse o debate público e apresentasse as demandas da Guiné ao Terreiro do Paço, coube a *Gazeta* contribuir para manter a colónia na agenda política da esfera pública do império. Por exemplo, em Dezembro de 1924 (nº 16), o engenheiro

Xavier da Fonseca reclamava da "instabilidade dos governadores coloniais" e do seu impacte na exploração económica da província, argumentando que no fomento da agricultura e da indústria de extracção vegetal e mineral residia o progresso da Guiné. Ao longo de 1925 e 1926, seriam publicados diversos artigos a abordar as especificidades da colónia.

Conclusões

A Esfera e a Opinião Pública impuseram-se e consolidaram-se em Portugal na primeira metade do século XIX e tiveram a imprensa como estrutura, instituição e mecanismo decisivo, como demonstraram Alves (2015) e Tengarrinha (2013). Com a emergência do espaço público e do jornalismo nas colónias portuguesas de Ásia e África, emergiu uma Esfera Pública Imperial, constituída dos debates, conflitos e disputas entre as forças sociopolíticas. Os títulos publicados nos territórios coloniais e os jornais impressos em Portugal foram as estruturas privilegiadas de diálogo nesta Esfera Pública Imperial. As elites imperiais e coloniais foram as protagonistas desta Esfera Pública Imperial.

As funções políticas de mediação e amplificação do debate público, o processo de integração do Estado e da Sociedade, a negociação de compromissos e o equilíbrio do poder estão entre os papéis destacados na teoria da esfera pública (Habermas, 2012 [1962]) e que foram desempenhados por esta Esfera Pública Imperial. Salienta-se que o contexto liberal da Primeira República foi decisivo para "uma esfera pública que desempenha funções políticas, segundo a qual o público deve pôr em movimento, através destas mesmas organizações que o mediatizam, um processo crítico de comunicação pública" (Habermas, 2012, 383).

As forças económicas, políticas, militares e ideológicas — as quatro fontes de poder social identificadas por Michael Mann — foram as protagonistas da discussão e do confronto nesta Esfera Pública Imperial. No processo de ascensão de um poder civilizacional Europeu a partir de 1890, com múltiplas forças e actores, a constituição de uma Esfera Pública Imperial é central no processo político e caracteriza o conflito no interior dos impérios e entre impérios. No império português, como o estudo ilustra através dos debates da imprensa, tal Esfera Pública reflectiu as dinâmicas de luta do seu tempo:

> Each empire erected fences around itself and intermittently fought against the others. Imperial tariffs restricted transnational trade, natives fought for 'their own' mother country, often against their own neighbors. Colonies erected state boundaries where none had previously existed, and native colonial elites spoke and wrote in the language of the mother country (Michael Mann, 2012, 457).

Também as elites coloniais e imperiais — para além das elites nativas, e aqui seguindo o argumento de Benedict Anderson (2006 [1983]) — apropriaram-se da imprensa, constituindo

uma Esfera Pública Imperial que serviu para confabular a ideologia do presente colonial e para desenvolver o imaginário futuro do império português. E, nesta perspectiva, é relevante destacar o papel da imprensa e do jornalismo na propaganda do império e da sua ideologia política e cultural, como constatado por John M. Mackenzie (1986, 1986a). E, assim, torna-se imprescindível aprofundar as dimensões culturais e ideológicas desta Esfera Pública Imperial na investigação futura desta hipótese, visto "This capacity of an imperial nationalism to create semblance of unity across class and party lines becomes more easily comprehensible when set in its wider cultural context" (Mackenzie, 1989, 4).

Delineada a hipótese de uma Esfera Pública Imperial, tal proposição implica o desenvolvimento de duas vertentes na sua continuidade: 1) o refinar da discussão teórica, na perspectiva multidisciplinar das Ciências Sociais; e 2) o ampliar da investigação empírica, engajando uma diversidade de casos de estudo da esfera pública e da imprensa colonial portuguesa.

Recordando Frederick Cooper (2005), se os impérios são sistemas espaciais que enfatizam diferença e hierarquia e constituem unidades políticas com discursos morais, é imperativo que nos seus debates sobre o império colonial português as Ciências Sociais incluam a Esfera e a Opinião Pública, bem como o jornalismo e a imprensa, enquanto dimensões estruturais de análise e de explicação.

Referencias bibliográficas

Alexandre, V. (1998). Ruptura e Estruturação de um Novo Império. In F. Bethencourt e K. Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (*Vol. IV, Do Brasil para África, 1808-1930* (pp. 10-87). Círculo dos Leitores.

Anderson, B. (2006 [1983]). *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.

Alves, J. A. dos S. (2015). *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. MediaXXI.

Capela, J. (2010). A imprensa de Moçambique até à independência, 1854-1974. In J. Capela (Org.), *Moçambique pela sua História* (pp. 149-171). Edições Húmus.

Cooper, F. (2005). *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. University of California Press.

Fonseca, I. de A. (2019). *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Edições 70.

Garcia, J. L. (2019). Em Louvor da Teoria. In J. L. Garcia e H. Martins (Eds.), *Lições de Sociologia Clássica* (pp. 15-40). Edições 70.

Habermas, J. (2012 [1962]). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Jerónimo, M. B. (2013). *O Império Colonial em Questão — Poderes, Saberes e Instituições (Sécs. XIX-XX)*. Edições 70.

Lopo, J. de C. (1964). *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Centro de Informação de Turismo de Angola.

Lourenço, E. (2014). *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Gradiva.

Macedo, M. (2013). Império do Cacau: ciência agrícola e regimes de trabalho em São Tomé e Príncipe no início do século XX. In M. B. Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão — Poderes, Saberes e Instituições*. Edições 70.

Mackenzie, J. M. (1986a). *Imperialism and Popular Culture*. Manchester University Press.

Mackenzie, J. M. (1986). *Propaganda and Empire: The Manipulation of British Public Opinion, 1880-1960*. Manchester University Press.

Mann, M. (2012). *The Sources of Social Power, Volume 3: Global Empires and Revolution, 1890-1945*. Cambridge University Press.

Newitt, M. (1981). *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*. C. Hurst & Co.

Oliveira, J. N. de (1998). *A Imprensa Cabo-Verdiana*. Fundação Macau e Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

Proença, M. C. (2009). *A questão colonial*. In M. F. Rollo & F. Rosas (coords.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 503-521). Tinta da China.

Roberts, A. (1986). The imperial mind. In J. D. Fage & R. Oliver (Eds.), *The Cambridge History of Africa*, (ed. A. D. Roberts, vol. 7, *From 1905 to 1940,* pp. 24-76*)*. Cambridge University Press.

Rocha, I. (2000). *A Imprensa de Moçambique*. Edição Livros do Brasil.

Rosas, F. & Rollo, M. F. (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.

Sanches, M. R. (2012). *Malhas que os Impérios Tecem — Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*. Edições 70.

Silva, A. E. D. (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Almedina.

Teixeira, N. S. (2013). As Chaves do Período. A. C. Pinto & N. G. Monteiro (dirs.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, (N. S. Teixeira (coord.), *A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, vol. 3, (pp. 21-29). Fundación Mapfre.

Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Círculo dos Leitores.

Xavier, A. B. & Santos, C. M. (2007). Cultura Intelectual das Elites Coloniais. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 9-33.

White, H. (1987). *The Content of the Form — Narrative, Discourse and Historical Representation*. The John Hopkins University Press.

Periódicos consultados

Gazeta das Colónias, Lisboa (1924-1926).

A Colónia, hebdomadário republicano, São Tomé e Príncipe (1923-1924).

A Desafronta, São Tomé e Príncipe (1924).

A Província, Angola (1914-1919).

A Província de Angola (1923-1926).

A Voz da Guiné, Guiné (1922).

Ecos da Guiné, Guiné (1920).

Jornal de Benguela, Angola (1918-1926).

Jornal do Comércio, Angola (1920-1922).

O Combate, São Tomé e Príncipe (1925).

O Distrito de Benguela, (1922-1924).

O Jornal, São Tomé e Príncipe (1922-23).

O Modesto, São Tomé e Príncipe (1920-1923).

Pró-Guiné, Guiné (1924).

Parte IV

Projeção e influência do jornalismo português no Oriente

A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente (1822--1846) — Caixa-de-ressonância da geoestratégia dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha na região[1]

The Portuguese-Speaking Press in the Orient (1822-1846) — Sounding board for the geostrategy of the United States of America and Great Britain in the region

José Augusto dos Santos Alves*

Universidade Nova de Lisboa / CHAM
jsalves@fcsh.unl.pt
ORCID ID: 0000-0002-8349-0724

* O autor faleceu no dia 12 de fevereiro de 2021

DOI: https://doi.org/10.34619/snmq-tvnp

Resumo: Deambular pelos periódicos de língua portuguesa no Oriente da primeira metade do século XIX e constatar os métodos de obtenção de mercados e de aproximação a estes espaços, mostra como a geoestratégia pode mudar em função do país que a delineia, independentemente de idênticos objectivos, isto é, mercado e matérias-primas. Existe, nesta primeira metade do século XIX, uma tradição britânica na relação de aproximação, que varia em função do espaço a dominar, privilegiado ou periférico, em concordância com os interesses pretendidos. Ou seja, a "política de canhoneira", e a consequente indemnização a pagar pelo povo sujeitado, é o argumento mais utilizado sempre que os benefícios (mercado e matérias primas) a adquirir são essenciais nos objectivos estratégicos antes delineados. A autoridade transmuda-se de máquina para fabricar o respeito em instrumento que produz um constrangimento interiorizado, necessário, em que, na falta ou na (in)desejabilidade de outra via, surge como "inevitável" o recurso à força bruta. Ou é a sujeição ou a guerra. Neste contexto, os Estados Unidos da América (E.U.A.) parecem ter, nesta estratégia de aproximação ao seu poderio à escala mundial, uma outra perspectiva, baseada no princípio de não ingerência (uma estratégia de sedução), respeito pelos povos, considerados todos no quadro de relação privilegiada recíproca, com vantagens mútuas. O recurso à "política de canhoneira" está para os E.U.A., nesta conjuntura, completamente fora de questão, o que não acontece com o seu antigo colonizador, a Grã-Bretanha (G.B.).

Palavras-chave: Imprensa portuguesa; Oriente; Estados Unidos; Grã-Bretanha.

Abstract: *Wandering through the Portuguese language periodicals in the Orient of the first half of the 19th century and noting the methods of obtaining markets and approaching these spaces, shows how geostrategy can change depending on the country that outlines it, regardless of identical objectives, that is, market and raw materials. There is, in this first half of the 19th century, a British tradition of rapprochement, which varies according to the space to be dominated, privileged or peripheral, in accordance with the desired interests. In other words, the "gunboat policy", and the consequent compensation to be paid by the subjected people, was the argument most frequently used whenever the benefits (market and raw materials) to be acquired were essential to the strategic objectives outlined above. Authority is transmuted from a machine for producing respect into an instrument which produces an internalised, necessary constraint, in which, in the absence or in the (in)desirability of another way, recourse to brute force appears as "inevitable". It is either subjection or war. In this context, the United States of America (USA) seems to have, in this strategy of approximation to its power on a world scale, another perspective, based on the principle of non-interference (a strategy of seduction), respect for peoples, considered all within the framework of a reciprocal privileged relationship, with mutual advantages. Recourse to the "gunboat policy" is, at this juncture, completely out of the question for the USA, which is not the case for its former coloniser, Great Britain (G.B.).*

Keywords: *Portuguese press, Orient; United States; Great Britain.*

É uma forma de poder e, ao mesmo tempo, de domínio, por via do prestígio da acção que convém dar a conhecer ou relembrar. É uma forma de representação (Chartier, 1989: 1515), que, sendo, na sua essência, algo intemporal, difere no tempo e no espaço em conformidade com os atributos políticos que transporta e os objectivos que se propõe. Por um lado,

1 Refiro-me aqui ao periodismo oriental em Macau e Bombaim. Nesta pesquisa foram, sobretudo, consultados os periódicos *A Abelha da China*. Macau (1822-1823); *Gazeta de Macao*. Macau (1824-1826); *O Portuguez na China*. Macau (1839-1843); *O Macaista Imparcial*. Macau (1836-1838); *O Procurador dos Macaistas.* Macau (1844-1845); *A Aurora Macaense*. Macau (1843-1844); *O Investigador Portuguez em Bombaim*. Bombaim (1835-1837); *O Pregoeiro da Liberdade em Bombaim* (1836-1846).

está-se perante uma noção de representação ligada ao poder discricionário da *voluntas*, por outro, face ao critério fiável de um governo que usa a *ratio.*

O uso da força, antes e após a ocupação, assinala um crime ainda maior, a saber: o ataque e a ocupação de nações e povos por outras razões que as normalmente avançadas. A guerra é, pura e simplesmente, uma guerra de agressão que encerra em si mesma o mal de todas as outras guerras acumuladas. É por que, à vista, este mal de todas as outras guerras acumuladas traz imediatamente ao espírito do governo americano a Guerra da Independência. Não é possível contorná-la. Sem pretender ser excessivamente interpretativo, intui-se pelo testemunho, que uma guerra de agressão é, no caso da nação americana[2], moralmente repreensível, eticamente incompatível com o direito dos povos, porque intrinsecamente má. Uma guerra de agressão brutaliza não apenas o agredido, mas igualmente o agressor. Os americanos têm certamente presente a experiência por que passaram no processo de libertação do colonizador.

O leque de opções foge ao tradicional monolitismo, um *modus vivendi* aparentemente menos coercivo e na linha de uma conservação e moderação que, fugindo ao ultra-tradicionalismo, é tendencialmente consensual (*Gazeta de Macao*, 1826, XXXIX, 157-158)[3]. Este princípio, que aí preside, é evidente desde início.

A esta estratégia relacional, baseada no respeito pelos povos e nações com os quais os E.U.A. pretendem estabelecer relações (*A Abelha da China*, 1823, LX), subjazem os princípios da República (*The Federalist: a collection of essays*, 1788)[4], que nortearam os Pais fundadores,

2 A nação não é uma realidade concreta, mas uma ideia. Não é da mesma ordem que as formações sociais primárias tais como os clãs, as tribos, as aldeias e as cidades. Alguns dos factores que explicam a formação destes agrupamentos, a etnia, a história, o território, a religião, a língua não bastam para dar uma ideia da realidade nacional. Existem nações desterritorializadas, nações plurilingues e nações onde várias religiões são professadas. Nestas condições, uma vez que a nação não é um fenómeno directamente observável, pois que apenas se revela pelos sentimentos e pelas atitudes que suscita, é forçoso ver na nação uma ideia, uma representação que os indivíduos fazem do ser colectivo em que eles se constituem (Burdeau, 2002, pp. 865-866). A nação é, pois, um conceito polissémico que simboliza uma aposta política basilar. A nação é, antes de mais, uma sociedade humana congregada por uma consciência de atribuição comum, é, portanto, um sentimento subjectivo que depende de cada indivíduo (contempla-se ele, ou não, como aglutinado ao conjunto nacional?) e do resto da comunidade (identifica ela, ou não, o indivíduo como membro dessa sociedade?). Assim, a ideia de nação americana, apesar da enorme diversidade de origens étnicas e a existência, na época aqui em estudo, de uma reduzida memória histórica, deve ser olhada como *caldo de cultura* de convicções, sentimentos e valores comuns, que faz sentir ao conjunto dos americanos um sentimento de pertença, quando existe ainda a ilusão de um ideal democrático (mito fundador, sem recurso a qualquer origem genética fantasmática), que supõe uma honestidade total dos fortes face aos fracos e uma condenação verdadeiramente radical de todo o abuso do poder. Respeitando cinco critérios indispensáveis — eleições livres, oposição organizada e livre, direito real à alternância política, sistema judiciário independente e existência de imprensa livre –, o método de governo, assente em tal ideal democrático, teve posteriormente tendência a universalizar-se, sob o forte impulso, em primeiro lugar, do presidente dos E.U.A., Woodrow Wilson (1856-1824), para mais tarde degenerar em democracia representativa formal, padronizada a compasso, em função, não do ser colectivo, mas dos interesses despóticos da economia de mercado.

3 "Variedades" e a transcrição do comentário sobre a obra *Reflexões sobre as últimas revoluções na Europa* extraído do *New Times*, via *Gazeta de Goa*. N.º 43 de 1825.

4 Tendo como matriz a carta de alforria do Estado da Virgínia. (*Bill of Rights* [Virginia — 1776]) e a Constituição dos Estados Unidos da América, na essência a Constituição de Alexander Hamilton (1755-1804) e as 10 emendas do 1º

intransigentes sobre o facto de terem estabelecido um governo de leis e não um governo de homens. Não existe, pois, contradição entre República e Império.

Face a esta disposição nas relações internacionais, anota-se o contraste que os periódicos de língua portuguesa no Oriente, da terceira à quinta década do século XIX, traçam entre a arrogante atitude inglesa (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 24, p. 102)[5] e o consensual comportamento dos E.U.A.. Não surpreende, por isso, que, por um lado, surja, em processo crescente, a manifestação anglofóbica, por outro a revelação de um sentimento pró-americano.

Outra questão se coloca. Que representa, nesta conjuntura, a Grã-Bretanha (G.B.) para os E.U.A.? A acumulação de um poder perigoso, que não surge em apenas um dia. Acontece lentamente pela força geradora de uma vontade deliberada. Um poder que, quando necessário, veste a embalagem filantrópica, suficientemente provida da ambiguidade necessária, de modo a conseguir os objectivos pretendidos.

Na verdade, para além dos interesses económicos em presença, que interessa necessariamente garantir, é também esta vulnerabilidade que os E.U.A. querem obstaculizar ao surgirem no palco de operações, e o que essa atitude significa no quadro do prestígio internacional.

Pode deduzir-se da atitude americana uma inquietação face à remodelação do Oriente e Extremo-Oriente, ou seja, para utilizar um anacronismo, uma "jugoslaviação" da região. A fraqueza dos regimes instalados torna-os presas fáceis para uma Inglaterra que, se bem que respeitadora dos valores liberais no interior do seu território, impõe um despotismo no resto do mundo, ao invés da política exterior norte-americana que se rege pelos valores que regulam a sociedade dos E.U.A., pela concertação e reciprocidade.

Os periódicos ingleses, supostamente independentes (um incipiente sistema de propaganda, que antecipa a Wellington House[6]), integram o que pode chamar-se o complexo

---

Congresso dos E.U.A., o pacto político que funda a nação americana. Alexander Hamilton é o principal autor de *Federalist Papers*, um conjunto de oitenta ensaios produzidos em co-autoria com James Madison (1754-1836), quarto presidente dos E.U.A., e John Jay (1745-1829), publicados em 1788, sob o pseudónimo *Publius*, em homenagem ao cônsul romano Publius Valerius Publicola.

5 A este propósito, veja-se a indemnização exigida Inglaterra e paga pelos chineses e as negociatas colaterais que vale a pena transcrever: "Coligimos dos papéis apresentados no Parlamento que, apesar de haver exigida e paga pelos chinas a quantia de 12 milhões de patacas ou £ 3.000.000, por conta do ópio por eles tomado, o governo britânico, depois de haver-se comprometido a pagar uma compensação aos interessados nele, apenas se presta agora a apropriar para esse fim £ 2.000.000, ou menos de metade do que o ópio custou aos negociantes que o compraram ao governo da Índia. Isto é, o governo há-de somente pagar £ 40 por uma caixa de ópio que custou, quando foi entregue, incluindo o frete e mais gastos mercantis, £ 95 e que valia, um mês depois da entrega, pelo menos £ 120, como o afirma o mesmo superintendente do comércio [...]. O Tesouro [...] tomou por norma, neste negócio, a decisão do Supremo [...] de Calcutá no caso de De Sousa, em que foram arbitradas as perdas em £ 40 por caixa [...] e o juízo estipulou-lhe o valor por que então corriam, a dinheiro contado, as notas de ópio no mercado [...]. Henry Pottinger julga impossível obter-se opinião alguma satisfatória sobre o real valor do ópio [...]. Elliot acha que £ 45 por caixa, com juros, seria uma suficiente remuneração, ainda que ele mesmo teve de pagar $ 500 por caixa, quando foi preciso comprar 500 caixas [...]. Os interessados [...] reproduz[em] novos documentos que abonem a sua reclama, cuja justiça, pareceu-nos, que não pode ser satisfeita por um pagamento de menos de $ 450 ou 500 por caixa".

6 Em Agosto de 1914, o governo britânico descobriu que a Alemanha possuía uma agência de propaganda. David Lloyd George (1863-1945), o chanceler do Tesouro, deu ordem para a criação do British War Propaganda Bureau (WPB) e

mediático-militar inglês (*Gazeta de Macao*, 1825, XXV)[7], apesar de uma ordem do dia unilateralmente definida. Um dos instrumentos utilizáveis, para a prossecução dos fins, é a manipulação, certamente numa altura em que esta não atingia a escala dos dias de hoje, mas em que a "lixiviação" não esconde a sua existência, sobretudo com o dinheiro e as mordomias necessárias para subornar ou incorporar periodistas à sua missão. Não é, pois, por acaso que a imprensa periódica aqui em estudo, denuncia o complexo militar como destruidor da estabilidade na zona (*Gazeta de Macao*, 1826, XVI)[8].

Num outro registo, a imprensa pesquisada não deixa de, implicitamente, colocar a tónica num dos instrumentos milenares de desestabilização de um sistema de país ou sociedade, isto é, utilizar as minorias étnicas pela via da eliminação dos chefes dos grupos étnicos que mantêm a paz entre a minoria e a maioria por compromissos quotidianos fundados sobre o bom senso (*Gazeta de Macao*, 1825, XXII)[9].

Os mentores do imperialismo britânico não hesitam em fazer a guerra preventiva contra os que sejam suficientemente audaciosos para colocar em causa o seu papel hegemónico. Superioridade sobre todos os continentes, direito de controlo sobre todas as matérias-primas do planeta. E o principal obstáculo a esta hegemonia, contestada pela França (*Gazeta de Macao*, 1826, XLI, 165; *Gazeta de Macao*, 1826, XX, XXI)[10], pode vir dos E.U.A. O *hegemon* (La-

---

nomeou Charles Masterman (1873-1927) como director da organização. Em 2 de Setembro, 1914, Masterman convidou vinte e cinco escritores para Wellintgon House, o quartel do WPB, para discutir as vias para a melhor promoção dos interesses britânicos durante a guerra. Estiveram presentes, entre outros, Arthur Conan Doyle, Arnold Bennett, John Masefied, William Archer, Rudyard Kipling e H.G. Wells. Por compromisso celebrado entre os presentes, a organização manteve-se secreta e só em 1935 se tornou pública. Os autores presentes concordaram escrever panfletos e livros no sentido de promover o ponto de vista do governo britânico. Mais de 1160 panfletos foram publicados durante a guerra. No início de 1918, no desenvolvimento deste projecto, e no que diz respeito ao periodismo, lord Northcliffe, proprietário de *The Times* e *Daily Mail*, foi encarregado de toda a propaganda dirigida aos países inimigos. Robert Donald, editor do *Daily Chronicle*, foi nomeado director da propaganda nos países neutros.

7 A propósito de uma trégua em Rangum, leia-se o comentário do articulista do *Scotsman*. Calcutá: 29 e 31 de Janeiro de 1825: "[N]ão há na Ásia uma só potência que seja espectadora indiferente do contexto, esperamos que não se dará ouvido a proposta alguma até que possamos ditar aos Burmas os termos de Amrapoora. *De Bellare Superbus* tem sido a máxima pela qual o nosso poder tem crescido e segundo a natureza das circunstâncias julgamos ser a única máxima pela qual ele pode ser conservado".

8 Leia-se, designadamente, o texto que informa sobre a resistência birmanesa à ocupação inglesa e, mais alargadamente ainda, sobre a resistência à ocupação inglesa por parte dos povos de várias zonas da península indostânica. Releva contudo, além da imagem de guerrilha e da negociação permanente, uma situação que a informação apropriada não ignora: sempre que as negociações fracassam, a política de canhoneira aí está para mostrar quem detém a força e o poder.

9 Mencione-se, ainda, e as dissensões no seio da elite dirigente da Birmânia, bem como as intrigas políticas nos reinos dos rajás e marajás e a sua articulação com a geoestratégia britânica na gestão dos equilíbrios locais ou na promoção de conjunturas políticas favoráveis à sua afirmação como potência colonizadora.

10 A propósito da ténue fronteira que separa a paz da guerra, leia-se o *Etoile*. Paris: 30 de Março de 1826: "Crê-se que os ministros *ingleses* [...] começam [...] a conhecer que há um limite que eles não podem transcender sem expor a mesma *Inglaterra*...", e, respectivamente, sobre a paz com os Burmas, bem como a vigilância, pelas naus inglesas, dos movimentos da Esquadra Francesa no Pacífico com a intenção de obstar a uma eventual posse das Filipinas, em nome da Espanha.

clau & Moufle, 2001)[11] possui um enorme arsenal (*Gazeta de Macao*, 1826, XLIX)[12], podendo obrigar todo o Estado não amigável, recalcitrante, neutro, ou mesmo Estados aliados (veja-se o caso de Portugal), a seguir a sua política (*Gazeta de Macao*, XXXII)[13]. A guerra não sendo popular, particularmente nos regimes liberais, é um acto aceitável, desde que fora do espaço geográfico nacional (*Gazeta de Macao*, 1825: XV; 1826, XVI)[14].

Autêntico caldeamento informativo, o periodismo de língua portuguesa fornece ao público, sobre o Oriente, uma perspectiva nem sempre possível em qualquer periódico europeu. Neste sentido, não pode negar-se, seja qual for o espírito que preside à produção de informação sobre os E.U.A. ou a G.B., a virtude e a qualidade do que se vai publicando, como, por exemplo, o estado da educação, da religião, da produção livreira, do periodismo, dos transportes fluviais nos E.U.A., em 1824, fornecendo dados relevantemente convidativos à analogia, ao contraste e à reflexão no seio do público leitor (*Gazeta de Macao*, 1825, XXXVI).

A guerra de conquista ali travada pela Inglaterra (*Gazeta de Macao*, 1825, XXXI), e em menor escala pela Holanda (*Gazeta de Macao*, 1825, XXXI), é retratada em vários periódicos da península indostânica, de língua e influência inglesa, e reflectida, entre outros, pela *Gazeta de Macao*. É um relato com alguma intensidade, que alardeia as vicissitudes britânicas e holandesas, aquém da sua afirmação como potências coloniais, particularmente a primeira.

Presente, portanto, no periódico macaense todo um conjunto de actuações que se inserem numa estratégia geopolítica que radica na posse de pontos-chave para o abastecimento de matérias-primas e no controlo do comércio mundial que os súbditos britânicos dominam, ainda sem a oposição declarada dos E.U.A.. A concorrência francesa surge, aqui,

11 A palavra *hegemon*, originária da Grécia Antiga, deriva da palavra *hegeisthai*, significado de conduzir, comandar, quando grupos dominantes ou indivíduos, conhecidos como "*hegemons*", mantêm o seu poder, persuadindo os subordinados a aceitar e adoptar os seus valores e normas, se necessário recorrendo à coerção. Um exemplo antigo vem de Esparta, o *hegemon* da Liga do Peloponeso.

12 "Distribuição das forças de S. M. Britânica" na Inglaterra, Escócia, Irlanda, Mediterrâneo, Gales do Sul, Índias Orientais (Bombaim, Madras, Bengala, Ceilão, Maurícias), Índias Ocidentais, América e África. Em números aproximados, os exércitos britânicos envolvem, nestas acções, cerca de cento e quarenta corpos, maioritariamente de infantaria, à qual se associam depois a cavalaria, os lanceiros, os dragões, a engenharia, os atiradores e os veteranos. A Grã-Bretanha utilizará, sempre que necessário, a força militar para resolver problemas à escala planetária. Se a estatística demográfica, económica, social, clerical ou racial é necessária, a do aparelho militar completa-a e dá-lhe conforto.

13 Coteje-se o tratado entre a Grã-Bretanha e os príncipes nativos sobre a soberania de Singapura, isto é, a transformação em propriedade dos ingleses, para a instalação da Companhia das Índias Orientais, do que anteriormente era apenas uma feitoria.

14 A *Gazeta de Macao*, no seu *modus operandi*, fornece, na península indostânica, uma imagem da dimensão do conflito que mostra os interesses ocultos e as políticas de rapina e conquista por parte dos "senhores do mundo". Os têxteis ingleses necessitam de fibras naturais como de "pão para a boca". Recorrer à Índia, à Birmânia, à Tailândia, ao Brasil ou às Colónias Espanholas é indiferente. O planeta está neste período a "ferro e fogo", num conflito de conteúdo e forma economicistas, em nome da Revolução Industrial, com expressões conflituais regionalizadas. Neste sentido, a *Gazeta* "serve", neste caso, dois poderes: o de Lisboa, porque periferia da Grã-Bretanha, e o de Londres, compaginando assim os diversos interesses numa triangularidade em que estão presentes a economia, a política e a ideologia. Se levarmos às derradeiras consequências a lógica que preside à escolha informativa de carácter belicista, podemos ser conduzidos a pensar que o espírito que preside a este *melting pot* noticioso reside no conflito como uma fatalidade que não pode circundar-se e como um meio para afirmar um critério de verdade que ancora numa incontestada, e não contestável, autoridade dos "senhores do mundo" e dos valores que defendem.

temporariamente afastada (Cochinchina-Vietnam do Sul (*Gazeta de Macao*, 1825, XXXI)) desta política de dominação de "placas giratórias", o que não exclui a sua participação e presença no Pacífico e Mediterrâneo como, aliás, os E.U.A..

O Mediterrâneo é, aliás, neste período, um "barril de pólvora", para o que concorrem a Inglaterra, a França, a Rússia, a Áustria e os E.U.A. (*Gazeta de Macao*, 1826, XXVI). A guerra localizada é já, nesta altura, o modo lógico de evitar a sua mundialização e os conflitos regionais são um facto nesta terceira década do século XIX, *e.g.* América do Sul, Mediterrâneo e Ásia do Sudoeste.

Imperceptivelmente, a *Gazeta de Macao* vai adquirindo uma insuspeitada dimensão informativa. Neste entrecho, consegue perspectivar os interesses em presença ao produzir uma espécie de *patch-work* do xadrez político-económico mundial, em que os principais executantes se afadigam em fazer "xeque-mate" aos concorrentes, numa antecipação à estratégia de partilha de zonas de influência.

Se, por um lado, o segundo periódico macaense dá a imagem dos conflitos à escala mundial ou regional, por outro, fornece uma visão do crescimento industrial, comercial, económico, cultural e científico à escala planetária (*Gazeta de Macao*, 1826, VIII; *Gazeta de Macao*, 1826, XVII; *Gazeta de Macao*, 1826, XLI; *Gazeta de Macao*, 1826, XLII; *Gazeta de Macao*, 1826, XLII; *Gazeta de Macao*, 1826: XLIV; *Gazeta de Macao*, 1826: XLV; *Gazeta de Macao*, 1826, XLI; *Gazeta de Macao*, 1826, LII, 209-210; *Gazeta de Macao*, 1826, XLVIII)[15]. É um relato vivo,

15 Coteje-se entre outros: **a**) "População da América", 34.284.000, especificando os números das respectivas religiões e línguas faladas — falam português 3.740.000 —; **b**) "População do mundo" expressa por via das religiões praticadas — cristãos (228.000.000), maometanos (140.000.000), Judeus (3.000.000) e gentios (479.000.000); Portugal é sede, no ano de 1822, de 3.700.000 cristãos —; **c**) "Censo populacional" da Suécia (entre 1748 e 1823) revela que houve um considerável aumento demográfico de 1.736.482 para 2.687.457 habitantes, influenciado pela vacina contra a varíola — permitiu um decréscimo da taxa de mortalidade de 15.000 (1779) para 37 óbitos (1823) –, e pelo aumento do número de matrimónios: 312.554 (1748) e 473.858 (1823); também o "Censo clerical" em França revela um total activo de 35.421 clérigos; **d**) "Manufacturas" britânicas, cujos números vão de "30 mil engenhos artificiais de fiar algodão" a uma facturação anual de 10.875.000 libras esterlinas, produto da laboração de 161.111 operários e de um investimento em capital fixo na ordem dos 10.000.000 de libras esterlinas; **e**) "As 100 cidades mais populosas" e a "lista de população de 24 Estados" revelam, em 1826, as cidades mais populosas no Japão e na China, sendo a menos populosa, das cem citadas, Bristol com 87 mil habitantes e a de maior densidade demográfica, a cidade japonesa Jeddo com 1.680.000 habitantes; dos vinte quatro Estados referidos, a China surge já com 264.500.000 e o Litchtenstein tem apenas 5.800 habitantes; **f**) "População de negros na América" revela um total de 6.487.000, sendo os E.U.A. e o Brasil os países que maior número acolhem, 1.650.000 e 1.800.000, respectivamente; **g**) "Cálculo do consumo em Londres", em 1822, a partir do mercado de Smithfield, fornece números na ordem dos milhares e dos milhões para os vários produtos consumidos (da carne ao pão, dos lacticínios à fruta) bem como o número dos que trabalham na agricultura nos arredores de Londres — 3.000 no Inverno e 9.000 no Verão —. Leia-se ainda um relatório mandado publicar por André Jean Chabrol de Crouzol — ministro francês da marinha de 1824-1828 –, que assinala, entre 1819 e 1821, que até ao escalão etário dos 25 anos, existem mais suicídios masculinos que femininos e dos 25 aos 50 anos, mais femininos que masculinos. As mulheres chegam a uma idade mais avançada. Em 1821 suicidaram-se 236 homens e 108 mulheres. Motivos vários estarão na origem desses suicídios, entre eles as paixões amorosas, as doenças mentais, a depravação de costumes, a perda de emprego, etc. Os instrumentos *mortis* variam consideravelmente e vão da queda ao enforcamento, do veneno à arma de fogo e ao afogamento — o mais utilizado —, etc.. Este censo mereceria um estudo interdisciplinar, com sociólogos e psicólogos em evidência, mas não é esse o objecto deste trabalho. Veja-se, entre vários, sobre o desenvolvimento da indústria têxtil, a descoberta de mina de carvão e o canal entre o Cairo e Suez.

que emerge através da "manta de retalhos" noticiosa, informativa e estatística, que vai construindo ao longo da sua existência. Transmite, assim, como que uma visão universal em que a "ubiquidade" é permitida e a supremacia inglesa um facto.

O caleidoscópio informativo do periódico macaense penetra, deste modo, a complexa teia política mundial desta terceira década do século XIX. Nas suas limitações, censurantes, espaciais e temporais, a *Gazeta* tem, apesar de tudo, uma notável função informacional[16]. A escolha e a apropriação são, no caso da comunicação mundializada, transparentes, deixando ver os fios condutores e as relações de causalidade que infiltram as acções das grandes potências, a urdidura político-económica internacional, que obedece a uma geoestratégia e a uma geognoseologia dos mais poderosos, particularmente um deles, a G.B.. O século XIX dá a ver, deste modo, nesta fenomenologia que a *Gazeta de Macao* expõe, a génese e a genealogia das práticas (*Gazeta de Macao*, 1826, XLVI, 185)[17], dos compromissos ou da tradicional amoralidade na futura política mundial.

O imperialismo britânico, como força de dimensão planetária, tenta, assim, "canibalizar" (Appadurai, 1981) as forças locais, uma relação ambivalente entre mundial e local que, como se constata, não data dos dias de hoje.

Por outro lado, a maior parte das nações, principalmente os E.U.A., têm como princípio, económico e comercial, a teoria do livre-câmbio para aceder à energia e a outros recursos. Não lhe é necessário ocupar militarmente estes recursos e vigiar o acesso por via de um aparelho militar fortemente dispendioso, unilateralmente sobranceiro que conta com o apoio da informação.

Os americanos distanciam-se, nesta conjuntura, da estratégia da política externa da G. B., que invade países; que lhes impõe uma ordem política e económica, que lhes é estranha, com uma manigância do poder bélico, que empesta a hipocrisia e a submissão violenta de povos, que recusam, *in limine*, uma vontade que os cerca e lhes é exterior.

16 Compulsados os títulos dos periódicos citados pela *Gazeta de Macao*, conclui-se por uma vasta amplitude geográfica que recobre universos de variadas formações socio-políticas. Autênticos vasos comunicantes de uma cultura periodística, de que o periódico macaense é o fautor, o seu número ultrapassa mais de oitenta títulos que se distribuem pela Europa, Oriente, América e Austrália. Aí se pode constatar a presença de periódicos originários da Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Espanha, Itália, Áustria, Gibraltar ou Malta, e de cidades editoras como Londres, Paris, Edimburgo, Glasgow, Manchester, Bruxelas, Nuremberga, Madrid, Viena ou Roma. Do Oriente regista-se a presença maioritária de periódicos sedeados em Calcutá, Bombaim, Madrasta, Singapura, Salem, Bengala, Manila ou Smirna. Do mesmo modo, do continente americano verifica-se a presença de periódicos provenientes dos Estados Unidos da América, Brasil, Argentina, México ou Peru. Seria fastidioso arrolar aqui todos os títulos citados. Contudo, salienta-se a presença dos principais órgãos informativos para a época, particularmente no que a Inglaterra e França diz respeito, com os *Times, Courier, Morning Herald, Morning Chronicle, Morning Post, Etoile, Constitutionnel, Moniteur, Quotidienne* ou *Journal des Débats*. Veja-se ainda Georges Weill (1934).

17 "Muito se tem falado [...] acerca da compra que os agentes do vice-rei do Egipto estão fazendo em França de todas as sortes de apetrechos de guerra e, talvez, não é público, que um desses agentes há pouco foi a Liège para contratar a entrega de certo número de peças de artilharia. Os seus oferecimentos foram igualmente bem recebidos nesta, como em França e Suécia".

Por tudo isto, a Inglaterra não é bem-vinda, nem bem vista, no Oriente e os periódicos de língua portuguesa, uma imprensa virtualmente não-alinhada, reflectem este mal-estar, procurando, pela via do elogio compensatório aos E.U.A., superar as agonias provocadas pelo poder britânico na zona.

Não é ao acaso o destaque dado ao Tratado de Comércio e Amizade celebrado em 1840 (26 de Agosto), entre os E.U.A. e Portugal, por via da proclamação do presidente americano, um acto, negociado e subscrito, «para cujo fim nomearam para seus plenipotenciários a saber: [...] Edward Kavanagh[18] [...] e João Baptista de Almeida Garrett [...], deputado da nação portuguesa...» (*O Portuguez na China*, 1841, 3º, 4, [1]); (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, 15, [1]; *O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, p. 16, [1-2]; (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, 17, [1-3])[19].

Qualquer pretexto serve para diabolizar os ingleses. Se as lotarias britânicas são sinónimo de desonestidade, já a fruição da desonrosa paz da Inglaterra frente aos E.U.A., após o tratado da paz assinado em Gend, a 24 de Agosto 1814, atinge o paroxismo, quando o periódico macaense transcreve um jornal português, da segunda década do século XIX, publicado em Londres,[20]: «já não há *rule britania* [...], aprendam com mais esta lição a respeitar os direitos dos povos e das nações independentes...», uma citação acompanhada de comentários mordazes acerca da Inglaterra, que o autor do texto visivelmente não tolera, um sentimento que Manuel Maria Dias Pegado, redactor do periódico macaense, obviamente, subscreve (*O Portuguez na China*, 1840, 2º, 10, [1-3]; *O Portuguez na China*, 1840, 2º, 16, [3-4])[21].

Na conjuntura económica oriental, a situação agrava-se exponencialmente quando o ópio é de suma importância para os países envolvidos no seu tráfico e um forte pretexto para assinalar dissemelhantes atitudes dos países envolvidos, com proeminência para os E.U.A. e a G.B.. Senão, vejamos.

No fim do século XVIII, o ópio cultivado em Bengala, com a bênção de Inglaterra, é submetido ao monopólio de exploração confiado à Companhia das Índias Orientais, uma sociedade que depende directamente da coroa inglesa. A guerra do ópio, um processo que começa cerca 1815, visa introduzir pela força esta droga no enorme mercado chinês. De 320 toneladas

18 Foi Encarregado de Negócios dos E.U.A. em Portugal até 1842.

19 O Tratado de Comércio e Navegação celebrado entre Portugal e os EUA, de 26 de Agosto de 1840, é depois publicado em bilingue a fim de o governador de Macau dar cumprimento às estipulações da segunda parte do artº 8º, com data de 6 de Fevereiro de 1845, que dizem respeito à aplicação do convencionado em igualdade de tratamento para os E.U.A., quando aplicável a outras nações. Assinam o tratado, por Portugal, J.B. Almeida Garrett e, pelos E.U.A., Edward Cavanagh.

20 Supostamente, estas transcrições foram retiradas de *O Portuguez; ou, Mercurio Politico, Commercial, e Literario,* Londres, 1814-1826 (Alves, 2005).

21 Ao mesmo tempo fornece notícias da terceira vitória eleitoral do general Jackson (primeira em 1829; segunda em 1833), para presidente dos E.U.A., com inédita gravura e a biografia alargada (em que se destaca a coragem contra os ingleses na batalha de New Orléans, além da enorme popularidade conseguida com actos de patriotismo americano, na guerra da independência), uma eleição que marcou, como se sabe, o início de um outro modelo de campanha eleitoral.

anuais em 1792, o contrabando de ópio atinge 480 toneladas em 1817, depois 3.200 em 1837. A China pede então à rainha Vitória para acabar com o tráfico. A soberana faz saber que os lucros do ópio conseguidos pela G.B. são muito importantes para decidir renunciar a tão elevadas quantias. A tensão sobe entre Pequim e Londres: em Fevereiro de 1839, um traficante chinês é executado frente às representações dos comerciantes britânicos em Cantão. Em Junho de 1839, a coroa aceita destruir importantes carregamentos de ópio. Numerosos ingleses abandonam então Cantão e Macau para relançarem o tráfico um pouco mais longe, sob a protecção oficial da marinha britânica. Nestas condições, o incidente era inevitável: em 4 de Setembro de 1839, dá-se a primeira batalha naval da guerra do ópio que conduziu à destruição de numerosos navios chineses. Estes afrontamentos revelam «a fraqueza dos juncos de guerra chineses e a sangrenta determinação dos protestantes ingleses para que vençam os princípios do liberalismo fundado sobre o tráfico do ópio"» (Tibon, 1999); (Robbins, 2003; 2002).

Por outro lado:

> Antes de 1767 eram os portugueses os únicos que levavam ópio à China [...]. Em 1773, a companhia inglesa das Índias Orientais, vendo que este tráfico era mui lucrativo, começou a fazer concorrência aos portugueses e bem depressa se apoderou inteiramente do mercado. Em 1798 importou [...] caixas no valor de quase dois milhões de rupias; em 1827 [...] no valor de onze milhões e em 1836 [duplicou estes valores]. Em 1821, uma grande parte deste lucrativo comércio estava já nas mãos [...] dos Estados Unidos (*A Chronica*, 1840: 30, [4])[22].

O que pode ser tradução da política de sedução que o governo americano levava a cabo. Pode dizer-se, pois, que estamos face a um afrontamento entre as grandes potências a propósito do comércio no Oriente, potências que esgrimem com floretes mosqueados.

Neste contexto, também a atitude do periodismo macaense deve ser vista na perspectiva mais ampla da articulação/oposição entre a concorrência inglesa e os interesses portugueses, sobretudo depois de os ingleses se apossarem de Hong-Kong e de os E.U.A. patrulharem a zona (*O Portuguez na China*, 1840, 2º, 3, 53, [1])[23].

Perante a dominação britânica, que colocou em pé de guerra a zona de Cantão, e os perceptíveis inconvenientes que a posse britânica de Hong-Kong vai trazer a Macau, que se verá a braços com problemas vários, incluindo as barbaridades que as tropas inglesas vêm praticando, conforme relata (*O Portuguez na China*, 1840, 2º, 4, 54, [3])[24]. A partir da sua fonte

22 Neste texto, os E.U.A. não escapam à animosidade do redactor, um sentimento que não foi detectado em outros periódicos do Oriente.

23 Este é um facto que se deduz da morte de um marinheiro negro americano, morto por uma patrulha militar, depois de um conjunto de distúrbios causados, supostamente, pelo marinheiro.

24 "Os soldados ingleses, em Chusan (e não somente os soldados), mas os oficiais com soldados, armados de pistolas, espingardas e baionetas, se espalham, como aves de rapina, pelos campos e aldeias, esbulham com violência os

americana (*The New York Journal of Commerce*, 1840), o redactor de *O Portuguez na China*[25] aproveita para elogiar os americanos, porque respeitadores, desejando apenas comerciar, ao mesmo tempo que aborda a barbárie britânica, numa clara manifestação de anglofobia, justificada pelo actos imorais e pela concorrência aos comerciantes macaenses (*Gazeta de Macao*, 1824, XI); (ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 80, Mç. 4, docs. nºs. [2] a [10]); (Matta, 1940)[26].

Na estratégia para cumprir o objectivo que tinham delineado, ou seja, assenhorearem-se da zona, do comércio do ópio e outros, os ingleses pretextam a insignificância para desrespeitar as fronteiras e os desejos chineses, e entrar no território pela força da canhoneira.

Nesta conjuntura e conflito, *The New York Journal of Commerce* (June — 1840) é citado com as sete exigências, sem discussão, do governo inglês à China, que incluem satisfação, indemnização, reconhecimento de dívida dos intermediários, direitos de importação e exportação, relacionamento directo com Pequim, residência do enviado na capital chinesa, continuação do comércio legal de ópio.

Seja como for, o ópio, "motor da história" do comércio na zona (Alves, 2000: 71 e ss.), continua a merecer enorme benevolência, com informações de leilões em Calcutá, com a venda de milhares de caixas[27]. A maior parte é comprada por negociantes de Bombaim e o produto que é lançado para exportação tem os maiores compradores nos negociantes americanos e judeus. Ou seja, à dimensão internacional do tráfico não escapam os E.U.A. e os judeus. Já não só os ingleses, são também, como não podia deixar de ser, os americanos, franceses, judeus e, naturalmente, os macaenses que, face à concorrência, de pioneiros passaram a parceiros desnecessários (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, 23, [3-4]).

A riqueza e interesse da informação, sob o ponto de vista da conjuntura do comércio do ópio, que se vive na zona de Macau, podem ver-se num elucidativo texto, em que, para além de outras informações, o redactor dá conhecer o processo de produção/comercialização do ópio:

---

pobríssimos e pacíficos paisanos, desses poucos animais domésticos, que lhes são necessários à vida e que fazem o seu único vazar [...]. Aliás, com que olhos verão os chinas as fardas vermelhas, se estas impunemente, como tigres do Indostão, matam, ferem e roubam os inocentes habitantes?". Na última página, assinala ainda os números de vasos de guerra, navios da companhia e transportes da "Expedição britânica na China".

25 Manuel Maria Dias Pegado.

26 Sobre a considerável preocupação acerca do volume de negócios do ópio veja-se nota sobre o "Comércio do Anfião" e a estatística do dito comércio — retirada a partir do *Guia de Comércio de Bengala* pela *Gazeta de Bombaim*, de 30 de Agosto de 1820 e o que aí se refere sobre a perda do monopólio português a favor da concorrência inglesa a partir de 1780, depois dos ingleses tentarem sem sucesso o consentimento do governo português para se estabelecerem em Macau. A mesma nota refere o volume de importação chinesa que ascende a quatro mil caixas provenientes de Bengala e a mais quase duas mil, de outras origens. Sobre o dito tráfico, para os anos entre 1823 e 1829, coteje-se ainda documentação vária e "Mapa geral das caixas de ópio que pagaram direitos na alfândega de Macau em 1828" e Caeiro da Matta para o nosso século, salvaguardados diferentes pressupostos que radicam num passado recente.

27 Nas variedades Patna e Benares.

> Agora [...], é muito para desejar que o governo britânico deixe de ser implicado no comércio do ópio. Não tanto por um sentimento de horror ao ópio, ou porque o governo britânico interesse ou tenha algum direito em ajudar a pôr em vigor as leis das rendas do governo chinês, mas porque é uma coisa muito imprópria para um governo estar activamente engajado, como sócio em especulações comerciais. A cultura do ópio é somente concedida nas províncias de Bahar, Benares e Malwa e, nas duas primeiras, o governo possui e goza restritamente de um direito de preempção. O agricultor e manufactureiro do ópio em Bahar e Bemares devem vender o seu ópio ao governo a um preço fixo, e aquele muito abaixo do preço usual do mercado. Antigamente, Malwa era também incluído em território da Companhia e o governo tinha literalmente o monopólio do ópio todo. Porém, como a cultura e venda da droga é agora livre em Malwa, o seu monopólio em Bahar e Benares não vale tanto, mas é ainda um monopólio e implica o governo em actos mercantis. Uma tal posição, ainda mesmo que o comércio do ópio fosse livre na China, fará sempre aos chinas suspeitar que o governo anglo-índico, instando pela liberdade do comércio, está encobertamente promovendo, com vistas sinistras, o seu próprio interesse, e, vendo mais que a importação do ópio na China, é um negócio de contrabando. Isto necessariamente os conduz a considerar o governo da Índia como um dos contrabandistas. O contrabando feito por especuladores particulares é meramente uma infracção da lei civil pelos indivíduos, porém, o contrabando feito por um governo é um acto de hostilidade encoberto, que pode provocar uma guerra aberta. O monopólio do ópio do governo da Índia é condenável pelos mesmos fundamentos, que um semelhante monopólio em qualquer ramo de comércio o seria, porque tem uma tendência para perturbar os arranjos diplomáticos e para tornar a paz e amizade internacional precárias. [Spectator] (*A Aurora Macaense*, 1843: I, 11, 50).

De um rasgo, incorpora no espaço do periódico um artigo sobre o ópio (citado a partir do *London Mail*, de 6 de Janeiro de 1842), que recende a concorrência injusta, agravada pelas práticas do poder inglês na Índia em relação aos traficantes de ópio, artigo tanto mais sério, quanto inevitavelmente denuncia os meandros do ópiotráfico, em que o poder britânico está envolvido. O labirinto da exploração e da maximização do lucro começa com a exploração do agricultor da papoila, ao qual são impostas regras de venda fora das condições de livre concorrência de mercado. Sujeito ao monopólio forçado pelo poder britânico, através das suas companhias monopolistas (Cª das Índias), estas impõem o preço que melhor lhes convém. No mínimo, suscita ao articulista uma contradição insanável entre a teoria económica do livre-cambismo e o carácter monopolista que vem do mercantilismo, na origem das majestáticas que os colonizadores utilizaram a esmo, como é o caso de Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Não existiam dúvidas, mas, se as houvesse, esta local do periódico londrino mostra até que ponto os britânicos e o poder que os rege mantêm a mesma estrutura ética que tornou famosos os corsários britânicos, apoiados pela coroa britânica.

Aliás, o redactor de *A Aurora Macaense*, Félix Feliciano Cruz, que apropria o comento

referenciado, emite a sua opinião que, obviamente, vai no sentido da retirada da G.B. do circuito:

> As judiciosas observações [do Spectator] de que a China considerará sempre como suspeita a boa-fé de um governo, que assim se tem constituído, não só monopolista e negociante, mas contrabandista, vendendo em leilões públicos um género de ilícita introdução na China. E parece-nos que não tardará muitos anos que a companhia não seja obrigada a largar aquele monopólio, tão odioso e opressivo para os povos da Índia e tão contrário hoje aos interesses gerais do comércio para a nação inglesa (*A Aurora Macaense*, 1843: I, 11, 52).

Deve ver-se neste texto uma translação dos interesses dos comerciantes interessados no tráfico do ópio. Não é a China que os preocupa, não são os povos da Índia que lhes interessam. Como pano de fundo desta pseudo-ética e simulacro de filantropismo a favor dos indianos, estão os verdadeiros interesses dos traficantes apátridas.

Contudo, a dimensão do tráfico e da pirataria leva o *Friend of China*, citado por *A Aurora Macaense*, a enfatizar a necessidade de medidas vigorosas para obstar à pirataria, ao mesmo tempo que chama a atenção (*a contrario*) para a necessidade de baixar os direitos, com o objectivo de colocar um fim ao contrabando de ópio. Ou seja, os britânicos têm aspirações totalitárias: detêm o monopólio, contrabandeiam e, para culminar, coagem para baixar ao mínimo os direitos alfandegários. É o que pode chamar-se uma exigência leonina, para um poder "ultra-filantrópico", que corre o risco de se envolver em guerra na Europa por causa da escravatura em África. Como afirma o redactor, existe ainda um risco maior:

> E se, como não duvidamos, a bandeira de qualquer outra nação estrangeira for considerada de completa protecção, os capitais britânicos serão então empregados em cascos estrangeiros e o resultado será o mesmo. Está entendido que [...] somente os súbditos britânicos [...] serão permitidos negociar. Mas, se assim for, então a América, a França, a Holanda, e todas as nações em termos de amizade com a China, terão justos motivos para fazerem a mesma exigência, e, quanto à América, não duvidamos até que recorreria a algumas manifestações ofensivas adequadas para obrigar o governo chinês a contemplar os americanos com os mesmos privilégios cedidos aos ingleses (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 11, 50).

Isto é, os britânicos devem acautelar-se, se desejarem manter os privilégios que outras nações não têm, além de que uma outra potência surge com capacidade de ombrear na força militar, se for caso disso: os E.U.A., que todos temem. Com efeito, este sério aviso do redactor do *Friend of China* mostra a importância crescente dos E.U.A., como aliás a notícia que o redactor Feliciano Cruz veicula, a propósito do México:

> A guerra antes anunciada, entre os Estados Unidos e o México, foi terminada, segundo colhemos de um dos jornais do México, e, como diz o Semanario Filipino, "Foi uma tragicomédia em quatro actos: intimação, capitulação, ocupação e restauração. Tudo isto no espaço de trinta horas" (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 11, 50).

Neste encadeamento, são inúmeras as referências aos E.U.A. nos periódicos de língua portuguesa no Oriente, em sua grande parte elogiosas, uma simpatia abertamente manifestada, com a qual se pretende ostensivamente hostilizar a Inglaterra. Do mesmo modo, o próprio acto de afrontar, pela via da crítica, a G.B., representa, indirectamente, neste contexto, o aplauso aos E.U.A..

O alinhamento ao lado dos americanos manifesta-se através de pretextos vários. Inaceitável é qualquer tipo de inimizade para com a nação americana, sobretudo quando a posição desta, e mesmo da França, é de respeito pela nação chinesa (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 8, [1-4]; *O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 14, [3-4])[28].

A importância dada aos E.U.A. patenteia-se exuberantemente nas negociações com a China, um processo que passa por Macau, onde o estrato mercantilista está profundamente interessado nos resultados. Na verdade, dos resultados conseguidos pelos americanos, depende, em grande parte, a actividade comercial macaense de ópio e outros géneros.

Não surpreende, portanto, o realce dado à visita do comissário imperial a Macau, para encetar negociações com o ministro plenipotenciário dos E.U.A., Caleb Cushing (1800-1879), enviado pelo presidente John Tyler (1790-1862), ao mesmo tempo que mantém contactos com o conselheiro Adrião Silveira Pinto (17?-1868)[29], representante do poder macaense, do Leal Senado e do governador (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 16, [2-3]; *O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 17, [2-3]).

---

28 Quando o *Friend of China* informa das tentativas de obstar a entrada no norte da China das missões diplomáticas da França e EUA e impossibilitar a legalização do tráfico do ópio, o redactor, embora acreditando na inviabilidade de legalização da droga em vida do imperador reinante, mostra-se surpreendido pelo tratamento dado aos franceses e americanos, sobretudo porque o pensamento que preside às negociações, ignora imposições, ao inverso dos britânicos, que têm hostilizado a China. Em sua opinião, só uma fábula pode explicar este processo. A este propósito *O Procurador* acrescenta posteriormente informação sobre as negociações dos E.U.A. e a França com os chineses, para conseguir facilidades comerciais, idênticas às dos ingleses. Macau parece ser o ponto de reunião dos emissários com o delegado imperial. A conjuntura negocial é confirmada pelo relato citado do *Chinese Repositary*, de Maio de 1844, com a nomeação do cônsul francês.

29 Adrião Acácio da Silveira Pinto, militar, que atingiu o posto de marechal-de-campo, foi obrigado, com o advento do miguelismo, a emigrar em 1828. Regressa a Portugal integrando o exército liberal e, às ordens do duque da Terceira, está praticamente em todas as frentes. Em 4 de Março de 1836 é nomeado governador de Macau, cargo de que toma posse em 23 de Fevereiro de 1837. Teve papel importante, após a "guerra do ópio", nas negociações com a China para a abertura, ao comércio externo, do porto de Macau. Em 1848 foi nomeado governador de Angola.

Continuando a sua função de caleidoscópio informacional, este periódico macaense fornece notícias a partir *Friend of China*, *Hong Kong Gazette*[30], *Malta Times*, *La Reforme*, relatando notícias do resto do mundo[31]. O ópio, um "dogma" intocável, essa enorme fonte de receita, continua na ordem do dia, com actividade estacionária em Singapura (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 20, [3-4]; *O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 21, [3]; *O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 23, [3-4]).

Enquanto isto, *O Pregoeiro da Liberdade em Bombaim* informa sobre a anexação do Texas à União feita pelo presidente John Tyler, anexação rejeitada pelo Senado americano (*O Procurador dos Macaistas*. 1844, I, 30, [3-4]), conflitos em Filadélfia, entre católicos irlandeses e protestantes (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 25, [1-3]), e a viagem do ministro plenipotenciário dos E.U.A., que embarca para Hong Kong, em visita de amizade, depois de ter passado seis meses na China, garantindo os interesses da nação americana (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 26, [3]).

Na sua função amável e divulgadora, *O Procurador dos Macaistas* publica o sumário do tratado de Wang-Hia, assinado em 3 de Julho de 1844, entre Caleb Cushing e Ki-in, comissários respectivamente dos E.U.A. e China, ratificado pelo imperador chinês. O mesmo Ki-in, que negociou com os americanos, está em Macau para negociar com o ministro plenipotenciário francês, Marie Melchior Joseph Théodose de Lagrené (1800-1862) (*O Procurador dos Macaistas*, 1844, I, 32, [2-3]); (Allain, 1999).

Aliás, é o mesmo Caleb Cushing, que, no regresso à pátria, reconhece os serviços prestados pelos macaenses, e pela imprensa local, agradecendo ao governador de Macau as vantagens concedidas enquanto residente em Macau. Desdobrando-se em elogios ao passado histórico português, o ministro plenipotenciário refere o tratamento preferencial dado aos comerciantes americanos residentes (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, 18, [4]).

Macau vê-se, assim, transformada em plataforma diplomática giratória, espaço de encontro de chineses, americanos, franceses e, antes, ingleses. Aparentemente, o redactor[32] poderia aproveitar esta circunstância para desenvolver a informação em torno destas negociações e tratados, os contornos, as consequências, sobretudo porque dispõe de informação privilegiada, se estivermos atentos à grande quantidade de jornais ingleses que devem chegar a Macau, mas não o faz. Limita-se a informar, quando muito ornamentar, os despachos que lhe chegam às mãos. Tem outras potencialidades, mas, aparentemente, na defesa da superioridade moral de sua dama, os E.U.A., não o faz. Todavia, atento à política do país, informa sobre a desistência de John Tyler da corrida eleitoral em favor de James K. Polk (1795-1849),

30 Aos quais *O Procurador dos Macaistas* assinala a falta de gratidão dos ingleses para com Macau.
31 Índia, Inglaterra, França, EUA, Espanha, Singapura, Cuba, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires.
32 Manuel Maria Dias Pegado.

décimo-primeiro presidente dos E.U.A. (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, I, 49, [1 e 4]).

Nesta ambiência de profunda simpatia, surge, contudo, a excepção à regra, que se tem vindo a fundamentar, quando missionários americanos iniciam a difusão do protestantismo, com o apoio de grande suporte logístico (imprensa, escola pública para rapazes chineses), fundando missões, conquistando prosélitos. O redactor, impotente e intolerante, clama que a religião de Macau é o catolicismo e, em nome do direito público, avisa o público «para que se acautele, a fim de não cair na rede que o lobo devorador lhe está armando com capa de manso cordeiro» (*O Procurador dos Macaistas*. 1845, II, 16, [4]).

No mínimo, esta diminuta peça é exemplar da intolerância religiosa radical que vê num dos ramos do cristianismo um "lobo devorador". Também se compreende para uma cultura tradicional que sempre se serviu da arma da religião para melhor dominar, e, neste caso, o periódico macaense é o veículo preferencial que se dirige à assembleia dos crentes católicos, que não podem tergiversar. Dominar para melhor controlar e fazer obedecer, nem que para isso se recorra à arma suprema da excomunhão. Assim os crentes não necessitam pensar, de usar a razão, de saber o que é o livre arbítrio e o severo arbítrio. A atitude é tanto mais surpreendente para quem, como o redactor, defende o uso público da razão e as liberdades fundamentais da teorética liberal. Apesar de ser católico, como se tem verificado ao longo da publicação quer de *O Portuguez na China*, quer de *O Procurador dos Macaistas*, Dias Pegado nunca entrara na via da intolerância, com apelo à perseguição e à expulsão, como o faz neste escrito.

A política interna e externa da nação americana têm, como temos vindo a demonstrar, lugar de destaque na imprensa de língua portuguesa no Oriente. Aos redactores não escapam questões como o diferendo sobre o território do Oregon, objecto de negociação entre os E.U.A. e a Inglaterra, com o envio a Londres de Martin Van Buren (1782-1862), oitavo presidente dos E.U.A., e personagem central da política americana (*O Procurador dos Macaistas*, 1845, II, 23, [3-4]), a guerra entre os E.U.A. e o México, com ocupação das duas Califórnias pelas forças militares de terra e navais dos E.U.A. (19 de Outubro de 1842). E se abunda, naturalmente, outra informação, esta não faz esquecer o destaque a dar ao tratado de paz celebrado entre os E.U.A e a Inglaterra (via *London Mail*, de 4 de Outubro), que inclui três pontos: fronteiras, escravatura e a expulsão de criminosos (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 2, 5).

Neste quadro informacional, *A Aurora Macaense* continua, à semelhança dos outros periódicos, a dinamizar a informação sobre a nação americana. Do *Canton Press* retira a notícia sobre a política inglesa de rapina, que continua (desta vez a posse estratégica das ilhas Sandwich — Hawaii — (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 2, 165-166)[33], em concorrência com a França,

33 A metodologia inglesa de pilhagem tem o seu paradigma na posse das ilhas Sandwich (Hawaii). A fazer fé no *Standard*, periódico *tory*, transcrito no *Courrier Français*, de 2 de Julho, aí se relatam as peripécias e os pretextos ingleses para tomarem posse das ilhas, uma conduta fortemente censurada por alguns periódicos britânicos. A intervenção dos missionários instalados e dos cônsules dos EUA e da França, como mediadores, para evitar o bombardeamento

que ganha preponderância na zona (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 24, p. 102)[34], tendo em vista Honolulu, para informar que os E.U.A. estão atentos às movimentações, como indicia o atracamento da fragata de guerra "Boston", um processo que só terá o seu epílogo, como é sabido, na viragem do século XIX para o século XX, com vantagem para os E.U.A que integraram o Hawaii, como um Estado da Federação (*A Aurora Macaense*. 1843, I, 20, 86)[35].

Do mesmo modo, informa sobre a afectação de uma verba considerável para uma embaixada dos E.U.A. em Pequim, tendo como provável embaixador Nathan Dunn (1782-1844)), filantropo, proprietário da "Colecção Chinesa", e fundador do *Chinese Museum*, com enorme experiência sobre a China, depois de uma estada em Cantão, durante onze anos, sem mácula no tráfico do ópio, a que sempre se opôs (*A Aurora Macaense*, 1843, I, 24, 102). Ao mesmo tempo, informa sobre a justiça militar e o risco de condenação que corre o comandante de navio "Somers" por ter executado três guardas-marinha, que se haviam rebelado (*A Aurora Macaense*, 1843: I, 28, 119-120), bem como prodigaliza elogios aos E.U.A. como exemplo de desenvolvimento do espírito associativo em Macau, que encontra eco na Associação Marítima e Colonial de Lisboa (*A Aurora Macaense*, 1844, I, 52, 221-222).

Também *O Investigador Portuguez em Bombaim*, nas suas cíclicas informações sobre o mundo, se associa à dinâmica. Os E.U.A. surgem no periódico de Bombaim, a partir do *Times*, por via da mensagem do seu presidente, cujo conteúdo deixa tranquilos a Inglaterra e a França, sobre o processo de paz, entre E.U.A e a França (*O Investigador Portuguez em Bombaim*, 1836, I, 41, 187). Ou seja, os americanos passam a ombrear com os britânicos.

Conclusão

A rápida ascensão da nação americana, que começa a ganhar predominância mundial, ressoa em todos os periódicos orientais. Parece existir uma especial apetência pelo país novo, um exemplo único no curso da história, saído de uma guerra revolucionária pela

---

de Honolulu, não impede a recusa do pagamento de uma indemnização aos ingleses (80.000 patacas). A rejeição do cônsul britânico nomeado foi o pretexto para uma operação bélica e financeira que redundou na entrega das ilhas à rainha Vitória.

34 Com informações sobre a posse pelos franceses de Otaheite, e grupo de ilhas adjacentes, e a hipótese de a França tomar conta do Hawaii.

35 Informação recente sobre o Hawaii, veiculada pela imprensa generalista, informava que uma cápsula do tempo escondida em 1872 foi encontrada no Hawaii. A caixa encontrava-se dentro das paredes do edifício histórico Alliolani e foi lá colocada pelo rei Kamenhameha V. A sua localização exacta não era conhecida, mas os historiadores sabiam que continha peças de valor incalculável sobre a história da ilha, incluindo fotos da família real desde Kamenhameha, "o Grande", selos havaianos, 21 moedas havaianas e estrangeiras, 11 jornais locais diferentes, um calendário, livros (entre os quais um dicionário havaiano) e a Constituição do reino havaiano, noticiou a *CNN*. Para não se destruir o edifício, a cápsula continua no interior das suas paredes. A caixa foi escondida duas décadas antes da integração da ilha pelos E.U.A..

independência, contra a tirania do parlamento britânico, assente em princípios outros[36], que não os do país colonizador[37].

Finalmente, pode dizer-se que a imprensa periódica de língua portuguesa no Oriente, virtualmente não-alinhada, independentemente da sua atitude anglófoba, manifesta um encanto pelo novo mundo, que Antonin Dvorak soube exprimir de forma superior na sua Sinfonia nº 9, *From the New World*.

Esta magia transversal, pelos valores e pelas oportunidades, contrasta e torna-se mais evidente, sobretudo no caso do Oriente português, numa conjuntura que, face à presença das grandes potências, nomeadamente a G.B., deixa ver um futuro estagnante e apático, sobretudo pela espoliação da sua maior fonte de receita: o tráfico do ópio.

Por tudo isto, não surpreende uma informação eivada de predilecção a favor da nação americana, que exibe um potencial que não deixa dúvidas acerca do país que vai ser a primeira potência mundial. Os periódicos deixam ver, assim, por antecipação, o papel central dos E.U.A, ou seja, a sua indispensabilidade para a manutenção de equilíbrios geoestratégicos na zona, no sentido de evitar os efeitos despóticos do britanismo, ao mesmo tempo que a nação americana surge como actor decisivo na cena política internacional e potência indispensável, em necessária e imprescindível cooperação com a comunidade mundial, para a resolução de diferendos.

Por outro lado, a atitude dos americanos conforta a sensibilidade anti-britânica da imprensa periódica portuguesa oriental, e a sua agenda periodística-política que "diaboliza" a acção da G.B., para, sem problemas de consciência, melhor criticar, sentir e fruir a paixão que a anima. Em derradeira instância, os E.U.A. "vingam", metaforicamente, as humilhações sofridas por Portugal, sobretudo as de memória recente: o tratado de 1810[38], que abriu os portos brasileiros, tendo sido a G.B. a primeira e principal beneficiada, e a ocupação inglesa, após as invasões francesas, corporizada por Beresford (Alves, 2015, pp. 205-220), concepção antropomórfica da repressão, até à Revolução liberal de 24 de Agosto de 1820, que o general britânico ajudou involuntariamente a despoletar.

36 De Locke a Montesquieu estes princípios serviram de inspiração ao exercício do poder governamental da modernidade.

37 A Declaração de Independência, redigida por Thomas Jefferson e adoptada pelo segundo Congresso continental de 4 de Julho de 1776, recordava as queixas dos colonos contra a Inglaterra e enunciava um certo número de princípios: governo fundado sobre um contrato entre os interessados, obrigação para este governo de proteger os direitos naturais, dever para o povo de recusar obediência, se os princípios não fossem respeitados. Depois de rejeitada a autoridade do rei de Inglaterra, trata-se verdadeiramente de um acto revolucionário, o primeiro de uma longa série que, depois da Revolução Francesa, se prolonga pelo século XIX adentro. Revolucionária também foi a adopção de uma constituição escrita. A Declaração de Independência colocou princípios que ulteriormente guiaram todos os movimentos de emancipação.

38 *Tratado de amizade, commercio, e navegação entre Sua Alteza Real o Principe Regente e sua Magestade Britannica, assignado no Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1810*. Lisboa: Na impressam Regia, 1810.

Fontes de investigação

A. Fontes primárias

ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 80, Mç. 4, docs. nºs. [2] a [10]

Abelha da China (A). (1822-1823). Macau.

Aurora Macaense (A). (1843-1844). Macau.

Chronica (A). (1838-1840). Funchal.

Federalist (The): a collection of essays. (1788). *Written in favour of the New Constitution. As agreed upon by the Federal Convention, September 17, 1787*. New-York: J. and A. McLean.

Gazeta de Macao. (1824-1826). Macau.

Investigador Portuguez em Bombaim (O). (1835-1837). Bombaim.

Macaista Imparcial (O). (1836-1838). Macau.

New York Journal of Commerce (The). (1840). June.

Portuguez na China (O). (1839-1843). Macau.

Pregoeiro da Liberdade em Bombaim (O). (1836-1846). Bombaim.

Procurador dos Macaistas (O). (1844-1845). Macau.

B. Fontes secundárias. Bibliografia

Allain, A. (1999). *La France de Guizot et L'Estrême-Orient*. [Tese de dotoramento, Universidade da Sorbonne]. http://theses.enc.sorbonne.fr/document93.html.

Alves, J. A. S. (2000). *A Opinião Pública em Macau. A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX*. Fundação Oriente.

Alves, J. A. S. (2005). *Ideologia e política na imprensa do exílio* (*O Portuguez — Londres, 1814-1826)*. 2ª edição, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Alves, J. A. S. (2015). *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Media XXI | Formalpress.

Appadurai, A. (1981). *Worship and conflict under colonial rule: a South Indian case*. Cambridge University Press.

Burdeau, G. (2002). Nation. In *Encyclopædia Universalis*. Corpus 15. Encyclopædia Universalis.

Chartier, R. (1989). Le monde comme représentation. In *Annales (E.S.C.)*, 6 (Novembre/Décembre). Armand Colin.

Laclau, E. & Moufle, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy towards a radical democratic politics*. Verso.

Matta, J. C. (1940). *La colonie de Macau et la question du trafic de l'opium*. Imprensa Portugal-Brasil.

Robbins, A. (2003, 2002). *Secrets of tomb: Skull and Bones, the Ivy League, and the Hidden Paths of Power*. Back Bay Books. Versão em língua francesa [2005]. *Skull and Bones. La vérité sur l'élite secrète qui dirige les Etats-Unis*. Max Milo/Éditions Timéli.

Tibon, M. (1999). Le blanchiment du crime en permet la répétition — L'arme éthique dans les nouvelles guerres occidentales. Mémoire non publié. In "Skull and Bones, l'élite de l'Empire". http://www.voltairenet.org/article14367.html

Weill, G. (1934). *Le journal: Origines, évolution et rôle de la presse périodique*. La Renaissance du Livre.

Jornalismo português em Macau: a liberdade de imprensa durante o período de transição

Portuguese journalism in Macau: press freedom during the transition period

Clara Gomes

Universidade Nova de Lisboa
/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
/ Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA)
claragomes@yahoo.com
ORCID ID: 0000-0003-2575-2981

DOI: https://doi.org/10.34619/wdof-hhpg

Resumo: O objecto deste capítulo é a liberdade de imprensa em Macau durante o período de transição, de 1987 a 1999, com foco na imprensa portuguesa. O tópico foi abordado numa perspectiva crítica de Economia Política dos *media*, através de investigação de políticas de comunicação e entrevistas com editores, jornalistas e outros actores e agentes no processo de comunicação. Os nossos objectivos foram o entendimento de como o conceito ocidental de liberdade de imprensa se aplica localmente; investigar as políticas privadas e públicas em relação à imprensa; revelar práticas de controlo e pressão provenientes dos poderes políticos e económicos e analisar de que modo estas influenciam a prática jornalística. Concluímos que o período de transição criou um enquadramento político e económico que tendeu a exacerbar as tendências preexistentes para o controlo da imprensa, bem como os choques entre a imprensa e o poder. A administração local foi responsável pela maioria desses constrangimentos através do controlo dos seus funcionários, do controlo no acesso às fontes e da distribuição de publicidade oficial e, por último mas não menos importante, através da disseminação de uma visão patriótica que pressupunha que os jornalistas deveriam ser defensores do desígnio nacional, mesmo contra a sua própria ética profissional. A investigadora foi jornalista em Macau de 1991 a 2000 (imprensa, rádio, televisão, correspondente da revista *Visão*), bem como docente de Ciências da Comunicação na Universidade de Macau (1996-1999).

Palavras-chave: liberdade de imprensa; censura; propriedade dos média; difamação; transição de Macau.

Abstract: *The object of this chapter is freedom of the Portuguese press during the transition period in Macau from 1987 to 1999.The topic was approached in a critical political economy perspective through communication policy research and interviews with editors, journalists and other agents in the communication process. The objective was to understand how the concept of freedom of the press applied locally; to research into private and public policies towards the press; to unveil control and pressure practices coming from political and economic powers and check how these influenced the journalistic practice. I concluded that the transition period created a cultural, political and economical frame that tended to exacerbate the existing tendencies towards press control as well as clashes between press and power. The local government was responsible for most of those constraints, through the control of its own civil servants, through restricting access to sources and distribution of advertising and last but not least, through a patriotic stance that presupposed journalists would be defenders of the national design, even against their professional ethics. I was a journalist in Macau from 1991 to 2000 (newspapers, radio, television and correspondent of magazine* Visão*) as well as a Communication Sciences lecturer in the local University (1996-1999).*

Keywords: *freedom of the press; censorship; ownership; libel; transition of Macau.*

1. Introdução

O objecto deste capítulo é a liberdade de imprensa em Macau durante o período de transição, de 1987-1999, com foco na imprensa portuguesa. O tópico foi abordado numa perspectiva crítica de Economia Política dos *media*, através de investigação de políticas de comunicação e entrevistas com editores, jornalistas e outros actores e agentes no processo de comunicação.

Os nossos objectivos foram o entendimento de como o conceito ocidental de liberdade de imprensa se aplica localmente; investigar as políticas privadas e públicas em relação à imprensa; revelar práticas de controlo e pressão provenientes dos poderes políticos e económicos e analisar de que modo estas influenciam a prática jornalística e, no final, o texto. Também nos propusemos analisar as implicações sociais e políticas da liberdade de imprensa naquele território.

Concluímos que o período de transição criou um enquadramento político e económico que tendeu a exacerbar as tendências preexistentes para o controlo da imprensa, bem como os choques entre a imprensa e o poder. A administração local foi responsável pela maioria desses constrangimentos através do controlo dos seus funcionários, do controlo no acesso às fontes e da distribuição de publicidade oficial e, por último mas não menos importante, através da disseminação de uma visão patriótica que pressupunha que os jornalistas deveriam ser defensores do desígnio nacional, mesmo contra a sua própria ética profissional.

A investigadora foi jornalista em Macau de 1991 a 2000. Trabalhou em vários jornais (*Ponto Final*, *Futuro de Macau*, *Comércio de Macau* — com colaborações n'*O Clarim*, e *Revista Macau*) bem como na TDM — Teledifusão de Macau (na Rádio Macau e na televisão), foi correspondente da revista de Portugal *Visão*, bem como docente de Ciências da Comunicação na Universidade de Macau (1996-1999).

O contexto político-económico

Após 450 anos de domínio português, Macau foi transferido para a República Popular da China (RPC) em 20 de Dezembro de 1999. Com a Declaração Conjunta, assinada em 1987 por Portugal e pela China, Macau adquiriu o estatuto especial de "território chinês sob administração portuguesa", mas de facto a cidade foi sempre uma espécie de colónia com autonomia administrativa e um sistema não representativo expresso no Estatuto Orgânico (um género de constituição). A pressão chinesa fez-se sentir ao longo da história e durante os anos de transição a agência noticiosa chinesa Xinhua, a funcionar como representação diplomática, chegou a ser referida como "governo sombra".

Existem duas "imprensas" em Macau: uma em língua chinesa e outra de expressão portuguesa. Têm características completamente diferentes e os interesses dos seus profissionais raramente se cruzam. Os jornais chineses são controlados pela RPC em diversos graus, seja directamente por companhias detidas pelo governo, seja através de homens de negócios com interesses na China. Durante a transição a maioria dos jornais publicava colunas diárias criticando as medidas do governo português de Macau, geralmente em sintonia com o lado chinês do Grupo de Ligação Conjunto ou com certos interesses empresariais.

Os jornais portugueses eram detidos pela Igreja, por empresários e por advogados; as pressões exercidas pelos seus proprietários e administradores variavam consoante os casos. Durante a transição alguns jornais estiveram directa ou indirectamente ligados à administração do território enquanto outros podiam ser considerados da oposição.

O governo tentava exercer pressão sobre alguns jornais através de contactos pessoais, de anúncios pagos e da obstrução do acesso às fontes oficiais.

A diferença entre a imprensa chinesa e a portuguesa também se reflectiu no número

de processos contra jornalistas, com acusações de abuso da liberdade de imprensa lançadas pelo Ministério Público de Macau. Durante quatro anos (1991-1995) houve 24 processos contra jornalistas portugueses, apenas dois contra jornais chineses e um contra um jornal de Hong Kong (*Dossier Macau*, artigo *online* de Paulo Reis, 1998, citado em Gomes, 2001, p. 5). Esta discrepância no número de processos respeitantes às duas imprensas — muitos deles resultantes de queixas da administração — tem a ver com o facto de os jornais portugueses gozarem de mais credibilidade (eram mais livres, à maneira ocidental) e terem maior influência em Portugal, onde as críticas aos funcionários de carreira continuariam para além da transição de Macau. Esta diferença no tratamento oficial entre as duas imprensas tinha também a ver com a cautela em evitar conflitos com a população chinesa e, acima de tudo, com o governo da RPC, do qual a maioria dos jornais chineses fazia eco.

Na hora de resolver definitivamente questões que se arrastavam há anos, a tradicional amizade e equilíbrio das relações luso-chinesas ficou periclitante. O tabuleiro do jogo político foi radicalizando posições. A inquietação social provocada pela intensificação da actividade criminosa das tríades e pela crise económica da Ásia veio agravar a situação. Neste cenário, é natural que se tenha intensificado a tendência do governo e dos interesses privados para influenciarem a imprensa.

No que diz respeito às leis de imprensa, a legislação existente, parca e vaga, era usada com grande eficácia contra os jornalistas portugueses, através de um sistema de justiça que dependia directamente do poder executivo, representado na pessoa do governador.

Quanto à imprensa portuguesa, os próprios jornalistas davam por assente que a maioria dos periódicos encerraria antes ou pouco depois da transição. Considerava-se que um jornal bastaria após a cessação dos interesses políticos portugueses no território. Uma publicação próxima do governo, o *Jornal Tribuna de Macau,* chegou a anunciar-se como "o único jornal que permanecerá após a transição" — uma afirmação que irritou a concorrência. Em finais de 2000, havia quatro jornais portugueses em Macau: *O Clarim*, *Ponto Final*, *Macau Hoje* e o *Jornal Tribuna de Macau*.

Do que ficou dito resulta claro que existiam dois tipos diferentes de imprensa em Macau. A investigadora optou por focar-se na imprensa portuguesa, uma vez que seria muito difícil levar a cabo uma investigação extensiva que abarcasse a imprensa chinesa. A primeira razão desta decisão prende-se com a dificuldade de encontrar quem revelasse quais os verdadeiros proprietários dos periódicos. A segunda tem a ver com o facto de a maioria dos editores e restante pessoal não falarem outra língua além do cantonês, o que implicaria a contratação de um tradutor, coisa que não estava ao alcance da investigadora. Terceiro, sendo a liberdade de expressão assunto tão delicado e conhecendo a mentalidade local, a maioria dos editores e jornalistas chineses não aceitaria ser entrevistada.

Assim, este projecto focou-se apenas na investigação da liberdade de imprensa e do controlo dos jornais portugueses durante o período de transição em Macau. No entanto, dado

que ambas as "imprensas" coexistiam no mesmo espaço geográfico e temporal e podiam influenciar-se mutuamente em termos de valores e ética, procurei colher tanta informação quanto possível acerca da imprensa chinesa. Isto permitiu-me fazer certas comparações que podem iluminar o foco principal: os constrangimentos da imprensa portuguesa.

Este estudo contém poucas referências aos meios de comunicação audiovisual, onde as autoridades públicas detinham 50,5 % do capital, o que lhes criava limites em termos de liberdade de imprensa. Tanto os profissionais quanto o público não esperavam que a Teledifusão de Macau — TDM — desse tempo de antena a vozes dissonantes ou fosse um espaço de jornalismo de investigação. No entanto, a televisão e a rádio são aqui ocasionalmente mencionadas como termo de comparação.

Estado da arte, perspectiva teórica e notas metodológicas

Estudar a liberdade de imprensa em Macau é tão interessante quão difícil. Existe extensa bibliografia sobre o conceito de liberdade de imprensa aplicado às sociedades ocidentais (McQuail 1997; Demac and Downing, 1995; Barendt, 1987). Porém, em Macau, o conceito é encontrado apenas na Lei de Imprensa (1990) e, vagamente, na pesquisa histórica de Monsenhor Manuel Teixeira e de Henrique Rola da Silva (1991, 1992). Há data desta pesquisa não havia investigação académica sobre este tópico no território o que poderá ser explicado pelo facto de todas as instituições de ensino superior serem públicas.

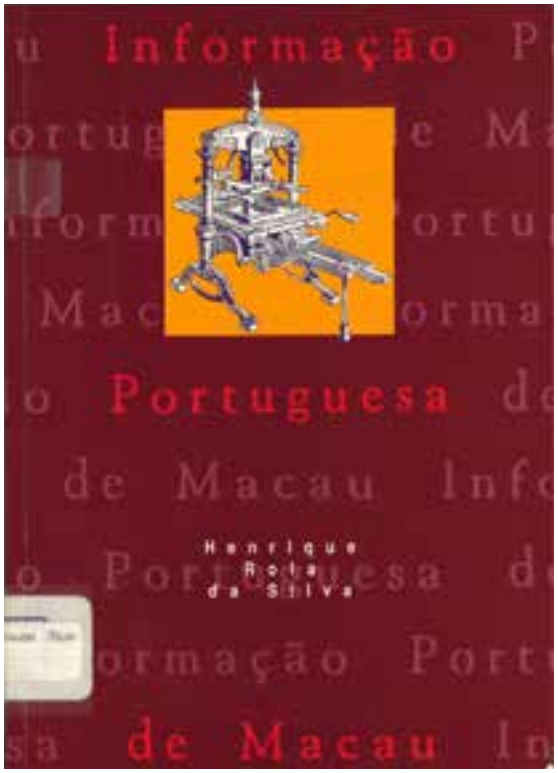

Figura 1
Informação Portuguesa de Macau.
Fonte: Gabinete de Comunicação Social de Macau (GCS).

Existe, no entanto, uma dissertação de final de licenciatura apresentada em Portugal pelo correspondente do jornal local *Ponto Final,* João Paulo Meneses (1999). Não foi publicada mas a investigadora teve acesso a uma cópia facultada pelo autor.

O enquadramento teórico adoptado nesta investigação foi o da Economia Política que permite uma abordagem holística das organizações mediáticas no seu papel enquanto forças económicas e na sua relação com outras estruturas da sociedade (Mosco, 1996, p. 142).

A Economia Política incide sobre o processo histórico que levou ao presente, incluindo o papel da intervenção do estado, sendo por isso aplicável à investigação sobre a liberdade de imprensa em Macau. O seu foco nas mudanças sociais faz dela a teoria mais adequada ao estudo do contexto histórico do território.

Um quadro teórico no âmbito da Economia Politica é também capaz de mostrar as relações entre a estrutura económico-política e o conteúdo dos *media* e os seus efeitos no discurso público (Golding & Murdock, 1997). No entanto, tal pode ser problemático em Macau, dadas as diversas perspectivas sobre o interesse público. Como veremos, a defesa, por parte do Governo, de um jornalismo patriótico colide com a ideia de que a imprensa local deveria actuar como vigilante do poder (*watchdog*).

Na teoria ocidental, a liberdade de imprensa é aceite como sendo do interesse público e os estudos focam-se na exposição dos seus limites, recorrendo à análise das estruturas dos *media*, suas políticas e práticas (McQuail, 1997; Curran, 1997). Contudo, na Ásia, onde vários regimes autoritários conseguiram desenvolver economias de sucesso, a liberdade de imprensa nem sempre é vista como sendo do interesse público. Em certos regimes, como Singapura e China, a liberdade de imprensa pode ser considerada como um instrumento de oposição ao governo e uma ameaça à ordem política (Ruan, 1990).

A imprensa em Macau deve ser vista à luz deste contexto, especialmente tendo em conta a aproximação da transição do território para a China durante o período estudado. A questão está em saber se a liberdade de imprensa é um conceito universal, como considera a maioria dos países ocidentais e alguns organismos das Nações Unidas, ou um conceito que muda de sociedade para sociedade, como argumentam os governos asiáticos.

Em Macau, embora a Lei de Imprensa se baseie na legislação portuguesa, a administração actuou de forma semelhante a outros governos asiáticos, defendendo um conceito diverso ou relativo de liberdade de imprensa para o território, em nome de valores patrióticos.

A Economia Política pode ajudar a esclarecer este debate entre relativismo e universalismo, através da análise das relações internacionais. No entanto, a sua tendência para se focar nas relações de poder dentro das sociedades capitalistas pode implicar a necessidade de um estudo no seu âmbito ser complementado por outras ciências sociais a fim de melhor entender a dinâmica das divisões identitárias e nacionais em jogo na organização social (Mosco, 1995, p. 161). Isto, contudo, implicaria outra investigação sobre a imprensa portuguesa de Macau, talvez focando-se mais nas audiências e aplicando a teoria da recepção. Esse trabalho

terá de ficar para outra ocasião, o que não impede que surjam no presente estudo referências à identidade da população de Macau — sobretudo aquela de língua portuguesa – colhidas de obras sociológicas e antropológicas.

Na abordagem deste tópico a investigadora usou dois métodos de investigação: uma análise das estratégias de comunicação apoiada numa perspectiva económico-política e entrevistas a agentes no processo de comunicação. Para encontrar dados foi necessário investigar a legislação local sobre meios de comunicação, analisar alguns casos de restrições à imprensa, nomeadamente acusações de difamação e processos judiciais resultantes, analisar as práticas jornalísticas, as políticas editoriais dos jornais e os efeitos das rápidas mudanças no enquadramento político e social de Macau.

A Análise de Políticas de Comunicação (*Communication Policy Analysis*) examina a forma como as políticas no âmbito da comunicação de massas são geradas e aplicadas, bem como as suas repercussões e implicações no campo da comunicação (Negrine, 1998).

Porém a Investigação sobre Políticas de Comunicação (*Communication Policy Research*) abre um maior campo exploratório. Em vez de recorrer apenas a uma análise de conteúdo ou a um inquérito, este tipo de estudo permite-nos extrair conclusões dos resultados de muitos. No caso de Macau, uma vez que existe pouca investigação académica, foram também usados, para efeitos de comparação teórica, alguns estudos sobre a transição de Hong Kong.

Contudo, este método tem os seus limites: o uso de dados de investigações passadas limita o material às perguntas previamente colocadas (Wimmer & Dominick, 1995, p. 21). Por conseguinte a investigadora decidiu ir mais além e colocar as suas próprias perguntas aos agentes envolvidos no processo mediático, bem como pesquisar documentos primários.

No entanto este propósito não poderia ser levado por diante sem levar em conta algumas limitações e dificuldades. Em primeiro lugar, a procura de informações de base revelou-se uma tarefa difícil, pois Macau tem um sistema não representativo, no qual a responsabilização dos funcionários públicos é fraca e onde os documentos oficiais nem sempre estão acessíveis. Segundo, era previsível que, naquele período, muitas pessoas tivessem relutância em comprometer-se publicamente com um tópico tão melindroso. Tal como já foi dito a propósito da imprensa chinesa, também seria difícil convencer o pessoal dos meios de comunicação portugueses e, sobretudo, os funcionários governamentais a fornecerem informações sobre questões tão sensíveis.

Havia ainda outra limitação quanto à Análise de Políticas de Comunicação: embora se trate, em princípio, da investigação sobre um conjunto coerente de ideias e estratégias, estas políticas não constituem geralmente um conjunto bem concebido de preceitos, tratam-se apenas de acções dispersas. As políticas nem sempre são fáceis de identificar, podem ter consequências não deliberadas e por vezes são contraditórias entre si (Negrine, 1998, p. 98).

Para ultrapassar estas dificuldades, parecia ser necessário triangular os dados apurados, recorrendo a diversas fontes para cruzar histórias e questionar o material. Isto se fez

entrevistando diversas fontes e/ou procurando documentação que apoiasse cada declaração. Com todas as suas limitações e pontos fortes, estes dois métodos — Investigação sobre Políticas de Comunicação e entrevistas — complementam-se entre si, aferindo-se mutuamente e aprofundando perspectivas.

Uma vez que o material obtido pelos métodos acima referidos pode carecer de perspectiva tentou-se extrair as conclusões através do enquadramento teórico da Economia Política. O facto de esta se concentrar sobre o mundo real significa que a investigação teórica e empírica podem seguir a par.

Exemplificam este processo os estudos de Chan, Lee & Lee sobre o impacto da transição nos jornalistas de Hong Kong (1992, 1996). Para extraírem as suas conclusões, estes autores combinaram um inquérito às atitudes dos jornalistas com uma análise de Economia Política à posição da China sobre os *media*.

Para compreender o presente, a investigação sobre a liberdade da imprensa portuguesa teve de passar por uma perspectiva histórica. Isto implicou a análise das forças económicas, políticas e culturais envolvidas não só na actualidade mas também no passado recente.

2. Breve passagem sobre a história da liberdade de imprensa em Macau pré-transição

A imprensa moderna foi introduzida na China pelos jesuítas de Macau em 1588. Destinava-se a divulgar publicações religiosas. No entanto o primeiro jornal só veria a luz do dia em 12 de Setembro de 1822, depois da Revolução Liberal em Portugal. A *Abelha da China* foi o primeiro jornal moderno não só de Macau mas também de todo o Extremo Oriente. "Até ao final do século, para além da Gazeta de Pequim não houve mais nenhum periódico na China. O jornal, enquanto meio de informação e orientação da opinião pública, tal como o conhecemos hoje em dia, só surgiu em 1822", afirma o sinologista Ramon Lay Mazo (1990, p. 39-40).

O *Abelha da China* foi fundado por liberais mas quando os conservadores chegaram ao poder, um ano mais tarde, foi encerrado e o seu editor, frei António São Gonçalo de Amarante, teve de abandonar Macau, tornando-se assim a primeira vítima da repressão e da falta de liberdade de imprensa em Macau (Pinto, 1993, p. 6).

Ao longo do século XIX dezenas de jornais apareceram e desapareceram, geralmente com vida curta e polémica, com páginas onde se defendiam ideias de lavra liberal ou conservadora, monárquica ou republicana, sacerdotal ou anticlerical. Muitos acabaram por vontade dos governadores de Macau, outros por falta de fôlego dos editores (Fernandes, 1999, p. 34). Um deles, o *Echo Macaense*, foi o primeiro jornal bilingue de Macau. A sua fundação coube a Francisco Hermenegildo Fernandes em 18 de Julho de 1893. Alguns meses depois, com a separação das duas redacções, foi ao prelo o primeiro jornal chinês de Macau, em linha com

RICARDO PINTO

COMUNICAÇÃO SOCIAL:
DOIS SÉCULOS DE EXPANSÃO

Comércio de Macau

Figura 2
Artigo de Ricardo Pinto na *Revista Macau,* Agosto de 1993.
Fonte: Gabinete de Comunicação Social de Macau (GCS).

a versão portuguesa. As suas páginas escritas na língua de Confúcio foram usadas por um amigo do editor, Sun Yat Sen, o homem responsável pela criação da República Chinesa, para criticar o regime arcaico dos imperadores (Pinto, 1993, p. 12).

Muitos jornais foram publicados em português no Extremo Oriente. Na obra *The Portuguese press in the Far East* monsenhor Manuel Teixeira afirma que existiam 25 títulos em Hong Kong, um em Cantão, cinco em Xangai, dois em Singapura, um em Malaca, e 14 no Hawai. Nos inícios de Hong Kong, em meados do século XIX, os jornais da colónia britânica eram impressos em Macau (Fernandes, 1999, p. 5). Por outro lado, em épocas de mais dura censura, os jornais de oposição ao governo português recorriam à impressão em Hong Kong, enviando depois a edição para Macau.

O primeiro diário do território, *A Voz de Macau*, encabeçado por Domingos Rosa Duque, iniciou publicação em 1931 e continuou activo até à morte do seu fundador. Foi o primeiro jornal com longa continuidade: apenas fechou durante sete meses em 1945, por causa das três bombas japonesas que destruíram a porta do diário, uma ameaça contra a linha editorial de *A Voz* (os nipónicos nunca ocuparam Macau mas mantinham aí forte presença).

A censura é uma instituição tão antiga quanto a própria imprensa e como tal era aceite. Os jornais publicavam mesmo a notícia da nomeação dos novos agentes da Comissão de Censura.

Segundo Jack Braga, no seu livro *Primórdios da Imprensa em Macau*, o território apenas esteve livre de censura entre 11 de Agosto de 1843, quando foi abolida pelo Governo, e 1844, quando foi reinstaurada pelo governador, conforme instruções vindas de Portugal. Voltou a ser abolida a breve trecho após a implantação da República em Portugal, em 1910 (Pinto, 1993, p. 10).

Durante alguns períodos os censores não tiveram de actuar, por não existir nenhum jornal no território. Um dos factos mais conhecidos da censura em Macau não teve a ver com os jornais mas sim com um livro: *Historic Macao*, de Montalto de Jesus. Em 1926 o governador mandou que todas as cópias da segunda edição fossem apreendidas e a polícia foi recolhê-las porta a porta. Muitas pessoas recusaram entregar os seus exemplares e esconderam-nos. Nesses tempos o nacionalismo chinês estava a fortalecer-se e, como o livro propunha a internacionalização de Macau sob a alçada da Sociedade das Nações, foi considerado uma ameaça à soberania de Portugal. Mais ainda: a obra continha uma investigação independente sobre a história de Macau — referindo, por exemplo, a forma como os tradicionais aliados ingleses traíram os portugueses nessa região, em várias ocasiões – o que provavelmente não era do agrado das autoridades. O livro era tão incómodo, que em 1929, quando o autor pediu a restituição das cópias apreendidas, o governador mandou queimá-las. A obra só voltou a ser reeditada em 1990, em tradução portuguesa (Montalto de Jesus, 1926, 1990).

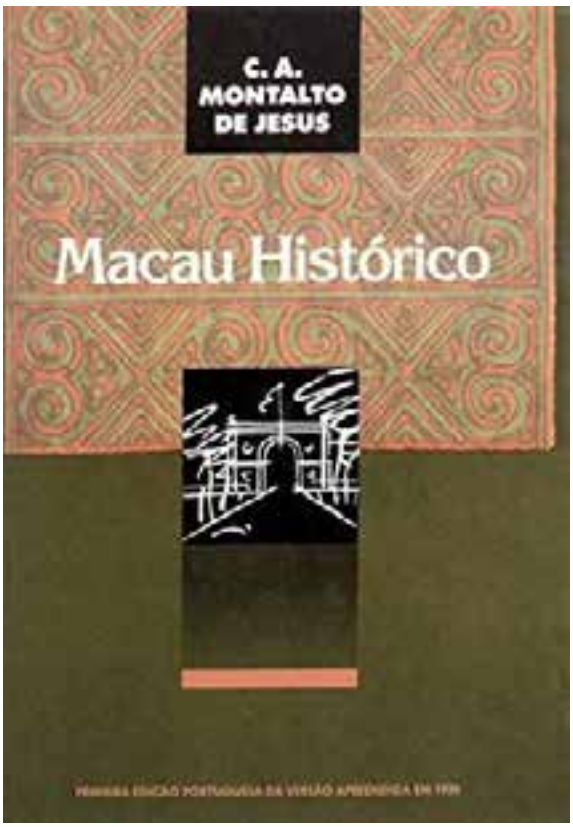

Figura 3
Edição Portuguesa da versão apreendida em 1926 de *Historic Macao* de Montalto de Jesus.
Fonte: própria.

No que diz respeito à imprensa periódica, a primeira vítima do regime fascista português (1926-1974) em Macau foi o jornal *O Petardo*. Quando Tamagnini Barbosa, primeiro governador da ditadura, aí chegou em Dezembro de 1926, apenas havia um jornal, domesticado pelo regime. Assim, como já antes tinha acontecido, apareceu em Hong Kong uma voz irreverente, *O Petardo*. Contudo, em Fevereiro de 1929, o director da Victoria Printing Press, que imprimia aquele jornal quinzenal, informou o director do periódico de que "por motivos secretos" a companhia não continuaria a imprimir a publicação. Mais tarde a polícia de Hong Kong assaltou a casa do director, onde foram encontrados documentos de Macau, o que deu origem a uma série de perseguições no território. Nessa mesma altura *O Diário de Macau* foi encerrado pelo novo governador e o seu director, que estivera envolvido na criação de *O Petardo*, foi levado pela polícia na véspera de Natal e exilado em Timor (Pinto, 1993, p. 14).

Durante a maior parte das décadas fascistas, a censura em Macau foi orientada por um diploma de 1937 que regulava a liberdade de imprensa nas colónias. O documento estipulava que todas as publicações tinham de ser sujeitas à censura prévia, para evitar a perversão da opinião pública na sua função como força social; a ideia era poupar o público a todos os factores que o pudessem confundir em matéria de verdade, justiça, moral, boa administração pública e bem comum e evitar que os princípios fundamentais da sociedade fossem atacados.

O decreto proibia também a narração pormenorizada de certos crimes sociais e políticos, como os cometidos por menores de 18 anos, o aborto, o homicídio, assaltos, etc. O chefe de gabinete do governador presidia à Comissão de Censura e tinha o poder de suspender as publicações que infringissem estas regras.

Em 1946 entrou em vigor uma nova lei que tornou ainda mais difícil a vida da imprensa: se uma publicação pisasse o risco, o orgão censório podia nomear um funcionário residente dentro da própria empresa jornalística — e, para cúmulo, esta teria de pagar o salário do censor (Pinto, 1993, p. 10).

Os homens do lápis azul (a cor usada pela Comissão de Censura para cortar os artigos) eram pessoas sem grande educação e cortavam a eito, o que levou os jornalistas a serem muito cautelosos, para evitarem ter de refazer páginas pela noite fora. A imprensa chinesa tentou denunciar o corte de alguns artigos, deixando espaços em branco nas páginas, à semelhança do que fizeram alguns jornais em Portugal. Não tardou que esta prática fosse proibida. No entanto, após o "1,2,3" em 1966 –uma campanha comunista em Macau durante a Revolução Cultural que quase derrubou o governo português –, os jornais chineses deixaram de ser censurados, embora mostrassem as suas páginas ao órgão censor, todos os dias, conforme dispunha a lei.

A partir dessa época passou a haver uma diferenciação na forma como o governo tratava as "imprensas" chinesa e portuguesa: embora a primeira não fosse censurada a segunda continuou sempre a sê-lo. Um exemplo foi o caso de Leonel Borralho, director da *Gazeta Macaense* (iniciou publicação em 1963), que chegou a ser deportado durante três dias para

a ilha de Taipa, por causa de um artigo que não agradou ao governador Silvério Marques.

Uma semana depois da revolução que derrubou o regime fascista em Portugal (25/04/1974), a censura foi oficialmente abolida em Macau. Contudo, foi precisamente depois de findo o reino do lápis azul que a censura fez uma das suas vítimas mais notáveis. Em Agosto de 1974 a Comissão de Censura foi substituída por uma comissão *ad hoc* — para controlar a imprensa, a rádio, o teatro e o cinema — cujo objectivo consistia em velar pelos princípios da nova ordem. O *Notícias de Macau* teve de pagar uma pesada multa, imposta por essa entidade, por ter publicado uma informação errada acerca da mulher do governador, pondo um fim abrupto a um periódico com 30 anos de existência que se via a braços com uma grave crise financeira.

Os tempos que se seguiram ao 25 de Abril, ou Revolução dos Cravos, foram politicamente conturbados. A sociedade macaense viu-se dividida em dois grupos distintos: Centro Democrático de Macau (CDM) e Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM). O primeiro, próximo do Partido Socialista português, era encabeçado por Jorge Neto Valente; o segundo, dedicado a ideais de direita, era liderado por Carlos Assumpção. Ambos políticos e advogados, fundaram jornais para divulgar as suas ideologias: o CDM publicou o *Democracia em Marcha* a partir de Novembro de 1974; a ADIM lançou o *Confluência* em Março de 1975. Ambos os grupos dariam mais tarde origem a projectos profissionais, respectivamente o jornal *Tribuna de Macau* e o *Jornal de Macau*, ambos criados em Outubro de 1982. Não tardou que os dois jornais deixassem de ser inimigos para lutarem lado a lado contra o governador Vasco de Almeida e Costa (1981-1986), que terá sido, porventura, o governador mais impopular nos meios da imprensa, nas últimas décadas de administração portuguesa.

A década de oitenta chegou recheada de controvérsias políticas e escândalos que culminaram na demissão do governador Carlos Melancia, em 1990, na sequência de acusações de corrupção levantadas por uma investigação dum jornal de Portugal, *O Independente* (o designado Caso do Fax de Macau). Durante essa década houve também um grande crescimento económico, o que levou à profissionalização dos jornais existentes, que mandaram vir jornalistas de Portugal. A LUSA, agência portuguesa de notícias, abriu uma delegação em Macau (custeada em grande parte pelo governo local) e a Teledifusão de Macau (T.D.M.) começou a emitir programas de televisão em Maio de 1984.

Em 1987, quando foi assinada a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, que agendou a entrega de Macau para Dezembro de 1999, começou o período de transição. Por essa altura já havia no território muitos jornais chineses, vários portugueses, a T.D.M., com emissões de rádio e televisão em canais portugueses e chineses, e delegações da LUSA e da Xinhua, a agência chinesa de informação.

3. Uma nota sobre Hong Kong

Em Macau, embora aparentemente não houvesse tanta liberdade de imprensa como em Hong Kong, gerou-se algum receio de que o governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) viesse a endurecer o controlo sobre a imprensa durante o período de transição. "O estado da liberdade de expressão não é o ideal em Hong Kong, mas em Macau pode vir a ser ainda pior", escrevia Man Kuo, colonista do jornal de expressão chinesa de Macau *Si Man* (30/08/1998).

Em Hong Kong, por outro lado, havia a crença de que o futuro da imprensa dependia da necessidade de a China dar um bom exemplo, para poder deitar a mão a Taiwan, mais tarde (Chan, Lee & Lee, 1992). Em Macau havia a mesma esperança: como o território passara a estar na mira do mundo inteiro, com Taiwan no horizonte próximo, a República Popular da China poderia, talvez, manter o mesmo nível de controlo que já exercia sobre a imprensa chinesa, mas evitar interferir na imprensa portuguesa. A confiança dos jornalistas de Macau era ainda alimentada pelo facto de Hong Kong passar por um período pós-transferência aparentemente sem grandes pressões do governo sobre a imprensa (embora possa ter havido um aumento da autocensura e o foco das agendas editoriais tenha passado da política para a economia e para o entretenimento).

A salvaguarda da liberdade dos *media* apenas é viável quando as pessoas lutam por ela. Esta ideia foi estudada num inquérito preliminar sobre a atitude das audiências de Hong Kong em relação à liberdade de expressão e ao controlo dos órgãos de comunicação (Martin, Wilson & Cheang, 1994). Os resultados mostraram que, mesmo atribuindo alto valor à liberdade, uma em cada quatro pessoas, defendia que os jornalistas não deviam estar acima de alguma forma de controlo sobre os *media*. Em Macau um inquérito semelhante teria provavelmente revelado um público ainda mais conformista, como expuseram Catarina Mok e Albert Chu num documentário sobre os motivos que levam a população de Macau a não expressar as suas opiniões ou lutar pelos seus direitos (1998).

Um outro estudo lançou alguma luz sobre as relações entre a administração e os jornais em Hong Kong, e sobre a forma como esta afectava a liberdade de imprensa (Chan & Lee, 1991). Este trabalho concluiu que o governo tinha uma política liberal em relação aos meios de comunicação, devido à gestão apertada da informação e a um controlo geral por parte do Government Information Service (GIS), o gabinete de comunicação do executivo.

Durante o período de transição, o Gabinete de Comunicação Social de Macau (GCS) teve funções semelhantes às do GIS. Fornecia aos meios de comunicação grande parte das notícias — na forma de comunicados de imprensa emitidos pelos departamentos administrativos – e mantinha um sofisticado sistema de *lobbying* para levar os jornalistas a divulgarem as políticas do governo e influenciar a opinião pública. No entanto, não interferia nas decisões editoriais, de modo que os órgãos de comunicação pareciam ser senhores de si mesmos.

Muitas das leis draconianas dos tempos coloniais de Hong Kong foram trazidas à atenção do público e dos investigadores, por medo de que os comunistas as ressuscitassem (Clarke & Hamlett, 1996; Li, 1995; Moriarty, 1994). Em Macau a Lei de Imprensa, inspirada na legislação de Portugal, assegurava liberdade e independência. No entanto, os jornais raramente a invocaram e mesmo quando o fizeram a falta de independência do sistema de justiça não permitiu a aplicação dessas garantias.

4. A imprensa portuguesa em Macau durante o período de transição — aspectos gerais

Tabela 1
A imprensa de Macau em Março de 1998

NOME	PERIODICIDADE	INÍCIO	CIRCULAÇÃO (1)
Jornal Tribuna de Macau	diário	01-06-1998	1.300
Macau Hoje	diário	02-07-1990	2.000
Futuro de Macau	diário	08-01-1994	2.000
O Clarim	semanário	02-05-1948	1.500
Ponto Final	semanário	30-09-1992	1.500
Revista Macau	mensal	1987	5.000

Fonte: própria. No início de 1999 haviam em Macau: três diários portugueses, sete chineses; dois semanários portugueses; nove semanários chineses; a T.D.M. que englobava um canal TV em português, um em chinês e uma estação de rádio com dois canais em ambas as línguas; a *Revista de Cultura*, dedicada à sinologia, publicava estudos académicos editados pelo Instituto Cultural de Macau; a *Revista de Macau*, mais generalista, versava sobre o território e a presença portuguesa na Ásia e era uma publicação privada comandada pelo governo; e a delegação da LUSA, agência noticiosa portuguesa, que desde 1991 recebia do governo 16 milhões de patacas por ano, mais o valor da renda, em troca de prestar os seus serviços gratuitamente a todos os órgãos de comunicação de Macau.

(1) Esta informação provém dos próprios *media*. Não existia registo oficial.

Como vimos anteriormente, após a vaga de crescimento económico de meados dos anos oitenta e do olhar atento de Portugal em relação a Macau — devido à governança polémica de Almeida e Costa e ao escândalo que envolveu o governador Carlos Melancia –, os homens de negócios portugueses estabelecidos em Macau, os advogados e os políticos começaram a investir na imprensa. Ou seja, a criação de publicações portuguesas não resultou das forças de mercado mas sim de outros interesses, pessoais, económicos e políticos.

Numa população de cerca de 450.000, nunca houve mais de dez mil pessoas a falarem a língua de Fernando Pessoa. "Fazendo já parte do *Guiness Book of Records* como o território mais densamente povoado do mundo, Macau poderia também ser aí registado como a

Figura 4
Artigo de Clara Gomes. *Ponto Final*, 22 de Outubro de 1993
Fonte: própria.

Figura 5
Dossier de Imprensa. *Comércio de Macau*, 15 de Fevereiro de 1992.
Fonte: GCS.

cidade onde se publica maior número de jornais para o menor número de leitores", escreveu João Fernandes (1999, p. 35). Em 1993, com um número crescente de funcionários públicos a migrarem para o território, havia cinco diários, quatro semanários e três revistas em língua portuguesa, para um universo de 6000 prováveis leitores (Gomes, *Ponto Final*, 22/10/93).

No entanto as tiragens individuais nunca iriam além dos 3000 exemplares (*Macau Hoje*, 20/5/93). Segundo as estatísticas oficiais, apenas 2,8 % da população falava português em 1999. Eram servidos por um canal de televisão, cinco jornais, duas revistas e uma delegação da agência de notícias LUSA. O departamento de informação do governo, Gabinete de Comunicação Social (GCS), reconheceu — para seu próprio bem – que "esta singular multiplicidade que se traduz numa das mais elevadas taxas de leitura da Ásia e do mundo inteiro, significa uma grande dinâmica dos empreendedores privados mas também uma clara política de apoio e estímulo aos *media* [por parte do governo]" (GCS, 1997, p. 7).

Apesar disso, Afonso Camões, director do GCS em entrevista ao *Comércio de Macau* para o artigo Dossier de Imprensa disse que «os jornais em Macau não correspondem a formas de opinião pública mas sim a interesses privados sem viabilidade económica» (15/02/1992) O mesmo se podia dizer dos jornais chineses. Vitor Chan (que encabeçou o Clube dos Jornalistas e passou a director do GCS depois da transição do território) afirmou na altura que «existem demasiados títulos na imprensa portuguesa e chinesa para um mercado tão pequeno. Julgo que seria melhor investir na qualidade e não tanto na quantidade» (Meneses, 1999, p. 131).

A circulação dos *media* portugueses revelou-se igualmente artificial. Até os dois jornais em língua inglesa editados em Hong Kong, o *South China Morning Post* e o *Hong Kong Standard*, tinham mais leitores em Macau do que o total da imprensa portuguesa: todos os dias chegavam ao território 20.000 exemplares (Camões, 1997).

De facto, os números reais da distribuição (ver tabela) nunca foram controlados pelos serviços de informação do governo e sabia-se que os números revelados pelos editores não eram exactos — embora a publicidade nunca tivesse dependido da circulação, nunca revelariam que vendiam menos que a concorrência.

A maior parte da publicidade provinha dos departamentos governamentais e judiciais, mas na maioria dos casos, não cobria o total de despesas de publicação. Havia poucas companhias privadas portuguesas em Macau e portanto destas provinha pouca publicidade para a imprensa. Os proprietários sempre tiveram de suportar a parte dos custos que não era coberta.

Em 1999 o custo de um jornal (entre diários e semanários) variava entre 200 e 300 mil patacas (20 e 30 mil EUR) por mês, consoante a quantidade de jornalistas (*Futuro de Macau*, 19/5/93). Os administradores admitiam a perda de um a dois milhões de patacas por ano (100 a 200 mil EUR) (Pinto, 1993).

O jornal português tinha algumas características distintivas: geralmente tinha uma pequena redacção com dois a cinco jornalistas (expatriados, e por isso com salários superiores aos dos seus colegas chineses); um pequeno número de páginas, muitas delas ocupadas por

colunas de opinião e mexericos (frequentemente uma disputa com outro jornal); a maioria das suas notícias provinha da LUSA; tinha tiragem reduzida e pouca publicidade (na sua maioria proveniente dos departamentos do governo); quase todos eram propriedade de advogados, uma classe que enriqueceu com o *boom* económico (a maioria dos seus clientes eram especuladores e investidores imobiliários) e abarcava um universo de leitores composto por uma elite administrativa e política.

O conteúdo dos jornais portugueses derivava em grande parte de serviços e funcionários públicos, registando-se uma grande proximidade entre os jornalistas e as suas fontes. A imprensa portuguesa tinha uma tradição crítica em relação ao poder político embora durante a maior parte do período de transição uma parte dos jornais alinhasse com o governo enquanto outros se mantinham na oposição.

Quanto à imprensa chinesa, era próxima de Pequim e poucas vezes dava ouvidos à administração oficial, devido às barreiras linguísticas. Nos últimos anos os fazedores de opinião chineses criticavam todas as políticas governamentais que não compreendessem e louvavam a aproximação da transição que, aparentemente, iria resolver tudo.

5. Legislação

Em termos legais podemos afirmar que havia liberdade de imprensa no território, como admitiram todos os entrevistados desta pesquisa. Tal como noutros aspectos, no que diz respeito à imprensa, Macau era uma sociedade não regulamentada e qualquer pessoa podia deter um jornal, desde que obedecesse a um conjunto de preceitos básicos previstos na Lei de Imprensa publicada em 1990.

Esta era semelhante à legislação portuguesa e assegurava a liberdade de imprensa, a liberdade de acesso às fontes de informação e garantia o segredo profissional. Estipulava que quem se sentisse lesado por um texto escrito tinha o direito de resposta, desmentido, rectificação ou esclarecimento no mesmo jornal.

Fazia também referência aos crimes de abuso da liberdade de imprensa e remetia-os para a lei comum. Podia ser considerada uma lei bastante avançada para a Ásia. Em 1989 havia sido publicada uma lei semelhante para as emissões hertzianas. Para além disso, Macau subscreveu vários pactos das Nações Unidas sobre direitos políticos e civis.

No entanto, o que estava previsto na lei não correspondia à prática quotidiana dos *mass media* macaenses. Vários dos direitos contemplados na Lei de Imprensa não estavam de facto assegurados. Em termos de acesso à informação, como veremos em pormenor adiante, não existiu um único caso em que jornalistas tivessem reclamado a aplicação das prerrogativas consagradas na Lei.

A Lei de Imprensa previa a criação de um Conselho de Imprensa que seria importante para aplicar algumas das propostas daquele regulamento, para garantir que fossem ouvidas

as queixas, tanto dos cidadãos como dos jornalistas, bem como para *mediar* disputas. Contudo, após uma década de discussões, o Conselho nunca chegou a ver a luz do dia. O Clube de Jornalistas (cujos membros eram sobretudo chineses, embora houvesse alguns portugueses) opôs-se a uma composição do Conselho onde estaria sobre-representada uma elite política próxima do poder (Chan, *Futuro de Macau,* 9/08/1996).

No seu relatório de 1997 acerca do território, a Amnistia Internacional mostrava receio de que "a liberdade de expressão estivesse em risco", uma vez que o governador propunha que "o Conselho de Imprensa devia ser presidido por um juiz e incluir três membros da Assembleia Legislativa, membros eleitos, bem como membros nomeados por ele próprio" (Meneses, *Ponto Final*, 10/1/97).

Devia haver exactamente "dois membros nomeados pelo governador" e "três membros da sociedade, das áreas cultural ou de comunicação, de reconhecido mérito, eleitos pelos outros membros" do Conselho, segundo o último rascunho da proposta, datado de 1996.

O Clube de Jornalistas elaborou um Código de Ética e um Estatuto do Jornalista e criou dentro da instituição uma secção destinada a receber queixas do público. Consideravam que a iniciativa da formação de um Conselho deveria partir da sociedade civil, não do governo (Mok, *Va Kio,* 18/04/1997).

O Conselho de Imprensa nunca chegou a ser aprovado pela Assembleia Legislativa de Macau durante o período de transição. Outra lei atinente à imprensa que também se tornou bastante polémica foi uma que, de facto, deveria ser bem-vinda: um decreto de 1987 que estabelecia um subsídio, para todos os jornais, de 12.000 patacas, para custos de produção. No entanto, os dois últimos jornais portugueses que requereram o chamado "subsídio do papel" não o obtiveram, devido a uma interpretação particular da lei por parte do governo; esta história acabou por ser rematada com uma queixa apresentada ao Alto Comissariado Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa (ACCCIA).

6. Propaganda e jornalismo patriótico

O GCS, gabinete de informação do governo, era a instituição pública encarregada de dar conselho e apoio técnico ao executivo, por exemplo, quando estivessem a ser preparadas propostas relativas aos assuntos de imprensa (Decreto-Lei nº 20/88/M). Tinha também a responsabilidade de apoiar os jornalistas locais e estrangeiros no acesso às fontes, nomeadamente por meio de faxes diários, enviados aos jornais locais portugueses, com traduções da imprensa chinesa e *clippings* de artigos publicados em Portugal sobre Macau.

Esta última atribuição deu lugar a queixas na imprensa local durante a governança de Rocha Vieira. Os jornais queixaram-se de não estarem a receber as notícias de Portugal que eram críticas da administração de Macau (Reis, 1998, citado em Gomes, 2001, p. 22). Afonso

Camões, director do GCS, explicou que competia à Missão de Macau (a representação do governo local em Lisboa) seleccionar essa informação e remetê-la ao serviço que dirigia, que por sua vez a fotocopiava e enviava para a imprensa local, eximindo assim o seu departamento de responsabilidade (Gomes, 2001, p. 23).

Igualmente problemáticas eram as visitas de jornalistas estrangeiros ou de Portugal. Não lhes eram oferecidas grandes possibilidades de contactarem pessoas da imprensa local. Por exemplo, em 1994, quando um grupo de jornalistas do Porto visitou o território, o seu calendário, organizado pelo GCS, estava tão cheio que não tiveram tempo de se encontrar antigos colegas a trabalhar em Macau.

Além disso, o departamento de informação do governo não autorizava o registo de jornalistas *free-lance*: se não apresentassem uma carta assinada por um editor, confirmando que eram jornalistas ou correspondentes de uma publicação específica, não tinham meios legais de obter um cartão de imprensa que lhes permitisse trabalhar em Macau (Reis, 1998, citado em Gomes, 2001, p. 23).

Embora nem sempre desse o melhor apoio aos *media*, os editores e jornalistas não consideravam que o GCS exercesse censura directa aos jornais (segundo as entrevistas efectuadas para esta investigação). No entanto, este gabinete encarnava a política oficial para a imprensa.

Não havendo no território um mercado mediático competitivo, o papel do governo era mais importante do que noutros lugares (por exemplo em Hong Kong). A televisão e a rádio não seriam viáveis e a LUSA — que recebia do governo 16 milhões de patacas/ano mais a renda – teria sido obrigada a manter uma delegação muito mais pequena, sem esse apoio. Isto favorecia a interferência governamental nos assuntos desses órgãos de comunicação públicos.

No entanto, como a imprensa era privada, o controlo tinha de ser exercido doutra forma. Assim, enquanto o Lei de Imprensa e o discurso oficial proclamavam a importância da liberdade de imprensa, as práticas do governo eram diversas das suas boas intenções.

Mais do que o GCS, era o próprio governador que dava o exemplo da contradição entre as declarações oficiais e os actos concretos. "Faço questão em confirmar a minha concordância e solidariedade em relação a estes valores (a promoção da liberdade de imprensa por meio do livre acesso à informação, a livre transmissão de notícias, a livre publicação de jornais, a livre expressão e troca de pontos de vista e informações) e asseguro-vos que encontrarão em Macau todas as condições para o seu cumprimento", disse o governador Rocha Vieira durante um almoço com a imprensa em 1996 (Meneses, 1999, p. 153).

Boas intenções estas contraditas pelas acções, uma vez que o governador nunca deu uma entrevista à imprensa local. "Uma autoridade que durante mais de seis anos recusa dar entrevistas institui uma prática absolutamente antidemocrática e autoritária", disse Carlos Alberto Fernandes, vice-presidente da Federação Internacional de Jornalistas (citado por Pinto, *Ponto Final*, 3 de Janeiro de 1998).

Figura 6
O último governador de Macau, Vasco Rocha Vieira.
Fonte: GCS.

É verdade que Rocha Vieira deu algumas entrevistas a meios de comunicação estrangeiros e de Portugal, mas os jornalistas que as fizeram tinham regra geral um conhecimento menos aprofundado e mais genérico das realidades do território:

> Seria inimaginável em qualquer país democrático que uma figura pública se recusasse a expor-se ao escrutínio democrático da população através da imprensa. O que sucede com o governador (...) cria uma séria ameaça ao escrutínio democrático por parte da população de Macau (Pinto, *Ponto Final*, 3/01/1998).

Esta falta de abertura democrática do executivo foi demonstrada não só nos actos em relação à imprensa mas também noutras áreas da política local. No entanto a imagem de Macau projectada nos *media* de Portugal era bastante inocente e optimista. Os directores daqueles eram directamente contactados pelo GCS ou pela assessoria de imprensa do governador, saltando por cima dos correspondentes locais. Estes directores e editores eram também convidados com frequência pela administração local para irem a Macau fazer a cobertura de certos acontecimentos (por exemplo, a abertura do aeroporto) ou simplesmente em visita (de poucos dias a vários meses), com despesas pagas (alojamento, voos). A investigadora conhece esta realidade por experiência própria, como correspondente durante mais de seis anos da revista semanal *Visão*.

O facto de vários correspondentes trabalharem para a TDM — rádio e televisão —, detida

pelo governo, significava que não se atreviam a expressar criticas que pudessem pôr em risco o seu emprego. Com todos estes constrangimentos, poucos correspondentes em serviço no território enviavam para Portugal notícias sobre o Macau real. A versão optimista era vendida para Portugal pelo órgão de propaganda do governo, o GCS, por vezes a preço mais alto do que uma simples visita a Macau.

Foi isto que aconteceu quando, em meados dos anos 90, foram publicados no *Expresso* — semanário de maior circulação em Portugal – cinco suplementos especiais sobre Macau. Quando se soube que fora a administração a pagar essas publicações a Assembleia Legislativa exigiu saber quanto tinha custado o investimento. A quantia revelada escandalizou a opinião pública: mais de seis milhões de patacas. Os artigos dos suplementos eram bastante passivos e só os jornalistas controlados por instituições governamentais (p. ex., TDM, GCS) foram convidados a escrevê-los.

7. Os "bons portugueses"

Esses jornalistas pertenciam à categoria que António Salavessa da Costa, secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, designava de "bons portugueses". "Mais do que jornalistas, Macau precisa de patriotas", ouviram-lhe dizer vários profissionais que entrevistámos. Na mesma linha, Afonso Camões, director do GCS, declarou ao jornal *Comércio de Macau* que "os jornalistas portugueses em Macau não deviam dissociar-se do facto de antes de serem jornalistas serem portugueses" (15/02/1992). No jornal *Tribuna de Macau* o responsável pela comunicação do governo afirmou o mesmo por palavras diferentes: "mais do que jornalistas, precisamos de militantes do desígnio nacional" (Lopes, *Tribuna de Macau*, 10/07/1993).

Esta ideia de jornalismo patriótico, que vai contra a pura concepção da actividade em si mesma (a verdade não tem nacionalidade) esteve sempre presente na última administração de Macau. Vários homens da imprensa, como José Rocha Dinis, director da *Tribuna*, admitiam a dificuldade de ser jornalista em Macau e o possível choque entre ser jornalista e cidadão português: "Suponho que existem constrangimentos reais na actividade de um jornalista português (...). Cada português em Macau é assim transformado numa espécie de "embaixador permanente", de "agente cultural" da presença portuguesa no mundo, o que pode ser um desafio estimulante mas também uma restrição, uma vez que existe uma dimensão nacional que entra em conflito com a pura realidade jornalística" (1994, p. 4).

Alguns jornalistas sucumbiram aos apelos dos funcionários governamentais sobre a necessidade patriótica e submeteram a sua competência jornalística e ética. Especialmente os que trabalhavam nos *media* do governo, como a televisão e a rádio, constantemente ameaçados e pressionados pelas hierarquias.

Contudo, houve quem se recusasse a submeter a sua pena. Durante o período de transição, vários jornais continuaram a ter posturas críticas. Durante o governo de Melancia,

Carmona e Silva criou três jornais com o único objectivo de atacar os governadores socialistas. Houve mesmo dois atentados contra a vida do director, mas não bastaram para o travar.

Durante a transição, vários jornalistas e jornais, apertados entre restrições e apelos ao seu patriotismo, mantiveram a liberdade de expressão não sem serem objecto de alguns comentários, como o do secretário-adjunto para a Segurança (1991-1996) Lages Ribeiro: "há portugueses que não merecem estar em Macau" (Meneses, 1999, p. 143).

Alguns representantes das estruturas de poder no território foram mais longe. Foi o caso de Amaro Farinha Ribeiras, presidente do Tribunal Superior de Macau, que, em 1995, depois de ter dado origem a vários processos em tribunal contra a imprensa, escreveu um texto intitulado "A Imprensa de Macau e os Tribunais" que caiu nas mãos de alguns jornalistas e foi largamente citado. Aí escrevia: "Alguns órgãos de comunicação portugueses em Macau, juntamente com os seus leitores, parecem ser constituídos por associações criminosas de maior ou menor dimensão, consoante o universo de receptores de cada jornal e o grupo ou *lobby* económico que os sustenta" (Reis, *Gazeta Macaense*, 10/07/1995).

Este comentário foi escrito apesar da maioria dos jornais portugueses se identificar com a administração portuguesa. Dirigia-se em particular a um deles, a *Gazeta Macaense*, que o juiz conseguiu afundar, em coordenação com o governador, servindo-se para isso do sistema judicial de Macau.

Este sentimento patriótico usado pelo poder nas suas políticas de restrição e castigo dos *media* também teve o seu reverso: perto da entrega, em tempos de maior visibilidade do território, foi considerado melhor esconder os confrontos entre o governo e a imprensa. Isto levou o último secretário-adjunto para a Segurança, Manuel Monge, a retirar uma queixa em tribunal contra o jornal *Macau Hoje*. Segundo João Severino, editor do diário, "Na fase final da transição daria má imagem ter portugueses contra portugueses" (Gomes, 2001, p. 25).

8. O medo de falar e as restrições no acesso à informação

A posição patriótica que distinguia o bom e o mau português serviu muitas vezes para condenar quantos discordavam das políticas do governo. E não apenas jornalistas mas também outros membros da comunidade portuguesa, especialmente funcionários públicos. Nos seus empregos sofriam pressões vindas de cima e alguns foram mesmo despedidos.

Nas palavras de Carlos Morais José: "As pessoas da comunidade exercem elas próprias autocensura, já que qualquer crítica pode custar-lhes o emprego" (Gomes, 2001, p. 26). Este editor sabe do que fala: em 1992, quando trabalhava para o Instituto Cultural de Macau, criticou a política cultural do governo nas páginas do *Ponto Final.* No dia seguinte foi despedido. (*Ponto Final*, 22/05/1992).

Tal como ele, várias outras pessoas que trabalhavam para a administração de Rocha Vieira e ousaram criticá-lo, especialmente quando o fizeram em público ou através da imprensa, sofreram pressões e acabaram por não ver renovados os seus contratos (como foi o caso, polémico, da não renovação da comissão de serviço de Isabel Morais, professora do Centro de Difusão de Línguas e activista da Amnistia Internacional em Macau, em Julho de 1994)

Em 1994 uma trabalhadora do Departamento de Finanças enviou ao *Ponto Final*, uma carta de queixa, negando o que me contara numa entrevista telefónica, conversa da qual eu tomara extensas e cuidadosas notas. Acabei por saber, através de uma fonte, que o departamento não gostou das afirmações dela e lhe deu uma "reprimenda". Era mais fácil e menos perigoso pôr em causa a ética da jornalista do que assumir as próprias palavras e perder favores ou até o emprego.

Outros jornalistas em Macau passaram por experiências semelhantes. Em 1991, no início da administração de Rocha Vieira, o jornal *Ponto Final*, então diário, dedicou um número ao "medo" que reinava no seio dos funcionários públicos. Este receio tornava muito difícil o acesso à informação para quem procurava fazer um jornalismo de investigação honesto. No entanto, este era mais fácil para os jornalistas que trabalhavam em *media* com posições editoriais mais próximas da propaganda do governo, como a TDM e alguns jornais.

"A administração não dá acesso à informação. É uma forma de centralizar o poder: até os secretário-adjuntos recebem ordens para não dar entrevistas" (Ricardo Pinto, citado em Gomes, 2001, p. 26). Segundo o editor do *Ponto Final*, a obstrução ou a triagem do acesso às fontes era a melhor maneira de o governo controlar a imprensa: "O jornalismo só é possível quando os jornalistas têm contactos pessoais com membros da administração" (Gomes, 2001, p. 26). Rocha Dinis, editor da Tribuna de Macau, argumentou contra esta crítica dizendo que a culpa era dos jornais, por nunca recorrerem à Lei de Imprensa para levarem as fontes governamentais a tribunal. Uma vez ameaçou uma delas com a lei e a manobra resultou — obteve a informação que queria (Gomes, 2001, p. 26).

Invocando a Lei de Imprensa, João Severino, director do *Macau Hoje*, queixou-se uma vez ao Ministério Público por o Departamento de Saúde não lhe ter fornecido informações, mas a queixa foi arquivada (Gomes, 2001, p. 26).

Contudo, levar o governo a tribunal resultaria dispendioso em custos de dinheiro e tempo para o jornal. A informação sonegada, do ponto de vista do interesse público, compensaria os custos? E não estaria o funcionário público, enquanto cidadão com direitos próprios, no seu direito de recusar uma entrevista? "Invocar o acesso à informação significa cair no inferno dos recursos hierárquicos. Mesmo que o recurso passe no tribunal administrativo, a seguir é enviado para o Tribunal Administrativo em Portugal, onde levará três a quatro anos a obter resposta" (Paulo Reis, citado em Gomes, 2001, p. 28). A Lei de Imprensa, no que respeitava ao direito à informação, não constituía uma arma eficaz para a imprensa de Macau.

9. Dependência da publicidade oficial

Segundo Frederico Rato, proprietário do *Ponto Final*, nos anos 90 "A imprensa de Macau raramente conseguiu sobreviver pelos seus próprios meios. Por isso é tão fácil o poder político estrangular alguns projectos jornalísticos" (Gomes, 2001, p. 27). A publicidade era geralmente insuficiente para sustentar os jornais, especialmente os portugueses. Encontravamos três tipos de publicidade em Macau: a da administração (a mais importante em termos de rendimento), os anúncios oficiais dos tribunais e alguma publicidade de empresas privadas. Segundo Rocha Dinis, "Esses anúncios são publicidade de prestígio, uma simples forma desses homens de negócios ajudarem o jornal" (Gomes, 2001, p. 27).

O último jornal encabeçado por este editor, o *Jornal Tribuna de Macau*, publicou em 1999 uma série de suplementos mensais temáticos paga por diversos serviços governamentais. Isto suscitou críticas por parte da restante imprensa e reforçou a convicção de que esse jornal era uma voz comandada pelo governo.

Rocha Dinis negou que houvesse quaisquer desigualdades na forma como o governo distribuída a sua publicidade entre a imprensa portuguesa e disse que o seu jornal tinha encontrado uma maneira de ser economicamente viável, e portanto, independente, graças aos suplementos, e aproveitou-a (Gomes, 2001, p. 27). No entanto Ricardo Pinto contrapunha: "Alguns jornais que são apoiados pela administração pública acabam por perder crédito aos olhos do público" (Gomes, 2001, p. 27).

Anos antes, tinha sido emitido um despacho governamental estabelecendo que os anúncios deviam ser equitativamente distribuídos entre toda a imprensa. No entanto, tal não acontecia. Vários editores revelaram que os anúncios de certos departamentos foram retirados, depois dos jornais em causa terem publicado artigos sobre esses serviços. Exemplo disso é o caso de um fax recebido por engano no *Ponto Final*: informava, a mando de um funcionário superior de certo departamento do governo, que os anúncios apenas seriam enviados para aquele semanário se houvesse ordem superior para o fazer. Todos os outros jornais receberiam os seus anúncios como de costume (Ricardo Pinto, citado em Gomes, 2001, p. 27).

O director do *Macau Hoje* enviou faxes a seis serviços do governo perguntando quanto tinham gasto em publicidade enviada a cada jornal de Macau. Nunca obteve uma resposta (João Severino, citado em Gomes, 2001, p. 27). No início dos anos 90, quando Meira Burguete era ainda director do *Macau Hoje* foi-lhe dito pelo secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Salavessa da Costa, na presença de testemunhas, que muitos empresários chineses lhe tinham perguntado em quais jornais deveriam anunciar — uma clara mensagem dirigida ao editor do diário, sobre as vantagens de alinhar com os pontos de vista do governo (Gomes, 2001, p. 27).

Para além do facto de a imprensa chinesa nunca ter sido processada pela administração, havia também descriminação em relação à portuguesa em termos de publicidade. João

Severino dá o exemplo do *Ou Mun* (o jornal chinês de maior circulação, pró-Pequim), que recebia 50.000 patacas por cada quarto de página de publicidade — muito mais que todas as outras publicações e muito acima dos jornais portugueses. Segundo este editor, o governo ofertou ao *Ou Mun* uma propriedade em 1993, num negócio bastante obscuro (Gomes, 2001, p. 27).

Embora fossem poucas as grandes companhias em Macau, alguns jornais tinham contratos com estas, publicando regularmente os seus anúncios. O *Macau Hoje* tinha um contrato com a STDM de Stanley Ho — a empresa que tinha o mopólio do jogo. "Uma vez reproduzi algumas notícias publicadas na revista *Next*, de Hong Kong, nas quais se afirmava que Stanley Ho tinha ligações aos casinos flutuantes da antiga colónia britânica. Logo recebi uma chamada de alguém a ele ligado, muito zangado, e quase me retiraram os anúncios. Como anunciantes, os privados eram ainda mais perigosos que o governo, porque alguns tinham ligações ao submundo" (João Severino citado em Gomes, 2001, p. 28).

O *Ponto Final* tinha um contrato de publicidade com a Fundação Oriente (uma fundação que recebia um por cento das receitas de jogo), mas, quando um dos colunistas, Carlos Morais José, escreveu um editorial a criticar essa instituição, a publicidade foi suspensa e o jornalista perseguido. Segundo Frederico Rato, um dos donos do semanário, "a Fundação Oriente gostava de nós por sermos uma jornal independente, mas depois ficaram furiosos connosco por termos exercido essa independência" (Gomes, 2001, p. 28). O *Ponto Final* teve problemas semelhantes com o Banco Nacional Ultramarino e o Centro Cultural de Macau, por ter publicado artigos em que se acusava essas instituições de irregularidades ou até, no caso do Centro, de corrupção (Frederico Rato, citado em Gomes, 2001, p. 28).

10. Censura e autocensura

Embora o acesso à informação e a publicidade fossem dois fortes instrumentos de controlo nas mãos do governo, não eram os únicos. Além da censura directa nos *media* dependentes do governo (rádio, televisão e LUSA), havia também no dia-a-dia do período de transição em Macau uma autocensura generalizada, gerada pelo clima de medo já referido, juntamente com outros tipos de constrangimento. As pressões eram exercidas de diversas maneiras, desde uma conversa persuasiva ao telefone, até ameaças de retirada de publicidade ou mesmo ameaças de morte.

Em 1993 o *Tribuna de Macau* publicou um artigo sobre liberdade de imprensa. Aí Júlio Pereira, assistente da ACCCIA (a comissão de combate à corrupção) referia que não gostaria de ser jornalista em Macau, "um meio pequeno onde as pressões são muito mais sensíveis do que em Lisboa, por exemplo". Afirmava ainda que "um mecanismo formal permite a liberdade de imprensa mas duvido que ela exista em todos os jornais ou para toda a gente que sente a necessidade de se exprimir" (Lopes, *Tribuna de Macau,* 10/7/93).

Figura 7
Artigo de Gilberto Lopes, *Tribuna de Macau*, 10 de Julho de 1993
Fonte: GCS.

"A administração pública tem absoluto controlo sobre a rádio e televisão, além de exercer enorme pressão na LUSA", afirmava no mesmo artigo Ribeiro Cardoso, antigo dirigente do Sindicato dos Jornalistas em Portugal e, à época, jornalista do *Comércio de Macau*. "Alguns membros do governo, como Salavessa da Costa, secretário-adjunto para a Comunicação, tratam os jornalistas da Rádio Macau (TDM) como seus serviçais", afirmou João Paulo Meneses, editor dessa estação (Lopes, *Tribuna de Macau,* 10/7/93).

Na mesma linha, Jorge Silva, editor da secção de notícias da TDM -televisão, declarou que "os profissionais sabem exactamente até onde podem ir" e ainda que "chegam-nos avisos vindos do governo e das secretários-adjuntos sobre o que fazemos" (Lopes, *Tribuna de Macau,* 10/7/93). Segundo o referido artigo do *Tribuna*, os jornalistas da LUSA costumavam acompanhar os membros do governo, com despesas pagas, sempre que estes iam em missão ao estrangeiro. Isto apesar da agência de notícias ter correspondentes nesses países.

Comparando a administração pública de Carlos Melancia (1987-1990) com a de Rocha Vieira (1991-1999), Ribeiro Cardoso declarou que os jornalistas tinham facilmente acesso ao primeiro, que tinha melhor entendimento do trabalho jornalístico, enquanto o segundo exercia um controlo centralizado sobre os órgão de informação subsidiados pelo governo, por entender que se o governo paga, os *media* devem estar ao seu serviço. No entanto, no mesmo artigo de 1993, o secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Salavessa da Costa, negava qualquer interferência no trabalho dos jornalistas em geral (Lopes, *Tribuna de Macau,* 10/7/93).

A censura dentro da TDM e a subserviência da LUSA continuaram durante anos, com constantes episódios divulgados à boca pequena pelos profissionais daquelas redacções. Embora a rádio e a televisão não façam parte do objecto deste estudo, o que acabou de ser dito ilustra o ambiente e as atitudes governamentais em relação aos *media* em geral. De facto, a censura não era sentida apenas nos meios de comunicação controlados pelo governo. No referido artigo

de 1993 do *Tribuna*, Ribeiro Cardoso revelou que Salavessa da Costa lhe disse que se sentia muito irritado quando eram publicadas em Portugal notícias negativas acerca de Macau.

Embora alguns correspondentes trabalhassem para a TDM e por isso estivessem sob controlo, os outros também eram abordados numa tentativa de influenciar ou criticar as suas notícias. Pior ainda: o responsável pelas comunicações oficiais tentava influenciar os editores em Portugal para que não aceitassem certos tópicos ou para pedirem apenas notícias passivas aos seus correspondentes. O governo pagou voos e alojamento a directores, editores e jornalistas de Portugal para escreverem sobre Macau. Nessas reportagens, com frequência, não havia uma única linha escrita pela mão dos correspondentes, os que conheciam a fundo a realidade de Macau (realidade que conheci por experiência própria, como correspondente).

Num editorial, escrevia Rocha Dinis: "(...) os correspondentes dos *media* de Portugal recebem frequentemente avisos, muitas vezes não só acerca das notícias que escreveram, mas também por causa do sentido que eles (os agentes do governo) lhes dão" (*Tribuna de Macau*, 10/07/1993). Os jornalistas e especialmente os editores dos jornais eram também alvo de pressões regulares exercidas pelo governo (João Severino citador em Gomes, 2001, p. 29). Segundo Severo Portela, director do *Futuro de Macau*, a pressão provinha do próprio meio, "um ambiente autoritário montado pela administração de Rocha Vieira, na qual os funcionários do governo dizem "se deres uma perspectiva negativa no teu artigo, da próxima vez não falamos contigo"" (Gomes, 2001, p. 29).

Havia também pressões exercidas sobre as famílias dos jornalistas, nomeadamente ameaças de não renovação de contratos de trabalho das esposas que trabalhavam para a administração pública. Nalguns casos as ameaças foram executadas (Severo Portela, citado em Gomes, 2001, p. 29). Em termos de pressões financeiras, para além da referida desigualdade na distribuição de publicidade, houve também um "caso do papel" que revelou a política discriminatória do governo. Um despacho do secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura (Despacho 122/GM/91) introduziu algumas mudanças nas regras do subsídio de produção, o "subsídio do papel" atribuído aos jornais desde 1987. A partir de então, só os jornais que existissem pelo menos há três anos "à data da publicação do regulamento" poderiam receber 12 mil patacas por mês.

O princípio era bom: significava que os jornais tinham de provar que tinham meios e apoio público para perdurarem. O problema, no entanto, foi que o GCS interpretou o texto citado acima como significando que só os jornais que tinham sido publicados por mais de três anos em 1991 receberiam o subsídio. Isto implicava que os jornais que após essa data fossem publicados durante mais de três anos não tinham direito a recebê-lo.

Quando o *Ponto Final* e o *Futuro de Macau* (que faziam parte da inconveniente oposição jornalística) fizeram três anos de existência, alguns anos após 1991, solicitaram o subsídio mas o GCS indeferiu os pedidos. Após uma queixa à ACCCIA, a comissão anti-corrupção e anti-ilegalidade administrativa, foi dada razão aos jornais e denunciada a dúbia escrita do regulamento e a má interpretação da lei por parte do GCS, que violava o ponto 58 da Lei de

Imprensa. Esse ponto proíbe a discriminação na atribuição de qualquer apoio dado à imprensa do território. O órgão anti-corrupção também aconselhou o GCS a pagar o subsídio aos dois jornais (*Ponto Final,* 4/12/1998).

Depois de lavrada a sentença da ACCCIA, o governo recusou entregar o subsídio aos dois jornais. Ricardo Pinto explica essa atitude da seguinte forma: "Como os funcionários da administração tinham dificuldade em aceitar qualquer tipo de crítica, ficaram ressentidos com o *Ponto Final*" (Gomes, 2001, p. 29).

Durante vários anos os relatórios para os Direitos Humanos do Departamento de Estado dos EUA afirmaram que, apesar de a lei de Macau garantir a liberdade de expressão e de imprensa, os jornalistas exerciam autocensura (1996, 1997, 1998). João Paulo Meneses, num estudo comparativo das imprensas de Macau e Hong Kong, concluiu que havia autocensura no território então sob administração portuguesa (1999 p. 165).

Chegou a esta conclusão com base em sete factores presentes na sociedade de Macau: um peso excessivo do sector público; uma tendência das estruturas de poder para controlarem a informação; uma comunidade portuguesa demasiado dependente economicamente dos poderes locais; uma imprensa portuguesa economicamente deficitária; a defesa do "jornalismo patriótico" ou a contenção de um certo jornalismo; uma imprensa chinesa reverente para com a República Popular da China e a confirmação da autocensura num inquérito efectuado pelo autor (Meneses, 1999, p. 166).

Para fazer o inquérito Meneses enviou questionários a 45 jornalistas portugueses pertencentes a 10 redacções e decidiu que teria de receber pelo menos 50 % de respostas para que o inquérito fosse válido. Como apenas 30 % dos jornalistas responderam, ele considerou que o inquérito não era válido, mas apesar disso constituía um indicador interessante. Dos profissionais que responderam, 77 % afirmavam que, tal como sucedia em Hong Kong, a autocensura era um problema em Macau e 84,5 % disseram que achavam que os seus colegas exerciam algum tipo de autocensura (1999, p. 165-166).

Alguns jornalistas admitiram mesmo que praticavam alguma auto-restrição. João Fernandes, director do *Jornal de Macau* e mais tarde do *JTM — Jornal Tribuna de Macau —*, e igualmente membro do Conselho Consultivo do governo (que aconselhava o governador) disse: "Eu contenho-me de forma voluntária porque, mesmo quando em desacordo com as posições do governador, deve-se discordar numa perspectiva portuguesa" (Gomes, 2001, p. 31).

"Nem sempre escrevo o que quereria em termos de *timing* ou força das palavras (é a única coisa em que exerço autocensura) mas penso que não existem razões para os jornalistas exercerem autocensura em Macau", admitiu Rocha Dinis, editor do *Tribuna de Macau* e mais tarde do *JTM* (Gomes, 2001, p. 31). João Severino comentou assim as afirmações de que não havia necessidade de auto-censura em Macau: "Os jornalistas e os jornais que nunca foram inconvenientes recebiam uma pipa de dinheiro do governo" (Gomes, 2001, p. 31).

11. Ameaças de morte

Embora durante os anos de transição não tenha havido vítimas mortais em casos relacionados com a liberdade de imprensa, houve ameaças, assaltos e até tentativas de assassínio. Alguns anos antes da assinatura da Declaração Conjunta (1987), em 1983 o *Tribuna de Macau* publicou uma "carta aberta ao governador", escrita pelo director do *Correio de Macau*, jornal pró-governamental, denunciando a "interferência diária" do secretário-adjunto para os Assuntos Sociais Roque Martins naquela publicação. No dia seguinte o carro do director do *Tribuna* explodiu. Na semana seguinte o *Correio de Macau* foi encerrado e o seu equipamento apreendido.

Durante a governo de Almeida e Costa (1981-86), a Polícia Judiciária espiou e filmou um jantar de apoiantes do presidente da Assembleia Legislativa, com o qual o governador tinha discordâncias. O padre Albino Pais, director de *O Clarim*, jornal detido pela Igreja, foi interrogado durante quatro horas nas instalações da Polícia Judiciária, depois de ter publicado notícias sobre esse jantar (Paulo Reis citado em Gomes, 2001, p. 31).

Carmona e Silva esteve envolvido noutro caso que exemplifica a forma como a violência era exercida para conter a imprensa. Ao longo de três anos esse advogado escreveu e publicou textos de crítica ao governador Carlos Melancia e foi assaltado duas vezes, com navalha, escapando da morte *in extremis* na segunda tentativa. Carmona e Silva não relacionou este atentado com a sua vida profissional de advocacia, insistindo em que a única causa possível seria a sua oposição ao governador (*Macau Hoje*, 30/07/1990).

De forma semelhante, João Severino suspeita que o fogo que assolou a sua casa terá tido origem criminosa, por causa de certos artigos que escreveu (Gomes, 2001, p. 31).

12. Propriedade dos *media*: patrocínio e *lobbying*

Como já foi dito acima, os jornais de Macau dependiam dos seus proprietários. A publicidade cobria apenas uma parte das despesas e a maior parte dos jornais portugueses vivia à custa do patrocínio dos seus donos. Este facto sempre permitiu aos proprietários dos jornais o exercício duma larga interferência nos seus destinos, quando comparados com as publicações doutros lugares, como Portugal, por exemplo. Na sua maioria estes proprietários eram advogados e representavam certos empresários ou grupos económicos e interesses sociais específicos.

Dito isto, não é estranho que, como vimos anteriormente, os jornais fossem por diversas vezes acusados de servirem os interesses dos seus proprietários e administradores. Carmona e Silva, advogado e jornalista, admitiu ter criado três jornais (*Oriente*, *Comércio de Macau* e *Macau Hoje*) com o propósito de fazer oposição aos governadores socialistas (designados pelo presidente socialista Mário Soares), por ser social-democrata. No entanto, depois de ter

vendido os periódicos, o propósito partidário tornou-se menos patente nas suas páginas. O mesmo se passou com outros jornais que podem ter defendido alguns interesses mas não directamente ligados à política partidária de Portugal. Contudo a maior parte da imprensa estava ligada a grupos locais de pressão (*Macau Hoje*, 30/07/1990).

Como era de esperar, todos os proprietários e administradores com quem falei negaram a sua ingerência na feitura das notícias. Essa interferência apenas pôde ser revelada através das palavras dos directores e jornalistas dos respectivos jornais. Por vezes as pressões não vinham directamente dos proprietários. Como havia consonância de opiniões com o director, era este que praticava pessoalmente os actos de censura dentro do jornal, convencendo os jornalistas a deixaram cair um assunto que pudesse beliscar os negócios do proprietário ou ordenando que o jornalista cobrisse uma história relacionada com os interesses da administração do jornal (ambos os métodos foram aplicados à investigadora num dos jornais onde trabalhou).

Por outro lado, encontramos um exemplo de interferência directa do proprietário no caso do *Gazeta Macaense*, um dos mais antigos jornais durante o período de transição, ligado à comunidade macaense e muito crítico em relação ao governo nos seus últimos dias. O administrador José Manuel Rodrigues despediu todos os jornalistas em Julho de 1995 e tentou encerrar o jornal, com o argumento de que tinha perdido qualidade e os seus propósitos iniciais. No entanto o director, Paulo Reis, afirmou que o administrador tinha sempre concordado com a linha editorial, mas recentemente tentara resguardar um certo membro do governo das críticas do jornal. O director não concordava com esta condição, o que deu origem ao *lay off* (*Futuro de Macau*, 24/11/1995).

Segundo Paulo Reis, "o proprietário pediu-me para parar de criticar o secretário-adjunto Jorge Rangel, secretário-adjunto da Administração, Educação e Juventude, porque ele estava a trabalhar num acordo com este que, se desse certo, também seria "bom para mim" (Gomes, 2001, p. 32). Algum tempo após o encerramento do jornal, Rodrigues foi convidado pelo governador para ser um dos membros da Assembleia Legislativa. Os factos falam por si. No entanto, não eram só os interesses políticos que moviam os proprietários. Criar uma publicação que desse voz à opinião pública e pudesse ser um fórum de discussão era o objectivo de, pelo menos, alguns deles.

Frederico Rato e Francisco Gonçalves Pereira, advogados e sócios, pegaram no diário *Ponto Final* e transformaram-no num semanário. "O diário não tinha grandes hipóteses financeiras, por isso foi fácil para as estruturas de poder, que não tinham o costume de ser contestadas, sufocá-lo", afirmou Rato. O diário tinha sido processado pelo director do Departamento de Finanças em 1992 e pouco depois fechou. Rato e Gonçalves decidiram então usar o mesmo nome e, seguindo uma linha um pouco diferente, criar um jornal que fosse independente dos *lobbies* locais da STDM (a companhia de Stanley Ho, magnata dos casinos), da Igreja, da *Opus Dei*, das tríades e de qualquer grupo de pressão económica. Queriam também um jornal que publicasse informação objectiva, que fosse crítico e um veículo da opinião

pública local. "Uma publicação que permitisse a contenção do exercício do poder", segundo as palavras de um dos seus proprietários (Frederico Rato citado em Gomes, 2001, p. 33).

Ricardo Pinto, um dos directores do semanário (a partir de 1998), disse nunca ter sido sujeito a qualquer censura vinda dos donos do *Ponto Final* e que frequentemente o jornal publicava tópicos que, de alguma forma, interferiam com os interesses do gabinete de advogados, que no entanto nunca o mandaram calar-se (Gomes, 2001, p. 33).

Manuela António e Rui Afonso, proprietários do *Futuro de Macau,* eram dois advogados que representavam vários interesses empresariais. Ele era também membro da Assembleia Legislativa. Manuela António afirmava que apoiava o jornal pelo interesse que este tinha para a comunidade portuguesa e pelo importante papel que a imprensa desempenha em qualquer sociedade (Gomes, 2001, p. 33).

Severo Portela, antigo director do *Futuro de Macau,* admitiu que tinha tido conversas com os proprietários acerca dos tópicos a publicar no jornal, mas que lhe competia tomar a decisão de cobrir ou não as matérias (Gomes, 2001, p. 33).

O *Comércio de Macau*, semanário que fechou em 1993, era detido pela Interfina, um grupo económico-industrial, que nessa época tinha grandes interesses no território, especialmente no sector da construção. Quando esses interesses terminaram, o mesmo aconteceu à publicação, o que demonstra que, em grande parte, o *Comércio* era uma fachada para a Interfina.

Houve casos em que os jornalistas compraram os jornais. Assim, se porventura nestes houvesse censura, eram eles que a exerciam. O *Tribuna de Macau*, que pertencera a Neto Valente, e o *Jornal de Macau*, que pertencera a um grupo de empresários macaenses, foram fundidos por Rocha Dinis e João Fernandes (os respectivos directores) numa só publicação, o *Jornal Tribuna de Macau*. Ambos afirmaram nunca ter sido pressionados pelos antigos donos, por terem pontos de vista comuns.

Depois de ter sido vendido por Carmona e Silva, o diário *Macau Hoje* passou para as mãos do seu director, Meira Burguete, e sua família. Pertenceria mais tarde ao seu director João Severino, mas pelo meio ficou um período em que pertenceu a um coronel reformado proprietário de uma empresa de segurança e ex-director da polícia. "Nessa altura tive grandes dificuldades, porque não podia ofender as pessoas ligadas aos interesses do coronel", admitiu João Severino (Gomes, 2001, p. 33). O *Macau Hoje* extinguiu-se em 2001, sobrecarregado financeiramente por processos judiciais interpostos pelo advogado e empresário Neto Valente, dando lugar ao diário *Hoje Macau*.

13. Processos judiciais por difamação e injúria

Talvez seja abusivo dizer que os processos judiciais contra a imprensa foram típicos do período de transição. Como já aqui vimos, eles foram constantes ao longo de toda a história

da imprensa local. No entanto, durante esse período, talvez devido ao seu significado político, os casos foram mais polémicos que nunca.

Durante o governo de Almeida e Costa houve vários processos por difamação, muitos deles contra o *Tribuna de Macau*, cujo dono, o advogado Neto Valente, e o director, Rocha Dinis, se assumiam como opositores ao governador. O jornal chegou a publicar um *cartoon* do governador sentado na retrete. No entanto a maioria dos casos acabava por ser resolvida com acordos à margem dos tribunais. É interessante notar que durante o governo de Rocha Vieira, que pessoalmente nomeou o proprietário membro da Assembleia Legislativa, o *Tribuna* passou a ser considerado uma publicação pró-governo.

Durante os governos de Pinto Machado e Carlos Melancia, que finalmente trouxeram para o território o espírito da revolução portuguesa de 1974, houve liberdade de imprensa em Macau. Foram raras as queixas por difamação e quando havia pressões nos *media* do governo (TV e rádio), não pareciam resultar duma estratégia governamental concertada mas sim da acção pessoal de certos directores e administradores (Paulo Reis citado em Gomes, 2001, p. 34).

No entanto, em 1991, o número de casos de difamação começou a aumentar, coincidindo com a chegada do governador Rocha Vieira. Entre 1991 e 1995 houve 24 processos em tribunal por abuso da liberdade de imprensa. Em nove deles o queixoso era o juiz-presidente do Tribunal Superior de Macau, Farinha Ribeiras. Além do juiz, a maioria dos outros casos tinha a ver com responsáveis da administração pública. Foi o período mais conturbado em termos de liberdade de imprensa na história de Macau (Gomes, *Ponto Final*, 27/04/1994; Correia, *Ponto Final*, 17/03/1995).

Alguns dos casos mais polémicos deste período surgiram depois de o Tribunal Superior ter sido instituído no território (anteriormente os apelos era enviados para os tribunais de última instância em Portugal). Este orgão, que tinha a última palavra nos processos, tendia a condenar os jornalistas. Este facto não pode ser dissociado do sistema de justiça de Macau, no qual os juízes eram nomeados pelo governador.

Em Junho de 1994, 17 jornalistas portugueses enviaram uma carta ao presidente Mário Soares, alertando para a necessidade de manter o sistema de justiça do território ligado ao de Portugal. Nesse texto afirmava-se que as falhas do sistema geravam confronto entre os agentes do sistema judicial e os jornalistas. A missiva sublinhava também que os juízes eram designados pelo governador, que recusava nomear os magistrados "menos favoráveis" e preferia propor outros que ofereciam garantias de "melhor adaptação". Segundo a carta dos jornalistas, o que em Portugal seria um mero exercício de liberdade de expressão em Macau era considerado sistematicamente "um crime de abuso da liberdade de imprensa e motivo para processos de difamação, calúnia e ofensas morais" (Ribeiro Cardoso, *Tal&Qual*, 13/05/1994).

Um dos casos que demonstram as diferenças de tratamento nas acusações de difamação entre Macau e Portugal foi o processo instaurado contra o *Ponto Final*, quando este ainda

era diário, em 1992. No artigo "Milhões a Voar", o jornal acusava João Roberto, director do Departamento de Finanças, de ter feito com que o governo perdesse três milhões de patacas (*Ponto Final*, 26/06/1992).

O director do Departamento de Finanças acusou Paulo Aido, o director do diário, de difamação. Em Março de 1994 foi condenado pelo tribunal local a dois anos de prisão suspensa e a indemnizar o queixoso no valor de 80 mil patacas. O advogado do director recorreu no Tribunal Superior e em Dezembro do mesmo ano este admitiu que tudo quanto o jornalista tinha escrito acerca do Departamento de Finanças era verdade. Mesmo assim, o tribunal considerou o jornalista culpado de ofender a honra e o bom nome do funcionário público e condenou Aido a pagar uma indemnização de 15 mil patacas. Na opinião de muitos jornalistas, se este caso se tivesse dado em Portugal, um artigo que dizia a verdade nunca teria sido objecto de queixa e o jornalista certamente nunca teria sido condenado por ofensas morais.

Outro caso exemplar surgiria mais tarde, quando o *Ponto Final* já era semanal. Em 1993 o jornal publicou a carta de um leitor que criticava as actividades de vários membros das Forças de Segurança, gente militar tal como o general Rocha Vieira (11/12/92). Lages Ribeiro, secretário-adjunto da Segurança, e também ele militar, processou a publicação e o director, Pedro Correia. O Ministério Público tentou obrigar o jornalista a revelar o nome do leitor, porque a carta vinha assinada por "um leitor não identificado". Isto aconteceu apesar de o procurador saber, tão bem como os jornalistas, que a Lei de Imprensa permitia a protecção da identidade das fontes.

Apesar de Pedro Correia não concordar com a opinião desse leitor, resistiu a todas as pressões por parte do Ministério Público. Em Dezembro de 1993 o tribunal condenou-o a quatro meses de prisão com pena suspensa e a pagar um indemnização de 15 mil patacas ao secretário-adjunto que apresentara a queixa. O advogado de Correia recorreu da sentença

Processo, logo insisto

Figura 8
Artigo de Pedro Correia, Ponto Final, 17 de Março de 1995
Fonte: GCS.

para o Tribunal Superior, que a confirmou. O recurso do advogado ao Tribunal Constitucional em Portugal não conseguiu passar no Supremo (Correia, *Ponto Final*, 17/03/1995).

Logo a seguir ao presidente do Tribunal Superior, o secretário-adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Salavessa da Costa, foi o segundo campeão das queixas legais contra a imprensa, durante esse período conturbado. No entanto, três casos levados a tribunal que envolviam Salavessa da Costa contra o *Macau Hoje* acabaram por ser resolvidos com acordos à margem do tribunal e apresentação de desculpas nas páginas do diário.

Outro membro da administração pública que processou várias publicações foi o director do GCS (o gabinete de informação do governo). Em Janeiro de 1993 Afonso Camões processou judicialmente o *Ponto Final*, a *Gazeta Macaense* e um jornal diário de Portugal, o *Público*, contestando a forma como foi relatada nesses jornais uma investigação levada a cabo pela ACCCIA (autoridade contra a corrupção) (Correia, *Ponto Final*, 17/03/1995).

A investigadora, ela própria, foi chamada ao ACCCIA em 1994 quando escreveu uma reportagem sobre a vida nocturna em Macau, publicada no jornal onde trabalhava, o *Ponto Final*. Naquela, alguns proprietários de bares e restaurantes acusavam os Serviços de Turismo de lhes pedir "luvas" para licenciar os estabelecimentos. Durante horas os agentes daquela instituição contra a ilegalidade administrativa tentaram extrair-me os nomes dos entrevistados que me haviam fornecido informações "on background", ou seja com a condição de não serem identificados. Embora as intenções do ACCCIA possam ter sido boas — identificar casos de corrupção naquela instituição — fui obrigada a invocar o meu direito a não revelar fontes segundo o código de ética e o estatuto do jornalista. Os agentes acabaram por me libertar ameaçando-me de que provavelmente os Serviços de Turismo me processariam bem como ao jornal. Tal nunca aconteceu.

Gazeta Macaense: um caso exemplar

A maior parte dos processos de difamação não pode ser desligada da falta de independência dos tribunais em Macau. Num dos casos tal tornou-se muito evidente: o caso da *Gazeta Macaense* versus o juiz-presidente do Tribunal Superior, Farinha Ribeiras. Tudo começou com um artigo, "Este Juiz É Um Espanto!", publicado a 17 de Maio de 1994 no *Tal & Qual*, um semanário de Portugal. Nesse artigo o jornalista Ribeiro Cardoso escreveu sobre diversas atitudes profissionais de Farinha Ribeiras que se tinham tornado polémicas entre os seus pares e haviam sido notícia na imprensa local.

Entre os actos contestados do juiz encontrava-se um despacho número 9 que proibia os juízes de Macau de falarem à imprensa sem o seu consentimento. Outra crítica, tinha a ver com uma carta que ele escrevera ao governador, requerendo a construção de um grandioso palácio da justiça. Na mesma carta tecia considerações muito pouco simpáticas acerca

do governo chinês, no entanto, algum tempo depois parecia ter mudado de opinião acerca de Pequim, ironizava Ribeiro Cardoso no artigo, dado que seu voto num colectivo de juízes havia sido decisivo na extradição para a China de vários suspeitos de crime — uma decisão muito polémica que, segundo vários juristas, violava a Constituição Portuguesa (Ribeiro Cardoso, *Tal e Qual*, 13/05/1994).

Dias depois, quando a *Gazeta Macaense* reimprimiu este artigo, Farinha Ribeiras processou o jornal. Apresentou ainda queixa judicial contra o *Tal & Qual*, mas o tribunal de Macau rejeitou a acusação do Ministério Público porque não tinha capacidade legal para processar um jornal de Portugal. Apesar de o queixoso puder apresentar a queixa naquele país, não o fez. Provavelmente porque o Ministério Público de Portugal não encontraria substância nas acusações contra o jornalista.

Note-se que este juiz-presidente é o mesmo que escreveu um documento a denunciar os jornalistas de Macau como um "bando de criminosos" como foi referido acima. Por fim, o tribunal condenou Paulo Reis, director do jornal que se tinha limitado a reproduzir o artigo, a pagar uma fiança de 15 mil patacas para aguardar o julgamento em liberdade — uma situação sem precedentes na história de Macau.

Em 1995 o director foi condenado a uma pena de 60 dias de prisão, suspensa por dois anos, e a indemnizar o juiz em 30 mil patacas. O seu advogado recorreu para o Tribunal Superior de Macau, que decidiu, em Maio de 1996, manter a sentença anterior. É interessante notar que nessa época o queixoso, Farinha Ribeiras, era presidente dessa mesma instância (o Tribunal Superior tinha apenas cinco juízes, e quaisquer três podiam julgar qualquer caso).

Seguiu-se um recurso para o Tribunal Constitucional, em Portugal. Em 1999 este tribunal considerou a decisão do tribunal de Macau constitucional, de modo que a sentença inicial não foi alterada (Pinto, *Ponto Final*, 28/02/1999).

O *Gazeta Macaense* foi objecto de 38 queixas do juiz Farinha Ribeiras, relacionadas com outros tantos textos escritos por Paulo Reis e Ramos André, publicados entre 4 de Maio e 1 de Junho de 1994. Desses, sete textos foram acusados de "ferir o bom nome do juiz" (*Ponto Final*, 10/2/95).

O relatório de 1997 da Amnistia Internacional (AI) ponderava a possibilidade de usar a figura do prisioneiro de consciência nos casos relativos à liberdade de imprensa em Macau. Se a sentença sofrida por Paulo Reis por ter reproduzido o artigo do *Tal & Qual* fosse confirmada e executada, a AI consideraria tratar-se de um caso de prisioneiro de consciência (Meneses, *Ponto Final*, 10/01/1997).

O mesmo relatório anunciava que se a composição do Conselho de Imprensa fosse a proposta pelo governo, a AI receava que a liberdade de expressão estivesse em risco. Outra secção do mesmo relatório considerava que a lei de bases não garantia as condições necessárias para os juízes exercerem a sua função de acordo com os princípios básicos das Nações Unidas, por poderem ser exonerados antes do fim dos seus mandatos e da idade de reforma.

Esta dependência dos juízes está intimamente relacionada com muitos dos processos por difamação que tiveram lugar em Macau durante o período de transição (Meneses, *Ponto Final*, 10/01/1997).

A própria Amnistia Internacional viria a ser objecto de uma queixa de Farinha Ribeiras, sendo o primeiro caso deste tipo contra a instituição. Em 1994, numa entrevista ao *Futuro de Macau*, Pierre Robert, investigador da AI, criticou o Tribunal Superior de Macau (presidido por Ribeiras) por ter autorizado a extradição dos três alegados criminosos chineses capturados em Macau, referindo que o tribunal teria cedido às pressões chinesas, pondo em questão a sua independência (02/03/1994). O jornal publicou também um relatório da AI sobre o mesmo assunto. A extradição para a China, em casos que podiam culminar em sentença de morte ou pena perpétua, era considerada ilegal e inconstitucional por muitos juristas portugueses e, no final desta polémica, a decisão do Tribunal Superior viria a ser anulada pelo Tribunal Constitucional de Portugal.

Severo Portela, editor desse jornal, e Pierre Robert só em Janeiro de 1999 foram acusados de difamação, apenas três meses antes do caso prescrever, embora Farinha Ribeiras tivesse anunciado em 1994 a sua intenção de processar. Muitos analistas pensaram que o Ministério Público não iria aceitar o caso, considerado pelo presidente da secção portuguesa da AI como "grotesco e ridículo" (Reis, *O Independente*, 26/02/1999).

14. A imprensa no pós-transição

Com um sistema de justiça tão dependente das instâncias políticas, a liberdade de imprensa encontrará sempre as mesmas dificuldades que anteriormente, embora durante os anos seguintes à transição não tenha havido interferências de maior vindas do poder político. A imprensa chinesa continuou a ser a voz do dono instalado em Pequim e, embora durante o período de transição tenha criticado duramente o governo, actualmente tende a louvar o novo executivo.

Quanto à imprensa portuguesa, embora se tenha preconizado o seu fim, em 2021 havia ainda quatro jornais. Antes da transição do território a permanência da imprensa portuguesa era geralmente entendida como sendo importante para a sobrevivência da cultura e da língua naquele enclave asiático. No entanto dois aspectos podem vir a atrapalhar este objectivo: a falta de recursos económicos e a falta de público português, que se traduz também na falta de publicidade.

O facto de em finais de 1999 o Grupo de Ligação Conjunto chumbar uma proposta do lado português no sentido de fazer com que os anúncios judiciais fossem publicados nas duas línguas oficiais — como acontecia anteriormente — estancou uma das principais fontes de rendimentos dos jornais portugueses, uma vez que esses anúncios podem ser publicados apenas nos jornais chineses, se o executivo assim entender.

Durante toda a transição, a falta de apoio do governo aos investidores lusos e a falta de criação de incentivos para os portugueses permanecerem no território, reduziu o número de leitores e anunciantes. "Em 1992 havia 3500 estudantes de português em Macau. Em 1999 já só eram 800. Nestas condições, a imprensa portuguesa está condenada" (Paulo Reis, citado em Gomes, 2001, p. 38).

Em 1999 o GCS propôs a criação de um jornal com apoio governamental. "Acho que não devia haver quatro ou cinco jornais mas apenas um. Os jornalistas deviam entender-se com o governo e juntarem-se para formarem apenas um jornal", afirmou Afonso Camões, director daquele serviço (Gomes, 2001, p. 38).

Mas, devido às suas divergências políticas e editoriais, esta ideia de juntar os jornalistas portugueses não foi avante. Além disso, quem iria estabelecer os critérios editoriais duma única publicação? O executivo de Rocha Vieira? "Devia ter havido um grande jornal, com mais de dez jornalistas espalhados por toda a Ásia, onde houvesse comunidades portuguesas, como o Japão, Malaca, Goa... Isso não aconteceu porque os proprietários investiram em jornais provincianos, defendendo os seus interesses limitados, enquanto o governo investia milhões num só *medium*, a agência de notícias LUSA" (Carlos Morais José citado em Gomes, 2001, p. 33).

15. Conclusão

Poderemos dizer que havia liberdade de imprensa durante o período de transição de Macau para a China? Considerando a pesquisa documental e as entrevistas que a investigadora efectuou no final daquele período (Gomes, 2001), do ponto de vista legal, sim. No entanto, a maioria dos dados colhidos de diversas fontes mostra que na prática a liberdade de imprensa era muito relativa — facto que resultava do contexto económico e político que caracterizou esse período.

O governo foi responsável pela maior parte das restrições impostas, através de um controlo dos seus próprios funcionários que criava um clima de medo, de restrições no acesso às fontes e na distribuição de publicidade e, por fim, e não de somenos importância, por meio de uma postura patriótica que pressionava os jornalistas a defenderem o desígnio nacional, mesmo que para isso tivessem de ir contra a sua ética profissional.

O controlo da liberdade de imprensa resultou em grande parte das escolhas políticas e administrativas do(s) governador(es), a quem o Estatuto Orgânico (uma espécie de mini-constituição para Macau) dava poderes muito alargados. Rocha Vieira (1991-1999), último governador, manteve uma relação tensa com a imprensa local, nunca deu uma única entrevista e apoiou as acções legais dos membros do seu gabinete contra a imprensa, ao mesmo tempo que investia fundos públicos em propaganda internacional e em Portugal.

Embora a administração portuguesa tenha deixado uma lei bastante avançada para protecção da imprensa, não deixou o exemplo — o exemplo que teria deixado um governo democrático — de não interferência e protecção da liberdade de imprensa, respeitando a importância da sua crítica construtiva. Este défice democrático esteve também presente na falta de independência do sistema de justiça, com juízes nomeados pelo governador e defensores da política oficial. Os inúmeros processos por difamação — e respectivas condenações – durante a administração de Rocha Vieira, especialmente durante o tempo em que o juiz Farinha Ribeiras foi presidente do Tribunal Superior, disso são exemplo.

No entanto, as restrições à imprensa resultaram também da falta de independência económica da imprensa portuguesa, com uma parte substancial das receitas de publicidade a provir do governo, além de depender economicamente dos seus proprietários, cujos interesses nem sempre coincidiam com o interesse público.

Ao longo da história da imprensa, políticos e jornalistas teceram relações próximas. Em Macau, o cultivo das fontes e a intimidade com os representantes do poder –devido, em parte, à dificuldade de acesso às fontes através de processos administrativos claros– levou os jornalistas a partilhar pontos de vista com os políticos e a poupá-los às suas críticas. Podemos concluir, por fim, que, num sistema não representativo, onde não existia independência judicial, seria difícil encontrar uma imprensa livre.

Referências bibliográficas

Afonso Camões [entrevista] (1992). Dossier Imprensa. *Comércio de Macau*, 15 de Fevereiro, 6.

Barendt, E. (1987). *Freedom of Speech*. Oxford University Press.

Camões, A. (1997). A liberdade de morder no cão. *Revista Macau,* Julho, 10-20.

Chan, J. and Lee C.C. (1991). *Mass Media and Political Transition: The Hong Kong Press in China's Orbit*. Guilford Press.

Chan, J., Lee C. C. & Lee P. (1996). *Fighting Against the Odds: Hong Kong Journalists in Transition*. Chinese University Press.

Chan, V. (1996). Victor Chan em Discurso Breve. *Futuro de Macau*, 9 de Agosto, 6.

Clarke, J. and Hamlett T. (1995). Freedom of Expression in Hong Kong during and after the transition to Chinese Sovereignty. In J. Macay, (Ed.), *Free Speech Yearbook* (pp. 65-77). Southern Illinois University Press.

Correia, P. (1995, Março 17). Processo, logo insisto. *Ponto Final*, 2-3.

Curran, J. (1997). Mass Media and Democracy: a Reappraisal. In J. Curran & M. Gurevitch (Eds.), *Mass Media and Society* (pp. 81-119). Arnold.

Decreto-Lei 20/88/M, de 15 de Agosto. *Boletim Oficial de Macau*, 33, 3258.

Demac, D. & Downing, J. (1995). The Tug of War over the first amendment. In J. Downing, A. Mohammadi & A. Sreberny-Mohammad (Eds.). *Questioning the Media* (pp. 112- 127). Sage.

Despacho 122/GM/91, de 29 de Julho. *Boletim Oficial de Macau*, 30, Suplemento, 3423-25.

Fernandes, J. (1999). Oriente Impresso. G.C.S.

Futuro de Macau, (1995). Relações Azedas. 24 de Dezembro, 9.

Futuro de Macau, (1994). Extradições: Pierre Robert da Amnistia Internacional ao Futuro — Lamentamos profundamente. 2 de Março, 2.

G.C.S. (1997). Documento interno do gabinete de Comunicação Social não assinado, sobre as perspectives para a imprensa em Macau pós-transferência. 27 de Janeiro.

Golding, P. and Murdock, G. (1997). Culture, Communications, and Political Economy. In J. Curran,& M. Gurevitch (Eds.). *Mass Media and Society* (pp. 11-31). Arnold.

Gomes, C. (1993). Imprensa: o princípio do fim? *Ponto Final*, 22 de Outubro, 8-9.

Gomes, C. (1994). Jornais no banco dos réus. *Ponto Final*,27 de Maio, 9-10.

Gomes, C. (2001). Freedom of the Portuguese press in Macau during the transition period 1987-99. [Master's thesis of Arts in Mass Communications, Centre for Mass Communication Research, Faculty of Social Sciences, University of Leicester].

Lay Mazo, R. (1990). A Imprensa na China. *Revista de Cultura*, 39-59.

Lei de Imprensa de Macau (1990). D-L no. 7/90/M de 6 de Agosto. *Boletim Oficial de Macau*, 32, 2939-48

Li, D. (1995). Freedom of the Press. In J. Cheng & S. Lo (Eds.), *From Colony to SAR*. Chinese University Press.

Lopes, G. (1993). Pressões, autocensura e outras coisas que tal. T*ribuna de Macau*, 10 de Julho, 2-3

Macau Hoje, (1990). O senhor oposição, 30 de Julho, 3

Macau Hoje, (1993). Jornais multiplicam-se no interior do território, 20 de Maio, 9.

Man Kuo, (1998). Si Man (título não traduzido nos clippings do GCS), 30 de Agosto.

McQuail, D. (1997). Mass Media in the Public Interest: Towards a Frameworks of Norms for Media Performance. In Curran J. and Gurevitch M. (Eds.). *Mass Media and Society* (pp. 66-80). Sage.

Meneses, J .P. (1997). AI pede alterações à Lei Básica. *Ponto Final*, 10 de Janeiro, 2.

Meneses, J. P. (1999). [Rascunho de dissertação para a Licenciatura em Jornalismo da Escola Superior de Jornalismo do Porto].

Mok, C. (1997). Conselho deliberativo de imprensa, *Va Kiu*, 18 de Abril, 3.

Mok, C. and Chu, A. (1998). Why are Macau people silent?. Documentário.

Montalto de Jesus, (1990). *Macau Histórico*. Livros do Oriente.

Morais José, C. (1997). A fundação orienta-se. *Ponto Final*, 4 de maio, 13.

Moriarty, F. (1994). The Media. In D. H. McMillen & S. W. Man (Eds.), *The Other Hong Kong Report, 1994* (389- 414). Chinese University Press.

Mosco, V. (1996). The Political Economy Tradition of Media Research. [Manual of the M.A. in Mass Communications of the Centre for Mass Communication Research, University of Leicester].

Negrine, R. (1998). Policy and Archival Research. In A. Hansen, S. Cottle, R. Negrine & C. Newbold (Eds.), *Mass Communications Research Methods* (pp.66-90). New York University Press.

Pinto, R. (1993). Comunicação: dois séculos de expansão. *Revista Macau*, Agosto.

Pinto, R. (1998). Entrevistas não obrigado. *Ponto Final*, 3 de Outubro, 2-3.

Pinto, R.(1999). Caso ressuscitado. *Ponto Final*, 26 de Maio, 14.

Ponto Final (1992). A culpa foi do macaco, 22 de Maio, 4-7.

Ponto Final (1992). Milhões a voar, 26 de Junho, 4-5.

Ponto Final (1993). Militares: até quando? — carta ao director, 1 de Dezembro, 32.

Ponto Final (1995). Gazeta: 38 textos ofendem juiz, 10 de Fevereiro, 8.

Lei de Imprensa de Macau (1990). D-L no. 7/90/M de 6 de Agosto. *Boletim Oficial de Macau,* 32, 2939-48.

Reis, P. (1995). Farinha Ribeiras desilude e perde oportunidade de esclarecer. *Gazeta Macaense*, 10 de Julho, 2.

Reis, P. (1998). Dossier Macau. www.terravista.pt/aguaalto/2088/presso1.html. Consultado a 8 de Agosto de 2000. [Já não está acessível online.]

Reis, P. (1999). *O Independente*, 26 de Fevereiro, 4-5.

Ribeiro Cardoso, A. (1994). Este juiz é um espanto. *Tal & Qual*, 13 de Maio, 7-8.

Rocha Dinis, J. (1993). Editorial. *Tribuna de Macau*, 10 de Julho, 25.

Rola da Silva, H. (1991). Imprensa Chinesa. *G.C.S.*

Rola da Silva, H. (1992). Informação Portuguesa de Macau. *G.C.S.*

Ruan, M. (1990). Press Freedom and Neo-Authoritarianism: A Reflection on China's Democracy Movement. In C. C. Lee (Ed.), *Voices of China: the Interplay of Politics and Journalism* (pp.122-131). Guilford Press.

U.S.A. State Department Human Rights Reports (1996, 1997, 1998 e 1999). https://1997-2001.state.gov/global/human_rights/hrp_reports_mainhp.html.

Wimmer, D. & Dominick, J. (1995). *Mass Media Research: An Introduction*. Batsford.

Coleção ICNOVA

Coord.
Alberto Pena-Rodríguez
& António Hohlfeldt

Luís Francisco Munaro
Utopia e mito nos jornais portugueses em Londres (1808-1822)

Cristina Clímaco
A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)

Victor Pereira
A imprensa e o jornalismo portugués em França: da implantação da primeira República á Revolução dos Cravos de 1974

Tania Regina de Luca
Mariano Pina na *Gazeta de Notícias* (1882-1886)

Heloisa Paulo
Brasil: a voz dos donos e outras vozes

Alberto Pena-Rodríguez
Pela Pátria e Pelo Povo. Elementos históricos socioeducativos de la prensa y el periodismo portugués en Estados Unidos

António Hohlfeldt
Jornalismo de expressão portuguesa na África colonial

António Hohlfeldt
Síntese histórica da imprensa de expressão portuguesa na Ásia

Isadora de Ataíde Fonseca
A configuração da esfera pública colonial: imprensa, elites e poder

José Augusto dos Santos Alves
A imprensa de língua portuguesa no Oriente (1822--1846) — Caixa-de-ressonância da geoestratégia dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha na região

Clara Gomes
Jornalismo português em Macau: a liberdade de imprensa durante o período de transição